UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

DIOGO XAVIER DA MATA

DA BIOBIBLIOGRAFIA À BIODOCUMENTAÇÃO:

percursos do nome próprio e da biografia na Organização do Conhecimento, em direção à práxis do escrever a vida

Tese de Doutorado

Julho de 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

DIOGO XAVIER DA MATA

DA BIOBIBLIOGRAFIA À BIODOCUMENTAÇÃO:

percursos do nome próprio e da biografia na Organização do Conhecimento, em direção à práxis do escrever a vida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação (UFRJ/ECO), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha.

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

M425d

Mata, Diogo Xavier da
Da Biobibliografia à Biodocumentação: percursos do nome próprio e da biografia na Organização do Conhecimento, em direção à práxis do escrever a vida / Diogo Xavier da Mata. -- Rio de Janeiro, 2025.
405 f.

Orientador: Gustavo Silva Saldanha.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.

1. Biobibliografia. 2. Biodocumentação. 3. Biodocumentalidade . 4. Nome próprio de pessoa. 5. Fonte de informação biográfica. I. Saldanha, Gustavo Silva, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

DIOGO XAVIER DA MATA

DA BIOBIBLIOGRAFIA À BIODOCUMENTAÇÃO:
percursos do nome próprio e da biografia na Organização do Conhecimento em direção à práxis do escrever a vida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação (UFRJ/ECO), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
GUSTAVO SILVA SALDANHA
Data: 17/07/2025 17:37:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha (Orientador) - PPGCI IBICT UFRJ

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSALI FERNANDEZ DE SOUZA
Data: 18/07/2025 14:09:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Rosali Fernandez de Souza - PPGCI IBICT UFRJ

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCO ANDRE FELDMAN SCHNEIDER
Data: 21/07/2025 15:44:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider - PPGCI IBICT UFRJ

gov.br Documento assinado digitalmente
ANDRE VIEIRA DE FREITAS ARAUJO
Data: 21/07/2025 14:57:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Andre Vieira de Freitas Araujo - PPGGI UFPR

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIANA DE SOUZA GRACIOSO
Data: 21/07/2025 11:34:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso - PPGCI UFSCAR

Fernandina e Castro Xavier (*in memoriam*)

Seu nome e seus significados estarão sempre comigo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao divino e às espiritualidades que me foi ensinado a cultuar, desde a alvorada de São Jorge à forja de Ogum, desde a pequena capela de Santa Bárbara aos ventos e raios da deusa guerreira, Oyá!

Não há como agradecer a luta e o suor de meus pais, Rosana Ross Gonçalves Xavier e Camponel Silveira Guimarães, por me incentivar sempre a estudar e a prosseguir em busca de conquistas maiores!

Gratidões eternas ao meu amor, Rafaella Silva do Nascimento, companheira e amiga de todas as horas, tenho com você uma dívida eterna que jamais poderei quitar, obrigado!

Ao meu irmão, Pablo Xavier da Mata, pelos risos e choros, pelas alegrias, pela coragem, por ser meu espelho invertido, por ser diferente, pelas suas histórias e incentivos!

Ô Gustavo, muito obrigado por aquele fim de aula em 2012, de lá pra cá tudo foi diferente! Obrigado por compartilhar mais do que conhecimento conosco! Pelas lutas, pelas escutas, pelos *causos*, pelas falas e ensinamentos!

Agradeço a amiga Sania Moura, uma luz que apareceu em meu caminho, obrigado por me mostrar a verdadeira Biblioteconomia, pelas pequenas-grandes ações que transformaram a minha vida!

Aos bons amigos de longa data, que me suportaram em muitos momentos difíceis, Amanda Salomão, Victor Soares Rosa, Fernanda Valle e Eva Medvedeff, muito obrigado pelo apoio, pelo carinho, pelas risadas e pelos sambas!

Aos amigos da Biblioteca Carvalho de Mendonça, Maria de Fátima, Renata Sousa, Eliane Gomes, Douglas Villanova, Ana Barbosa, Isaque Braga e Marlena Pereira! Em especial, José Antônio Cunha e Fábio Feliciano! Muito obrigado!

Às professoras e aos professores do PPGCI Ibict UFRJ por participarem de minha formação! À Janete Dezidério por sempre me salvar, à Joelma das Virgens de Oliveira Bernardo da Silva pelos cafés, pelas conversas e pelo carinho! À Clara Braz pela revisão atenta da tese!

Às professoras e professores de minha formação acadêmica e pessoal! Profa. Andréa Alves, Profa. Elaine Alves, Profa. Naira Silveira, Profa. Tatiana Almeida, Profa. Marianna Zattar, Prof. Alberto Calil e Profa. Geni Chaves!

Aos membros da banca de qualificação e da banca de exame final desta pesquisa de doutoramento, meus agradecimentos por lerem meu trabalho, pelo diálogo, pelas sugestões e críticas que muito enriqueceram este estudo!

Às bibliotecárias da Biblioteca do CFCH, em especial à bibliotecária Erica Resende, referência para todos nós da UFRJ, obrigado por todas as pesquisas sempre tão bem atendidas!

A todas e todos que contribuíram de forma direta ou indireta para que eu pudesse chegar, permanecer e concluir este processo de doutoramento, meu mais sincero e emocionado, muito obrigado!

Caminhos abertos!

“não há quem goste de ser número,
gente merece existir em prosa”

Edson Pavoni
Inumeráveis

RESUMO

A tese apresenta um percurso dos nomes próprios e do discurso biográfico na Organização do Conhecimento, através da Biobibliografia. Esta possui definição sólida e pouco estudada. A pesquisa propõe atualização dessa ideia em direção à noção de Biodocumentação. Há na Organização do Conhecimento uma centralidade na figura das autorias, seus nomes próprios e biografias. Essas figuras encontram-se representadas em biobibliografias, dicionários biográficos, quem é quem e outras fontes de informação biográfica. No entanto, no plano sócio-cultural, outros antropônimos preenchem os espaços públicos e privados de nossa realidade sócio-política. Essa lista virtual gera uma espécie de listagem hegemônica, com descrições e significados ideologicamente construídos que apontam para certas personagens de nossa história cultural dominante. A materialidade e a impressão desses nomes próprios constroem, na infraestrutura de nossa realidade, uma biodocumentalidade que sustenta, em sua dialética, a "superioridade" de poucos nomes e mínimas histórias de vida sobre a maioria das vivências. Ou seja, o conjunto das existências sob nomes próprios, conjunto este apagado, silenciado, massacrado ou de rara evidência socialmente atribuída. A hipótese desta pesquisa afirma a possibilidade de aplicação dos saberes oriundos da Biobibliografia para representação, classificação e documentação de outros nomes próprios, além dos nomes de autorias. O objetivo geral desta pesquisa encontra-se, justamente, no estudo da aplicação de saberes e técnicas biobibliográficas na práxis de representação e descrição da vida em processos biodocumentários. A pesquisa investe na biodocumentalidade dos nomes próprios de pessoas com vistas a uma perspectiva crítica nos processos biodocumentários contemporâneos. Os objetivos específicos são conceber a inscrição do antropônimo no espaço biográfico de suportes diversos como um documento carente de processos de documentação; construir a noção de Biodocumentação com base nos estudos biobibliográficos enquanto práxis de organização documentária para documentar a vida de alguém; analisar processos documentários digitais contemporâneos dispersos, que possuem uma essência biodocumentária em prol de uma atuação crítica da pessoa documentalista. Para isso, estuda-se o conceito de "Nome Próprio" em suas concepções filosóficas denotativas e descritivistas, e analisa-se uma perspectiva ética para lidar com nomes próprios. Da mesma forma, a noção de Biografia e de

“Espaço Biográfico” é examinada. Verifica-se conceitos e modelos na transdisciplina da Organização do Conhecimento como Classificação, Exomemória, Biobibliografia, Bibliografia, Biobibliometria, Documentação, Documentalidade, Controle de Autoridade e o *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é estruturalmente teórica. Este percurso se traduz em duas etapas com métodos distintos, a primeira de cunho teórico-discursivo faz uma reflexão conceitual a partir de procedimentos de pesquisa bibliográfica. A segunda etapa empírica de exploração documental seleciona e aprecia de forma crítica experiências biodocumentárias existentes no contexto do ambiente digital. Como resultado de nossa hipótese, atinge-se a elaboração crítico-dialética dos conceitos de Biodocumentação e Biodocumentalidade. A pesquisa identifica a presença dessa noção, de forma dispersa, em muitas fontes de informação ou centros de documentação do contemporâneo digital, buscando estabelecer uma leitura crítica desses materiais ao mesmo tempo que fundamenta o conceito e sua ação crítica por parte de pessoas documentalistas.

Palavras-chave: biobibliografia; biodocumentação; biodocumentalidade; nome próprio de pessoa; fonte de informação biográfica.

ABSTRACT

This thesis presents a journey through proper names and biographical discourse in Knowledge Organization, through Biobibliography. This definition has been solidly defined and little studied. The research proposes updating this idea toward the notion of Biodocumentation. In Knowledge Organization, the figure of authorship, their proper names, and biographies are central. These figures are represented in biobibliographies, biographical dictionaries, who's who, and other sources of biographical information. However, at the sociocultural level, other anthroponyms fill the public and private spaces of our sociopolitical reality. This virtual list generates a kind of hegemonic listing, with ideologically constructed descriptions and meanings that point to certain figures from our dominant cultural history. The materiality and imprint of these proper names construct, within the infrastructure of our reality, a biodocumentation that sustains, in its dialectic, the "superiority" of a few names and minimal life stories over the majority of experiences. In other words, the set of existences under proper names, a set that has been erased, silenced, massacred, or rarely recognized by social evidence. The hypothesis of this research affirms the possibility of applying knowledge derived from biobibliography to the representation, classification, and documentation of other proper names, in addition to authorship names. The general objective of this research lies precisely in studying the application of biobibliographical knowledge and techniques in the practice of representing and describing life in biodocumentary processes. The research invests in the biodocumentality of people's proper names with a view to a critical perspective on contemporary biodocumentary processes. The specific objectives are to conceive of the inscription of the anthroponym in the biographical space of diverse media as a document lacking documentation processes; to construct the notion of biodocumentation based on biobibliographical studies as a practice of documentary organization to document someone's life; to analyze dispersed contemporary digital documentary processes, which possess a biodocumentary essence, in favor of a critical performance of the documentalist. To this end, we study the concept of "Proper Name" in its denotative and descriptivist philosophical conceptions, and we analyze an ethical perspective for dealing with proper names. Likewise, we examine the notion of Biography and "Biographical Space." We examine concepts and models within the transdisciplinary field of Knowledge Organization, such as Classification,

Exomemory, Biobibliography, Bibliometrics, Documentation, Documentality, Authority Control, and Functional Requirements for Authority Data (FRAD). From a methodological perspective, the research is structurally theoretical. This process is divided into two stages with distinct methods. The first, theoretical-discursive, offers a conceptual reflection based on bibliographic research procedures. The second, empirical stage of documentary exploration, selects and critically evaluates existing biodocumentary experiences in the digital environment. As a result of our hypothesis, we achieve a critical-dialectical elaboration of the concepts of Biodocumentation and Biodocumentality. The research identifies the presence of this notion, in a dispersed form, in many information sources or documentation centers of the digital contemporary world, seeking to establish a critical reading of these materials while also grounding the concept and its critical action by documentalists.

Keywords: biobibliography; biodocumentation; biodocumentality; proper names; biographical information sources.

RESUMEN

Esta tesis presenta un recorrido por los nombres propios y el discurso biográfico en la Organización del Conocimiento, a través de la Biobibliografía. Esta definición ha sido sólidamente definida y poco estudiada. La investigación propone actualizar esta idea hacia el concepto de Biodocumentación. En la Organización del Conocimiento, la figura de la autoría, sus nombres propios y biografías son centrales. Estas figuras están representadas en biobibliografías, diccionarios biográficos, Quién es Quién y otras fuentes de información biográfica. Sin embargo, a nivel sociocultural, otros antropónimos llenan los espacios públicos y privados de nuestra realidad sociopolítica. Esta lista virtual genera una especie de listado hegemónico, con descripciones y significados construidos ideológicamente que apuntan a ciertas figuras de nuestra historia cultural dominante. La materialidad y la impronta de estos nombres propios construyen, dentro de la infraestructura de nuestra realidad, una biodocumentación que sustenta, en su dialéctica, la "superioridad" de unos pocos nombres y mínimas historias de vida sobre la mayoría de las experiencias. En otras palabras, el conjunto de existencias bajo nombres propios, un conjunto que ha sido borrado, silenciado, masacrado o raramente reconocido por la evidencia social. La hipótesis de esta investigación afirma la posibilidad de aplicar el conocimiento derivado de la biobibliografía a la representación, clasificación y documentación de otros nombres propios, además de los nombres de autoría. El objetivo general de esta investigación radica precisamente en estudiar la aplicación del conocimiento y las técnicas biobibliográficas en la práctica de representar y describir la vida en procesos biodocumentales. La investigación invierte en la biodocumentalidad de los nombres propios de las personas con vistas a una perspectiva crítica de los procesos biodocumentales contemporáneos. Los objetivos específicos son concebir la inscripción del antropónimo en el espacio biográfico de diversos medios como un documento carente de procesos de documentación; construir la noción de biodocumentación a partir de estudios biobibliográficos como una práctica de organización documental para documentar la vida de alguien; analizar los procesos documentales digitales contemporáneos dispersos, que poseen una esencia biodocumental, en favor de una actuación crítica del documentalista. Para ello, estudiamos el concepto de «Nombre Propio» en sus concepciones filosóficas denotativas y descriptivistas, y analizamos una perspectiva ética para su tratamiento.

Asimismo, examinamos la noción de Biografía y «Espacio Biográfico». Examinamos conceptos y modelos dentro del campo transdisciplinario de la Organización del Conocimiento, como la Clasificación, la Exomemoria, la Biobibliografía, la Bibliometría, la Documentación, la Documentalidad, el Control de Autoridades y los Requisitos Funcionales para Datos de Autoridad (FRAD). Desde una perspectiva metodológica, la investigación es estructuralmente teórica. Este proceso se divide en dos etapas con métodos distintos. La primera, teórico-discursiva, ofrece una reflexión conceptual basada en procedimientos de investigación bibliográfica. La segunda, empírica y de exploración documental, selecciona y evalúa críticamente las experiencias biodocumentales existentes en el entorno digital. Como resultado de nuestra hipótesis, logramos una elaboración crítico-dialéctica de los conceptos de Biodocumentación y Biodocumentalidad. La investigación identifica la presencia de este concepto, de forma dispersa, en numerosas fuentes de información o centros de documentación del mundo digital contemporáneo, buscando establecer una lectura crítica de estos materiales, a la vez que fundamenta el concepto y su acción crítica por parte de los documentalistas.

Palabras clave: biobibliografía; biodocumentación; biodocumentalidad; nombres propios; fuentes de información biográfica.

RÉSUMÉ

Cette thèse présente un parcours à travers les noms propres et le discours biographique dans l'organisation des connaissances, à travers la biobibliographie. Cette définition, solidement établie et peu étudiée, propose de l'actualiser vers la notion de biodocumentation. Dans l'organisation des connaissances, la figure de l'auteur, ses noms propres et ses biographies sont centrales. Ces figures sont représentées dans les biobibliographies, les dictionnaires biographiques, le Who's Who et d'autres sources d'information biographique. Cependant, au niveau socioculturel, d'autres anthroponymes peuplent les espaces publics et privés de notre réalité sociopolitique. Cette liste virtuelle génère une sorte de liste hégémonique, avec des descriptions et des significations idéologiquement construites qui désignent certaines figures de notre histoire culturelle dominante. La matérialité et l'empreinte de ces noms propres construisent, au sein de notre réalité, une biodocumentation qui soutient, dans sa dialectique, la « supériorité » de quelques noms et de récits de vie minimaux sur la majorité des expériences. Autrement dit, l'ensemble des existences sous noms propres, un ensemble effacé, réduit au silence, massacré ou rarement reconnu par les preuves sociales. L'hypothèse de cette recherche affirme la possibilité d'appliquer les connaissances issues de la biobibliographie à la représentation, la classification et la documentation d'autres noms propres, en plus des noms d'auteur. L'objectif général de cette recherche réside précisément dans l'étude de l'application des connaissances et techniques biobibliographiques à la pratique de la représentation et de la description de la vie dans les processus biodocumentaires. La recherche investit dans la biodocumentalité des noms propres des personnes en vue d'une perspective critique des processus biodocumentaires contemporains. Les objectifs spécifiques sont de concevoir l'inscription de l'anthroponyme dans l'espace biographique de divers médias comme un document dépourvu de processus de documentation ; de construire la notion de biodocumentation à partir d'études biobibliographiques comme une pratique d'organisation documentaire visant à documenter la vie d'une personne ; et d'analyser les processus documentaires numériques contemporains dispersés, qui possèdent une essence biodocumentaire, en faveur d'une performance critique du documentaliste. À cette fin, nous étudions le concept de « nom propre » dans ses conceptions philosophiques dénotatives et descriptivistes, et

analysons une perspective éthique pour le traitement des noms propres. De même, nous examinons les notions de biographie et d'« espace biographique ». Nous analysons des concepts et des modèles relevant du champ transdisciplinaire de l'organisation des connaissances, tels que la classification, l'exomémoire, la biobibliographie, la bibliométrie, la documentation, la documentalité, le contrôle d'autorité et les exigences fonctionnelles des données d'autorité (FRAD). D'un point de vue méthodologique, la recherche est structurellement théorique. Ce processus se divise en deux étapes aux méthodes distinctes. La première, théorique-discursive, propose une réflexion conceptuelle fondée sur des procédures de recherche bibliographique. La seconde, empirique, d'exploration documentaire, sélectionne et évalue de manière critique les expériences biodocumentaires existantes dans l'environnement numérique. Grâce à notre hypothèse, nous parvenons à une élaboration critique et dialectique des concepts de biodocumentation et de biodocumentalité. La recherche identifie la présence de cette notion, sous une forme dispersée, dans de nombreuses sources d'information ou centres de documentation du monde numérique contemporain, cherchant à établir une lecture critique de ces matériaux tout en fondant le concept et son action critique par les documentalistes.

Mots-clés: biobibliographie ; biodocumentation ; biodocumentalité ; noms propres ; sources d'informations biographiques.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Placa colocada em frente à Câmara dos Vereadores em homenagem à vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada na cidade do Rio de Janeiro no exercício de seu mandato..... 22
Figura 2 - Arranjo epistemológico da Biobibliografia e da Biodocumentação frente à Organização do Conhecimento..... 33
Figura 3 - Etapas principais e desdobramentos da metodologia científica..... 55
Figura 4 - Folha de rosto de “Galeria dos brasileiros ilustres” (1861) por Sébastien Auguste Sisson.....202
Figura 5 - Perfil do acadêmico João Guimarães Rosa no portal da ABL.....223
Figura 6 - Biografia do acadêmico João Guimarães Rosa no portal da ABL.....224
Figura 7 - Bibliografia do acadêmico João Guimarães Rosa no portal da ABL..... 225
Figura 8 - Perfil de Florestan Fernandes no Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros.....226
Figura 9 - Frontispício da Bibliotheca Universalis de Conrad Gesner.....240
Figura 10 - Frontispício de Liber de scriptoribus ecclesiasticis, de Trithemius..... 242
Figura 11 - Frontispício do Illustrium maioris britanniae scriptorum… de John Bale (1495-1563)..... 243
Figura 12 - Exemplo de biobibliografias na obra de Thrithemius..... 246
Figura 13 - Frontispício de Figures de Savants de Alfred Lacroix.....255
Figura 14 – Tabela apresentada em Woods (1911) comparando Sófocles e Eurípides 258
Figura 15 - Frontispício do Catalogus de Otto Brunfels..... 261
Figura 16 - Primeira página com capítulo e sumário da obra De mulieribus claris de Giovanni Boccaccio..... 264
Figura 17 - Frontispício de Viris Illustribus de Georg Cassander.....265
Figura 18 - Índice onomástico por ordem alfabética do Cathalogus de Trithêmius. 267
Figura 19 - Frontispício do Catalogo de Giacomo Alberici (1554-1610)..... 268
Figura 20 - Frontispício da obra de Fraçois Grudé La Croix du Maine (1552-1592)269
Figura 21 - Exemplo de notícias biobibliográficas impressas na Bibliotheque de La Croix du Maine..... 271
Figura 22 - Frontispício de La Bibliotheque d’Antoine du Verdier..... 272
Figura 23 - Notícia biográfica no Dictionnaire historique et critique de Pierre Bayle274
Figura 24 - Frontispício do Dictionnaire historique, literaire et critique de Pierre Barral 275
Figura 25 - Exemplo de notícias biobibliográficas do Diccionário de Sacramento Blake.....276
Figura 26 - Frontispício de Memoires pour servir a l’histoire des hommes illustres dans la Republique des Lettres, tomo 3, de Jean-Pierre Niceron.....279
Figura 27 - Frontispício de Dictionaire historique ou memoires critiques et litteraires,

concernant la vie et les ouvrages de divers personnages distingués, particulierement dans la Republique des Lettres, de Prosper Marchand, tomo primeiro..... 280
Figura 28 - Ficha catalográfica do Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação, publicado pelo IBBD em 1971.....282
Figura 29 - Capa do Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos do IHGB.....283
Figura 30 - Versão pública do currículo de Diogo Xavier da Mata na Plataforma Lattes..... 284
Figura 31 - Currículo de Olga Pombo na plataforma Ciência Vitae..... 285
Figura 32 - Sistema de classificação dos repertórios biobibliográficos proposto por Diéz Ménguez.....288
Figura 33 - Óleo sobre tela de Philippe de Champaigne (1602-1674), Saint Augustine (1645-1650)..... 290
Figura 34 - Frontispício da edição de 1786 do Índice de Livros Proibidos.....296
Figura 35 - Relações entre entidades que fundamentam o modelo conceitual FRAD... 310
Figura 36 - Esquema do modelo conceitual para controle de autoridade..... 311
Quadro 37 - Relacionamentos entre entidades Pessoa, Família e Entidade Coletiva... 316
Quadro 38 - Exemplo de representação de uma pessoa com atributos e relacionamentos..... 317
Figura 39 – Cena do acabamento da lista pelo secretário de Oskar.....346
Figura 40 - Anexo I da Lei 9.140/1995 com nomes de pessoas desaparecidas e informações sobre si e a data de seu desaparecimento
Fonte: Brasil (1995)..... 349
Figura 41 - Perfil de Rubens Paiva na coleção Personagens do portal Memórias da Ditadura..... 350
Figura 42 - Histórias de vida classificadas pelo tema “Esperançar” no Museu da Pessoa.....351
Figura 43 - Palavras-chave atribuídas à personagem Maria de Fátima da Silveira Santos pelo Museu da Pessoa.....352
Figura 44 - Mosaico de personalidades que constam no portal eletrônico de heróis e heroínas nacional do Senado Federal.....353
Figura 45 - Imagem que ilustra a ideia dinamarquesa de Bibliotecas Humanas..... 355
Figura 46 - Vista das placas de vidro com os nomes dos mineiros no Memorial dos Mineiros na Linha de Lode..... 356
Figura 47 - Página inicial do site do portal Memoráveis.....357
Figura 48 - Página inicial do portal Inumeráveis..... 358
Figura 49 - Ilustração da lista de bilionários da Forbes em 2025.....359
Figura 50 - Topo da lista de bilionários da Forbes.....360

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
Arist	*Annual Review of Information Science and Technology*
Asist	*Association for Information Science & Technology*
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
CL	Currículo Lattes
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
IA	Inteligência Artificial
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Isko	*International Society for Knowledge Organization*
KO	*Knowledge Organization*
Lisa	*Library Information Science Abstracts*
OC	Organização do Conhecimento

SUMÁRIO

1 DA ONIPRESENÇA DOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS.....21

2 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....44
2.1 Fundamentos metodológicos essenciais..... 45
2.2 Noções de metodologia da pesquisa na transdisciplina da Organização do Conhecimento.....59
2.3 Método de redação científica da tese.....64
2.4 Manifesto metodológico presente..... 66

3 DOS ANTROPÔNIMOS..... 67
3.1 Nomes próprios denotativos de John Stuart Mill.....75
3.2 A corrente descritivista dos nomes próprios.....80
3.3 Os nomes próprios enquanto designadores rígidos, a teoria de Saul Kripke..... 109
3.4 Reflexões acerca do nome próprio rumo à perspectiva biográfica.....116

4 DO BIOGRÁFICO..... 131
4.1 A noção de espaço biográfico de Leonor Arfuch..... 137
4.2 O pacto auto-biográfico de Phillipe Lejeune..... 145
4.3 A ilusão biográfica segundo Pierre Bourdieu..... 158
4.4 Fontes de informação biográfica nas transversalidades da Organização do Conhecimento.....167

5 DA CLASSIFICAÇÃO À DESCLASSIFICAÇÃO: uma teoria na organização dos nomes próprios..... 174
5.1 A Classificação Necessária..... 179
5.2 Os demônios da classificação em Georges Vignaux..... 185
5.3 Desclassificar as exomemórias, uma proposta possível a partir de García Gutiérrez..... 189
5.4 O nome próprio na Organização do Conhecimento..... 199

6 DA BIOBIBLIOGRAFIA..... 222
6.1 Fundamentos da ciência bibliográfica para o estudo da Biobibliografia... 229
6.2 Indícios epistemológicos-históricos da biobibliografia..... 249
6.3 A filosofia da autoria e o hiperfoco biobibliográfico..... 288
6.4 Noções de representação descritiva para a biobibliografia.....304

7 DA PRÁXIS BIODOCUMENTÁRIA..... 321
7.1 Noções de Documento, Documentação e Documentalidade.....327
7.2 Noções de Biodocumento, Biodocumentação e Biodocumentalidade.....342

7.3 Filosofia das autoridades, em busca de quem queremos biodocumentar.361
7.4 Desenvolvimento de coleções biodocumentárias..... 369

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 376

REFERÊNCIAS..... 389

APÊNDICE 1 - METADADOS PARA DESCRIÇÃO DE PESSOAS..... 403

1 DA ONIPRESENÇA DOS NOMES PRÓPRIOS DE PESSOAS

Lá na feira é só Zé que faz fervura
Tem mais Zé do que coco catolé
Só de Zé tem uns 100 na Prefeitura
Outros 100 no comércio tem de Zé

Jackson do Pandeiro. *Como tem Zé na Paraíba*.

Os nomes próprios de pessoas estão em todos os lugares, concretos ou abstratos. Eles nomeiam praças, ruas, prédios e cidades. Encontramo-los em documentos oficiais, em certidões, em fichas policiais, nas carteiras de trabalho, nos contratos e nos currículos. Em matéria bibliológica e bibliográfica, eles estão nas folhas de rosto, nos catálogos de autoridade, nas biobibliografias, nos índices, nas bibliometrias e nas fichas catalográficas. No campo científico, o encontramos nas citações, nas referências, nos índices cientométricos, nas correntes intelectuais como em “marxismo”, “neoplatônicos” ou “hegelianos de esquerda”. Nas disputas político-partidárias, o nome próprio da pessoa candidata a cargos eletivos, ou daquelas pessoas que estão no exercício de seus mandados, movimenta grandes forças retórico-discursivas, a disputa pela narrativa biográfica, as informações e/ou os significados que são atrelados a esses nomes próprios são alvo de enorme competição simbólica.

No plano cultural, temos vários indícios da importância que atribuímos à entidade “nome próprio”, frases como “zelar pelo seu nome” na forma de manter uma boa reputação ou cuidar da imagem que passamos para outras pessoas, comum na linguagem popular, ou expressões do tipo “o nome é tudo que temos”, demonstra uma espécie de ubiquidade do nome próprio de pessoas. Na esfera pública, os antropônimos estão nos logradouros, nas placas de endereço da esquina, estão nas fachadas dos prédios, acima das portas dos auditórios, nomeiam hospitais, escolas, praças, centros culturais e populares, dão nomes aos enredos das escolas de samba, são alvos do teatro, da cinematografia, e de muitas outras manifestações culturais.

Alguns casos recentes de nossa história demonstram, nos ajudam a ilustrar, como os nomes próprios podem se tornar vetores ou alvos de muitas questões

sócio-culturais ou sócio-políticas graves. Podemos citar, inicialmente, três casos distintos: a) Em 2018, os então candidatos, Rodrigo Amorim e Daniel Silveira quebraram uma placa com o nome de Marielle Franco, vereadora brutalmente assassinada; b) as críticas à escolha do nome do “Hospital Municipal Ernesto Che Guevara”, em Maricá por volta de 2015; c) a violência simbólica informacional, na forma de desinformação, ao verbete “Luiz Inácio Lula da Silva” da Wikipédia nas eleições presidenciais de 2022.

A figura seguinte e as demais utilizadas nesta tese são de caráter ilustrativo-figurativo, utilizadas para demonstrar exemplos concretos daquilo que estamos analisando ou evocando, ou ainda, como espécie de provocação estética que dialoga com os conceitos apresentados.

Figura 1 - Placa colocada em frente à Câmara dos Vereadores em homenagem à vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada na cidade do Rio de Janeiro no exercício de seu mandato.



Fonte: Salgado (2019)[1].

O exemplo evoca a noção de cidades como documento, onde a construção dos cenários urbanos nos levam a pensar na documentação arquitetada dos espaços que nos cercam e condicionam. Na foto acima, vemos o nome da vereadora Marielle Franco ornado com as datas de nascimento e morte da

[1] Fotografia de Fabiano Rocha da Agência O Globo.

“defensora dos Direitos Humanos e das minorias”, assim como uma notícia biográfica sobre sua vida. A placa sobrevive como símbolo de luta e resistência política em defesa das minorias em todo o mundo. O nome “Marielle Franco” é reproduzido em diversos lugares do mundo como lugares de memória e como elemento simbólico.[2]

O nome de Marielle, adquire, portanto, no plano simbólico-político, um significado, ele se torna símbolo, ele remete para outros enunciados, ele se torna índice, ele se impõe como um documento. A partir da biografia covardemente interrompida da vereadora, seu nome se projeta como símbolo, sua vida como um todo, não apenas seu desfecho, ascende a uma relevância histórica, passa a significar e a ser indexada, em uma espécie de folksonomia virtual séria, por termos como: “Defesa da Democracia”, “Defesa das Minorias”, “Direitos Humanos”, entre outros. Isso acontece, parece-nos, a partir da interpretação sócio-cultural que um grupo, dominante ou dominado, constrói a partir da narrativa biográfica atribuída à vereadora. A materialidade dessa biografia está condensada pela linguagem no nome próprio de pessoa que faz referência àquela existência em suas condições históricas, políticas, culturais e econômicas, “Marielle Franco”, esse signo linguístico é a unidade, para nós, da existência, da vida, do corpo, da biografia, do legado, das falas, das ações, das lutas, das defesas das minorias e dos direitos humanos, em relação ao todo, à família, ao contexto sócio-histórico, à Maré, à Câmara dos Vereadores, ao Rio de Janeiro e ao Brasil do fatídico ano de 2018.

Este primeiro exemplo nos apresenta, de forma introdutória, algumas reflexões. A construção de uma materialidade documental e simbólica do nome “Marielle Franco”. Essa materialidade se evidencia na inscrição do nome em um formato padronizado e controlado em instâncias documentais, o logradouro em espaços públicos. A passagem descritiva da realidade objetiva e concreta da vida da pessoa Marielle Franco para a instância discursiva da linguagem, através de seu antropônimo e de descrições que ajudam a dizer a vida dessa pessoa que vai se tornando uma personagem-símbolo. Vemos o nome “Marielle Franco” descrito pelo

[2] É possível ver as homenagens à Marielle Franco espalhadas pelo mundo através do site WikiFavelas, no Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Mapeamento_das_homenagens_a_Marielle_Franco#Mapeamento_dos_atos_de_mem%C3%B3ria. Acesso em: 13 abr. 2025.

enunciado “(1979-2018) Vereadora, defensora dos Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março de 2018”. Essa relação, nome mais descrição, materializam no plano da linguagem, no plano discursivo e documental a pessoa, a biografia, o símbolo e o sentido da vida “Marielle Franco”. Essa materialidade evoca e reproduz no plano público, político e cultural um certo sentido, significado, da biografia da vereadora, seus feitos, seus legados, sua contribuição histórica. A reação radical dos candidatos supracitados evidencia que os sentidos da vida de uma pessoa e a escolha dos nomes próprios que ornam e preenchem nosso espaço público não é uma decisão óbvia, consensual, técnica ou neutra. Existe nessas decisões, nessas escolhas, alta carga política. Também percebe-se que pode existir para um mesmo nome próprio sentidos diversos, a depender das esferas discursivas, maiores ou menores, mais particulares ou mais gerais, mais ou menos homogêneas, que signifiquem a pessoa e, portanto, que liguem ao respectivo nome próprio às descrições oriundas de seu processo interpretativo calcado em seus contextos e visões de mundo.

No segundo caso, temos o antropônimo do “médico Ernesto Guevara de la Serna”, ou o “diplomata Ernesto Che Guevara”, ou, ainda, o “guerrilheiro marxista Che Guevara” a nomear um hospital público municipal da cidade de Maricá. A cidade que elege Fabiano Horta, do Partido dos Trabalhadores, com 96,12% dos votos para prefeitura da cidade, em 2016, polemiza o nome do hospital por se tratar de um revolucionário de esquerda. O que, de certa forma, expõe as contradições de uma realidade dada, bem como expressa as dialéticas do sentido que um nome próprio pode assumir. O nome próprio “Che Guevara”, do médico e diplomata, passa a ser alvo de críticas de grupos políticos de direita. Ora, o nome próprio, a biografia de um dos líderes da Revolução Cubana, estão, nesse caso, no centro de uma questão pública, o nome de um hospital. A questão passa do nome do hospital para o sentido que se atribui à biografia de Che, entre revolucionário e terrorista, entre

símbolo de libertação e do totalitarismo cubano[3]. Entre defesas e críticas, podemos perceber que o significado do nome próprio, ou ainda, aquilo a que o antropônimo nos remete em nossos processos indiciais de significação, não é homogêneo, não é igual para todas e todos, a interpretação do nome é alvo de constantes disputas simbólicas. A biografia do revolucionário é indexada como a história de vida de uma "pessoa heróica" para grupos de pessoas ligados ao espectro político denominado "esquerda", e inversamente indexado por grupos do campo político da direita.[4]

Por fim, temos o caso da Wikipédia, a "enciclopédia livre", que, nos anos de eleição no contexto brasileiro das últimas duas eleições presidenciais, tem se tornado arena de muita violência simbólica informacional. Queremos dizer que, em anos eleitorais, temos, no âmbito da biodocumentalidade[5], muitos fenômenos a serem discutidos sobre a ótica da ética informacional, da desinformação e da violência simbólica. De forma resumida, temos de um lado candidatos que tentam "eufemizar" seus verbetes biográficos na tentativa de construir uma narrativa biográfica "suavizada" em relação aos fatos que os constrangem. Temos ainda, grupos específicos que tentam violentar os verbetes com informações falsas, tendenciosas, incompletas ou retiradas de contexto com o intuito de prejudicar os candidatos adversários. E temos os fóruns e os editores da Wikipédia com suas políticas de informação e pressupostos éticos, tentando corrigir informações biográficas acerca dos candidatos e candidatas. Há um caráter editorial de mediação entre a realidade objetiva da vida e dos fatos que cercam a trajetória de vida de alguém e a(s) interpretação(ões) correta(s) possível(is).

---

[3] Aqui não estamos advogando por uma relativização da vida e da biografia de qualquer personagem histórica, não estamos estabelecendo que a narrativa biográfica ou os sentidos atribuídos à vida de uma pessoa através dos processos retórico-discursivos estão livres de uma objetividade do real que se impõe. O que estamos demonstrando é que diferentes grupos, em contextos, espaços e tempos diferentes, a partir da heterogeneidade e diversidade de seus modos de ver e interpretar o mundo, atribuem sentidos diferentes para uma mesma pessoa. Por certo que o trabalho crítico biodocumentário que propomos busca, em sua perspectiva ético-política, estabelecer uma biodocumentalidade conectada com a realidade do "o que" e do "quem" fora Ernesto Che Guevara em sua totalidade, política, histórica e particular.

[4] Ver notícia de Voney Malta (2015) no noticiário Brasil 247.

[5] Biodocumentação e biodocumentalidade são conceitos propostos em caráter de inovação teórica por esta tese a serem discutidos na seção sétima, a nível introdutório podemos pensá-los como espécie de organização de documentos sobre a vida de alguém.

Um caso concreto foi a violência informacional[6] impetrada contra o atual presidente da república, à época candidato ao seu terceiro mandato. O verbete “Luiz Inácio Lula da Silva” teve que ser bloqueado para novas edições, devido ao acúmulo de ocorrências de violência simbólica com base em desinformação. Neste caso, temos o nome próprio de pessoa como ponto de ligação entre o plano discursivo e a pessoa, cabeçalho de entrada para o verbete biográfico de uma plataforma digital enciclopédica em que se permite que os usuários editem “livremente”[7] o conteúdo dos verbetes. Aqui vemos a materialidade e a centralidade dos nomes próprios impressos em fontes de informação biográficas no contemporâneo digital.[8]

Esses exemplos jogam luz sobre parte da problemática que queremos tratar com esta pesquisa, ou seja, nomes próprios de pessoas circulam na esfera pública de diferentes formas e em diferentes suportes. A materialidade simbólica ou a materialidade impressa dos antropônimos não são meras homenagens, ou ainda, não são escolhas neutras, logicamente justificadas e pacíficas entre os diferentes grupos ou classes sociais que formam a sociedade como um todo. Essas escolhas são políticas, ou seja, elas possuem um elemento de ação/decisão na *pólis*. Visto de outra forma, o traço, ou a inscrição dos nomes próprios de pessoas no cenário público implica uma comunicação, ela transmite significados, ela é simbólica, ela remete a outros signos, é política, ela age, ela trabalha, ela representa, ela reproduz, perpetua, sugere, impõe determinados nomes próprios e interpretações dessas vidas na forma de enunciados à população e às relações sociais que compõem a vida pública.

O nome próprio é, também, algo da esfera jurídica. Toda pessoa tem direito a um nome e sobrenome como reza o Código Civil de 2002, no seu capítulo de

---

[6] Violência informacional ou simbólica é entendida por nós, nesta tese, como espécie de agressão com base em ações de informação que visam prejudicar uma ou mais pessoas. Pode ser por exemplo a disseminação e divulgação de informações falsas sobre uma pessoa.

[7] O termo “livremente” está entre aspas como forma de contrastar a ideia de uma enciclopédia livre com as políticas de edição, como referência e compromisso ético com a verdade, necessários ao funcionamento de qualquer portal de informação. A noção de livre é aqui, portanto, questionada, na medida em que temos que ter ciência de que na construção de bases informacionais, da importância e alcance da Wikipédia, por exemplo, não podemos mais, pensar em termos de liberdade pura, temos visto que isso não dá certo (pensemos nas redes sociais “livres” que estão minando processos democráticos pelo mundo). O portal deve possuir uma política, como sabemos que tem a Wikipédia, e que essas políticas dentro de uma perspectiva de informação ética, permita a pluralidade possível, sem cairmos na ideia de tolerância com intolerantes do “Paradoxo da tolerância” de Karl Popper. Para saber mais sobre a Biobibliografia no âmbito da Wikipédia, ver Silveira, Mata e Saldanha (2020).

[8] Ver reportagem de Jan Niklas (2022).

Direitos da Personalidade. Ele está envolvido em diversas proteções e direitos do ordenamento jurídico, como direito a trocar de nome ou a proibição do uso em publicações ou representações vexatórias.

O nome próprio é uma espécie de objeto social, um índice que transfere a pessoa para a ordem discursiva, a partir dele no âmbito da linguagem podemos exercer a predicação, podemos falar das pessoas, atribuindo-lhes boas ou más descrições. Essas descrições são valoradas socialmente a partir de uma economia simbólica amparada na ideologia dominante. Por exemplo, pensemos em formas que podemos utilizar para indexar o nome de uma pessoa, como: “trabalhadora”, “honesta”, “pontual”, “pessoa de bem”, “com ensino superior”, “de esquerda”, “defensora dos direitos humanos”, “cristã” e “flamenguista”. Em alguns contextos de descrição, como por exemplo, uma entrevista de emprego, interessa-se pela presença ou ausência de alguns desses descritores, outros são irrelevantes. Na ideologia da extrema direita que assola o mundo, é bem provável que se acredite que uma “pessoa de bem” é incompatível com os descritores “de esquerda” e “defensora dos direitos humanos”. A própria noção de “pessoa de bem”[9] é ideológica ao esconder o que realmente significa ser uma “pessoa de bem” na extrema direita, ou seja, uma pessoa que compactua com atrocidades. Também vemos cotidianamente a ideologia da extrema direita enganar sobre a noção ser “de esquerda”. Ou seja, se é inevitável, como veremos, fugir às práticas classificacionistas, também é impossível concebê-las de forma neutra. A escolha dos nomes ou dos adjetivos com os quais vamos nomear e classificar um grupo de pessoas está diretamente ligada à Ideologia que domina nossa forma de ler o mundo. Na medida em que o sentido dessas palavras não é transparente, mas ideologicamente refratados, concebemos uma certa alteridade na construção dessas documentalidades. O sentido real, ou seja, aquele que se dá na efetividade de um contexto histórico-social, nem sempre é aquele do dicionário, o signo se torna símbolo, um índice que remete a outros signos.

[9] Expressão utilizada por grupos políticos de direita para classificar pessoas que são consideradas legítimas, seja moralmente ou socialmente, em oposição a grupos marginalizados que, nessa visão, não seriam pessoas aceitáveis ou pessoas a serem vistas como detentoras do mesmo valor e/ou direitos.

Selecionar nomes próprios e, por conseguinte, vidas que mereçam ser documentadas, descritas, reunidas, organizadas, preservadas, recuperadas, conhecidas, disseminadas e/ou popularizadas é sempre uma ação política. Está no âmbito da ação na *pólis*, na medida em que decide quem são as personalidades sócio-históricas que "merecem" circular nos cenários gráficos e não-gráficos de nossa semiologia cotidiana. A classificação social, presente em todas as instâncias culturais, em sua atuação, elege as vidas a serem documentadas, dada a impossibilidade de se conhecer a todas as pessoas. Uma vez que seja necessário instituir e atribuir critérios de seleção para criarmos conjuntos, grupos ou classes, organizadas de pessoas (por exemplo, "as autorias científicas mais produtivas", "as pessoas desaparecidas do período da Ditadura Militar", "as lideranças comunitárias do subúrbio carioca"), a escolha de quais critérios adotar implica diretamente na classe que vamos construir e, desta forma, na classificação que vamos operar. Esses grupos de pessoas documentadas na forma de fontes de informação, memoriais, portais biográficos, *Who's who*, ou outros, são construídos com base no sentido que atribuímos ideologicamente a certas noções.

Por exemplo, a noção de produtividade, ou de pessoa produtiva, é privilegiada a partir de uma certa formação ideológica métrica que privilegia quantidade a qualidade, que fetichiza o objeto e desumaniza a pessoa. Na medida em que aplicamos o critério "produtividade" para elencarmos a elite de pesquisadores de um campo científico, não estamos representando, mas produzindo documentalmente a classe das "elites científicas produtivas". Assim o é, em toda e qualquer documentação desse tipo ou de qualquer outro. A Documentação de um elenco de nomes se traduz em um recorte de um grupo de pessoas dentro de um povo, de uma comunidade, de uma classe social, de uma determinada identidade, a partir de um critério seletivo que possui uma carga ideológica dada. Ou seja, esse recorte documental atribui um sentido ao mundo. E para que possamos trabalhar essa documentalidade temos que estar atentos a quais interesses, ou a quais ideologias, estamos (re)produzindo em nossas fontes de informação.

A ideologia dita quais são as classes/grupos de pessoas, ou de nomes próprios, interessantes ou relevantes para construir a história sócio-cultural de nossas comunidades, estabelece o recorte daqueles nomes e daquelas pessoas que

serão conhecidas, que servirão de exemplo para a sociedade. É no plano da dominação ideológica que se estabelece a seleção das histórias de vida que merecem ser contadas, aquelas dos vencedores, das classes dominantes, das elites políticas, eclesiásticas, militares e, principalmente, talvez, das elites econômicas. A ideologia, enquanto conjunto de ideias das classes dominantes que se impõe aos dominados, recorta, do cenário da totalidade dos nomes próprios possíveis de ocuparem o espaço da memória sócio-cultural que nos assujeita. Ela recorta uma parcela dos nomes próprios a serem memorados, reproduzidos, conhecidos e reconhecidos em função da manutenção do *status quo* ideológico dominante.

O trabalho documentalista, ou seja, o trabalho de organizar documentos e informações, enquanto participante da construção da representação do real, possui parcela importante na (re)produção simbólica da realidade. Portanto, o saber biobibliográfico, assim como biodocumentário, necessita considerar seu papel sócio-político em suas ações de seleção, representação e classificação dos documentos. Sob o aspecto da biodocumentalidade, vemos surgir uma massa documental que se refere às pessoas e que constrói, a partir de suas coleções e relacionamentos, as classes (produtivos, notórios, revolucionários) que compõem o cenário cultural de heróis e heroínas, das pessoas ilustres, das personalidades e das histórias de vida a serem conhecidas, seguidas e memoradas. A possibilidade histórico-dialética de transformação do mundo pela ação das pessoas, abre brecha para novas conformações sociais. Essa abertura é a possibilidade de ressignificar criticamente, eticamente e politicamente o papel biobibliográfico e biodocumentário, bem como das ações em Organização do Conhecimento no geral, em direção a um desvelamento do mundo, de uma nova cultura biográfica.

Dito de outra forma, esta ação que chamaremos, aqui, de biodocumentação produz uma espécie de coleção de pessoas, uma lista culturalmente materializada de nomes próprios, de informações e documentos biográficos, legados, obras e façanhas ligadas à vida de alguém. Essa lista, ou melhor, essas listas de antropônimos, quase sempre dispersas em suportes diversos (dicionários biográficos, enciclopédias, diretórios, em fachadas de prédios, logradouros, em monumentos, em catálogos, no ambiente Web, nas redes sociais, entre outros), disputam espaços na superfície dos tecidos sociais, estão, quase sempre, na luta

cultural pela hegemonia ideológica de um povo. Essas ações de organizar o conhecimento constroem para si e para o mundo uma realidade documentada, uma ideia para nomear o mundo, para o traduzir. Exemplo, quando documentamos através de um Dicionário Biográfico de Autoras Negras Brasileiras as autoras negras do Brasil, ou através de um Catálogo de Lideranças Ameríndias Contemporâneas, estamos dialeticamente construindo essa classe, visto que essas pessoas estão dispersas desordenadamente no mundo. Ou seja, essa categoria não está dada de forma natural, não está evidenciada em um lugar comum, exceto virtualmente, não estão reunidas em uma região geográfica específica *a priori*, como as prateleiras de uma biblioteca organizada. Ao tempo que as documentamos, visto que já existem no mundo real, estamos, por conseguinte, oferecendo, lançando na disputa simbólica do dizer, o que é o mundo, uma imagem, um enunciado, uma ideia para concorrer à consciência coletiva.

Sobremaneira, esta pesquisa-tese se debruça sobre essa realidade documental onipresente do nome próprio. Posicionados na transdisciplina da Organização do Conhecimento (OC), enquanto território que compreende saberes bibliológicos, biblioteconômicos, arquivísticos, museológicos, documentológicos e informacionais. Investimos na questão da documentalidade dos nomes de pessoas, enquanto mediadores, no âmbito da Linguagem, de uma história de vida (biografia), de um símbolo (um significado cultural) e de um legado material ou imaterial (obra, trabalho, construção do mundo). Essa iniciativa se direciona para o aprimoramento da construção material dessas fontes de informação formais ou informais, impressas ou intangíveis, que constroem ideologicamente a realidade à nossa volta.

Para nós, nesta pesquisa, Organização do Conhecimento é um saber transdisciplinar que perpassa as disciplinas científicas de Biblioteconomia, Bibliografia, Bibliologia, Documentação, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação. Portanto, quando nos referimos a Organização do Conhecimento abordamos o conjunto dessas ações, por vezes com mais ênfase a um ou mais desses domínios apresentados. Por sua vez, ao nos referirmos expressamente a um dos domínios, estamos ainda posicionados na transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento, jamais saímos deste “translugar”, mas queremos nos referir a alguma característica mais presente em um dos domínios. Essa posição não impede

que o mesmo possa ser verificado em maior ou menor medida nos demais modelos teórico-metodológicos da Organização do Conhecimento.

Sobre a transdisciplinaridade, maneira pela qual entendemos a Organização do Conhecimento neste estudo, temos em Olga Pombo (2005, p. 5, grifo nosso), que:

> A minha proposta é muito simples. Passa por reconhecer que, por detrás destas quatro palavras, multi, pluri, inter e transdisciplinaridade, está uma mesma raiz – a palavra disciplina. Ela está sempre presente em cada uma delas. O que nos permite concluir que todas elas tratam de qualquer coisa que tem a ver com as disciplinas. Disciplinas que se pretendem juntar: multi, pluri, a ideia é a mesma: juntar muitas, pô-las ao lado uma das outras. Ou então articular, pô-las inter, em inter-relação, estabelecer entre elas uma acção recíproca. O **sufixo trans** supõe um ir além, uma ultrapassagem daquilo que é próprio da disciplina.

Para nós a Organização do Conhecimento em sua transdisciplinaridade acaba por ir além de uma atuação disciplinar estanque em si mesma, ela transcende. Ela vai além dos limites de uma disciplinaridade em direção a outras disciplinas, como a Bibliografia, Documentação e Ciência da Informação. A transdisciplinaridade é evocada, por sua vez, como um espírito a combater o caráter fragmentário das disciplinas, por Hilton Japiassu (2016, p. 3):

> O grande desafio lançado ao Pensamento e à Educação neste início de século e milênio é a contradição entre, de um lado, os problemas cada vez mais globais, interdependentes e planetários, do outro, a persistência de um modo de conhecimento ainda privilegiando os saberes fragmentados, parcelados e compartimentados. Donde a necessidade e a urgência, para uma reforma do Pensamento e da Educação, de valorizarmos os conhecimentos interdisciplinares e promovermos o desenvolvimento, no ensino e na pesquisa, de um espírito propriamente transdisciplinar. Como abordagem "científica" que pretende ser, mas como abordagem cultural e social que é, o Transdisciplinar diz respeito ao que está entre as disciplinas, através delas e além de cada uma.

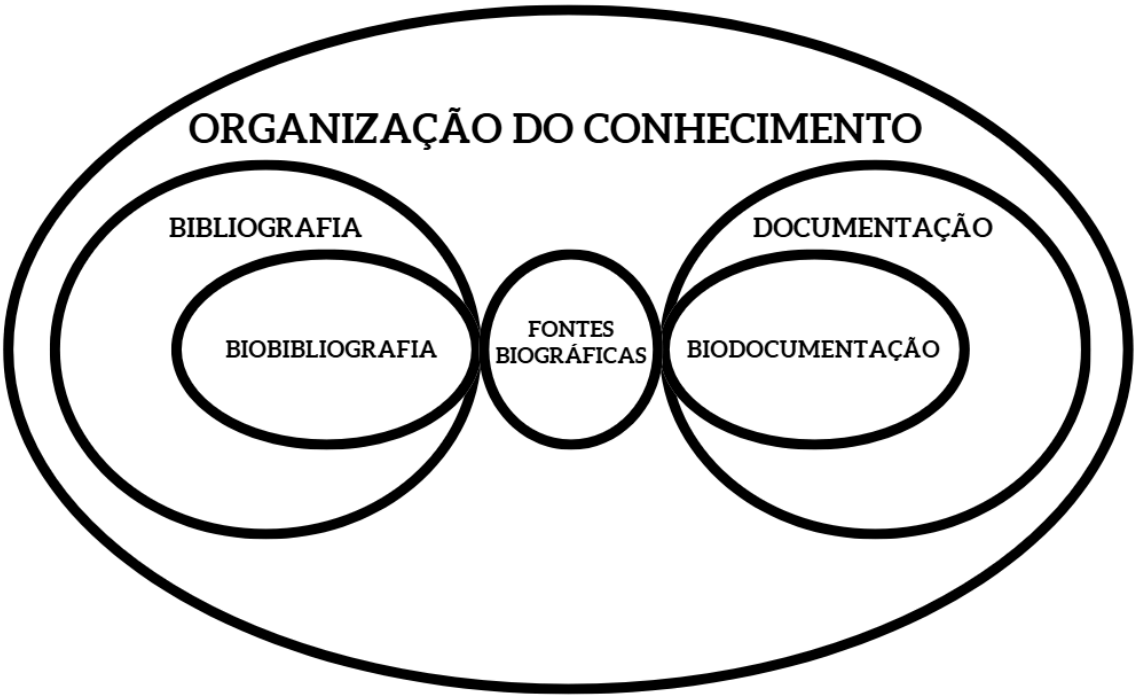
Na epistemologia-histórica da Organização do Conhecimento ou em suas praxiologias, em seus gestos, utilizamos o conhecimento e a técnica da Biobibliografia como ponto de partida para nossas investigações. O estudo acerca da Biobibliografia revela-nos uma tradição bibliográfica que trabalha com

informações biográficas de autorias, uma das personagens modernas centrais no âmbito dos estudos do escrito e do texto. Esse conhecimento biobibliográfico acumulado serve-nos, aqui, como âncora para posicionarmos nosso trabalho no âmbito da Organização do Conhecimento. A Biobibliografia é, também, ponto de partida, fundamento teórico e prático, para nossas explorações acerca da representação e classificação de pessoas. Ou seja, da noção de Biobibliografia, dedicada à pessoa autora, caminhamos para propor o conceito de Biodocumentação (organização de documentos com vista à narrativa biográfica de uma pessoa qualquer). Esta trajetória que propomos, o caminhar da Biobibliografia em direção à Biodocumentação não possui a intenção de sugerir um avanço técnico ou epistemológico de uma práxis sobre a outra. Trata-se, portanto, de uma proposta de deslocamento do objeto em que o saber se aplica. A passagem de uma Biobibliografia de autorias para uma Biodocumentação de pessoas, que congregue toda forma de organização documental e documentalizante de grupos de pessoas não apenas autorias como é a proposta histórica-epistemológica da Biobibliografia.

Para compor o projeto nocional da Biodocumentação, partimos de uma análise da Organização do Conhecimento, principalmente da Teoria da Classificação, enquanto base de todos os nossos estudos. A partir disso, estudamos a questão dos nomes próprios e do espaço biográfico que o documenta, enquanto objetos (matéria-prima) para o trabalho da Biodocumentação. De acordo com nossa trajetória epistemológica, a Biobibliografia está ligada à disciplina bibliográfica consolidada e fundamentada nos estudos da Organização do Conhecimento, já a Biodocumentação se liga à disciplina da Documentação, dos estudos do documento, da Documentação e da Documentalidade. Nós nos debruçamos, principalmente, de autorias neodocumentalistas. No entanto, a Biodocumentação está intimamente ligada à ideia de Biobibliografia, para nós, a Biobibliografia pode ser considerada uma espécie de bibliografia, visto sua filiação disciplinar, mas também como um tipo de biodocumento, visto que este último se aplica às pessoas no geral, e a autoria é um tipo específico de pessoa. No entanto, não elencamos aqui uma hierarquia entre Biodocumentação e Biobibliografia, mas “experiências de fronteiras”. A Biobibliografia está na fronteira da Bibliografia e das Fontes de Informação Biográficas, está contida na ideia de Biodocumentação, mas esta faz fronteira com

as Fontes de Informação Biográficas e a Documentação. A Figura 2, a seguir, ilustra aquilo que queremos dizer.

Figura 2 - Arranjo epistemológico da Biobibliografia e da Biodocumentação frente à Organização do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos ver, concebemos a Organização do Conhecimento como uma transdisciplina que envolve teorias e práticas disciplinares de outras disciplinas científicas. Ela é, como dito, o solo epistemológico central de nossos estudos. Entendemos a Bibliografia e a Documentação como disciplinas que compartilham desse solo comum, o da transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento. Essas disciplinas, por sua vez, contêm, respectivamente, a potencialidade das noções de Biobibliografia e de Biodocumentação no momento em que tocam as fontes de informação biográficas. Essa relação produz duas formas distintas de interação entre a Biobibliografia e a Biodocumentação, da maneira como as temos entendido. Primeiro, pela relação comum com a Organização do Conhecimento, segundo, pela divisa direta com as fontes de informação biográficas. Tanto

Biobibliografia quanto Biodocumentação, como dissemos, estão na fronteira de suas disciplinas e do espaço biográfico em geral. As fontes biográficas, portanto, oferecem a ambas, Biobibliografia e Biodocumentação, o material a ser organizado, nomes próprios (como identificador, representação, de uma pessoa) e suas descrições (dados biográficos, narrativas sobre uma pessoa).

O conhecimento biobibliográfico desenvolvido pela tradição bibliográfica[10] estabelece uma forma comum de representar, descrever, classificar e identificar uma autoria. Através dos catálogos biobibliográficos, dicionários biobibliográficos, dicionários biográficos e controle de autoridades, as práticas da Organização do Conhecimento constroem um saber voltado a congregar o nome, a vida e a obra de autoras e autores colecionados em uma biblioteca.

Porém, como vimos, a cultura documental contemporânea produz, documentalmente, outros nomes próprios que preenchem nossos campos simbólicos de convivência pública. Esses nomes assumem sua documentalidade no momento de sua inscrição ou impressão em suportes materiais diversos. No entanto, a transdisciplina da Organização do Conhecimento, de maneira geral, não tem se debruçado sobre as questões documentais que envolvem o fenômeno documentário do nome próprio de pessoas. Queremos dizer, não se reúne sob a égide de um conceito único, capaz de dar unidade conceitual e técnico, a essas atividades de documentar o nome próprio, a biografia e o legado de heróis e heroínas de nossa história. Há figuras ilustres de nossa trajetória sócio-cultural que não ocuparam o espaço da autoria, da responsabilidade por uma obra escrita, mas que têm na sua própria história, na sua biografia, nas suas lutas, nas suas resistências, em suas ações individuais, a essência de um legado, de uma obra sócio-política, a ser preservada, organizada e disseminada através de fontes de informação.

O trabalho biodocumentário, portanto, não se confunde, esclarecemos desde o início, com o das pessoas historiadoras. Não é a pessoa biodocumentalista ou biobibliográfica que contará a história de vida das pessoas a quem seus saberes e

[10] Entendemos por “Tradição Bibliográfica” a transmissão de ideias, práticas e conteúdos de uma geração de pessoas bibliógrafas para outra. Essa tradição é demonstrada por Fiammetta Sabba (2016) através de um fio histórico desde São Jerônimo, passando por Johannes Trithemius, Conrad Gesner e as pessoas bibliógrafas que se seguiram na História da Bibliografia. O que chamamos de tradição é esse fio, ou “entrega de bastão” que passa do gesto bibliográfico de uma pessoa para outra, que atualiza e aprimora o trabalho de seus antecessores.

técnicas se dirigem. O papel desses artífices está no plano do “meta”, ou seja, no plano de falar sobre os documentos, sobre as informações, que contam a vida de seus personagens-alvo. É, portanto, uma tarefa de Documentação, na medida em que seleciona, reúne, organiza, recupera, preserva e dissemina informações ou documentos que em conjunto, ou em separado, possuem a potencialidade de contar a vida de alguém.

A definição do problema de pesquisa, portanto, se encontra na constante produção de listas, conjuntos, classes, grupos, de nomes próprios de pessoas em diversas esferas e suportes no contemporâneo, seja de forma impressa ou digital, sem estar atentamente acompanhada de processos e técnicas de documentação. Nosso problema de pesquisa, dessa forma, é entender como a Organização do Conhecimento pode contribuir criticamente para a práxis de construção de fontes de informação biobibliográficas e/ou biodocumentárias, como o conhecimento já construído na e para a Organização do Conhecimento pode ser aplicado a este tipo documental específico. Ou seja, como pode a Organização do Conhecimento contribuir para a construção de fontes de informação que representem pessoas através de uma documentalidade?

A noção de práxis para nós será identificada com a ação dos sujeitos na construção/transformação do mundo a sua volta, ação dialética que acaba por também transformar a ele mesmo. Segundo Abbagnano (2007, p.786):

> Com esta palavra [*praxis*] (que é transcrição da palavra grega que significa ação), a terminologia marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações. Marx dizia que é preciso explicar a formação das ideias a partir da “práxis material”, e que, por conseguinte, formas e produtos da consciência só podem ser eliminados por meio da “inversão prática das relações sociais existentes”, e não por meio da “critica intelectual”.

Em contrapartida a noção de “praxiologia” é explicada por Abbagnano (2007, p.786) como “termo criado por Kotarbinsky, para designar ‘a teoria geral da atividade eficaz’, que deveria compreender a totalidade dos domínios da atividade útil dos sujeitos agentes, do ponto de vista da eficácia de suas ações”. A praxiologia, para nós, será o estudo do movimento dialético da práxis.

No Dicionário do pensamento marxista, editado por Tom Bottomore (2001), temos que:

> A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio do qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres (Bottomore, 2001, p. 292).

A práxis será encarada, por nós, de forma panorâmica, como a característica humana, do sujeito histórico, livre e criativa de transformação e criação do mundo humano e de si mesmo a partir das suas relações consigo mesmo e com a natureza. Essa definição da práxis será utilizada como categoria de análise crítica das nossas ações em e com a Organização do Conhecimento. Cabe dizer, neste momento, que não há possibilidade, no ínterim desta tese, de uma revisão aprofundada da fortuna crítica marxiana acerca do conceito de práxis. O termo é importante para toda a tradição marxista, no entanto, tendo em vista o nosso objeto, a Biobibliografia e a Biodocumentação, e a extensão de nossa discussão, resta prejudicada a revisão teórica merecida pelo conceito. No entanto, tentamos compensar em partes essa ausência com as duas definições de dicionário acima, conscientes da incompletude flagrante.

A documentalidade do nome próprio de pessoas produz aquilo que podemos chamar de “biodocumentos”. Esses biodocumentos são variados e dependem de interpretação da pessoa documentalista que fará o tratamento da massa de documentos. Podemos considerar biodocumentos, por exemplo, uma gama imensa de documentos da administração pública com o objetivo de identificar seus administrados, como Carteira de Identidade, Cadastro Único, Carteira de Habilitação, Carteira de Trabalho ou o Título de Eleitor. Outros biodocumentos, podemos elencar, além de identificar as pessoas registram sua história de vida, como a Carteira de Trabalho ou o Assentamento Funcional de um servidor público. Todos, até aqui, reunidos por um nome próprio de pessoa em comum, ou um número único de registro como o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Outros documentos, entretanto, registram algum momento importante na vida de alguém, podemos ver aqui desvelar-se o conjunto dos Atos de Posse, dos Diplomas e Certificados, a Menção Honrosa, a Medalha, as Homenagens, os Monumentos,

entre outros. Estes estão diretamente ligados a algum antropônimo dignatário de tais biodocumentos.

Temos ainda outros documentos, como fotografias, diretórios, currículos vitae, biografias, gravações de áudio, ou vídeos que registram a pessoa e sua trajetória. Também os documentos que se ligam à pessoa por uma relação de produção, são criações da pessoa, quadros, fotografias, escritos, cadernos, anotações, publicações formais, publicações em redes sociais, filmes, músicas, poemas, entre outros. Todos esses de certa forma podem ser identificados como biodocumentos a depender do arranjo que queremos dar à coleção. Por exemplo, na medida em que queremos documentar uma coleção de fotografias ambientalistas, a fotografia A ou B de Sebastião Salgado não estarão organizadas a partir do seu potencial biodocumental, mas a partir de sua “tematicidade”, de sua “agudeza temática”. No entanto, se queremos construir um portal em homenagem à figura do fotógrafo Sebastião Salgado, as fotografias A e B estarão, dentro dessa coleção, exercendo seu caráter de biodocumentação, documentando a trajetória de profissional da fotografia a que pertence o fotógrafo.

Como objetivo geral, a pesquisa busca construir uma discussão histórica, epistemológica e praxiológica do saber Biobibliográfico, como uma transdisciplina oriunda da ciência bibliográfica. A partir desse conhecimento, propomos um novo conceito à Organização do Conhecimento, qual seja, o conceito de Biodocumentação. A ideia aqui colocada é tanto de um reconhecimento e reavivamento da noção biobibliográfica presente historicamente na epistemologia-histórica das biobibliografias, quanto sua potencialização, no sentido de fazer com que seus saberes e práticas sejam aplicados a outros objetos. Em resumo, utilizar o conhecimento acumulado na Organização do Conhecimento sob a forma de Biobibliografia, voltada para as autorias, para fundamentar e fundar a noção de Biodocumentação, voltada para toda pessoa que se queira documentar.

A hipótese central da tese é que os saberes vivos da Biobibliografia, dispersos em diferentes fontes especializadas de informação biobibliográficos constituídas na Modernidade sob a sombra das assimetrias, possam ser aplicados para trabalhar a organização de biodocumentos que registram de alguma forma o nome próprio e a vida das pessoas. A proposta não é o abandono da Biobibliografia, mas o contrário,

como já dissemos, a ideia aqui é de reavivar a ideia biobibliográfica na forma de uma biodocumentação.

Apresentamos os seguintes objetivos específicos: a) primeiro, reconhecer na história epistemológica da transdisciplina da Organização do Conhecimento um fio que costura diversos saberes e práticas com relação aos nomes próprios de pessoas, como a Biobibliografia, a Biobibliometria, os catálogos biobibliográficos, catálogos de autoridade e controle de autoridade, por exemplo; b) propor a noção de Biodocumentação e, por consequência, os conceitos de biodocumento, biodocumentalidade e biodocumentário apoiados na corrente documentalista e neodocumentalista presentes nas discussões contemporâneas em Organização do Conhecimento; c) a partir de uma exploração da práxis biobibliográfica, ou seja, de trabalhos e gestos que consideramos biodocumentários no contemporâneo digital, em contraste com outras provocações históricas e literárias que nos ajudam a refletir sobre a biodocumentalidade explorada, pretendemos analisar de forma crítica aquilo que produzimos atualmente como biodocumentação.

Para alcançarmos esses objetivos é necessário que cumpramos alguns estágios de reflexão e de pesquisa, a fim de que possamos estabelecer um constructo teórico capaz de sustentar nossas metas. Portanto, a pesquisa teórica de fundo bibliográfico corresponde ao estudo dos Antropônimos, da Biografia, de conceitos oriundos da Organização do Conhecimento e da Biobibliografia.

Os nomes próprios de pessoas são analisados a partir de um conjunto de teorias e teóricos do campo da Filosofia, centralmente da Filosofia do Nome Próprio a partir da Filosofia da Linguagem. Esses são divididos em três estágios distintos, o primeiro estágio é o da teoria da denotação, em que temos a figura de Jon Stuart Mill como principal expoente, aqui veremos uma perspectiva em que o nome próprio se comporta apenas como uma referência a uma pessoa, um indicador, não apresentando nenhuma carga de significados. Depois, a corrente dos descritivistas, que consideramos mais coerente para esta pesquisa, com poucas diferenças entre si, consideram o nome próprio como um conjunto de descrições que dizem respeito à pessoa que o nome descreve, portanto, o nome próprio para essa corrente possui significados, possui uma perspectiva semântica para além da referência. Essa segunda corrente congrega teóricos como Gottlob Frege, Bertrand Russel, Ludwig

Wittgenstein e John Searle. O terceiro estágio, proveniente de uma forte lógica-analítica, encontramos Saul Kripke e a noção de nomes próprios como designadores rígidos de uma pessoa.

Com essas reflexões elaboradas com base nos estudos de Filosofia da Linguagem, elaboramos nossa compreensão acerca dos nomes próprios como um elemento de linguagem dotado de caráter referencial e descritivo, construído socialmente a partir das disputas para atribuir significado ao nome próprio de alguém com base nas interpretações que fazemos de sua biografia. Essas construções, portanto, não são únicas, lineares ou rígidas, dependem das suas condições sociais, levam em consideração posições políticas, econômicas e culturais dos indivíduos mediados por seus grupos. Ou seja, os nomes próprios estão em constante atualização de descrições e significados, e podem até mesmo significar enunciados antagônicos a partir dos pertencimentos daqueles que falam o nome ou que o escutam, daqueles que escrevem e daqueles que o lêem. Mas, o nome próprio nunca é neutro, nunca imparcialmente dito, ele está sempre carregado de uma carga significativa, simbólica, ideológica e afetiva.

O primeiro elemento que devemos conhecer para nos referir às ações, aos legados, de alguém é o nome dessa pessoa. Portanto, consideramos o nome próprio como um mediador no âmbito da linguagem de uma história de vida. Se o antropônimo é um conjunto de descrições da pessoa a quem ele faz referência, o nome próprio já tem em si uma narrativa biográfica plenamente explícita, assim como uma multidão de sentidos ocultos. Porém, o espaço biográfico, onde o nome próprio de pessoa possui um lugar de centralidade, trata já de uma esfera de documentação do nome próprio. Ou seja, é um espaço onde podemos encontrar documentos que se relacionam direta ou indiretamente com pessoas e seus nomes próprios. Sendo assim, das discussões acerca do nome próprio passamos à questão da biografia.

Na seção referente à biografia, temos algumas noções que fundamentam nosso pensamento em relação a ela. Por exemplo, a noção de espaço biográfico em Leonor Arfuch se mostra relevante para pensarmos onde se posiciona a Biodocumentação em relação aos materiais biográficos e a produção de instrumentos, fontes de informação, biodocumentários. Por outro lado, Phillipe

Lejeune nos apresenta uma forma específica de biografias, a autobiografia. O contraste biografia e autobiografia é significativo quando pensamos nas redes sociais digitais contemporâneas, no tempo do *self*, ou do "Show do eu" como nos mostra Paula Sibilia, ou a perspectiva da "Escrita de Si" de Michel Foucault. Outra abordagem é encontrada, dessa vez com uma tonalidade crítica mais preponderante, em Pierre Bourdieu em seu texto acerca da "Ilusão Biográfica". Como podemos ver, a questão da biografia, ou do espaço biográfico, ou ainda de questões diretamente ligadas a uma documentalidade da vida dos sujeitos, é trabalhada por autorias diversas, nossa pesquisa tenta apresentar as perspectivas convergentes a nossa proposta de estudo.

Tendo tecido o enlace do nome próprio com a biografia numa espécie de renda biográfica-documental, visto que, para nós, a pessoa se transporta para o mundo da linguagem mediado pelo seu nome próprio, e este em conjunto com as narrativas, informações, de vida da pessoa na forma de biografia. No plano da linguagem, e mais propriamente, da linguagem escrita que é o polo central, mas não único, das discussões em Organização do Conhecimento, o nome próprio e as informações biográficas documentam a vida de alguém. Como dissemos, acreditamos que essa "massa documental"[11] carece de uma organização aos moldes dos processos documentários. Por isso, apresentamos a Classificação, que acreditamos ser um conceito-fim, ou o conceito que mais traduz o conjunto de saberes e técnicas da Organização do Conhecimento, em três perspectivas, uma que consideramos otimista, a da classificação que representa o mundo da maneira como ele é, ou de forma espelhada, "tecnicamente", uma espécie de classificação que pacifica todos os problemas e disputas informacionais, uma espécie de "positivismo feliz". Em segundo plano, uma classificação negativa, demoníaca, a classificação do mal, não no sentido de classificar o mal, mas o mal que classifica as coisas a sua maneira, é a Classificação que produz a figura do subversivo a ser perseguido, ou que esconde o problema da fome, que esconde as religiões africanas de seus sistemas universais de classificação. Por acreditarmos ser a Classificação algo necessário no mundo, para que possamos agir no mundo, uma forma de

[11] Massa documental é aqui entendido como um conjunto de documentos sem forma, sem ordenação, sem estar organizado, espécie de amontoado de coisas heterogêneas, sem possuir uma unidade racionalmente, culturalmente e politicamente constituída a partir dos processos de Documentação.

trabalhar o mundo, mas também termos a consciência dos perigos de uma classificação única, defendemos a perspectiva de uma exomemória desclassificada, a partir dos conceitos de “exomemória” e “desclassificação”, tal como os pensa García Gutiérrez. Estágio final de nossas discussões sobre a classificação e seu trabalho positivo e negativo no mundo, com García Gutiérrez, apontamos a necessidade de pensarmos uma outra classificação, e isto inclui as bio-classificações que impomos aos grupos e às individualidades.

A faceta teórica aportada em uma pesquisa bibliográfica dos temas que sustentam a noção de Biodocumentação se apresenta de forma seletiva, e não exaustiva. Queremos dizer que nesta etapa não apresentamos estudos exaustivos sobre os temas citados acima. Tendo em vista o volume considerável de abordagens sobre o assunto em contraste com o período de tempo em que se planeja uma pesquisa de doutoramento resta a impossibilidade de construir referencial teórico exaustivo. Mesmo porque nossa pesquisa enquanto proposta de construção de um novo conceito para o campo teve que visitar muitos temas e conceitos que sustentam o conceito-alvo, Biodocumentação, não se restringindo à pesquisa bibliográfica de um único assunto, ou de um único objeto, tornando ainda mais difícil a exaustividade das fontes, leituras e das discussões. Dessa forma, a seleção dos materiais a serem utilizados deveu-se principalmente às temáticas e perspectivas trabalhadas pelas autorias em relação aos seus objetos de pesquisa. Tentamos trabalhar com autorias e teorias que contribuíam diretamente para a noção de Biodocumentação que queríamos construir, em detrimento de outras autorias e teorias, também válidas, mas que iam na contramão de nossas propostas.

Da interseção entre nomes próprios, biografias e Organização do Conhecimento, vemos surgir no interior da Bibliografia os gestos biobibliográficos de descrição de acervos. Ou seja, um modo específico de repertoriar as obras a partir da figura das autorias. A Biobibliografia é tratada a partir de sua ligação epistemológica com a Bibliografia, e, portanto, apresentamos aportes nocionais da Bibliografia como forma de basear o pensamento biobibliográfico. Depois, apresentamos algumas das passagens biobibliográficas na história bibliográfica ocidental, para vermos como essa perspectiva biobibliográfica se materializa em diversos fontes de informação. Em terceiro plano, mostramos o que acreditamos ser

desdobramentos biobibliográficos que trabalham o nome da autoria em diversos saberes bibliológicos, desde a produção editorial até a atual representação descritiva do conhecimento.

Em seguida, temos a proposta teórica acerca do conceito de “Biodocumentação”. Com base em noções já trabalhadas na transdisciplina da Organização do Conhecimento como Documentação, Documento e Documentalidade, propomos a transdisciplina da Organização do Conhecimento o conceito de Biodocumentação, de Biodocumento e de Biodocumentalidade. Os primeiros conceitos são trabalhados a partir da corrente conhecida como “Documentalistas”, os francófonos Paul Otlet e Suzanne Briet, e “Neodocumentalistas”, principalmente Bernd Frohmann, com a adição da proposta ontológica de Maurizio Ferraris, bem como das ideias de Maria Nélida González de Gómez.

Acreditamos que a maior contribuição desta pesquisa recai sobre a proposição desses novos conceitos ao campo, quais sejam: *biodocumentação*, *biodocumento* e *biodocumentalidade*, o que nos enseja a necessidade de certificarmos a inexistência dos referidos conceitos na transdisciplina da Organização do Conhecimento. Para tanto, realizamos pesquisas em bases de dados e periódicos de renome internacional especializados no campo em busca de outros trabalhos que possam ter trabalhado estes conceitos. A pesquisa por esses conceitos nas bases de dados demonstra a possibilidade de nos referirmos às práticas de documentação de documentos biográficos, ou às práticas de organização de documentos biográficos, como Biodocumentação, tendo em vista que tal conceito não foi ainda utilizado pela transdisciplina da Organização do Conhecimento para tal fim.

A propositura desses conceitos se justifica de forma teórica e prática na medida em que passa a dar unidade específica a um conjunto de ideias e atividades que são realizadas em centros de documentação sem um termo técnico específico para tal. Acreditamos que tal diferenciação seja capaz de produzir entre os pares uma comunicação especializada sobre o tema, bem como incentivar discussões específicas e essas atividades em contextos sociais além dos centros de documentação, onde o nome próprio segue e seguirá como poder de representação

e convite à metarrepresentação. Consequentemente, acreditamos que a nova unidade conceitual seja capaz de aprimorar a práxis biodocumentária na medida em que o campo passa a enxergar essa práxis como um objeto de conhecimento em seu domínio.

Em última instância, exploramos documentalmente algumas fontes de informação biográficas, cujo caráter material, acreditamos, ser próximos ao conceito de biodocumentação, ora proposto. Apresentamos, portanto, um conjunto de portais digitais, como o Museu da Pessoa, o Memorial Inumeráveis, o Portal Memórias da Ditadura e o Currículo Lattes, entre outros, como ações biodocumentárias que possivelmente se beneficiariam dos conhecimentos em biodocumentação para construirem suas biodocumentalidades. Atrelamos a estes portais, certos conceitos críticos que nos ajudam a pensar e a posicionar ações de biodocumentação sobre o aspecto de uma perspectiva política, não-imparcial, das nossas práticas de documentação.

A pesquisa, portanto, contribui com a transdisciplina da Organização do Conhecimento ao desenvolver novos conceitos capazes de dar unidade a práticas já existentes na realidade. Além disso, a pesquisa desenvolve dialeticamente tais conceitos, atrelados às ações necessárias para a transformação do mundo ao nosso redor, pensando concretamente em ações biodocumentárias realizadas ou em fontes documentais potenciais para a práxis de biodocumentação.

2 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são abordadas questões acerca dos métodos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa em suas duas etapas distintas, a saber: a) uma primeira parte de pesquisa bibliográfica com objetivos teórico-conceituais, que trabalha definições de “nomes próprios”, de “biografia”, de “classificação” e “exomemória” como fundamentos teóricos para pensarmos as noções de “biobibliografia” e “biodocumentação”; b) a segunda parte, trata-se de breve exploração documental, com objetivos demonstrativos e de análise crítica, de dispositivos de informação com caráter biobibliográfico ou biodocumental no contemporâneo digital.

Apresentamos, da mesma forma, algumas considerações metodológicas aplicadas a transdisciplina da Organização do Conhecimento, analisamos algumas das perspectivas metodológicas aplicadas ao campo. Com o objetivo de, justamente, conciliar uma “ponte” entre a Metodologia Científica, enquanto campo de discussões teórico-aplicadas da Epistemologia, ou da Filosofia das Ciências, com a transdisciplina da Organização do Conhecimento, para que possamos, igualmente, observar o que o campo de pesquisa em que nos localizamos pensa ou espera de nossas ações metodológicas no âmbito da pesquisa em Organização do Conhecimento.

Também, nesta seção apresentamos algumas regras procedimentais de escrita desta tese, bem como de sua estruturação. Ou seja, esclarecemos algumas perspectivas e posicionamentos ético-políticos que nos guiaram na escrita do texto da pesquisa e das escolhas de sua ordenação em seções e/ou partes do trabalho acadêmico. Acreditamos que essa breve exposição auxiliará as pessoas leitoras a compreender melhor nossas explanações e considerações sobre o tema.

Acrescentamos que os levantamentos de dados para o referencial teórico e para o território empírico da tese, tanto bibliográficas quanto documentais, não se compõem de estudos exaustivos, não pretendem esgotar o assunto ou as possibilidades de perspectivas e pontos de vista sobre ele, visto que não se trata de um “Tratado sobre a Biobibliografia, ou, sobre a Biodocumentação”. Tendo em vista

a grande quantidade de publicações que trabalham conceitos-chave para a transdisciplina da Organização do Conhecimento que serão trabalhados nesta tese, como “classificação”, por exemplo, ou ainda, a grande quantidade de documentos que consideramos biodocumentários no contexto digital, fazem com que um trabalho exaustivo nesta seara se torne, de fato, uma dificuldade ou um fator de barreira que impossibilita nosso trabalho de pesquisa. Sendo assim, trabalhamos com obras selecionadas de acordo com nossos objetivos e pontos de vista prévios, visto que não é objetivo desta pesquisa o cotejamento ou a análise de pontos de vistas contrários, mas uma atualização da noção de Biobibliografia e a proposta de um novo conceito para a transdisciplina da Organização do Conhecimento, a “biodocumentação”.

Nossa seção está dividida em quatro partes diferentes, o que se traduz em quatro subseções: a) no primeiro, temos algumas considerações fundamentais sobre a metodologia de pesquisa e algumas definições norteadoras acerca dos procedimentos adotados por este estudo; b) um segundo subseção acerca de algumas considerações sobre metodologia de pesquisa no campo da Biblioteconomia, para nós parte da transdisciplina da Organização do Conhecimento; c) na terceira parte, temos nossa concepções procedimentais acerca da escrita e organização do texto desta tese; d) por fim, uma síntese de como os saberes metodológicos visitados nas três subseções anteriores são aplicados nesta pesquisa.

2.1 Fundamentos metodológicos essenciais

Conforme podemos verificar em Marina Marconi e Eva Lakatos (2003), o conhecimento científico não se distingue do conhecimento vulgar, ou popular, pela natureza do objeto ou por sua veracidade. O caráter diferenciador, segundo as metodólogas, são os métodos e os instrumentos utilizados na construção do conhecimento, ou do saber, por elas disseminados. Portanto, a forma como observamos os objetos ou os fenômenos que nos cercam definirá se o conhecimento que produzimos ao investigar tal coisa será de natureza científica ou não. Ambas, pessoas cientistas e pessoas não-cientistas, dessa forma, podem tecer

inferências e construir saberes sobre determinado fenômeno ou objeto (Marconi; Lakatos, 2003).

Como visto em Marconi e Lakatos (2003), o conhecimento popular se caracteriza como predominantemente superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico. É importante perceber os perigos das generalizações e/ou de certos estereótipos pré-concebidos em relação ao conhecimento popular, saber rico de experiências e assentado na imediatez concreta do real, enquanto o conhecimento científico é caracterizado como real, verificável, sistemático e aproximadamente exato como descrevem Marconi e Lakatos (2003). Sobre o conhecimento filosófico elas citam características como valorativo, racional, sistemático, não verificável e exato (Marconi; Lakatos, 2003). Defendemos, aqui, uma posição dialética em relação a esses níveis e/ou tipos de conhecimento. Não se trata aqui de uma extinção de um pelo outro de nível mais elevado. A ideia de erradicação dos saberes populares só é possível em idealizações distópicas. O próprio movimento em direção ao saber científico ou filosófico parece-nos iniciar-se em saberes popularmente difundidos. O que nos faz pensar no movimento dialético da construção dos saberes científicos e filosóficos, que podem ser hierarquizados sob a perspectiva da confiabilidade, da técnica, da replicabilidade, dos efeitos e dos produtos. No entanto, ainda resta-nos pôr em condições equitativas os saberes culturais, étnicos e religiosos não intolerantes, não prejudiciais e não violentos.

> Por sua vez, estas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa: um cientista, voltado, por exemplo, ao estudo da física, pode ser crente praticante de determinada religião, estar filiado a um sistema filosófico e, em muitos aspectos de sua vida cotidiana, agir segundo conhecimentos provenientes do senso comum (Marconi; Lakatos, 2003, p. 80).

Da mesma forma, acreditamos que, em determinadas situações, as pessoas possam agir baseadas em diversas formas de saberes. Ao construirmos uma cadeira, por exemplo, pode-se imaginar um primeiro artesão que a construa com base em conhecimentos técnico-científicos, em concepções de física, de geometria e da composição dos materiais. Há uma segunda figura do artífice que possui uma compreensão empírica do produzir uma cadeira, alguém que, mesmo sem a formação científica do primeiro caso, aprendeu na prática com outros carpinteiros

uma forma de construir a cadeira. De outro lado, temos uma terceira figura possível, a de alguém que habituado a ver muitas cadeiras no mundo, acredita ser uma tarefa tão simples de ser feita que não há necessidade de um conhecimento prévio para tal.

Talvez tenhamos, ao final de nossas figuras imaginadas, três cadeiras construídas. No entanto, o primeiro artesão terá, em tese, maiores condições de produzir uma cadeira segura, confortável e com diferentes *designers*. Provavelmente, ele será, dentre os três, aquele cuja praxiologia fará avançar de forma criativa e inovadora, mas garantindo a ciência e a usabilidade, o objeto que produz. O segundo, de forma análoga, aprendeu o ofício, ele consegue, sem dúvida produzir inúmeras cadeiras, mas falta-lhe o conhecimento técnico-científico que lhe proporcionaria os meios da inventividade segura de outras formas de cadeira. O terceiro, por sua vez, produziria, muito provavelmente, algo parecido com uma cadeira, lhe falta conhecimentos prévios, tanto teóricos quanto práticos. O produto até poderia ser utilizado para sentar-se, mas não estaria nos modelos de uma cadeira ideal, que transmita segurança, que seja confortável ou com níveis aceitáveis de usabilidade.

A ilustração serve-nos para distinguirmos, de forma didática, dimensões diferentes de saberes e, portanto, diferentes dimensões de ações e efeitos (produtos) desses conhecimentos. Não podemos dispor que esses diferentes saberes estejam em um mesmo nível de confiabilidade e acurácia, por exemplo. Essa simples concepção implica, para esta tese, uma perspectiva da dimensão desejada do saber no momento de trabalharmos ou construirmos determinados produtos. No nosso caso específico, dado aquilo que chamamos de “onipresença dos nomes próprios” e, por conseguinte, a documentalidade destes em diversas fontes de informação, observamos uma multidão de aparatos documentais que organizam documentalmente os nomes próprios e as biografias das pessoas sem a construção de um saber biodocumentário ou de profissionais com conhecimento técnico-científico adequado aos processos de documentação do nome próprio. Portanto, o método científico para estudar o fenômeno e o conceito da “Biodocumentação” parece-nos o mais apropriado para fazer avançar as técnicas e os produtos desta ação biodocumentalizante do mundo dos nomes próprios.

Por sua vez, Christian Laville e Jean Dionne (1999) versam sobre o conhecimento científico sobre outro prisma. O conhecimento científico não se confunde com “saberes espontâneos”, “senso comum”, “opiniões sem embasamento teórico ou prático”, “intuições”, “tradições” ou “dogmas”. O conhecimento científico é um saber racional, que começa a se objetivar no século XVII, entre o experimental e o racional, empirismo e racionalismo:

> Um saber racional, pensa-se cada vez mais, constrói-se a partir da observação da realidade (empirismo) e coloca essa explicação à prova (experimento). O raciocínio indutivo conjuga-se então com o raciocínio dedutivo, unidos por esta articulação que é a hipótese: é o raciocínio hipotético-dedutivo (Laville; Dionne, 1999, p. 23, grifo nosso).

Esse tipo de conhecimento, construído com bases em métodos científicos, é o almejado pela ciência, e participa daquilo que buscamos na pesquisa relatada por esta Tese. O raciocínio hipotético-dedutivo, tal como descrito por Laville e Dionne (1999), predominou massivamente, nesses moldes, as ciências matemáticas, as ditas ciências exatas e da natureza, ciências “duras”, como costumam ser chamadas.

> Mas é no século XIX que a ciência triunfa. No domínio das ciências da natureza, o ritmo e o número das descobertas abundam. Mas, saem dos laboratórios para ter aplicações práticas: ciência e tecnologia encontram-se. A pesquisa fundamental, cujo objetivo é conhecer pelo próprio conhecimento, é acompanhada pela pesquisa aplicada, a qual visa a resolver problemas concretos (Laville; Dionne, 1999, p. 25).

É conhecido como as ciências exatas ganham cada vez mais prestígio no meio social na medida em que se convertem em ciências aplicadas, produzindo novas técnicas e instrumentos a partir da Tecnologia (enquanto estudo da técnica). Esse tipo de pesquisa revoluciona desde as técnicas da agricultura às máquinas fabris, facilitam a produção e a distribuição das mercadorias pelo capital, participam, portanto, em consequência das “migalhas” que o mundo dos capitalistas lhes oferecem. Mesmo assim, no mundo científico capitalista essas pesquisas adquirem vasto prestígio em relação às demais pesquisas “não aplicadas” ou com aplicações não tão interessantes à ideologia capitalista dominante.

As Ciências Humanas e Sociais, por sua vez, não ficam imunes a essas influências. Durante a segunda metade do século XIX, elas se aproximam dos métodos das Ciências Exatas, na forma espiritual do Positivismo. A doutrina positivista prega para as Ciências Humanas e Sociais: o Empirismo, conhecimento que parte da realidade percebida pelos sentidos; a Objetividade, reconhecimento do objeto tal como ele é; a Experimentação, testar os fatos e as hipóteses para descortinar o fenômeno; a Validade, afasta elementos que perturbam os resultados, uma espécie de perspectiva quantitativa; a produção de Leis e Previsões, determinismo da humanidade e das relações sociais (Laville; Dionne, 1999).

Os imperativos positivistas não são, por nós, abandonados totalmente. De todo modo, há que se criticar uma visão atomista (na medida em que separa o fenômeno social das relações sociais), instrumentalizada (coisificação do pensamento das Humanidades e das Sociais), quantitativa (explicação dos fenômenos sociais complexos por mera simplificação em números) e determinista (retirada da figura da humanidade e das relações sociais de seu caráter histórico, dinâmico e dialético). Essas perspectivas são fortemente criticadas pelas Teorias Críticas da Escola de Frankfurt, tendo em Max Horkheimer um dos maiores expoentes dessa crítica, no que ele chamou de *Eclipse da Razão* (Horkheimer, 2002).

Uma primeira divisão geral dos métodos que podem ser utilizados, segundo Marconi e Lakatos (2003) está nas figuras do método indutivo, método dedutivo, método hipotético-dedutivo, método dialético e outros métodos utilizados pelas ciências sociais.

Com vistas aos nossos objetivos e à realidade de nossa pesquisa, trabalhamos aqui com a noção de “método de abordagem” e “método de procedimento” tal como definidos por Marconi e Lakatos (2003). O método de abordagem seria aquele cuja inspiração filosófica ou nível de abstração se encontra no âmbito mais geral da concepção metodológica. Dito de forma mais simples, seria a abordagem metodológica mais ampla no que diz respeito ao nível de abstração dos objetos ou dos fenômenos. Nesta pesquisa-tese caracterizamos nosso método de abordagem como “dialético”, visto que “penetra o mundo dos fenômenos através

de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade" (Marconi; Lakatos, 2003, p. 106).

Isso se verifica na concepção de "contradição interna" da realidade, sempre em movimento a partir da luta de contrários em seu interior. Como no movimento dialético biobiobibliográfico e biodocumentário que evidenciamos na construção da representação dos sujeitos. O movimento dialético, por sua vez, nos dá uma perspectiva da inovação, ou seja, da própria mudança gestada no interior dos fenômenos, acreditamos que a biodocumentalidade surge dos antigos trabalhos biobibliográficos em dicionários biográficos de autorias. Veremos como isso se aplica, portanto, na unidade dos contrários: por exemplo, no conceito de nomes próprios, entre referência (aponta) e descrição (significa); na noção de classificação, entre representação e construção, entre preservação e perigo.

Já os "métodos de procedimento" estão ligados às etapas concretas da investigação (Marconi; Lakatos, 2003, p. 106). Nosso estudo leva em consideração um método próprio que culmina em etapas de discussão epistemológica e histórica, utilizando o que as autoras Marconi e Lakatos (2003, p. 112) denominam "uso concomitante dos diversos métodos", utilizando-se de metodologias variadas. Nosso estudo utiliza em algumas de suas etapas métodos históricos e comparativos, mas se assemelha de forma mais preponderante ao método estruturalista:

> O método parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se a seguir ao nível do abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo retornando por fim ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social (Marconi; Lakatos, 2003, p. 111).

Justificamos nossa caracterização pelas próprias etapas que constituem nossa pesquisa, o estudo teórico e das experiências concretas dos nomes próprios, suas biografias e tipos de organização destes no mundo real. Seguidos da abstração dessa organização através dos conceitos de "biobibliografia" e "biodocumentação" para, por fim, retornarmos às múltiplas experiências biodocumentárias observadas no mundo contemporâneo digital a fim de poder-lhe analisar a estrutura, a experiência e os efeitos socialmente estruturados.

Sendo a pesquisa, uma proposta conceitual acerca da biodocumentação em seu movimento dialético de representação da pessoa no mundo através de seu nome próprio e de sua biografia, havemos de observar a noção de teoria que, para Marconi e Lakatos (2003, p. 114), trata-se de: “um conjunto de princípios fundamentais, que se constituem em instrumento científico apropriado na procura e principalmente na explicação dos fatos”. Portanto, a teoria dos nomes próprios e da biografia constituem-se em aparelhos de análise e exploração da documentalidade da pessoa no mundo estruturado da organização das informações em que vivemos. Essas teorias são, para nós, fonte de um sistema conceitual que nos apoia no desenvolvimento das noções de “biobibliografia” e “biodocumentação”, em seu movimento dialético mediado pelas disciplinas bibliográficas e documentalistas. Portanto, em sua noção dialética teoria-fato, construímos nossa pesquisa a partir de conceitos e teorias que estão amplamente ligadas diretamente a fatos documentais observados e explorados na pesquisa acerca da documentalidade do nome próprio, da biografia e das pessoas em uma exomemória estruturada por ações de Organização do Conhecimento.

Fato é que o método científico é aquilo que utilizamos no campo científico para produzir conhecimento científico. Ele, o método é o instrumento, o meio necessário, o trajeto a ser seguido: “não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (Marconi; Lakatos, 2003, p. 83). Dessa forma, o método científico preconiza um conjunto de atividades sistemáticas e racionais a serem seguidas por pessoas cientistas que buscam estudar seus objetos de pesquisa e extrair desses estudos aquilo que chamamos de conhecimento científico.

Acerca da pessoa pesquisadora e de suas ações de pesquisa para construção e produção de conhecimento, Christian Laville e Jean Dionne (1999) resumem da seguinte forma:

> De fato, o pesquisador é alguém que, percebendo um problema em seu meio, pensa que a situação poderia ser melhor compreendida ou resolvida, caso fossem encontradas explicações ou soluções para a mesma. Pensando dessa forma, já dispõem, em geral, de uma pequena ideia a respeito das explicações ou soluções plausíveis: algumas hipóteses. Mas resta confirmar se essas hipóteses são válidas, verificá-las na realidade, tirar as conclusões apropriadas de suas observações. A grosso modo, a pesquisa nas ciências humanas, como, aliás, a pesquisa em geral, é isto: perceber um problema teórico ou prático a ser resolvido, formular uma hipótese, testá-la e tirar conclusões (Laville; Dionne, 1999, p. 11, grifo das autorias).

A figura da pessoa que trabalha com pesquisa, e aqui falamos mais especificamente da pesquisa científica, é alguém que, na observação e exame atento e interessado do mundo e da realidade a sua volta, consegue notar algum tipo de injustiça, dificuldade, desequilíbrio ou incorreção do conhecimento acumulado até então ou da ordem e das relações existentes no mundo. Ao perceber que o observado pode ser resolvido ou aproximado de uma solução, ou seja ao acreditar que possa contribuir para a melhoria daquele quadro ou para desenvolver um melhor entendimento da situação, ele de forma simultânea já “desconfia” de possíveis soluções para o problema. Essas ideias formuladas com vistas à explicação ou solução do problema são o que os autores chamam de “hipóteses”. Com o objetivo de que essas hipóteses transformem-se em novos conhecimentos e possa efetivamente agir sobre o problema identificados, a pessoa pesquisadora deve empreender etapas de verificação, testar sua hipótese (sua possível solução ou explicação) para auferir se esta se justifica e se sustenta. Para que isso aconteça, é necessário que essas etapas e ações sejam orientadas por um método, o método científico, “o método indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realizá-la com eficácia” (Laville; Dionne, 1999, p. 11). Mais que isso, o método é garantia de que o conhecimento produzido é verdadeiro e confiável dentro dos limites e das balizas da pesquisa.

Ainda sobre a atuação da pessoa que pesquisa frente ao seu objeto de estudo, diz-nos Laville e Dionne (1999, p. 34):

> Na realidade, o pesquisador não pode, frente aos fatos sociais, ter essa objetividade, apagar-se desse modo. Frente aos fatos sociais, tem preferências, inclinações, interesses particulares; interessa-se por eles e os considera a partir de seu sistema de valores. Seria

> inadequado perguntar se o pesquisador que estuda a lei da gravidade universal gosta ou não dos corpos que se atraem. Por outro lado, é difícil imaginar que, sobre a questão da evasão escolar - retomando esse exemplo -, o pesquisador não tenha qualquer concepção prévia. De fato, é provável que estime, ao menos, que a evasão escolar não é algo bom. Seus valores lhe dizem. E é com esse preconceito que aborda seu objeto e sobre ele fará o estudo. Advinha-se, com facilidade, que a informação que irá procurar e os conhecimentos que daí tirará serão subjetivos. Mas pode-se abordar os fatos humanos com um total desinteresse, como se pode fazer nas ciências naturais quando se interessa pela gravidade universal? Em ciências humanas, o pesquisador é mais que um observador objetivo: é um ator aí envolvido.

A pessoa que pesquisa já possui em sua cognição teorias e ideologias que significam a sociedade de uma certa forma para si. As relações sociais tais como as percebemos estão, sempre, refratadas por um pensamento prévio que sustentam as formas pelas quais significamos essa realidade. As pesquisas das relações sociais não possuem a possibilidade de um olhar puramente desinteressado. O próprio fato de olhar, perceber um problema e dedicar-se a solucioná-lo já é, em si, impulsionado pela subjetividade da pessoa pesquisadora. Existe, portanto, em toda pesquisa social um caráter subjetivo, de posição cultural e político em relação àquilo que se estuda. Isso, sem dúvida, irá direcionar a pesquisa. No entanto, não podemos deixar que nossa perspectiva teórica se tornar em paixão para guiar métodos e conclusões da pesquisa impetrada. Para que a pesquisa seja efetiva e verdadeira, há que se estar atento até onde a nossa subjetividade enquanto pessoas da pesquisa científica está interferindo em nossas observações, testes, discussões e conclusões. Queremos dizer que é necessário uma posição ética perante a pesquisa, para isso é necessário que reconheçamos o elemento subjetivo inerente à pesquisa social e humana, mas que saibamos também os limites de sua interferência.

> Em outras palavras, o papel do pesquisador é reconhecido, bem como sua eventual subjetividade, que se espera, todavia, ser racional, controlada e desvendada. É sob esse ângulo que, a partir de então, define-se a objetividade, relacionada mais ao sujeito pesquisador e seu procedimento do que ao objeto de pesquisa (Laville; Dionne, 1999, p. 39).

Ainda sobre a figura da pessoa pesquisadora, temos que:

> Com efeito, antes de influenciar a sociedade com suas pesquisas, o pesquisador é ele mesmo por elas influenciado. Vive cercado pelos

> interesses, pontos de vista, ideologias que animam a sociedade. Tem seus próprios interesses, pontos de vista e ideologias, como todo mundo, preocupações com emprego e carreira; espera o reconhecimento social e do meio científico; também possui necessidades particulares, financiamentos para suas pesquisas, por exemplo (Laville; Dionne, 1999, p. 60).

Conforme citação acima, a pessoa que exerce o papel de pesquisadora científica das humanidades e das ciências sociais influencia e é influenciada por suas pesquisas, por teorias, pontos de vista e ideologias que já a animavam antes do início da pesquisa em si. Esse ponto é fundamental para entendermos como "parte do jogo" que se escolha no momento do estabelecimento de um percurso de pesquisa, certos caminhos em detrimento de outros, escolha essa da qual não podemos nos furtar. Também temos que ressaltar que, além do interesse e das influências da pessoa que se propõe a pesquisar determinado objeto, há a função social e a responsabilidade.

> É na conjunção desses fatores sociais e de sua personalidade que o cientista pratica seu ofício e assume suas responsabilidades sociais. Parece, por vezes, ir contra a corrente das tendências sociais dominantes. Em outros momentos, contribui para sua alimentação e até para sua justificativa. A história das ciências humanas está repleta de tais contribuições e justificações. Através delas, vêem-se as tendências e os interesses de uma época, e, também a função social e as responsabilidades dos pesquisadores (Laville; Dionne, 1999, p. 60).

Outra característica metodológica das Ciências Humanas e Sociais no contemporâneo é descrita por Laville e Dionne (1999) como "Multidisciplinaridade":

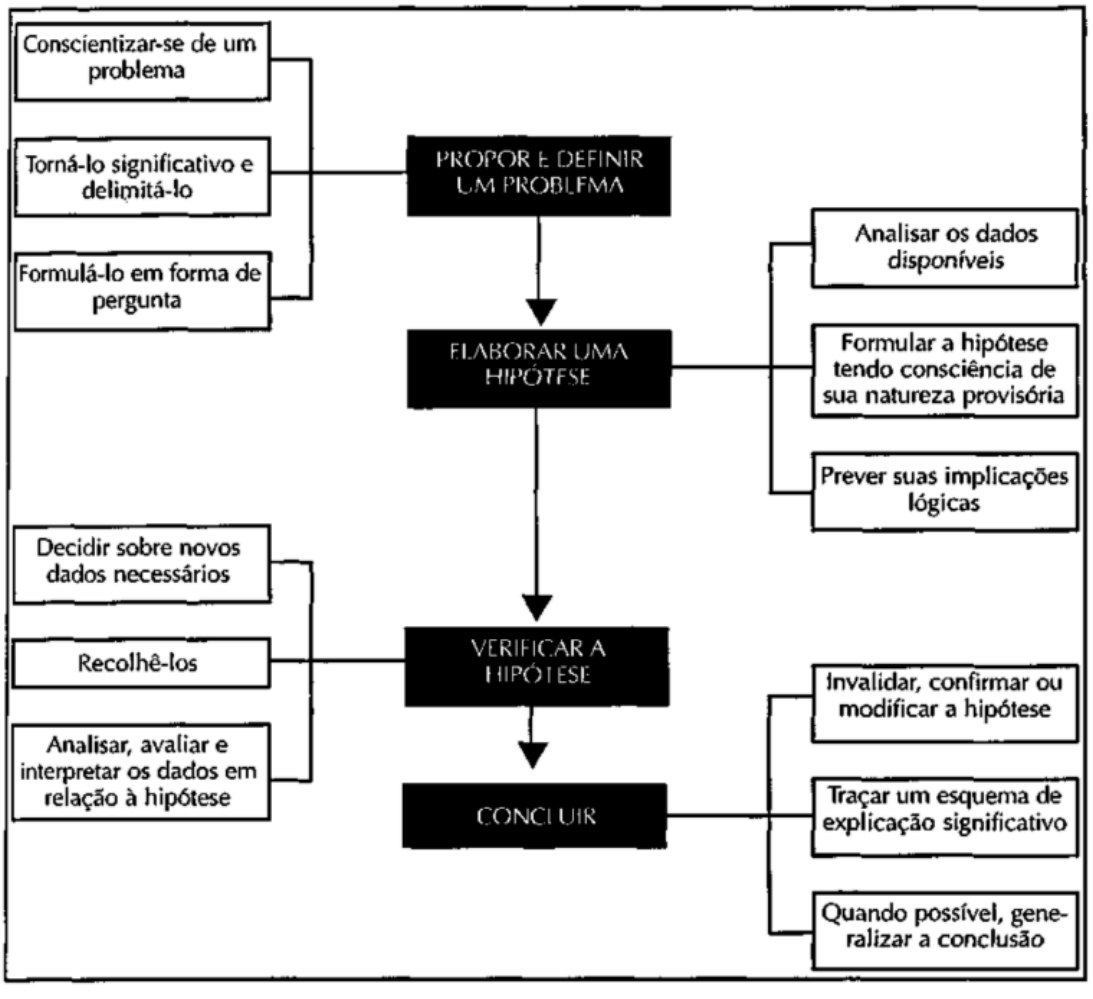
> O que se desenvolve, então, é uma abordagem multidisciplinar, que consiste em abordar os problemas de pesquisa apelando às diversas disciplinas das ciências humanas que nos parecem úteis. Os modos de fazer são diversos. Um pesquisador pode se inspirar em perspectivas de disciplinas vizinhas, usar seus aparelhos conceituais e analíticos, tomar emprestado certas técnicas de abordagem, multiplicar os ângulos de questionamento e de visão (Laville; Dionne, 1999, p. 44).

A multidisciplinaridade contribui para que o diálogo entre teorias e conceitos entre as diferentes determinações científicas. O positivismo contribuiu muito no âmbito das formações das ciências para essa distinção e delimitação geo-epistemológica ultra-determinada e rígida. No entanto, essa perspectiva tem se

aberto cada vez mais a noções de multidisciplinaridades e interdisciplinaridade. Sabemos nesse tipo de pesquisa que nossas hipóteses ou teorias não são as únicas possíveis, que não há um caráter de determinação do objeto, mas na medida em que nos despimos de ideologias que causam verdadeiras vertigens na maneira como enxergamos as relações e produtos sociais, nos aproximamos de uma objetividade tanto dos sujeitos que estudam quanto dos objetos estudados. Não podemos nos deixar cair no nível do relativismo científico em que todas as visões formuladas sobre um mesmo objeto estejam em um mesmo nível de acuidade.

O resumo das etapas da metodologia científica conforme entendida por Laville e Dionne (1999) estão dispostas na figura a seguir:

Figura 3 - Etapas principais e desdobramentos da metodologia científica



Fonte: Inspirado em Barry Beyer, *Teaching in Social Studies*, Columbus (Ohio): Charles E. Merrill, 1979. p. 43.

Fonte: Laville e Dionne (1999, p. 47).

O eixo principal comporta quatro etapas diferentes: “Propor e definir um problema”, com suas sub-etapas de conscientização, significação e formulação do problema; etapa de “Elaboração de uma hipótese provisória”, dividida em análise dos dados disponíveis, formulação da hipótese e previsão dos efeitos; terceira etapa, verificar a hipótese, verificar a necessidade de novos dados necessários, recolher e explorar os dados recolhidos; por fim, a etapa de conclusão, onde se confirma ou invalida a hipótese, traça esquemas e se possível estabelece-se generalizações.

Tendo em vista nossa pesquisa que posicionamos no âmbito da transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento, levando em consideração todos as suas transdisciplinaridades modernas - Bibliologia, Bibliografia, Documentação, Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação -, atrelada à sua classe maior, ou seja, das Ciências Sociais Aplicadas. E levando em consideração o objeto de nossa pesquisa, as fontes de informação biográficas coletivas, aquelas como os Dicionários Biográficos ou os repertórios que descrevem, representam e classificam pessoas. Buscamos nessa discussão acerca dos métodos em Ciências Humanas e Sociais estabelecer, discutir e esclarecer aquilo que pensamos sobre a dinâmica metodológica de produção de conhecimento para esse tipo de pesquisa científica social.

Admitimos que a escolha do objeto de pesquisa e as teorias utilizadas para analisá-lo são de certa forma arbitrárias de acordo com aquilo que acreditamos ser as melhores “lentes” para ver e explicar o mundo ao nosso redor. Dessa maneira, a multidisciplinaridade, que alcança esse tipo de ciência como um todo, justifica nosso entrecruzamento de diferentes teorias. Principalmente nas etapas de discussão teórico-conceitual a pesquisa se vale de instrumentais nocionais para o debate e análise das questões aventadas. Para nós, o que poderia parecer um conjunto incoerente de teorias e conceitos demonstra, na verdade, o caráter polissêmico de múltiplas perspectivas pelas quais o objeto de estudo pode ser pensado, e as diversas dimensões do conhecimento em que pode ser discutido.

A pesquisa fundamentada na multidisciplinaridade das Ciências Humanas e Sociais aponta uma espécie de interesse pelo conjunto, pela totalidade, do fenômeno social que desejamos estudar. Tentando identificar, evidenciar e discutir de forma crítica seus aspectos políticos, filosóficos, epistemológicos,

político-econômicos (aqui, principalmente uma economia política simbólica), históricos, sociais e culturais, em uma perspectiva que vai do âmbito interno da Organização do Conhecimento em direção às outras áreas das Ciências Sociais e Humanas, e vice-versa.

A primeira etapa, que compõe o referencial teórico de nossa pesquisa, composta das seções primárias três, quatro e cinco (estudo do antropônimo, da biografia e da classificação), constitui-se em uma pesquisa bibliográfica que seleciona trabalhos relevantes para discussão reflexiva das temáticas e que estejam em sintonia com as ideias previamente colocadas para o estudo, bem como na discussão histórico-epistemológica acerca das relações entre Bibliografia e Biobibliografia, presente nas seções primárias seis e sete (da biodocumentação). Na oitava seção primária, temos a exploração documental propriamente dita de fontes disponíveis no contemporâneo digital que classificamos como possuidores de um caráter biodocumentário. Portanto, a pesquisa se divide em duas etapas, do ponto de vista metodológico, uma primeira que se utiliza da pesquisa bibliográfica, e a segunda que impetra uma espécie de exploração documental.

Antonio Carlos Gil (2002, p. 44) define pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é indispensável em estudos históricos, portanto, necessária em nossa pesquisa majoritariamente teórica, histórica e epistemológica acerca do conceito de Biobibliografia, com vistas de propor o conceito de biodocumentação. Sobre a leitura do material, Gil (2002, p. 78) fala da leitura seletiva do material: “determinação do material que de fato interessa à pesquisa. Para tanto, é necessário ter em mente os objetivos da pesquisa, de forma que se evite a leitura de textos que não contribuam para a solução do problema

proposto”. Tendo em vista o delineamento do tema e dos objetivos, tanto gerais quanto específicos, e considerando a impossibilidade da exaustividade de nossa pesquisa, conforme explicado na seção introdutória, acreditamos que a seleção do material a ser lido é de grande relevância para a pesquisa. Tendo em vista, conforme dito, que não almejamos uma pesquisa científica alienada de seus produtos e efeitos, ou ainda de sua ação no mundo, temos um fundamento téorico, ético e político que estruturam o “ponto de chegada” da pesquisa em questão. Queremos dizer, uma perspectiva crítica acerca da Organização do Conhecimento, consciente de suas relações contextuais e sócio-políticas com o mundo, sem cair “fantasia” de uma pesquisa “desinteressada” ou “imparcial” em relação ao seu objeto e objetivo. Nesse sentido, de forma paralela, reafirmamos nossa transparência e observação dos procedimentos metodológicos que em função daquelas condições basilares e preliminares, alçaram nossas ações de pesquisa em de fato um estudo científico. Essas balizas facilitam, acreditamos, de certa forma, a escolha das leituras.

Já aquilo que chamamos de exploração documental, segunda etapa do trabalho, trata-se de uma interação daquilo que Gil (2002) chamou de pesquisa documental em relação a sua classificação da pesquisa como exploratória. Portanto, vejamos as duas definições para que possamos extrair delas a síntese de um método exploratório documental. Gil (2002) aborda a pesquisa documental como sendo muito semelhante à pesquisa bibliográfica, a principal diferença se encontra na natureza dos documentos e na interpretação dos dados do mesmo. Esses documentos não são de natureza bibliográfica (teses, dissertações, artigos científicos, anais ou livros, por exemplo). A interpretação, também, segundo Gil (2002), leva em consideração, na maioria das vezes, métodos quantitativos ou de análise de conteúdo, este último é como abordaremos os biodocumentos alvos de nossa exploração. Em Gil (2002, p. 88) temos que “o material utilizado nas pesquisas documentais pode aparecer sob os mais diversos formatos, tais como fichas, mapas, formulários, cadernetas, documentos pessoais, cartas, bilhetes, fotografias, fitas de vídeo e discos”. Como dito, a etapa de exploração documental de nossa pesquisa traduz-se na análise das praxiologias biodocumentárias dispersos em diversas fontes de informação no contemporâneo, principalmente aqueles em meio digitais.

Em relação às pesquisas exploratórias, Gil (2002, p. 41) as define como tendo “objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. O planejamento deste tipo de pesquisa é considerado por ele como sendo mais flexível. Trata-se de explorar e analisar exemplares que auxiliam-nos na compreensão do objeto por nós estudado. No nosso caso específico, a exploração dos materiais biodocumentários nos proporcionará maior compreensão de nossas ações documentárias no seu todo, ou seja, em relação à sua teoria, a sua técnica e as suas relações com o todo sócio-político, podemos dizer, os seus efeitos na realidade socialmente construída.

Dessa forma, ao nos referirmos à exploração documental, em conclusão, trata-se de uma procura em face do reconhecimento de um gesto biodocumentário em diferentes tipos de material informacional. Essa exploração nos oferece a possibilidade de analisar como esses materiais têm sido construídos, o que nos permite aprimorar a práxis biodocumentária.

2.2 Noções de metodologia da pesquisa na transdisciplina da Organização do Conhecimento

Sobre metodologia da pesquisa em Organização do Conhecimento, temos a perspectiva de Solange Puntel Mostafa em conta. Em suas questões filosóficas, Mostafa (1983) diz-nos que a produção de conhecimento na Modernidade perpassa por uma fusão de correntes diversas como o empirismo e o idealismo. Para isso não basta apenas descrevermos o mundo (objetivismo empirista), como se o conhecimento fosse parte do objeto que estudamos, e em assim sendo, bastasse à pessoa que pesquisa, que produz conhecimento, despir-se de toda parcialidade para dizer o que o objeto é “realmente”. Tampouco devemos dizer o que gostaríamos que fosse o objeto de pesquisa, como se a nossa subjetividade individual, por si só, contivesse toda a potência semântica do mundo, ou seja, como se nós moldássemos o mundo a partir somente de nossas ideias, ou daquilo que pensamos do mundo (subjetivismo, idealista) (Mostafa, 1983).

Assevera Mostafa (1983, p. 222, grifo nosso): “Depois da fusão, conhecer não é simplesmente o ato de descrever o mundo tal qual é (objetivismo, empirismo), ou

tal qual gostaríamos que fosse (subjetivismo, idealismo), mas é **transformá-lo**, é ter sobre ele uma intenção prática". Destacamos a palavra transformação, o objetivo do conhecimento que produzimos em nossas pesquisas é transformar o mundo. Partindo do reconhecimento de um problema no mundo, e acreditando sermos capazes de lhe promover uma solução ou uma melhoria através da pesquisa científica, como o fazemos, o conhecimento gerado através daquela fusão (empirismo e idealismo, objetivismo e subjetivismo), em equilíbrio, se destina a transformar o mundo, mesmo que através da solução de um pequeno problema.

No pensamento de Mostafa (1983) o método de pesquisa, ou a produção científica em si, decorre de uma discussão epistemológica do que seja o conhecimento produzido por nós. Queremos dizer, saber o que é a Organização do Conhecimento e seus "derivados", como por exemplo o saber da Biobibliografia, objeto de nossa pesquisa, irá transformar toda a gama de pesquisa que se possa realizar sobre ela. Da mesma forma, a episteme da própria Organização do Conhecimento influencia os demais conceitos e práticas que sob ela agrupamos.

> São duas as posições ligadas ao ato de conhecer; são também duas as posições ligadas ao fazer bibliotecário: ou se tem o bibliotecário apenas como um meio de transmissão entre o que gera e o que consome informação, não tendo nenhuma outra função se não a de canal entre dois pólos, ou se tem nele um **animador do processo cultural**, que, juntamente com outros animadores do mesmo processo (o cientista, o jornalista, o historiador, o professor), fazem a cultura social. O bibliotecário ligado no processo certamente arrisca uma síntese ao apreender o seu objeto, transformando-o e transformando-se (Mostafa, 1983, p. 223, grifo nosso).

Para nós o papel da pessoa que trabalha com Organização do Conhecimento coincide mais com a segunda figura exemplificada por Mostafa, qual seja a de animadora dos processos culturais. A pessoa profissional da Bibliografia ou dos processos documentais não pode estar absorta na ideia de neutralidade tão difundida no campo. Para nós, o nosso trabalho de pesquisa se volta para a transformação de uma realidade.

Essa perspectiva contrasta com aquela característica da ciência da informação, tal como criticada por Mostafa (1986, p. 171), onde se reconhece uma Biblioteconomia "reacionária e conservadora na construção de seu objeto". Em sua exposição acerca da metodologia e da relação sujeito-objeto no campo da ciência da

informação, para nós submissa à ciência maior da Organização do Conhecimento, Mostafa (1986) identifica uma composição filosófica neokantiana e neopositivista na formação da epistemologia do campo. A proposta da autora segue outra lógica filosófica, Mostafa (1986) propõe uma composição materialista-histórica para a formação epistêmica-metodológica para a Biblioteconomia. Essa perspectiva está amplamente apoiada em Karl Marx e no marxismo, principalmente na concepção da história das pessoas reais em sua relação com o mundo, da possibilidade de transformação dessas relações pelas próprias pessoas que a engendram. Por isso:

> O que faz o homem diferente do animal é a sua capacidade de pensar, de antever o trabalho a realizar. O pior arquiteto é superior à mais ágil das abelhas porque o homem projeta na cabeça, no papel, antes de objetivar-se na prática. A categoria Trabalho surge como central e o que lhe dá riqueza é o seu caráter teleológico de antecipação das finalidades. Essas finalidades não são cegas ou auto-reguladas pela disposição natural das interações sistêmicas. São lutas de interesse. São lutas de classe (Mostafa, 1986, p. 194).

O caráter teleológico da humanidade por seu caráter racional, ou seja, sua capacidade de pensar, de planejar, de acumular experiência, de se transformar na medida em que transforma sua relação com o mundo, serve-nos para justificar toda nossa perspectiva com essa pesquisa. Como dito anteriormente, a pesquisa almeja a transformação de uma realidade a partir do trabalho refletido, a partir da teleologia, da finalidade crítica que se quer a partir da práxis Biobibliográfica ou Biodocumentária. O que se propõe, efetivamente, é o reposicionamento desse tipo de trabalho documental a partir das lutas de classe, das lutas simbólicas, das lutas culturais de resistência. Acreditamos, assim como Mostafa (1986), seguindo o materialismo-histórico marxiano, que a sociedade está estruturada em uma dinâmica de exploração e de dominação, de lutas, e que o trabalho da Organização do Conhecimento não é, e não pode ser, indiferente, imparcial, neutra, perante esse quadro. Na concepção de seu objeto, a organização da informação, do documento, ou de seus múltiplos objetos, como a Biobibliografia, a Organização do Conhecimento deve ter essa perspectiva histórica, social, cultural, política e econômico-política de seu trabalho. Ou seja, deve considerar o todo, deve considerar o conjunto das relações sociais em que seu trabalho documentalista, bibliográfico, se dá. Um conceito fundamental para entendermos a filosofia que sustenta nossa teleologia, nossa finalidade com esta pesquisa, é Trabalho, na

medida em que possibilita a transformação do real e a transformação do próprio sujeito.

> Em Marx é o sistema social que engendra a cultura e os valores. Por quê? Porque é impossível ter cultura ou valores antes ou fora do processo de hominização, vale dizer, antes do homem existir. Para existir é necessário comer, morar e amar. O homem precisa se autorreproduzir e fazer outros homens e, para isso, é preciso trabalhar. **Trabalhar significa transformar a natureza e para isso é necessário criar os instrumentos do trabalho, isto é, os meios do trabalho**. É no trabalho que o homem se identifica como homem (Mostafa, 1986, p. 194-195, grifo nosso).

O trabalho, portanto, a que estamos nos referindo mais especificamente é o trabalho da pessoa documentalista, das pessoas profissionais em Organização do Conhecimento. Ou seja, o próprio trabalho de tratamento (representação e organização) da informação e do documento para produzir fontes de informação que na medida em que são efetivas transformam a realidade, na medida em que entram no circuito das relações sociais, circulam e são consumidas por pessoas que são, de alguma forma, impactadas por elas.

De uma outra perspectiva, Maria Nélida González de Gómez (2003) entende que os estudos disciplinares foram privilegiados pela ciência até a década de 90, reconhecendo assim como Japiassu (2016), um caráter utópico da transdisciplinaridade científica. Tratando da questão dos sujeitos do conhecimento e suas relações com a pesquisa transdisciplinar, González de Gómez (2003) aborda conceitos estruturantes de uma pesquisa transdisciplinar, ou ainda de uma pesquisa científica em um campo de estudos com características transdisciplinares. Entre as três definições oferecidas pela pesquisadora sobre o termo “transdisciplinar”, citamos dois que condizem com a perspectiva deste trabalho e como entendemos a Organização do Conhecimento:

> b) Junção de um programa de pesquisa e de um programa de ação, em torno de questões ou problemas contextualizados, onde processos de aprendizagem e descoberta são organizados por uma matriz intersubjetiva transdisciplinar, composta por uma rede de sujeitos individuais e coletivos, implicados em aquela junção por objetivos comuns e por alguma forma de aliança ou parceria; c) Geração de estruturas de compartilhamento que transgredirem as fronteiras e estruturas disciplinares, organizacionais e de setores de atividade, mantendo as condições, demandas e expectativas do

> conhecimento científico - além da singularidade de um caso ou da solução de um problema pontual (González de Gómez, 2003, p. 6).

A perspectiva de uma transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento, ao perpassar um conjunto de outras disciplinas em seus problemas contextualizados (organizar materiais bibliográficos, materiais arquivísticos, materiais museais, documentos e informações), exige de nossa concepção metodológica atenção à rede intersubjetiva e heterogênea que se forma no entorno. Acreditamos que a Organização do Conhecimento seja uma dessas estruturas capazes de transgredir seus limites disciplinares e contribuir, enquanto unidade de pensamento, com as diferentes disciplinas e problemas relativos às suas ações pragmáticas no mundo. Noções como “comunidade”, “grupo” e “rede” são trabalhadas por González de Gómez (2003) para entender o papel do sujeito do conhecimento transdisciplinar, concluindo que o processo da transdisciplinaridade científica atribui aos sujeitos do conhecimento um caráter aberto e incorporado a uma “espiral de aprendizagens ilimitadas” (González de Gómez, 2003, p. 18).

Ao insistirmos na temática da relação sujeito-objeto, nas transdisciplinas da Organização do Conhecimento, temos em Mostafa (1983, p. 228):

> Concluindo, na relação sujeito-objeto tudo faz crer que a Biblioteconomia faz o pêndulo oscilante: ou tem-se reflexões epistemológicas sobre o processo de comunicação, aonde a Biblioteconomia é o elo que contribui para maximizar a utilização social dos registros gráficos para o bem da humanidade, como se a humanidade não pudesse viver sem a Biblioteconomia e, neste caso, ela é tão mais senhora quanto maior for a consciência criadora do sujeito que a idealiza, ou tem-se trabalhos tão empiricamente bem construídos que o sujeito se sente intimidado de no-los apresentar, pois o seu produto lhe escapa como algo estranho. A atividade prático-sensível, tão reclamada pelo filósofo, não chega a se impregnar do sujeito que a pratica, que está alheio ao seu objeto e por ele dominado.

Tentando desfazer o pêndulo a que faz referência Mostafa (1983), trabalhamos nesta pesquisa com perspectivas teóricas refletidas histórico-epistemologicamente dentro do escopo transdisciplinar de uma grande comunidade científica que trabalha a organização do conhecimento, mas também buscarmos nos impregnar do objeto de estudo na medida em que empiricamente

exploramos acontecimentos e produtos do lidar com os nomes próprios e suas descrições.

2.3 Método de redação científica da tese

Apresentam-se breves indicações acerca dos procedimentos de escrita adotados por esta pesquisa para a produção de seu texto. Trata-se de temas como o gênero do discurso adotado, a não adoção de ferramentas computacionais em rede de geração automática de dados textuais e imagéticos – atualmente chamadas “inteligências artificiais” - para construção ou revisão do texto da pesquisa e a organização do texto em seções, subseções e tópicos (sem a utilização de seções terciárias).

Na construção textual de nossa pesquisa tentamos adotar uma postura de texto inclusivo, para isso algumas medidas foram adotadas. Tentamos adotar ao máximo o uso sistemático dessas regras ao longo de todo processo de escrito, e isso foi observado em nossos processos de revisão. Contudo, existe ainda a possibilidade de, por descuido ou por desconhecimento, não termos nos atentado a alguma palavra ou expressão, fato pelo qual já nos desculpamos de forma antecipada. Apresentamos a seguir as regras adotadas, que acreditamos acrescentar valor de inclusão e equidade ao nosso discurso.

Sobre questões de gênero no texto da tese, tentamos a todo momento substituir palavras que privilegiam o gênero masculino quando na verdade falam de um coletivo de pessoas no geral. Exemplos mais comuns neste texto são as palavras “autor” e “leitor”, que foram substituídas por “autorias”, “pessoas autoras”, “pessoas leitoras” e “pessoas que lêem”. Também, nas citações a outras autorias tentamos sempre apresentá-las pelo primeiro nome nas primeiras vezes em que aparecem no texto. Essa iniciativa é construída a partir de políticas de escrita progressistas, que visam afirmar a representatividade de figuras não masculinas no campo científico.

Questões envolvendo as chamadas “Inteligências Artificiais” (IAs) em meio acadêmico, principalmente em relação a leitura, busca e produção de textos

acadêmicos têm preocupado a comunidade científica como um todo no período de construção desta tese, quando estas ferramentas surgem e são aplicadas. As IAs têm surpreendido e se aprimorado em suas habilidades de construção de texto a partir de outros textos estruturados disponíveis em meio digital, bem como na análise e síntese de conceitos e conhecimentos científicos. No entanto, a IA, ainda carente de estudos e regulamentações mais eficazes, apresenta diversos problemas relacionados ao seu uso em matéria de produção de conhecimento científico. Revistas científicas, expressão privilegiada do registro e comunicação do conhecimento científico produzido, como a *Nature* - uma das principais e mais conceituadas revistas científicas no mundo -, por exemplo, têm publicado políticas editoriais acerca do uso das IAs em trabalhos científicos[12]. Na *Nature* não é possível utilizar IA como co-autora de trabalho científico, preocupação expressamente colocada em suas políticas, o uso de IAs generativas para criação de imagens também é desencorajada, tendo em vista possíveis problemas com direitos autorais. O uso da IA é apenas considerado para revisão textual, desde que tal opção seja documentada e expressa no texto. Tendo em vista questões éticas relevantes em relação ao uso da IA no contexto da escrita acadêmica (Delgado; Abreu, 2024), optou-se pela não utilização desta em nenhuma etapa ou procedimento de escrita acadêmica desta pesquisa.

Na organização textual desta tese, optamos pela ordenação em seções principais e secundárias, não utilizamos terciárias tendo em vista uma preocupação tanto estética quanto de disposição textual. Portanto, nos valemos de títulos secundários que delimitam um tema mais específico que compõem a seção, e a partir daí utilizamos o que chamamos de “marcadores” ou “tópicos”. Esses têm a função de circunscrever discussões, obras e teorias de forma mais específica e individualizada. Os tópicos em sua maioria são biobibliograficamente nomeados, trazem o tema do tópico e a autoridade intelectual que será utilizada para reflexão. De toda forma, ao final das seções trazemos a síntese daquilo que foi debatido e do nosso entendimento sobre a questão.

[12] Ver o tópico *Artificial Intelligence (AI)* das *Editorial Policies* da *Nature*, disponível em: https://www.nature.com/nature/editorial-policies/ai. Acesso em: 17 abr. 2025.

2.4 Manifesto metodológico presente

Nosso trabalho se estrutura em torno da práxis biobibliográfica presente na transdisciplina da Organização do Conhecimento, com fortes raízes na ciência bibliográfica, e parte para a proposição de um reconhecimento de uma práxis biodocumentária a ser admitida, estruturada e analisada pela Organização do Conhecimento. Para isso, estabelece dois movimentos distintos. Primeiro, uma decomposição da definição de "biobibliografia" conforme os dicionários especializados do campo, restando as noções de "vida" e "obra" de uma autoria como elementos-chave para as ações de organização da informação. Das nossas explorações documentais e experiências de pesquisa prévias, resta como constante o "nome próprio da pessoa" autora como elemento fundamental das ações biobibliográficas. Portanto, o "nome próprio de pessoa" como representante, ou principal elemento para referirmo-nos à vida ou à obra de alguém aparece nesta pesquisa como ponto-chave das incursões biobibliográficas.

A pesquisa bibliográfica com fins em uma reflexão teórica, aproximação conceitual de nosso estudo, volta-se para as noções de nome próprio na filosofia do nome próprio ancorada na filosofia da linguagem, a noção de biografia com base em discussões do campo das letras, da crítica literária e da história, bem como da noção de classificação na transdisciplina da Organização do Conhecimento. Dessa interseção conceitual, concebemos a noção de biobibliografia, com base no nome próprio carregado de significados vivos, com referências biográficas, que passeia em diversas facetas da Organização do Conhecimento.

No entanto, a exploração documental com vistas à análise crítica da práxis contemporânea das ações de organização do conhecimento, dos documentos ou da informação com base no nome próprio de pessoa ou no espaço biográfico não se restringe mais à figura da autoria. Por isso, propomos o conceito de biodocumentação como práxis de organização documental que representa a vida de sujeitos.

3 DOS ANTROPÔNIMOS

Santinha nunca foi para mim o diminutivo de Santa.
Nem Santa nunca foi para mim a mulher sem pecado.
- Santinha eram dois olhos míopes, quatro incisivos claros à flor da boca.
Era a intuição rápida, o medo de tudo, um certo modo de dizer "Meu Deus, valei-me".

Manuel Bandeira. *Os nomes*.

Nesta seção discutimos algumas concepções acerca do nome próprio. Para nós, no âmbito da história da filosofia da linguagem, podemos destacar uma tradição de estudos sobre os nomes e, mais especificamente, os nomes próprios. A este conjunto de teorias filosóficas presente em variados intelectuais, chamamos de filosofia dos nomes próprios. Essa análise, ou essa história da filosofia dos nomes próprios, pode nos remeter até o Crátilo platônico e nos levar até filósofos contemporâneos[13] como Saul Kripke. Portanto, esta seção apresenta algumas reflexões sobre o nome próprio, desde algumas concepções pré-modernas, essas tratadas brevemente em nossa exposição, até algumas das concepções da Modernidade. Estas últimas divididas em três subseções distintas, divididas, por nós, em concepção denotativa, descritiva e designativa.

O diálogo aporético Crátilo, de Platão (1988), é a primeira obra do pensamento ocidental que coloca a questão da linguagem e do nome, versa acerca da exatidão dos nomes e se é possível conhecer a realidade a partir do conhecimento do nome. O debate travado no Crátilo platônico-socrático influencia amplamente a tradição epistemológica posterior até o nosso tempo, visto estar atrelado ao problema do conhecimento, do significado das coisas e sua relação com o nome (Marcondes, 2010).

O diálogo traduz-se em embate entre Sócrates, Hermógenes e Crátilo, aquele acredita que os nomes das coisas dão-se por convenção, já o terceiro acredita ser natural a relação entre nomes e as coisas que nomeiam, o que poderíamos denominar convencionalismo e naturalismo como o faz Marcondes (2010). As hipóteses levantadas pautaram demasiadamente as discussões acerca da

[13] A noção de contemporâneo aqui não trata de uma divisão histórica do espírito filosófico, como se pudéssemos destacar a Modernidade de um período Contemporâneo. Trata-se apenas da proximidade temporal, algo recente.

linguagem em todo o pensamento ocidental. O diálogo platônico em questão trata dos nomes de forma geral, no entanto, os nomes próprios são os referentes principais de suas reflexões e exemplos (Cabral; Viegas, 2007). Ou seja, a todo momento os nomes próprios de pessoas são alvos da maiêutica socrática, que se pergunta acerca dos nomes.

As duas premissas analisadas no diálogo são o que Danilo Marcondes (2010) chama de naturalismo (defendido pela personagem Crátilo) e o convencionalismo (que encontra na figura de Hermógenes sua defesa). Aquela filosofia pensa o nome como algo naturalmente relacionado com a coisa, ou seja, entre nome e coisa há uma relação de significação natural. Já para o Hermógenes convencionalista não há nada de natural e necessário entre as coisas e os nomes, conhecer os nomes das coisas em nada nos ajuda a conhecê-las em uma perspectiva metafísica conceitual, os nomes dados são meras convenções que funcionam dentro de uma sociedade (Marcondes, 2010). Nesse último sentido, talvez, a linguagem ou os nomes nada teriam a contribuir para o conhecimento do mundo.

Ao comentar as aporéticas platônico-socráticas, Naira Silveira e Gustavo Saldanha (2015) discorrem acerca do nome próprios via filosofia da linguagem em direção a uma teoria da Organização do Conhecimento.

Da crítica logológica à ontologia parmenídico-platônica que encontramos em Barbara Cassin (1990), extraímos a ideia sofística da filosofia como produto de um fato de linguagem. Como uma outra forma de discursar, que não o da inflexível ontologia do ser, a logologia do devir que propõe Cassin (1990) encontra o mundo e sua (re)construção nos jogos da linguagem: “A sofística, se é um jogo, é um jogo produtor de mundo como o da criança heraclitiana” (Cassin, 1990, p. 11). A linguagem sofística está no campo da disputa política pelo domínio do discurso na cidade, para que a possa transformar. A destituição da identidade ontológica se faz pela prática política do discursar sofístico, que leve em consideração a diversidade.

Cassin (1990) escrevera sobre o “dedo de Crátilo” em sua incessante busca pela tradução fiel dos nomes das coisas em eterno devir, resta-lhe apenas apontar-lhes com o dedo.

> Ora, fiar-se exclusivamente no sensível e na sensação, e buscar traduzir em palavras fiéis esse devir incessante, só poderia levar à contradição, aos paradoxos, ao silêncio mesmo como o de Crátilo que se contenta em agitar simplesmente o dedo (Cassin, 1990, p. 9).

Em sua leitura de Aristóteles, Cassin (1990) afirma que este dizia que Crátilo acreditava que não se deve dizer nada, e apenas agitava o dedo. Aristóteles (2007) no *gamma* da Metafísica, para estabelecer o princípio da não-contradição, tece críticas a sofistas como Protágoras. Se tudo que provém da sensação e das aparências, diz-nos Aristóteles, e essas são diferentes para seres diferentes, então tudo deveria ser verdadeiro e falso simultâneamente, solipsismo.

> Além disso, vendo que esta natureza encontra-se inteira em movimento, e que nada verdadeiro se diz daquilo que está sofrendo mudança, disseram que não é possível dizer nada verdadeiro ao menos a respeito daquilo que sofre mudança em toda parte e de todo modo. Com efeito, desta concepção floresceu a opinião mais extrema entre as mencionadas, a daqueles que afirmam “heraclitizar” e tal qual Crátilo sustentou, o qual, em última instância, julgava que não se deveria dizer nada, mas apenas movia o dedo e repreendia Heráclito por ter dito que não era possível entrar duas vezes no mesmo rio, pois ele julgava que não seria possível nem sequer uma única vez (Aristóteles, 2007, p. 28).

Segundo Cassin (1990), Sócrates busca em alguns momentos contrapor as ideias de Crátilo para Hermógenes, o que ela chama de ‘cratilizar para Hermógenes’. Um desses momentos é a busca pelo nome das coisas escondidas nas palavras, “eponímias sob as etimologias” (Cassin, 1990, p. 30). Por isso, Réia ‘flui’ (*rhei*). Mas para o Crátilo de Aristóteles, aquele que aponta, é justamente o contrário que se dá, como nos ensina Cassin (1990), em Aristóteles ao invés de buscarmos os nomes presentes nas palavras, dá-se a impossibilidade do nomear. Ou seja, se o mundo é heracliteano e está em eterno processo de devir, transformação, então nada de verdadeiro sobre o mundo se poderá dizer, nenhum nome guardará em si algo de verdadeiro, visto que no instante seguinte o ente já se transformou.

Mas se é verdade que “não podemos entrar duas vezes no mesmo rio”, fragmento heracliteano maior, não se contrapõe o fato de que o rio continua fluindo. Nesse momento do diálogo socrático, vê-se que os nomes são capazes de dizer o fluxo: “Réia como *episteme*, a ciência, seguidor fiel de pistas; e é assim, pela forma como o *lógos* faz sempre aparecer o mesmo no outro, que poderíamos interpretar a

tensão heracliteana entre os contrários" (Cassin, 1990, p. 30). O silêncio de Crátilo provém de sua posição enquanto filósofo do dizer verdadeiro, ao admitir a exigência aristotélica entre dizer e ser, o filósofo se cala, visto a impossibilidade de identidade do fluxo, do devir, e do ser com as palavras.

Do silêncio cratílico, resta a potência do indicador, dedo de Crátilo, do poder que impõe o silêncio (ao se pôr frente a boca fechada, "*shiii*") até o apontar. Para Cassin (1990), o dedo de Crátilo não aponta a coisa em seu movimento, mas a sua própria transformação e desaparecimento, na dialética incessante entre "coisa / não-coisa / coisa".

> Mas, de forma mais verossímil, o gesto da deîxis: o indicador, ao menos ele bem nomeado, apontando para o que passa, não designa sequer o pássaro, nem mesmo seu vôo, mas sua transformação, seu desaparecimento (Cassin, 1990, p. 31).

É da contradição da certeza sensível em Hegel, aquela que podemos, inclusive, apontar com o dedo, que Cassin (1990) dialoga acerca da transformação do mundo, do movimento. Em Hegel (1992), vemos dois exemplos de *isto*, nome universal das coisas sensíveis serem demonstrados através da dialética de sua contradição, pelo movimento percebido "agora" e "aqui", que se percebem através de negações, o aqui e o agora se dão pelo movimento, é o não-essente:

> O agora que é noite foi conservado, isto é, foi tratado tal como se ofereceu, como um essente; mas se mostra, antes, como um não-essente. O agora mesmo, bem que se mantém, mas como um agora que não é noite. Também em relação ao dia que é agora, ele se mantém como um agora que não é dia, ou seja, mantém-se como um negativo em geral (Hegel, 1992, p. 76, grifo do autor).

Ou ainda em:

> O mesmo sucede com a outra forma do isto, com o aqui. O aqui, por exemplo, é a árvore. Quando me viro, essa verdade desvaneceu, e mudou na oposta: o aqui não é uma árvore, mas antes uma casa. O próprio aqui não desvanece, mas é algo que fica, no desvanecer da casa, da árvore etc; e indiferente quanto a ser casa ou árvore. Assim o isto se mostra de novo como simplicidade mediatizada, ou como universalidade (Hegel, 1992, p. 77, grifo do autor).

Conclui Hegel (1992), comentado por Cassin (1990), da inadequação da linguagem ao sensível. Os dêiticos que apontam os imediatos sensíveis devem se curvar, se calar, ao fluxo do movimento dialético do real. É o que faz Crátilo, ao calar-se durante a maior parte do diálogo platônico. Pela sua responsabilidade do dizer verdadeiro filosófico em relação com o mundo que flui de Heráclito, nada resta a ele, a não ser o calar-se e apontar com os dedos não o pássaro que voa, mas o movimento vivo indizível da ave que se movimenta (Cassin, 1990).

O diálogo socrático conclui, conforme aponta Cassin (1990), que é necessário para conhecer as coisas partir das coisas mesmas e não de seus nomes.

> O modo de alcançar o conhecimento das coisas, ou de descobri-las, é questão que talvez ultrapasse a minha e a tua capacidade. Baste-nos termos chegado à conclusão de que não é por meio de seus nomes que devemos procurar conhecer ou estudar as coisas, mas, de preferência, por meio delas próprias (Platão, 1988, p. 175).

Não é da imagem, ou seja, dos nomes, que se deve seguir à coisa, mas o caminho inverso, das coisas deve-se proceder à justeza dos nomes que se lhe aplicam, tanto a nomeação mesma quanto à predicação. Ao extremismo do movimento heraclitiano se coloca algum nível de fixidez das coisas, algo nelas deve permanecer para que se possa dizê-las e significá-las. Se tudo mudasse a todo tempo por completo, extremismos do Crátilo heraclitiano então não haveria conhecimento, conhecedor e conhecido possível (Cassin, 1990). É necessário que alguma coisa permaneça no fluxo dialético das transformações, assim como a rosa guarda em si algo do botão, conforme o exemplo conhecido de Hegel (1992) na Fenomenologia.

Para Sócrates, no diálogo platônico a ideia do belo em si é sempre idêntica, existe aqui a ideia metafísica da identidade, já no Crátilo comentado por Aristóteles, conforme nos mostra Cassin (1990), essa identidade está no sentido dos nomes. Entre a jovialidade do Crátilo platônico capaz de acreditar na identidade e na justeza dos nomes e o Crátilo interpretado por Aristóteles, segundo Cassin (1990, p. 37), reside “a injunção socrática, segundo a qual é preciso falar das coisas e não dos nomes, e a sutileza da posição aristotélica que imbrica coisa e nome no dispositivo intersubjetivo da significação”. As discussões de Crátilo são, para nós, fundantes das discussões filosóficas acerca da linguagem, em um plano mais geral, e dos nomes

próprios em um sentido mais estrito. A justeza dos nomes e sua relação semântica com as coisas que supostamente elas indicam é questão central na transdisciplina da Organização do Conhecimento. Todo trabalho de representação, classificação e recuperação se dá no plano da ação com e a partir da linguagem (Novellino, 1998), a partir dos nomes e do poder de nomear (Olson, 2002).

A tradição filosófica da Antiguidade, retomada pelos projetos renascentistas e iluministas como uma espécie de textos fundamentais ou “primeiros”, tenta driblar as interpretações medievais acerca daqueles textos. Os nomes são encarados por correntes filosóficas como o nominalismo, tendo Guilherme de Ockham e Roscelino de Compiègne como expoentes. Suas noções de recusa a ideia dos universais faz com que pensem os nomes como meros sons considerados signos linguísticos.

A questão do nome próprio é retomada, na Modernidade no âmbito do *linguistic turn*, ou, podemos dizer, da virada linguística, não só na filosofia, como também em outros ramos das humanidades. É nesse contexto moderno que prevalecerá nossa análise acerca do que se pensa do nome próprio e dos antropônimos, principalmente no âmbito da filosofia da linguagem, mas a partir dessas noções discute-se questões envolvendo a antropologia e a sociologia a partir dos nomes próprios.

Para Barroso (2014), o debate filosófico contemporâneo acerca dos nomes próprios pode ser resumido, ou introduzido, considerando-se duas correntes principais. A primeira diz respeito ao que ele classifica como os “millianistas”, em referência a John Stuart Mill, para quem nomes próprios não transmitem informação. Esses acreditam que a função referencial seja a única função linguística dos nomes próprios. A outra corrente é a dos descritivistas, que se opõem aos que concordam com Mill. (Barroso, 2014). Ou seja, para esses a função referencial não é a única desempenhada pelos nomes próprios. Os descritivistas serão tratados com maior profundidade por esta tese.

Segundo Barroso (2014, p. 434), temos que:

> Descritivistas podem discordar entre si sobre qual seria a função adicional dos nomes próprios. Alguns alegam que nomes funcionam como um tipo de centro gravitacional para sentidos pragmaticamente flutuantes [Frege], outros que eles têm a função de abreviar

> descrições definidas [Russel] e outros ainda que eles servem como pregadores nos quais penduramos descrições [Searle].

Essas diferenciações serão melhor tratadas nesta seção do texto. Além de Frege, Russel e Searle, temos ainda a visão de Wittgenstein (descritivista, com relação ao nome próprio, em pleno diálogo com Frege e Russel) e Kripke (um neomillianista que pensa o nome próprio como um designador rígido) acerca dos nomes próprios. Barroso (2014, p. 434) continua com sua síntese:

> Descritivistas também podem discordar sobre como a função adicional de um nome próprio influencia na sua função referencial. Alguns acreditam que a influência é determinante (por exemplo, para Frege, um nome precisa ter um sentido para ter uma denotação, mas não precisa ter uma denotação para ter um sentido).

Como vemos, além da discussão acerca da existência ou não de uma conotação dos nomes próprios, ou seja, sua capacidade de transferir sentido, de informar linguisticamente, há, ainda, uma discussão sobre a influência que essa outra função, a descritivista conotativa, exercida sobre a função referencial.

Luiz Hebeche (2004), na introdução de seu texto sobre o problema dos nomes próprios na filosofia de Wittgenstein, resume assim a questão dos nomes próprios:

> A ‘nossa complicada forma de vida’ é compreensão. E compreensão é, basicamente, a práxis da linguagem. Ela não tem nem começo nem fim. Não se pode traçar os limites desta complexa trama em que operam as palavras comuns como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘rádio’ e também os nomes próprios, como nossos nomes de batismo, os nomes dos nossos parentes, dos nossos amigos, dos professores, alunos, colegas, dos artistas, filósofos, escritores, religiosos, enfim, de gente famosa como Picasso, Van Gogh, Mozart, Machado de Assis, Homer, Jesus Cristo, Buda, Maomé, etc. Estes exemplos são um mero recorte numa lista quase interminável, pois **os nomes próprios famosos, não estão apenas na tradição milenar, mas dependem do contexto de cada país e época** (Hebeche, 2004, p. 93, grifo nosso).

A contextualidade das listas de nomes próprios que possuem valor, sentido histórico e cultural, a partir de uma economia política e simbólica dos nomes próprios, é questão importante para os estudos biobibliográficos. Visto que, como veremos, a Biobibliografia demanda uma seleção, ou seja, um conjunto recortado de nomes próprios a fim de construir-se uma “coleção” de pessoas que possuem valor

para determinado grupo e objetivo que se deseja cumprir com esse elenco. Hebeche (2004) apresenta que esse sentido é contextual, “de cada país e época” diz-nos ele, ou seja, o caráter ou o grau de relevância atribuída a cada personalidade, a cada biografia e obra, depende do processo histórico-cultural em que estamos inseridos. A valoração de certas personalidades pode, inclusive, se alterar com o tempo. A reação popular a certos monumentos, como o recente caso do monumento paulistano de co-memoração a Borba Gato, demonstra isso. Nesse sentido, continua Hebeche (2004, p. 93):

> Quais os pintores em voga em Nova Yorque, ou Moscou, ou Praga? Quem escreve poesia relevante em Manaus ou no Cairo? Pode-se, obviamente, acrescentar mais nomes a esta lista como o dos cineastas, escultores, fotógrafos, cronistas, e ainda do jornaleiro da esquina, do gerente do banco, do barbeiro, dos frentistas do posto de gasolina onde costumamos abastecer o carro, a marca do carro, etc. Isso basta para mostrar a relevância que os nomes próprios têm no nosso complicado modo de compreensão. Sem eles, o ‘fluxo da vida’ seria esvaziado e tornar-se-ia incompreensível ou irreconhecível.

Dos ‘grandes nomes’ de cineastas, escultores, fotógrafos e cronistas, aqueles que imperam nos dicionários biográficos, ou no espaço biográfico documentado, como veremos na próxima seção dedicada à discussão da biografia, até os nomes de uma realidade menor, jornaleiros da esquina, barbeiros e frentistas. Nomes próprios de pessoas que povoam o mundo em que estamos habituados a viver. O que esses nomes próprios são para os sujeitos habituados a utilizá-los para um mesmo referente, ou seja, para pessoas que conhecem o indivíduo a que o nome se refere, para aqueles potenciais conhecedores interessados, às indústrias jornaleiras interessa saber quem é o jornaleiro da esquina, e que sentidos esses nomes atribuem ao mundo simbólico de uma comunidade, do próprio mundo em que estão inseridos, ao coletivo de trabalhadores de uma determinada cidade interessa o nome do barbeiro, do frentista e do jornaleiro. Enfim, a depender do contexto, as listas de nomes próprios, grandes ou menores numa escala de valoração geral, adquirem certa relevância. Para entendermos a importância da Biobibliografia, seja dos dicionários biográficos ou das listas de nomes próprios, temos que entender o que é e como funciona essa matéria prima, cabeçalho dos documentos biográficos, que é o antropônimo, o nome próprio de pessoas.

3.1 Nomes próprios denotativos de John Stuart Mill

> A lógica é uma parte da arte de pensar; a linguagem é, evidentemente, e pelo consenso de todos os filósofos, um dos principais instrumentos ou auxiliares do pensamento; e qualquer imperfeição no instrumento ou no modo de empregá-lo está, evidentemente, sujeita, mais ainda do que em qualquer outra arte, a confundir e entravar a operação e destruir qualquer confiança em seus resultados (MILL, 1882, p. 10, tradução nossa).[14]

Mill é tido na história da filosofia da linguagem como um estudioso da lógica, um empirista radical, porém diferente dos empiristas clássicos ingleses. Ele é descrito por Lúcio Prado (2006) como um pensador de virada do pensamento filosófico, preso a certas condições do pensamento que se iniciaram com Guilherme de Ockham, passando pelos filósofos modernos, sem conseguir transcender para as discussões filosóficas que despontavam em seu tempo.

Sua definição da Lógica a coloca como espécie de um exame para provar o caminho seguido até o conhecimento que não seja intuitivo. A Lógica seria, tanto a arte quanto a ciência, daquilo que podemos acreditar, aquilo que distingue as proposições verdadeiras das falsas. Parte significativa de sua herança é aristotélica. Esta visão é complementada pela sua ideia da verdade e da falsidade residirem em proposições verdadeiras e falsas, classificadas assim pela Lógica. Sendo a proposição a relação entre dois nomes, um afirma algo sobre o outro, dessa relação surgem o verdadeiro e o falso (Mill, 1882).

Mill (1882) segue a definição de nome sugerida por Hobbes, como marca para nos remeter a um pensamento, e um sinal para que esse pensamento seja reconhecido por outros.

> §1. ‘Um nome’, diz Hobbes, ‘é uma palavra tomada com prazer para servir como uma marca que pode suscitar em nossa mente um pensamento semelhante a algum pensamento que tivemos antes e que, sendo pronunciado para outros, pode ser para eles um sinal do que pensou que o orador tinha antes em sua mente'. Esta simples definição de um nome, como uma palavra (ou conjunto de palavras)

[14] Do original: Logic is a portion of the Art of Thinking; language is evidently, and by the admission of all philosophers, one of the principal instruments or helps of thought; and any imperfection in the instrument, or in the mode of employing it, is confessedly liable, still more than in almost any other art, to confuse and impede the process, and destroy all ground of confidence in the result.

> servindo ao duplo propósito de uma marca para nos lembrar a semelhança de um pensamento anterior, e um sinal para torná-lo conhecido por outros, parece irrepreensível. Os nomes, de fato, fazem muito mais do que isso; mas tudo o mais que eles fazem, cresce e é o resultado disso [...] (Mill, 1882, p. 13, tradução nossa).[15]

O nome aqui aponta para o pensamento de um emissor, o conteúdo semântico existente na consciência daqueles que utilizam a linguagem para se comunicar. Da mesma forma, esse sinal emitido produz no receptor uma força que o faz recordar de algo que está em sua memória semelhante àquele que o emissor possuía antes. Assim como afirma Prado (2006), Mill (1882) deixa transparecer algumas contradições de seu próprio sistema. O psicologismo mal resolvido do pensador está na encruzilhada do nominalismo psicologizante de Hobbes e outros. Mas, logo a seguir, afirma que os nomes serão tratados como os nomes das "próprias coisas" e não das "nossas ideias" sobre as coisas. Diz ele: "[...]que, em suma, sobre o que, quando empregamos a palavra, pretendemos dar informações. Os nomes, portanto, sempre serão mencionados nesta obra como os nomes das próprias coisas, e não apenas de nossas ideias sobre as coisas" (Mill, 1882, p. 13, tradução nossa).[16]

O nome para Mill (1982), tido como fundador da discussão sobre os nomes próprios para toda a filosofia que veio depois dele, está no meio do caminho entre o psicologismo e o nominalismo, ora aponta para a coisa, ora para ideias presentes na mente do emissor e que fazem ressoar, recobrar, algo na mente de quem os interpreta.

Tendo considerado o lugar da Lógica na distinção entre verdadeiro e falso, Mill (1982) posiciona a linguagem como instrumento fundamental para transmitir o pensamento, para traduzi-lo, por semelhança, usando nomes e suas relações. Por isso, a necessidade de termos uma linguagem livre de equívocos e de algumas desnecessárias inovações da linguagem comum. A linguagem, ou melhor, as

---

[15] Do original: *§1. 'A name' says Hobbes, 'is a word taken at pleasure to serve for a mark which may raise in our mind a thought like to some thought we had before, and wich being pronounced to others, may be to them a sign of what thought the speaker had before in his mind'. This simple definition of a name, as a word (or set of words) serving the double purpose of a mark to recall to ourselves the likeness of a former thought, and a sign to make it known to others, appears unexceptionable. Names, indeed, do much more than this; but whatever else they do, grows out of, and is the result of this [...]*

[16] Do original: [...] *that, in short, concerning which, when we employ the word, we intend to give information. Names, therefore, shall always be spoken of in this work as the names of things themselves, and not merely of our ideas of things.*

proposições que são o objeto de estudo da Lógica, seriam compostas por nomes diferentes e da relação de afirmação ou de negação que se institui entre eles. O nome, como unidade indivisível, da Lógica de Mill, é categorizado e estudado minuciosamente pelo pensador.

A primeira divisão entre os nomes proposta por Mill (1882, p. 15, tradução nossa) está entre nomes gerais e nomes individuais:

> Um nome geral é familiarmente definido, um nome que é capaz de ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de cada um de um número indefinido de coisas. Um nome individual ou singular é um nome que só pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de uma coisa[17].

Um nome geral é aquilo que se pode afirmar verdadeiramente de todos os indivíduos, a “humanidade” pode ser afirmada através de nomes individuais como “João”, “Maria” e “Felipe”. O nome geral humanidade carrega consigo qualidades que podem ser predicadas desses indivíduos. Já o “ex-presidente brasileiro que recebeu milhões em jóias da Arábia Saudita e as vendeu como se fossem suas” é um nome individual visto que só pode ser afirmado verdadeiramente de um indivíduo, segundo a concepção que Mill faz acerca do nome individual.

Um nome geral denota indivíduos a ponto de formar uma classe, diz Mill (1882). Já o nome coletivo é o nome do grupo, e não pode ser dito individualmente. Sendo a assembleia um conjunto de parlamentares, não se pode denotar um parlamentar individual, verdadeiramente, por assembleia. Para a Organização do Conhecimento, esta categorização entre nomes individuais e nomes gerais reforçam a possibilidade de classificação dos seres individuais a partir de nomes gerais. Sendo assim, conforme o exemplo acima, nomes individuais podem gerar uma espécie de esquema de representação organizada da realidade não tão logicamente organizada. O nome geral, “Flamenguistas”, por exemplo, pode gerar uma classe que reúna nomes individuais, gerando uma representação dessa realidade da comunidade flamenguista. Os nomes próprios, portanto, enquanto nomes de indivíduos que apontam para um ser individual, podem ser selecionados e

[17] Do original: A general name is familiarly defined, a name which is capable of being truly affirmed, in the same sense, of each of an indefinite number of things. An individual or singular name is a name which is only capable of being truly affirmed, in the same sense, of one thing.

classificados através de um processo de representação do indivíduo já representado por seu nome próprio. A questão da metarrepresentação se verifica, e se reafirma, a partir do trabalho documentalista com os nomes próprios, visto que esses já são uma imagem, um elemento que representa, substitui os sujeitos as pessoas reais de "carne e osso", e a partir da sua representação, um segundo nível, ou camada, descritivo-representacional que devolve o nome à coisa, às condições e vivências biográficas de cada indivíduo, temos a metarrepresentação do indivíduo, passível de uma organização em nomes gerais.

Posteriormente, Mill (1882) disserta sobre a diferença entre nomes abstratos e concretos, opostos entre si. Estes são nomes que representam uma coisa, já aqueles são nomes dos atributos da coisa. Brancura é a qualidade do que é branco, abstrato e concreto, respectivamente. Em seguida ele fala sobre nomes não conotativos (denotativos) e nomes conotativos, para ele: "Um termo não conotativo é aquele que significa apenas um sujeito ou apenas um atributo. Um termo conotativo é aquele que denota um sujeito e implica um atributo." (Mill, 1882, p. 17, tradução nossa)[18]. Os conotativos recebem além da denotação um atributo inerente ao seu nome. Estas últimas definições nos ajudam a entender a forma como Mill entende os nomes próprios, que são o foco de nossa discussão neste capítulo.

Por fim, chegamos à definição de Mill (1882, p. 18, tradução nossa) para nomes próprios:

> Os nomes próprios não são conotativos: denotam os indivíduos por eles chamados; mas eles não indicam ou implicam quaisquer atributos pertencentes a esses indivíduos. Quando nomeamos uma criança com o nome de Paulo, ou um cachorro com o nome de César, esses nomes são simplesmente marcas usadas para permitir que esses indivíduos se tornem sujeitos do discurso.[19]

Aqui temos a definição retomada por diversos pensadores posteriores a Mill, a questão da não conotação dos nomes próprios que marca sua posição na história da filosofia dos nomes próprios. Como podemos constatar, para Mill os nomes próprios

---

[18] Do original: *A non-connotative term is one which signifies a subject only, or an attribute only. A connotative term is one which denotes a subject, and implies an attribute*.

[19] Do original: *Proper names are not connotative: they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Paul, or a dog by the name Cesar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse*

não oferecem nenhum atributo aos indivíduos que eles nomeiam. O nome é puramente denotativo, na sua visão, servindo apenas como sinal que indica aquele indivíduo, permitindo que este seja tomado pelo discurso. Aqui vemos apontar para os nomes próprios a noção pura da convencionalidade dos nomes próprios debatida no Crátilo. Os nomes funcionam como marcas, são sinais, e não signos, que remetem a um sujeito específico, são espécies de índices que levam do antropônimo à pessoa. Como ele acreditava em uma linguagem como instrumento do pensamento, mero auxiliar, o nome próprio seria a ferramenta que usamos para nos dirigir, ou dirigir nosso discurso, para um indivíduo que corresponda àquela marca. Ao pensarmos em uma pessoa pensamos em seu nome próprio, a figura daquela pessoa em nossa mente, ou o nome da pessoa mesma é aquele nome próprio imposto a ela por algum tipo de ritual batismal ou de processos contemporâneos do renomear e da liberdade de escolhermos nossos nomes (pensamos aqui, por exemplo, na questão dos nomes sociais). Ele continua:

> Pode-se dizer, de fato, que devemos ter algum motivo para dar a eles esses nomes e não outros; e isso é verdade; mas o nome, uma vez dado, é independente da razão. Um homem pode ter se chamado John, porque esse era o nome desse pai; uma cidade pode ter sido chamada de Dartmouth, porque está situada na foz do Dart. Mas não faz parte do significado da palavra João que o pai da pessoa assim chamada tenha o mesmo nome; nem mesmo da palavra Dartmouth, situada na foz do Dart. Se a areia obstruísse a foz do rio ou um terremoto mudasse seu curso e o afastasse da cidade, o nome da cidade não seria necessariamente mudado. Esse fato, portanto, não pode fazer parte do significado da palavra; pois, caso contrário, quando o fato confessadamente deixasse de ser verdadeiro, ninguém mais pensaria em aplicar o nome (Mill, 1882, p. 18, tradução nossa).[20]

O pensador inglês reconhece certa intenção ou preferência por um nome a outro no momento da escolha do nome, mas o que para ele fica claro é que a partir da atribuição desse nome àquele indivíduo essa intencionalidade não se acopla ao

[20] Do original: *It may be said, indeed, that we must have had some reason for giving them those names rather than any others; and this is true; but the name, once given, is independent of reason. A man may have been named John, because that was the name of this father; a town may have been named Dartmouth, because it is situated at the mouth of the Dart. But it is no part of the signification of the word John, that the father of the person so called bore the same name; nor even of the word Dartmouth, to be situated at the mouth of the Dart. If sand should choke up the mouth of the river, or an earthquake change its course, and remove it to a distance from the town, the name of the town would not necessarily be changed. That fact, therefore, can form no part of the signification of the word; for otherwise, when the fact confessedly ceased to be true, no one would any longer think of applying the name*.

nome. Ou seja, a citação do nome próprio Paulo ou César não carrega consigo de forma imediata a informação, semanticamente reconhecível, dos motivos pelos quais os pais atribuíram esse nome aos seus filhos. Para que essa informação permaneça e seja acessada deve estar intermediada por outras proposições e indicações que comuniquem esse fato. Mill não percebe, e de certo modo nega, a dimensão histórica da atribuição e do uso de um nome próprio. Como se a filiação paterna como justificativa cultural para impor um nome a alguém fosse algo trivial, natural e sem nenhuma significação, visão da qual discordamos. Esse é ponto fundamental para as discussões sociais contemporâneas acerca da atribuição e uso dos nomes. Indo mais fundo nas suas colocações, o filósofo afirma que os nomes próprios passam a ser independentes de qualquer motivo ou atributo, na sua visão, contingentes, dos nomes próprios, nas suas palavras: "não dependem da continuação de qualquer atributo do objeto." (Mill, 1882, p. 18, tradução nossa)[21]. Não podemos em nosso tempo considerar que o nome próprio de uma cidade seja posto no mesmo nível de nomes próprios de pessoas, por exemplo. Se é cabível pensarmos que o nome de uma cidade não mude a partir da transformação daqueles atributos iniciais utilizados para a nomear, isso não se dá na mesma medida quando nos dirigimos a um nome de pessoa. Pessoas possuem consciências individuais, devem se reconhecer naquilo que as nomeia, no contexto contemporâneo, e as pautas identitárias reforçam essa questão por demasiado, se sustenta a troca de nomes próprios a partir do não reconhecimento, da não representação.

3.2 A corrente descritivista dos nomes próprios

Buscando promover maior legibilidade e organização ao texto, dividimos biobibliograficamente as teorias apresentadas nesta subseção. Ou seja, classificamos o texto com base na figura da autoria e sua obra. Sendo assim, temos em cada marcador uma apresentação das ideias de uma autoria.

- Gottlob Frege e as descrições que um nome tem

[21] Do original: *are not dependent on the continuance of any attribute of the object*.

Se para Mill (1882) o nome próprio possui apenas uma denotação, para Frege (2009) os nomes próprios, devidamente construídos a partir da lógica, possuem uma referência e um sentido (Glock, 1998). Gottlob Frege (1848-1925) foi um matemático alemão e doutor em filosofia, sempre preocupado em discutir a epistemologia das ciências formais e a filosofia da linguagem. Sua primeira grande obra nesse sentido foi o que se chamou Conceitografia (Alcoforado, 2009). Esse empreendimento buscou construir um sistema linguístico formal livre de ambiguidades e equívocos. Esse objetivo é perseguido por inúmeras vezes na história positivista da linguagem, a ideia de uma língua perfeita assemelha-se aos mitos de Babel de uma língua primeira. No livro de Gênesis, conta-se que no mundo existia apenas uma língua, e que a partir da tentativa de alcançar os céus, Deus pune a humanidade a falar diversos idiomas para confundir a humanidade. Assim, mesmo a partir do mito de Babel temos a relação entre a unicidade ou a multiplicidade da língua, do seu entendimento, com a organização social, concordâncias e discordâncias. Falar a "mesma língua", como condição *sine qua non* para a produção de diálogo, entendimento e organização está presente desde o mito de Babel.

Seria, essa linguagem perfeita, uníssona, de desambiguação, um instrumento que substituiria a linguagem ordinária na comunicação de conceitos científicos. Por certo que isso é proposto no âmbito da comunicação lógica em contextos como a ciência, não há como sugerir esse tipo de linguagem para o cotidiano pragmático de uma população. Frege (2009) deixa claro que seu sistema se aplicaria aos universos da ciência e filosofia, não pretendendo, é claro, que no cotidiano sua linguagem fosse usada em troca do vernáculo.

> Creio que a melhor maneira de elucidar a relação que se dá entre minha conceitografia e a linguagem corrente seria compará-la com a relação que ocorre entre o microscópio e o olho. Este último, pela extensão de sua aplicabilidade e pela versatilidade de sua adaptação às mais diversas circunstâncias, é em muito superior ao microscópio. Contudo, como um instrumento óptico, o olho possui, por certo, muitos inconvenientes, que passam comumente desapercebidos por força de seu estreito relacionamento com a nossa vida mental. De fato, se um objetivo científico exigir grande acuidade de resolução, o olho se mostra insuficiente. Por outro lado, o microscópio se afigura perfeitamente adequado para tais fins, embora seja por isso mesmo inadequado para outros (Frege, 2009, p. 46).

Em referência à Leibniz, Frege (2009) tenta restringir seu problema linguístico, tendo em vista a mesma questão que seu antecessor tentou solucionar em nível universal. Conceitografia é um meio de se aferir a exatidão da prova lógica, evitando equívocos em relação ao pensamento do outro, e em relação ao nosso próprio pensamento. Frege (2009) fala sobre a importância da linguagem, como os sinais são importantes para a humanidade por trazerem ao presente aquilo que está ausente, ao evocar o pensamento, a partir da memória. Oferece, ainda, à palavra escrita, posição de destaque por ser, segundo ele, sinônimo de estabilidade e permanência. A produção de sinais para significar as ideias produz, segundo ele, um solo estável que possibilita a comunicação de pensamentos, sendo de suma importância a escolha adequada dos sinais a serem empregados em nossas sentenças. Na medida em que impomos o mesmo sinal a diversos objetos, para Frege (2009), não estamos mais nos referindo ao objeto em si, mas àquilo que esses objetos possuem em comum. A esse sinal que nomeia o comum dos objetos que ele chama de conceito. Como, por exemplo, chamamos de “cadeira”, vários objetos diferentes entre si, mas para ele, esse nome geral se refere ao conceito cadeira que se replica em diversos objetos, um platonismo atualizado às ideias psicologizantes, o mundo das ideias é agora o mundo da mente que pensa e conhece. “Sem os sinais dificilmente nos elevaríamos ao pensamento conceitual” (Frege, 2009, p. 60).

O nome próprio, para Frege (2009), é o nome de um objeto, ou seja, deve ser sempre determinado para referenciar um objeto determinado. Podendo ser simples, como “Aristóteles” ou “Alexandre Magno”, ou complexos/descritivos, como em “O mestre de Alexandre Magno, o grande” ou "O pupilo mais famoso de Aristóteles”. Esses dois últimos exemplos são, na verdade, assertivas descritivas que servem para substituir o nome no momento de pôr pessoas, coisas e lugares no solo da linguagem. Da mesma forma como um antropônimo substitui a pessoa, uma descrição quando bem feita pode igualmente pôr pessoas na relação predicativa de frases. A presença de artigos definidos é uma das marcas de um nome.

Nomes próprios, nesse sistema de pensamento, jamais farão vez de um conceito, ele não será um predicado. Na análise dos nomes próprios, de Frege (2009), ele entende a relação entre nomes próprios de duas maneiras:

A. a=a, onde se tem, “Aristóteles é Aristóteles”, conhecimento analítico conforme Kant, nada acrescenta ao sentido que temos do nome Aristóteles;
B. a=b, onde se tem, “Aristóteles é o mestre de Alexandre Magno, o grande”, aqui, também são dois nomes próprios em relação de igualdade, no entanto, esse oferece outro sentido para aquele, e a recíproca também é verdadeira.

A igualdade nesses casos se dá em relação ao objeto referido pelo sinal, no caso, a denotação idêntica que os dois nomes próprios diferentes designam para si. Não se pode falar, no segundo caso, o que mais nos interessa para essa pesquisa, de igualdade entre os sinais, visto que são diferentes, mas da identidade entre os objetos referenciados. Ou seja, é possível diversas formas de se referir a uma pessoa, o controle de autoridade para pessoas autoras, por exemplo, deve levar essa questão em consideração, tanto no momento de escolha do nome que irá representar a pessoa catalogada, tanto no momento de realizar a descrição dos metadados ligados a essa mesma autoridade, como breve biografia e datas relacionadas à pessoa, por exemplo. A própria descrição da pessoa autora é um fator que oferece sentido, que comunica com o usuário do catálogo acerca do que aquela persona significa em determinado contexto, aqui, claro, estamos fugindo da concepção neutralizante de informações puramente identificadoras e individualizantes do catálogo e partindo para funções educativas e enciclopédicas que o mesmo pode desenvolver ao dizer quem foi, ou ainda quem é, aquele ou aquela autora.

Quando o mesmo objeto é referenciado de formas distintas recebemos sentidos diferentes do mesmo objeto, queremos dizer, somos capazes de auferir novas informações acerca desse nome. Em B sabemos que o nome civil, digamos, desse filósofo antigo é Aristóteles, e que esse mesmo personagem foi mestre de Alexandre. De B podemos extrair A, mas o contrário não se realiza, ou seja, não podemos apenas analisar o nome Aristóteles para deduzirmos que ele foi professor de Alexandre. Existe a necessidade de partir da coisa. Como ensinara Sócrates no Crátilo, para conhecermos os nomes de Aristóteles é necessário conhecimento prévio sobre a sua biografia, o significado dele para a história. De B podemos extrair duas assertivas. A primeira, “Este homem é Aristóteles”, e a segunda “Este homem foi mestre de Alexandre Magno, o grande”. Fora isso, o outro nome de Aristóteles,

qual seja “mestre de Alexandre Magno, o grande” apresenta para nós duas outras questões relativas a uma possível esquematização dos nomes próprios de pessoas, que se desenvolveu por toda a nossa Modernidade. A primeira, a outra forma de dizer Aristóteles se utiliza de um outro nome de pessoa para sua descrição “Alexandre Magno”, produzindo assim uma relação, uma ligação histórico-biográfica entre os dois nomes citados. E isso, claramente, deve estar indicado no esquema de organização que documente a memória dessas duas personagens da história ocidental, Aristóteles e Alexandre. Outra questão são os epítetos como “Alexandre, o grande”, uma outra forma de nomear por alcunhas, uma outra espécie de descrição representativa para um grupo ainda mais seleto de personalidades, como também encontramos em “Heráclito, o obscuro”, muito utilizado também por autoridades políticas como reis e papas.

Desde que admitamos ser B uma sentença verdadeira, temos que as duas assertivas possuem o mesmo referencial, denotam a mesma pessoa.

> É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto (Frege, 2009, p. 131).

Frege, portanto, atribui ao nome, inclusive ao nome próprio, uma referência e um sentido. Referência seria aquilo que o sinal está designando e sentido, para ele, teria relação com a forma como designamos, os sinais escolhidos para. O seu famoso exemplo é o caso da “Estrela da Manhã” e “Estrela Vespertina”, que por muito tempo pensou-se serem estrelas diferentes, até que descobriu-se tratar do mesmo corpo celeste. Para ele, Frege (2009), são dois sentidos diferentes, duas formas sígnicas, para designar um único referente.

Essas variações de sentido, de forma, são toleráveis desde que o referente permaneça inalterado. No entanto, adverte Frege (2009), para as linguagens científicas, ou aquelas que estejam em regimes em que o valor de “verdadeiro” seja importante, é auspicioso que essas ambiguidades sejam evitadas. Aqui queremos dizer, seguindo a ideia de Frege (2009), contextos onde exista uma preocupação rigorosa e formal de aferição da verdade, como na ciência moderna. Ou seja, ele sugere que se forme um cabeçalho para o nome, que este seja padronizado para

que não se incorra em lacunas linguísticas. Chegamos, a partir de Frege (2009), nas discussões acerca de vocabulário controlado, catálogo de autoridade, para nomes próprios de pessoas, inclusive.

O sentido, no pensamento fregeano, funciona como mediador entre o nome e seu referente, e ele será tão mais apreendido quanto o interlocutor estiver proporcionalmente familiarizado com a totalidade de designações possíveis para o referente. Frege (2009) quer dizer que a apreensão do sentido, os efeitos de significação/mediação que ele operará na nossa percepção, em nossa mente, depende do grau de familiaridade que temos com o conjunto de sentidos, ou de formas, possíveis para designar um objeto. Ou seja, conforme estamos familiarizados com o objeto e os contextos em que ele é evocado. Isso se ratifica na sua afirmação de que o conhecimento total da referência se atingiria no conhecimento total dos sentidos que a ela pertencem. Dizemos nós, no conhecimento de todos os nomes possíveis e verdadeiros para a coisa, isso no contexto lógico impetrado por Frege (2009). Ao migrarmos para uma filosofia pragmática, social e cotidiana, como veremos a frente, teremos que lidar não só com descrições verdadeiras e necessárias. Os nomes próprios são manipulados em diversos contextos para estarem atrelados a descrições, a outros nomes, que nem sempre representam verdadeiramente aquela pessoa, mas isso existirá, no sentido que isso estará instaurado socialmente e politicamente em um determinado grupo. São os regimes de verdade e/ou pós-verdade dos nossos dias, capazes de destruir ou (re)inventar biografias com base em informações/descrições que circulam ligadas a um nome próprio. Por isso, Sócrates bebeu cicuta, grupos politicamente organizados fizeram a cidade acreditar que um nome possível para ele seria “subversivo”, sem o ser, pelo menos não no sentido que se apregoou. A história ocidental está repleta desses casos, onde nomes próprios são capazes de significar e ter sentidos altamente potentes para movimentação política da sociedade, vide o que nomes como Karl Marx, Paulo Freire, Marielle Franco e Lula são capazes de suscitar em diferentes parcelas da população sendo citados em conjunto ou isoladamente. Alguma reação potente muito provavelmente será desencadeada em boa parte da população brasileira ao introduzirmos esses nomes em algum diálogo. Voltemos a Frege.

Frege inicia sua linha de pensamento acerca dos nomes próprios que Claudio Costa (2009) denomina “descritivismo primitivo”, visto que ele defende, ao contrário das interpretações tradicionais e correntes, que uma complexa teoria dos nomes próprios já estava contida em Frege e Russel, e que os filósofos posteriores acrescentaram detalhes às suas teorias. Ou seja, para Costa (2009) os primeiros descritivistas foram Frege e Russel, que pautaram em larga escala as discussões que vieram posteriormente sobre o tema. Para isso, ele, Costa (2009), retoma uma nota do próprio Frege:

> No caso de nomes genuinamente próprios, como ‘Aristóteles’, opiniões sobre o seu sentido podem divergir. O seguinte sentido pode ser sugerido: discípulo de Platão e tutor de Alexandre o Grande. Quem quer que aceite esse sentido irá interpretar o sentido do enunciado ‘Aristóteles nasceu em Estagira’ diferentemente de quem interpreta o sentido de Aristóteles como o professor estagirita de Alexandre o Grande. Na medida em que o *nominatum* permanece o mesmo, essas flutuações no sentido são toleráveis (Frege, 1892, p. 28, *apud* Costa, 2009, p. 186).

Apesar de não acrescentar fatos novos à discussão já feita, esta citação é reiteradamente utilizada como tradutora geral do pensamento fregeano acerca do nome próprio. Costa (2009) afirma que no pensamento fregeano o nome próprio admite sentidos diferentes, que são exprimíveis por diferentes descrições. No entanto, essas descrições devem se interseccionar em alguma medida, sugerimos que seja no âmbito daquilo que determinado grupo de sentido atribua como verdadeiro acerca de sua biografia, para que possamos garantir estarmos falando da mesma pessoa, evitando, assim, possíveis equívocos.

Os escritos de Frege foram lidos e retomados por outro pensador, Bertrand Russel.

- Bertrand Russel e a massa mais ou menos vaga de informações históricas

Apesar de guardarem algumas diferenças, Russel concorda com Frege na acepção do conceito de nome próprio enquanto um portador singular, ora para que o nome próprio possa referir-se a um objeto em particular ele deve envolver mecanismos mentais próprios que associam o nome ao seu portador (Hebeche, 2004).

Para entendermos a ideia de nome próprio em Russel, é interessante delinear primeiro o contexto filosófico que ele mesmo instituiu na figura do “atomismo lógico”. Essa filosofia tratava-se de uma tentativa filosófico-matemática de redução da matemática à lógica. A essa doutrina lógica metafísica, que se desenvolve desgarrada da matemática, ele chamou de “atomismo lógico” (Hebeche, 2004). Seria, como informa Hebeche (2004), uma lógica da singularidade em oposição às lógicas hegelianas da totalidade que tomavam certa notoriedade no mundo de sua época. Para ele, a multiplicidade do mundo em que existe uma imensa diversidade de coisas determinaria a impossibilidade de uma única realidade indivisível.

> Os nomes comuns, e também os nomes próprios, são geralmente verdadeiras descrições. Ou seja, o pensamento que está na mente de uma pessoa que emprega corretamente um nome próprio não pode ser expresso explicitamente se não substituirmos o nome próprio por uma descrição. Além disso, a descrição necessária para expressar o pensamento variará de pessoa para pessoa, ou para a própria pessoa em épocas diferentes. A única constante (na medida em que o nome é empregado corretamente) é o objeto ao qual se aplica o nome. Mas, na medida em que este permanece constante, a descrição particular envolvida em geral não distingue a verdade ou falsidade da proposição em que o nome aparece (Russel, 1959, p. 45).

Para o pensamento de Bertrand Russel (1959), o nome próprio sintetiza uma descrição que temos em nossa mente. Sendo assim, reconhece, como Frege (1892), um sentido para o nome próprio. Segundo ele, essa descrição necessária para a expressão do pensamento “variará de pessoa para pessoa” (Russel, 1959, p. 45). Ou seja, Russel (1959) diz que cada pessoa terá no seu pensamento uma descrição necessária para expressar o pensamento, para dizer o nome próprio, inclusive essa descrição pode variar na mesma pessoa de acordo com a época em que se encontra. Podemos chamar isto de “teoria da abreviação do nome”.

Apesar de reconhecer a dimensão histórica da pessoa que pensa o objeto, no caso, poderíamos dizer a “historicidade do sujeito”, Russel (1959) diz que o objeto a que se aplica o nome seria a única coisa constante, se o nome é empregado corretamente. O que nos parece um tanto quanto equivocado, se tomarmos a dimensão histórica como perspectiva primeira, veremos que uma pessoa muda durante o seu tempo de vida, sua fisicalidade, seu comportamento, forma de se expressar, tudo pode mudar para ele, e pode ser que seu nome próprio continue o

mesmo. Queremos dizer, o nome próprio de uma pessoa pode continuar estável, e ser aplicado corretamente, para referências que terão descrições totalmente diferentes entre si.

> Tomemos alguns exemplos. Suponhamos alguma afirmação referente à Bismarck. Admitindo que haja algo como o conhecimento direto de si mesmo, o próprio Bismarck poderia ter empregado seu nome diretamente para designar a pessoa particular da qual tinha conhecimento direto. Neste caso, se enunciasse um juízo sobre si mesmo, ele mesmo poderia ser um elemento constitutivo do juízo. Aqui o nome próprio tem o uso direto que sempre pretende ter; representa simplesmente certo objeto, e não uma descrição do objeto. Mas se uma pessoa que conhecia Bismarck enuncia um juízo sobre ele, o caso é diferente. O que esta pessoa conhecia diretamente era certos dados dos sentidos que associava (suponhamos que corretamente) com o corpo de Bismarck. Seu corpo, como objeto físico, e ainda mais sua mente, eram conhecidos apenas como o corpo e a mente associados a estes dados dos sentidos. Ou seja, eram conhecidos por descrição (Russel, 1959, p. 45).

Em seus exemplos, Russel (1959) fala da descrição que cada pessoa possui na sua mente na hora de emitir sentenças sobre um sujeito. Para ele, quando uma pessoa afirma ou nega algo sobre alguém, sobre Bismarck, por exemplo, na verdade a pessoa está emitindo com base nos sentidos e percepções que tem acerca de Bismarck, portanto são baseadas em percepções que seu pensamento processou como descrições e sua memória armazenou. Outras duas formas de conhecer Bismarck é a que somente o próprio Bismarck pode alcançar e através da história, nesse último modo, associamos descrições a sua pessoa. Ou seja, “quando usamos um nome próprio em terceira pessoa, o que temos em mente é uma descrição composta por uma variedade de outras descrições” (Costa, 2009, p. 190).

Diz ele, “é muito mais uma questão de probabilidade quais características da aparência de um homem se apresentarão à mente de um amigo quando este pensa nele; assim, a descrição que se apresenta realmente na mente do amigo é acidental” (Russel, 1959, p. 45). Chamamos atenção para o uso de uma ideia matemática, probabilidade, para determinar características que virão à mente no momento de descrever uma pessoa. Em certos momentos, podemos até concordar com Russel, no entanto, nem sempre as ideias que predominantemente aparecem em nossas mentes acerca de uma pessoa são “tão acidentais assim”. Existem, nos regimes

culturais, formas claras de sugestão, indução e controle daquilo que deve ser pensado, percebido e indexado a uma pessoa. Portanto, a análise do nome próprio dentro de um contexto sócio-político perpassa pela crítica dos sistemas de informação que constroem, replicam e impõem uma certa imagem, representação de determinadas pessoas estrategicamente escolhidas. Queremos dizer, em situações específicas aquilo que nos vem à mente quando queremos descrever uma pessoa não é acidental, no sentido do acaso, nem mesmo no sentido do não necessário, é quase que programado, fruto de um processo de controle onde podem vir a funcionar certas instâncias de resistência.

Para ele, Russel (1959) em sua lógica matemática, a questão a ser entendida é que podemos emitir, a partir de um nome próprio, sentenças afirmativas ou de negação, verdadeiras ou falsas, acerca de uma entidade, sem termos conhecimento direto sobre ela, com base em várias descrições presentes em nossas percepções. Assim como fazemos afirmações sobre candidatos à eleição, por exemplo, com base nas nossas construções sobre o candidato, muito apoiadas no conjunto de descrições que recebemos e consideramos relevantes e verdadeiras para atrelamos ao nome próprio do indivíduo.

> Quando nós, que não conhecemos Bismarck, enunciamos um juízo sobre ele, a descrição em nossas mentes será provavelmente uma massa mais ou menos vaga de conhecimentos históricos - muito mais, em muitos casos, do que é necessário para identificá-lo. [...] Entretanto, se dissermos ‘o primeiro chanceler do Império germânico foi um diplomata astucioso’, não podemos estar seguros da verdade de nosso juízo senão em virtude de algo do qual tenhamos um conhecimento direto - em geral um testemunho ouvido ou lido. Independentemente da informação que transmitimos aos demais, independentemente do fato que se refere ao Bismarck real, o que dá autoridade a nosso juízo, o pensamento que realmente temos contém implícitos um ou mais elementos particulares, e, por outro lado, consiste inteiramente de conceitos (Russel, 1959, p. 45-46).

Temos a possibilidade de falar de pessoas que não conhecemos por termos conhecimento direto das descrições que circulam sobre estas pessoas, segundo Russel (1959). Esses elementos particulares e conceitos, que muitas das vezes foram alvo de um processo de Organização do Conhecimento, constituem um conjunto de significados para o nome próprio em questão.

> Se quisermos falar de modo significativo e não emitir meros ruídos, devemos atribuir algum sentido às palavras que usamos; e o sentido que atribuímos à nossas palavras deve ser algo do qual tenhamos um conhecimento direto. Assim, por exemplo, quando fazemos uma afirmação sobre Júlio César, é claro que o próprio Julio César não está presente à nossa mente, visto que não temos um conhecimento direito dele. Temos em mente alguma descrição de Júlio César: 'o homem que foi assassinado nos idos de março', 'o fundador do Império Romano', ou, simplesmente, 'o homem cujo nome era Júlio César'. (Nesta última descrição Júlio César é um ruído ou imagem da qual temos um conhecimento direto). Assim, nossa afirmação não significa exatamente o que parece significar, mas significa alguma coisa que envolve, no lugar de Júlio César, alguma descrição dele, composta inteiramente de particulares e de universais, dos quais temos um conhecimento direto (Russel, 1959, p. 48, grifo do autor).

O conhecimento por descrições ao qual se refere Russel permite-nos inferir que é um tipo de conhecimento que está além de nossa experiência privada, ela nos permite conhecer através do que foi descrito, oralmente ou graficamente, e que tenhamos acesso.

Bom, para Costa (2009, p. 188), Russel entendia "os nomes próprios da linguagem ordinária como descrições definidas abreviadas, truncadas ou disfarçadas, sugerindo que eles pudessem ser analisados pelo mesmo método pelo qual ele analisara as descrições definidas". A interpretação de Costa (2009) afirma que Russel não estava muito interessado na linguagem ordinária, e, portanto, não teria ele se detido muito a essas questões. No entanto, Costa (2009) entende que Russel acreditava que o nome próprio abreviaria, não uma, mas várias descrições, e que quando empregamos um nome próprio na linguagem ordinária, temos em mente uma dessas descrições. Sintetizando: "No final das contas, o que temos em mente é um vasto conjunto de informações históricas exprimíveis sob a forma de descrições capazes de identificar a pessoa univocamente". (Costa, 2009, p. 189).

- Ludwig Wittgenstein e as tensões pragmáticas do nome próprio

Em seu Tratado Lógico Filosófico, Wittgenstein tenta através da linguagem traçar os limites daquilo que pode ser pensado e dito por nós. Para o "primeiro Wittgenstein" os limites de nosso conhecimento são delimitados pelo alcance de nossa linguagem. Ou seja, só podemos conhecer aquilo que nossa linguagem

permite abordar. Não há conhecimento que não esteja expresso pela nossa linguagem, o que foge aos seus limites foge também ao nosso pensamento e ao nosso conhecimento.

Em seu trabalho lógico, Wittgenstein (1961) começa sua análise a partir do objeto mais geral. O mundo, para ele, é o conjunto de fatos que ocorrem. A soma dos fatos ocorridos no mundo representa a sua totalidade. As coisas estão sempre em relação umas com as outras, e o estado de coisas dessas ligações formam o mundo. Nada pode existir fora dessa relação, e nada pode ser sem conter nela mesma esse estado de ligação. Com isso, entendemos que não podemos pensar objetos isolados, as coisas estão sempre relacionadas, e é através dessa relação que temos que pensá-las.

Para conhecer alguma coisa, logicamente, eu preciso conhecer o conjunto de relações que esse objeto constrói com o mundo de coisas à sua volta. Dirá Wittgenstein (1961, p. 56), “se conheço o objeto, também conheço todas as possibilidades de seu aparecer em estados de coisas”. O conhecer perpassa por uma espécie de “figuração” do mundo, correspondência entre mundo, linguagem e pensamento. Para o filósofo austríaco, “deve haver algo idêntico na figuração e no afigurado a fim de que um possa ser a figuração do outro” (Wittgenstein, 1961, p. 60). O produto desse processo, a própria figura, imagem deve ser idêntica ao mundo figurado. Já o processo de “afiguração” ou de “afiguramento” do mundo deve ser exibido, sendo impossível sua descrição. Esse processo de construção de figuras do mundo através da linguagem se percebe nela mesma. Essa teoria de figuras em Wittgenstein (1961) é conhecida como Teoria Pictórica.

É justamente nessa identidade entre figura e coisa, entre imagem linguística e o estado de coisas no mundo, que reside, na visão lógico-filosófica wittgensteiniana, a verdade e a falsidade das afirmações. Ao projetarmos o mundo a partir de proposições, a partir de signos proposicionais, apesar de não conter seu sentido, ela contém a possibilidade de exprimi-lo. O nome, para o primeiro Wittgenstein (1961), ou o pensamento lógico wittgensteiniano, representa um objeto, caráter denotativo do nome. E por isso a linguagem se torna o limite do pensamento, não podemos falar, conhecer, aquilo que não tem nome, aquilo que a linguagem não é capaz de representar em seu sistema de figurações e de correspondência com o mundo. Os

nomes são por ele chamados de primitivos, o que não quer dizer que sejam apenas sons, como pensavam os nominalistas, mas que não podem ser decompostos nem mesmo definidos na análise lógica, estão diretamente ligados aos objetos sem a mediação de uma descrição. As descrições seriam, justamente, as proposições que afirmam ou negam algo sobre o objeto que se quer descrever. Portanto, os nomes não possuem significados fora das proposições que os predicam. Somente no âmbito das proposições lógicas os nomes adquirem seus significados, visto que são postos, demonstrados, em suas relações com outros objetos. As proposições possuem o poder de representar as ligações dos estados de coisas. “Os nomes são como pontos, as proposições flechas” (Wittgenstein, 1961, p. 63).

Para o Wittgenstein (1961) do Tratado Lógico Filosófico, o nome significa o objeto e a proposição é correspondente à figuração do estado de coisas. Portanto, os nomes só adquirem sentido em um contexto proposicional, desde que representem um objeto apenas (Hebeche, 2004). Em sua conclusão acerca da concepção de nomes próprios na primeira filosofia de Wittgenstein, Hebeche (2004, p. 111) diz:

> Desse modo, no TLP [*Tractatus Lógico Philosophicus*], não há lugar para nomes próprios como ‘Sócrates’, ‘Dante’ ou ‘Grêmio Futebol Clube’, pela simples razão que Wittgenstein não dá nenhum exemplo do que possam ser os objetos. Além disso, os nomes acima podem ser definidos de diversos modos, o que os afastaria da simplicidade e da auto-subsistência de cada objeto correspondente. Por ora, convém salientar como, no TLP, a concepção dos nomes tem uma mútua dependência da doutrina do atomismo lógico. Em suma, a concepção dos ‘nomes’, no TLP, é pensada a partir de uma ontologia e da doutrina do atomismo lógico [...].

Ou seja, a proposição que emprega o nome para substituir o objeto diz como as coisas são, diz seu estado de coisas, suas relações com as outras coisas no mundo, e não o que elas são. O nome substitui o objeto. Aqui, o atomismo se aplica à proposição.

Em seu Tratado, Wittgenstein (1961) está em diálogo direto com Frege e Russel. Não apresenta diferenças significativas sobre os nomes ou nomes próprios em relação a seus interlocutores. No entanto, a “coisa muda de figura” quando ele estabelece suas Investigações Filosóficas, conhecida como a segunda fase de Wittgenstein, em que o filósofo supera alguns de seus limites anteriores sem os

abandonar para tratar a linguagem na pragmática do mundo real. No segundo momento de seu pensamento, Wittgenstein abandona o que seria mais uma “ilusão” em relação à linguagem, ou seja seu caráter metafísico e essencialista, como em Agostinho e em Russel. A definição ostensiva em que o nome representa o objeto e a linguagem a realidade passa a ser uma concepção estranha (Hebeche, 2004). Importante ressaltar que a obra “Investigações filosóficas” foi publicada postumamente.

Em suas Investigações Filosóficas, portanto, Wittgenstein (1999) tenta desfazer os enlaces da palavra-objeto que pressupõe a significação referencialista que acompanha a linguagem desde a Antiguidade. Ou seja, desde o início da filosofia, desde o Crátilo platônico, a palavra aponta para um objeto. O nome por sua vez está atrelado a uma coisa-objeto. Negar essa ideia é rejeitar que a linguagem ordinária possa ser regrada por uma metafísica ou por cálculos lógicos (Hebeche, 2004). Ao quebrar-se a opacidade atomista que estabelece uma correspondência direta entre linguagem e mundo, ou entre nome e coisa, desaparece a calmaria das metarregras e da lógica atomista russeliana.

> Aquele conceito filosófico da significação cabe bem numa representação primitiva da maneira pela qual a linguagem funciona. Mas, pode-se também dizer, é a representação de uma linguagem mais primitiva do que a nossa (Wittgenstein, 1999, p. 28).

O modelo primitivo a que Wittgenstein se refere é aquele de Santo Agostinho em que os nomes substituem os objetos e cada palavra possui apenas uma significação. Note-se que Wittgenstein não o nega, apenas diz que este é um modelo primitivo e circunscrito a domínios estritamente delimitados. No lugar desse modelo metafísico e atomista, o segundo Wittgenstein colocará as ideias de ‘jogos de linguagem’ e ‘semelhanças de família’, assumindo certa indeterminação da linguagem ordinária viva. Mais próximo, talvez, às ideias do movimento dialético.

> Podemos também imaginar que todo o processo do uso das palavras em (2) [no exemplo 2] é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de ‘*jogos de linguagem*’, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem.
>
> E poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada.

> Pense os vários usos das palavras ao se brincar de roda.
> Chamarei também de ‘jogos de linguagem’ o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada (Wittgenstein, 1999, p. 30)

Em troca do aprendizado ostensivo das palavras, Wittgenstein acredita no aprendizado a partir do uso das palavras, não aprender a usar, mas aprender usando em contextos de linguagens específicos, em jogos de linguagem com regras não metafísicas, mas pragmaticamente postas.

> Pense nas ferramentas em sua caixa apropriada: lá estão um martelo, uma tenaz, uma serra, uma chave de fenda, um metro, um vidro de cola, cola, pregos e parafusos. - Assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras. (E há semelhanças aqui e ali) (Wittgenstein, 1999, p. 31).

Aqui se apresenta a conhecida metáfora wittgensteiniana, em que a linguagem, as palavras, possuem funções diferentes. Wittgenstein (1999) reconhece uma falsa transparência, uma aparência uniforme, das palavras, o emprego das palavras não é tão claro quanto aparenta ser, não o é nas notícias, nas conversas e nem mesmo nas filosofias. No entanto, dizer que as palavras são como ferramentas e que podem mudar as coisas, não nos diz mais do que “ferramentas servem ao trabalho”, é preciso que o pedreiro, o construtor, saiba utilizar cada ferramenta para seu propósito. Saiba jogar o jogo de cada ferramenta em seu uso e objetivo próprios. Assim o é também nos jogos de linguagem.

> Acredita-se que o aprendizado da linguagem consiste no fato de que se dá nomes aos objetos: homens, formas, cores, dores, estados de espírito, números etc. Como foi dito, - o denominar é algo análogo a pregar uma etiqueta numa coisa. Pode-se chamar isso de preparação para o uso de uma palavra (Wittgenstein, 1999, p. 36).

O autor das Investigações continua tratando da perspectiva ostensiva de aprendizado da linguagem, em que cada objeto recebe um nome, processo de denominação ostensivo do objeto. No método, posteriormente criticado por Wittgenstein (1999) temos um ensino do uso de cada palavra, indicação do significado a partir da referência a um objeto demonstrável. Ainda no nível da linguagem primária que ele fala no início. Aqui o significado é dado no próprio processo de denominação, ao dar o nome já o ligamos referencialmente a um

objeto. São jogos de linguagens peculiares, na visão de Wittgenstein (1999), visto que estamos acostumados a perguntar “Qual o nome disto?” e depois passarmos a empregar o nome empreendido. São jogos de denominação, encontrar nome para algo, “pense então como é peculiar o uso do nome próprio, com o qual *chamamos* o denominado” (Wittgenstein, 1999, p. 37, grifo do autor).

Cabe ressaltar que até aqui, Wittgenstein está falando dos nomes de uma maneira geral, no entanto, a construção dessas bases fundamentais de seu pensamento é relevante para sua virada pragmática. Mesmo quando no §28 ele fala sobre nomes próprios, não é os antropônimos seu foco, mas da classe dos nomes próprios.

> Pode-se, pois, definir um nome próprio, uma palavra para cor, um nome de matéria, uma palavra para número, o nome de um ponto cardeal etc., ostensivamente. A definição do número dois ‘isto se chama dois’ - enquanto se mostram duas nozes - é perfeitamente exata. - Mas, como se pode definir o dois assim? Aquele a que se dá a definição não sabe então, o que se quer chamar com ‘dois’; supre que você chama de ‘dois’ este grupo de nozes! - Pode supor tal coisa; mas talvez não o suponha. Poderia também, inversamente, se eu quiser atribuir a esse grupo de nozes um nome, confundi-lo com um nome para número. E do mesmo modo, quando elucido um nome próprio ostensivamente, poderia confundi-lo com um nome de cor, uma designação de raça, até com o nome de um ponto cardeal. Isto é, a definição ostensiva pode ser interpretada em cada caso como tal e diferentemente (Wittgenstein, 1999, p. 37, grifo do autor).

Temos aqui em voga a arbitrariedade dos jogos de denominação. Poderíamos chamar o dois, ou o grupo de duas nozes de formas distintas, nada mudaria para aquele que apreende o nome das coisas de forma ostensiva. Essas questões são importantes e caras às atividades de representação e organização documentária, visto que ao representarmos o mundo, ao classificá-lo estamos jogando o jogo da denominação, estamos atribuindo “etiquetas”, *tags*, indexadores, das coisas do mundo à nossa volta. E serão esses nomes utilizados para recuperar esses objetos dentro de um sistema de recuperação da informação. Portanto, entender o poder, as interfaces e a pragmaticidade dos nomes é de suma importância para as atividades documentárias, assim também o é para a biobibliografia.

Toda explicação ostensiva, portanto, requer uma nova explicação, ou seja, se digo “Dois é um numeral” é necessário que se explique agora o que a palavra

numeral denomina, e assim por diante. Essa sucessão de elucidações é feita, por certo, através de outras palavras e gestos. Wittgenstein (1999), no entanto, afirma existir uma última elucidação da cadeia. Essa elucidação ostensiva só pode funcionar, segundo Wittgenstein (1999) quando o aprendiz já tem uma noção do uso da palavra que se quer ensinar, ou seja, aprende-se a palavra dois na medida em que sei que aquela palavra é utilizada para representar um numeral, uma quantidade. O aprendiz de xadrez não sabe já as regras do xadrez, mas ao aprender já tem um lugar preparado para seu aprendizado, ele já sabe que é um jogo, ele já sabe que existem peças diferentes, ele sabe que deve-se movê-las em um tabuleiro, sabe que possui um adversário etc. “[...] diremos apenas que aprende seu uso quando o lugar já está preparado. E está preparado aqui não porque aquele para quem damos a elucidação já sabe as regras, mas porque, em outro sentido, já domina um jogo (Wittgenstein, 1999, p. 38-39).

Portanto, devemos, mesmo para aprender um nome de forma ostensiva, conhecer previamente um ‘jogo de linguagem’ que nos servirá para acomodar a palavra aprendida no lugar certo. Ao apontar para uma folha de papel A4 em branco e dizer uma palavra, não indicamos a que estamos nos referindo, poderia ser à forma do papel, a sua cor, ao seu nome, a sua função, ou qualquer outra coisa que se relacione ao papel. Aponte para a forma do papel, agora para sua cor, o que mudou de um apontamento para o outro? Quem aponta para uma pessoa e diz uma palavra e não sabemos a que terreno - nome da pessoa, cor, raça, característica física, adjetivo moral, entre outros. Ou seja, conclui Wittgenstein (1999) que mesmo a forma ostensiva tem que prever algum conhecimento prévio de um jogo de linguagem, do contexto pragmático em que a linguagem se dá.

> Permita-nos falar primeiramente sobre o ponto desta argumentação: a palavra não tem significação quando nada lhe corresponde. - É importante constatar que a palavra ‘significação’ é usada incorretamente, quando se designa com ela a coisa que ‘corresponde’ à palavra. Isto é, confunde-se a significação de um nome com o portador do nome. Se o sr. N. N. morre, diz-se que morre o portador do nome, e não que morre a significação do nome. E seria absurdo falar assim, pois se o nome deixasse de ter significação, não haveria nenhum sentido em dizer: ‘O sr. N. N. morreu’ (Wittgenstein, 1999, p. 42).

A filosofia pragmática de Wittgenstein (1999) nos oferece importante concepção acerca do nome, e que depois será importante para nossa discussão acerca dos efeitos da Biobibliografia ao trabalhar nomes próprios de pessoas. Que seja, a diferenciação da significação do portador do nome. O nome e a significação do nome não morrem com o portador do nome, a significação permanece. Da mesma forma, podemos inferir que a significação do nome não é atualizada de forma direta conforme a realidade factual, digamos assim, vivida pelo portador. Da mesma forma, temos que diferenciar o "significado do nome" do "sentido do nome" socialmente construído. Por certo, que o significado a referência, aquela definição de dicionário, para usar o exemplo de nome próprio de dicionário, "O sr. N. N. nascido na data tal, filho de fulana e sicrano, morto em…" isso é o significado do antropônimo Sr. N. N. ele dá a definição, a referência, indica uma pessoa. Diferente do sentido do nome Sr. N. N. esse é o discurso ordenado e valorizado dentro de uma economia discursiva que se atribui à biografia, às ações e obras desenvolvidas pelo Sr. N. N. Ambos, significado e sentido, são manipulados no trabalho biobibliográfico.

Sobre essa mesma questão, continua Wittgenstein (1999, p. 48-49):

> O que os nomes da linguagem designam deve ser indestrutível: pois deve-se poder descrever o estado no qual tudo que é destrutível está destruído. E haverá palavras nessa descrição; e o que a elas corresponde não deve então estar destruído, senão as palavras não teriam significação. Não devo cortar o galho no qual estou sentado.
> Certamente se poderia logo objetar que a própria descrição deveria excetuar-se da destruição. - Mas aquilo que corresponde às palavras da descrição e que portanto não deve estar destruído, se ela é verdadeira, é aquilo que dá às palavras sua significação, - sem o que não teriam significação. - Mas este homem é, com efeito, em certo sentido, aquilo que corresponde a seu nome. Mas o homem é destrutível; e seu nome não perde sua significação se o portador é destruído. - Aquilo que corresponde ao nome e sem o qual este não teria significação é, por exemplo, um paradigma que é usado no jogo de linguagem em combinação com o nome.

Encontra-se aqui as propostas descritivistas do nome próprio, o feixe de descrições que dá significação ao nome e não a coisa em si. A indestrutibilidade do nome está assentada na permanência das descrições do objeto à revelia da durabilidade do objeto. O nome das coisas permanece útil, permanece com significado, visto que as descrições que estavam combinadas ao nome

permanecem. A referência, portanto, é uma outra faceta do nome próprio em combinação com as descrições que se atribuam ao referente. “Os *nomes* designam apenas aquilo que é *elemento* da realidade. Aquilo que não se deixa destruir; o que permanece o mesmo em toda mudança” (Wittgenstein, 1999, p. 50, grifo do autor). Queremos ressaltar a última frase da citação, “permanece o mesmo em toda mudança”, aqui encontramos traços de uma dialética que admite a mudança sendo o mesmo, com fortes relações na história da filosofia de Heráclito a Hegel.

Dessas investigações de Wittgenstein (1999), nesta etapa de sua reflexão, ele trabalha noções de parte e todo, universal e particular. No exemplo da vassoura, nome para o todo de um objeto, em relação a uma outra forma de pedir uma vassoura, a partir das suas partes. Dirá Wittgenstein (1999) ser, esta última forma, uma dimensão mais analisada daquela outra, são apenas duas formas diferentes do mesmo jogo. Assim, podemos pensar na descrição, representação, de partes, de indivíduos, de particulares, na intenção de fazer aparecer o todo representado.

A passagem de uma lógica metafísica para o caráter pragmático que delineia a segunda filosofia wittgensteineana se encontra em diversas passagens das Investigações. Destacamos uma que nos parece ser bastante indicativa desse salto:

> Mas não poderia haver tal modelo ‘geral’? Algo como um esquema de folha, ou um modelo de verde puro? - Certamente! Mas que esse esquema seja compreendido como esquema, e não como forma de uma folha determinada, e que um quadrinho de verde puro seja compreendido como modelo de tudo aquilo que tem a cor verde, e não como modelo para o verde puro - isto depende do modo de emprego desses modelos (Wittgenstein, 1999, p. 42).

Ao abandonar a noção de forma, central para as discussões metafísicas desde Platão, e adotar uma noção de esquema, Wittgenstein traz a linguagem para uma noção mais concreta, relacional e contextual.

Vejamos agora alguns pontos em que Wittgenstein (1999) toca a questão do nome próprio. O §79, muito conhecido e citado pelos estudiosos do pensador austríaco, traz a questão do nome próprio em sua fala, como segue:

> Observe este exemplo: quando se diz ‘Moisés não existiu’, isto pode significar diferentes coisas. Pode significar: os israelitas não tiveram nenhum chefe quando deixaram o Egito - ou: não existiu nenhum homem que tivesse realizado tudo o que a Bíblia narra de Moisés -

> ou etc., etc. - Segundo Russel, podemos dizer: o nome ‘Moisés’ pode ser definido por meio de diferentes descrições. Por exemplo, como: ‘o homem que guiou os israelitas através do deserto’, ‘o homem que viveu naquele tempo e naquele lugar e que naquela época foi chamado ‘Moisés’’, ou ‘o homem que em criança foi retirado do Nilo pela filha do faraó’ etc. E, dependendo da definição que consideremos, a frase ‘Moisés existiu’ recebe um sentido diferente, e do mesmo modo qualquer outra frase que se refira a Moisés. - E quando alguém nos diz ‘N não existiu’, perguntamos também: ‘O que você quer dizer? Você quer dizer que…, ou que…? etc (Wittgenstein, 1999, p. 56).

Retomando as ideias de Russel, e em parte as suas próprias do *Tractatus*, Wittgenstein (1999) coloca a questão acerca da “teoria descritivista abreviada”. O austríaco esboça um exemplo a partir da figura de Moisés e de sua biografia narrada pelo texto bíblico. Se dizemos que Moisés não existiu, o que queremos dizer com isso? Que não existiu um homem chamado Moisés, ou que a pessoa enviada por Deus para libertar seu povo do império de faraó não se chamava Moisés, ou ainda, que toda a história relacionada ao nome e à biografia de Moisés não existiu? São questões interessantes tanto para uma filosofia do nome próprio quanto para as questões biobibliográficas abordadas em nossa pesquisa. Ao submetermos, por exemplo, as informações biobibliográficas, circuladas por determinadas materialidades documentais, ao escrutínio da veracidade ou da falsidade estamos na mesma encruzilhada da provocação Wittgensteiniana. Informações biográficas circuladas de forma ágil em redes sociais digitais, por exemplo, possuem o devir de destruir reputações, abalam a figura representativa que podemos ter de determinada personalidade, de determinado pesquisador ou político.

A depender das descrições que atrelamos, seja de forma subjetiva ou objetiva, aos nomes próprios que nos cercam, esses nomes adquirem sentidos diferentes. No exemplo de Wittgenstein (1999), ao nome Moisés é atribuído algumas descrições possíveis, a partir dessas descrições, afirma ele, quando empregamos o nome “Moisés” o sentido muda conforme a descrição que temos em mente. Considerando-se o nome próprio como uma abreviação de descrições definidas, como aferiu Russel, ele se pergunta sobre a constatação das referidas descrições. Ou seja, e se descobrirmos serem falsas uma ou duas dessas proposições que afirmam fatos à biografia de Moisés? Tudo dito sobre Moisés tem que ser verdade para que o sentido construído sobre a figura de Moisés permaneça? Se não, o

quanto essas descrições são flexíveis para que possamos alterar a biografia de Moisés sem que ele perca o sentido que lhe atribuímos? São questões levantadas a partir da interpretação de sua filosofia acerca do nome próprio.

> Mas se faço uma asserção sobre Moisés, estarei sempre pronto a acrescentar qualquer uma dessas descrições para 'Moisés'? Direi talvez: por 'Moisés entendo o homem que fez o que a Bíblia narra de Moisés ou pelo menos que fez muito do que ela descreve. Mas quanto? (Wittgenstein, 1999, p. 56-57).

Nas Investigações vemos abrir-se novas questões acerca do entendimento descritivista do nome próprio. Claudio Costa (2009, p. 191) resume essas questões da seguinte forma: "em que medida as descrições do feixe de descrições vinculadas ao nome precisam ser satisfeitas pelo objeto?". Ou seja, refere-se a medida aceitável de assertividade do conjunto de descrições ligadas ao nome para que possamos admitir o significado do nome que se apresenta.

Continua Wittgenstein (1999, p. 57):

> Terei decidido o quanto deve se revelar falso, para que reconheça como falsa minha afirmação? Terá para mim o nome 'Moisés' um determinado uso, sólido e sem equívoco em todos os casos possíveis? - Não é como se eu, por assim dizer, tivesse à mão toda uma série de suportes e que me apóio em um deles quando os outros me são retirados e vice-versa? - Considere ainda um outro caso. Se digo 'N está morto', talvez com o significado do nome 'N' possa se dar o seguinte: acredito que tenha vivido um homem que (1) vi em tal e tal lugar, que (2) tinha tal e tal aparência (fotos), que (3) fez isto e aquilo, e que (4) no mundo civil levava o nome de 'N'. - Indagado sobre o que entendo por 'N' enumeraria tudo isto, ou uma parte, e diferentes coisas em diferentes ocasiões. Minha definição de 'N', por exemplo 'O homem a quem todas estas coisas correspondem'. - Mas, e se alguma coisa se revelasse como falsa? - Estarei disposto a declarar que a frase 'N está morto' é falsa, mesmo se apenas alguma coisa que me pareça de secundária importância se revele como falsa onde, porém, situar os limites do secundário? - Se, num caso como esse, tivesse dado uma elucidação do nome, então estaria pronto a modificá-la.

Aqui temos que os usos de Moisés serão diferentes, e terá diferentes conotações de acordo com as proposições descritivas que considerarmos verdadeiras para sua figura. Se não reconheço a afirmação sobre a abertura do mar, não empregarei o nome "Moisés" com a mesma conotação daqueles que aceitam a proposição como verdadeira. Os limites para que possamos gerar entendimentos

descritivos sobre o nome, no plano pragmático, gira no entorno do que é aceito como verdadeiro sobre aquela personalidade em cada contexto de uso do nome.

As várias descrições possíveis para um nome, como as elencadas de 1 a 4 na citação acima, oferecem a Wittgenstein, e a nós, um campo vasto de indagações acerca do uso, do emprego, do nome próprio em contextos diferentes. Quando me refiro a alguém a partir de seu nome, tenho para ela um conjunto de descrições que significam, ou classificam, esse nome para nós. Essas proposições fazem com que seja possível a conotação, os significados, daquele nome. É a possibilidade da referência entre o nome e a pessoa a partir daquilo que acredito representá-la. Porém, quando usamos um nome, ou quando nos deparamos com nomes próprios de pessoas na materialidade documentária que nos cerca, precisamos conhecer todas as descrições verdadeiras sobre aquela determinada pessoa? Ou seja, para atribuir determinado valor àquele nome próprio, qual o volume de descrições verdadeiras necessário para que possamos atribuir-lhe um significado? Essa questão é interessante para que entendamos os efeitos causados na recepção de determinados nomes próprios. Se encontro o nome Luís Inácio Lula da Silva em um *outdoor*, o que aquele nome representa para mim, seu significado, e seu valor, se produz a partir das descrições consideradas verdadeiras ligadas ao nome e à pessoa identificada por esse nome. De certo que existem por conta do tamanho da figura pública que esse nome representa, diversas proposições descritivas biográficas circulando e ligadas ao nome próprio citado, no entanto, a ética de todo dispositivo biográfico, ou biobibliográfico como no nosso caso, seria selecionar e indicar as proposições verdadeiras, distingui-las das falsas[22]. O letramento biobibliográfico perpassa, também, pela avaliação da qualidade das fontes biográficas capazes de combater a desinformação direcionada a imagem, a figura wittgensteiniana, de alguém.

A ideia, em Wittgenstein (1999), de que a linguagem é como uma “caixa de ferramentas” que podemos utilizar para diferentes propósitos, inclusive transformar e/ou reconstruir o mundo se relaciona diretamente com nossas pesquisas acerca da

[22] Essa questão será novamente abordada no Capítulo 8 em que discutiremos praxeologias críticas em biobibliografias, mais precisamente quando apontamos as questões éticas que envolvem o trabalho com o nome próprio e os dispositivos biográficos que os cercam.

informação, e mais diretamente a esta pesquisa, em relação às informações biobibliográficas e biográficas.

Na filosofia da linguagem wittgensteiniana um imperativo se apresenta para nós, a compreensão do mundo faz parte da complexa forma de vida que nos condiciona enquanto sujeitos de conhecimento, e, para ele, compreender o mundo é uma práxis da linguagem. Talvez essa seja a chave para entendermos a *linguistic turn* de maneira geral.

Os nomes próprios, levando-se em consideração a filosofia wittgensteiniana, não estão dependentes de um processo interno privado de reconhecimento de uma relação do objeto-designação. São do domínio das habilidades públicas, de regras de uso desse tipo de nome, o que Hebeche (2004, p. 94) chama de “as ‘vivências da significação’ do nome próprio”. Para cumprir seus objetivos nas Investigações Filosóficas, Wittgenstein teria de quebrar toda sua herança fregeana e russeliana de uma filosofia lógico-linguística, o essencialismo e o atomismo lógico da linguagem. O nome próprio parecia um retorno às concepções agostinianas, no sentido que para dizer quem é João a forma mais fácil seria apontar para João e dizer: “Esse é João”.

Em uma perspectiva voltada à Organização do Conhecimento, Silveira e Saldanha (2015, p. 4-5) ao discutir a filosofia do nome próprio em Wittgenstein afirmam que:

> As respostas da reflexão wittgesnteiniana (de segunda fase) para as aporias do nome próprio começam a ganhar aqui a conhecida direção do debate da linguagem ordinária. O filósofo admite que o uso de um nome próprio não possui uma certa “significação rígida”, como gostariam os lógicos, incluindo ele, em sua primeira fase, demarcada pela obra Tratado Lógico-Filosófico. A ausência de tal rigidez não impacta, porém, o seu “uso”, ou seja, o nome próprio, por mais impreciso (logicamente) que possa parecer, não torna seu uso um absurdo no cotidiano.

Ao estabelecer a crítica aos fundamentos ostensivos da linguagem, ou seja, aqueles que fazem a ligação entre palavra e mundo a partir do dedo indicador, e também às noções descritivas da linguagem, como vimos em Frege e Russel, resta-nos concluir que, para Wittgenstein (1999) o nome próprio, inclusive os de pessoas, terão significado enquanto participarem de algum jogo de linguagem. Se o antropônimo permanecer no jogo de linguagem, nas suas diversas funções,

objetivos e contextos, então ele permanecerá significando algo. Sua significação e seu sentido, se assim podemos dizer, está sempre atualizando-se na medida em que o jogo o manipula, visto que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein, 1999, p. 43).

- John Searle e os sentidos do nome

John Rogers Searle (1932-) professor da Universidade de Berkeley na Califórnia, desenvolveu suas pesquisas acadêmicas direcionado para a filosofia analítica e para uma espécie de realismo que levasse em consideração as questões do “eu”, da mente e da intencionalidade dos atos de fala. Sua perspectiva filosófico-linguística o fez publicar um artigo chamado *Proper Names* (Nomes próprios) que será aqui examinado como uma das propostas filosóficas acerca do nome próprio interessante à nossa pesquisa.

A pergunta inicial de Searle (1958) é se nomes próprios possuem sentidos. Para ele, nomes próprios podem adquirir sentido a depender da forma como se apresentam. Searle (1958) diverge de Frege (2009), ao admitir que expressar a relação de identidade entre dois nomes próprios possibilita-nos aferir afirmações sintéticas, visto que, em seu pensamento as afirmações analíticas são aquelas extraídas sem o caráter empírico, ou seja, em que as coisas podem ser afirmadas a partir da própria linguagem. “*Tully = Tully is analytic*” (Searle, 1958, p. 166). No entanto, continua Searle (1958), se afirmamos a identidade entre Bacon e Shakespeare, isso não é apenas analítico, mas sintético. Diz ele: “*people who argue that Shakespeare was Bacon are not advancing a thesis about language*” (Searle, 1958, p. 167)[23]. Ou seja, se admitirmos como verdade que os nomes próprios Shakespeare e Bacon possuem o mesmo referente, que sejam a mesma pessoa, isso não é um conhecimento analítico extraído da linguagem, mas uma forma de conhecimento sintético, depende de uma observação empírica. Note-se que em todas as concepções acerca da descrição e do sentido dos nomes próprios, desde a conclusão socrática no diálogo com Crátilo, envolve uma interpretação que parta da

[23] Tradução nossa: [...] pessoas que argumentam que Shakespeare foi Bacon não estão avançando uma tese sobre a linguagem.

coisa, o dedo aponta e a boca nomeia. Em Searle (1958), a construção do sentido do nome também passa pela questão do sensível.

Os nomes próprios não possuem uma definição, segundo Searle (1958). Quer dizer, não podemos pensar em dicionários de nomes próprios em relação a seus referentes. Nomes próprios possuem um significado de dicionário em relação a eles mesmo, assim como “Diogo” significa, segundo alguns desses dicionários, “aquele que vem do calcanhar” ou “aquele que ensina e doutrina”. No entanto, essa definição nada tem a ver com a pessoa nomeada. Há uma parte considerável do Crátilo que se discute esse tipo de significado como parte relevante para definição da personalidade de algumas figuras como Hermógenes. Por certo que esse significado em nada influencia na vida, na vivência ou na personalidade, no sentido que terá esse nome próprio por meio das descrições empíricas e sintéticas de que trata Searle (1958). É nesse sentido, da relação do nome próprio com a pessoa nomeada que diz-se não haver um significado de dicionário. Outro questionamento poderia surgir em relação aos dicionários biográficos em que antropônimos tomam a forma de verbete enciclopédico. Ali não temos definições, mas a atribuição de sentidos para aquele nome, como forma de representação, comunicação e constructos informacionais com base na vida das pessoas biobibliografadas.

> Até agora considerei a visão de que as regras que regem o uso de um nome próprio são tais que ele é usado para se referir e não para descrever um objeto particular, que tem referência, mas não tem sentido. Mas agora perguntemos como é que somos capazes de nos referir a um objecto particular usando o seu nome. Como, por exemplo, aprendemos e ensinamos o uso do nome próprio. Como, por exemplo, aprendemos e ensinamos o uso de nomes próprios? Isto parece bastante simples - identificamos o objecto e, assumindo que o nosso aluno compreende as convenções gerais que regem os nomes próprios, explicamos que esta palavra é o nome desse objeto. Mas, a menos que o nosso aluno já conheça outro nome próprio do objeto, só poderemos identificar o objeto (a preliminar necessária para ensinar o nome) por ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, identificamos o objeto em virtude de algumas de suas

características (Searle, 1958, p. 168, tradução nossa)[24].

A primeira diferenciação feita por Searle (1958) ao analisar as assertivas analíticas e sintéticas dos nomes próprios refere-se à ideia de identificação e de descrição dos objetos a que se referem. Identificação aqui entendemos como o processo de reconhecimento e de individualização de uma coisa, no caso específico do nosso estudo, de uma pessoa. Isso pode ser feito de diversas maneiras diferentes, um nome, uma foto, um número, são exemplos de identificação de pessoas. Já a descrição é um outro processo, diz respeito, para nós, à atribuição de informações que caracterizam os indivíduos. Essas descrições estão atreladas àquilo que percebemos (no caso de conhecermos a pessoa) ou naquilo que sabemos (quando não a conhecemos, mas tivemos acesso direto a informações sobre o indivíduo).

Ao abordar a questão do ensino dos nomes próprios, ou seja, como aprendemos o nome próprio de alguma pessoa, Searle (1958) oferece-nos as opções da ostensão (vista em Agostinho de Hipona por Wittgenstein), novamente o dedo indicador em riste, e a descrição do objeto. As características da pessoa ou do objeto, informações descritivas sobre elas, são essenciais para que possamos identificá-la e a partir disso, possamos transportá-la para o universo linguístico em que afirmamos ou negamos coisas sobre elas.

Uma das argumentações possíveis é que após aprendermos o nome próprio de alguém não é necessário mais pensarmos em todas aquelas descrições ou indicações que nos fizeram aprender o nome. Todos esses sentidos podem ser ignorados, tendo em vista que o nome já foi aprendido. Mas se tomarmos, como no exemplo de Searle (1958), o nome de Aristóteles e dissermos que esse foi um filósofo, nascido em Estagira e mestre de Alexandre, teremos aqui dado um sentido ao nome Aristóteles. Dessa forma, podemos dizer que aprendemos o uso do nome

[24] Do original: *I have so far considered the view that the rules governing the use of a proper name are such that it is used to refer to and not to describe a particular object, that it has reference but not sense. But now let us ask how it comes about that we are able to refer to a particular object by using its name. How, for example, do we learn and teach the use of proper name. How for example, do we learn and teach the use of proper names? This seems quite simple - we identify the object, and, assuming that our student understands the general conventions governing proper names, we explain that this word is the name of that object. But unless our student already knows another proper name of the object, we can only identify the object (the necessary preliminary to teaching the name) by ostension or description; and, in both cases, we identify the object in virtue of certain of its characteristics.*

Aristóteles, mas, digamos que se descubra que algumas dessas informações não são verdadeiras, por exemplo que ele nunca conheceu Alexandre, podemos dizer que Aristóteles não existiu? Por certo que, não é assim que funciona nosso entendimento sobre Aristóteles, portanto as descrições não são como regras que definem e identificam sujeitos. Elas seriam, na visão de Searle (1958), uma espécie de descrição vaga do indivíduo, visto que no caso mencionado o nome permanece e o referente se transformou.

Há na discussão de Searle (1958) duas visões conflitantes acerca dos nomes próprios, a primeira diz que os nomes próprios apenas denotam um objeto e a segunda que o nome próprio se refere a um e somente um objeto que satisfaça seu sentido. Sentido aqui seria o conjunto mais ou menos definido de descrições capazes de substituir o nome ou a pessoa. A primeira, diz Searle (1958), está intimamente ligada à escolástica e ao *Tractatus*. Ao analisar a segunda vertente ele identifica que se o sentido é o conjunto de descrições possíveis e verdadeiras de um objeto, isso gera efeitos estranhos e sempre analíticos acerca das pessoas e das coisas. Se houvesse qualquer mudança no objeto, o nome teria então novo sentido e novo significado, o que impossibilitaria o uso de nomes próprios na prática. Além disso, se uma pessoa conhece um dos sentidos do nome próprio e uma outra pessoa conhece-o a partir de um sentido diferente, então os nomes possuiriam sentidos diferentes para pessoas diferentes. Por isso, ele prefere, interpretamos nós, seguir o caminho de descrições necessárias e suficientes, ao invés de todas as descrições verdadeiras possíveis. Continuando com o exemplo acima, a pergunta se tornaria em quais as condições, os sentidos, necessários e suficientes para dizer “Este é Aristóteles”? Percebe-se que Searle (1958) está muito próximo das discussões de Wittgenstein, nos exemplos de Moisés das Investigações Filosóficas sobre o tema.

Para responder à pergunta, ele analisa que a função dos nomes próprios na linguagem é referir-se a um objeto particular sem a necessidade de dar informações, descrições, do objeto. Ao dizermos “Aristóteles” no contexto acadêmico-científico, não precisamos dar maiores informações para significar, dar sentido, a quem estamos nos referindo, por mais que existam outros tantos Aristóteles no mundo durante a história da humanidade, todos fazemos referência ao mesmo filósofo

grego aluno de Platão. Então, a questão maior dos nomes próprios seria entender como essa ligação nome-objeto ou nome-pessoa se realiza sem a necessidade de descrições ou de apontarmos para a coisa.

> Mas como um nome próprio em geral não especifica quaisquer características do objeto referido, como ele faz isso sem a referência? Como é estabelecida uma conexão entre nome e objeto? Quero responder a esta, que parece ser a questão crucial, dizendo que embora os nomes próprios normalmente não afirmem ou especifiquem quaisquer características, os seus usos referentes pressupõem, no entanto, que o objecto ao qual pretendem referir-se tem certas características (Searle, 1958, p. 171, tradução nossa).[25]

A questão para Searle (1958) é, justamente, definir quais são as características suficientes para que se possa fazer com que o sentido do nome próprio se refira a um só objeto. Veremos que na transdisciplina da Organização do Conhecimento essa problemática é resolvida por um conjunto definido de descritores que são atribuídos a nomes próprios de autoridades para que possam ser diferenciados entre si. O modelo conceitual Functional Requirements for Authority Data (FRAD), por exemplo, estabelece os atributos para pessoas e famílias.

> E é aqui que reside a maior parte da dificuldade. A questão de saber o que constitui os critérios para “Aristóteles” é geralmente deixada em aberto; na verdade, raramente surge, e quando surge somos nós, os utilizadores do nome, que decidimos mais ou menos arbitrariamente quais serão esses critérios. Se, por exemplo, das características consideradas verdadeiras para Aristóteles, se descobrisse que metade era verdadeira para um homem e metade verdadeira para outro, qual diríamos que era Aristóteles? Nenhum? A questão não foi decidida para nós antecipadamente (Searle, 1958, p. 171, tradução nossa).[26]

O que Searle (1958) está propondo em relação aos nomes próprios é que eles não sejam considerados como descrições rígidas de um objeto ou de uma pessoa. Ele acredita existir certa flexibilidade, um conjunto não definido, meio vago,

---

[25] Do original: *But as a proper name does not in general specify any characteristics of the object referred to, how then does it bring the reference off? How is a connection between name and object ever set up? This, which seems the crucial question, I want to answer by saying that though proper names do not normally assert or specify any characteristics, their referring uses nonetheless presuppose that the object to which they purport to refer has certain characteristics.*

[26] Do original: *And herein lies most of the difficulty. The question of what constitutes the criteria for “Aristotle” is generally left open, indeed it seldom in fact arises, and when it does arise it is we, the users of the name, who decide more or less arbitrarily what these criteria shall be. If, for example, of the characteristics agreed to be true of Aristotle, half should be discovered to be true of one man and half true of another, which would we say was Aristotle? Neither? The question is not decided for us in advance*.

de possibilidades para referir-se suficientemente a um objeto em questão. O nome Aristóteles não é, em sua visão, um conjunto fechado e definido de descrições em todos os momentos em que é citado, na verdade, flutua, ou orbita, em torno do nome de Aristóteles, diversas descrições que constituem o, ou, os sentidos do nome próprio em questão. Assim, o nome próprio está se referindo a uma e somente uma pessoa sem a necessidade que no momento do emprego do nome tenhamos todas as proposições descritivas em mente. Segundo ele: “Assim, a flexibilidade dos critérios para nomes próprios é uma condição necessária para isolar a função de referência da função descritiva da linguagem” (Searle, 1958, p. 172, tradução nossa).[27]

A ideia de Searle (1958) diz que os nomes próprios são capazes de fazer referência a um objeto a partir de algumas descrições que podem ser consideradas suficientes para caracterizar o nome em relação ao objeto.

> Nós podemos agora resolver o nosso paradoxo: um nome próprio tem sentido? Se perguntar se nomes próprios são usados ou não para descrever ou especificar características de objetos, a resposta é “não”. Mas se perguntar se os nomes próprios estão ou não logicamente conectados às características do objeto a que se referem, a resposta é “sim, de uma forma solta”. (Isso mostra em parte a pobreza de uma abordagem rígida de sentido-referência e denotação-conotação para problemas na teoria do significado.) (Searle, 1958, p.173, tradução nossa)[28]

Aqui vemos que, para Searle (1958) os nomes próprios são capazes de referenciar por estarem ligados logicamente com as características dos objetos que fazem referência, essa denotação acontece a partir de um conjunto mais ou menos definido de descrições válidas para o objeto, dando, assim, nova roupagem às teorias descritivistas do nome próprio. No entanto, para ele, não seria uma descrição rígida, mas uma forma solta, vaga, de descrição. Aristóteles, portanto, poderia ser substituído por descrições como: “o filósofo estagirita”, “o autor de Ética a Nicômaco”, “o discípulo mais famoso de Platão” ou “o mentor de Alexandre o

---

[27] Do original: *Thus the looseness of the criteria for proper names is a necessary condition for isolating the referring function from the describing function of language.*

[28] Tradução nossa: We can now resolve our paradox: does a proper name have a sense? If this asks whether or not proper names are used to describe or specify characteristics of objects, the answer is " no ". But if it asks whether or not proper names are logically connected with characteristics of the object to which they refer, the answer is " yes, in a loose sort of way ". (This shows in part the poverty of a rigid sense-reference, denotation-connotation approach to problems in the theory of meaning).

Grande” (Costa, 2013). São descrições que compõem o sentido do nome próprio de forma contingente, visto que o fato de Aristóteles ter escrito a Ética não é algo necessário. Essas descrições estão ligadas a ele, mas não são limitadas. São inúmeras descrições possíveis, dando a ideia de um feixe vago de descrições contingentes possíveis. Portanto, “Aristóteles” não pode significar “o filósofo estagirita”, se assim o fosse seria uma verdade analítica, quando é na verdade sintética.

O próximo marco da filosofia dos nomes próprios, elaborado por Saul Kripke, diverge diametralmente de Searle. Para aquele pensador os nomes próprios são designadores rígidos e não podem estar fundamentados nas ideias descritivistas que vimos em Russel, Frege, Wittgenstein e Searle. Kripke retomará uma ideia denotativa tal qual elaborada por Mill.

3.3 Os nomes próprios enquanto designadores rígidos, a teoria de Saul Kripke

O trabalho seminal de Saul A. Kripke (2012), Nomear e a necessidade, é composto pela reunião de três palestras ministradas em janeiro de 1970 na Universidade de Princeton. Nelas, ele debate alguns temas, principalmente o da referência e o da necessidade dentro da filosofia analítica, ou da filosofia analítica da linguagem. Suas colocações filosóficas podem ter impacto tanto em outras questões da filosofia ou de outras matérias. Por exemplo, uma das questões abordadas por ele refere-se àquilo que seja necessário para definir uma identidade, numa perspectiva outra, podemos traduzir suas questões na forma da seguinte pergunta: quais são as propriedades necessárias ou contingentes para definir uma identidade. E se transferirmos essa problemática filosófica para o mundo concreto e cultural da antropologia teremos um vasto debate acerca daquilo que define nossas identidades, como uma espécie de junção entre mente, corpo e meio cultural.

O primeiro tópico da primeira palestra trata, justamente, de uma noção cara para esta pesquisa, mas também para todo a transdisciplina da Organização do Conhecimento, conforme nos elucida a própria Hope Olson (2002) em *The power to name*, ou ainda Bernd Frohmann (2008). “O primeiro tópico, no nosso par [nomear e necessidade], é o nomear. Entendo aqui por nome um nome próprio, como o nome

de uma pessoa, de uma cidade, de um país, etc." (Kripke, 2012, p. 70). Kripke (2012) restringe, portanto, suas reflexões acerca do nome à categoria dos nomes próprios, e cita o nome de uma pessoa como uma das primeiras formas, talvez como prioritária, para sua filosofia. Ele reconhece a tradição descritivista como a dominante entre os filósofos que debatem a questão em sua época, traduzindo a forma do nome próprio para os lógicos de sua época no seguinte modelo:

> É bem sabido que os lógicos modernos estão também muito interessados em descrições definidas: expressões com a forma 'o x tal que (px', tais como 'o homem que corrompeu Hadleyburg'. Ora, se um e somente um homem corrompeu Hadleyburg, então esse homem é o referente (no sentido dos lógicos) dessa descrição (Kripke, 2012, p. 70).

Essa definição dos lógicos, que associa os nomes próprios a uma descrição definida, e, portanto, capaz de dar um significado ao nome próprio, é atacada pela filosofia de Kripke (2012). Sua ideia de que designadores rígidos extirpam da ideia de nomes próprios as descrições definidas a elas associadas, sobrando somente o nome para fazer referência à pessoa, ou ao lugar.

> Nós iremos usar o termo 'nome' de um modo que não inclui descrições definidas deste gênero, mas somente aquelas coisas a que, na linguagem corrente, chamamos 'nomes próprios'. Se quisermos um termo comum para cobrir nomes e descrições, podemos usar o termo 'designador' (Kripke, 2012, p. 70).

Kripke (2012) começa sua argumentação alegando que a partir de definições definidas podemos cair em falsas associações ao referente. Ou seja, podemos tentar nos referir a alguém a partir de uma descrição definida, e se esta descrição não for verdadeira, pela via da lógica, estaremos nos referindo a outra pessoa ou a pessoa nenhuma. O "referente da descrição" para a filosofia lógico-analítica de Kripke (2012), levando em consideração as noções descritivistas, é aquela pessoa que necessariamente satisfaça a todas as proposições descritivistas empregadas. Alguns de seus exemplos, para demonstrar que os nomes próprios não possuem uma conotação, ou ainda que os nomes empregados como nomes próprios nada oferecem de significado para o referente, são que o Império Sacro Romano, "não era sagrado, nem império, nem romano. Hoje temos as Nações Unidas" (Kripke, 2012, p. 72). Na filosofia lógico-analítica, se pensarmos em significados para esses nomes

estaríamos caindo em um absurdo do ponto de vista lógico. Então, para Kripke (2012) a ligação referencial entre esses nomes e as coisas que nomeiam não estão no âmbito da significação.

A análise de Kripke (2012) com relação às filosofias de Frege e Russel, defende que para ambos os nomes próprios possuem um sentido, em contraposição com as ideias puramente denotativas de Mill. Ao comentar as ideias de Russel e Frege, ele infere que, para ambas as filosofias, o nome próprio age como "descrições disfarçadas", o nome encontra seu referente a partir de descrições conhecidas, ou ainda, do conhecimento que temos das pessoas, por exemplo. Ao citar o nome Lula, podemos ser interpelados acerca do referente, ou seja, "a quem se refere o nome Lula", e responderemos com uma espécie de resumo informativo-biográfico da pessoa Lula, "político brasileiro, eleito três vezes presidente da República, ex-metalúrgico, ex-sindicalista, nascido na cidade de Caetés (PE)". Isso seria, na leitura fregeana e russeliana de Kripke (2012, p. 75) uma "descrição unicamente identificadora para determinar o referente do nome".

Em sua primeira palestra, Kripke (2012) trata de examinar os argumentos de seus antecessores, relatando o exemplo da estrela matutina e da estrela vespertina que se descobre ser o mesmo referente, gerando uma espécie de conhecimento representado por nomes próprios como "Héspero é Fósforo". Outro exemplo citado seria da existência de Aristóteles, ao perguntar-nos se este filósofo existiu, não estamos nos referindo ao homem (coisa), mas se existiu alguém a quem corresponda todas as descrições que associamos ao nome próprio Aristóteles, que tenha produzido certas obras, que tenha ensinado Alexandre e tenha sido pupilo de Platão, por exemplo. Ao término de seu relatório, ele diz estar convencido e seguro de que essas perspectivas descritivistas de Frege e Russel são falsas, e vai além, afirma, inclusive, que muitos antecessores fizeram a mesma afirmação, mas mantiveram o espírito do "conceito-feixe" (Kripke, 2012, p. 76).

Sabemos que a Lógica Analítica tenta em seus estudos estabelecer uma linguagem perfeita, sem equívocos, e a lógica de Frege, pelo menos no que diz respeito aos nomes próprios, foge a essa regra. Ao aceitar um feixe de descrições que flutuam, orbitam, o nome próprio, oferecendo-lhe sentidos diferentes, a precisão generalizável *a priori* almejada se perde, visto que, pessoas diferentes podem

empregar o mesmo nome próprio, como Aristóteles, com sentidos diferentes, “o filósofo que nasceu em Estagira” ou “o professor de Alexandre”. Essa imprecisão não é aceita por Kripke (2012). O alto nível de contingência que guardam essas descrições torna o sentido do nome próprio algo como uma *família* de descrições, algo que o próprio Kripke (2012) liga às noções das “Investigações Filosóficas” de Wittgenstein (1999) no exemplo supracitado de Moisés. Ele quer dizer que, poderia ter sido outro filósofo a ensinar Alexandre, não há nada de necessário nessa descrição e, portanto, não se poderia encará-la como uma descrição particular do nome Aristóteles.

Devemos lembrar, igualmente, assim como o fez Kripke (2012), que a noção de feixe ou família de descrições e o entendimento de que um nome próprio apontaria o referente que satisfaça um conjunto suficiente dessas descrições é a proposta principal de Searle (1958).

Nessa altura de sua reflexão, Kripke (2012) diferencia duas formas de entendermos o descritivismo dos nomes próprios. A primeira é a do significado, ou seja, as descrições que vinculamos aos nomes próprios dão o significado do nome próprio. A outra trata apenas de uma determinação, queremos dizer que as descrições apenas ajudam-nos a determinar o referente ao qual queremos nos referir. E aqui parece-nos que Kripke (2012) reacende a contraposição conotação e denotação dos nomes próprios, sendo a primeira concepção encarada como um descritivismo conotativo e a segunda como um descritivismo denotativo.

Para entendermos a filosofia do nomear de Kripke (2012), temos que percorrer seu entendimento acerca de alguns conceitos filosóficos prévios. Como a noção de conhecimento *a priori* kantiano, criticada por Kripke na medida em que se considere impossível conhecer alguma coisa independentemente a qualquer experiência filosófica. Outra noção importante para o pensamento kripkeano viria da metafísica, o de ‘necessidade’. Se nos perguntarmos se algo no mundo poderia ter sido de outra forma, podemos responder de duas formas, sim e não. Se algo poderia ter sido de outra forma, então isso é contingente. Se a resposta for não, então entendemos que esse algo no mundo é necessariamente dessa forma. Há um entendimento filosófico de que tudo que seja conhecido *a priori* seja também um conhecimento necessário, confundindo epistemologia e metafísica. No entanto,

segue Kripke (2012, p. 86) em sua reflexão não trivial: “ainda que alguém tenha dito que é necessário, se for verdade, que todo o número par seja a soma de dois primos, não se segue daí que alguém saiba qualquer coisa a priori acerca disso”. E segue ele ao tratar da questão contingente e de necessidade no nomear:

> Suponhamos que alguém dizia, apontando para Nixon: ‘Este é o tipo que poderia ter perdido’. E outra pessoa dizia: ‘Oh, não, se o descreveres como ‘Nixon’, então ele poderia ter perdido; mas é claro que, se o descreveres como o vencedor, então não é verdade que ele poderia ter perdido’. Ora, qual deles é que está aqui a ser o filósofo, o homem não intuitivo? A mim parece-me óbvio que é o segundo. O segundo homem tem uma teoria filosófica. O primeiro diria, e com grande convicção: ‘Bem, é claro que o vencedor das eleições poderia ter sido outra pessoa. Se a campanha tivesse decorrido de maneira diferente, aquele que de facto venceu poderia ter sido o derrotado, e o vencedor ser outra pessoa; ou poderia não ter mesmo havido eleições. Por isso, termos como ‘o vencedor’ e ‘o derrotado’ não designam os mesmos objectos em todos os mundos possíveis. Por outro lado, o termo ‘Nixon’ é simplesmente um nome deste homem’. Quando perguntamos se é necessário ou contingente que Nixon tenha ganhado as eleições, estamos a colocar a questão intuitiva de saber se, nalguma situação contrafactual, este homem teria de facto perdido as eleições (Kripke, 2012, p. 90, grifo do autor).

O que Kripke (2012) está tentando demonstrar é a contingência e o caráter não necessário, pelo menos do ponto de vista filosófico, das descrições no ato de nomeação. Para ele, contrafactualmente, ou ainda a intuição de um outro mundo possível em que tenha havido outro ganhador das eleições, faz com que a descrição para Nixon seja outra, alternando entre “vencedor”, “derrotado”, ou mesmo mundos em que Nixon não tenha concorrido ou em que não tenha havido eleição alguma. Porém, como Kripke (2012) começa a demonstrar o nome ‘Nixon’ não muda, existe mesmo no plano da análise contrafactual uma permanência, uma rigidez, do nome ‘Nixon’ para designar tudo aquilo que podemos intuir contingencialmente sobre aquela pessoa. O nome seria uma espécie de identidade rígida e permanente em todos os mundos possíveis.

> Mas, se temos uma tal intuição acerca da possibilidade disso (a derrota eleitoral deste homem), então ela é acerca da possibilidade disso. Não temos de identificá-la com a possibilidade de um homem com tal e tal aparência, ou que defende tais e tais ideias políticas, ou como quer que o descrevamos qualitativamente, ter perdido. Podemos apontar para o homem e perguntar o que lhe poderia ter acontecido a ele, caso as coisas tivessem acontecido de outra maneira (Kripke, 2012, p. 96).

A análise de Kripke (2012) acerca das possibilidades, das proposições descritivas, que identificariam e que seriam significadas pelo nome Nixon, levam-no a pensar que essas descrições não são boas opções de significação, visto que elas se alteram na passagem dos mundos possíveis. O que Kripke (2012) defende é que a única coisa que não mudaria entre os mundos contrafactuais seria a permanência de uma pessoa chamada Nixon, e a esta pessoa apontaríamos toda espécie de contrafactualidade no exercício da lógica modal que seguem as inferências kripkenianas. Quer dizer que, para Kripke (2012) não há propriedades necessárias e suficientes para identificar Nixon entre as proposições descritivistas. O nome próprio enquanto designador rígido funcionaria como uma "identidade ao longo dos mundos possíveis" (Kripke, 2012, p. 98). Designadores rígidos servem para "designar o mesmo objeto em todos os mundos possíveis" (Kripke, 2012, p. 99).

> Uma das teses intuitivas que irei sustentar nestas palestras é a de que os nomes são designadores rígidos. Parece ser seguro que eles satisfazem o teste intuitivo que mencionei acima: embora seja verdade que o presidente dos EUA em 1970 poderia ter sido outra pessoa que não o presidente dos EUA em 1970 (por exemplo, poderia ter sido Humphrey), no entanto, nenhuma outra pessoa além de Nixon poderia ter sido Nixon (Kripke, 2012, p. 99, grifo do autor).

Segundo Barroso (2014, p. 435), Kripke retira a definição de nomes próprios como designadores rígidos de suas pesquisas sobre as lógicas modais[29]:

> Podemos nos convencer dela se examinarmos nossas intuições sobre as condições de verdade de enunciados modais. Por exemplo, qual a nossa intuição quando julgamos ser verdadeiro o enunciado 'Sócrates poderia ter sido um tirano'? A intuição é a de que podemos imaginar ou conceber Sócrates numa situação em que ele é um tirano. A situação imaginada não corresponde a nenhuma situação histórica real, mas o indivíduo que toma parte nessa situação

[29] Lógicas modais procuram lidar com diferentes modalidades, trabalham com operadores modais (provavelmente, possivelmente, eventualmente, poderia e deveria, por exemplo).

> imaginária é o indivíduo real. Se não fosse assim, ela não seria uma situação em que Sócrates é um tirano, seria uma situação em que outro indivíduo é um tirano, e isso não nos ajudaria em nada para julgar a verdade do enunciado modal em análise. Dessa forma, todo enunciado modal sobre Sócrates evoca uma situação contrafactual que envolve o mesmo indivíduo: Sócrates.

Ao utilizar o operador modal “poderia” para analisar a veracidade da proposição “Sócrates poderia ter sido um tirano”, a primeira intuição é de falsidade, ou seja, sabemos que o sujeito histórico e real, Sócrates, não era um tirano. Para conseguirmos efetuar essa análise de transposição do Sócrates real para o Sócrates tirano verificado na proposição, só é possível, segundo Kripke, porque o nome Sócrates é um designador rígido. Se não o fosse, poderia-se admitir a possibilidade de “Sócrates ser um tirano”, onde Sócrates seria outro indivíduo que não o Sócrates real. Se essa transposição, ou ainda essa rigidez do nome Sócrates não existisse, o nome em nada nos ajudaria na definição da verdade ou falsidade da proposição. Assim, acredita Kripke, toda e qualquer análise que se faça sobre Sócrates, sobre qualquer modalidade terá a mesma referência: o mesmo Sócrates. Logo, o nome Sócrates é um designador rígido da pessoa real Sócrates.

Apesar do nome ser considerado um designador rígido, o mesmo não se aplica às descrições que podem substituir o nome Sócrates. Por exemplo, “o filósofo casado com Xantipa”, para utilizar o mesmo exemplo de Barroso (2014), faz referência a Sócrates. Porém, de acordo com as proposições factuais, que retratam uma situação possível em um mundo diferente do atual, poderia ser em algum desses mundos Crátilo aquele que é casado com Xantipa. Então as descrições não podem ser utilizadas como designadores rígidos nessa perspectiva lógica, visto que a descrição pode fazer referência a outro referente que não o do mundo atual. Podemos ver que qualquer situação contrafactual sobre “Sócrates” fará dele existente nos mundos possíveis, logo será sempre de Sócrates que se afirma algo.

Se nomes próprios são designadores rígidos e descrições definidas não, então Kripke conclui que nomes próprios não podem ser descrições definidas, seria uma correspondência falsa. Para Kripke, em resumo, uma teoria descritivista do significado ou da referência dos nomes próprios é incorreta (Barroso, 2014).

A teoria referencial do nome próprio de Kripke diz que “um falante A consegue referir um indivíduo x com o nome n devido à história do uso referencial de n.” (Barroso, 2014, p. 436). A cadeia de comunicação do nome próprio começa com aquilo que ele designa de ‘batismo’, ou seja, a escolha de um nome para referir-se a alguém, após a escolha todo indivíduo que queira referir-se a esse alguém deve utilizar o mesmo nome escolhido no batismo para o mesmo referente. A cadeia de comunicação seria essa repetição de falantes que usam a referência para referir-se ao mesmo referente desde o momento batismal.

Kripke acredita ter encerrado a teoria descritivista com seus argumentos, no entanto, conforme Barroso (2014), não acreditamos que ele tenha resolvido todos os problemas que a concepção de um referencialismo único enseja.

3.4 Reflexões acerca do nome próprio rumo à perspectiva biográfica

Levando em consideração algumas das perspectivas filosóficas abordadas até aqui sobre os nomes próprios, queremos demarcar alguns pontos de nosso entendimento da questão, e algumas pontes com o pensamento ético no trato dos nomes próprios.

João Pina Cabral e Susana de Matos Viegas (2007), no campo da Antropologia, trabalham uma espécie de ética dos nomes próprios para as pessoas, definida por: “tessitura afetiva que subjaz ao reconhecimento identitário das pessoas humanas” (Cabral; Viegas, 2007, p. 13). Se a moral está no conjunto das regras instituídas nos contextos sócio-históricos definidos, a ética está nas relações humanas imanentes a uma moralidade instituída em um determinado contexto.

> Os nomes seriam vistos, então, como instâncias de ação e de constituição de socialidade: categorias de apelação, quando nos dirigimos uns aos outros para estabelecer comunicação; formas de estabelecer relação, ao darmos o nome a um filho; formas de identificação da pessoa como cidadão, ao registarmos o nome ou querermos mudar esse registo; formas de intervir sobre a nossa identidade pessoal no mundo, ao termos o poder de apagar a nossa identificação simplesmente escondendo um nome, ao mesmo tempo que podemos ser oprimidos por esse mesmo poder (Cabral; Viegas, 2007, p. 13).

No prefácio, escrito por Cícero Antônio Cavalcante Barroso, do livro “Ética dos nomes próprios” de Ayala Gurgel (2021), destaca-se o uso do nome próprio como um jogo duplo, entre linguagem e poder. Várias imagens são possíveis para trabalharmos a ideia do nome próprio e de seu uso. O nome próprio sempre joga com hierarquizações, classificações, que podem empoderar ou assujeitar, favorecer ou não o indivíduo posicionado. Se para Mill em seu Sistema Lógico é que nomes são meramente designativos, denotam um indivíduo sem oferecer nenhum conteúdo semântico. A tese defendida por Gurgel (2021) é totalmente diferente. Para este, o nome próprio carrega consigo um conteúdo descritivo, adjudicatório, confere no seu uso valores, assegurando para si um caráter performativo de moral. No entanto, não se trata de conteúdo semântico, mas pragmático. Nomes próprios designam pessoas, espécie de sintaxe, mas também transmitem significado pragmático. Quer dizer que, é o uso desses nomes próprios em contextos sociais específicos que preenchem a designação de uma função valorativa própria. Não é o nome em si, mas seu uso valorativo, político e/ou normativo que lhe concede tal premissa.

Em sua introdução, o autor descreve suas preocupações acerca do seu próprio nome, o que serve-lhe de inspiração para pesquisar sobre o assunto. Por que uso um nome que me foi dado antes do nascimento para referir-me? Por que outras pessoas o usam para se referir a mim? Por que me viro na rua ao escutar esse nome que me foi imposto? São algumas questões de uma discussão ética dos nomes próprios. Ele dá alguns exemplos, de uso do nome próprio no âmbito da literatura para guiar seu pensamento sobre o assunto. Harry Potter e a ideia de um ser “que não deve ser nomeado”, João Grilo e a invocação da santa pelo seu nome, Alice e o questionamento sobre o que é um nome, por exemplo. No uso cotidiano, há nomes que devemos guardar conosco, nomes que queremos afastar, nomes que, acreditamos, lembraremos para sempre, nomes que queremos esquecer, nomes que

achamos bonitos, outros feios, sabemos quando devemos dizer o nome de alguém, e quando devemos ocultar. Enfim, há diversas ocasiões em que o nome próprio não é apenas algo designativo, mas que seu uso implica um conhecimento das regras do jogo linguístico em que estamos inseridos. Para isso, Gurgel (2021) utiliza-se das teorias pragmatistas da linguagem para efetuar a sua análise.

Ele define seu campo de estudo da seguinte forma:

> Em suma, ética dos nomes próprios é uma abordagem pragmática crítica (associada ao biopoder) e performativa (associada à performance dos atos de fala) com foco na performance moral dos usuários da linguagem comum envolvendo o uso cotidiano dos nomes próprios, cujo interesse não é fazer uma teoria dos nomes próprios com base em questões éticas, e sim, trazer à fala hábitos onomásticos com os quais adicionamos significado moral a tais nomes, em seu uso cotidiano (Gurgel, 2021, p. 30).

Ele esclarece que chama de nome próprio aquilo que pode ser entendido como um substantivo próprio. Na sua concepção, visto que os nomes próprios são usados através da mediação de performances morais, por uma linguagem que também se intersecciona com essas questões, eles, os antropônimos, também fazem parte do jogo moralizante da moral. A noção de “castelo de areia” de Wittgenstein é utilizada para criticar a dieta unilateral em que muitas teorias generalizantes em torno de nomes próprios se erguem, pois buscam sua ontologia, seu ser, e não seu uso. Devemos buscar interpretar os nomes próprios em suas aplicações corriqueiras, pragmaticamente, na *pólis*. A problemática se dá no uso cotidiano dos nomes próprios por grupos sociais como forma de agir e reagir às formas de vida condicionantes do sujeito, resultando em um duplo jogo (linguagem e poder), salientando que esses usos sejam performances morais (Gurgel, 2021).

O que nos interessa na discussão desenvolvida por Gurgel (2021) é seu posicionar o nome próprio na dimensão do poder e da moral. Quando em público, em uma conversa, ou em um discurso, ou ainda quando nomeio uma rua ou um prédio, com o nome de uma pessoa, estou no uso público e político da linguagem, mais especificamente dos antropônimos. Essa utilização recai numa espécie de estética e moral do sentido que aquele nome assume em determinados jogos de linguagem. E, por consequência, a instituição desses sentidos, o ditar dessa

paisagem ou dessa materialidade antroponímica estão diretamente ligadas com regimes de poder, de dominação simbólica e cultural.

Para Gurgel (2021), posição que acompanhamos, o nome próprio adquire não só sentido, mas valor dentro das dinâmicas de informação e comunicação em que estão inseridos. Ao se perguntar o que significa o nome próprio, acabamos por desembocar nas intencionalidades, ou daquilo que está por trás, do uso de um nome próprio, ou de um conjunto de antropônimos, em detrimento de outros tantos.

Inspirado em Wittgenstein e Ryle, ele determina o “uso” como costumes simbolicamente estruturados e estruturante, interpretamos nós, no interior de uma comunidade linguística, o que pressupõe uma economia dos atos de fala.

> Com isso, assumo que o aprendizado de determinada linguagem não possui apenas sentido pedagógico, possui também sentido moral, bem como que esse sentido é construído, por costume das sociedades capitalistas ocidentais, pelo controle social das instituições que se ocupam com os jogos de poder, procurando impor a vida conforme a norma (ou conformação social) (Gurgel, 2021, p. 43).

Ao tratar daqueles nomes próprios que nos chegam, aqueles para quem os dedos dessas instituições de poder, dos aparelhos ideológicos, apontam, vemos que essas identidades não são dadas da natureza, não ganham preponderância, notoriedade ou popularidade de forma natural, neutra ou espontânea. Há, em lugar disso, um conjunto daquilo que ele chama de “performances” sociais envolvendo seus nomes próprios, esses agenciamentos, ou esse trabalho linguístico relacionado ao nome próprio, constróem para o nome uma identidade produzida a partir de certas descrições.

Gurgel (2021) está totalmente apoiado por leituras da última fase do pensamento de Michel Foucault, o das análises estéticas e éticas dos sujeitos, e Judith Butler, também numa escala mais geral na Genealogia da Moral de Nietzsche. Seu caminhar se desenrola dentro de questões como uma espécie de forma autêntica de vida, onde noções como empoderamento e auto-afirmação são conceitos-chave. Em resumo, carrega-se a ideia de uma auto-poiésis dos sujeitos.

Essa ideia deve ser contrastada ao espaço de uma realidade construída com base em sistemas de dominação, sejam materiais econômicos ou

ideológico-simbólicos. Queremos dizer, que mesmo no plano da individualidade e de uma produção de si enquanto pessoa ética, consciente e dotada de pensamento crítico, há que se observar que o mundo não se encerra no limítrofe de nossa pele corporal. O mundo das interrelações e das dominações se impõe à nossa autonomia e liberdade. Ao produzirmos o mundo a nossa volta, o mundo, dialeticamente, nos produz em suas condições de possibilidade de existência. O mundo capitalista, ideologicamente condizente com os interesses de classes dominantes, nos molda de forma a produzir corpos dóceis ao *status quo*. Conscientes dessa relação de luta, nossa práxis deve se revolucionar, pensarmos o nome próprio, a maneira como o produzimos na materialidade das fontes de informação biobibliográficas se faz no contexto dessa luta política de transformação da realidade dominada em que vivemos.

Apesar de reconhecermos uma convencionalidade em relação aos nomes, em uma perspectiva epistemológica metafísica, queremos dizer que a análise do nome “Paulo Freire”, isoladamente, em nada contribui para conhecer a pessoa a quem nos referimos com esse nome. Somente a partir da produção de sentidos e descrições em diversos contextos diferentes, e a partir de nossos esquemas de interpretação do mundo, é que o nome vai se construindo para nós em algo significativo.

Sendo o nome próprio um conjunto de descrições ligadas à pessoa a quem queremos nos referir, ele é, principalmente para as discussões em Organização do Conhecimento, uma categoria, uma concepção que congrega, faz reunir um conjunto de informações. Sendo assim, a descrição do nome próprio, ou a descrição de pessoas através dos seus nomes próprios e das informações a elas atribuídas, constitui-se em trabalho biobibliográfico. À pessoa que trabalha com biobibliografia cabe, a partir de esquemas de metadados, descrever pessoas, representá-las a partir desse conjunto biográfico-informacional documentado no nome próprio, conforme indicam as definições descritivistas.

Acerca da contingência das descrições em mundos possíveis, conforme trabalha Kripke (2012), a metafísica da necessidade ou contingência dos descritores atribuídos aos nomes próprios pode ser de interesse aos ramos da lógica analítica ou ainda de uma lógica analítico-modal possível. No entanto, para a Organização do Conhecimento, como a encaramos e trabalhamos, é importante essa perspectiva do

contingente para pensarmos na transformação da realidade e dos modos de representação do real, inclusive da representação biobibliográfica de sujeitos determinados. Parece-nos, igualmente interessante a noção de designadores rígidos, e podemos tecer um comparativo com os *links* permanentes que se constroem a partir de sistemas de informação biobibliográficos, como o Currículo Lattes e o *Orcid*. No entanto, ao aportar nosso pensamento ao mundo concreto, à concepção de uma história objetiva, concreta e material, temos que, de certa forma, apartar-nos da ideia kripkeniana de não sentido dos nomes próprios a partir de uma família de descrições.

Queremos dizer que, o agir sociopolítico crítico que intentamos para a Organização do Conhecimento, em geral, e que aqui aplicamos aos estudos da bio-bibliografia, não pode se pautar na metafísica de mundos outros, mas na concretude e objetividade da história que nos condiciona, e, portanto, construir representações, descrições, de pessoas a partir dessa objetividade para uma virada crítica dos modos dominantes de representação. Entendemos, que o tipo de lógica analítica impetrada por Kripke (2012) poderia nos levar a um certo relativismo e imobilismo acerca da definição e da construção de sentido sobre pessoas e coletivos, comunidades, necessitadas de uma tomada documentária democrática, politicamente interessada e comprometida.

Por isso, as considerações descritivistas, que abordam a atribuição e produção de sentidos e significados ao nome próprio de pessoas, parecem estar mais condizentes com os interesses de uma organização do conhecimento dos nomes próprios. O próprio antropônimo nessa perspectiva já se encontra no plano do “meta”, ou seja, o nome já guarda em si a indexicalidade dos símbolos que remetem a algo que está fora dele. Além da referência a um corpo, a uma história de vida que se constrói nomeada por ele, o nome próprio na dialética, no movimento comunicativo, não faz apenas apontar com o dedo para alguém que pode estar perto ou longe de nós. O nome próprio adquire na medida em que nos aproximamos dele, ou na medida em que ganha peso na realidade simbólica que nos cerca, significados e possibilidades de interpretação sempre condicionados pelo contraste deste, com aquilo que sabemos sobre ele, com aquilo que falam sobre ele, bem como a partir do

todo do conhecimento prévio que possuímos, nossas próprias ideias condicionadas por nossos contextos e visões de mundo.

O nome próprio quando escrito, lido, falado ou ouvido, é posto em movimento está no jogo da linguagem sempre dependente do contexto social em que está inserido. É sabido que um dos livros fundamentais para tratar a questão da linguagem no âmbito sócio-político é o *Marxismo e Filosofia da Linguagem* de Valentin Volóchinov, por muito tempo atribuído a Mikhail Bakhtin. Nele podemos encontrar reflexões elementares e indispensáveis para a questão do signo ideológico. Sendo assim, tratamos de fazer uma aproximação com a obra marxiana em questão para que possamos entender a linguagem nesses termos relacionais com a ideologia.

As teorias da linguagem fazem parte da fundamentação teórica da Organização do Conhecimento, mais diretamente na historiografia recente dos domínios da Ciência da Informação, onde as influências das correntes de estudos da linguagem positivista e neopositivista (analítica) são mais evidentes. A crítica e o exame detalhado da teoria da linguagem marxista via Volóchinov se justifica enquanto alternativa teórico-fundacional para outras perspectivas acerca da linguagem e sua organização.

A ciência da linguagem, ou a filosofia da linguagem, segundo Volóchinov (2017) é de sumária importância para os estudos da ideologia, no entanto, a filosofia da linguagem de sua época estava presa a postulados pouco preocupados com a questão ideológica. A ciência da linguagem em Volóchinov (2017) está posicionada no campo dos estudos da ideologia. Para ele, a palavra é a “realidade material específica da criação ideológica” (Volóchinov, 2017, p. 24). Em suas reflexões, ele considera que os estudos da linguagem eram de cunho mecanicistas, preocupados com a língua e não com o fenômeno da linguagem propriamente dito. Ele aponta que seus estudos se interessam pela função produtiva e a natureza social da enunciação dentro da perspectiva ideológica. A problemática tratada por ele leva em consideração a medida em que a ideologia determina a linguagem, e como essa exerce influência na consciência. Ou seja, de que forma a ideologia determina a linguagem, e, também, de que maneira a linguagem determina a consciência, a linguagem, aqui, servindo como um *medium* entre a ideologia e a consciência de

modo recíproco. Um movimento dialético, em que a linguagem medeia a relação entre consciência e ideologia, em que uma e outra se constroem e se atualizam mutuamente.

Volóchinov (2017) vai de encontro aos pressupostos saussurianos que dominavam os estudos linguísticos da época, ela focava na língua dos dicionários, na língua metafisicamente posta por regras e ideais. A linguagem tratada pelos estudos volóchinovianos se encontra na materialidade do social, é a linguagem em seu agir vivo, dialético e em pleno movimento no plano político-social. Aqui não vemos a língua como fato social a ser estudado, mas a fala, aquilo que realmente está dito no mundo.

A língua é estudada por sua enunciação, linguagem materializada, presente em um contexto social. O signo, em sua dimensão enunciativa, nunca está atomizado, ou seja, nunca pode ser percebido isolado do contexto social em que aparece para que se possa estudá-lo em sua totalidade de sentidos e significados. Nas relações sociais, e, mais propriamente, nos conflitos sociais que determinam nossa realidade, a linguagem é entendida como manifestação da luta, dos movimentos de dominação, de resistência, como instrumento de conformação, reprodução e transformação do que entendemos por realidade.

Segundo o teórico russo, “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo” (Volóchinov, 2017, p. 29). A ideia aqui colocada é que toda ideologia trabalha com signos, ou seja, possui um significado e faz referência a algo fora de si mesmo, que não seja a si próprio. A produção de significados está sempre envolvida pela condição ideológica do signo. O que entendemos é que em todo signo podemos verificar uma expressão ideológica. E, por sua vez, toda modificação da ideologia na sociedade se reflete, em algum nível, em mudanças sígnicas, ou seja, da língua falada aquela que circula intersubjetivamente, conforme concepção de Volóchinov (2017). Toda mudança ideológica implica em uma alteração dos signos e dos significados que circulam.

Desta forma, o signo se comporta como plurivalente, passível de transvaloração. As classes dominantes desejam mantê-lo imóvel, para que possam perpetuar sua dominação vigente. Se é através do signo repleto de carga ideológica

que carreia até nossas consciências a ideologia constituída, como que uma partícula transportada para nosso espírito através da linguagem, é o campo da linguagem campo privilegiado para fazer circular outras ideologias, e produzir novas consciências. A determinação de nossas consciências e da ideologia, acompanha a relação dialética de infra e superestrutura mutuamente implicadas. No entanto, em sua perspectiva dialética, a enunciação, enquanto determinada pela superestrutura ideológica, também infere sobre esta, ou seja, a linguagem ao circular no campo social está não só representando, traduzindo, a ideologia vigente, mas também a está perpetuando. Podemos então considerar que a disputa pela significação do signo ideológico tem seus impactos também na ideologia como um todo, visto que a enunciação é material e possui seus modos e relações de produção semiológica da realidade. A produção de signos é uma produção material, está na materialidade sócio-histórica e por isso é capaz de alterar os modos de produção do significado. A linguagem não está na imaterialidade, ou no plano metafísico.

Segundo Volóchinov (2017), as coisas, sejam elas naturais ou produzidas pela humanidade, podem ser percebidas enquanto símbolos ideológicos na medida em que se tornam signos que remetem a outras coisas fora de si mesmas. Eles, os objetos, ainda participando da realidade física, e podendo ser vistos e percebidos pelo o que são, também passam a “refletir e a refratar” uma outra realidade. No entanto, essas coisas não perdem sua característica estritamente material, ou seja, elas continuam sendo utilizadas de acordo com seu caráter funcional. Tomemos o objeto livro como exemplo. O livro, pensamos no formato códice, é um símbolo da cultura letrada ocidental. Um livro é, também, um livro, um objeto físico que cumpre determinados papéis na realidade prática, mas também é um símbolo, um signo, que remete a saber, conhecimento, ilustração e intelectualidade. O livro em sua dimensão simbólica passa a ser também um produto ideológico. Mas, o livro em sua dimensão física continua a ser mercadoria, que é o códice que temos nas mãos e que nos serve para comunicar com fins de educação, de lazer ou de registro. O fato desse objeto ser transformado em signo não retira dele o caráter de consumo e/ou de instrumento.

Sendo assim, o signo ideológico passa a refletir, em maior ou menor grau de exatidão, a realidade. Ou ainda, em seu processo de ideologização o signo “refrata”

ele remete a algo que está fora de si, ele aponta para outro lugar, como um índice. É na materialidade do mundo sígnico real que a ideologia investe para impetrar seus sentidos e significados. Isso implica dizer que a produção da linguagem viva, da linguagem falada a que está no mundo, está diretamente ligada ao processo de sustentação ideológica. O movimento dialético da produção da linguagem, conforme temos tentado demonstrar, se insere nesse duplo movimento de determinar a ideologia ao mesmo tempo que é por ela determinada. Existem meios de produção da linguagem material, meios difusores de discursos, jornais, rádios, livros, documentos e, agora mais potente, o meio digital. O controle da circulação de linguagem em meio digital, hoje, está nas mãos de grandes corporações privadas que ao terem os monopólios dos algoritmos possuem o poder de impulsionar certos enunciados, signos ideológicos, o que interfere diretamente na construção ideológica das consciências alterando o modo de interpretação do mundo. No entanto, ressaltamos que há possibilidades de desvios, linhas de fuga, a história não acabou, apesar das rápidas e eficientes atualizações da lógica capitalista em incorporar para si muitas das iniciativas de subverter a dominação.

A consciência só pode existir mediante a assimilação material de signos. E essa compreensão depende da confrontação do signo novo com outros signos já apreendidos. A consciência individual não pode se colocar separadamente às outras consciências, visto que ela depende dos signos, de natureza social, para existir. A linguagem é sempre social na medida em que é produzida com o objetivo de alcançar o outro, de se pôr em circulação na intersubjetividade. Ou seja, a consciência no seu processo de tornar-se consciência já está no âmbito do social, visto que depende dos signos externos para se estabelecer enquanto consciência. Não há consciência que seja individual, nessa perspectiva, visto que se a consciência depende da linguagem para que se possa formar-se, e essa se funda no social, logo a consciência está repleta de conteúdo social e ideológico. As consciências individuais estão interligadas umas às outras pela cadeia ideológica semiótica que as impregna, pelo signo ideológico. A consciência individual não explica a ideologia, pelo contrário, aquela é explicada por essa, ela é um “fato sócio-ideológico” (Volóchinov, 2017, p. 33). Dessa forma, podemos dizer que os signos só surgem pela comunicação, e só são plenamente compreendidos na intersubjetividade dos sujeitos que interagem em uma mesma organização social,

moldada pela mesma cadeia ideológica. Volóchinov (2017, p. 33) chama de “terreno interindividual”.

A linguagem, portanto, assim como a ideologia não se pode produzir-se sem a interação, sem a dinâmica, o movimento dialético com o outro, com a comunidade, com a classe social que dialogamos. As disputas ideológicas perpassam dessa forma pela intersubjetividade, pela circulação de determinados signos ideológicos e sua assimilação e reprodução pelos sujeitos. Longe de pensar os sujeitos como elementos passivos nessa relação, o entendemos como interlocutores já dotados de um conjunto de signos que serão contrastados com os novos signos recebidos cotidianamente das interações sociais vividas, com possibilidade de expressarem suas singularidades e concorrerem nas disputas retórico-ideológicas em uma determinada comunidade, classe ou conjunto de interlocutores. Essa nova mediação entre signos já assimilados com os novos signos recebidos de forma ideológica gera uma ação ativa de nova significação. O significado ou a produção de sentido é social, mas possui um caráter ativo dos sujeitos já dotados de material simbólico ideológico anterior, o que de certa forma fará “refletir e refratar” o novo signo percebido, ou seja haverá sempre em alguma medida um certo desvio do sentido e do significado tendo em vista a consciência coletiva e individual já formada que recebe os estímulos simbólicos da realidade.

“O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (Volóchinov, 2017, p. 45). A reflexão operada pelo signo depende da ideologia que o refrata. O signo não apenas reflete o ser, caráter referencial, denotativo da linguagem, mas também o refrata a partir de uma certa ideologia assumida na consciência social moldada já por uma ideologia anterior. O caráter reflexivo do signo não deve ser encarado de forma ingênua. Essa função reflexiva está sobremaneira dependente da superestrutura ideológica que o condiciona e pelo modo de sua produção. Eles, os signos, estão passíveis também de uma valoração ideológica, sujeitos a um juízo de valor (bom, verdadeiro, real...).

Compreender a enunciação perpassa por entender a infraestrutura. Sobre essa questão recorreremos à interpretação de Ricardo Bortolotti (2017, p. 303):

> Diante disso, a enunciação ‘reflete’ a experiência social, com a qual formamos a nossa consciência e, a partir dela, comunicamo-nos com o mundo. Entretanto, expressar nossas posições não significa apenas um trabalho de ‘denotação’ sígnica, mas abarca, além da compreensão do outro, o nosso modo de compreender e elaborar a experiência. Em outros termos, embora participemos de um mesmo meio social, manifestamos nossa ‘singularidade’ na palavra proferida. Com isso, recebemos e ‘refratamos’ a partir de juízos, pautados no gosto, nas escolhas e preferências, as quais não necessitam ser reduzidas a um eu, uma vez que esse ‘eu’ não passa de um ‘nós’, proveniente do tecido social.

Isso quer dizer que além de denotarmos o mundo a partir da linguagem, nós também o refratamos a partir do condicionamento ideológico. A palavra proferida deve sempre ser entendida como uma expressão pautada em preferências, gostos e formas construídas a partir do coletivo. O poder da refração é o poder da ressignificação e da revalorização do signo toda vez que ele é enunciado, toda vez que ele transpassa pela consciência individual e interindividual – pautada no social – para uma manifestação sígnica, sempre ideológica. É nesse espaço social, rico em interpretações e confrontações sígnicas que construímos o mundo simbólico à nossa volta, construindo, portanto, a nossa consciência individual a partir do processo dialético sócio-ideológico a partir dos signos externos apreendidos. E por sua vez, ao produzirmos signos de forma singular estamos interferindo na conjuntura social, no conjunto de signos compartilhados, no cenário de signos que concorrem no social.

Por isso Volochinov (2017) defende a língua falada, ou a língua do cotidiano, enquanto palavra viva, sensível às mudanças da ideologia e da consciência, enquanto objeto de estudo privilegiado de uma filosofia da linguagem marxista. Diz Volochinov (2017, p. 34) sobre a palavra, ela “é o fenômeno ideológico por excelência”. A palavra é, toda, signo, toda carregada de valor semiótico, portanto, ideológica. Por isso sua análise nos leva aos modos de relação social, ao contexto de produção e uso. A palavra é também um signo neutro, segundo ele, visto que pode ser utilizada por qualquer função ideológica da superestrutura (científica, religiosa, moral, estética, entre outras), ela é plurivalente, podendo passar de um contexto ideológico para outro, sofrendo ou não mudanças de sentido a partir das interações dos contextos ideológicos diversos, maior ou menor aproximação entre eles. A comunicação da vida cotidiana, a ideologia do cotidiano, é apontada por Volochinov (2017, p. 35) como um “tipo de comunicação [que] é extraordinariamente

rica e importante". A ideologia do cotidiano está imersa em diversas ideologias formalizadas e especializadas, que usam a palavra como seu principal material ideológico. Ela seria o domínio da palavra interna e externa, de forma desordenada, são caminhos possíveis de expressão do nosso mundo interior (Aragão, 2022).

Volóchinov (2017) ao examinar as teorias da linguagem de sua época as divide em duas vertentes, ambas são amplamente criticadas pelo teórico do círculo bakhtiniano. A primeira trata-se de um *subjetivismo idealista* onde a linguagem é a representação fiel da mente não levando-se em consideração interações verbais, o próprio processo da comunicação, o interlocutor ou o meio. Subjetivo por acreditar que a linguagem é algo individual ligada apenas à mente do sujeito, e idealista por acreditar na possibilidade de fidelidade, imagem perfeita, entre a palavra e o pensamento. O mundo das ideias platônico se converte no mundo dos pensamentos na mente do sujeito. A outra corrente teórica criticada por Volóchinov (2017) é o *objetivismo abstrato* onde o indivíduo é um elemento totalmente passivo no âmbito da linguagem, ele recebe a estrutura da linguagem já pronta na sociedade e não contribui para sua atualização. A estrutura é totalmente dominante, não tendo espaço para resistências ou para o movimento dialético da história. A língua é o objeto de análise, é o objeto fechado, atomizado, que se quer estudar, daí o seu caráter objetivista. E sua perspectiva abstrata se encontra na condição de estar fora do mundo concreto real, material e histórico.

Para Volochinov (2017) é interessante que a Filosofia da Linguagem de ordem marxista estude a fala em sua natureza comunicativa, dialógica, encarada como fenômeno social. A crítica feita por Volochinov (2017) refere-se à ideia de imutabilidade da língua, como se esta não se transformasse nos processos históricos. A dialética prescreve que a língua está em constante transformação, por mais que no momento em que eu fale ou enuncie algo, por abstração, a língua me pareça sincrônica, no decurso da história percebemos que estamos, ao falar, alterando o estado linguístico em contínua transformação. Queremos dizer que o contexto de uso que leva em consideração locutor e receptor, contexto social concreto, modifica o sistema linguístico. O contexto da enunciação é posto em evidência, as formas linguísticas só se apresentam em contexto de enunciação, por natureza, ideológicas. Por isso, não se deve separar a língua de sua vivência

concreta entre os indivíduos de uma mesma realidade semiótica, visto que eles não pensam o signo a partir de uma gramática imutável, como uma ferramenta de comunicação, mas como formas variáveis de expressão. A palavra é única, porém, polissêmica, de acordo com os variáveis contextos possíveis.

O Idealismo, que sustenta a ideia subjetivista da linguagem, apregoa que toda palavra expressa é um falseamento do pensamento interior, esse sim real e verdadeiro. Volochinov (2017) critica essa perspectiva, defendendo que a objetivação do pensamento em enunciados e o próprio pensamento são formados de um mesmo material, qual seja o signo ideológico, tal como vimos na dialética do signo. O próprio conteúdo mental é formado e condicionado pela interiorização dos signos externos, na dialética viva da interação verbal. A forma consciência de cada indivíduo é elaborada pelo seu contexto social, sígnico e ideológico. A palavra, o valor semiótico de sua significância, se dá na interação entre um locutor e um receptor. Não há consciência individual sem a inserção em um contexto social material e concreto. Não é, portanto, o indivíduo, a consciência individual, o ponto de estudo da língua ou da fala, mas o contexto social em que o sujeito se insere. A enunciação, a linguagem, não está nos sistemas abstratos, idealistas, mas na história, na comunicação verbal concreta.

O contexto em que se dá o processo comunicativo é de especial interesse para Volochinov (2017), visto que ao separarmos o signo do contexto, ou da comunidade linguística, em claro erro mecanicista, estaremos perdendo grande parte de sua composição semiótica. Então, para estudarmos a linguagem, devemos de pronto conhecer a comunidade linguística em que o signo se materializa em uma situação concreta. A comunidade linguística, portanto, dá o “tom” semiótico, e por consequência ideológico, do enunciado. Desta forma, temos que há tantos sentidos para uma palavra, para um signo, quanto contextos possíveis de sua utilização. Por sua vez, o enunciado se dá entre locutores e interlocutores que devemos considerar enquanto socialmente organizados de acordo com a linguagem sócio-ideológica adquirida em suas comunidades. Essa organização deixa para nós o que Aragão (2022) chama de um “estoque social de signos” formando, assim, as condições reais para o enunciado concreto.

Para nós, as fontes de informação biográficas são produzidas necessariamente a partir de um nome próprio de pessoa, ou de algum dispositivo que funcione como um identificador, elas englobam um universo de documentos que constroem o espaço biográfico acerca de uma pessoa e/ou de uma comunidade. A partir dos nomes próprios documentados, um conjunto de informações, que podemos chamar de biográficas, são atribuídas às pessoas através de seus nomes próprios. Uma espécie de predicação do sujeito, em linguagem gramatical.

4 DO BIOGRÁFICO

Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir uma parte
na outra parte
— que é uma questão
de vida ou morte —
será arte?

Ferreira Goulart. *Traduzir-se*.

O estudo das biografias, ou das histórias ou relatos de vida, ganhou notoriedade recentemente, a partir da década de 70, nos estudos históricos e sociais. Entendida de forma ampla, a biografia pode ser considerada um dos gêneros textuais mais antigos da história ocidental. Citamos aqui as *Vidas paralelas* de Plutarco, por exemplo, onde o historiador comparava personalidades históricas gregas e romanas. No entanto, sua definição, seus modelos e suas contradições ainda são revisitadas em discussões teóricas sobre o tema. Optamos por nomear esta seção como “Do biográfico” ao invés de “Da biografia”, tendo em vista o nosso interesse em perceber as nuances do caráter biográfico das coisas e dos documentos, antes de entender o conceito ou a técnica da biografia.

Segundo Luciano Costa (2010), o gênero biográfico é um dos mais lidos no Brasil e no mundo, apesar de ter poucos estudos acadêmicos direcionados a ele. A biografia é tratada por Costa (2010) por um caráter transdisciplinar, sua transversalidade é verificada não só no campo literário, mas, também, na história, na pedagogia, na antropologia e nas ciências sociais. Acrescentamos à lista transversal e transdisciplinar que enfocam a biografia sob ângulos específicos, a própria transdisciplina da Organização do Conhecimento. A disciplina das Fontes de Informação, sejam gerais ou especializadas, tocam frequentemente, como veremos o caso das biografias.

A palavra “biografia” pela via da etimologia deriva das palavras *bios* (vida) e *graphia* (escrever), portanto “escrever a vida”. Uma definição possível é ofertada por

Philippe Lejeune (2008), estudioso do gênero autobiográfico, em que define a palavra ‘biografia’ da seguinte forma:

> Quanto à palavra ‘biografia’, ela designa hoje, dependendo de quem a emprega: 1) a história de um homem (em geral célebre) escrita por outrem (é o sentido antigo e mais comum); 2) a história de um homem (em geral obscuro) contada oralmente por ele próprio a outra pessoa que o levou a empreender essa narrativa para estudá-la (é o método biográfico das ciências sociais); 3) a história de um homem contada por ele próprio a outra ou outras pessoas que o ajudam, com sua escuta, a se orientar na vida (é a (auto)biografia feita no âmbito da formação) (Lejeune, 2008, p. 53).

Como dito acima, a biografia, após um período desprestigiado, volta ao cenário das investigações históricas e sociais. Sobre isso, Sabina Loriga (1998, p. 225), diz-nos:

> A fronteira que separa a biografia da história sempre foi bastante imprecisa. Em relação a esse ponto, assistimos recentemente a uma reviravolta radical. Após um longo período de desgraça, durante o qual os historiadores se interessam pelos destinos coletivos, o indivíduo voltou hoje a ocupar um lugar central em suas preocupações.

Trata-se de um movimento, segundo Loriga (1998) de redescoberta das minorias, dos vencidos, dos excluídos, de interesse por subjetividades diversas, o que reacende o interesse pelo método da biografia. Loriga (1998, p. 244) relata as passagens das figuras heróicas do passado à pessoa comum: “A morte do herói não eliminou contudo a exigência de se estudar os indivíduos. Hoje a aposta não é mais no grande homem (conceito banido e às vezes desprezado), e sim no homem comum”.

A escola historiográfica que mais visitou o tema e utilizou o método biográfico na Modernidade foi a Escola dos *Annales*. Ela surge da inconformação de Lucien Febvre e Marc Bloch com a história praticada na época centrada no cenário político dos grandes homens de poder ou dos países, em uma visão simplista que afastava toda a complexidade contextual que lhes endossava (Burke, 1991). Poderíamos dizer que a história dessa época possuía uma visão mecanicista e positivista do poder. A Escola aproveitou os avanços de outras ciências como a Antropologia, a Economia, a Sociologia e a Psicologia para diversificar o leque instrumental com que

escreviam a história da humanidade para além e aquém da dimensão dos grandes eventos políticos.

O movimento dos *Annales* é analisado em três fases por Burke (1991), a primeira referente aos seus fundadores, Bloch e Febvre, a segunda dominada pelos estudos de Fernand Braudel, e a terceira mais fragmentada composta por historiadores como Le Goff, Chartier, Duby, Certeau, Michèle Perrot e o próprio Burke. A terceira fase do movimento agiu em várias frentes, desde um certo retorno aos temas dos grandes eventos políticos, passando por um retorno antropológico, até aquilo que Burke (1991) chama de retorno das narrativas. De certa forma, todas essas frentes se reúnem na iniciativa contra o determinismo. A ideia de regras estruturais rígidas como formadoras dos acontecimentos históricos da humanidade não agradava os contemporâneos do final da década de 1960 na França. Estes historiadores buscavam estabelecer as interseções entre o determinismo da sociedade e a liberdade dos indivíduos no desenrolar da história.

Essa característica da terceira fase da Escola recoloca as biografias históricas no horizonte da historiografia. Ou seja, considera as fontes biográficas enquanto insumo das análises históricas a serem desenvolvidas. Utilizada por exemplo, como afirma Burke (1991), para entender a mentalidade de pessoas comuns. Giovanni Levi (2006) tece considerações acerca do uso fértil e ambíguo das biografias. Segundo ele, os registros biográficos podem ser utilizados tanto para demonstrar a irredutibilidade dos indivíduos quanto a efetividade de certas leis e regras sociais:

> A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas (Levi, 2006, p. 168).

A partir da utilização de noções sociológicas, antropológicas e econômicas, como vimos, proposta pela Escola, para as análises historiográficas, muitas questões são levantadas a partir do uso da biografia. Como, por exemplo, a questão da narrativa biográfica em contraposição à documentação estatal, ou ainda da possibilidade de se transcrever e interpretar a totalidade de uma vida. Sabemos que sociólogos, como Durkheim, eram contra a história dos grandes eventos e diziam desejar uma história sem nomes, em oposição à dominância dos grandes nomes

nos estudos históricos de sua época. Mas, as micro-histórias, em muito devedoras dos registros biográficos, estariam produzindo uma historiografia em um nível de análise diferente àquela história totalizante desejada por uma outra camada de historiadores.

> Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas. (Levi, 2006, p. 169).

A biografia ganha força, historicamente, a partir de momentos de crises entre a personagem social e a percepção de si dos indivíduos (Levi, 2006). O gênero biográfico vê seus triunfos na medida em que as pessoas passam a não se perceberem dentro daquela personagem padrão normalizada na moral dominante de sua época. E aí vemos desenrolar o papel da história moral, a biografia das “grandes” personalidades de uma sociedade e de um tempo. Os dicionários biográficos existentes desde o mundo grego, possuem essa função moral de propagar um perfil padrão esperado a ser buscado pelos indivíduos, temos então a categoria dos heróis e das heroínas, quase sempre relegadas a um segundo plano na história contada por homens. Há aqui a ideia de um aprendizado por imitação.

> Diderot era um grande admirador de Sterne, concordava com a sua opinião de que a biografia era incapaz de captar a essência de um indivíduo. Não que rejeitasse o gênero biográfico; entendia, mais precisamente, que a biografia, embora incapaz de ser realista, tinha uma função pedagógica na medida em que apresentava personagens célebres e revelava-lhes as virtudes públicas e os vícios privados (Levi, 2006, p. 171).

Peter Burke (1997, p. 91) aponta para a diferenciação proposta por Plutarco entre as narrativas históricas e o “escrever a vida”, biografia, a última possibilita “abordar tanto a esfera pública, para descrever a personalidade individual através de pequenas pistas ‘algo pequeno como uma frase ou um chiste’”. Em seus estudos sobre as biografias renascentistas, de onde parte a história biobibliográfica reconhecida pela dissertação de Mata (2020), Burke (1997) evidencia como as biografias ganham espaço no Renascimento, movimento que parece ter potencializado a ideia de indivíduo. Se bem que obras que retratam a vida de heróis, filósofos, santos e outras personalidades ilustres podem ser encontradas no Medievo

e até mesmo na Antiguidade (Burke, 1997). O historiador inglês, de certa forma participante do movimento dos *Annales*, ou pelo menos um de seus herdeiros, reforça a noção de individualidade produzida inclusive no mundo bibliográfico. Diz-nos Burke (1997, p. 87-88):

> No entanto, o contexto da biografia ao qual quero dar mais ênfase tem sido curiosamente ignorado pelos estudiosos. A partir de fins do século XV, era frequente que as vidas dos escritores fossem escritas e publicadas como prefácios de suas obras [...] Esta questão do contexto da publicação não é trivial. Ela ilustra a ascensão do conceito da individualidade da autoria, o pressuposto de que as informações sobre um escritor nos ajudam a entender suas obras.

O estudo da cultura biográfica que vai surgindo a partir da individualidade valorizada pelo Renascimento nos aponta para certa analogia com o contemporâneo. O prefácio biográfico que descreve Burke (1997), sem dúvida, está intimamente ligada às atuais orelhas de livro em que é comum vermos aparecer informações biográficas da autoria, ou para demonstrar essa racionalidade lógica entre a vida da pessoa autora e a obra escrita, ou para dar-lhe ares de autoridade quando se trata de texto técnico ou científico. Nesse último campo, o da tecnologia e da ciência moderna, vê-se cada vez mais a importância da individualização dos produtos, inclusive os biográficos. Além disso, Burke (1997) deflagra como tendo início na renascença aquilo que Barthes (2004) no século passado critica como sendo o “império do autor”. Ou seja, as autorias enquanto figuras que ainda possuem um valor superior na interpretação do texto, algo que é largamente questionável pela perspectiva literária contemporânea. No entanto, tal individualidade, e íntima relação entre autorias e textos possibilitaram as incursões métricas que presenciamos na atualidade.

Para além do gênero biográfico, Burke (1997), através dela, aponta para a existência de uma dimensão da individualidade que o mundo moderno em gestação começa a adquirir. Essa individualidade é vista, conforme nos ensina Burke (1997), na própria figura da autoria e na proliferação das obras biográficas como, acrescentamos nós, os dicionários biográficos que ao decorrer da Modernidade deixam de reunir apenas as figuras ilustres, como é o estilo mecanicista, modal e moral dessas obras à época, para elaborar outros mundos individuais, como o dos extremos e das figuras desviantes. É assim, que conforme apura Mata (2020), os

grandes projetos nacionais de dicionários biográficos passam a ser financiados em grande medida pelas monarquias e pelos governos instituídos ao longo da história moderna. Primeiro, como elemento simbólico de prestígio do estado-nação a partir dos seus mais ilustres cidadãos. Segundo, ao poder, na dimensão da individualidade, é necessário conhecer seus sujeitos.

O pensamento moderno não mais admite, ou não mais valoriza, esse tipo de descrição biográfica. A necessidade de se conhecer o indivíduo se dá por campos, por contextos, bem definidos e delimitados. A humanidade contemporânea, tida como algo fragmentada, é recortada por múltiplos feixes de poder a fim de os por dentro de classificações e categorias discursivamente produzidas e semiologicamente valorizadas. É assim que nossos nomes e possíveis, e múltiplas, descrições para ele são selecionadas e produzidas a partir de uma intencionalidade estratégica e prática do poder. Dessa forma temos inúmeras fontes biográficas, biobibliograficamente construídas, que nos disponibilizam ao mundo, ao poder. São os *curriculum vitae*, em suas diferentes expressões, até chegarmos ao Lattes e ao Orcid, são as “enciclopédias livres” que selecionam aqueles e aquelas que farão parte da memória biográfica do mundo, e a partir das tonalidades do momento e de quem escreve podemos ter descrições diametralmente opostas, são as listas de nomes próprios do Cadastro Único, as listas de nomes próprios na Receita Federal, são os nomes próprios, as fotos e os perfis (assim como os prefácios da Renascença) que se amontoam, cedendo informações pessoais públicas e privadas para empresas privadas, produzindo uma gigantesca fonte de informação biobibliográfica a ser usada, por vezes, criminosamente, antieticamente, para a submissão.

São muitas as possibilidades do trabalho com a biografia, uma delas é a noção apresentada por Roland Barthes. O biografema não é, por Roland Barthes, definido, trata-se na verdade de experimentos barthesianos. Suas experiências mostram dois tipos de biografias possíveis: uma biografia-destino, onde os acontecimentos passam a fazer sentido na tecitura de seus dados biográficos; ou uma biografia-descontínua, onde os biografemas (rastros, documentos dispersos) criam uma ordenação própria do escrever a vida (Costa, 2010). A segunda proposta barthesiana está no âmbito da criação dos sentidos a partir da multiplicidade sígnica

disponível à pessoa leitora. Sobre a noção de “biografema” em Roland Barthes, diz-nos Costa (2010, p. 28): “o princípio biografemático que envolve essa nova escrita da vida diz respeito à fragmentação e pulverização do sujeito”.

4.1 A noção de espaço biográfico de Leonor Arfuch

Leonor Arfuch (2023) atribui a uma “virada afetiva”, embalada pela importância dada à subjetividade dos indivíduos, bem como a uma influência da psicanálise nos estudos do sujeito, entre outras características da esfera econômico-política que evolui a partir da segunda metade do século XX, como o fortalecimento do neoliberalismo e o extremo individualismo, uma certa exaltação da vida narrada, ou dos elementos biográficos de nossa cultura.

Existe, segundo a autora argentina, uma espécie de “tentação biográfica” que seria “o desejo de deixar pegadas, além das obras ou da lembrança dos que estão próximos, numa narrativa que perdure e que nos sobreviva” (Arfuch, 2023, p. 35) essa seria uma perspectiva autobiográfica, deixarmos rastros de nossa existência, indícios daquilo que fomos, sentimos, desejamos e vivemos, queremos de alguma forma, no caso específico através da escrita de si, ou da escrita de nós, que continue, que persista e resista a nossa própria existência. Dito de outra forma, existe em toda a história humana ocidental, um desejo de deixar marcas, pegadas, rastros de nós mesmos e/ou de outras pessoas.

> [...] entre os antigos gregos, em que o bios remetia a uma maneira de viver, entre **moralizante e filosófica**, impregnando por muito tempo a história do gênero. Não era então a pessoa que estava em jogo, mas esse modo de viver exemplar que criava modelos norteadores. Chega depois **Plutarco e seu Vidas paralelas** (século I d. C.), que põe em tensão, em pares - um grego e um romano -, vícios e virtudes de **personagens ilustres**, num trajeto iniciático: do caráter à vida, da vida ao destino (Arfuch, 2023, p. 36).

A biografia, portanto, ela mesma enquanto gênero literário, ou enquanto dispositivo político estratégico de representação e reprodução de um perfil de vida ideal para a *pólis*, possui uma história. O saber e o fazer biográfico não é o mesmo

em todo período ocidental, ela possui nuances, formas, estratégias e objetivos diversos ao longo da história[30].

> Vizinha da história e, ao mesmo tempo, distante dela - talvez com semelhanças de família, segundo a expressão de Wittgenstein -, a biografia segue seu percurso clássico, **retratando a vida dos homens ilustres** até encontrar nas Confissões de Rousseau (1766) o nascimento, dessa vez sim, de uma irmã, a autobiografia, em que o eu - essa **inocente marca gramatical da autoria** - se impõe ao biógrafo e ocupa seu lugar. Um eu que inaugura o sujeito moderno e seus dilemas - a interioridade, a angústia do tempo, a solidão - junto à controvertida tentativa da sinceridade (Arfuch, 2023, p. 38, grifo em negrito nosso)

Entre a biografia clássica e a literatura, ou ainda, nas pegadas biográficas modernas encontramos algumas diferenças que indicam mudanças no espírito de cada tempo vivido. O “eu” moderno que aparece na forma de autobiografias, lugar do pacto autobiográfico que nos fala Phillipe Lejeune (2008), onde a personagem, a autoria e o narrador são a mesma pessoa, demarca uma primeira fratura na cultura biográfica dos “homens ilustres”. Na biografia clássica, e mesmo no conjunto biobibliográfico que examinamos (Mata, 2020) nota-se de forma muito intensa uma tradição de culto à figura de homens classificados como ilustres, notáveis, memoráveis, famosos e célebres, todos adjetivos verificados no discurso biobibliográfico entre a Renascença e a Modernidade (Mata, 2020).

Naquilo que Arfuch (2023) chama de biógrafos contemporâneos, vemos surgir outras formas de narrar a vida de uma pessoa, repletos de detalhes do cotidiano, da subjetividade e da singularidade dos sujeitos biografados. Há também a consciência de uma narrativa entre ficção e realidade, a biografia ou o traço biográfico está sempre atrelado a um olhar sobre a vida que privilegia certas facetas da vida da pessoa biografada em detrimento de outras. O contemporâneo também foi capaz de visitar temas menores, no sentido deleuziano, as práticas tidas pelos dominantes como “desviantes”, os escravizados e os homossexuais, por exemplo, têm suas vidas narradas, visibilizadas e publicizadas, digamos assim, como forma de luta política pela quebra de preconceitos de classe, raça ou gênero. É um tipo de luta

[30] Não é nosso objetivo aqui tratar amplamente da história do gênero literário em questão, nem mesmo esgotar todas as possibilidades de usos políticos e culturais em que métodos biográficos tenham sido utilizados. Apesar disso, em nossa pesquisa e ao longo deste trabalho doutoral, apresentamos de forma panorâmica para ilustrar o problema biográfico que estamos tratando, bem como para justificar uma investida da Organização do Conhecimento para com esse tipo de material.

simbólica que perpassa pela luta política por uma democracia documentária (Saldanha, 2020).

Para nós, na Organização do Conhecimento, é interessante observarmos como se constrói historicamente o gênero biográfico, para que o possamos representar em seus detalhes distintivos. Dar forma à massa documental biográfica, no sentido de uma práxis biobibliográfica, é lidar com questões como a indexação de vidas, e ter que atribuir conceitos-assuntos a uma história de vida, que de certa forma é intraduzível em sua completude. Portanto, a questão biobibliográfica gira em torno de seleções de fatos entendidos como importantes para o que aquela vida representa em matéria de exemplo, raridade ou narrativa.

A pesquisa de Leonor Arfuch, de longa data, vem se ocupando, desde a década de 80, daquilo que ela denomina de “espaço biográfico”.

> Propus-me então uma pesquisa que tomou bastante tempo, uma vez que apareciam no horizonte inúmeras narrativas com um ‘ar famíliar’, do auge crescente dos gêneros canônicos - memórias, autobiografias, biografias, diários íntimos, correspondências - a suas diversas hibridizações nas mídias, na literatura, no cinema e nas artes visuais, em que o ‘documentário subjetivo’ e a autoficção deixavam uma marca considerável. Somava-se a essas expressões o famoso ‘retorno do sujeito’ nas ciências sociais, as quais atenuaram sua pulsão quantitativa para dar primazia à voz e ao relato vivencial da experiência, junto com o auge da história oral e um súbito interesse de reconhecidos acadêmicos em escrever autobiografias mais ou menos intelectuais. Havia também uma ânsia por tornar públicos os arquivos pessoais - rascunhos, cadernos de notas, impressões de viagem, lembranças da infância, esboços de relatos, anotações de aulas, agendas -, tudo o que podia ter tido contato com a mão do autor antes do computador. [...] Propus assim o conceito de ‘espaço biográfico’ para dar conta dessa convivência aparentemente sem conflitos de expressões multifacetadas, não comparáveis em escala valorativa, mas que tinham traços em comum (Arfuch, 2023, p. 20-21, grifo nosso).

Podemos nos apropriar da ideia de um espaço biográfico para cobrir e reunir sob a égide documental que queremos trabalhar (organizar). Assim como na pesquisa de Arfuch (2023) encontramos diversos documentos com características de uma intenção biográfica, podemos dizer, uma vontade ou uma necessidade, seja ela de cunho político, administrativo, cultural ou memorial, de construir para nós ou para

outrem registros biográficos, sejam eles extensos ou breves, seja qual for o suporte, mas que dê conta de parte ou de “toda”[31] a vida de uma ou mais pessoas.

Arfuch (2023, p. 22) chega a traduzir sua ideia de espaço biográfico enquanto “simples acumulação fortuita de gêneros discursivos”, numa espécie de flexibilização dos critérios delimitadores do alcance de sua categoria biográfica. Para nós esta flexibilização é igualmente interessante, dado as crescentes proliferações de formas e suportes de registrar o nome próprio de uma pessoa, que por si só já é um registro biográfico, se pensarmos nas descrições que temos em memória privada ou coletiva que dá sentido e referência àquele nome, como vimos na seção acerca dos antropônimos, ou de registrar documentos com traços biográficos patentes.

Essa massa documental biográfica multiforme, a que Leonor Arfuch (2023) chama de “espaço biográfico” é o solo a ser trabalhado por uma Organização do Conhecimento em prol de uma Organização das Informações Biográficas de sujeitos. No campo teórico de nossa área do conhecimento, podemos partir da tradição Biobibliográfica enquanto ponto norteador de práticas de organização de informações da vida e da obra de autorias. E a Organização do Conhecimento ainda carece de aprofundar seus saberes em relação a classificação, representação, indexação, recuperação e circulação desse tipo de informação específica.

> Mesmo sendo crítica, minha leitura não foi pessimista. Entendi que essa transformação era, de certo modo, positiva - pluralidade de vozes, emergência de novas identidades e movimentos sociais; assunção orgulhosa da diferença, como no caso das comunidades LGBTQIA+, os feminismos e as minorias - no sentido deleuziano, em sua diversidade étnica, religiosa, cultural, linguística; tentativa de aproximação diante do afastamento que produzem as tecnologias; necessidade de autoafirmação; **busca de uma singularidade que fuja da lei do número perante a crescente uniformidade das vidas** - uma visão quase antecipatória das redes sociais; apreço pela heterogeneidade e desvanecimento das fronteiras canônicas nas artes e nas disciplinas; ampliação dos consumos culturais na conectividade global e novas formas de universalismo. E, ao mesmo tempo, tudo o expressado anteriormente: a acentuação do individualismo e a ânsia de consumo; a meritocracia; o apagamento das utopias coletivas e uma aceleração sem pausa da vida que não dá tempo à introspecção e em que tudo parece se pôr para fora - no Facebook, por exemplo (Arfuch, 2023, p. 23, grifo nosso).

[31] A palavra toda se encontra entre aspas duplas dada a impossibilidade de efetivamente escrever em sua completude a vida de alguém ou nossa própria.

A crítica de Arfuch (2023) lança sobre o interesse biográfico crescente percebido nos últimos tempos um caráter positivo, no sentido em que confere visibilidade e possibilita uma maior diversidade nas vidas que são escritas e disseminadas. O aparecimento de vidas, nomes, fotografias e informações biográficas no âmbito da representação da realidade social apresenta singularidades para além da tomada puramente matemática e estatística do mundo. Dados acerca das comunidades, mesmo aqueles anônimos, sem rostos, são, é claro, importantes em diversos momentos de tomada de decisões político-administrativas e/ou econômico-políticas. No entanto, a possibilidade de atribuir a esses números, mesmo que a uma parcela deles, rostos, histórias, nomes, biografias representa, acredito, para os estudos históricos, sociológicos e culturais uma faceta igualmente importante.

> Que lugar ocupa a biografia na atualidade, na qual as 'biografias de todo mundo' se espalham diariamente em seu percurso, na televisão e nas telas das redes sociais? O gênero não tem perdido valor, a partir de suas múltiplas concorrentes? Parece que não, uma vez que a paixão continua intacta - se publicam biografias de todo tipo - e os formatos mudam ao ritmo dos tempos, abandonando os modelos clássicos. Já não se espera 'a obra' que daria conta da totalidade de uma vida, proliferam as biografias 'não autorizadas', os sujeitos resistem à fixidez de um retrato e se dispersam na temporalidade, a identidade se multiplica em plurais, a vida mesma se torna uma trajetória em que o cotidiano e o íntimo têm seu lugar, a subjetividade do biógrafo está por cima dos 'fatos' - ele já não está tão amarrado à cronologia como lamentava Virginia Woolf -, sua postura não é sempre de administração e também não se limita aos **nomes ilustres**. [...] Assim, há muitas biografias literárias, acadêmicas, intelectuais, jornalísticas, midiáticas, sensacionalistas, testemunhais - o auge dos estudos da memória traz à tona biografias traumáticas - singulares e coletivas. Também não se aspira sempre à unidade de um relato abrangente: **haverá rascunhos, retratos, evocações, dicionários, desvios, lembranças…** (Arfuch, 2023, p. 54-55, grifo nosso).

O que Leonor nos relata é uma miríade de rastros biográficos dispersos naquilo que em Organização do Conhecimento podemos chamar de universo documentário, uma exomemória ligada aos antropônimos de alguma forma. Em Arfuch (2023) reencontramos a problemática dos nomes ilustres que encabeçam a tradição biográfica, mas que não se encontra mais circunscrita a eles. Vemos no contemporâneo surgir espaços de informação, principalmente nas redes sociais, que

possibilitam essa produção, quase irrestrita, de traços biográficos no mundo. Claro que, há de se considerar o aspecto político de controle e vigilância atrelado à produção de informações e dados úteis para tracionar a economia política desigual e de exploração vigentes. No entanto, o desvio aos nomes ilustres, ou ainda, a luta pelo lugar dos nomes ilustres, das personalidades a serem cultuadas por nós, está sendo amplamente disputada pela produção desse espaço biográfico que Arfuch (2023) teoriza.

> A ideia de 'fazer justiça' também está presente no devir do gênero: seres ilustres que merecem uma posteridade, figuras que a história tem rejeitado para mostrá-las sob uma nova luz; outras injustamente esquecidas - os escritores 'descatalogados' de Holroyd, que despertam seu desejo de lhes dar uma segunda vida; ou cujas vidas se apagam detrás das obras; ou se transformam em testemunhos de sofrimentos comuns (Arfuch, 2023, p. 64).

O trabalho biográfico se apresenta aqui como espécie de instrumento da promoção, redistribuição, do espaço biográfico para diversas subjetividades. O movimento biográfico contemporâneo, ciente dos modelos de dominação do espaço simbólico na sociedade desigual e hierarquizada, trabalha no sentido de preservar e fazer aparecer outras subjetividades, outras classes sociais e outras existências. É o que Arfuch (2023) chama de "fazer justiça". O devir histórico construído pelas pessoas que documentam e tratam a documentação biográfica para que possam ser visitadas estão no âmbito da luta por uma outra realidade biográfica.

> Mas o que chamamos de 'espaço biográfico'? Em minha definição, não somente o conjunto de gêneros consagrados como tais - biografias, autobiografias, confissões, diários íntimos, correspondência -, mas também sua enorme expansão contemporânea em **formas híbridas, estilos e suportes dos mais variados** tipos: a entrevista, o testemunho, a autoficção, o romance biográfico, o programa televisivo, o documentário subjetivo, inúmeras práticas das artes visuais e, certamente a crescente exibição de si mesmo nas redes sociais. Uma incessante multiplicação de vozes em que os gêneros clássicos seguem sendo best-sellers e em que o vivencial, o privado e o íntimo se narram em diferentes estilos a partir do registro hipotético da 'experiência própria', e adquirem assim um suplemento de valor: veracidade, autenticidade, proximidade, presença (Arfuch, 2023, p. 74, grifo nosso).

Para esta pesquisa, em especial, a noção de espaço biográfico exposto por Arfuch (2023) é relevante na medida em que nos aponta para um universo biográfico em que a Documentação, ou a biodocumentação, deve investir seus esforços biodocumentários. Nos manuais de fontes de informação, ou naquilo que tradicionalmente percebemos e classificamos como da ordem biográfica já não mais representa a totalidade das possibilidades biográficas. A noção de espaço biográfico como um lugar de “formas híbridas, estilos e suportes dos mais variados” introduz na transversalidade dos campos de estudo que tocam o biográfico a complexidade e o emaranhado de documentos que devemos observar. Não mais apenas os diários, as biografias, as autobiografias ou os dicionários biográficos de “pessoas ilustres”, classe dominada pelos dominantes de uma elite econômica, política e/ou religiosa. São os rastros, os biografemas dispersos, das pessoas comuns aos olhos de uma história positivista e tradicional que pensa, ainda, na ideia ideológica dos “grandes homens”. Ao contrário desta concepção se impõe para nós, organizadores da informação biográfica, as inúmeras formas em que a vida é escrita e compartilhada pelas vias das redes informacionais contemporâneas, publicar uma vida, ou a ideia do publicar-se, estão cada vez mais pulverizadas nas diversas ações que praticamos pela rede do digital.

Ao se questionar acerca dos motivos dessa obsessão biográfica contemporânea, Arfuch (2023, p. 75) arrisca algumas hipóteses:

> Talvez seja o ar dos nossos tempos que leva a uma busca exacerbada da individuação em contrapartida com a uniformidade e a monotonia da vida em seu devir cotidiano. Mas também podemos pensar numa afirmação identitária, numa busca do próprio sentido da vida através desse ordenamento do relato, em que a repetição sem pausa de histórias singulares entrelaça, por sua vez - de modo exemplar -, o individual, o social, o coletivo.

Esse espírito de nosso tempo a que se refere Arfuch (2023) não podemos deixar de atribuí-lo diretamente à ideologia neoliberal que a todo momento se prolifera, se atualiza, se reproduz, ao nosso redor. A pesquisa de Pierre Dardot e Christian Laval (2016) acerca da “nova razão do mundo” diz-nos sobre a sociedade neoliberal em que vivemos. Os autores fazem uma revisão de como o pensamento Neoliberal vai surgindo a partir de críticas ao Liberalismo Clássico, e, portanto, não

podemos falar em uma continuidade do Liberalismo, a outros modelos liberais como o Ordoliberalismo alemão e o Novo Liberalismo keynesiano, mas também aos modelos socialista, marxista e fascista. Para eles, o Neoliberalismo não é apenas uma nova forma de lidar com a economia, na verdade é um novo tipo de razão que transporta tudo para uma relação econômica capitalista. O Neoliberalismo, portanto, é uma biopolítica de governamentalidade, tal como pensou Foucault. Não se trata de uma aversão ao Estado, pelo contrário, trata-se de um modelo de Estado que intervenha para garantir que o modelo de livre mercado e, principalmente, que o modelo da concorrência, esteja normativamente em todo o tipo de relação social. A relação entre os indivíduos só pode se dar, segundo essa visão, a partir do embate, da luta, da concorrência em que o mais 'forte' ou o mais 'adaptado' deve ser vencedor e colher os louros. O que há é uma total aversão às assistências estatais, a suas ações para corrigir as distorções inerentes ao modelo capitalista. O Neoliberalismo impõe ao Estado o dever de intervir constantemente para a adaptação da vida e da mentalidade da população em direção à concorrência uns contra os outros. Há na política neoliberal uma raiz no pensamento eugênico. Talvez, por isso, dado a ode neoliberal ao indivíduo por si só, sem prestar atenção às redes de relações sociais, históricas, culturais, políticas e econômico-políticas que operam na produção de sua individualidade, de sua sujeição, vemos multiplicar-se os dispositivos de culto ao indivíduo.

> Relatos e imagens, testemunhos, biografias de um traço, que nos lembram o tempo inteiro a fragilidade do viver, as múltiplas ameaças que nos assombram no mais simples devir cotidiano e que a mídia se encarrega de incrementar a cada dia sob o mote infatigável da 'insegurança'. Vidas precárias, como diz Judith Butler, em que essas vítimas sofrem muitas vezes uma dupla afronta: a do infortúnio ou da morte e a **da perda do nome no devir incessante do número** (Arfuch, 2023, p. 76-77, grifo nosso).

A descaracterização dos sujeitos, das pessoas vivas em suas lutas cotidianas, em diversos momentos da produção de suas histórias a partir da própria História ou do poder estatal se encaminha na direção de uma perda do nome, de seu designador, de suas descrições, de sua comunidade, em função do número. A epígrafe que abre nosso trabalho do artista Edson Pavoni, se repete nas falas de Arfuch (2023). Obviamente que, para a administração pública, não temos como negar, a identificação dos administrados através de numerações individuais e

inequívocas, como o CPF ou o Cadastro Único, guarda suas vantagens. No entanto, a dialética do movimento dos nomes próprios se impõe, ninguém quer ser lembrado por seu número de CPF, ou pelo seu identificador permanente na Plataforma Lattes. Os nomes próprios, nossos designadores, nossa marca, nossa assinatura, nossos rastros, “merecem existir em prosa”, como diz-nos Pavoni. Não obstante, a crueldade pode se manifestar através do número em função do nome próprio:

> Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o **número**, de modo a não atrapalhar as cotidianas operações de distribuição de víveres; necessitamos de semanas e meses para acostumarmo-nos ao som do **número** em alemão. E durante muitos dias, quando o hábito da vida em liberdade me levava a olhar a hora no relógio, no pulso aparecia-me, ironicamente, **meu novo nome**, esse **número** tatuado em marcas azuladas sob a pele (Levi, 1988, p. 26).

Nomes próprios estão diretamente ligados às questões políticas que constroem o espaço biográfico. Lidar com os nomes próprios e suas descrições, seus lugares biográficos, possui um tom cultural e político indiscutível. Por isso, a necessidade de estarmos atentos a como estamos sendo retratados, representados e classificados nas listas materiais ou virtuais de nomes próprios produzidos cotidianamente pelo poder. A produção do espaço biográfico é também a construção das figuras heróicas, das figuras a serem lembradas, e devemos estar atentos às escolhas ético-políticos dessa seleção.

4.2 O pacto auto-biográfico de Phillipe Lejeune

O historiador francês Philippe Lejeune se dedicou em suas pesquisas a tratar do conceito de “autobiografia”, domínio em que é considerado um especialista e referência obrigatória. Em nossos estudos biobibliográficos, sendo a biografia uma instância necessária, a noção de autobiografia desponta como um tipo biográfico importante de ser analisado. Sua obra seminal “O pacto autobiográfico” é examinado como principal expressão do conhecimento acerca da autobiografia. Relatamos aqui nossa leitura de Lejeune (2008) e a seguir apresentamos alguns desdobramentos a partir de seus comentadores, interlocutores e críticos.

Em Lejeune (2008), temos uma coleção de textos publicados pelo autor no decorrer de sua vida, o que nos proporciona uma visão própria (talvez autobiobibliográfica) da evolução e do estado último de seu pensamento. Para Lejeune (2008), em resumo, a autobiografia pode ser definida pela sua principal característica: identidade entre autor, narrador e personagem dentro de uma narrativa biográfica. É o que podemos depreender da seguinte passagem: “para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima), é preciso que haja relação de identidade entre o *autor,* o *narrador* e o *personagem*” (Lejeune, 2008, p. 15).

A expressão dessa identidade na narrativa pode acontecer de formas diferentes, através da escrita em primeira, segunda ou até mesmo em terceira pessoa, como nos indica Lejeune (2008). A utilização, portanto, de pronomes pessoais, ‘eu, tu, ele’, parece uma via comum na construção dos enunciados autobiográficos. Ou seja, a narração, o texto mesmo, pode ser construído pelo narrador que faz uma autoreferência através do pronome ‘eu’, por meio da terceira pessoa usando ‘ele’ ou o próprio nome da personagem - seu próprio nome -, ou ainda numa espécie de diálogo consigo mesmo, se valendo do ‘tu’.

O pronome de primeira pessoa, o mais comum, é um demarcador do sujeito do discurso, só adquirindo identidade na medida em que é empregado por alguém em uma situação concreta. O pronome ‘eu’, em si, não possui identidade, ele exerce uma função indicial na medida em que remete a alguém, àquela pessoa mesma que fala ou que escreve. Nesse ínterim, sabemos que no mundo dos signos os pronomes se referem a um nome. O ‘eu’ da oralidade é identificado por aquele que fala, se tornando sujeito da enunciação e do enunciado.

Fato diverso acontece no campo das narrativas biográficas, onde a figura das personagens, das pessoas autoras e narradoras podem diferir entre si. Logo, existe na questão biográfica escrita, uma tensão das identidades dessas figuras, o que pode resultar em uma autobiografia na medida em que essa identidade seja reconhecida para a tríade. Queremos dizer que uma autoria ao escrever a biografia de outra pessoa pode se valer dos mesmos pronomes, encarnando a persona da pessoa biografada e tentando traduzir suas visões de mundo. Sendo assim, a utilização desse ou daquele pronome não pode ser a característica definidora da

categoria autobiográfica do gênero biográfico. Seguindo Lejeune (2008), entendemos que somente a identidade entre autoria, narração e protagonista é capaz de definir uma experiência autobiográfica.

No caso de nossas pesquisas acerca das fontes de informação biográficas, dentro de um espaço biográfico, onde podemos encontrar a categoria das autobiografias, devemos pensar que o pronome pessoal substitui sempre um nome próprio de pessoa, um antropônimo. “O tema profundo da autobiografia é o nome próprio (Lejeune, 2008, p. 33). Podemos sugerir, portanto, a partir de Lejeune (2008) e dos estudos realizados na seção anterior acerca do nome próprio que as biografias, e mais, profundamente, as autobiografias, se dão no entorno de um antropônimo.

> É, portanto, em relação ao nome próprio que devem ser situados os problemas da autobiografia. Nos textos impressos, a enunciação fica inteiramente a cargo de uma pessoa que costuma colocar seu nome na capa do livro e na folha de rosto, acima ou abaixo do título. É nesse nome que se resume toda a existência do que chamamos de autor, única marca no texto de uma realidade extratextual indubitável, remetendo a uma pessoa real, que solicita, dessa forma, que lhe seja, em última instância, atribuída a responsabilidade da enunciação de todo o texto escrito. Em muitos casos, a presença do autor no texto se reduz unicamente a esse nome. Mas o lugar concedido a esse nome é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma pessoa real, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável. É certo que o leitor não irá verificar e é possível que não saiba quem é aquela pessoa. Mas sua existência não será posta em dúvida: exceções e abusos de confiança não fazem senão confirmar a credibilidade atribuída a esse tipo de contrato social (Lejeune, 2008, p. 23).

No pensamento de Lejeune (2008), o nome próprio aparece como um índice da identidade da autoria e fará textualmente a ligação com as identidades das outras duas figuras, narrador e personagem. Não se trata do genérico pronome ‘eu’ que caracterizaria o discurso autobiográfico, na perspectiva de Lejeune (2008) é o próprio nome próprio a marca da individualidade da autoria atribuída à figura narrativa e protagonista que, ligando assim as três figuras, demarca uma perspectiva autobiográfica para um determinado tipo de categoria biográfica.

Para Lejeune (2008), o nome próprio já atua como documento de prova da existência de uma pessoa real extratextual a quem a autoria do texto e a biografia

narrada devem ser atribuídas no caso das autobiografias, por certo. O nome próprio é o indicativo de responsabilidade pela obra, como o sabemos muito bem a partir dos estudos de representação descritiva do texto publicado. Mas na dimensão autobiográfica, esse recurso lexical adquire outras funções, como a prova da identidade da tríade de figuras que compõem juntas o texto da autobiografia.

Uma das questões propostas por Lejeune (2008) em seu primeiro capítulo refere-se à própria dialética que se impõe na relação entre autoria e autobiografia, visto que a autobiografia sempre fala da pessoa que a escreve. Portanto, autobiografias sempre falam de pessoas autoras, visto que para publicar-se uma autobiografia a pessoa que a escreveu torna-se por mediação dessa publicação uma pessoa autora. Ainda assim, ele fala de sua estranheza em relação às autorias que publicam seus primeiros livros na forma de autobiografias.

> Talvez só se seja verdadeiramente autor a partir de um segundo livro, quando o nome próprio inscrito na capa se torna um ‘denominador comum’ de pelo menos dois textos diferentes dando assim a ideia de uma pessoa que não é redutível a nenhum desses textos em particular e que, podendo produzir um terceiro, vai além de todos eles. Veremos que isso é muito importante para a leitura de autobiografias: se a autobiografia é um primeiro livro, seu autor é consequentemente um desconhecido, mesmo se o que conta é sua própria história: falta-lhe, aos olhos do leitor, esse signo de realidade que é a produção anterior de outros textos (não autobiográficos), indispensável ao que chamaremos de ‘espaço biográfico (Lejeune, 2008, p. 23).

Aqui vemos em uma concepção possivelmente, para nós, biobibliográfica o nome próprio do autor tornar-se um índice a reunir vários textos de sua própria autoria. O nome autoral como índice de uma indexação onde podemos listar a obra da autoria, ou ainda como espaço, lugar onde os textos podem vir a se reunir sob um mesmo denominador, aquele nome próprio estampado nas folhas de rosto.

Na verdade, a aferição de Lejeune (2008) nos remete ao problema da materialidade histórico-cultural, ou ainda de uma economia da circulação dos nomes próprios. É preciso que o nome próprio, e por conseguinte a pessoa a quem se refere, sejam conhecidos. Um desconhecido deixa em aberto, aos olhos do leitor, essa identidade autobiográfica, visto que o leitor não terá meios de diferenciar um romance autobiográfico de uma autobiografia realista (mesmo considerando a

biografia uma narrativa, quando a lemos acreditamos estar assentada na versão de fatos biográficos que conservam a realidade).

Para diferenciar a autobiografia ou a biografia de um romance biográfico ou de uma ficção autobiográfica, ou algo nesse sentido, Lejeune (2008) estabelece aquilo que chama de pacto referencial, que aspira ao relato verdadeiro, imagem do real, se propondo a ser fonte de informação verdadeira acerca de uma realidade. Diz-nos ele:

> Em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos referenciais: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma 'realidade' externa ao texto e a se submeter portanto a uma prova de verificação. Seu objetivo não é a simples verossimilhança, mas a semelhança com o verdadeiro. Não o 'efeito real', mas a imagem do real. Todos esses textos referenciais comportam então o que chamarei de pacto referencial, implícito ou explícito, no qual se incluem uma definição do campo do real visado e um enunciado das modalidades e do grau de semelhança aos quais o texto aspira (Lejeune, 2008, p. 36).

Junto ao pacto autobiográfico, ou seja, aquele que garante ao leitor a identidade da tríade de figuras que compõem o texto autobiográfico, por coextensão esse gênero textual pressupõe um pacto referencial como aquele que lê. A leitura de uma autobiografia é inspirada, na maior parte das vezes, pela vontade/necessidade de se saber mais da história de vida de alguém, busca-se nessa narrativa inspiração, conhecimento histórico, resposta a alguma curiosidade, ou mesmo por lazer. No entanto, há em comum a todas essas leituras uma espécie de confiança de que aquilo que se lê tenha realmente acontecido, ou seja, que aquela narrativa esteja fundamentada nos acontecimentos reais que moldaram a biografia daquela pessoa. Portanto, o pacto referencial entre autoria e comunidade leitora se assenta no compromisso de uma perspectiva referencialista a fatos acontecidos, mesmo que estejam ali narrados por meio de um ponto de vista, que contenha lacunas, esquecimentos, certas "lacunas involuntárias" (Lejeune, 2008). A perspectiva referencialista de Lejeune não é ingênua, a própria noção de "imagem do real" tal como ele coloca na citação acima, em contraposição, ou para dosar sua perspectiva científica e histórica, remete a toda uma tradição filosófica que desde Platão discute as possibilidades da descrição do real. Em muitos sistemas de pensamento,

somente imagens, imitações mais ou menos inexatas podem ser construídas. O discurso autobiográfico da autoria guarda seu ponto de interesse ao leitor porque conta, justamente, o que a própria pessoa conhece, percebe, significa e diz sobre sua vida.

> Empreguei de fato a palavra autobiografia para designar, no sentido amplo, qualquer texto regido por um pacto autobiográfico, em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si, mas também uma realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta 'quem sou eu?' consiste em uma narrativa que diz 'como me tornei assim' (Lejeune, 2008, p. 54).

Tendo estabelecido e revisitado sua definição acerca da autobiografia, Lejeune (2008) passa a uma outra dimensão de seu trabalho, a relação dessa com a sociedade que lhe cerca. Na segunda parte de seu trabalho, intitulada "Autobiografia e Sociedade", Lejeune (2008) apresenta algumas reflexões sócio-políticas, podemos afirmar, acerca do seu objeto, a autobiografia. Para nós, por extensão, é importante essas perspectivas sócio-políticas estabelecidas por Lejeune (2008), elas terão igual relevância no escopo da Biobibliografia ou da Biodocumentação, visto que ambos constructos teóricos e práticos lidam com a questão biográfica dos sujeitos.

> Escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes. O 'silêncio' das outras classes parece totalmente natural: a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres (Lejeune, 2008, p. 113).

Ter a história de vida contada em uma obra biográfica, ou ainda ter o privilégio de poder contar a sua própria vida foi, e ainda o é em grande medida, um direito reservado às elites. A classe dos notáveis, dos ilustres, daqueles que se destacam, ou melhor são destacados, se impõe à economia política das personalidades que devemos lembrar, preservar e disseminar. Dada a impossibilidade, principalmente no mundo dos suportes não digitais, de a tudo ou a todos registrar, podemos afirmar que na história ocidental sempre foram aplicados critérios que representaram elite hegemônicas e dominantes, num processo de apagamento do outro, do diferente, do bárbaro, dos infiéis, do não europeu, do não branco.

A medida que avançamos nos estudos quali-quantitativos acerca das fontes de informação biográficas produzidas ou mesmo da Biobibliografia, enquanto saber de organização das informações biográficas, técnica de produzir fontes biográficas de representação de um coletivo, vemos o quanto as relações de poder estão diretamente ligadas às decisões de quem queremos listar, de que forma devemos representar, em que espaços, para qual público. Portanto, a análise crítica de como temos construído tais fontes de informação pode nos auxiliar em uma mudança para uma praxis biobibliográfica diferente, em direção a linhas de fuga da ideologia dominante, a resistência ao poder estabelecido.

A possibilidade de escrever a vida dos populares, artesãos, camponeses, as ditas “pessoas comuns”, ou daquelas vidas marginalizadas é algo bem recente em nossa história literária. Somente do século XX para cá é que podemos encontrar com abundância, ou ainda, podemos ver essas obras sendo lidas por seus contemporâneos (Lejeune, 2008).

> Por que esse ‘silêncio’? Por que não sabiam ler nem escrever e transmitiam sua memória oralmente? Seria ingênuo pensar isso. A instrução se difundiu em larga escala ao longo do século 19. Mas quem sabia ler e escrever usava sua instrução para outros fins, sob outras formas: por que, ou para quem, teriam eles escrito seus relatos de vida? O problema da alfabetização e da aculturação esconde um outro problema: o do circuito de comunicação do impresso e da função dos textos e discursos que passam por esse canal. **Esse circuito está nas mãos das classes dominantes e serve para promover seus valores e ideologia**. **Os relatos autobiográficos, obviamente, não são escritos apenas para ‘transmitir a memória’** (o que é feito pela fala e pelo exemplo em todas as classes). **Eles constituem o espaço em que se elabora, se reproduz e se transforma uma identidade coletiva, as formas de vida próprias às classes dominantes**. **Essa identidade se impõe a todos os que pertencem ou se integram a essas classes e relega as outras a uma espécie de insignificância** (Lejeune, 2008, p. 131, grifo nosso).

O que se diz na citação acima acerca da autobiografia serve, em geral, às biografias e a todo espectro de fontes biográficas que conhecemos e analisamos. A biografia não possui, a nosso ver, como função principal contar a vida das pessoas, mas através dessa narrativa estabelecer um modo de vida padrão, em clara ação de homogeneização dos dominantes sobre os dominados. Ou seja, é a própria

propagação ideológica que se impõe a partir do discurso biográfico que, como podemos verificar, passa a construir imagens do modo de vida a ser vivido, da conduta moral a ser perseguida. Contribui, portanto, todo o espaço biográfico, inclusive o autobiográfico privilegiado por Lejeune (2008), para a implantação ideológica dos tipos, dos modelos, a serem seguidos pela classe dominada. Esses tipos, essas classificações produzem uma ideia de “bem-sucedido”, “carreira de sucesso”, “aqueles que fizeram por merecer”, “cidadão de bem”, “trabalhador honesto”, como se aquela biografia fosse uma receita a ser seguida por todos, uma espécie de “biobibliopolítica”, em alusão ao conceito foucaultiano de biopolítica. É no trabalho ideológico do espaço biográfico que se encontra a sua principal função pública.

Ao falar sobre o *Catalogue de l’Histoire de France*, do século XIX, obra de cunho biodocumentário para nós, ao reunir, selecionar e classificar um conjunto de biografias que descrevem pessoas, Lejeune (2008, p. 132, grifo nosso), diz:

> A seção das biografias individuais **reúne por ordem alfabética todos os textos** referenciais escritos (e impressos) sobre indivíduos. Ao folheá-lo, tem-se a impressão de ouvir de certa forma o murmúrio daquela sociedade. Estão ali, obviamente, todas as biografias, testemunhos, memórias e lembranças, correspondências publicadas relacionadas às **pessoas célebres**, os que participaram do governo, das guerras ou tiveram êxito em um campo qualquer da vida social, das artes ou das letras. Por detrás desses textos relativos a essas pessoas de projeção nacional, encontramos uma massa muito maior de textos impressos (e impressos sem dúvida em um número muito reduzido de exemplares), relativos a pessoas de projeção mais local, mas que indicam os ritos básicos da sociabilidade das classes dominantes. São elogios acadêmicos, notas biográficas de cientistas, elogios fúnebres, biografias edificantes encomendadas ou redigidas por sobreviventes, alguns discursos jurídicos, mas também, às vezes, textos autobiográficos. De menor prestígio, porém mais numeroso e significativos, esses tipos sociais: **médicos, religiosos, engenheiros ou cientistas, artistas ou homens de letras, industriais, comerciantes, proprietários, personalidades locais…** Fica-se apenas na esfera dos bem-sucedidos, cuja vida adquiriu algum valor social.

Da citação ressaltamos o caráter de organização dos textos referenciais às pessoas biografadas, mas igualmente o traço de Organização do Conhecimento ao reunir e apresentar de forma organizada esses extratos biográficos. O que confirma nossa perspectiva de um saber difundido de forma não sistematizada de

organização do espaço biográfico escrito. Depois o encontro com as perspectivas afirmadas por nós em Mata (2020), onde analisamos obras semelhantes na mesma perspectiva que Lejeune (2008) e chegamos às mesmas conclusões. Por fim, as classes de pessoas contempladas com o registro biográfico ficam evidentes, aquelas personalidades tidas por socialmente relevantes ficam evidenciadas, escondendo, por consequência, diversas outras instâncias sociais. Para esses grupos marginalizados não haverá biografias impressas publicadas por eles mesmos ou por outras pessoas, sua memória resistirá apenas na memória do próprio grupo.

> Em contrapartida, quanto aos indivíduos dos outros grupos (camponeses, artesãos, operários, funcionários de pouca importância etc.), não existe praticamente nenhuma possibilidade de que suas vidas sejam contadas por escrito (por eles próprios ou por outrem) e impressas. O discurso sobre elas permanecerá apenas na memória de seu grupo (seu vilarejo, seus pares) e raramente irá além desse círculo. Enclausuradas em seu meio, suas vidas não têm o tipo de individualidade próprio para suscitar interesse, em geral vinculado à mobilidade e ao êxito social. Enquanto forma individual, não são, aos olhos das pessoas passíveis de fabricar e consumir o impresso, transmissoras de nenhum valor. Assim, não será no capítulo relativo às vidas individuais que se deve procurar vestígios do 'vivido' dos camponeses e operários. Ou então, apenas nas narrativas dos egressos dessas classes cuja experiência do campo ou da fábrica foi relegada a um relato de infância ou de juventude: mas, aí, já não se escreve mais na qualidade de camponês ou operário (Lejeune, 2008, p. 132-133).

Lejeune (2008) já apresentava algumas possibilidades de documentar a vida "daqueles que não escrevem", como diz em sua obra. O relato de vida, por exemplo, é indicado por ele como uma forma que se popularizou nas Ciências Sociais para registrar a vida de classes subalternizadas pelo poder dominante. Nesse ínterim, ele debate a posição autoral desses documentos biográficos que são conduzidos e/ou escritos por outras pessoas que não a pessoa que conta sua própria vida, lembrando que estamos no âmbito das autobiografias, portanto Lejeune (2008) está preocupado com o caráter autoral de artefatos autobiográficos cujos redatores ou condutores não são aquelas que contam, que narram suas vidas diante de um gravador empunhado por um historiador ou um biografista ou um redator que irá redigir o texto biográfico. Para fins de Organização do Conhecimento o estabelecimento da responsabilidade pela obra, pelo documento biográfico, é de primeira importância para que se possa proceder a descrição do item.

> A colaboração clandestina não é nenhuma novidade. Vem sendo praticada há muito tempo, inicialmente sob forma de secretariado (homens célebres, políticos em geral, que recorriam aos literatos para elaborar ou melhorar seus textos e, às vezes, suas memórias), depois, no início do século 19, sob forma de subcontrato (proposto por editores e autores de sucesso). Surgiram palavras para designar esses novos papéis: os colaboradores eram 'fazedores' ou 'tintureiros', depois nègres. A colaboração nunca era assumida, mas apenas objeto de boatos e comentários desaprovadores ou maldosos. De outro lado, tratava-se de uma troca de serviços entre pessoas que, em diferentes graus, eram todas capazes de escrever; e, nos gêneros praticados (discursos, romances, peças de teatro etc.), o nome do autor não tinha a mesma função do que no gênero autobiográfico. Esse tipo de colaboração continua sendo praticado, sempre dissimulado e dando margem a boatos (Lejeune, 2008, p. 116-117, grifo do autor).

Os "fazedores" do século XIX a que Lejeune (2008) se refere podem ser comparados aos *ghost-writers* de hoje, o termo *nègre* para se referir a este tipo de escritor tem uma conotação racial pejorativa, não devendo mais ser utilizada, portanto. Aqui vislumbramos duas situações que apesar de aparentemente serem similares, não são. A primeira é figura do secretariado que trabalha para "homens célebres, políticos no geral", redigindo para esses textos no geral, inclusive suas próprias biografias. Em uma segunda imagem temos pessoas de classes dominadas tendo seus relatos de vida coletados para registro. Apesar dessas duas cenas aparentarem certa equivalência, sabemos que as condições sócio-histórica que as produzem são extremamente diferentes. A luta pela representação dessas classes inferiorizadas, inclusive de suas biografias, faz parte de toda luta simbólica travada em busca do direito de terem suas memórias privadas, que se tornam públicas/comunitárias no momento de sua circulação, e coletivas preservadas. Outra perspectiva é o dos estudos sociológicos carentes de dados sobre a população que mais precisa de intervenção, a classe pobre, a classe dos marginalizados, dos esquecidos, inclusive aquelas informações subjetivas provindas do narrar a própria vida, que demonstram a perspectiva do modelo.

Retornando à questão da responsabilidade autoral da obra autobiográfica redigida, ou orientada, digamos assim, por outra pessoa que não aquela que seria o protagonista daquela vida retratada, Lejeune (2008) entende que nessas situações acontecem uma quebra no pacto, no contrato da autobiografia, visto que o autor, ou ainda a figura do redator ou organizador do texto não tem identidade equivalente

com o narrador e o personagem principal da narrativa. A figura do autor retorna ao debate, a sua individualidade ou a sua multiplicidade no momento da escrita de um texto, o espaço da função autoral, e, principalmente, o nome do autor como lugar onde o contrato autobiográfico se firmará documentalmente durante a leitura autobiográfica, visto que esse será o designador rígido, não dos mundos possíveis, mas das funções textuais-autobiográficas possíveis (autor, narrador e personagem).

> À diferença da autobiografia apócrifa, a autobiografia composta em colaboração tal como é praticada hoje, de forma mais ou menos confessa, abre uma brecha no sistema. Ela lembra que **o 'verdadeiro' é ele próprio um artefato e que o 'autor' é um efeito de contrato**. A divisão do trabalho entre duas pessoas (pelo menos) revela a multiplicidade das instâncias implicadas no trabalho de escrita autobiográfica como em qualquer outra escrita. Longe de imitar a unidade da autobiografia autêntica, ela ressalta seu caráter indireto e calculado. **Somos sempre vários quando escrevemos**, mesmo sozinhos, mesmo nossa própria vida. E não se trata aqui de debates íntimos acerca de um eu dividido, mas da articulação das fases de um trabalho de escrita que pressupõe atitudes diferentes e vincula quem escreve tanto ao campo dos textos já escritos, quanto à demanda que escolheu satisfazer. Ao isolar relativamente os papéis, a autobiografia em colaboração questiona a crença em uma unidade que, no gênero autobiográfico, **subentende a noção de autor e a de pessoa**. Só é possível dividir o trabalho porque, de fato, ele é sempre dividido, mesmo se os que escrevem o ignoram, uma vez que assumem os diferentes papéis. Toda pessoa que decide escrever sua vida se comporta como se fosse seu próprio *nègre* (Lejeune, 2008, p. 118, grifo nosso).

Recorre-se a uma já reconhecida multiplicidade de vozes na figura das autorias, sendo impossível estabelecer uma única voz em um texto, sempre relacionado a outras pessoas, estilos, correntes e contextos literários. A autobiografia colaborativa é fruto de um diálogo de duas pessoas distintas, como explica Lejeune (2008), uma tem o esforço da sua própria memória biográfica e a segunda tem o trabalho de escrita. Mas esses papéis não são estanques, enquanto o redator auxilia o modelo na organização e esforço de sua memória, esse já possui uma ideia da mensagem que deseja passar a partir de sua própria história para o leitor.

O produto biográfico, portanto, é responsabilidade de ambos, visto que a biografia não é a própria vida do modelo, nem tampouco uma mera redação do redator, mas algo que nasce, nesse caso, de ambos, é um produto do trabalho em

conjunto. Aqui, cabe, inclusive, uma reflexão engendrada pelo próprio Lejeune (2008), sabemos que não somos pessoas autoras únicas nem mesmo de nossas vidas, a vida não é aquilo que fazemos dela, mas um somatório de nossas ações com as ações dos outros a nossa volta, nosso contexto histórico, político, cultural e econômico, muito nos condicionam e interferem cotidianamente em nossas pequenas escolhas. Não é que nossas ações individuais não importem ou não gerem efeitos concretos e simbólicos naquilo que será nossa história de vida, mas que esse agir está sempre condicionado por situações e fatores que extrapolam nossa individualidade. Visto dessa forma, o fato de não sermos pessoas autoras de nossa própria vida, ajuda-nos a pensar a questão da autoria de nossa biografia, ou da biografia de outrem, nunca somos autorias individuais, sempre múltiplas.

Para além das questões metafísicas, de múltiplas vozes que falam através da nossa voz, um problema concreto de relação de forças se apresenta à questão autoral das autobiografias colaborativas:

> O autor de um texto é, na maioria das vezes, aquele que o escreveu: mas o fato de escrever não é suficiente para ser declarado autor. Não se é autor incondicionalmente. Trata-se de algo relativo e convencional: só se torna autor quando se assume, ou quando alguém lhe atribui, a responsabilidade da emissão de uma mensagem (emissão que implica sua produção) no circuito da comunicação. A determinação do autor depende tanto das leis desse circuito quanto da materialidade dos fatos. A questão se complica pelo fato de a noção de autor remeter tanto à ideia de iniciativa quanto à de produção e que a produção pode ser ela própria dividida (igualmente ou de maneira hierarquizada) entre várias pessoas. Enfim, o estatuto de autor tem diferentes aspectos, suscetíveis de serem dissociados, e eventualmente também compartilhados: a responsabilidade jurídica, o direito moral e intelectual, a propriedade literária (e os direito financeiros a ela vinculados), e a assinatura que, simultaneamente, remete ao problema jurídico e faz parte de um dispositivo textual (capa, título, prefácio etc.), através do qual o contrato de leitura é estabelecido (Lejeune, 2008, p. 124).

Estabelecer a responsabilidade de uma pessoa em relação à publicação ou ao texto, em muitos casos, representa alvo de intensa disputa financeira e/ou simbólica. Vemos isso na questão da autoria científica, e todas as questões que envolvem o nome de uma pessoa como autora de um ou vários artigos científicos em determinadas revistas, ou para determinadas descobertas. Essa é uma questão de capital simbólico ligado diretamente à legitimidade do pesquisador, sua aceitação

e liderança perante a comunidade acadêmica que participa. Mas, também, no âmbito do comércio literário isso reverbera nos direitos autorais e nos pagamentos provenientes da atribuição desses direitos morais e patrimoniais da obra escrita, é uma questão jurídica-contratual. Lejeune (2008) afirma que obras autobiográficas realizadas por colaboração são comumente atribuídas ao modelo, como autoria, e ao redator como uma espécie de colaborador ou secretariado. Confirmando o pacto autobiográfico e do interesse da pessoa leitura de conhecer a vida do personagem contada pela própria autoria que é a responsável pela obra.

Outra característica latente na questão dos nomes próprios e autoria de suas autobiografias está justamente no esconder-se em um pseudônimo. Esta situação é comum em autobiografias de anti-heróis, ou ainda, quando a narrativa autobiográfica perpassa por questões delicadas ou que possa constranger ou envergonhar a pessoa retratada. No entanto, à pessoa leitura, apesar do pseudônimo, a ideia é de uma história real vivida pela pessoa que a escreveu, independentemente da verificabilidade do nome próprio que assina. Em relação às classes populares há que se pensar igualmente, na extensão de reconhecimento e notoriedade que seus nomes podem alcançar a serem documentados e postos à disposição da circulação informacional. Os efeitos dessa circulação, pode ser tanto de apavoro, quanto de realização, mas também de testemunho (Lejeune, 2008). O nome próprio, portanto, no contexto biográfico e/ou autobiográfico, transmite à pessoa leitura uma sensação dupla, primeiro uma sensação referencial, ao propor que existiu na realidade uma pessoa com aquele nome, e é a essa pessoa que o texto se refere. Mas, também há uma espécie de sensação romanesca na medida em que se deixa à pessoa leitura a curiosidade biográfica, o desejo de conhecer o outro, o imaginário do que tem aquela vida de importante para ser objeto de interesse de uma publicação (Lejeune, 2008).

> Seria um erro ver aí simples questões práticas (discrição, leis do gênero etc.). O **nome próprio como estratégia** é central nos diferentes problemas que o estudo dos relatos de vida obriga a considerar, **em particular os problemas das relações sociais e da ideologia biográfica** (Lejeune, 2008, p. 190, grifo nosso).

Se com Arfuch (2023) temos a ideia de um espaço biográfico, com Lejeune (2008) fica claro a existência também de um espaço autobiográfico, onde diferentes

formas de escrita de si (Foucault, 2004) podem ser encontradas. A individualidade dos sujeitos de determinada classe ou grupo social escrita na forma de autobiografias contribuem com o exercício de construção de uma identidade e um movimento dialético de exteriorização e interiorização dos modos de vida da comunidade. Do ponto de vista crítico desse movimento, podemos pensar na possibilidade de uma organicidade do próprio grupo, a construção de uma memória comum, através da exomemória biobibliográfica, se socializada de forma compromissada com aspectos ético-políticos pode contribuir para o movimento hegemônico cultural.

4.3 A ilusão biográfica segundo Pierre Bourdieu

> Há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira!
> Mas, as misérias são reais.
>
> Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo*.

Na abertura de seu livro 'A Economia das Trocas Simbólicas', Pierre Bourdieu (2008, p. 23), diz-nos:

> A menos que revele as operações de construção de objetos pelas quais foi fundada e as condições sociais da produção e da circulação de seus conceitos fundamentais, a sociologia não poderá escapar a todas as formas de dominação que a linguística e seus conceitos exercem ainda hoje sobre as ciências sociais. [...] Aceitar o modelo saussuriano e seus pressupostos é o mesmo que tratar o mundo social como um universo de trocas simbólicas e reduzir a ação a um ato de comunicação que, como a fala saussuriana, está destinado a ser decifrado mediante uma cifra ou um código, uma língua ou uma cultura.

Aqui temos a crítica ao modelo linguístico de Ferdinand Saussure, que domina grande parte do pensamento filosófico e sociológico francês em que Bourdieu está inserido, como podemos verificar na citação. Bourdieu (2008), como veremos, acreditou que não somente pelas condições da distribuição material dos bens de consumo a dominação de uma classe por outra se manifesta, mas também por meio de trocas linguísticas, trocas simbólicas. A economia das trocas linguísticas analisa, portanto, o caráter social, ou ainda, sócio-político das comunicações, indo

além da lógica saussuriana atomizada e inerte ao nível da língua formal, ou seja, da codificação e decodificação da linguagem.

Nós partimos de uma frase de Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979, p. 84). Esse processo de educar, de conceber a leitura do mundo, se dá pelas trocas linguísticas, pela comunicação, escrita ou oral, e pela interpretação que aprendemos, desenvolvemos nossa capacidade intelectiva. Pensamos que a linguagem, ou, os processos informacionais e comunicacionais podem mudar as pessoas e as pessoas transformadas agem no mundo para o modificar. Acreditamos ainda, e isso faz parte de nosso entendimento acerca das potencialidades biobibliográficas, histórias de vidas transformadas tornam-se transformadoras ao serem comunicadas. A inconformação do autor resultará na seguinte proposta:

> Para romper com essa filosofia social é preciso mostrar que, embora seja legítimo tratar as relações sociais - e as próprias relações de dominação - como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer as trocas linguísticas - relações de comunicação por excelência - são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Em suma, é preciso superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo, para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas (Bourdieu, 2008, p. 23-24).

Para Bourdieu (2008), existe, por um lado, o *habitus* linguístico que une a capacidade linguística a certas competências para usar adequadamente a linguagem em situações definidas, e, por outro lado, o que ele chama de mercado linguístico, estruturas de sanções e censuras. Aqui, na esteira do que vemos em Valentin Volóchinov (2017), há o salto para uma outra dimensão da linguagem, sem desfazer-se do estudo do código, a linguagem é pensada em suas condições sociais de produção.

> No princípio do sentido objetivo que se engendra na circulação linguística, há primeiramente o valor distintivo, que resulta do relacionamento operado pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto linguístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos simultaneamente propostos num espaço social determinado. Há também o fato de que o produto linguístico só se realiza completamente como mensagem se for tratado como tal, isto é, decifrado; além do fato de que os esquemas de interpretação que os receptores põem em ação em sua apropriação criativa do produto proposto podem ser mais ou menos distanciados daqueles que orientaram a produção. Por meio desses efeitos, inevitáveis, o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso (Bourdieu, 2008, p. 25).

O estabelecimento da comunicação, da troca linguística, acontece a partir de várias camadas de codificação e decodificação. Não acontece de forma transparente e linear como nos queria convencer o modelo shanonniano de comunicação. Como fala Bourdieu (2008), é necessário que o receptor opere uma distinção entre um produto linguístico, podemos dizer informacional, oferecido e as demais informações simultaneamente oferecidas pelo meio em que a comunicação se dá, visto que não estamos atomizados do mundo. Portanto, devemos selecionar o produto informacional que investiremos nossa capacidade de decodificação. A decifração requer que esse produto seja reconhecido como dotado de informação e que tenhamos a capacidade para decodificá-la, atribuição de sentido ao que nos chega. Além disso, os esquemas de interpretação que colocamos em ação para efetuarmos a decifração não é o mesmo para todos, estão diretamente ligados às formas como nos construímos e fomos construídos pelo mundo. Ou seja, a partir do contexto social em que estamos inserido e da forma como esse contexto nos moldou, atribuirei esse ou aquele sentido a um produto informacional. E, muitas vezes, nossos esquemas de tradução dessa informação não é o mesmo esquema de produção da mensagem pelo receptor. Ou seja, a comunicação, as trocas linguísticas, estão amplamente influenciadas por um conjunto de efeitos do mercado, do contexto em que se dá a troca.

> Poderíamos retomar nessa perspectiva a questão do estilo: esse ‘desvio individual em relação à norma linguística’, essa elaboração especial que tende a conferir ao discurso propriedades distintivas, é um ser-percebido que existe apenas em relação com sujeitos preceptores, dotados dessas disposições diacríticas que permitem estabelecer *distinções* entre *maneiras de dizer* diferentes, artes de falar distintivas. Disso decorre que o estilo, seja da poesia comparada à prosa ou da dicção de uma classe social, sexual ou de geração comparada à de uma outra classe, só existe em relação com agentes dotados de esquemas de percepção e de apreciação que permitem constituí-lo como conjunto de diferenças sistemáticas, sincreticamente apreendidas. O que circula no mercado linguístico não é ‘a língua’, mas discursos estilisticamente caracterizados, ao mesmo tempo do lado da produção, na medida em que cada receptor contribui para *produzir* a mensagem que ele percebe e aprecia, importando para ela tudo o que constitui sua experiência singular e coletiva (Bourdieu, 2008, p. 25, grifo do autor).

O processo das trocas linguísticas, no mercado da linguagem, opera em múltiplas distinções, estilos e formas diferentes de utilizar ‘a língua’. Esses estilos utilizados e percebidos estão tonificados com categorias de classes socialmente constituídas. Elas dão um caráter simultaneamente individual e coletiva aos sujeitos que estão operando no campo da significação, do simbólico. Assim, como o estruturalista Roland Barthes (2004a) reconhece a ação dos receptores na construção dos sentidos, Bourdieu (2008) atribui um processo produtivo de sentido aos receptores. Proposta semelhante, e temporalmente anterior, fora exarada por Nicolas Roubakine (1998) ao estabelecer que “o leitor é tudo”.

A tônica biográfica nos leva a tensionamentos históricos, políticos e éticos entre a norma e a prática, entre o indivíduo e as classes, entre o determinismo e a liberdade. Tomando como certo que a estrutura nunca é suficientemente estruturada a ponto de eliminar toda e qualquer liberdade consciente de escolha em algum nível, concordaremos novamente com Levi (2006), parece-nos ser as biografias elementos privilegiados dessas interseções que atravessam as vivências. No entanto, o uso das biografias por diversos campos do conhecimento, como a história, a literatura, a antropologia e a sociologia, assim como os Annales, fizeram o caminho inverso para revolucionar a historiografia francesa, não é aceita por todos.

A crítica ao uso biográfico é levada à tona pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1986), em um texto chamado “A ilusão biográfica”:

> Falar de história de vida é pressupor pelo menos, e isto não é pouco, que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Une vie*, uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato desta história. É o que diz o senso comum, ou seja, a linguagem ordinária, que descreve a vida como um caminho, uma rota, uma trilha, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), suas armadilhas e emboscadas (Jules Romains fala de “sucessivas emboscadas de competições e exames”), ou como uma trajetória, ou seja, um caminho que trilhamos ininterruptamente, um trajeto, um curso, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a "mobilidade"), que compreende um começo ("um começo de vida"), algumas etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele trilhará o seu caminho” significa que terá sucesso, terá uma bela carreira), um fim da história. É aceitar tacitamente a filosofia da história em seu sentido de sucessão de acontecimentos históricos, Geschichte, que está implicada em uma filosofia da história no sentido de narrativa histórica, História, em síntese, em uma teoria da narração, uma narrativa do historiador ou do romancista, sob este aspecto indiscerníveis, a biografia ou autobiografia notadamente (Bourdieu, 1986, p. 69).

Aqui estão os elementos centrais para a crítica ao uso das biografias pelos sociólogos, o que Levi (2006), anos depois, utilizou para tratar dos usos da biografia pelos historiadores. Por certo que a vida não é um todo linear onde fatos vão se sucedendo em função de um planejamento ou de uma intenção original do indivíduo. Além disso, qualquer vida que se queira registrar ou analisar possui atributos que convencionamos a encarar como início e fim, o nascimento e a morte, no entanto, em uma perspectiva sociológica e/ou antropológica a vida não pode ser situada entre essas duas datas. A biografia tenta dar uma unidade objetiva e lógica, além de uma cronologia e um sentido de “planejado” sempre com um olhar simplificador do “agora”. O sociólogo Bourdieu avança, faz severa crítica ao que chama de cumplicidade entre biógrafo e biografado na intenção de dar um significado à experiência de vida narrada, além da flagrante seleção do que biografar na intenção de dar uma consistência e uma coerência retórica aos fatos narrados. Ele chama de “postulado do sentido da existência relatada” (Bourdieu, 1986, p. 69). Essas questões são chamadas por Bourdieu (1986) dos riscos da biografia e de ilusão retórica:

> Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, ou seja, como uma narrativa coerente de uma sequência significativa de acontecimentos concatenados, talvez implique sacrificar-se a uma ilusão retórica, a uma representação comum da existência, que toda uma tradição literária insiste em fortalecer (Bourdieu, 1986, p. 69).

A Modernidade mais recente, inclusive a literatura, descobriu que a vida, no que tange seu aspecto individualizado, não é linear, mas descontinua, não possui uma unidade lógica, mas é vista por uma sucessão de acontecimentos sem razão causal ou finalística de ser. Em resumo, ela é imprevisível, sem propósito e aleatória. Porém, existem elementos históricos e culturais que condicionam isso que queremos chamar de vida individual, e que impossibilita em certa medida a análise histórica isolada dessas vidas, a menos que admitamos, como acusa Bourdieu (1986), que passamos a entender a historiografia como uma narrativa de romance. É no habitus, dentro das suas próprias noções sociológicas, que Bourdieu (1986) aponta o ferramental necessário para compreender o que seja a vida de alguém:

> Sem dúvida, podemos encontrar no habitus o princípio ativo, irredutível às percepções passivas, da unificação de práticas e representações (isto é, o equivalente, historicamente constituído, logo, historicamente situado, desse eu cuja existência, segundo Kant, nós devemos postular para dar conta da síntese dos vários aspectos sensíveis da intuição e da conexão de representações em uma consciência) (Bourdieu, 1986, p. 70).

O sociólogo consagra à vida individual uma identidade prática dentro de uma perspectiva relacional dos campos sociológicos e do habitus praticado no interior de cada campo. Podemos pensar com Bourdieu (1986) da necessidade de se conhecer os campos simbólicos em que transita os indivíduos de uma biografia para que possamos, sociologicamente, dar sentido prático e objetivo às suas ações e comportamentos. Não há como entender uma vida sem a classificação múltipla em campos concorrentes e complementares que dão a tônica das relações, sensações, problemas e ações enfrentadas pelo indivíduo na sua trajetória. Essa identidade prática estaria consagrada justamente dentro de práticas mais ou menos institucionalizadas de “falar de si”, e para que ela seja apreendida seria necessário a englobar na unidade de uma narrativa totalizante.

A dúvida sobre a possibilidade de escrever a vida de alguém paira também nas discussões de Giovanni Levi (2006). A questão para ele é historiográfica e está

assentada em uma perspectiva epistemológica da história, entre realidade e narrativa. Mas, podemos encontrar em seus argumentos pontos de inflexão: “Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado” (Levi, 2006, p. 169). A historiografia positivista, das leis, regras e normas, não prepara a pessoa historiadora para o movimento dialético do espírito, da própria história em sua riqueza das grandes transformações dos períodos históricos ou para as pequenas mudanças cotidianas. Onde o positivista busca estabilidade e inércia, o dialético busca perceber o movimento, os contrários. Portanto, os modelos historiográficos positivistas não são capazes de perceber nem sequer relatar a diversidade das subjetividades, das comunidades, dos estilos de vida, das existências de luta.

Ao comentar a “ilusão biográfica” de Bourdieu, Levi (2006) acredita que a perspectiva do sociólogo francês alerta para o caráter “indispensável [de] reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos a cada instante” (Levi, 2006, p. 169). A questão da impossibilidade biográfica é recorrente, e Levi (2006) mostra em diversos pensadores essa recorrência em obra como aquelas oriundas de Diderot, Rousseau e Agostinho de Hipona. Nas biografias morais, aquelas com tom didático, segundo Levi (2006), renunciava-se à veracidade ou à exaustividade da narrativa em função da mensagem moral, de ensinamento e de modelo a ser seguido.

> A bem dizer, essa simplificação supõe uma certa confiança na capacidade da biografia para descrever **o que é significativo em uma vida**. Tal confiança culminaria aliás no positivismo e no funcionalismo, com os quais a seleção de fatos significativos iria acentuar o caráter exemplar e tipológico das biografias, privilegiando a dimensão pública em vez da dimensão privada e considerando insignificantes os desvios dos modelos propostos (Levi, 2006, p. 172).

Ao falar sobre as biografias morais, Levi (2006) faz emergir ponto importante da discussão acerca da narrativa biográfica ou da organização, arranjo documental, de documentos que em sua coleção, representação, classificação e recuperação produzam a narrativa da vida de alguém. Este ponto refere-se àquilo que é importante, ou, nas palavras de Levi (2006), como definirmos aquilo que é

“significativo em uma vida”? Queremos dizer que, assim como se faz a leitura técnica de um livro para dali extrair os assuntos relevantes para um público de pessoas leitoras, e podermos, então, indexar os assuntos relevantes que trata uma obra. Ao olharmos para uma história de vida, pela perspectiva biográfica, devemos estabelecer pontos relevantes, pontos que signifiquem e que traduzam a vida a ser representada. Por certo que, de acordo com a transversalidade biográfica e pela transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento, temos que nos ater à descrição, classificação e indexação de documentos. No entanto, em se tratando de uma perspectiva biobibliográfica ou biodocumentária, os processos documentários de representação do documento devem levar em consideração a própria biografia (unidade significativa) a que damos forma com a coleção de documentos processados.

Segundo Levi (2006, p. 174), ao falar sobre o trato que os historiadores dispensam atualmente para com a biografia, diz que encantados “com a riqueza das trajetórias individuais e ao mesmo tempo incapazes de dominar a singularidade irredutível da vida de um indivíduo, os historiadores passaram recentemente a abordar o problema biográfico de maneiras bastante diversas”. Ao comentar os usos contemporâneos da biografia por parte dos historiadores, ele produz um conjunto de classes, que passamos a reproduzir.

O primeiro conjunto trata do grupo das “Prosopografias e biografias modais”, em que as biografias “ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes” (Levi, 2006, p. 174). Aqui não vemos biografias no sentido restrito do termo, temos mais uma utilização de dados biográficos com o objetivo de estudos prosopográficos. Consideramos a prosopografia como o estudo histórico-social de coletividades com base em dados biográficos dos indivíduos que pertencem ao grupo, o foco está nas características consideradas comuns, o *habitus* bourdieusiano.

> No fundo, a relação entre *habitus* de grupo e *habitus* individual estabelecida por Pierre Bourdieu remete à seleção entre o que é comum e mensurável, “o estilo próprio de uma época ou de uma classe”, e o que diz respeito à “singularidade das trajetórias sociais”: “na verdade, é uma relação de homologia, isto é, de diversidade na homogeneidade, que reflete a diversidade na homogeneidade característica de suas condições sociais de produção e que une o *habitus* singulares dos diferentes membros de uma mesma classe (Levi, 2006, p. 174, grifo do autor).

A biografia modal, parte do primeiro grupo instituído por Levi (2006), trata de uma biografia individual que só se torna modal na medida em que concentra o maior número de características do grupo. Ou seja, é uma biografia de um indivíduo modelo, aquele que consegue reunir em si, em sua vida, ações, experiências e contextos a totalidade, ou muito próximo do todo, das características que descrevem o grupo que faz parte. Aqui não devemos confundir com a ideia de biografia moral, aquela que diz a vida a ser seguida como modelo, aquela que ensina-nos a viver. As biografias modais não são biografias morais, nesse sentido, elas são biografias de indivíduos que servem de modelo para entendermos o grupo. Talvez, para os integrantes do próprio grupo ela sirva como uma espécie de guia moral, mas não é essa a sua essência na medida em que se produz no âmbito da historiografia que analisa o grupo.

O segundo tipo de utilização das biografias é para identificação do contexto. Narrativas biográficas conservam certos contextos e ambiências de um determinado momento histórico, “o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias” (Levi, 2006, p. 175). A utilização das biografias, nesse sentido, está na compreensão do contexto em que viviam certas personalidades. O estudo dessas individualidades tende para uma normalização de suas ações com base na compreensão destas em relação ao contexto sócio-histórico em que se dão. “Portanto não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais” (Levi, 2006, p. 176).

Ao contrário da utilização das biografias para análise de casos modais, temos o uso biográfico para estudo dos extremos. Caso de excelência, “O queijo e os vermes” de Carlo Ginzburg. O estudo do caso de Menocchio e a inquisição se dá

pela extremidade, por um caso que foge aos modelos de uma época. Dessa forma, o historiador italiano consegue explorar diversas questões histórico-culturais relevantes na cultura popular.

Há ainda o uso hermenêutico da biografia, este traz no seu bojo o caráter da impossibilidade, da ilusão a respeito da qual nos falava Bourdieu (1986). Aqui o significativo da biografia não é seu conteúdo, considerado sempre como duvidoso e discursivo, longe da infalibilidade ou das verdades históricas. Aqui o valoroso é a própria interpretação que está latente no conjunto documentário biográfico. Estas interpretações, também sempre passíveis de críticas, atualizações e discordâncias. Temos rejeitado aqui, também, a univocidade das trajetórias individuais.

Da impossibilidade biográfica à análise dos agentes, dos individuos biológicos socialmente e historicamente localizáveis e interpretáveis a que nos remete às discussões biográficas e dos usos que podemos fazer delas, temos que considerar o material documental produzido e carente de organização. A crítica bourdieusiana é importante na medida em que coloca em jogo as dinâmicas sociais e culturais de produção da narrativa biográfica. Considerações relevantes na construção de representações destes documentos em uma perspectiva mais ampla, das relações que a vida tece com o meio social, significado que podemos extrair/evidenciar em nossas ações de biodocumentação.

4.4 Fontes de informação biográfica nas transversalidades da Organização do Conhecimento

No âmbito da Documentação ou da Biblioteconomia, as biografias se convertem em fontes de informação biográfica. O papel principal das biografias em bibliotecas ou centros de documentação é fornecer informações sobre determinada pessoa, desde informações históricas, com base em enciclopédias ou dicionários biográficos, até informações atuais com base em algum tipo de diretório ou portal eletrônico como o Currículo Lattes.

As biografias são, para Paul Otlet (2018), uma forma de exposição intelectual na literatura, ela é uma forma literária. Sobre a biografia:

> Pode assumir formas variadas: contar a história da pessoa; ser uma exposição puramente objetiva de suas doutrinas ou de suas opiniões sucessivas; considerar a personalidade como um documento psicológico de valor excepcional. As biografias mesclam com a história geral; surgiu recentemente o gênero 'biografia romanceada' onde a verdade objetiva se associa às ficções da imaginação (Otlet, 2018, p. 160).

Ao falar dos anuários, enquanto coletâneas de fatos e acontecimentos ocorridos e atualizados anualmente, temos um tipo biográfico que nos interessa. Otlet (2018, p. 252) fala dos anuários como espécie de "biografia documentária", como se vê em:

> Também existem os *Qui êtes-vous*?, anuários de contemporâneos, espécie de biografia documentária, o *curriculum vitae*, as funções e títulos atuais e as obras produzidas. *Who's who in America, Who's who in Great Britain, Wer ist's, Wie is dat, Vemär det*. Os anuários podem também ser catálogos de pessoas e instituições.

A noção de biografia documentária na medida em que atualiza os dados de uma pessoa, e na medida em que se aparenta a um *curriculum vitae*, principalmente na apresentação documentária, ou seja, de dado e metadado, contrariando o caráter narrativo das biografias literárias, parece-nos interessante para pensarmos o conceito de biodocumentação e o trabalho da pessoa documentalista em relação a coleções biográficas.

Já em um possível contexto biobibliográfico, onde se apresentam as vidas dos mestres em relação às suas obras, fala Otlet (2018, p. 391): "De um criador é preciso conhecer os mestres, as influências de seu trabalho. É preciso saber se ele formou escola, isto é, o ensino de diretrizes impostas ou contribuídas por um mestre ou mestres reconhecidos como tais". Vemos que aqui, Otlet (2018) extrapola o âmbito puramente bibliográfico da obra, passando para uma sociologia do texto, mais especificamente a uma sociologia dos produtores do conhecimento. Aqui estamos no contexto que vai das "obras à vida dos autores" (Otlet, 2018, p. 391).

Sobre as fontes de informação biográfica no campo científico, diz-nos Murilo Bastos da Cunha (2001, p. 45-46):

> Biografia é o tipo de documento ou fonte de informação que relata a vida e a atividade de alguém. Além de breves notas biográficas, geralmente encontradas nas enciclopédias, existem obras especializadas em compilar informações biográficas. Podem ter um escopo universal ou possuir certas limitações, como, por exemplo, geográficas, contendo biografias de personalidades de certa localidade, ou incluir somente dados sobre pessoas já falecidas, ou mesmo especialistas de um único grupo profissional.

As biografias são classificadas por Cunha (2001) como fontes secundárias de informação. Sua definição acerca dos “documentos secundários” diz: “contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para ele” (Cunha, 2001, p. ix). Na medida em que pensamos nas biografias enquanto documentos secundários que falam sobre documentos primários, podemos teorizar que pessoas, sob um determinado aspecto, podem ser encaradas, para fins documentários, como documentos primários. Mas só para fins dos nossos estudos biodocumentais, tendo em vista que a definição de Cunha (2001, p. ix) para documentos primários não comportaria tal ideia:

> documentos primários: contêm, principalmente, novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos; alguns podem ter o aspecto de registro de observações (como, por exemplo, os relatórios de expedições científicas) ou podem ser descritivos (como a literatura comercial).

Apesar disso, temos que na busca de informações ou dados para fins de pesquisa científica, muitos pesquisadores buscam, primeiramente, outros cientistas para fornecer-lhes informações, em detrimento das fontes de informação primárias ou secundárias: “Às vezes é mais fácil indagar a um colega, valendo-se assim do denominado ‘colégio invisível’” (Cunha, 2001, p. vii). Sobre os colégios invisíveis, ou sobre as redes humanas de informação, fala Arthur J. Meadows (1999, p. 141):

> Os cientistas têm assim a sua disposição uma variedade de ensejos para o intercâmbio verbal de informações relativas a seu trabalho, que vão desde as conversas com o colega da sala vizinha até o contato com pesquisadores estrangeiros em reuniões internacionais. A extensão e frequência desses contatos tendem a apresentar uma distribuição assimétrica entre os pesquisadores.

Por certo que, as redes de contatos informais entre pessoas pesquisadoras do campo científico se estruturam de maneira hierárquica, onde as mais notórias se comunicam de forma mais direta com outras de mesma ou de notoriedade aproximada. Porém, o acesso à informação deve estar disponível a todas as pessoas que dela precisem, portanto, a necessidade de se produzir as fontes de informação. No caso científico, as fontes de informação biográfica auxiliam na busca de autoridades em um ou mais assuntos pelos quais temos algum interesse, como estes geralmente são biobibliográficos, também nos auxiliam a ter uma noção geral dos trabalhos desenvolvidos e publicados desta personalidade. Fontes biográficas em ciência e tecnologia, ao reportar a vida atual e pregressa de um cientista também é capaz de nos apresentar a trajetória, biografia, de pesquisa daquela pessoa, onde podemos encontrá-la ou estabelecer algum contato.

> As fontes biográficas são as que informam os dados fundamentais (tais como quem é, onde nasceu, o que fez, onde estudou, o que publicou, quais suas contribuições mais importantes) de pessoas do passado ou do presente. Essas fontes basicamente se dividem em duas classes: os dicionários biográficos, que se encarregam de recolher dados sobre pessoas do passado e os diretórios, que se ocupam da informação relativa a pessoas do presente. Portanto, as fontes de informação biográfica podem ter caráter retrospectivo ou atual (ou corrente) (Cunha, 2001, p. 46).

As fontes de informação biográfica são documentos secundários com informações biográficas já organizadas, estruturadas de acordo com um objetivo, seja mostrar a vida de pessoas do passado, como os dicionários biográficos, seja apresentar pessoas do contemporâneo, o que Cunha (2001) chama de diretórios. É interessante notar que existe um conjunto de dados tradicionalmente, ou comumente, atribuídos às pessoas no momento da identificação e/ou representação em uma fonte biográfica de informação (nascimento, onde estudou, publicações, suas contribuições mais importantes). Ressaltamos que, nesta passagem, Cunha (2001) está contemplando as fontes de informação biográfica no âmbito da ciência. Ele complementa:

> É imenso o número de biografias individuais que podem ser localizadas nos catálogos das bibliotecas sob o nome do biografado. Na Internet, cada vez mais, é possível encontrar informações biográficas de cientistas do passado e do presente. Inúmeros pesquisadores atuais mantêm páginas pessoais na Web, inclusive com dados curriculares (Cunha, 2001, p. 46).

A representação da trajetória de vida de cientistas se constrói a partir do *habitus academicus* (Bourdieu, 2013), ou seja, as informações constantes nas representações biográficas dessas pessoas cientistas apresentam aquilo que elas são no contexto do campo científico. Na Plataforma Lattes, por exemplo, a narrativa biográfica do cientista “X” não se produz como em uma biografia da pessoa biológica “X”, pelo menos não é esse o modelo difundido e tido como aceitável. Queremos dizer, há entre a história de vida de uma pessoa e a história de vida de uma pessoa em relação a um contexto, campo, específico, como, por exemplo, o científico ou o religioso, uma modulação do discurso, da forma de apresentação, descrição do indivíduo.

Cunha (2010, p. 63) parece concordar com a historiografia biográfica que apresentamos nas subseções anteriores, para ele, atualmente, “as biografias não contemplam somente personalidades”. Ele credita ao movimento historiográfico denominado “Nova História”, atrelada às concepções sócio-culturais de produção da realidade, a responsabilidade por este fenômeno.

Classificar as fontes de informação biográfica é condição para um bom atendimento às necessidades de informação do público leitor, bem como para construir uma política de produção de trabalhos biodocumentários. Portanto, temos em Cunha (2010, p. 64) as seguintes classificações:

> As fontes biográficas podem ser classificadas segundo vários critérios, a saber:
>
> i) atividades do biografado
> a) gerais: inclui todos os tipos de profissão;
> b) especializadas: inclui um único tipo de profissão.
> ii) nacionalidade do biografado
> a) locais: pessoas de determinada cidade ou município;
> b) nacionais: pessoas de determinado país;
> c) regionais: pessoas de uma região (de um país ou continente);
> d) internacionais: pessoas de diversos países ou regiões.
> iii) período de cobertura das biografias
> a) retrospectivo: inclui somente pessoas falecidas;
> b) atuais: somente pessoas vivas;
> c) misto: inclui pessoas falecidas e vivas.
> iv) forma de arranjo das biografias
> a) por ordem alfabética de sobrenomes;
> b) de acordo com um sistema de classificação;
> c) por especialização ou profissão;
> d) por ordem cronológica;

> e) arranjo misto (Cunha, 2010, p. 64).

A classificação de Cunha (2010) parece-nos ainda válida e atual. Nós fazemos somente um adendo no que toca a especialização das fontes de informação biográfica. Esta não pode se caracterizar apenas a um único tipo de profissão, acreditamos que a especialização da fonte biográfica deve ser definido levando-se em consideração o grupo a que a pessoa pertence. Se a fonte de informação refere-se a um grupo restrito de pessoas, “pessoas autoras LGBTQIAPN+”, ou “autoras negras”, ou “trabalhadores rurais sem terra”, por exemplo, essas fontes de informação devem ser consideradas como especializadas. Já as fontes de informação biográfica gerais seriam aquelas em que se verifica a ausência de critério em relação à seleção das pessoas biografadas, seriam os dicionários biográficos universais ou históricos, por assim dizer.

Como tipos mais comuns de fontes de informação em que é possível auferir informações biográficas, Cunha (2010, p. 65) cita “enciclopédia, dicionário biográfico, diretório ou cadastro, periódico [e] entidades especializadas”. Atualmente, levando em consideração a perspectiva de espaço biográfico de Arfuch (2023) podemos expandir essa pequena lista exponencialmente.

Sobre os critérios de avaliação de uma fonte biográfica, Cunha (2010) nos apresenta uma lista de opções. As razões da compilação da fonte de informação, o público a ser atendido, ou a que se endereça a fonte, também deve-se verificar, em relação ao propósito da fonte biográfica:

> Critérios adotados para **inclusão do nome de uma pessoa**. Este aspecto é importante, pois uma fonte biográfica geralmente não inclui todos aqueles que preenchem o critério básico indicado no seu título, por exemplo: residentes de um determinado país; membros de um grupo étnico ou de uma profissão. Nessa fonte estarão incluídos aqueles indivíduos, pertencentes a determinado grupo, que são de interesse devido às posições que ocupam, os que deram contribuição importante ou com significado histórico. É importante apontar a existência de diretórios biográficos nos quais existem critérios de seleção dos biografados, bastando haver uma subscrição *a priori* (Cunha, 2010, p. 75, grifo nosso).

Também constituem-se como critérios de avaliação, o alcance da fonte, o arranjo, os dados incluídos, o acesso, formatos, atualização, precisão dos dados, as

referências e outras características especiais (ilustrações, paratextos, instituição publicadora ou autoria, entre outras) (Cunha, 2010).

Como dito, as fontes de informação biográfica são produtos de uma atividade de organização do conhecimento biográfico, classificado a partir de um nome próprio de pessoa. Esse processo de classificação, ou seja, o processo de organização das informações biográficas a partir dos antropônimos necessita de maiores investimentos de pesquisa no âmbito da Organização do Conhecimento. Na próxima seção, examinamos teorias da Organização do Conhecimento como metateoria para organizarmos os nomes próprios.

5 DA CLASSIFICAÇÃO À DESCLASSIFICAÇÃO: uma teoria na organização dos nomes próprios

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Milton Nascimento. Maria Maria.

Nesta seção trabalha-se teorias relacionadas a transdisciplina da Organização do Conhecimento. Busca-se elaborar noções desenvolvidas nesse campo transdisciplinar que contribuam para entendermos a ação da Organização do Conhecimento no mundo, ou seja, sua práxis. A abordagem não é tanto de uma técnica de Organização do Conhecimento, ou de um método desenvolvido no âmbito das disciplinas que lidam com a organização de documentos ou informações. Aqui não é nosso objetivo uma perspectiva prática das atividades de classificação, indexação ou descrição dos materiais bibliográficos ou documentais. Trata-se de analisar no âmbito da praxiologia, da prática refletida criticamente, as implicações das ações em Organização do Conhecimento. Para isso visitamos algumas teorias construídas no âmbito da Organização do Conhecimento, com vistas a desenvolver suas características teórico-conceituais.

A transdisciplina da Organização do Conhecimento, ou a disciplina transversal que perpassa diversos cursos institucionalizados como campos do saber, lida com a sistematização, estruturação, ordenação e recuperação de um conjunto de objetos percebidos como documentos para determinada coleção. Essa ação envolve processos de Organização do Conhecimento que incluem a seleção, a descrição, a classificação e a indexação de documentos relevantes. Esses documentos são suportes de informação, eles registram significados e são capazes de os comunicar a partir de algum processo de leitura do documento.

Para Birger Hjorland (2016, p. 475, tradução nossa):

> KO [Organização do Conhecimento] é um campo de pesquisa, ensino e prática, majoritariamente afiliado à Biblioteconomia e Ciência da Informação (BI). A KO é, antes de tudo, institucionalizada em cátedras em universidades ao redor do mundo, em programas de ensino e pesquisa em instituições de pesquisa e escolas de ensino superior, em periódicos acadêmicos (por exemplo, Knowledge Organization, 1993-), em conferências nacionais e internacionais, e em organizações nacionais e internacionais (por exemplo, a Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento, Isko)[32].

A institucionalização da Organização do Conhecimento como campo de pesquisa, ensino e prática, como fala Hjorland (2016) nos permite referirmo-nos à Organização do Conhecimento enquanto campo. Sua presença transversal, extrapolando sua disciplinaridade interna, em direção a outros campos do saber como Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Informática e Museologia, por exemplo, nos permite caracterizá-lo como campo transdisciplinar. Algumas abordagens são demonstradas por Hjorland (2016), entre elas as de consenso, cognitivas, analítica de facetas e de análise de domínio. Esta última preconiza que os documentos ou os objetos a serem organizados podem ser ordenados de diferentes formas, visto que diversas comunidades do saber podem manifestar interesse por esse conjunto de documentos, dessa forma há de se considerar o domínio para o qual o arranjo está sendo desenvolvido. São múltiplas as perspectivas de organização corretas e que podem ser aplicadas ao mesmo conjunto de objetos, não existindo hierarquia de correção entre elas, ou seja uma não é mais correta que a outra (Hjorland, 2016).

Essa perspectiva está atrelada ao que Hjorland (2016) chama de metaciências, ao referir-se à história, à filosofia e à sociologia do conhecimento. Se pensarmos em um grupo de nomes próprios a serem organizados na forma de uma lista, de um diretório eletrônico ou um dicionário biográfico, por exemplo, devemos analisar o objetivo desta organização, o domínio ao qual aquele arranjo irá fornecer informações, para que possamos justificar e estabelecer políticas de organização desses elementos documentais. As diferentes formas corretas de se organizar esses

[32] Do original: *KO [Knowledge Organization] is a field of research, teaching and practice, wich is mostly affiliated with library and information science (LIS). KO is first and foremost institutionalized in professorships at universities around the world, in teaching and research programs at research institutions and schools of higher education, in scholarly journals (for example, Knowledge Organization, 1993-), in national and international conferences, in national and international organizations (for example, the International Society for Knowledge Organization, Isko)*.

nomes próprios em um sistema de organização do conhecimento, onde os documentos referentes a cada classe-nome venham ser agrupados, descritos e recuperados, não são mais corretas do que outra forma de organização rigorosa e criteriosa (justificada e pensada para determinado fim em um contexto específico). Isso não quer dizer que seja aceitável cairmos no relativismo, em uma perspectiva de que “toda ordenação é aceitável como válida”. A validade ou invalidade de um sistema de organização do conhecimento, e, portanto, de seus produtos, dependerá das justificativas, das regras a serem seguidas, bem como da consistência e da atividade séria da pessoa documentalista que produz tanto o sistema quanto o produto, bem como seu nível de integração com a comunidade de saber que atende.

Da mesma forma que desenvolvemos sistemas de organização do conhecimento, tais como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), para representar os assuntos possíveis de um documento e, portanto, para classificar os objetos de uma coleção, da mesma forma, sistemas de organização biobibliográficos ou biodocumentários, como um catálogo de autoridades, por exemplo, devem ser construídos para que possamos relacionar documentos, objetos, fatos, acontecimentos, ações, símbolos, formações, obras, legados e pessoas a outras pessoas. Uma lista de nomes próprios das principais personalidades do samba carioca, por exemplo, ou das principais lideranças sindicais da luta trabalhista do Rio de Janeiro, servirá ao trabalho documental de construção de sistemas de informação ao relacionar documentos, registros, de diversos tipos, formatos e suportes aos nomes próprios identificados e representados na lista. Trata-se da ação de Organização Biodocumentária dos documentos de uma coleção.

Em BCI, historicamente, lidamos com a organização de registros do conhecimento ou do saber, que ao serem ordenados, organizados, são passíveis de serem recuperados de acordo com a necessidade, e, sendo assim, geram o fenômeno informativo, de transmissão do saber registrado. É, claro, um fenômeno totalmente calcado na ideia da linguagem como capaz de traduzir e representar o mundo, ou parte dele, em sua objetividade construtiva aparente e subjetividade interpretativa. Diz-nos Maria Salet Ferreira Novellino (1996, p. 37):

> O conceito de transferência de informações é aqui compreendido como a intervenção realizada por sistemas de organização do conhecimento e recuperação da informação em determinadas ações comunicativas, que são aquelas que se dão entre produtores e consumidores de conhecimento.

É da trama entre o organizar para recuperar produzindo o fenômeno da comunicação, a “transferência de informações”, como diz Novellino (1996), que é possível falar no campo da BCI.

Segundo Novellino (1996), esse fenômeno comunicacional a que se presta nosso campo divide-se em duas abordagens, a primeira sob o ponto de vista da recuperação da informação, e a segunda sob a representação da informação. Enquanto processo de facilitação da produção de informação, da produção de sentidos, a BCI trabalha com “linguagens formalizadas” (Novellino, 1998). Como veremos, aqui há um encontro de entendimentos do que seja informação, para nós, o fenômeno informativo só se estabelece a partir do momento em que um interpretante produz sentido, reconhece um significado, de um registro, suporte de conhecimento. Em livros, em documentos, não há informação, há o registro codificado linguisticamente de uma expressão, de um movimento, a partir da leitura de um interpretante é que a informação acontece, sendo, portanto, um processo social e historicamente demarcado.

Nossa visão íntima, primeira, do que é a BCI, se traduz no que seja a Organização do Conhecimento e dos Saberes, e, portanto, exigem algumas revisões histórico-epistemológicas desse saber. Assim como em Luciana Gracioso e Gustavo Saldanha (2011, p. 25):

> Compreender o território que compartilhamos e disputamos simbolicamente como solo de estudos que se encontra em um panorama voltado para a representação, a transmissão e a preservação do conhecimento compartilhado pelos indivíduos nos posiciona em um contexto espaço-temporal mais claro de compreensão da CI, para além das transformações que cercam a Segunda Guerra Mundial, para além da ideia da tecnologia como força de transformação e não signo de apropriação e uso do homem, posicionamentos estes que conduziram escolas, institutos e centros de pesquisa em Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação a alterarem seus nomes nas últimas décadas do século XX e reformularem seus currículos apressadamente nos últimos 40 anos.

As autorias colocam, ao seu modo, a Organização do Conhecimento no coração da transdisciplina. Além de defender uma posição contra as narrativas do discurso de uma Ciência da Informação, que se quer inovadora, recente, interdisciplinar e “informatizada”, proclamamos a uma só voz:

> Nesta perspectiva, contrapomos alguns pontos de vista usualmente apropriados pela pesquisa em CI no contexto historiográfico do campo, tão carente de revisões hermenêuticas, a saber: a) a noção de que a área caminha a partir de paradigmas, b) a noção de que o campo é necessariamente uma constituição oriunda das transformações que cercam os anos 1940 e 1950, no contexto da Segunda Guerra Mundial, c) a noção de que a informação é ‘o’ objeto do campo, d) a noção de que a CI tanto nasceu como é interdisciplinar por natureza. (Gracioso; Saldanha, 2011, p. 24).

As oposições expostas pelas autorias buscam deslocar o centro gravitacional do campo para os estudos da Linguagem e da Organização do Conhecimento, o que nos parece ser uma perspectiva hermenêutica tanto mais vantajosa quanto historicamente justificável. Essa perspectiva é, até onde compreendemos, muito mais concreta e objetiva do que os mitos de uma Ciência da Informação pós-guerra.

Ao reconhecer a Organização do Conhecimento e dos Saberes como um dos principais eixos teóricos e práticos do campo, dimensionamos o poder das classificações. Suas transgramáticas ordenam o mundo, são métodos que dizem o que as coisas são e como se relacionam, ao mesmo tempo que representam, moldam e transformam o mundo simbolicamente, concorrem na luta pelo domínio da comunicação ideológica e da formação das consciências. Poder que, através do discurso classificatório pode iluminar ou apagar, criar ou destruir, justapor ou embaraçar. Por isso é importante que se discuta criticamente as classificações, suas características, seus métodos e efeitos. Das inumeráveis teorias críticas do campo (Saldanha, 2021), parece-nos que a perspectiva emancipatória de García Gutierrez (2014) pode se aplicar bem ao desenho da noção de Biobibliografia.

5.1 A Classificação Necessária

> Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente (Pombo, 1998, p. 1).

As classificações que estão interiorizadas em nós são o solo por onde nos movimentamos. Como visto na seção secundária anterior, assim como a linguagem, as classificações não são naturais, elas são produtos da ideologia que formam a nossa consciência. Na verdade, não podemos conceber as classificações como anteriores à linguagem. Porém, em um mundo sócio-cultural, não há possibilidade de fuga das classificações ou da linguagem, o que nos obriga a reconhecer que somente na transvaloração, na transformação, dos processos semióticos é que podemos remodelar a produção das consciências. Isso só é possível pela linguagem, o que ensejará novas classificações. Foucault, em “As palavras e as coisas”, chama essas classificações de “códigos ordenadores”, conforme aponta Olga Pombo (1998).

É nos estudos de Lógica de Apostel (1963 *apud* Pombo, 1998) que Pombo (1998) busca fundamentar as características presentes em toda classificação:

> 1) cada classificação tem por detrás um determinado mecanismo classificador que executa, melhor ou pior, as operações necessárias à classificação, 2) cada classificação persegue uma mais ou menos sistemática multiplicidade de fins que, em última análise, vão determinar a sua estrutura, 3) cada classificação exerce-se sobre um domínio da realidade cujas estruturas internas tornam mais ou menos fácil as operações necessárias à classificação, 4) cada classificação constrói-se no contexto das classificações precedentes do mesmo domínio, ou seja, há uma inexorável historicidade das classificações ao longo da qual os domínios classificados podem ser modificados, as divisões podem ser completadas, novos critérios de classificação podem ser acrescentados, 5) para cada classificação existe um produto externo da actividade classificadora que se apresenta como uma árvore genealógica mais ou menos regular, isto é, toda a classificação supõe uma dupla operação: o estabelecimento de equivalências entre classes do espaço classificatório global; o estabelecimento de hierarquias entre subclasses no interior das classes previamente estabelecidas.

Tais características denotam o caráter arbitrário, mas ao mesmo tempo contextual e socialmente construído dos sistemas classificatórios. As classificações não são dispensáveis ou inúteis, todo o conhecimento que possuímos está alicerçado em uma perspectiva classificatória, portanto não se trata aqui de um abandono dos métodos lógicos de classificação, eles são necessários.

> Sem classificação não poderia haver nenhum pensamento humano, ação e organização que conhecemos. A classificação transforma impressões sensoriais isoladas e incoerentes em objetos reconhecíveis e padrões recorríveis (Langridge, 2006, p. 11).

Em sua didática exposição acerca da Classificação no âmbito da Biblioteconomia, Derek Langridge (2006) admite características fundamentais de todo processo classificatório. Antes disso, reconhece igualmente o caráter de quase onipresença das classificações, ela “está sempre com você”, diz-nos Langridge (2006, p. 11). Elas, as classificações, possuem um caráter utilitário, ou seja, elas desempenham uma função a depender do objetivo do sistema e da pessoa que classifica, elas podem ser de nível simples, como a organização de peças de roupa em um armário, por tipo e cor, como também podem ser complexas como a classificação das ideias segundo um arranjo sistemático do conhecimento científico.

Todo processo de classificação é arbitrário, ou seja, depende do objetivo da classificação e da acuidade, capacidade, experiência e criatividade da pessoa que está desenvolvendo o arranjo. Isso quer dizer, que não há uma classificação propriamente correta para as coisas, mas que há uma gradação entre as mais eficientes e as menos eficientes para determinados objetivos. Portanto, nesse aspecto, a classificação não pode ser considerada totalmente “objetiva”, mas também não pode ser pensada como algo totalmente “subjetivo” na medida em que deverá responder a uma situação-problema real, deverá comunicar-se com outros sistemas de conhecimento já estruturados na realidade social. Portanto, não podemos criar classificações como base em “opinião” ou “achismos”, principalmente quando estamos falando de classificação do conhecimento ou de saberes. Isso nos leva, junto com a obra de Langridge (2006), a pensar as classificações como algo construído pela humanidade, não são descobertas, nem são naturais, no sentido de que não estão no campo da metafísica, mas da realidade construída pela ação histórica e social das pessoas.

> Não existe portanto nenhuma razão em julgar qualquer classificação como sendo certa ou errada. Ela pode ser apenas mais ou menos adequada para o seu propósito, embora algumas classificações possam servir a mais propósitos do que outras (Langridge, 2006, p. 17).

Algumas classificações, podemos dizer também em consequência disso, atendem a necessidades ético-político-econômicas de uma ou outra classe mais que outras. No âmbito das bibliotecas, Langridge (2006, p. 19) assevera que o papel da Organização do Conhecimento (classificação bibliográfica) é, de forma simples, “habilidade não apenas para identificar itens de informação específicos e definidos de forma precisa, mas também para demonstrar a completa gama de assuntos disponíveis na biblioteca e suas relações entre si”. Ou seja, a Organização do Conhecimento não é somente para ordenar os livros na estante, mas é ponte entre o conhecimento e as pessoas que deles precisam, na medida em que comunica, dá visibilidade, às unidades de informação que estão disponíveis em determinada coleção.

As bases da Classificação, segundo Langridge (2006), podem ser encontradas na Lógica, de forma geral entendida como ciência que estuda os procedimentos adequados para chegarmos a um raciocínio correto. A Lógica aristotélica, do silogismo, ainda é dominante, ao que nos parece, nos estudos da Organização do Conhecimento no ocidente. No entanto, apontamos que existem outras concepções e sistemas lógicos como a lógica dialética de Hegel, por exemplo. Não é nosso propósito uma discussão aprofundada e/ou uma análise comparativa entre sistemas lógicos diversos, apenas apontamos para a existência.

Já para Maria Requião Piedade (1983, p. 16) “classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. Piedade (1983) está se referindo especificamente à classificação de assuntos para organização de acervos em uma biblioteca, mas podemos reconhecer, como em Langridge (2006), a máxima de divisão pelas diferenças e junção pelas semelhanças. A classe é um conjunto de coisas ou ideias que possuem as mesmas ou várias características. Já as categorias são, para Piedade (1983), as grandes classes, as mais gerais que possam ser formadas.

A Classificação é, por vezes, tratada como Organização do Conhecimento, termo mais popularizado e institucionalizado, que o anterior. Na Enciclopédia da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO, 2022) temos que a Organização do Conhecimento, enquanto campo de pesquisa, prática e ensino, visa descrever, representar, preservar e organizar documentos. Para isso ela desenvolve sistemas de classificação, listas, tesauros e outras formas de metadados.

Ao discutir os fundamentos teóricos da Classificação, Carlos Alberto Ávila Araújo (2006) diferencia as “classificações sociais” daquelas classificações especializadas exercidas por pessoal profissional do campo científico da Organização do Conhecimento, ou seja, das classificações bibliográficas. Para ele, que cita Costa (1997) todos os atos da vida cotidiana, todas as ações no mundo envolvem em algum nível atos classificatórios (Araújo, 2006). A classificação é algo constitutivo de nossas sociedades. Ingetraut Dahlberg (1974) reflete sobre uma perspectiva relatada na qual se acredita que a história da classificação pode ser estendida até os primórdios da humanidade, sua crítica impõe à história da classificação limites, pelo menos até o desenvolvimento de algum tipo de linguagem, visto que linguagem e classificação são interdependentes. Araújo (2006) congrega diversas autorias que de alguma maneira contribuem para entendermos o quando as ações de classificação são indissociáveis da nossa vida social, tais como Peter Berger e Thomas Luckmann, Agnes Heller, Karl Mannheim e Pierre Bourdieu. Cada uma dessas autorias em seus campos e objetos de estudo admitem um processo de classificação, tipificação, significações hierarquizadas, onipresentes na realidade social.

Portanto, as classificações podem ser de diversos tipos (sociais, filosóficas, bibliográficas, etnográficas, sócio-econômicas…), feitas por diversas figuras (filósofas, sociólogas, bibliotecárias, enciclopedistas, epistemólogas) e para diversos fins.

Na história das teorias da classificação, Araújo (2006) aponta a lógica aristotélica como ponto de formulação. As relações de gênero e espécies é um movimento de hierarquização conceitual aplicados por um princípio de classificação, a partir de uma diferença entre os indivíduos. Outra contribuição de Aristóteles é a elaboração dos cinco predicados: Gênero, grupo de indivíduos que possuem

características em comum; Espécie, ser ou coisa que possui uma característica que o diferencia das outras espécies do gênero; Diferença, característica que serve de base para as diferenciações; Propriedade, característica própria de um gênero, mas que não é determinante da classe; e Acidente, característica que não é obrigatória a todos os elementos da classe.) (Araújo, 2006).

Outro princípio relevante da classificação lógico-aristotélica é o da mútua exclusão, ou seja, apenas uma diferença pode ser aplicada ao gênero para divisão. Dado o reino Animal, temos a divisão em dois grandes grupos: Vertebrados e Invertebrados; que leva em consideração a característica de ter ou não ter vértebras. No exemplo anterior, não é possível a divisão do Reino Animal na forma de grupos como Vertebrados, Invertebrados e Mamíferos, visto que a divisão não levou em consideração apenas uma diferença, ou característica de diferenciação. Apesar de mamíferos também serem animais, essa classe não pode ser extraída do elemento diferenciador que deu origem aos outros dois grupos.

A perspectiva metafísica e essencialista da Classificação é dinamizada e atualizada no século XX por Shiyali Ramamrita Ranganathan, em 1937. Em seu *Prolegomena to Library Classification*, ele utiliza como inspiração as dez categorias de Aristóteles para compor as suas “facetas”. No total de cinco, conhecidas como PMEST (Personalidade, Matéria, Energia, Espaço (*Space*) e Tempo). As facetas tomam o lugar das diferenças das lógicas classificacionistas anteriores (Araújo, 2006). Ao invés de uma hierarquização linear, como em um sistema de “chaves”, podemos classificar a partir das facetas e teremos uma dinâmica relacional, cruzada. O *Classification Research Group*, posteriormente, adotou outras facetas, além das gerais propostas por Ranganathan, como: Operações, Processos, Agentes, Partes, Produto Final, entre outras (Piedade, 1983).

Joseph Tennis (2015, p. 245) define a Teoria da Classificação como:

> [...] Um corpo de conhecimento que reflete o processo de construção, implementação, manutenção e avaliação de esquemas de classificação, bem como o ato de classificar documentos. Classificação e esquemas de classificação podem ser definidos de forma restrita ou ampla. Em termos gerais, classificação é a identificação de conceitos e a relação entre eles. Em termos restritos, e para fins de recuperação de livros por assunto, classificação é um conjunto de classes mutuamente exclusivo, conjuntamente exaustivo,

> hierárquico e sistematicamente ordenado (Tennis, 2015, p. 245, tradução nossa).[33]

Para Tennis (2015), as noções de uma Teoria da Classificação, que podem ter por base o trabalho da Organização do Conhecimento em classificações de bibliotecas, por exemplo, devem levar ao emprego das ações de classificação para diferentes tipos de trabalhos de organização. Quer dizer que a teoria da classificação do conhecimento empregada para organização de uma biblioteca pode ser aplicada para construir outros tipos de sistemas de informação, desenvolver outros trabalhos de classificação com outros tipos de documentos. Como nos fala Pombo (1998), não é possível agirmos no mundo sem classificação. Langridge (2006) também possui essa mesma perspectiva, apenas somos capazes de agir e viver em um mundo real devido a toda uma rede de classificações que estruturam a realidade à nossa volta. Essas estruturas ordenadas não são hermeticamente fechadas ou inertes, elas possuem veios em aberto, permitem a atualização cultural e histórica para a transformação da percepção da realidade, para um movimento do próprio mundo, não apenas para representá-lo, mas também para agir nele. A teoria da classificação, portanto, que sustenta a organização do acervo de uma biblioteca, serve de instrumento de transformação da estrutura organizada dos sistemas de informação que dão forma àquilo que percebemos e nos ajudam a formar nossas imagens de mundo.

Os sistemas de classificação universais, ou a proposta de neutralidade dos sistemas de organização do conhecimento têm sido cada vez mais criticados a partir de um posicionamento crítico dos agentes da transdisciplina da Organização do Conhecimento (Martínez-Ávila; Ferreira; Magro, 2015). As classificações que são necessárias e facilitadoras de nossas ações no mundo, muitas das vezes tornam-se perigosas quando implementadas e reproduzidas sem uma perspectiva crítica e pragmática. Na próxima subseção veremos a classificação por uma perspectiva dialética.

---

[33] Do original: *a body of knowledge that reflects on the process of construction, implementation, maintenance, and evaluation of classification schemes as well as the act of classing documents. Classification and classification schemes can be narrowly or broadly defined. Broadly, classification is the identification of concepts and relationship between concepts. Narrowly, and for the purposes of subject-based retrieval of books, classification is a mutually exclusive, jointly exhaustive, hierarchically, and systematically ordered set of classes.*

5.2 Os demônios da classificação em Georges Vignaux

> Como judeu, mandaram-me a Fóssoli, perto de Módena, onde em um grande campo de concentração, anteriormente destinado aos prisioneiros ingleses e americanos, eram reunidas as pessoas pertencentes às várias categorias não gratas ao governo fascista republicano (Levi, 1988, p. 12).

Não há como fugir da organização, ordenação, do mundo ao nosso redor. A vida em sociedade demanda uma classificação geral de fatos, lugares, instituições, costumes, pessoas, objetos, conhecimentos, tempos, tudo está de alguma maneira mais ou menos classificado. Mudar e/ou transformar o mundo é, também, questão de alterar as relações que hoje estão vigentes, para um outro tipo de relação, ou seja, mesmo teorias revolucionárias ou, até mesmo, anárquicas, estão constituídas em uma espécie de classificação. A não-classificação, queremos dizer, o mundo liberto das classificações é um mundo anômico, sem qualquer tipo de pensamento ou conhecimento. Herdar um modo de viver, é também entender e saber lidar com as classificações vigentes. Na seção secundária anterior, vimos a necessidade de termos classificações para conseguirmos ordenar e agir no mundo. No entanto, neste subcapítulo, estudamos como que o mal (governos ditatoriais, nazistas e fascistas, o capitalismo de exploração do trabalhador, a escravidão, os racismos, os "gabinetes de ódio" impulsionadores de desinformação de todos os tipos e impulsionados pelas *big techs*, por exemplo) também se valem de classificações para (re)ordenar o mundo.

Georges Vignaux (1999) fala sobre "O demônio da classificação" perspectiva negativa (no sentido qualitativo do termo) da classificação, contrastando com uma ideia positivista aparente de que toda a classificação, ou que todo o controle, é boa ou que promove benefícios para a sociedade. Ele começa sua argumentação reconhecendo essa "onipresença" da classificação no mundo social.

> Logo que eu penso o mundo, organizo-o, e não posso pensar o mundo sem classificar as coisas ou os fenômenos que, a meu ver, o compõem. Esse é o paradoxo das nossas vidas e das nossas sociedades: tudo se classifica para ser pensado, tudo se organiza para ser comparado e portanto ser categorizado. Desde muito cedo, ficamos a saber que há plantas e animais, que isso organiza a

> natureza e que ela deve ser pensada assim; é constituída pelas plantas, pelos animais e por nós, humanos. Nós humanos estamos divididos em ricos e pobres, feios, maus, bons, jovens, velhos, saudáveis, doentes, etc (Vignaux, 1999, p. 9).

Considerar a sociedade como algo homogêneo, da mesma forma, é rejeitado por Vignaux (1999). Não podemos pensá-la sem considerar as classificações atribuídas às pessoas que se compõe.

> O que sabemos é que temos de nos habituar a pensar a sociedade como organizada por categorias de ricos e pobres, mas também, segundo as novas palavras em uso, de excluídos, de integrados, de competitivos, de inadaptados sociais, de iletrados, de drogados, de suicidas, de isolados nas cidades, de esquecidos no campo, de vencidos ou vencedores, de dinâmicos, de funcionários, de contratados, etc. Eis o fenômeno: já não podemos considerar a sociedade sem imediatamente nos pormos a categorizar os que a constituem, por rendimentos baixos ou elevados, por domicílio fixo ou sem domicílio fixo, por trabalho e salário ou sem trabalho e sem salário, etc (Vignaux, 1999, p. 10).

A problemática exposta pelo autor é de elevado interesse para nós. Mesmo que não se referindo às classificações bibliográficas ou documentais, o que Vignaux (1999) expõe é a realidade organizada a que estamos submetidos pelas classificações que disputam uma espécie de ordenamento discursivo (Foucault, 2014) da realidade. Adiantando um pouco esta discussão para que possamos discutir em completude o que nos diz Vignaux (1999) na passagem citada, vimos que, mesmo na Teoria da Classificação, as classificações são arbitrárias e atendem a uma intenção e objetivo. Essa intenção e objetivo de ordenação não é apenas utilitarista no sentido de fornecer uma ordem útil às coisas, ela é também política, ela age na pólis, (re)produz um sentido para as coisas no mundo a partir das relações tecidas e da nomeação das coisas (Volochinov, 2017; Olson, 2002). O nome, a palavra, o signo, está repleto de carga ideológica, ou seja, ele reflete (referência) e refrata (dá sentido a partir de outros signos ideológicos) as coisas.

Um exemplo simples, com base na citação acima, o nome “drogados”, pode ser usado para nomear uma pessoa que também pode ser classificada de outras formas “usuário de drogas”, ou ainda “dependente químico”. Cada um desses nomes serve para classificar um conjunto de pessoas específicas da sociedade, no entanto, a escolha do emprego de um ou outro nome, não é mera arbitrariedade neutra. O

emprego de um desses termos liga o discurso, o signo, a um conjunto de outros signos ideologizados, e a partir disso o sentido pode ser de “descaso” (um emissor reacionário, provavelmente usaria o termo ‘drogado’, aqui estamos desumanizando, apartando esses indivíduos), pode ser uma espécie de “liberalismo” (aqui não tem o caráter negativo ou de descaso, transmite-se a ideia que a pessoa em sua individualidade e autonomia escolheu ser usuária de drogas, um aspecto utilitarista, ela usa esse objeto “droga”, uma relação indivíduo-objeto). Outro sentido, porém, é encontrado em “dependente químico”, signo ligado a uma formação ideológica que entende o quadro dessas pessoas, não com descaso como relação a ser menosprezada, condenada e excluída da dita “sociedade de bem”, nem mesmo a imparcialidade da visão utilitarista, mas temos uma relação de sentido ligada à saúde pública, de um contexto social, de uma ação de transformação do sujeito doente, intervenção de cura.

Com esse exemplo buscamos demonstrar a seriedade da escolha dos nomes com os quais iremos classificar o mundo, e no contexto da biodocumentalidade, que iremos classificar as pessoas. Acreditamos que a arbitrariedade da classificação deve ser elevada ao nível do compromisso político e ético com a transformação e desenvolvimento da sociedade. Sendo assim, é importante que saibamos analisar como determinadas formações ideológicas nomeiam e classificam as coisas no mundo, para que não caiamos em uma ação de (re)produção das dominações simbólicas vigentes.

Pensar a sociedade de maneira estratificada, em classes, não nos libera, por sua vez, de a pensarmos também como um todo maior que suas partes.

Vignaux (1999) chama atenção para o efeito de antagonização de uma classe contra outra, numa espécie de polarização das posições. Fazer parte de uma classificação, em alguns momentos, e contextos específicos, torna-se uma questão de “identidade minha” hierarquizada valorativamente em relação a “classe tua”. Vemos isso, atualmente e cotidianamente, nos discursos fascistas de extrema-direita contra imigrantes e refugiados, por exemplo. A ideia de “Europa para Europeus” e “América para Amaericanos” (na verdade, “EUA para Estadunidenses”) mobiliza uma ideia classificacionista do ódio que opõe uma classe “os europeus contra os

refugiados e imigrantes” que tentam romper o “mundo ordenado” do “aqui é meu lugar, não é seu lugar”.

> Há um fenômeno de aglomeração em zonas, dentro das quais os indivíduos se categorizam entre eles como iguais, e estas zonas colocam-nos à distância dos que podiam incomodar-nos, começando pelos mendigos que algumas cidades já expulsam dos seus espaços públicos (Vignaux, 1999, p. 13).

Há, portanto, muitos critérios de classificação, elementos de diferenciação ou distinção, postos em ação quando queremos classificar, ordenar, uma cultura, uma sociedade, um espaço. Por exemplo, sexo, gênero, idade, raça, renda, etnia, descendência, fatores biológicos, onde estuda, onde se formou, em que se formou, onde trabalha, onde mora, hábitos de lazer, o que veste, preferência musical, enfim, são inumeráveis. Por uma perspectiva sociológico-simbólica podemos citar a pesquisa de Pierre Bourdieu (2007) acerca das Distinções, ou ainda, a noção de dialética do gosto explorada por Marco Schneider (2015) em uma perspectiva econômico-política da informação. Esses critérios nem sempre são explícitos ou possuem uma materialidade documental, estão muitas vezes dispersos nas ideologias dominantes que formatam os hábitos culturais.

> Sobretudo gostava de fazer compreender que esta história do conhecimento, desde os gregos, não encontrou melhor meio do que, em primeiro lugar, dar uma identidade às coisas, portanto, pensá-las e nomeá-las e a seguir classificá-las, isto é, ligá-las umas as outras, para, finalmente, organizar estas classes de coisas em categorias. Elas são-nos transmitidas como uma espécie de grande memória, umas através da experiência, outras pela cultura, a escola, a tradição ou o meio familiar e social. Desde muito cedo, aprendemos assim que existem plantas, animais terrestres e peixes e aceitamos estas categorias como recortes do mundo. Contudo, estes recortes têm uma história tão filosófica quanto científica. É o que queria aqui explicar. Explicar e mostrar como este desejo da classificação funciona à maneira de uma obsessão de rotular as coisas e os seres, conduzindo até estes racismos vulgares que não são mais do que o medo do Outro, do Desconhecido (Vignaux, 1999, p. 23).

O caráter obsessivo da classificação, a impossibilidade de resistir à vontade de a tudo classificar, é a faceta que Vignaux (1999) deseja demonstrar. Para Vignaux (1999), o processo de agir no mundo depende de um processo de conhecimento, é preciso conhecer a realidade a nossa volta para que possamos com ela interagir, o conhecer é um processo de categorização de por as representações dos sentidos

que atribuímos às coisas em relação umas com as outras. A ideologia, de certa forma, condiciona o sentido das coisas, e, portanto, carrega de efeitos ideológicos aquilo que conhecemos.

Vignaux (1999) em sua exposição analisa uma ideia de construção da realidade a partir da construção de representações daquilo que verificamos na realidade, para isso recorre às ideias simbólicas de Cassirer e do aprendizado cognitivo de Piaget, como se o mundo deslizasse do real para nossas mentes através de palavras e representações mentais.

5.3 Desclassificar as exomemórias, uma proposta possível a partir de García Gutiérrez

Em busca de teorias críticas que nos façam refletir acerca da questão da classificação em Organização do Conhecimento, encontramos a proposta de desclassificação de García Gutiérrez (2007, 2011, 2014, 2014a, 2014b). Analisaremos aqui, a proposta “desclassificacionista da exomemória” trabalhada na obra de García Gutiérrez a partir de uma perspectiva pós-epistemológica para que possamos extrair dela aportes teóricos relevantes para a construção de nosso horizonte conceitual na Organização do Conhecimento, apontando pontos de concordância e/ou concordância parcial em alguns momentos.

A obra de García Gutiérrez, ao nosso ver, se posiciona na relação dialética entre duas temáticas centrais. A primeira seria a memória registrada de nossa história humana, o que ele chama de exomemória, e a outra os processos de Organização do Conhecimento a ela aplicada, em sentido amplo, principalmente naquela da virada tecnológica da informação digital. Há, para ele, um risco na organização desses materiais, uma certa tentação de os ordenar conforme as ideologias ou identidades hegemônicas codificadas em nossa realidade pragmática: “A organização de materiais simbólicos como conhecimento, memória ou experiência é altamente sensível à tentação totalitária de ideologias, identidades,

modelos econômicos e ao controle de códigos hegemônicos" (García Gutiérrez, 2014, p. 9, tradução nossa)[34].

A memória, segundo García Gutiérrez (2003), trata de ações humanas necessárias à construção de sua própria identidade. As tecnologias de informação deram aos cidadãos a possibilidade exponencializada de registrar suas memórias, livros, enciclopédias, dicionários, álbuns de fotografia, filmagens, registros sonoros, monumentos entre outros. No entanto, ele nos chama atenção para a centralização de todas essas formas e formatos no ambiente digital, domínio comum, no contemporâneo, a todos os nossos registros memoriais. Trata-se da unificação dos suportes do registro que facilita a monopolização, domínio e manipulação de nossas memórias por parte das corporações que dominam o ambiente digital (García Gutiérrez, 2003).

O conceito de *Exomemoria* utilizado pelo autor é:

> Exomemória é o termo mais amplo que encontrei para abranger todo o universo simbólico registrado por culturas passadas e presentes, um universo que, a meu ver, é o objeto atual de uma documentação global marcada pela digitalidade. Um termo simultaneamente sensível ao que entendemos por "conhecimento" e "memórias" inscritas, um acúmulo de registros milenares e multiculturais quase insignificante em comparação com o aumento exponencial dos depósitos digitais, uma exponencialidade produzida em um período de tempo cada vez menor (García Gutiérrez, 2011, p. 35, tradução nossa)[35].

Exomemória, portanto, refere-se a todo e qualquer registro escrito de nossa memória cultural. Com isso, García Gutiérrez promove uma maior amplitude do universo de aplicação do trabalho de organização do conhecimento, um alargamento na mesma linha dos neodocumentalistas. Aqui, a área de atuação não está restrita ao conhecimento científico, mas está abertamente proposto aos saberes multiculturais em suas diversas formas de inscrição, em diferentes formatos e

[34] Do original: *La organización de materiales simbólicos como los conocimientos, la memoria o la experiencia es altamente sensible a la tentación totalitaria de ideologias, identidades, modelos económicos, al control de los códigos hegemónicos en suma*.

[35] Do original: *Exomemoria es la denominación más amplia que he podido encontrar para abarcar todo el universo simbólico registrado por culturas pasadas y presentes, universo que, en mi opinión, es el objeto actual de una Documentación global marcada por la digitalidad. Un término simultáneamente sensible com lo que entendemos por 'conocimientos' y 'recuerdos' inscritos, una acumulación de registros milenarios y multiculturales casi insignificante en comparación con el incremento exponencial de los depósitos digitales, una exponencialidad producida en cada vez menor lapso de tiempo*.

suportes. O trabalho da Organização do Conhecimento, portanto, estaria também direcionado às “memorias desapercibidas y subalternas” (García Gutiérrez, 2011, p. 35). Vemos uma perspectiva antropológica, política e ética no pensamento do investigador (García Gutiérrez, 2011).

Em poucas palavras, García Gutiérrez (2007, p. 5, tradução nossa) traduz o conceito de desclassificação da seguinte forma:

> Conhecemos por meio de uma ação classificatória. Sob essa premissa, o mundo nada mais seria do que o resultado de uma operação de ordenação concebida, em primeira instância, pela cultura e pela linguagem. A classificação tem, entre seus muitos significados, um perverso e aparentemente paradoxal: ocultar o conhecimento. Seu oposto, a desclassificação, significaria, consequentemente, seu desvelamento[36].

Conhecer é ação dependente de uma estrutura organizada prévia, não se pode conhecer sem ter acessado e compreendido a classificação, estrutura, do mundo em que vivemos. Essa estrutura organizada não natural, ou seja, construída pela humanidade, não determinada, pode mudar conforme os processos históricos, podemos chamar de cultura, que, para nós, se constrói a partir da linguagem. Portanto, abdicar da classificação, ou da organização do conhecimento, seria abrir mão do conhecimento mesmo, da possibilidade de conhecer, visto que o conhecimento já é em si ele mesmo ação de ordenar o mundo a nossa volta a partir de algumas premissas.

A essa outra perspectiva classificatória, mais ética e politicamente comprometida, um pouco menos representativa-positivista-passiva e bem mais uma alternativa construtivista-crítica-ativa do mundo, podemos denominar, a partir do próprio García Gutiérrez, de *Desclasificación*.

---

[36] Do original: *Conocemos mediante una acción clasificatoria. El mundo, bajo esta premisa, no sería más que el resultado de una operación de ordenación urdida, en primera instancia, por la cultura y el lenguaje. Clasificar tiene, entre sus muchas acepciones, una perversa y de apariencia paradójica: ocultar conocimiento. Su contraria, la desclasificación, significaría, consecuentemente, su desvelamiento*.

> A classificação, milênios antes de se tornar um artefato específico para a organização de repositórios de conhecimento, o que chamamos em outro lugar de "exomemória", já era uma estratégia poderosa do *logos* para ordenar o mundo (*ordo*: arranjo e comando) por meio de demarcações essencialistas e purificações ontológicas, num sonho de universalismo e consistência do qual, somente por um exercício de autovigilância sensível e de vontade emancipatória, conseguirá se livrar parcial e dificilmente (García Gutiérrez, 2014, p. 2, tradução nossa)[37].

Se não podemos abandonar a classificação, García Gutiérrez, ao propor uma desclassificação do mundo, propõe, na verdade, uma outra classificação possível, a partir de outras premissas que não aquelas que a “classificação” como a conhecemos hoje (re)produz. Não se trata de substituir a classificação ou de opor-se à ela, mas de atribuir uma ordem alternativa de mundo que a inclua (García Gutiérrez, 2014). Segundo o próprio pesquisador espanhol: “Classificar esconde, divide e separa, enquanto desclassificar revela, acrescenta e reúne.” (García Gutiérrez, 2014, p. 3, tradução nossa)[38]. Ideias que se corroboram em:

> [...] desclassificar, isto é, desmantelar uma estrutura de ordenação dominante — geralmente hierárquica — implica reclassificar com parâmetros diferentes daqueles dessa estrutura. Consequentemente, desclassificar significaria, em última análise, classificar. Uma diferença poderia residir, atenuando assim a contradição absoluta, na natureza aberta da desclassificação *versus* o caráter oculto e fechado da classificação. (García Gutiérrez, 2007, p. 5, tradução nossa)[39].

Portanto, como podemos verificar na citação acima, desclassificar é, em primeira instância, um processo de classificação. É o desmontar de uma estrutura de ordenação do mundo dominante, hierarquicamente tida como superior às outras visões de mundo, através de uma reconstrução, ou seja, reclassificação. Desclassificar trata de ressignificação a partir de outras classes, outros critérios de

---

[37] Do original: *La clasificación, milenios antes devenir un artefacto específico para la organización de repositorios de conocimiento, de lo que hemos llamado en otros lugares “exomemoria”, ya era una potente estrategia del logos para ordenar el mundo (ordo: disposición y mando) mediante demarcaciones esencialistas y purificaciones ontológicas en una ensoñación de universalismo y consistencia de la que, solo mediante un ejercicio de autovigilancia sensible y de voluntad emancipatoria, logrará parcial y escasamente deshacerse*.

[38] Do original: *Clasificar oculta, divide y separa en tanto que desclassificar desvela, agrega, reúne.*

[39] Do original: *desclassificar, esto es, desmontar una estructura de ordenación dominante - generalmente jerarquista -, implica reclassificar con parámetros distintos a los de esa estructura. En consecuencia, desclasificar supondría, en el límite, clasificar. Una diferencia podría estribar, mitigándose entonces la contradicción absoluta, en el carácter abierto de la desclasificación frente al hermetismo de la clasificación.*

ordenação. É o que Maria Requião Piedade (1983, p. 17, grifo da autora) chama de "característica" definindo dessa forma: "qualidade ou o atributo escolhido para servir de base à classificação ou à divisão chama-se *característica* ou *princípio de classificação* ou *princípio de divisão*", assim também Derek Langridge (2006) se refere ao conceito de "característica de divisão" ou "princípio de divisão" como aquilo que deve dividir o todo em duas ou mais classes mutuamente exclusivas. O que, no fundo, parece-nos, propor García Gutiérrez seria uma tomada de consciência acerca dos princípios de divisão, ou características de classificação, que são tomadas para ordenar o mundo organizado.

Também García Gutiérrez (2007), assim como nós o fazemos, não nega os benefícios da classificação, como exaltam os positivistas sem atentarem-se para efeitos secundários ou colaterais, talvez mais danosos que os benefícios em si. Classificações, de algum tipo, são extremamente necessárias na base do bom funcionamento de tudo ao nosso redor. No entanto, é preciso estar "atento e forte", como na canção de Gilberto Gil e Caetano Veloso, interpretada por Gal Costa, para que não construamos classificações letais, vis, injustas, apagadoras, enfim, tipos de classificação que não promovam a justiça social, a igualdade democrática ou que não despertem politicamente a população para suas verdadeiras necessidades.

García Gutiérrez (2007, p. 6) advoga por uma desclassificação que leve em consideração "categorias abertas" que estejam inclinadas para o "pluralismo lógico, cultural, social ou cognitivo". O que ele preconiza é a junção de conhecimentos como forma de cooperação, em contrário, a classificação opera divisões, a desclassificação união.

> A desclassificação não implica, portanto, neutralidade, objetividade ou assepsia quanto aos conhecimentos e à exomemória que manipula, propriedades das quais, evidentemente, a classificação também não estava isenta, mas sim garantia da persistência de significados, discursos e contextos, no espaço e no tempo, segundo as posições originárias de seus falantes, contemporâneos ou não mais presentes, salvaguardando tanto o respeito à tradição quanto a libertação do futuro (García Gutiérrez, 2011, p. 221, tradução nossa)[40].

A desclassificação, acertadamente ao nosso ver, está consciente da impossibilidade de uma objetividade neutra apregoada falsamente pela teoria da classificação e das transdisciplinaridades da Organização do Conhecimento de uma maneira geral. Pelo contrário, a desclassificação se encontra no pólo da ação politicamente e eticamente interessada na medida em que trabalha pela justiça social simbólica de comunidades subjugadas na organização e consequente preservação de seus saberes.

> Decompomos um mundo factual para lhe impor outra composição; pois cada nova classificação implica primeiro um desmantelamento calculado ou espontâneo da esfera em questão. Portanto, classificar desclassifica, e desclassificar reclassifica: uma diferença reside no compromisso metacognitivo, pluralista e explicitamente subjetivo da desclassificação, em oposição ao automatismo, ao falso objetivismo ou à preferência pela hierarquia do estabelecido por parte da classificação. Esta última nos revelaria apenas um mundo ao custo de ocultar todos os outros (García Gutiérrez, 2007, p. 4, tradução nossa)[41].

A desclassificação impetrada por García Gutiérrez desmantela a unicidade dos edifícios essencialistas e positivistas, sem abandonar algum nível de positivismo por base, visto que a desclassificação é um outro tipo de classificação. O que ele deseja, parece-nos, é a construção de outros edifícios, a própria dialética, contradição entre “exomemórias organizadas”. Aconselha-nos o investigador

---

[40] Do original: *La desclasificación no implica, en consecuencia, neutralidad, objetividad o asepsia respecto al conocimiento y la exomemoria que manipula, propriedades de las que, por supuesto, tampoco estaba exenta la clasificación, sino garantía de la persistencia de significados, discursos y contextos, en el espacio y en el tiempo, de acuerdo a las posiciones originales de sus enunciadores, sean coetáneos o ya ausentes, salvaguardando tanto el respeto a la tradición como a la liberación del futuro*.

[41] Do original: *Descomponemos un mundo de hecho para imponerle otra composición; pues toda nueva clasificación comporta previamente un calculado o espontáneo desmantelamiento del ámbito concernido. Por tanto, clasificar desclasifica y desclasificar reclasifica: una diferencia estriba en el compromiso metacognitivo, pluralista y explícitamente subjetivo de la desclasificación frente al automatismo, al falso objetivismo o a la preferencia por la jerarquía de lo establecido, por parte de la clasificación. Ésta solo nos desvelaría un mundo al precio de ocultar todos los demás.*

espanhol: “Chegamos a inferir, a partir do nosso raciocínio mais geral, que devemos aprender a desclassificar o mundo e usar a contradição como um instrumento eficaz para explicá-lo.” (García Gutiérrez, 2007, p. 6, tradução nossa)[42]. Queremos dizer que a contradição é elemento fundamental para o pensamento de García Gutierrez (2007) visto que só ela será capaz de garantir a pluralidade existente na realidade junto aos sistemas de organização do conhecimento e seus produtos enquanto exomemórias organizadas: “Não só neste texto, mas na minha linha de pensamento dos últimos anos, adotei uma posição de aliança com a contradição” (García Gutiérrez, 2007, p. 7, tradução nossa)[43]. Com a expressão exomemórias organizadas entendemos existir o nível do registro escrito que formam a exomemória de Gutiérrez, em outro nível, produto do trabalho de organização, exomemórias organizadas que tomam forma em diferentes tipos de fontes de informação, cada vez mais aproximadas e impostas pelos modelos digitais.

A contradição, assim como o pluralismo lógico, é base estruturante do pensamento de García Gutiérrez. Para ele, a ação da desclassificação deve privilegiar não o consenso silencioso e obscuro do princípio aristotélico da não contradição, mas, pelo contrário, a contradição deveria lançar luz a elementos contraditórios como parte fundamental de construção da realidade. Seguindo as ideias de complexidade de Edgar Morin, e mesmo citando o conceito de *aufhebung* de Hegel (García Gutiérrez, 2014), o teórico espanhol advoga pelo princípio da contradição. A imposição de um mundo aparentemente homogêneo e não contraditório é enunciado da violência simbólica que a metafísica ocidental não cansa de nos impor, que foi muito utilizada por regimes autoritários e totalitários para suas ações de poder e extermínio.

A contradição que interessa à desclassificação não é aquela proveniente de uma retórica dos enunciados analisados em si mesmos, mas a contradição entre dois ou mais enunciados construídos a partir de cosmovisões distintas e socialmente assimétricas. Aqui temos a pluralidade cultural existente no mundo real, e das análises críticas feitas no universo da Organização do Conhecimento. Temos que

---

[42] Do original: *Llegamos a inferir, de nuestro razonamiento más general, que debemos aprender a desclasificar el mundo y a utilizar la contradicción como un instrumento eficaz para la explicación del mismo.*

[43] Do original: *No solamente en este texto, sino em mi línea de pensamiento de los últimos años, he adoptado una postura de alianza con la contradicción*.

essas cosmovisões culturais traduzidas em exomemórias não são trabalhadas de forma justa nos sistemas de representação de informação. O poder impõe a preferência por organizar exomemórias de algumas culturas dominantes, enquanto subjuga e apaga outras formas culturais. García Gutiérrez (2007), em sua perspectiva antropológica, evoca as teorias da interculturalidade para que possa fundamentar suas perspectivas desclassificacionistas. A desclassificação intercultural na medida em que produz dispositivos de exomemória organizada introduz no mundo dialético elementos de contradição para que se possa, através desse movimento, reconstruir a realidade de forma mais plural.

A visão de García Gutiérrez (2007) expõe uma relação hierarquizada de culturas de conhecimentos e saberes distintas, desde uma lógica ocidental opressora - no sentido das colonialidades epistemicidas violentas que exterminam povos, suas culturas e seus saberes - em que alguns tipos de conhecimento são postos em superfície ao ponto que outros estão submersos e apagados. Há aí uma violência classificatória:

> Se a classificação revela apenas um mundo e, portanto, aumenta a ignorância, a opção é desenvolver estratégias de desclassificação. Assim como um arquivo ou informação é desclassificado para torná-lo público, precisamos desclassificar e revelar a complexidade do mundo para torná-lo mais acessível à compreensão. E isso só pode ser alcançado instalando, em nosso sistema de raciocínio, uma ferramenta metacognitiva — de automonitoramento crítico — baseada no pluralismo lógico, que nada mais é do que a profunda convicção de respeito pelo outro, seja ele contemporâneo, sucessor ou predecessor (García Gutiérrez, 2007, p. 37, tradução nossa)[44].

A proposta de uma desclassificação das classificações impetradas pelo poder a partir do “pluralismo lógico” a que se refere Gutierrez, contra a “dogmática de uma verdade única”, parece-nos uma virada importante, ao mesmo tempo que perigosa, no pensamento classificacionista dos conhecimentos e dos saberes de culturas diferentes. É, por exemplo, a possibilidade de dar-se a conhecer, a partir de um trabalho desclassificacionista, que é para nós uma classificação, culturas

[44] Do original: *Si la clasificación desvela un solo mundo y, por tanto, realza el desconocimiento, la opción es elaborar estrategias desclasificatorias. Del mismo modo que se desclasifica un archivo o la información para hacerla pública, debemos desclasificar y desvelar la complejidad del mundo para hacerlo más accesible al entendimiento. Y esto sólo puede conseguirse instalando, en nuestro sistema de raciocinio, una herramienta metacognitiva - de autovigilancia crítica - basada en el pluralismo lógico que no es más que la convicción profunda del respeto al otro, sea contemporáneo, sucesor o predecesor.*

historicamente subalternizadas, que estão na periferia da epistemografia dominante. No entanto, em tempos hodiernos, em que vemos cotidianamente a reascensão de grupos de extrema-direita, neonazistas e neofascistas, apoiados pelas grandes corporações de tecnologia da informação digital, das grandes plataformas, desafiarem elementos básicos da lógica, da realidade, ao dizerem falsidades, irrealidades e meias verdades, com o objetivo de enganar e dominar, como se estivessem no mesmo nível da verdade, baseados numa falsa visão de "liberdade de expressão" como direito absoluto, parece-nos que temos que ter muita cautela com a noção de "pluralismo lógico". Pontuamos, para fazer justiça ao autor, que, claramente, não é intenção do pesquisador espanhol a defesa de que se possa dizer qualquer coisa em função dessa pluralidade, a proposta de García Gutiérrez (2007), sabemos bem, não é salvo conduto para qualquer coisa, mesmo porque "pluralismo lógico", mesmo que de forma dialética, ainda é, em algum nível, do domínio da Lógica. Portanto, havemos de discutir quais os limites do pluralismo lógico que se pretende, em todo projeto de Organização do Conhecimento têm-se que estabelecer, a partir de decisões ético e políticas, sejam político-sociais ou político-administrativas, uma seleção, um limite, critérios para salvaguardar e não desvirtualizar os objetivos propostos.

Nessa direção, assevera García Gutiérrez (2007, p. 131, tradução nossa):

> Mas mesmo no altruísmo residem as fontes mais ocultas do egoísmo. A atitude mais democrática ou compassiva pode transmitir padrões de dominação e planos perversos de submissão. A desclassificação, portanto, implica uma metavigilância crítica permanente, mesmo na aceitação, para não se corromper pela espiral interminável da desconstrução, das margens de tolerância ao erro e do egoísmo humano[45].

Aqui vemos a preocupação do pesquisador da desclassificação com uma possível instrumentalização de uma ferramenta democrática, como o é a desclassificação para comunidades marginais, em função de interesses antiéticos e em direção contrária à justiça social. Promover a dialética do real em nossos trabalhos de Organização do Conhecimento não significa a aproximação acrítica

[45] Do original: Pero incluso en el altruismo residen los más ocultos resortes del egoísmo. La actitud más democrática o compasiva puede trasladar esquemas de dominio y planes perversos de sumisión. La desclasificación, en consecuencia, implica una metavigilancia crítica permanente aun aceptando, para no viciarse en la espiral sin fin de la deconstrucción, márgenes de tolerancia al error y al proprio egoísmo humano.

daquilo que se pretende representar, o que seria uma nova forma de neutralidade e reprodução impensada da realidade dominante. Pensamos que a todo instante do trabalho classificador, ordenador, indexador e de descrição dos registros escritos, seja no plano digital ou não, deve o sujeito da classificação estar apoiado no pensamento crítico, atento aos efeitos de sua classificação e a que interesses ela se presta. Na verdade, pensamos, a representação das desigualdades sociais, das marginalizações, das explorações, das dominações, das subalternizações, nada mais é do que uma espécie de hiper-realidade, no sentido da "realidade mais real", desvelada das narrativas ideológicas que a pretendem encobrir, separar-lhe do processo histórico.

> Em nosso trabalho, ao mesmo tempo em que criticamos o projeto neoliberal da sociedade do conhecimento, defendemos a necessidade de uma sociedade do conhecimento participativa que respeite a diversidade lógica e cultural. Dois elementos essenciais para isso são: 1) o treinamento metacognitivo dos usuários, ou seja, a plena consciência de registrar ou recuperar a memória em um meio único; e 2) o empoderamento dos usuários, e não apenas o acesso, dos cidadãos na autogestão e na autonarrativa de suas experiências individuais, grupais, comunitárias e sociais (García Gutiérrez, 2007, p. 96, tradução nossa)[46].

A inclusão dos indivíduos e/ou dos grupos representados na construção de suas representações significa uma participação baseada em uma ação ética e política por parte da Organização do Conhecimento. O que se busca aqui é a ideia de representação com o outro, em detrimento da noção de descrição do outro. Aqui estão colocadas as bases da figura de um possível "intelectual orgânico", que veremos posteriormente de forma mais específica, uma espécie de "organizador orgânico do conhecimento", pautado na participação do outro junto aos processos de Organização do Conhecimento. Temos então o postulado das classificações participativas. Se a desclassificação "no convoca clausuras sino aperturas" (García Gutiérrez, 2007, p. 134) temos a responsabilidade ético-política primordial de nosso tempo de responder qual o tamanho dessa abertura, visto que ao se escancarar a

[46] Do original: En nuestro trabajo, al tiempo que criticamos el proyecto neoliberal de la sociedad del conocimiento, defendemos la necesidad de una sociedad del conocimiento participativa y respetuosa con la diversidad lógica y cultural. Dos serían los elementos esenciales para ello: 1) la formación metacognitiva de los usuarios, es decir, ça plena conciencia de estar registrando o recuperando memoria en un singular soporte, y 2) el 'empoderamiento' de los mismos, y no sólo acceso, de los ciudadanos en la autogestión y autonarración de sus vivencias individuales, grupales, comunitarias y sociales.

porta (pós-)epistemológica corremos o risco de alimentarmos ou validarmos “saberes” terraplanistas, anti-vacinas, negacionistas, teocracismos totalitários, como formas de opiniões contraditórias válidas no mundo, como liberdade de pensamento e de expressão, visto que as verdades são resultados de crenças descoladas da realidade. Infelizmente, para esses questionamentos não podemos apresentar de pronto, resposta definitiva, no entanto, pontuamos aqui, preocupações legítimas e urgentes com a responsabilidade que devemos tomar frente à necessária abertura/alargamento de nossos sistemas de Organização do Conhecimento que devem, sem dúvida, se tornar mais plurais.

5.4 O nome próprio na Organização do Conhecimento

Ao contrário da proposta de organizações conceituais em rígidos sistemas de organização do conhecimento, Rodrigo de Sales (2021, p. 13) propõe “abrir brechas nas sedimentadas estruturas deste domínio tão adepto às sistematizações”. Em sua preocupação com os rumos “responsáveis” da Organização do Conhecimento, Sales (2021, p. 14) sugere que ao invés de conceitos, o que se relacionam atualmente na sociedade são “uma pluralidade de signos pertencentes às mais diversas manifestações semióticas”. Enquanto Sales (2021) sugere os videos, os sites, os sons, as imagens aos textos ou objetos digitais, sugerimos aqui, no decorrer da tese, pensar o próprio nome próprio como um documento carente de uma ação da organização do conhecimento. Em sua perspectiva crítica ao modelo vigente das sistematizações para fins instrumentais e instrumentalizados da mera recuperação da informação, Sales (2021) aproxima-se de nossas preocupações com um caráter sócio-político da arte de organizar, da arte de ligar as coisas umas as outras, como maneira de representar o mundo, e o caráter democrático e/ou inclusivo das ações que concretamente estamos agenciando.

Nesse sentido, Gracy Kelli Martins e Gisele Rocha Côrtez (2019) expõem as relações entre a organização da informação e as representações sociais, enquanto objeto de preocupação ética das discussões em Organização do Conhecimento. Martins e Côrtez (2019) apontam para uma responsabilidade social a ser observada por profissionais da Organização do Conhecimento em seus processos de aplicação

de sistemas de organização vigentes quanto com as representações que irá produzir.

Na medida em que pessoas são objetos individuais passíveis de serem descritos por enunciados verdadeiros, podemos dizer que a soma desses enunciados constitui uma certa forma de “conceito individual” para aquela pessoa, conforme explica Ingetraut Dahlberg (1978), esse conceito está posto, nomeado, pelo nome próprio.

Se pensarmos tal como García Gutiérrez (2024), para quem a classificação constrói o mundo a partir dos múltiplos pedaços (dicotomias, partes, classes, subordinações e definições) que produz a partir de uma ideologia dominante, podemos pensar como os processos de produção de classes, ou seja a classificação, lida com os nomes próprios de pessoas.

A todo tempo estamos produzindo classificações para construir uma representação do mundo com a qual possamos agir no mundo, isso constrói o mundo ao nosso redor e constrói a nós mesmos enquanto produtos subjetivos da objetividade real mediada pela classificação imposta a nós. Não somente objetos e conceitos são alvos dos sistemas de classificação, pessoas, através de seus nomes próprios, são processados nas redes classificatórias baseadas na lógica do dominante.

Os nomes próprios são envolvidos em classificações, visto que estão sempre ligados a certo número de descrições conhecidas e consideradas verdadeiras por aqueles que a empregam, não só para identificar a pessoa, mas também para a pôr em um determinado lugar. São, portanto, os nomes próprios “prisioneiros”, tal como afirma García Gutiérrez (2024, p. 21, grifo nosso):

> Somos classificados e treinados pela civilização para classificar, em seu interesse exclusivo, qualquer artefato, **indivíduo**, comportamento, mundo conhecido ou imaginário, presente, passado ou futuro, macro ou micro, material ou imaterial. Mas a classificação, seja qual for seu motor inicial, não vem da realidade, mas de um **poderoso impulso simbólico ávido de colonização conceitual**, categorização, controle e hierarquia que se instala no espaço das representações, mas com efeito em todos os outros espaços. Assim, a representação é um objetivo das estratégias paralógicas e retóricas com as quais opera a desclassificação.

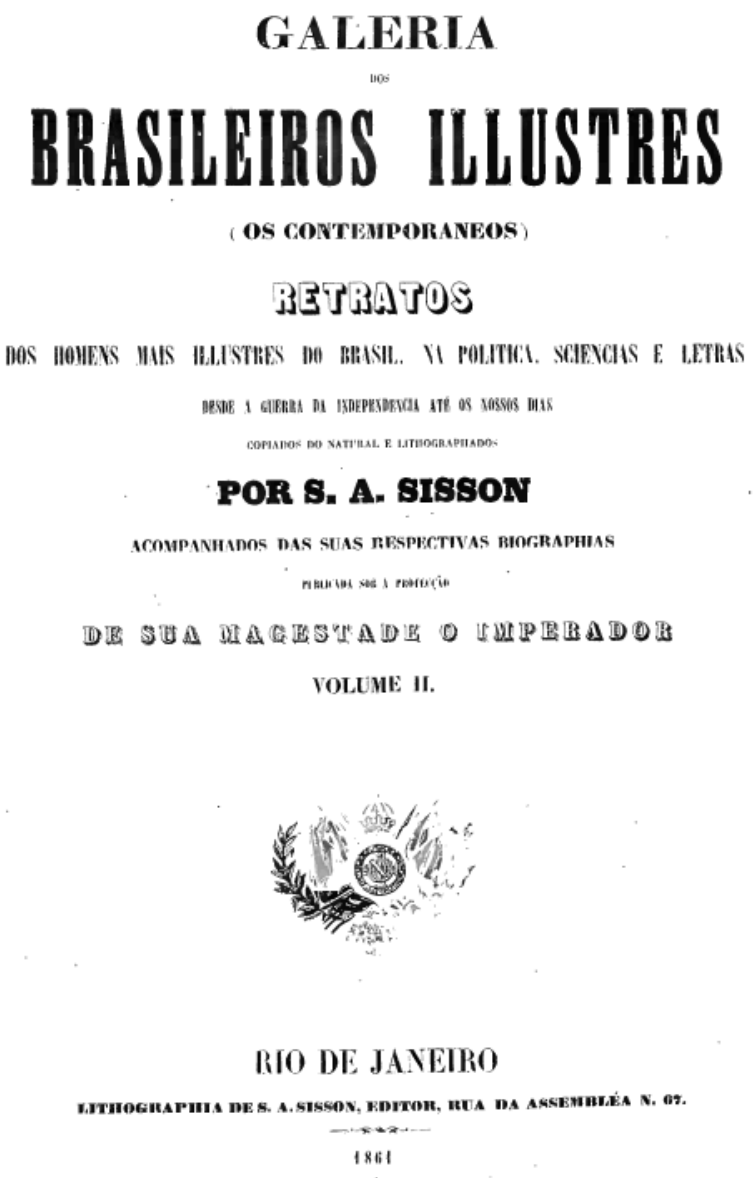
São muitas as classificações que podemos atribuir às pessoas, a partir de muitas visões de mundo ou a partir de distintas lógicas, essas podem ser construídas ou utilizadas para diversos objetivos. O que nos convoca à responsabilidade ético-política pelas maneiras nas quais documentamos os nomes próprios e as vidas que preenchem nossos cenários cotidianos. Ao admitirmos uma nova autoria na coleção de uma biblioteca, por exemplo, isso significa um novo registro de autoridade, um novo nome passível de consulta no catálogo, nova possibilidade de mensagem que pode chegar até o leitor, consulente do catálogo dessa biblioteca. Nesses simples exemplos temos um possível e até provável novo "encontro", uma pessoa leitora que não conhecia determinada autoria ou sua obra, passa a saber da existência de uma pessoa autora com o nome "x" que é o responsável pela obra "y".

Ao tratar da filosofia dos nomes próprios na perspectiva da Organização do Conhecimento, Naira Silveira e Gustavo Saldanha (2015, p. 2) afirmam que a "relação entre nome próprio e representação da informação guarda muito mais elementos que a suposta mera relação de incorporação de um nome em um sistema bibliográfico pode, à primeira vista, vislumbrar". Silveira e Saldanha (2015) apontam diversas formas em que o nome próprio é apropriado pela Organização do Conhecimento para desenvolver suas atividades de ordenação e descrição principalmente das autorias.

Quando tratamos de universos mais complexos, podemos, da mesma forma que uma biblioteca, pensar nas documentações de nomes próprios pelo mundo, a necessidade não só de (re)pensarmos as classes que utilizamos para nomear o mundo, como também os nomes que utilizamos para o representar. Quando nos deparamos com a ideia de um dicionário biográfico de pessoas ilustres, de pessoas

notáveis, e um conjunto flagrantemente ideológico de adjetivos que recortam as multidões de pessoas que poderiam e, talvez até, mereceriam bem mais, por suas lutas, conquistas e legados, figurar nestas listas, temos a produção das classificações, das exomemórias classificadas de pessoas.

Figura 4 - Folha de rosto de “Galeria dos brasileiros ilustres” (1861) por Sébastien Auguste Sisson



GALERIA

DOS

BRASILEIROS ILLUSTRES

(OS CONTEMPORANEOS)

RETRATOS

DOS HOMENS MAIS ILLUSTRES DO BRASIL, NA POLITICA, SCIENCIAS E LETRAS

DESDE A GUERRA DA INDEPENDENCIA ATÉ OS NOSSOS DIAS

COPIADOS DO NATURAL E LITHOGRAPHIADOS

POR S. A. SISSON

ACOMPANHADOS DAS SUAS RESPECTIVAS BIOGRAPHIAS

PUBLICADA SOB A PERMISSÃO

DE SUA MAGESTADE O IMPERADOR

VOLUME II.

RIO DE JANEIRO

LITHOGRAPHIA DE S. A. SISSON, EDITOR, RUA DA ASSEMBLÉA N. 67.

1861

Fonte: Biblioteca Digital do Senado Federal.

Ressaltamos da folha de rosto exposta na figura 4 aquilo que temos alertado acerca dos processos de biodocumentários. A coleção de “homens ilustres do Brasil” forma discursivamente a ideia de “brasileiros ilustres” como explicitado na referida

folha de rosto. Demonstra-se como o discurso biodocumentário se constrói com base em ideias de quem sejam as pessoas ilustres, no caso específico temos, ainda, a indicação de que esses nomes, essas pessoas e suas biografias, foram retirados do campo da política, das ciências e das letras.

Ainda sobre o método, Mostafa (1986) critica a ideia de uma informação imóvel, ou imobilizada por uma representação, por sua organização, como se fosse uma forma de lhe dar fixidez. Na verdade, ao tratarmos o documento, ao pôr-lhe em relação com outros, ao apresentarmos uma ordenação ao público e facilitarmos o seu acesso para consumo, estamos de forma consciente ou não, trabalhando em prol de uma certa (re)produção de um dinamismo cultural. O trabalho da Organização do Conhecimento como "animadora cultural" está justamente no poder de iluminar, relacionar, fazer circular, documentos e informações, de forma pensada, planejada, ou seja com uma "finalidade teleológica", se nos permitem o pleonasmo. Produzir a documentalidade, a práxis documentária, construir o ordenamento das informações e dos documentos, dar ao público uma visão de mundo a partir da organização dos conhecimentos e dos saberes, é uma transformação dos meios de trabalho, ou seja, é uma espécie de reformulação daquilo que sustenta nosso conhecimento, aquilo que pensamos e fazemos do mundo.

> Não é necessário mencionar as elites e o elitismo das ciências espelhado nas leis bibliométricas para mostrar o imobilismo com que se coloca o cientista de informações em face de seu objeto. A ciência da informação entende e estuda a informação como uma categoria fechada, imóvel, fixa. O cientista da informação também se percebe imutável e imobilizador. É imutável quando mostra-se insensível às elites culturais, construindo a sua ciência de forma a perpetuar as elites das ciências. **De intelectual orgânico das elites culturais**, o cientista de informações precisa vislumbrar o seu **papel de organizador da nova cultura**, **onde as elites desaparecem para que a grande massa de simplórios ascenda a uma filosofia de vida superior, porque organizada, coerente, crítica**. Tarefa para muitas gerações (Mostafa, 1986, p. 196, grifo nosso).

Mostafa (1986) está criticando o caráter neopositivista do trabalho biblioteconômico ao restringir-se às ciências. Para a Mostafa do materialismo-histórico, a pessoa que trabalha com Organização do Conhecimento não pode estar restrita às elites científicas, nem mesmo às elites culturais já consolidadas, representantes que são da hegemonia cultural dos dominantes. Mas,

considera que o trabalho daquilo que ela chama de “cientista da informação” se calca na noção de Gramsci (que trabalharemos em capítulo posterior) de “intelectual orgânico”, enquanto “organizador da nova cultura”. Essas categorias que classificam pessoas como “intelectuais”, “elite”, “massa de simplórios” é interessante para nós, na medida em que o objeto de estudo desta pesquisa lida com elas para determinar as pessoas autoras ou as pessoas-documento (conceito a ser discutido na seção acerca da Biodocumentação) que devem compor uma coleção biobibliográfica ou biodocumental. Organizar a nova cultura, acreditamos, em relação a nossa pesquisa, perpassa, também, pela biodocumentalidade dos intelectuais orgânicos subalternizados e marginalizados pela hegemonia cultural dos intelectuais tradicionais representantes das ideias da elite dominante.

Portanto, organizar a produção de novas biobibliografias ou novas biodocumentalidades, a partir de um pensamento crítico, visando contribuir com a transformação da hegemonia cultural vigente, por uma outra mais “coerente e crítica”, é a teleologia que nos anima. A produção e circulação dessas fontes de informação biodocumentárias, acreditamos contribuir para a transformação da realidade de dominação que observamos no mundo atual. Em que as elites intelectuais, no sentido de um recorte daquelas pessoas intelectuais que ofereciam sentido para nossa realidade, que assumiam uma responsabilidade histórica, política e cultural, baseada em um compromisso ético com a classificação de pessoas que representavam, foram gravemente e preocupantemente substituídas por outras figuras que influenciam sem o menor pudor, caráter e/ou compromisso. Os novos *influencers*, em sua maioria, e, principalmente, aqueles impulsionados pelas *big techs*, grandes conglomerados privados de distribuição de informação em massa, por representarem os interesses de uma minoria (quantitativa) dominante em detrimento de uma minoria (qualitativa em relação às relações de dominação material e/ou simbólica), passaram a substituir a figura dos intelectuais orgânicos, das lideranças de movimentos sociais ou ainda daquelas pequenas lideranças locais ou regionais.

O trabalho biodocumental que se espera organizar, a partir de nossas discussões nesta tese, acreditamos, contribui para a retomada do impulsionamento (circulação) dos nomes próprios, das biografias e das ações/feitos (legados)

daquelas figuras realmente necessárias ao despertar da consciência, à liderança das classes dominadas à sua verdadeira liberdade econômica, cultural e política, ou seja refletida, coerente com suas condições e que faça representar e solucionar as suas necessidades. Acreditamos, em resumo, que a falta de lideranças orgânicas, enquanto representantes dos interesses e necessidades das classes hipossuficientes, é, na verdade, um apagamento dessas personalidades, ou ainda, um falseamento estratégico, planejado pelos dominantes das fontes de informação de seus nomes e de suas propostas (falas, discursos, atos, feitos, experiências). Acreditamos que fazer circular outros nomes próprios, com suas vidas e suas obras, para além daquela elite tradicional imposta pelas relações de poder dominantes, possui a potencialidade de fazer aparecer, de dar a conhecer, de iluminar, um conjunto de pessoas intelectuais orgânicas capazes de reunir e representar os interesses dos dominados na forma de uma atuação política ou cultural. Reacendendo, portanto, na sociedade, a figura do intelectual, do líder político orgânico, em detrimento dos *influencers* das autoridades cognitivas tradicionais ou desnecessárias no plano ético, dado este foco substituído pelo princípio do lucro e não nas consequências sociopolíticas dos atos de influência, tendo em vista sua superficialidade, trivialidade, banalidade, que serve aos interesses dominante na medida em que distraem a massa dominada, os distanciam da sua força de transformar as relações sociais vigentes, os afastam do caminho crítico, de percepção e conscientização de suas reais condições e interesses. Por isso, advogamos pelo impulsionamento, a partir do trabalho biodocumentário, pela circulação de outros perfis, outros nomes próprios.

> Teria Marx descuidado da circulação? Claro que não. É que para Marx a demanda efetiva é apenas em parte uma questão do desejo dos consumidores. E isso é válido também para as coleções das bibliotecas. A procura já é determinada pela distribuição de renda. Se o valor da mercadoria depende dos interesses individuais, há que pressupor uma distribuição de renda justa para que todos tenham a chance de acessar igualmente, quer os produtos, quer os livros. Sendo esse pressuposto falso, não há como fugir da esfera da produção (Mostafa, 1986, p. 199).

Como sabemos, desde Marx, os meios de produção não são de todos, ou seja, aqueles que produzem não são os mesmos detentores dos meios de produção, estão alienados daquilo que produzem. Da mesma forma podemos entender toda a

dinâmica dos livros e das bibliotecas, o meio de produção de um livro, por exemplo, é propriedade privada das editoras, e, mais recentemente, de grandes conglomerados como o *Kindle Direct Publishing* da Amazon. Sendo assim, aquilo que se publica, aquilo que se promove, aquilo que circula de forma facilitada, está condicionado à escolha dos detentores do capital editorial, digamos assim. Da mesma forma a Biblioteconomia neopositivista, segue uma ideologia de mercado em relação a seus produtos (coleções, catálogos, fontes de informação), o valor está na aferição da demanda do consumidor. Ora, a massa de consumidores estando em condição de dominados culturalmente, são capazes de definir de forma consciente e crítica suas verdadeiras necessidades de leitura, de informação ou documentação? Acreditamos que a resposta à pergunta é negativa. Além da determinação ideológica verticalizada por uma superestrutura daquilo que deve ser produzido, há dialeticamente a determinação daquilo que deve ser consumido culturalmente.

> A ciência da informação não nega a exploração cultural. Apenas a reputa inevitável. Dizer que em qualquer estoque há uma parte mais utilizada que as demais está correto. Na padaria há um pão que sai mais do que os outros. Esta é uma regra de estoques inquestionável. Assim também nas bibliotecas. Bradford está correto: a distribuição da produtividade de revistas científicas é legítima, mas a produtividade de pessoas e ideias é que merece mais cuidado. **Quando uma ideia sai mais do que as outras (um autor, um grupo de autores), aí é necessário verificar até que ponto essas ideias são representativas das necessidades da maioria.** Se assim for, não há porque falar em elites como algo que se sobrepõe às maiorias. Ninguém vai contestar a legitimidade das vanguardas. Contestar-se-á e, veementemente, a imposição das elites (Mostafa, 1986, p. 199-200).

Sobre “necessidade de informação” em uma perspectiva ético-informacional complementar à ideia de Mostafa (1983, 1986) temos a proposição de Marco Schneider (2019) acerca da Competência Crítica em Informação em sete níveis (CCI/7). Em seu terceiro nível, encontramos a indicação de uma “necessidade de questionamento da própria noção de necessidade informacional, por parte de mediadores e usuários da informação” (Schneider, 2019, p. 104).

A Organização do Conhecimento em sua vertente crítica deve questionar essa ideia de valor pela demanda da mercadoria, tendo em vista o nível de dominação cultural em que se encontram nossas pessoas leitoras. Enquanto pessoas intelectuais orgânicas que desejam criticamente organizar a nova cultura

coerente, justa, crítica e libertária, que nos falou Mostafa (1986), as pessoas profissionais da Organização do Conhecimento devem refletir, em seu compromisso ético-político-histórico, sobre o que é realmente a necessidade de informação e documentação, necessidade cultural, filosófica, política, social e econômico-político para seu público. Não se trata aqui de uma nova forma de dominação da pessoa bibliotecária que dita aquilo que deve ser lido ou consumido, ou produzido, mas uma construção orgânica entre Organização do Conhecimento e comunidade necessitada de seus trabalhos.

Em seu livro “O que é ideologia?”, a filósofa brasileira Marilena Chauí (2001) trata de refletir sobre o conceito bem como a apropriação histórica do mesmo junto a alguns pensadores do campo marxiano. A noção de ideologia é fundamental para entendermos como pode a linguagem interferir na interpretação que fazemos da realidade, as leituras de mundo como diria Paulo Freire. Tendo o nosso trabalho o foco em estudar a Biobibliografia por um foco sócio-político, entender como a ideologia funciona a partir da linguagem nos remete a pensar como podemos trabalhar os instrumentos biobibliográficos, e, por consequência, todos aqueles trabalhos de Organização do Conhecimento, para agir ativamente na (re)construção ideológica cotidiana em nossas ações de linguagem. Essa (re)construção é necessária, tendo em vista o aferimento das “lacunas” ideológicas do espírito capitalista, neoliberal e de extrema-direita que se apoderam do mundo nesse momento. Como temos verificado, esse tipo ideológico tem produzido desigualdades, injustiças e sofrimentos econômico-materiais bem como simbólicos (na preservação da memória e na representação das materialidades informacionais identitárias subalternizadas). O estudo da ideologia, portanto, serve-nos como ponto de inflexão, de resistência e de trabalhar pela transformação do *status quo*.

Como início da discussão da noção de ideologia em Chauí (2001, p.5) temos:

> Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tornar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas.

Pode-se verificar de antemão o enlace entre as noções de ideologia e realidade. Esta última deve ser percebida através de seu movimento histórico

dialético, ou seja, os processos históricos de construção da realidade em que vivemos, não sendo esta algo natural, nem causa de nossas ações, mas, pelo contrário, a própria realidade enquanto já produto de um processo histórico. Chauí (2001) chama atenção para como algumas imagens modernas estão diretamente ligadas à realiadade histórica ideologizada, podemos dizer. Vejamos o exemplo oferecido pela própria filósofa, a noção de “Liberdade”, ou ainda, de “Pessoas Livres” encontra em cada formação histórica uma conformação diferente. Se na Antiguidade existia uma ideia de “liberdade”, na sociedade burguesa capitalista, como nos diz Chauí (2001), temos a ideia de “trabalhadores livres” para vender sua força de trabalho para o capitalista que detêm os meios de produção. Ora, a ideologia capitalista liberal se apresenta na medida em que percebemos que para esse trabalhador, dito “livre”, não há nenhuma liberdade na medida em que ele é, por força do modelo capitalista vigente, explorado em sua força de trabalho, na medida em que ele é alienado dos bens de consumo que ele mesmo produz.

Chauí (2001) nos mostra que as aparentes certezas incutidas em nós pelo regime dominante, visto que não se pode dominar sem o controle cultural, têm seu sentido, seu significado, apoiado na própria ideologia. A realidade não é constituída de coisas em si, como que encadeadas umas após as outras, o mundo não é a soma de suas partes, para nós o mundo transcende à essa equação matemática lógico-positivista. Cada coisa no mundo possui um sentido apoiado em outra coisa que está fora dela, são as funções simbólicas no mundo.

> O real não é constituído por coisas. [...] o simples fato de que essa ‘coisa’ possui um nome, que a chamemos ‘montanha’, indica que ela é, pelo menos, uma ‘coisa-para-nós’, isto é, algo que possui um sentido em nossa experiência (Chauí, 2001, p. 7).

Ao nos relacionarmos com o mundo a nossa volta, ao tentarmos desvendar seus mistérios, ou seja, conhecer o mundo, estamos a todo momento nomeando-o, recortando-o a partir de palavras, de nomes. Há na intenção de conhecer um movimento que recorta aquela elevação verde que observo da minha janela e a reconhece como “montanha”. A partir desse primeiro recorte tenho uma “coisa-para-nós”, ela não é mais a “coisa-em-si” em um mundo homogêneo. Dessa forma posso tecer proposições sobre a “montanha”, posso coletar dados sobre o que acontece naquele lugar, do que ela é constituída, posso modificá-la, enfim, ao

conhecer e nomear aquele conjunto de terra elevado que havia avistado posso trabalhá-lo de diversas formas. Porém, como sabemos, o que nós somos, aquilo que já possuímos em nossa forma de ver o mundo, a depender das ferramentas cognitivas e culturais que construímos para nós, podemos significar, atribuir sentido para a montanha de formas diferentes. A forma como os povos Guajajara e Crenaques, por exemplo, significam “a floresta” é extremamente diferente do sentido atribuído a ela por madeireiras ou grupos agropecuários extrativistas. No exemplo da montanha, posso ver nela a morada de uma divindade, a possibilidade de descobertas medicinais ou um empreendimento capitalista.

> Assim, a montanha não é coisa, mas relação econômica e, portanto, relação social. [...] Não há de um lado, a coisa-em-si, e, de outro lado, a coisa-para-nós, mas entrelaçamento do físico-material e da significação, a unidade de um ser e de seu sentido, fazendo com que aquilo que chamamos ‘coisa’ seja sempre um campo significativo. (Chauí, 2001, p. 7).

A coisa-em-si e a coisa-para-nós são uma unidade construída a partir de nossas “visões de mundo”, podemos dizer, a grosso modo, ou ainda, das formas de enxergar o mundo a que fomos submetidos. As coisas são, portanto, realidades culturais historicamente e socialmente construídas. São:

> [...] seres culturais, campos de significação variados no tempo e no espaço, dependentes de nossa sociedade, de nossa classe social, de nossa posição na divisão social do trabalho, dos investimentos simbólicos que cada cultura imprime a si mesma através das coisas e dos homens (Chauí, 2001, p. 7-8).

É importante perceber uma superação da dicotomia entre o real sensível (empirista) e o real da consciência (idealismo). Aqui vemos o real se construindo a partir de um movimento histórico dialético de atribuição de significados a partir de nossas relações sociais entre nós e com o mundo. A depender de nossa posição histórica, cultural e social no mundo estaremos dotados de certas “ferramentas do sentido”, aquelas utilizadas para perceber e construir o mundo simbolicamente a nossa volta. “A história é práxis” (Chauí, 2001, p. 8), ou seja, a unidade entre os agentes (e suas condições), as ações e os produtos.

> A história não é sucessão de fatos no tempo, não é progresso das ideias, mas o modo como homens[47] determinados em condições determinadas criam os meios e as formas de sua existência social que é econômica, política e cultural (Chauí, 2001, p. 8).

A existência social, ou seja, a humanidade em sua relação consigo mesma, revela a construção das representações do mundo, a história dessas representações pode ser entendida, portanto, como a própria história do movimento dialético humano em relação a si mesmo e ao mundo que ele transforma. Além de buscar fixar e reproduzir seu modo social de existência, a humanidade sempre buscou gerar ideias e representações que explicassem o real, que desse significado às ações, às formas e ao estágio vigente de relações sociais. Isto se dá em diversas dimensões da vida humana, culturalmente, religiosamente, intelectualmente, economicamente e politicamente. Em todas as esferas de vida temos a formação de ideias para explicar o real vivido e construído historicamente por forças dialéticas. Na medida em que essas representações dão sentido à realidade, na medida em que se produz da realidade uma imagem, uma imitação, gera-se o apagamento da realidade mesma, há um processo de mascaramento do mundo, escondem dos sujeitos as próprias relações históricas e materiais que deram origem a esse estágio. “Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia” (Chauí, 2001, p. 8).

A ideologia mascara a realidade fazendo-a parecer lógica, indubitável, necessária, aquela que não podia não-ser, a mais evoluída, a melhor, a mais justa até aqui, estágio final do progresso qualitativo da vida humana. A ideologia faz parecer para os sujeitos imersos nessa realidade que este modo de vida é único, que não há outro modo de vida que não nos pareça “estranho”. No entanto, ao desbravarmos as “lacunas”, como nos diz Chauí, aquilo que a ideologia esconde de nós, percebemos a possibilidade do devir, ou seja, a possibilidade de transformação do mundo a partir de nossos agenciamentos, de nossas ações e daquilo que produzimos materialmente e simbolicamente para representar o mundo. Ao sermos capazes de produzir nossas próprias condições e relações de existência através do trabalho, a humanidade se distingue dos seres naturais para se identificarem com

[47] Chamamos atenção para o fato de a noção “homem” utilizada por Chauí (2001) referir-se na verdade a humanidade, essa ocultação do todo por sua parte é produto da ideologia machista que coloca a figura masculina como hierarquicamente superior na história da humanidade.

um ser social historicamente determinado. Essa transformação, inclusive, podendo ser radical - no sentido de completo ou total - a partir de grandes revoluções, ou de forma parcial a partir de reformas.

O conceito de ideologia possui, ele mesmo, sua própria história, tendo sido trabalhado por teóricos como Auguste Comte para quem o termo refere-se ao conjunto de ideias (teorias) de uma época e Durkheim para quem ideologias são ideias pré-científicas, subjetivas e/ou vulgares (Chauí, 2001). Mas é no conceito marxista de ideologia que Chauí centrará sua reflexão. Em sua obra ela faz um rico apanhado das ideias de Friedrich Hegel, filósofo alemão do idealismo, que trabalha conceitos de aplicação e implicação direta para o trabalho marxista e marxiano posterior, como as noções de *aufhebung*, de Estado, de contradição, de espírito, de moral, de mediato e de imediato, por exemplo. Chauí (2001) também resume as ideias fundamentais de Karl Marx e Friedrich Engels, como classes sociais, valor, trabalho, luta de classes e fetichismo. Não abordaremos esses conceitos de forma justa neste trabalho, visto que não faz parte de nossos objetivos ou diretamente de nosso referencial teórico, apesar de claramente orbitarem as discussões que estamos realizando. Nosso propósito central é tratar da noção de ideologia para que possamos trabalhá-la em conjunto com a questão de nossa pesquisa.

O espírito capitalista que assombra o mundo em suas contradições e desigualdades é formado pelo modo de produção capitalista que estabelece a propriedade privada dos meios de produção dos bens de consumo necessários à sobrevivência, alienando os trabalhadores daquilo que eles mesmos produzem. A divisão do trabalho é uma das características deste regime de exploração da força de trabalho, único bem que resta à classe trabalhadora. Podemos interpretar a divisão do trabalho como a secção entre trabalho material e trabalho espiritual, como nos diz Chauí (2001). Os intelectuais enquanto trabalhadores da dimensão espiritual do trabalho produzem suas ideias como se essas fossem naturalmente descobertas.

> Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de ideias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores - os teóricos, os ideólogos, os intelectuais - não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. [...] As ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados - aqueles que estão fora da

> produção material direta - mas como entidades autônomas descobertas, por tais homens.

Sobre a questão dos intelectuais, trataremos mais à frente da noção de intelectuais orgânicos tal como preconiza Antonio Gramsci. Essa relação entre intelectuais e a ideologia, ou ainda entre os intelectuais e o desvelamento daquilo que a ideologia oculta, parece-nos ponto importante se queremos entender a Biobibliografia enquanto sistema de representação e organização de informações biográficas e bibliográficas de autores, ou autoridades do conhecimento ou dos saberes dentro da realidade social capitalista e suas contradições. Também a noção de autoridade cognitiva debatida por Maria Nélida González de Gómez no âmbito da Ciência da Informação será tratada na seção acerca da práxis biodocumentária, enquanto baliza de seleção a essas atividades. O interesse é entender o que são esses intelectuais orgânicos ou essas autoridades cognitivas e o papel político-social da Biobibliografia para sua representação.

Voltando à Ideologia, ela faz com que o Estado Burguês seja interpretado como o Estado de Direitos Civis, de sujeitos livres, dotados de direitos, um Estado impessoal, sem tomar partido deste ou daquele indivíduo. Esse efeito se produz a partir do ocultamento das engrenagens de produção da vida, da exploração do trabalho, das desigualdades econômicas, das lutas entre classes, das interseccionalidades, das opressões e aniquilamento cultural e da memória de nossas etnias heterogêneas. A ideologia burguesa reveste esta realidade com uma outra aparente, com lacunas, com coisas-não-ditas (Chauí, 2001).

A ideologia podemos dizer, portanto, a partir da leitura de Chauí (2001), é a dissimulação da realidade objetiva, em que a teoria vem desvendar os processos históricos, ou seja, explicar a realidade a partir das relações sociais que a produz. Já a história enquanto processo prático em que os homens estabelecem essas mesmas relações sociais, modificam a natureza, se dividem em classe, determinam a si mesmos em seu movimento de trabalho, criam instituições e representações de seus modelos de vida. Sendo a ideologia esse processo de ocultamento, ela é meio de dominação, ao não dizer tudo que há para dizer sobre a realidade a ideologia é método de enganar, de manter uma espécie de ficção, um mundo de sentidos e

significados aparentes. A ideologia aliena o sujeito da realidade ao negar-lhe o reconhecimento das relações que produzem essa mesma realidade.

O que torna a ideologia necessária ao Estado Burguês, segundo Chauí (2001), é a luta de classes, dominação de uns sobre os outros, sendo a missão da ideologia ocultar essa luta de classes, preservar e reproduzir o modelo da dominação. Lidando diretamente com a subjetividade dos sujeitos alienados da realidade, a ideologia faz com que eles acreditem conhecer o todo da sua existência ou da realidade que os cerca, não duvidando eles, portanto, de que não há lacunas, não há relações obscuras nos modos de produção da vida e de construção da realidade. E isso se dá, repetimos, a partir dos, múltiplos e interseccionais a nosso ver, processos de dominação: “A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes” (Chauí, 2001, p. 35).

A ideologia da classe dominante se impõe ao dominado como uma forma natural e única de produzir e significar o mundo real. Para isso há um esforço ideológico para fazer com que os dominados se percebam dotados de características comuns e homogeneizantes, ou seja, os sujeitos subalternizados não podem perceber as diferenças de classe, devem acreditar que têm iguais condições que os sujeitos da classe dominante (Chauí, 2001). O dominado, na realidade, não está em igualdade de condições materiais ou espirituais perante o dominante, o dia para eles não tem a mesma quantidade de tempo livre, não tem as mesmas facilidades e/ou dificuldades, certos elementos produtos da exploração e da opressão não fazem parte do cotidiano de ambos. São essas verdades sociais que a ideologia funciona para ocultar, às vezes resumida muito didaticamente em bravatas como “o dia tem as mesmas 24 horas para todos”, o que sabemos não ser verdade.

As ideias aparentes que a ideologia dominante impõe aos sujeitos dominados são percebidas como ideias comuns, naturais, completas, inequívocas, imparciais e únicas. A luta de classes contra a opressão e dominação precisa apresentar outras ideias, as ideias dos dominados como formas universais (Chauí, 2001).

Chauí (2001, p. 47) mostra ainda como a violência simbólica dos dominantes “elimina sua memória [a do dominado] fazendo com que se lembrem apenas dos

fatos dos vencedores [os dominantes]". Aqui vemos uma menção a história dos "grandes feitos" dos "grandes homens" - aqui, justifica-se o uso do termo, tendo em vista que a nossa história ocidental, construída por nós, possui largas bases no machismo, produzindo uma história de homens contada por homens em sua grande parte. "História dos 'grandes homens', dos 'grandes feitos', das 'grandes descobertas', dos 'grandes progressos', a ideologia nunca nos diz o que são esses 'grandes'" (Chauí, 2001, p. 47). Em uma passagem próxima, verificamos:

> No entanto, o saber histórico nos dirá que esses 'grandes' agentes da história e do progresso, são os 'grandes e poderosos', isto é, os dominantes, cuja 'grandeza' depende sempre da exploração e dominação dos 'pequenos'. Aliás, a própria ideia de que os outros são os 'pequenos' já é um pacto que fazemos com a ideologia dominante (Chauí, 2001, p. 47).

A dominação ideológica, podemos concluir, se dá também através da memória registrada, da construção simbólica das classes notórias, ilustres, memoráveis, fazendo, na verdade, conhecer os dominantes e ocultando outras personagens da história humana. Se com Buckland (1991) podemos entender que as coisas podem ser informativas e seguindo as noções de Ideologia estudada, compreendemos que aquilo que percebemos como informação em documentos, se nos deixamos levar pela ideologia dominante, por posições ditas neutras ou acríticas, só podemos perceber e significar o documento a partir da concepção ideologicamente dominante.

A dominação simbólica, por sua vez é noção bem trabalhada por Pierre Bourdieu. Em seu livro acerca do poder simbólico, Bourdieu (1989) começa por investigar algumas proposições teóricas sobre o simbolismo. Tratando de explorar noções como "sistemas simbólicos como estruturas estruturantes" e "sistemas simbólicos como estruturas estruturadas", noções que são frutos de duas correntes teóricas distintas. A primeira noção leva em conta a tradição neokantiana de Humboldt e Cassirer, são os universos simbólicos que funcionam como "instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como 'formas simbólicas'" (Bourdieu,1989, p. 8). As formações simbólicas (arte, religião e língua, por exemplo) servem para estruturar, dar sentido ao mundo ao nosso redor, são as estruturas estruturantes do mundo. A segunda noção relativa às estruturas estruturadas, estão no âmbito do estruturalismo, são meios de comunicação, como a

noção de língua em Saussure que a trata como um sistema estruturado, onde a palavra deve ser analisada de acordo com a estrutura da língua. A análise dessas duas formas simbólicas, estruturadas e estruturantes, promovem a primeira síntese de Bourdieu (1989, p. 9):

> Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) [...]

O simbolismo não exerce apenas uma função de comunicação ou de conhecimento do objeto-mundo, mas exerce sobre ele também uma função de construção e/ou de produção de sentido. Bourdieu (1989, p. 10) diz: “autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas”. Como são dispositivos que estabelecem certa “integração social”, os símbolos tornam possível uma ideia de consenso acerca do sentido atribuído ao mundo social, por sua vez esse consenso produzido ampara a perpetuação, reprodução, de uma ordem social estabelecida. O poder simbólico é um tipo de poder invisível, não físico, mas materializado nas relações sociais e exerce sua força no reforço do sentido atribuído ao mundo social, fundamentando a reprodução social. Opera, portanto, no mundo das ideologias, a partir das estruturas estruturantes e estruturadas, na medida em que cimenta o sentido estabelecido para o mundo social. Sobre as ideologias, diz Bourdieu (1989, p. 10-11):

> As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

Essas produções simbólicas, diz-nos Bourdieu (1989), são instrumentos de dominação. Bourdieu (1989), a partir da tradição marxista que privilegia a função política, ou ainda econômico-política, em seus estudos, privilegia as dinâmicas de dominação do poder simbólico em detrimento de suas funções comunicativas e de conhecimento. Essa dominação se relaciona à ideia marxiana de ideologia. Servindo como espécie de ficção, a ideologia cria uma aparente integração da sociedade, como se todos estivessem nela representados, essa falsa consciência fundamenta uma falsa legitimação da ideologia dos dominantes. A cultura dominante precisa desse efeito ideológico para que possa sustentar as distinções hierarquizadas na sociedade. Ou seja, sem o efeito ideológico, as classes dominadas iriam se rebelar contra a estrutura de poder que os domina. Por isso, os dominantes precisam que as ideologias funcionem e gerem seus efeitos enganadores junto às classes subalternizadas, roubando-lhes a oportunidade de tomar consciência de suas verdadeiras condições sociais, culturais e econômicas, na medida em que acreditam estar representados na ideologia do dominante e que esta é legítima e inevitável. A função de comunicação das formações simbólicas, explora Bourdieu (1989), esconde sobre si a função de divisão, distinção, hierarquização das classes que compõem o mundo social. A partir dessa classificação hierárquica as culturas se transformam em “subculturas” na medida em que se distanciam da cultura dominante.

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (Bourdieu, 1989, p. 11).

Aqui vemos delinear-se as ideias de “dominação simbólica” e de “violência simbólica”. Na medida em que cumprem suas funções de comunicação e de conhecimento, os instrumentos simbólicos exercem uma função política de dominação ao imporem o sistema simbólico ideologicamente alinhado aos interesses da classe dominante, à replicação de sua imagem e de sua cultura para todas as classes sociais. Podemos aqui pensar nas fontes de informação produzidas, na hierarquização de uma sobre as outras, no conhecimento que efetivamente são

preservados e comunicados nas enciclopédias, na linguagem formal, estruturada, que os dicionários oficiais impõem acima da diversidade de dialetos culturas que podemos encontrar em uma mesma nação. O poder simbólico exerce sua força estruturada e estruturante.

> As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer, do poder de impor - e mesmo de inculcar - instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários - embora ignorados como tais - da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (Bourdieu, 1989, p. 11-12).

A luta de classes perpassa pela luta simbólica, pela luta ideológica. Isso implica dizer que, conscientes ou não dessa realidade, os extratos sociais estão em constante luta para definirem o mundo ao seu redor conforme suas necessidades e interesses. Essa luta é travada em níveis diferentes, desde o cotidiano na luta simbólica direta de nossas ações ou de forma indireta na luta travada pelos produtores simbólicos. Esses produtores são aqueles que exercem uma função de determinação ou direcionamento para a formação ideológica (líderes religiosos, lideranças políticas, intelectuais tradicionais, entre outros). Esses produtores detêm para si o poder da violência simbólica, ou seja, de impor a ideologia que lhe represente os interesses aos sujeitos em situação de dominação. Essa violência é exercida através das “taxonomias”, como diz Bourdieu (1989), ou seja, através de instrumentos de comunicação e de conhecimento, como são os instrumentos de informação. Portanto, para nós, todo instrumento de informação, inclusive as biobibliografias e os processos de biodocumentação, podem e devem ser analisados conforme seu caráter político-ideológico, acerca do seu aspecto de violência simbólica, temos que refletir sobre qual hierarquia cultural estamos construindo a partir de nossos trabalhos de documentação.

> O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (Bourdieu, 1989, p. 15).

A ordem simbólica se relaciona de forma direta com o poder da palavra, com o poder da nomeação. Queremos dizer, a luta simbólica de que nos fala Bourdieu (1989) possui, nas taxonomias, como visto, e no poder de nomear grandes aliados para a produção e reforço da imposição da ideologia legitimada, uma espécie de "imposição oficial" (Bourdieu, 1989). Nas lutas simbólicas os "agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos" (Bourdieu, 1989, p. 146). Nessa dinâmica de nomeação, Bourdieu (1989) elenca dois universos distintos. O primeiro diz respeito aos particulares que tentam impor para si e para as outras certas nomeações:

> [...] agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, **produzem nomeações - deles mesmos e dos outros - particulares e interessadas (sobrenomes, alcunhas, insultos ou, no limite, acusações, calúnias, etc.)** - e tanto mais ineficazes em se fazerem reconhecer, portanto, em exercer um efeito propriamente simbólico, quanto menos autorizados estão os seus autores, a título pessoal (auctoritas) ou institucional (delegação) e quanto mais interessados estão em fazer reconhecer o ponto de vista que se esforçam por impor (Bourdieu, 1989, p. 146, grifo nosso).

O segundo, por outro lado, é do universo da nomeação oficial exercido pelos detentores do "monopólio da violência simbólica legítima" (Bourdieu, 1989, p. 146). Aqui, temos os títulos oficiais a atribuição de identidades oficiais, podendo ser exercido por autoridades, principalmente, mandatários do Estado.

> O nobre não é somente aquele que é conhecido, **célebre**, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo nobilis. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância oficial, 'universal', quer dizer, conhecido e reconhecido por todos (Bourdieu, 1989, p. 148, grifo nosso).

O título e a construção por meio de instrumentos simbólicos de nomeação são importante fonte de capital simbólico para aquelas pessoas que são nomeadas de forma certa. Queremos dizer, a partir de elogios, da concessão de reconhecimento, da aferição de títulos acadêmicos e profissionais, ou que esteja bem nomeado por

uma instituição do Estado. A indicação nomeadora pelo poder é uma nomeação simbólica para reconhecer ou conferir capital simbólico ao nomeado. O nome, e em uma dimensão mais específica, o aparecimento do nome próprio de certas pessoas em diferentes ritos e taxonomias do poder simbólico alça, ou realça, à posição de certa notoriedade, capital simbólico acumulado. Falando sobre o título escolar, Bourdieu (1989, p. 148) aproxima-se da noção de nome próprio:

> [...] se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é possível adquirir diretamente com a moeda).
> Isto quer dizer que não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, que se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) - e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito das classes sociais que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem (Bourdieu, 1989, p. 149).

A luta no campo se define em grande parte pela posição e pelo capital simbólico acumulado, reconhecimento de demais atores. Ou seja, o trabalho das classificações dos agentes, o poder de nomeação segundo uma estrutura, segundo o campo de disputa, é elemento importante no plano das lutas simbólicas. A ciência das classificações a que Bourdieu (1989) se refere é a classificação das classes sociais, porém no nível do trabalho biodocumental há que se discutir a lutas dessas classificações, ou seja, toda a relação de disputa pela boa classificação de sujeitos e atores sociais ali classificados. Aqui, vemos iluminar-se um conjunto de interesses políticos acerca de todo projeto de classificação das pessoas em determinados grupos biobibliograficamente ou biodocumentariamente representados, comunicados ou construídos. Os efeitos simbólicos, por certo, desses trabalhos biodocumentários estão ligados à legitimidade que possuem no campo de disputa simbólica e das classificações que nele se encontram.

Outra apropriação interessante do conceito de “dominação simbólica” foi realizada recentemente por Marco Schneider (2019) ao tratar da Competência

Crítica em Informação contra o domínio da pós-verdade. A perspectiva de Schneider (2019) ao trabalhar esse conceito em relação com outras noções da teoria marxiana, como Ideologia (tratado em tópico anterior), fetiche e alienação, converte a dominação simbólica a um tipo de dominação predominantemente econômica. Apesar, de Bourdieu (1989, p. 12) dizer: “[...] as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação que por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores [...]”. A leitura de Schneider (2019) contribui para a percepção de como a dominação simbólica é parte de uma estrutura de dominação econômica, e o desvelamento daquela dominação é passo importante para a promoção das “Competências Críticas em Informação”. Apesar desta última não fazer parte diretamente do arcabouço teórico tratado na tese, a todo momento estamos trabalhando por um pensamento crítico nas operações de informação e documentais, pela criação de novos instrumentos que permitam organizar a população leitora em outra cultura de informação, de recepção e de transformação social, donde a relação com a formação crítica de competências.

A biodocumentação nesse sentido auxilia nos processos de reprodução da ideologia, privilegiando nos sistemas biodocumentais as informações valorizadas pela dinâmica dominante. A ideologia capitalista neoliberal de nossa época, por exemplo, se traduz na visibilidade de pessoas indexadas por termos como “empreendedores de sucesso”[48]. Chega-se inclusive a classificar o Barão de Mauá como “o maior empreendedor do Brasil”, contribui para essa ideia o Portal dos Pioneiros e Empreendedores da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O portal reúne 24 personagens masculinos enquanto empreendedores de sucesso, e 8 mulheres na condição de “pioneiras”, a classificação de pessoas empreendedoras neste cenário restou restrita aos homens de negócios.

Por outro lado, devemos reconhecer a existência de projetos contra-ideológicos, se assim podemos chamá-los. Projetos que, a partir de um olhar

[48] Uma rápida pesquisa na Web confirma nossos argumentos. Encontramos páginas da web, tanto institucionais quanto pessoais com títulos genéricos do tipo: “Conheça os 10 maiores empreendedores do Brasil”, “Empreendedores de sucesso que você precisa conhecer”, “Histórias de empreendedores para você se inspirar”. A Wikipédia, inclusive, possui uma categoria chamada “Empreendedores do Brasil”.

crítico acerca do cenário sócio-político que em sua maior parte ainda se encontra sobre o domínio das elites econômicas, políticas e culturais, produzem “classificações-outras”, espécie de desclassificação da exomemória do nome próprio.

Por fim, podemos dizer, que essas teorias que consideraram o nome próprio como elemento importante na transversalidade da Organização do Conhecimento e que atravessa a disciplinaridade bibliográfica e documentária, bem como os modelos e as práticas dos campos disciplinares em suas atividades técnicas, servem de suporte aos dos ramos que enfocaremos nas duas seções seguintes: Biobibliografia e Biodocumentação.

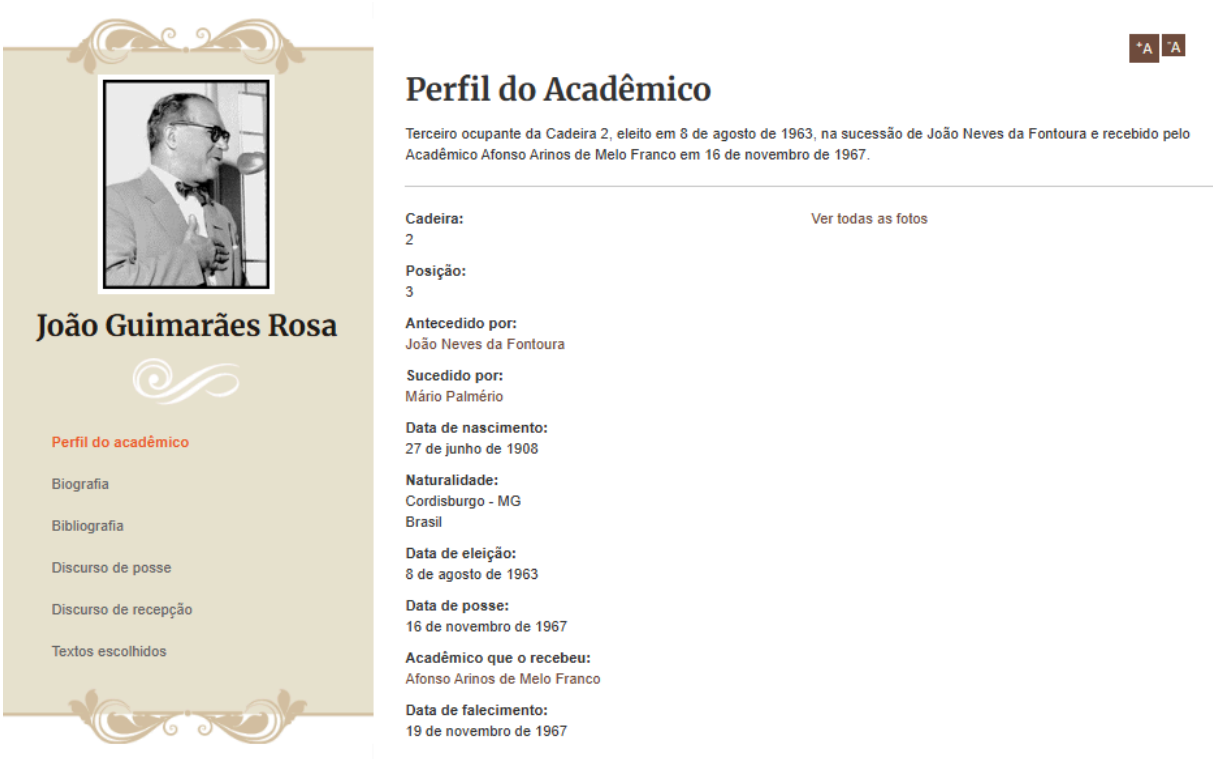
6 DA BIOBIBLIOGRAFIA

[...] Por isso achei que meu nome ainda seria
Lembrado, em uma pedra
Estaria meu nome, retirado dos livros
Seria impresso nos novos livros. [...]

Bertolt Brecht. *Por que deveria meu nome ser lembrado?*

Diversas fontes de informação, inclusive a enciclopédia especializada da ISKO (2022), e a Wikipédia, fonte de informação geral, produzida colaborativamente e das mais consultadas no mundo, possuem verbetes ou entradas biográficas em seu conteúdo. Quando se trata de organização do conhecimento científico ou de literatura, é comum que esses verbetes, em sua grande maioria, tratem de pessoas que tenham publicado textos, que sejam autorias. Ou seja, há um desejo implicitamente manifestado em diversos contextos bibliográficos de saber quem é a autoria de uma obra, de conhecer sua trajetória de vida, sua biografia. Isso, como já dito, se vê em dicionários biográficos, em memoriais de instituições ligadas à cultura do escrito, como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras (ABL), nas orelhas dos livros, nos *releases* editoriais encaminhados aos jornais, se vê em monumentos, nas apresentações e prefácios da obra, dentre outros lugares. Vejamos, um exemplo:

Figura 5 - Perfil do acadêmico João Guimarães Rosa no portal da ABL



Fonte: ABL (2025).

O que se segue é sua biografia[49].

[49] O perfil completo do acadêmico João Guimarães Rosa pode ser visto em: https://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa. Acesso em: 22 abr. 2025;.

Figura 6 - Biografia do acadêmico João Guimarães Rosa no portal da ABL



Fonte: ABL (2025).

O texto biográfico apresenta-se, na verdade, como uma notícia biográfica, dizemos em relação à completude de suas informações. Não se trata de um texto exaustivo sobre tudo aquilo que se podia dizer da vida do autor João Guimarães Rosa. As informações muitas vezes não possuem um “ar” narrativo, mas de uma descrição por metadado, como se verifica em: “Guimarães Rosa (João G. R.), contista, novelista, romancista e diplomata, nasceu em Cordisburgo, MG, em 27 de junho de 1908, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 19 de novembro de 1967” (ABL, 2025). Fora as informações de identificação (nome, data de nascimento, falecimento, formação e filiação, por exemplo), as demais descrições são feitas com base em relacionamentos entre sua vida e o contexto literário da ABL, como se verifica em:

“Sua estreia literária deu-se, em 1929 [...]”, ou “A publicação do livro de contos Sagarana, em 1946, garantiu-lhe um privilegiado lugar de destaque no panorama da literatura brasileira [...]”, ou ainda em “[...] mas que se torna um instrumento de captação da mesma, ou de sua recriação, segundo as necessidades do "'mundo' do escritor.” Por fim, temos sua bibliografia:

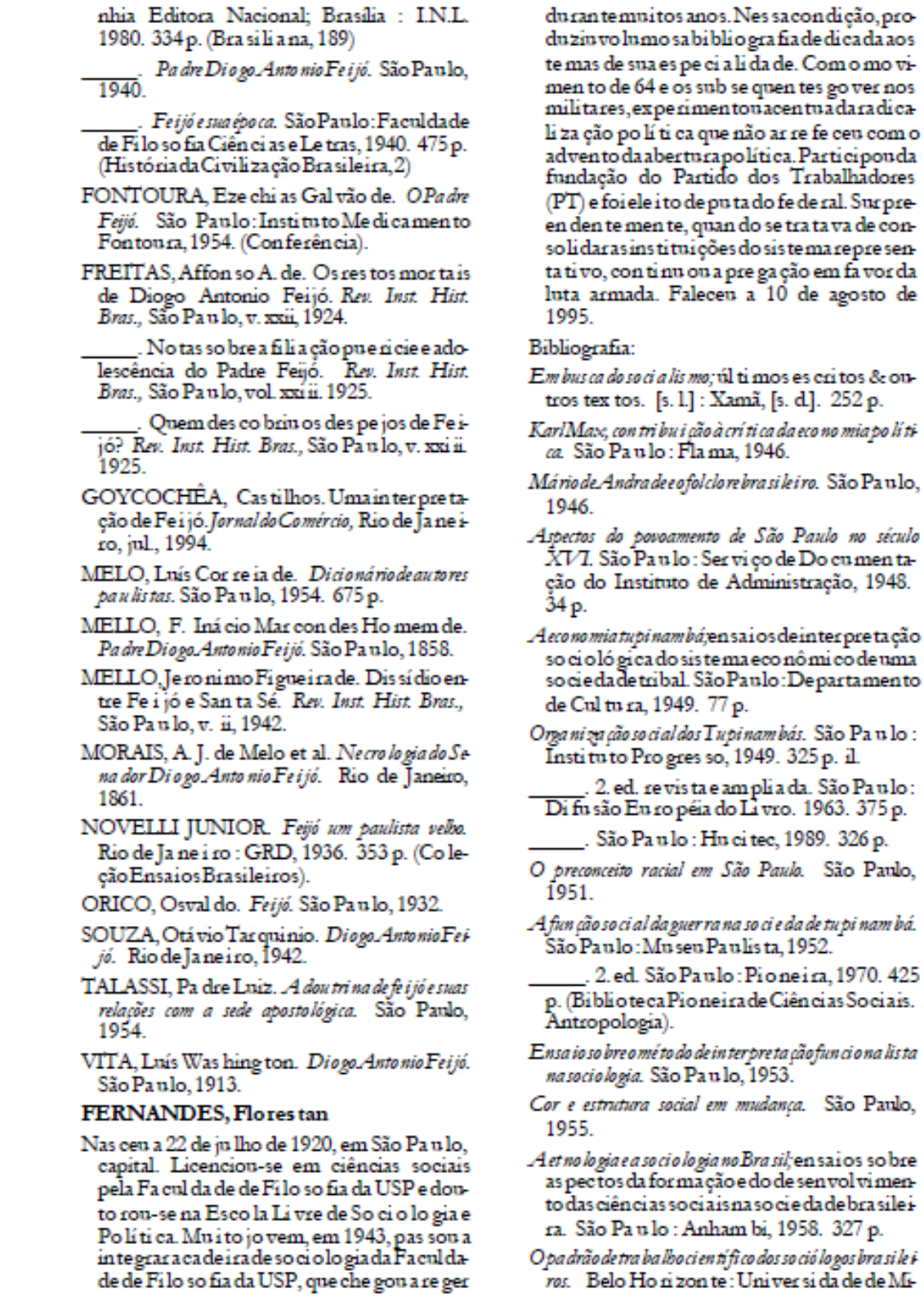
Figura 7 - Bibliografia do acadêmico João Guimarães Rosa no portal da ABL



Fonte: ABL (2025).

Outro exemplo, desta vez impresso, é do “Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros”, organizado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (1999), vemos abaixo o perfil de Florestan Fernandes.

Figura 8 - Perfil de Florestan Fernandes no Dicionário Biobibliográfico de Autores Brasileiros



nhia Editora Nacional; Brasília : I.N.L. 1980. 334 p. (Brasiliana, 189)

_____. *Padre Diogo Antonio Feijó.* São Paulo, 1940.

_____. *Feijó e sua época.* São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, 1940. 475 p. (História da Civilização Brasileira, 2)

FONTOURA, Ezechias Galvão de. *O Padre Feijó.* São Paulo: Instituto Medicamento Fontoura, 1954. (Conferência).

FREITAS, Affonso A. de. Os restos mortais de Diogo Antonio Feijó. *Rev. Inst. Hist. Bras.,* São Paulo, v. xxii, 1924.

_____. Notas sobre a filiação puericie e adolescência do Padre Feijó. *Rev. Inst. Hist. Bras.,* São Paulo, vol. xxii. 1925.

_____. Quem descobriu os despejos de Feijó? *Rev. Inst. Hist. Bras.,* São Paulo, v. xxii. 1925.

GOYCOCHÊA, Castilhos. Uma interpretação de Feijó. *Jornal do Comércio,* Rio de Janeiro, jul., 1994.

MELO, Luís Correia de. *Dicionário de autores paulistas.* São Paulo, 1954. 675 p.

MELLO, F. Inácio Marcondes Homem de. *Padre Diogo Antonio Feijó.* São Paulo, 1858.

MELLO, Jeronimo Figueira de. Dissídio entre Feijó e Santa Sé. *Rev. Inst. Hist. Bras.,* São Paulo, v. ii, 1942.

MORAIS, A. J. de Melo et al. *Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó.* Rio de Janeiro, 1861.

NOVELLI JUNIOR. *Feijó um paulista velho.* Rio de Janeiro: GRD, 1936. 353 p. (Coleção Ensaios Brasileiros).

ORICO, Osvaldo. *Feijó.* São Paulo, 1932.

SOUZA, Otávio Tarquinio. *Diogo Antonio Feijó.* Rio de Janeiro, 1942.

TALASSI, Padre Lniz. *A doutrina de feijó e suas relações com a sede apostológica.* São Paulo, 1954.

VITA, Luís Washington. *Diogo Antonio Feijó.* São Paulo, 1913.

FERNANDES, Florestan

Nascen a 22 de julho de 1920, em São Paulo, capital. Licenciou-se em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia da USP e doutorou-se na Escola Livre de Sociologia e Política. Muito jovem, em 1943, passou a integrar a cadeira de sociologia da Faculdade de Filosofia da USP, que chegou a reger durante muitos anos. Nessa condição, produziu volumosa bibliografia dedicada aos temas de sua especialidade. Com o movimento de 64 e os subsequentes governos militares, experimentou acentuada radicalização política que não arrefeceu com o advento da abertura política. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e foi eleito deputado federal. Surpreendentemente, quando se tratava de consolidar as instituições do sistema representativo, continuou a pregação em favor da luta armada. Faleceu a 10 de agosto de 1995.

Bibliografia:

Em busca do socialismo; últimos escritos & outros textos. [s. l.] : Xamã, [s. d.]. 252 p.

Karl Marx, contribuição à crítica da economia política. São Paulo : Flama, 1946.

Mário de Andrade e o folclore brasileiro. São Paulo, 1946.

Aspectos do povoamento de São Paulo no século XVI. São Paulo : Serviço de Documentação do Instituto de Administração, 1948. 34 p.

A economia tupinambá; ensaios de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. São Paulo: Departamento de Cultura, 1949. 77 p.

Organização social dos Tupinambás. São Paulo : Instituto Progresso, 1949. 325 p. il.

_____. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo : Difusão Européia do Livro. 1963. 375 p.

_____. São Paulo : Hucitec, 1989. 326 p.

O preconceito racial em São Paulo. São Paulo, 1951.

A função social da guerra na sociedade tupinambá. São Paulo : Museu Paulista, 1952.

_____. 2. ed. São Paulo : Pioneira, 1970. 425 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Antropologia).

Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia. São Paulo, 1953.

Cor e estrutura social em mudança. São Paulo, 1955.

Etnologia e sociologia no Brasil; ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira. São Paulo : Anhambi, 1958. 327 p.

O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. Belo Horizonte : Universidade de Mi-

Fonte: CDPB (1999).

Da mesma forma, vemos o cabeçalho pelo nome próprio do filósofo, breve relato biográfico e lista bibliográfica. Há aqui uma “tradição”, uma norma socialmente e historicamente reproduzida em diversas fontes de informação, em diversos documentos, dos mais elaborados, como um dicionário biobibliográfico universal, até os mais corriqueiros, como uma orelha de livro. Nome próprio da autoria, biografia e bibliografia, isso é para nós o núcleo do gesto biobibliográfico.

Com gesto biobibliográfico queremos dizer o cruzamento entre teoria e prática, conceito e ação, como a práxis sem a carga do pensamento crítico, tal como Crippa (2016, p. 24) o descreveu:

> Nesse artigo pretendemos enfocar algumas questões que se colocam como práxis dos fazeres bibliográficos. Procuramos as pegadas que mapeiam as veredas de algo que identificaremos como “gesto bibliográfico”. Estas são veredas que resultam de certo entendimento de “técnica” e de “tecnologia”, palavras que não são mais as mesmas, pois sedimentos de sentidos múltiplos depositaram-se sobre elas, tornando necessária sua “arqueologia”, em busca do sentido desse “gesto bibliográfico”, como conjunto das teorias e das práticas bibliográficas, cruzamento entre o campo do conceito (reflexões sobre tarefas, necessidades atores que a bibliografia satisfaz e para quem ela opera) e o dos fazeres (que podemos identificar nos “atos” de seleção, registro, e organização de seus materiais). O gesto se define, em um primeiro momento, como o estabelecimento, por parte do bibliógrafo, de sentidos aos dados, orientando-os dentro de um quadro de conhecimentos socialmente compartilhados que ele, na medida em que manipula os registros produzidos, contribui para constituir, desenvolvendo técnicas e selecionando tecnologias.

Biobibliografias, enquanto produtos, são o resultado de um saber biobibliográfico que organiza informações biográficas e bibliográficas de uma ou mais autorias identificadas por seus nomes próprios. Portanto, a Biobibliografia também é um saber, que reúne conhecimentos bibliográficos, bibliológicos e da organização do conhecimento em função de sistematizar informações que representem, identifiquem e descrevam a trajetória, a atuação e a obra de uma ou mais autorias.

Uma revisão de alguns dicionários e vocabulários em que a transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento toca, principalmente Biblioteconomia e Ciência da Informação, mostra-nos um conceito consolidado e

pacífico no campo, em relação ao conteúdo da ação biobibliográfica, apesar de por vezes o termo especializado possa variar. No dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de Murilo B. Cunha e Cordélia R. Cavalcanti (2008, p. 56):

> Biobibliografia: estudo da vida e das obras de um autor, as quais são referenciadas de acordo com as normas bibliográficas; em geral, inclui a referência dos textos críticos sobre o autor e suas obras.

No dicionário online de John Reitz (2002), temos: "*biobibliography: A list of works written by and about an author, including biographical sources devoted to the author's life and work.*" No entanto, o mesmo dicionário apresenta uma definição para o termo *author bibliography*:

> Uma bibliografia de obras escritas por ou sobre um autor específico, que pode variar em detalhes e extensão, desde uma lista não anotada de títulos selecionados até uma bibliografia descritiva abrangente e aprofundada (Reitz, 2002, tradução nossa)[50].

O cotejamento dessas definições parece indicar que biobibliografias e bibliografias de autorias, apesar de próximas, não são termos sinônimos, não podem representar a mesma ação bibliográfica. Enquanto biobibliografias apresentam um relato biográfico da autoria biobibliografada, às bibliografias de autorias falta este elemento, pelo menos se concordarmos com a definição de Reitz (2002).

Sobre dicionários biográficos, a definição é a que segue:

> Uma obra de referência em volume único ou um conjunto de livros de referência contendo ensaios biográficos sobre a vida de pessoas reais, às vezes limitados a biografados falecidos. Os dicionários biográficos podem ser gerais (exemplo: Dicionário Biográfico Webster), específicos de um tema (Dicionário Biográfico de História da Tecnologia) ou limitados a pessoas de uma nacionalidade específica (Biografia Nacional Americana), raça (Biografia Negra Contemporânea), área ou profissão (Dicionário Internacional de Antropólogos) ou período ou gênero (Dicionário Biográfico de Mulheres Gregas e Romanas Antigas). Alguns são publicados em série (Anuário de Biografias Atual). Compare com biografia coletiva (Reitz, 2002, tradução nossa)[51].

---

[50] Do original: *A bibliography of works written by or about a specific author, which can vary in detail and extent from an unannotated list of selected titles to a comprehensive, in-depth descriptive bibliography*.

[51] Do original: *A single-volume reference work or set of reference books containing biographical essays about the lives of actual people, sometimes limited to biographees who are deceased. Biographical dictionaries may be general (example: Webster's Biographical*

O “Glossário de termos técnicos em ciência da informação” de Mariângela Braga Norte (2010) lista alguns termos próximos à ideia de biobibliografia que estudamos. Como, por exemplo, *biographical dictionary* (dicionário biográfico), *author bibliography* (bibliografia de autor) e *author catalog* (catálogo alfabético de autor).

Para que possamos cumprir os objetivos desta seção, qual seja o de dissertar sobre a Biobibliografia, em seu aspecto histórico e conceitual, bem como atrelar-lhe epistemologicamente enquanto campo de estudo da Bibliografia, precisamos fazer se realizar algumas etapas dissertativo-argumentativas. Essas etapas de construção de nossa argumentatividade se traduzem em uma subseção acerca da Bibliografia, algumas aproximações teórico-conceituais. Ressaltamos que parte considerável dos textos debatidos na referida subseção é fruto das nossas experiências nos eventos A Arte da Bibliografia. Posteriormente, baseados na dissertação de Mata (2020), traçamos alguns artefatos culturais que historicamente nos auxiliam a perceber um gesto biobibliográfico, ora destacado, ora envolvido, na história bibliográfica ocidental. Como resultado da discussão das seções secundárias citadas temos uma seção secundária acerca da concepção histórica-epistemológica da Biobibliografia enquanto ramo da Bibliografia. Por fim, imbuídos desse arcabouço teórico-conceitual visitamos algumas noções, que consideramos, bibliológicas que contribuem para a construção de biobibliografias, tais como autoria, obra e autoridades (referente ao que se entende por autoridade no campo da Representação Descritiva ou Catalogação).

6.1 Fundamentos da ciência bibliográfica para o estudo da Biobibliografia

Birger Hjørland (2007) já expressava preocupação com o apagamento do modelo bibliográfico nas discussões daquilo que chama de Ciência da Informação, para nós Organização do Conhecimento. Segundo Hjørland (2007), outros enfoques

---

Dictionary), subject-specific (Biographical Dictionary of the History of Technology), or limited to persons of a specific nationality (American National Biography), race (Contemporary Black Biography), field or profession (International Dictionary of Anthropologists), or period or gender (Biographical Dictionary of Ancient Greek and Roman Women). Some are published serially (Current Biography Yearbook). Compare with collective biography.

foram privilegiados nos discursos modernos e ocidentais dos estudos de Biblioteconomia, como as questões acerca do usuário, da tecnologia, da instituição e das perspectivas de gestão. No entanto, ele argumenta que a disciplina bibliográfica, que toca a descrição, organização, mediação e uso dos recursos de informação está praticamente desaparecendo dos estudos do campo. Para além de constatar o desaparecimento, Hjørland (2007) afirma ser esse o modelo central de que trata, ou que deveria tratar, o campo. Tal argumentação de Hjørland (2007) é reconhecida e revisitada por Vinícios Menezes (2015), que advoga uma bibliografia social, inspirado em Ranganathan, que se apoia no uso democrático e público da razão, em uma concepção bibliográfica de cunho humanístico-universal, que podemos perceber desde Gesner até Otlet. Para Hjørland (2007) é importante levarmos em conta a disciplinaridade bibliográfica nos estudos da Organização do Conhecimento (Biblioteconomia e Ciência da Informação), a Bibliografia não implica, necessariamente, em sua visão, uma descrição positivista dos documentos. Ela pode ser utilizada tendo em vista o que os documentos podem realizar quando utilizados, o que se caracteriza por uma visão crítica e pragmática não só dos documentos, mas da própria Bibliografia.

Portanto, nossa proposta, em grande parte, se afilia às preocupações de Hjørland (2007) e Menezes (2015), no papel humanístico, ético-político, pragmático e crítico que a Organização do Conhecimento, na figura da Bibliografia, e no capítulo seguinte, da Documentação, podem desempenhar na concretização do projeto inacabado da Modernidade, como nos diz Menezes (2015). O resgate da disciplinaridade bibliográfica, para nós, perpassa todas as potencialidades bibliográficas em relação às múltiplas disciplinas que a compõe. Podemos ver em Hjørland (2024, p. 706), que a Bibliografia não se relaciona com “um único campo de estudo, mas para uma família de campos”[52]. Ou seja, a Bibliografia se traduz em um conjunto de campos de estudo, veremos alguns desses campos tradicionalmente destacados, como a Bibliografia Textual e a Bibliografia Sistemática, por exemplo. Nesta tese, defendemos que a Biobibliografia é um campo de estudo da Bibliografia, um tanto quanto esquecido no plano discursivo do campo, mas muito vívido nas práticas, nos gestos, bibliográficos contemporâneos digitais.

[52] Do original: *a single field of study, but to a family of fields*

Recentemente, Birger Hjørland (2024; 2025) se debruçou sobre a questão da Bibliografia enquanto fundamento para a Ciência da Informação, para nós, disciplina que compõe a transdisciplina da Organização do Conhecimento. Hjorland (2025) argumenta acerca dessa aproximação entre Bibliografia, Documentação e Ciência da Informação, citando fatos como a troca de nome do *American Documentation Institute* para *American Society for Information Science*. Fato similar temos no Brasil, com a fundação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em substituição ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Sobre isso, também nota Saldanha (2020, p. 101): "A alteração do *American Documentation Institute* está para o mundo, em termos de influência, como a alteração do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação está para o Brasil".

Hjørland (2025) divide o campo de estudo da Bibliografia da seguinte forma: a) Bibliografia Analítica; b) Bibliografia Descritiva; c) Bibliografia Crítica e Textual; d) Bibliografia Histórica e História do Livro; e) Bibliografia Enumerativa ou Bibliografia Sistemática ou Bibliografia de Referência. A partir dessa divisão ele oferece algumas definições breves acerca de cada uma.

Para a Bibliografia Analítica, ele se vale da definição de S. Reimer e de Philip Gaskell para quem esse tipo de estudo bibliográfico se preocupa com os processos de produção do livro, os materiais e modelos utilizados, bem como as práticas de escrita e impressão. Sua preocupação é analisar como os materiais e os processos de produção do livro podem afetar o texto (Hjørland, 2025).

> A bibliografia analítica estuda os processos de produção de livros, especialmente os modos materiais de produção. Um de seus propósitos é mostrar como os processos de produção material afetam a natureza e o estado do texto preservado no livro (Hjorland, 2024, p. 702, tradução nossa)[53].

Sobre Bibliografia Descritiva, Hjørland (2025) diz que esse tipo de estudo bibliográfico se preocupa em descrever os livros de uma forma padronizada, ou seja, se preocupa com técnicas de descrição dos livros a fim de os diferenciar uns dos outros, como obra, edição ou exemplar. A hipótese aqui defendida é que cada cópia

[53] Do original: *Analytical bibliography studies the processes of making books, especially the material modes of production. One of its purposes is to show how the processes of material production affect the nature and state of the text preserved in the book.*

do livro é uma versão única do texto devendo ser diferenciadas umas das outras. O processo de descrição do livro, em sua completude, desde a fonte utilizada até a obra como um todo, influencia diretamente na possibilidade de se construir uma Bibliografia Analítica, visto que não se pode proceder às análises mencionadas anteriormente sem antes termos um processo de descrição acurado. Essa ideia de Bibliografia tem relações muito próximas e influenciou diretamente as noções de Catalogação de livros em Biblioteconomia.

A Bibliografia Crítica, por sua vez, combina elementos de Bibliografia Analítica com crítica e história textual (Hjørland, 2025). Aqui, temos a relação entre a produção de textos e a produção de significados como ênfase. Hjørland (2025) afirma que esse tipo de bibliografia é utilizada para produção de edições críticas, principalmente para o uso de pesquisadores. Vale dizer que a noção de "Crítica", aqui, não tem relação com a Teoria Crítica de Marcuse e outros pensadores.

Hjørland (2025) relaciona a Bibliografia Histórica com a História do Livro propriamente. Para ele, um representante desse domínio seria Robert Darnton. Esse tipo de Bibliografia encara os livros como "artefatos culturais" (Hjorland, 2025, p. 133). Sendo assim, segundo Hjørland (2025), está atrelada às evoluções históricas da produção de livros e sua disseminação, bem como às práticas de leitura.

Por fim, ele fala de um trio de termos como sinônimos que nomeiam um mesmo campo da Bibliografia, "*enumerative*", "*sistematic*" e "*reference*" (Hjorland, 2025). Esse campo se preocupa em produzir listas de documentos, catálogos, bibliografias ou outras fontes de informação similares.

> O foco da bibliografia enumerativa é facilitar a recuperação de informações por meio da listagem, análise e descrição de documentos, a fim de permitir que os usuários identifiquem os documentos necessários para uma tarefa específica. O conceito de "controle bibliográfico" é central, assim como o sinônimo "bibliografia sistemática", como já mencionado, indica uma relação com "busca sistemática" e "revisão sistemática" (Hjorland, 2024, p. 706, tradução nossa)[54].

[54] Do original: *The focus of enumerative bibliography is to facilitate information retrieval by listing, analyzing and describing documents in order to enable users to identify the documents needed for a specific task. The concept of "bibliographical control" is central, just as the synonym "systematic bibliography" as already said, indicates a relation to "systematic search" and "systematic review".*

Hjørland (2025) reconhece, ainda, um certo conflito no estudo da Bibliografia. Para ele, não faz sentido que uma pessoa bibliógrafa exerça a bibliografia analítica ou crítica para todo e qualquer livro que se apresente a uma coleção de biblioteca, por exemplo. Esse tipo de bibliografia está reservado para livros raros e históricos. Opondo, portanto, a Bibliografia Crítica à Bibliografia Sistemática e Descritiva. Segundo Hjørland (2025), a Ciência da Informação está mais próxima da Bibliografia Sistemática e também possui interesse em História do Livro e na Bibliografia Histórica.

Muitos descrevem a Bibliografia como uma ciência. O termo Ciência da Bibliografia é, por exemplo, aquele utilizado por Paul Otlet (1990, p. 86, tradução nossa):

> A Ciência da Bibliografia pode ser definida como aquela ciência cujo objeto de estudo são todas as questões comuns a diferentes tipos de documentos: produção, fabricação física, distribuição, inventário, estatística, preservação e uso de documentos bibliográficos; ou seja, tudo o que lida com edição, impressão, publicação, venda de livros, bibliografia e economia bibliotecária. O escopo desta ciência se estende a todos os documentos escritos ou ilustrados que são de natureza semelhante a livros: arquivos impressos ou manuscritos, mapas, plantas, gráficos, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos originais ou reproduções e fotografias ou objetos reais. O objetivo prático da Ciência da Bibliografia é a organização da documentação em uma base cada vez mais abrangente e de uma forma cada vez mais prática, a fim de alcançar para o trabalhador intelectual o ideal de uma "máquina para explorar o tempo e o espaço"[55].

Aqui podemos perceber como que mesmo no âmbito da Bibliografia era possível abordar diferentes materiais para além do livro, desfazendo-se os mitos de fundação da Ciência da Informação, como nos diz Saldanha (2020). A bibliografia como ciência também fora discutida por Reuben Guild (2017), publicado pela primeira vez em 1876. Para ele, em um “sentido moderno e mais amplo, bibliografia

[55] Do original: *The Science of Bibliography can be defined as that science whose object of study is all the questions common to different kinds of documents: production, physical manufacture, distribution, inventory, statistics, preservation, and use of bibliographic documents; that is to say, everything which deals with editing, printing, publishing, book selling, bibliography and library economy. The scope of this science extends to all written or illustrated documents which are similar nature to books: printed or manuscript archives, maps, plans, charts, schemas, ideograms, diagrams, original or reproductions of drawings, and photographs or real objects. The practical aim of the Science of Bibliography is the organization of documentation on a increasingly comprehensive basis in an increasingly practical way in order to achieve for the intellectual worker the ideal of a ‘machine for exploring time and space’.*

pode ser definida como ciência ou conhecimento do livro" (Guild, 2017, p. 199). A divide em dois ramos, um intelectual e outro material. Em sua conclusão, Guild (2017, p. 202) considera: "Que a bibliografia pode ser considerada, se não como uma ciência prática, pelo menos como a serva de toda a ciência, literatura e arte".

Em Louise Noelle Malclès (1960), podemos verificar que o papel das Bibliografias é contribuir para que a comunidade leitora possa acessar textos, documentos e registros escritos, tanto do conhecimento humano, quanto de sua cultura, ou seja o patrimônio científico e literário escrito da humanidade. A Bibliografia é a ciência do livro, que se constrói em conjunto como uma técnica bibliográfica capaz de produzir instrumentos bibliográficos que auxiliam as pessoas leitoras na busca e no acesso a materiais escritos, de forma rápida e segura. Rápida, no sentido de economizar, ou poupar, na linguagem ranganathaniana, o tempo da pessoa leitora. Segura, no sentido de apresentar textos válidos, íntegros, relevantes, atualizados e com validade científica ou culturalmente aceitos dentro de uma perspectiva e responsabilidade ético-política da pessoa profissional para trabalhos de organizar o conhecimento.

Em Laura Maia de Figueiredo e Lélia Galvão Cunha (1967, p. 16) ao comentar a definição de Malclès temos que ela:

> resume todos os conceitos dados anteriormente à bibliografia na seguinte definição: Bibliografia é o conhecimento de todos os textos impressos ou multigrafados. Fundamenta-se na pesquisa, na transcrição, na descrição e no arranjo desses textos visando a organizar serviços ou elaborar repertórios destinados a facilitar o trabalho intelectual.

Figueiredo e Cunha (1967) definem o trabalho bibliográfico como direcionado apenas ao trabalho intelectual. No entanto, sabemos que a bibliografia em seus objetivos e produtos pode ser direcionada para outros fins de leitura e literário, como a reprodução da cultura, o lazer e o prazer de ler um livro, por exemplo. Sobre as etapas do trabalho bibliográfico, elas relacionam a transcrição enquanto referência bibliográfica que permite a identificação dos documentos. A descrição é uma espécie de resumo informativo ou indicativo que serve para ajudar a pessoa leitora a escolher ou descartar a leitura de certo item bibliográfico. Já o arranjo é a ordem de apresentação das referências e descrições, podendo ser por ordem alfabética do

nome da autoria, do título ou da classificação por assunto. O objetivo da bibliografia, segundo Figueiredo e Cunha (1967):

> consiste em fornecer dados relativos à produção bibliográfica de um determinado país ou de um conjunto de países, e informar sobre a atividade intelectual internacional ou nacional, em cada um dos ramos do conhecimento humano.

Segundo Thomas Hartwell Horne (1814, p. 27, tradução nossa):

> Bibliografia significa literalmente a descrição de livros: em um sentido mais amplo, denota o conhecimento dos livros, no que diz respeito, primeiro, aos materiais dos quais são compostos; - em segundo lugar, aos assuntos discutidos por seus respectivos autores; - em terceiro lugar, o conhecimento das diferentes edições de livros, seus graus de raridade, curiosidade e valor real; - e, por último, a posição que eles devem ocupar no sistema de classificação adotado para organizar uma biblioteca[56].

Na concepção de Horne (1814), a bibliografia significa, literalmente, a descrição de livros, ou o conhecimento dos livros, o que podemos entender como uma ciência dos livros. Mais especificamente, a ciência dos materiais que compõem o livro (saber utilizado na sua produção e conservação), os assuntos discutidos por cada autoria (o que nos oferece uma ideia de mapeamento dos assuntos em autores e obras específicas, o saber navegar pelo mar de livros), saber sobre as diferentes edições dos livros (quais são raras, quais são melhores que as outras) e, por fim, saber classificar os livros em um sistema de classificação de bibliotecas. Podemos entender que, neste período, a bibliografia assumia as vezes de uma ciência geral do livro.

Para Georg Schneider (1934), a bibliografia seria o estudo das listas de literatura, em reação a ideia comum a época da bibliografia como ciência do livro, o que para o autor seria muito generalista e metodologicamente equivocado. Sobre a noção de listas, não devemos entendê-la de uma maneira simplista, mas complexa. Para Schneider (1934), catálogos, índices, bibliografias coletivas e *lexicon*, por exemplo, podem ser compreendidos como sinônimos de listas.

---

[56] Do original: *Bibliography literally signifies the description of books: in a more extended sense, it denotes the knowledge of books, as it regards, first, the materials of wich they are composed; - secondly, the subjects discussed by their respective authors; - thirdly, the knowledge of the different editions of books, their degrees of rarity, curiosity, and real value; - and lastly, the rank wich they ought to hold in the system of classification, adopted of arranging a Library.*

> O reconhecimento das listas de livros, bem como da sua individualidade, é muitas vezes complicado pelo facto de se encontrarem sob designações múltiplas e frequentemente errôneas; as quais, além disso, são geralmente utilizadas para exprimir outros conceitos (Schneider, 1934, p. 39, tradução nossa)[57].

Sobre biografias em relação à bibliografia, Schneider (1934, p. 57-58, tradução nossa), diz:

> As biografias são separadas das verdadeiras listas de livros por uma lacuna muito maior do que as enciclopédias ou os periódicos críticos. Como são mais frequentemente nacionais do que internacionais, são melhor agrupadas com as primeiras. Além disso, incluem títulos apenas como material suplementar quando apresentam obras de ou sobre as personalidades que retratam. Uma grande parte deste grupo, os "dicionários de autores", faz isso tão extensivamente que é difícil encontrar a linha de demarcação entre eles e as bibliografias. O determinante final de sua diferença é o fato de que as primeiras partem dos autores, como indivíduos, e as últimas partem dos títulos. Uma transição adicional é mostrada pelas biobibliografias, que frequentemente fornecem biografias muito abreviadas e dão ênfase principal à citação de literatura. Considerados deste ponto de vista, os termos bibliografia pessoal e biografia pessoal são frequentemente sinônimos[58].

São muitas as informações contidas na citação de Schneider (1934). Primeiro a separação lacunar que este faz entre biografia e bibliografia, visão que será contrastada a seguir por Araujo (2018) com base em Alfredo Serrai. Schneider (1934) propõe três níveis de divisão entre os tipos documentais que analisa, um primeiro nível, o biográfico, onde as pessoas são apresentadas em suas individualidades e suas obras são apresentadas como uma espécie de suplemento ao relato biográfico, e cita os dicionários de autores, para nós dicionário biográfico de autores. O segundo nível, o das próprias biobibliografias, onde as biografias são abreviadas e se tem o foco na apresentação das obras da autoria, reunindo

[57] Do original: *Recognition of lists of books, as well as of their individuality, is often complicated by the fact that they are found under manifold, frequently erroneous, designations; which, in addition, are generally used to express other concepts.*

[58] Do original: *Biographies are separated from true lists of books by a far greater gap than are the encyclopedias or the critical periodicals. Since they are more frequently national than international, they are best grouped with the former. Furthermore, they include titles only as supplementary material when they introduce works by or about the personalities wich they portray. A large part of this group, the “author dictionaries”, do this so extensively that it is difficult to find the line of demarcation between them and bibliographies. The final determinant of their difference is the fact that the former start from the authors, as individuals, and the latter start from the titles. A further transition is show by the biobibliographies, wich frequently give very abbreviated biographies and place chief emphasis on citation of literature. Considered from this point of view, the terms personal bibliography and personal biography are often synonymous.*

“bibliografia pessoal” e “biografia pessoal” (acreditamos que, aqui, Schneider se refere mais especificamente à “biografia pessoal de autorias”) como sinônimas. E, por fim, a própria bibliografia, onde o foco está nas obras e o nome da autoria funcionaria, quando muito como arranjo por nome da pessoa autora.

Estudo recente publicado por Marilda Ginez de Lara (2018) apresenta diversos conceitos de Bibliografia. Apoiada em uma perspectiva socioterminológica, onde os conceitos não estão fechados e definidos, mas acompanham o movimento histórico de seus desenvolvimentos, Lara (2018) trabalha alguns dos conceitos presentes na discussão acerca da Bibliografia, apresentando uma espécie de mapeamento do conceito. Tendo em vista que a bibliografia já existia em formas e formatos diferentes daquele que se convencionou nos repertórios bibliográficos contemporâneos, mesmo na Antiguidade ou na Idade Média já existia a necessidade de saber sobre o conhecimento, ou de saber sobre os livros, registros do conhecimento (Lara, 2018).

Para Attilio Caproni (2018) a noção de Bibliografia no século XX, por uma visão história e teórica, perpassa pela questão da memória da escrita e pela figura do livro como uma totalidade. A questão de Caproni (2018) se encontra no âmbido da passagem do livro e da bibliografia, ou seja, aquilo que chamamos de uma cultura do escrito impresso, para uma escrita eletrônica, dos arquivos na forma de *files*, do mundo digital contemporâneo que nos ronda e até mesmo nos condiciona, e nos define em parte. A cultura do saber registrado, ou seja, a cultura do fazer bibliográfico, enquanto memória do conhecimento e da cultura registrada em documentos diversos, parece, segundo Caproni (2018), ter que enfrentar-se a si mesma em suas tarefas e papéis frente às mudanças do século XXI. Para Caproni (2018), o signo, ou mesmo seu vestígio ou os fragmentos do pensamento humano são elementos fundacionais da ciência bibliográfica. Em seu discurso, Caproni (2018) nos questiona acerca do papel da Bibliografia enquanto ciência do livro, do *Biblion*, ou seja, do registro do pensamento na forma da escrita. Há na Bibliografia esse saber sobre o livro, saber sobre o suporte do conhecimento, sua ordenação, seu movimento de um tempo para outro, na busca por sua preservação, mas também pela sua circulação.

> Qual outro papel, ou qual outro dever, ou finalidade pública, poderá ser confiada a cada um de nós, aos escritores, aos estudiosos, às diversas obras, à Bibliografia principalmente (à biblioteca, sem dúvida), a não ser aquele dos bons, talvez, tardios iluministas atuais, conscientes, por exemplo, de que a memória que preserva a cultura do signo (tanto em uma forma tipográfica, como de maneira digital) é a única religião possível da humanidade moderna, sem dogmas e sem tutelas (Caproni, 2018, p. 7).

A Bibliografia, enquanto ciência da descrição dos livros, para que possam ser organizados e, portanto, disponibilizados através de serviços bibliográficos está intimamente ligada ao poder de ordenação do discurso que circula, à memória que se preserva. No mundo digital, em que se proliferam as possibilidades da escrita e do dizer a longo alcance, preocupa-nos bibliograficamente a seleção por parte dos motores a algoritmos que impulsionam opiniões na forma de saberes ou conhecimento, o que exige políticas informacionais por parte do Estado regulador, mas também, por outro lado, o papel de uma Bibliografia atual, na medida em que filtra, seleciona, recorta, ordena, a informação, os conteúdos, os documentos e/ou as fontes a serem cultuadas conforme a metáfora religiosa de Caproni (2018). A Bibliografia do século XXI se depara, ainda timidamente, acreditamos, com os novos processos de circulação da informação via mundo web, digital, globalizado e governado, principalmente, por grandes corporações privadas com enorme capacidade de resistir às tentativas frágeis de regulamentação por parte das organizações estatais.

Trata-se, conforme se verifica em Caproni (2018), de uma luta pela visibilidade e circulação ao maior alcance de mensagens que realmente importam, ou seja, o nível de relevância da informação que circula. Para Caproni (2018), com as novas tecnologias da informação, o que ele chama de “Quarta revolução da sociedade”, produz-se hoje, de forma massiva, escritos e registros em sua maioria imagéticos dada a nova tendência dos *ecrãs* dos *smartphones* entre outros novos instrumentos. Não somente é essa a diferença, mas a grandessíssima parte desses registros produzidos se revelam inúteis:

> Ainda, esta tecnologia que lembramos, coadjuvada pela informatização dos conhecimentos compreendidos pela rede (também internet) (a qual é, porém, ainda, somente em sua primeira passagem), a necessidade exasperada de tornar visível toda ação dos comportamentos humanos (penso, por exemplo, nas inúteis

> fotografias (selfies...) produzidas pelos smartphones), a transformação das formas dos textos (da tipografia ao *file* elétrico, ao digital e-book, mas não somente esses), são todos elementos que contribuem a desenhar os estigmas dessa nova sociedade que, em sua forma primária, me parece se tornar uma espécie de sociedade visual (porque, entre outras coisas, e de passagem, é visual também a projeção dos escritos singulares nas telas dos computadores, dos tablets, etc. que, lembramos, são os meios mais utilizados pelos social media). Portanto, na base dessa trajetória, o conjunto desses instrumentos algorítmicos (incluindo os smartphones) contribui, a meu ver, a constituir uma vegetação rasteira de mensagens, de textos dos quais, provavelmente, muitos hão de revelar-se e revelam-se inúteis, e não guarnecidos de uma durabilidade própria no horizonte do saber (Caproni, 2018, p. 9, grifo do autor).

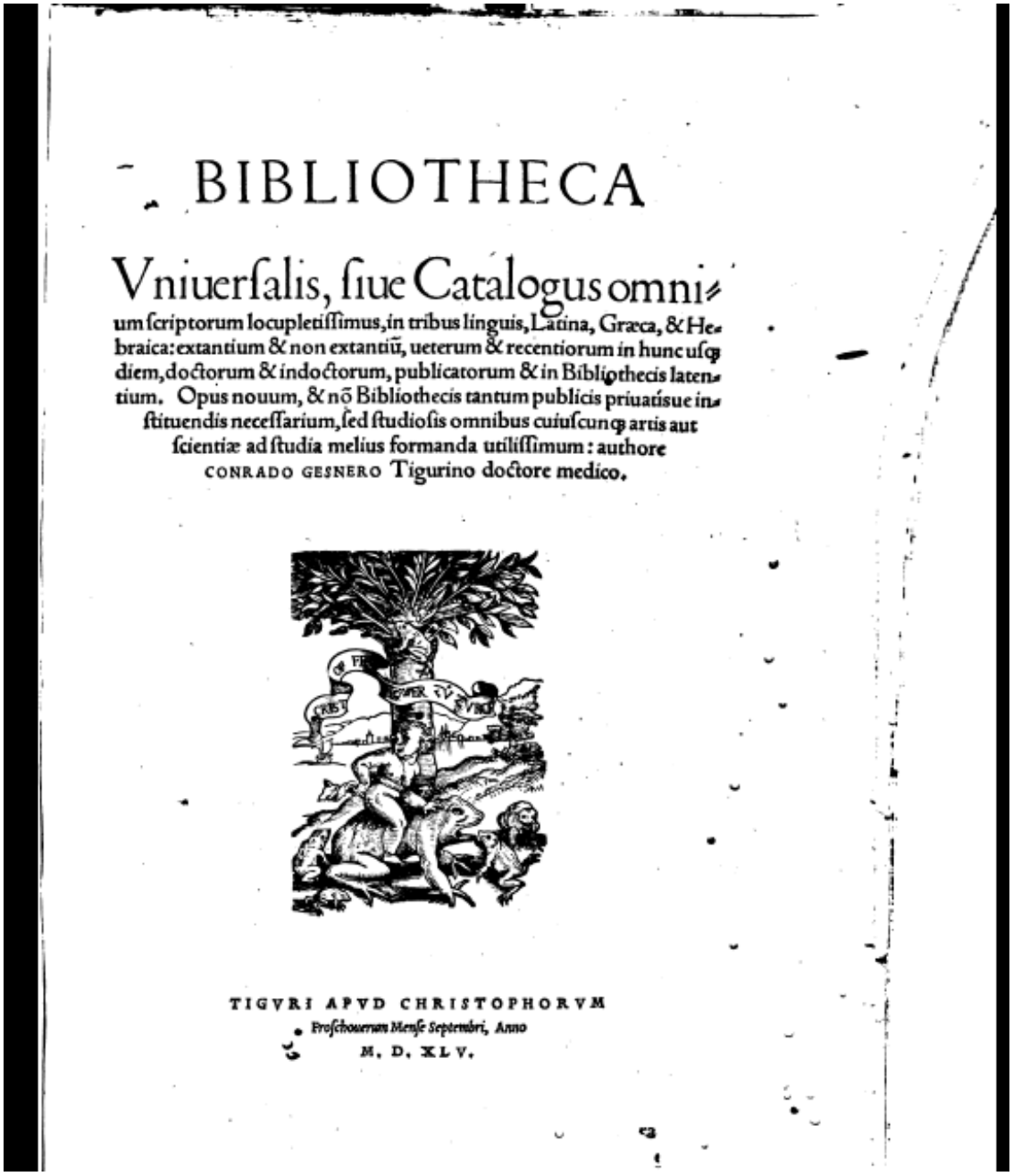
A escrita, mesmo no tempo do digital, se encontra na potencialidade da produção de textos e da transmissão do pensamento humano, produzindo dessa forma registros escritos. No entanto, a pergunta que nos cabe ao contrastar a inutilidade, a não razoabilidade e mesmo a não durabilidade desses registros é qual o papel da Bibliografia, que não deve ignorar os textos digitais, perante o cenário desafiador que se apresenta? No mar de textos e imagens, documentos, podemos dizer, em uma espécie de generalização dos registros produzidos, há a missão da pessoa bibliotecária, que já nos alertava Ortega y Gasset (2006), o papel de selecionar quais são os documentos úteis e relevantes. Impõe-se, aqui, no universo do macro, do espírito e dos desafios de nosso tempo, a alfabetização e/ou letramento informacional crítico à população, para que possa ter à consciência habilidades técnicas e sócio-políticas que as possibilitem refletir e avaliar as informações que acessa. Para nós, a Bibliografia em seu papel de mapa do conhecimento e/ou de guiar leitores e leitoras no caminho, não linear, mas seguro das leituras válidas, pressupõe uma luta por uma sociedade de saber, de conhecimento, de culturas não nocivas plurais em diálogo permanente.

> Para uma definição semelhante, então, seria necessário lembrar que, para nossa disciplina, às vezes, seria útil **limitar o barulho de internet**, em seu uso primário, e considerar a revolução digital da escrita um bom meio (ainda não definido, porém, em todos os seus aspectos) para atribuir aos livros, aos textos, à leitura, etc. canais de transmissão voltados a determinar, onde é possível, a profundidade e a durabilidade dos mesmos (Caproni, 2018, p. 11, grifo nosso).

Conrad Gesner e Johannes Trithemius são figuras-chave para entendermos o nascimento da Bibliografia Moderna. O primeiro é visto como o “pai da Bibliografia”,

por exemplo. O segundo, além de ter recuperado e avançado nas listas biobibliográficas escritas séculos antes por Jerônimo de Estridão, criou a esteganografia (um tipo de escrita criptográfica). Johannes publicou três listas de escritores: *Catalogus illustrium virorum Germaniae*, 1491–1495; *De viris illustribus ordinis sancti Benedicti* (1492); *De scriptoribus ecclesiasticis* (1494).

Figura 9 - Frontispício da *Bibliotheca Universalis* de Conrad Gesner



BIBLIOTHECA

Vniuerſalis, ſiue Catalogus omnium ſcriptorum locupletiſſimus, in tribus linguis, Latina, Græca, & Hebraica: extantium & non extantiũ, ueterum & recentiorum in hunc uſq; diem, doctorum & indoctorum, publicatorum & in Bibliothecis latentium. Opus nouum, & nõ Bibliothecis tantum publicis priuatisue inſtituendis neceſſarium, ſed ſtudioſis omnibus cuiuſcunq; artis aut ſcientiæ ad ſtudia melius formanda utiliſſimum: authore CONRADO GESNERO Tigurino doctore medico.

TIGVRI APVD CHRISTOPHORVM
Froſchouerum Menſe Septembri, Anno
M. D. XLV.

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

Em uma perspectiva histórico-epistemológica, Giulia Crippa e André Vieira de Freitas Araújo (2015) apontam possíveis contribuições de Conrad Gesner para a Organização do Conhecimento. Como vários trabalhos bibliográficos se baseiam na *Bibliotheca Universalis* (1545), Araújo e Crippa (2015) atribuem a ele um protagonismo no delineamento das práticas bibliográficas modernas na Europa.

> Como vimos, a taxonomia gesneriana se mostra inovadora em tempos de formação da Europa Moderna uma vez que amplia as sete artes liberais praticadas no Medievo, tornando-se um esquema classificatório referencial por ser o primeiro expressamente projetado para organizar livros (Araújo; Crippa, 2015, p. 45).

Archer Taylor (1955) comenta a obra de ambos, Gesner e Trithemius, em seu livro sobre bibliografias de bibliografias. No capítulo introdutório, Taylor (1955) começa tratando da obra de Jerônimo de Estridão, defende ser ela uma bibliografia de bibliografias, por se tratar de uma lista de autores que listaram obras de outros autores. Escritores de bibliografias, esse seria o ponto comum entre os personagens arrolados por Jerônimo, segundo Taylor (1955).

Além disso, entre os nomes recolhidos por Jerônimo está o de Sátiro que, segundo Taylor (1955), era um escritor de biobibliografias gerais, o que, de imediato, nos reporta para a Antiguidade do método biobibliográfico, assim como de sua permanência e presença na própria formação moderna da Bibliografia:

> Gesner publicou quatro volumes - a Bibliotheca universalis de 1545, as Pandectae de 1548, as Partitiones de 1549 e o Apêndice de 1555 - que normalmente são considerados uma única obra. A Bibliotheca e o Apêndice **constituem um dicionário biobibliográfico**. Os Pandectae e as Partitiones são um índice de assuntos que carece de uma seção prometida sobre medicina. O dicionário e o índice não têm relações próximas entre si, exceto na medida em que o dicionário forneça informações adicionais sobre os livros citados pelos nomes dos autores no índice. (Taylor, 1955, p. 12-13, grifo nosso).

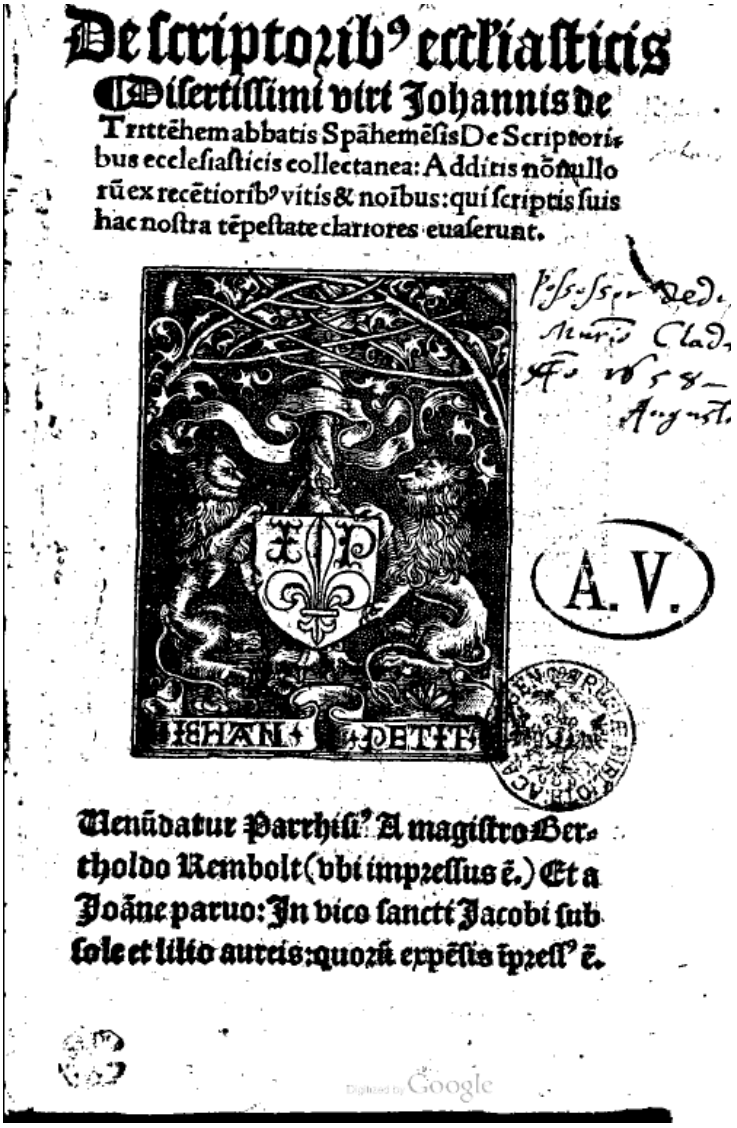
É interessante perceber que o método, ou ainda, a forma biobibliográfica estava presente na fundação da Bibliografia na e pela Modernidade. Tanto Trithemius, com suas listas de vidas ilustres, inspirado no modelo de Jerônimo, e suas listas de escritores eclesiásticos, quanto em Gesner, com seus volumes, em formato de dicionário biobibliográfico, conforme afirma Taylor (1955).

Ainda sobre a *Bibliotheca Universalis*, Araújo (2017, p. 77) diz:

> Do ponto de vista estrutural, Bibliotheca Universalis é um catálogo alfabético-nominal que elenca 5031 autores de obras em latim, grego e hebraico. Está organizado por ordem alfabética do primeiro nome do autor e apresenta resumo e extrato dos documentos listados.

Sobre Johannes Trithemius (1462-1516) e seu *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*, de 1494, fala-nos Araujo (2018, p. 36), com base em Alfredo Serrai: "Foi o primeiro **repertório biobibliográfico** da Idade Moderna que, embora tenha esse título, não se limita às obras de escritores eclesiásticos no sentido estrito mas, no âmbito da civilização cristã, incorpora escritos filosóficos, científicos e literários" (grifo nosso).

Figura 10 - Frontispício de *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*, de Trithemius



Fonte: Digitalizado por Google Books.

Logo depois de Gesner, continuamos com Taylor (1955), temos a obra de Israel Spach, que viveu entre a segunda metade do século XVI e a primeira década do Seiscentos. Ele faz a sua bibliografia de bibliografias, no entanto:

> A omissão de Spach de bibliografias regionais ou nacionais e **dicionários biobibliográficos**, exceto para Bale e Doni, e de **dicionários biobibliográficos** das ordens religiosas é óbvia. Talvez ele os considerasse como **obras de referência históricas e não bibliográficas** (Taylor, 1955, p. 16, grifo nosso).

A referência e a crítica a obra de Spach, por Taylor (1955), nos coloca uma primeira questão relevante que teremos que debater. Queremos dizer, a relação entre Biobibliografia e Bibliografia.

Figura 11 - Frontispício do *Illustrium maioris britanniae scriptorum…* de John Bale (1495-1563).



Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

Vemos que, de acordo com a interpretação de Taylor (1955) da obra de Spach, este poderia considerar que os dicionários biobibliográficos seriam uma espécie de fontes de informação históricas e não bibliográficas, ponto do qual discordamos. Para nós, a Biobibliografia é parte da tradição Bibliográfica, comunga com ela diversos fundamentos históricos, como podemos verificar quando do nascimento da Bibliografia Moderna, e também epistemológico, tratando-se de técnica, método e tecnologia regida pelos mesmos pressupostos do pensamento de organização e representação do conhecimento que funda a Bibliografia como um todo.

De certo que as biobibliografias, assim como as listas bibliográficas, podem e devem ser utilizadas em estudos históricos, afinal elas representam parte da realidade ligada a produção de registros de conhecimento de uma época. No entanto, isso não anula o caráter descritivo e classificatório dos saberes, ou das informações biográficas, visando seu registro, sua preservação, recuperação e circulação, desempenhado por esses tipos documentais.

Outro ponto de tensão que necessita ser discutido para que possamos iluminar aquilo que queremos abarcar com a noção de Biobibliografia, refere-se aos dicionários biográficos. Percebamos que entre dicionários biobibliográficos e dicionários biográficos há uma diferença que vai além da nomenclatura. Os primeiros, por certo, selecionaram vidas de autorias para seus compêndios. Já os segundos não estão restritos a esses personagens autorais. Em um primeiro momento, poderíamos entender que o pensamento bibliográfico em nada se relacionaria com os dicionários biográficos. E aqui o entendimento de Taylor (1955) sobre Spach poderia ser aplicado com mais vigor. Ou seja, em relação a dicionários biográficos, faria mais sentido entendê-los como fontes de informação, estritamente, históricas. E podemos concordar com essa afirmativa pelo lado do conteúdo que ele trabalha. Vejamos, os dicionários biográficos não estão trabalhando com listas de livros ou com registros de conhecimento. No entanto, na medida em que trabalhamos pelo lado da organização de um dicionário biográfico, em que elegemos critérios de seleção daquelas personagens ditas ilustres e relevantes para compor o acervo do dicionário, levando em consideração o tratamento de uma coleção de registros biográficos (documentos), escolhemos os atributos de descrição das

pessoas, metadados, classificamos, indexamos e damos um arranjo a esses registros. Não seria esse um trabalho de descrição, organização e registro, visando a preservação e recuperação de informações biográficas? Não seria esse um trabalho biobibliográfico? Por acreditarmos que sim, é que incluímos os dicionários biográficos no rol das atividades biobibliográficas, não são produtos biobibliográficos como os dicionários biobibliográficos tradicionais ávidos por reunir autor e obra, porém são tecnologias fruto do pensamento e da técnica biobibliográfica que se inicia ainda na Antiguidade. Essa noção de Biobibliografia enquanto método e razão da Organização do Conhecimento e dos Saberes, se aproxima mais daquele conceito mais maduro que buscamos desenvolver.

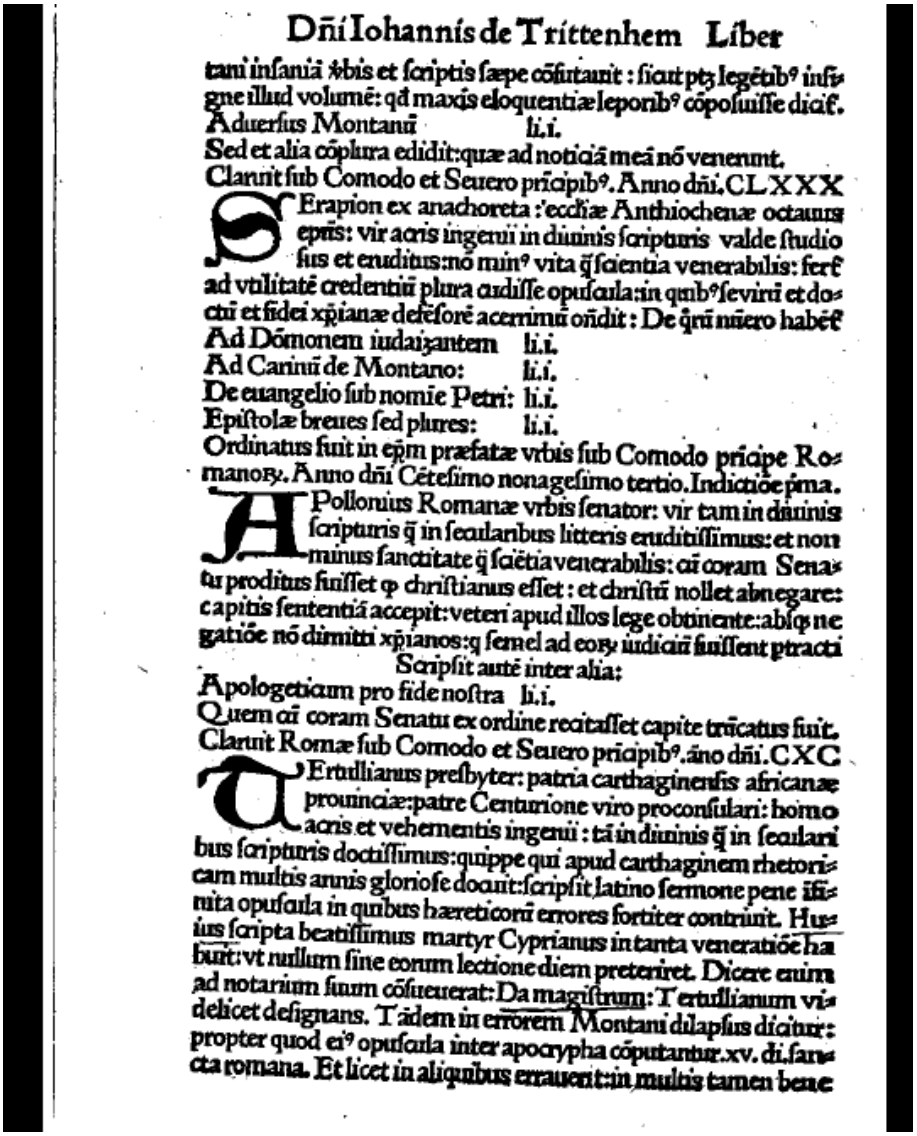
A técnica biobibliográfica pode ser entendida a partir daquilo que Crippa (2016, p. 29) fala sobre arte, técnica e tecnologia bibliográfica:

> Se o gesto bibliográfico é entendido como técnico, há de sê-lo nessa perspectiva de *artifex* que molda a matéria e produz resultados, principalmente “materiais”. O ofício do artífice segue as “regras” de uma Arte, isso é, técnica, como a arte da tecelagem, ou como a da navegação.

Bibliografia, portanto, para Crippa (2016), se reveste do conceito originário de tecnologia, visto que os produtos desta se sustentam a partir de regras intimamente ligadas à Retórica, que seria sua técnica ou arte.

Fiammetta Sabba (2016), estudiosa da obra de Conrad Gesner, dá ênfase ao caráter colaborativo em que uma “cadeia bibliográfica milenar” se formou a partir da prosopografia feita por atores ao longo da história. Sabba (2016) desenha no desenrolar dessa cadeia que começa com Jerônimo de Estridão, no século IV, até Johannes Trithemius, na passagem do século XV para o XVI, o desenvolvimento de uma consciência bibliográfica. No final da cadeia, ou seja, a obra Trithemiana apresenta “**963 biobibliografias** expostas conforme uma estrutura tabelar, derivada da herança manuscrita (título da obra, número dos livro e *incipt*)” (Sabba, 2016, p. 75, grifo nosso).

Figura 12 - Exemplo de biobibliografias na obra de Thrithemius



Dñi Iohannis de Trittenhem Liber

tani infaniã ꝛbis et ſcriptis ſæpe cõfutauit : ſicut ptz legẽtib⁹ inſi-
gne illud volumẽ: qđ maxis eloquentiæ leporib⁹ cõpoſuiſſe dicit.
Aduerſus Montanũ li.i.
Sed et alia cõplura edidit: quæ ad noticiã meã nõ venerunt.
Claruit ſub Comodo et Seuero prĩcipib⁹. Anno dñi. CLXXX

SErapion ex anachoreta : eccl̃iæ Anthiochenæ octauus epũs: vir acris ingenii in diuinis ſcripturis valde ſtudio ſus et eruditus: nõ min⁹ vita q̃ ſcientia venerabilis: ferẽ ad vtilitatẽ credentiũ plura cudiſſe opuſcula: in quib⁹ ſeuirũ et doctũ et fidei xp̃ianæ defenſorẽ acerrimũ oñdit: De q̃rũ nũero habẽt
Ad Dõmonem iudaizantem li.i.
Ad Carinũ de Montano: li.i.
De euangelio ſub nomĩe Petri: li.i.
Epiſtolæ breues ſed plures: li.i.
Ordinatus fuit in ep̃m præfatæ vrbis ſub Comodo prĩcipe Romanor⁹. Anno dñi Cẽteſimo nonageſimo tertio. Indictiõe p̃ma.

APollonius Romanæ vrbis ſenator: vir tam in diuinis ſcripturis q̃ in ſecularibus litteris eruditiſſimus: et non minus ſanctitate q̃ ſciẽtia venerabilis: cũ coram Senatu proditus fuiſſet q̃ chriſtianus eſſet: et chriſtũ nollet abnegare: capitis ſententiã accepit: veteri apud illos lege obtinente: abſq; negatiõe nõ dimitti xp̃ianos: q ſemel ad eor⁹ iudiciũ fuiſſent ptracti
Scripſit autẽ inter alia:
Apologeticum pro fide noſtra li.i.
Quem cũ coram Senatu ex ordine recitaſſet capite trũcatus fuit.
Claruit Romæ ſub Comodo et Seuero prĩcipib⁹. ãno dñi. CXC

TErtullianus preſbyter: patria carthaginenſis africanæ prouinciæ: patre Centurione viro proconſulari: homo acris et vehementis ingenii : tã in diuinis q̃ in ſecularibus ſcripturis doctiſſimus: quippe qui apud carthaginem rhetoricam multis annis glorioſe docuit: ſcripſit latino ſermone pene ĩfinita opuſcula in quibus hæreticorũ errores fortiter contriuit. Huius ſcripta beatiſſimus martyr Cyprianus in tanta veneratiõe habuit: vt nullum ſine eorum lectione diem preteriret. Dicere enim ad notarium ſuum cõſueuerat: Da magiſtrum: Tertullianum videlicet deſignans. Tãdem in errorem Montani dilapſus dicitur: propter quod ei⁹ opuſcula inter apocrypha cõputantur. xv. di. ſanc-
cta romana. Et licet in aliquibus errauerit: in multis tamen bene

Fonte: Digitalizado por Google Books.

Sobre a importância da obra de Trithemius para uma passagem da prosopografia para a bibliografia nascente, temos:

> A novidade no índice representada pelo repertório bibliográfico trithemiano reside na proposta de um índice alfabético final dos nomes (FIG. 6) com vantagem, para a consulta, de entradas do texto principal ordenadas, sempre cronologicamente, por período de máxima fama (indicado pelo verbo “floruit”). Trithemius qualifica-se, portanto, como uma espécie de “avô da Bibliografia”, pois testemunha o nascimento de uma consciência do índice também nos repertórios e nos prontuários, portanto bibliográfica. Sua lucidez, porém, não reside tanto na ordenação alfabética, quanto na ordenação do índice diferenciado a respeito daquele do texto, de

> maneira que o índice não é mais um resumo do conteúdo, mas um instrumento lógico de recuperação e consulta da obra. (Sabba, 2016, p. 76).

O índice que denota uma preocupação do autor com a recuperação dos nomes dos autores biobibliografados é a novidade da obra trithemiana como observa Sabba (2016). Os índices, ou seja, a tecnologia que incide sobre o conjunto de registros reunidos para que possam ser recuperados de acordo com uma lógica de busca é o que passa a diferenciar o feito bibliográfico. Os itens anteriores, produzidos pela cadeia anteriormente referida, apresentavam, quando apresentavam, uma lista dos nomes na ordem em que apareciam na própria obra. O que poderia ser bastante difícil de encontrar-se devido às diversas formas de apresentação possíveis, cronológica, alfabética, arbitrária, por regiões e etc. Essa novidade que passa a ser um “divisor de águas” pode ser observado na definição que Sabba (2016, p. 67-68) apresenta para a Bibliografia:

> A Bibliografia, portanto, consiste em uma metaestrutura, e é ela mesma uma metadisciplina que se torna *ancilla* e *domina* em relação a todas as outras categorias disciplinares: utiliza os produtos escritos no âmbito das outras disciplinas e os devolve a elas de forma organizada, para garantir sua recuperação, a permanência como sinal e, onde possível, sua fruição.
> Para essa atividade organizadora a bibliografia utiliza ‘índices’ que são exatamente aqueles conotados já mencionados, enquadrados em esquemas categoriais que mediam entre as exigências explícitas, implícitas e latentes do usuário, ou dos grupos de usuários, e as ofertas informacionais documentárias. Os planos de ação são o literário-autoral (autores, obras e edições), e o semântico-conceitual (assuntos, matérias, classes, âmbitos disciplinares).

Na concepção de Sabba (2016), essa consciência bibliográfica de organizar o mundo do escrito das disciplinas faz dela uma metadisciplina. Ou seja, uma disciplina que age sobre as outras disciplinas, captando sua literatura registrada e a devolvendo de forma organizada para que possa ser recuperada e utilizada de forma facilitada. Encontramos aqui o mundo do “meta”, em que Saldanha (2012) posiciona o campo da Organização dos Saberes na forma de uma metalinguagem. Sendo assim, a autora reconhece a Bibliografia enquanto atividade organizadora. E o índice, entre aspas simples, para indicar toda uma miríade de formas, para além das listas, em que essa tecnologia pode se apresentar, é tido como a máquina mediadora. A lista de nomes próprios alfabeticamente organizados, de Trithemius,

que remete ao lugar onde o registro biobibliográfico referente àquela pessoa se encontra no texto, é a fundação da máquina bibliográfica de recuperação da informação.

Os planos de ação da bibliografia entre autores, obras, edições, assuntos, classes, matérias e âmbitos disciplinares estão diretamente ligados ao entendimento contemporâneo dos *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), como a própria autora aponta (Sabba, 2016).

Sabba (2016) trata, também, da obra gesneriana e da importância dada por ele às questões semânticas nas *Pandectae* no século XVI, o que a Ciência da Informação viria a "descobrir" quatro séculos depois.

Para Araujo (2017), a bibliografia se desenvolve e se origina, em suas teorias e em seus métodos, com base no trato aos documentos, desenvolvendo "estratégias para o mapeamento, organização e representação documentária" (Araújo, 2017, p. 66). Nesse sentido, o saber bibliográfico não está restrito à noção de enumeração dos documentos de uma coleção, não se restringe a imagem estereotipada de uma lista, mas se encontra no "esquema da realidade destes" (Araujo, 2017, p. 66).

Para Araujo (2018, p. 34, grifo do autor):

> Do ato de **escrever**, o sentido da palavra **bibliografia** se estendeu para o ato de **descrever** livros (manuscritos e impressos) e, posteriormente, **mapear** e **representar** os saberes e os conhecimentos neles contidos.
> A Bibliografia dialoga com as práticas históricas e culturais de catalogação e indexação documental, ou seja, está intimamente ligada às práticas de organização do conhecimento.

É interessante notar as redes de relações disciplinares que a Bibliografia tece em sua epistemologia-histórica, se as relações com a transdisciplina da organização do conhecimento ~~é~~ são de fácil reconhecimento, outras não o são. Ao citar o italiano, estudioso da bibliografia, Alfredo Serrai, Araujo (2018, p. 40) diz que compreende o campo da Bibliografia qualquer disciplina que se ocupe de "organizar e estruturar as comunicações escritas": "Neste sentido, fazem parte da Bibliografia ciências e técnicas como a Paleografia, Arquivística, Diplomática, Documentação, Informática, Bibliologia, Biblioteconomia, Catalogação, Enciclopedística e Erudição Literária e **Biográfica**" (Araujo, 2018, p. 40-41, grifo nosso).

Há ainda que se falar em uma convergência entre a organização do conhecimento e memória no âmbito das bibliografias. Patrícia Almeida, André Araujo e Patrick Meyer (2023) apontam para o caráter memorialístico das atividades bibliográficas. Ao organizar o conhecimento registrado, ou ao promover saberes e técnicas voltadas à produção da tecnologia bibliográfica que organiza, mapeia e recupera a informação na forma dos documentos, a bibliografia desenvolve a própria memória desses documentos. Mapear e retratar são conceitos utilizados por Almeida, Meyer e Araujo (2022) para descrever as funções do instrumento bibliográfico.

6.2 Indícios epistemológicos-históricos da biobibliografia

> Dizei-me agora, ó Musas, que no Olimpo tendes vossas moradas - pois sois deusas, estais presentes e todas as coisas sabeis, ao passo que a nós chega apenas a fama e nada sabemos -, quem foram os comandantes dos Dânaos e seus reis. A multidão eu não seria capaz de enumerar ou nomear, nem que tivesse dez línguas, ou então dez bocas…
>
> Homero. Ilíada.
> Tradução de Frederico Lourenço.

A epígrafe desta subseção foi citada, também, por Umberto Eco (2010), em "A Vertigem das Listas”. Ao interpretar a passagem de Homero, o pensador italiano nos reporta à necessidade das listas de nomes de pessoas como uma forma de dizer, gramaticalizar, um elenco. No caso do exemplo, enunciar a imensidão do exército grego, para que possa dizê-lo. Tendo em vista o tamanho exacerbado da multidão, e dada a impossibilidade de dizer nome por nome, a personagem da Ilíada resolve citar apenas os capitães dos navios, e passa os próximos 350 versos listando seus nomes e escrevendo traços de suas vidas. A questão exposta por Homero na Antiguidade nos persegue, sem dúvida, até a Modernidade. São muitas as ocasiões em que precisamos individualizar uma população. Por isso, entendemos que há culturalmente uma necessidade de listar nomes próprios e lhes ofertar traços biográficos. No entanto, esbarramos quase sempre com a mesma dificuldade de Homero, a impossibilidade de dizer todos os nomes, o que equivaleria a documentar

todas as vidas. Imaginar uma Biobibliografia universal e total ainda nos parece uma utopia alexandrina, bem ao estilo do Aleph de Borges (1999).

Sendo assim, temos, de um lado, a dificuldade de representar, de descrever, a todas e todos que, de algum jeito, formam uma classificação de pessoas, um coletivo, um elenco que queremos registrar para dar a conhecer. Depois a solução, aparentemente sensata, de indicar apenas aqueles que se destacam por algum motivo, a partir de algum critério, alguma diferença socialmente consolidada e legitimada na forma de uma ilustração. Para nós, é dessa vontade e/ou dessa necessidade de registrar ou de conhecer um elenco, um grupo de pessoas, nasce o ato biobibliográfico de produção de listas de nomes próprios. É na linguagem, na gramaticalização, que podemos vislumbrar a possibilidade de a todas e todos registrar para que possamos conhecer. E é na transgramaticalização, no processo da transgramática, conceito explorado por Saldanha (2013), onde podemos manipular esses registros com fins diversos.

Do ponto de vista do seu arranjo, verificamos, conforme Lara (2018), as primeiras bibliografias apresentavam seus repertórios por autoria. A afirmação da autora se confirma nas palavras de Louise Noelle Malclès (1960, p. 14, grifo nosso, tradução nossa):

> Na verdade, **os primeiros repertórios assemelham-se mais a dicionários biográficos do que às nossas bibliografias atuais**, nas quais os autores são sacrificados em troca de uma descrição completa e técnica dos livros. Em contraste, a bibliotheca, os scriptores ou catalogus scriptorum apresentam-nos primeiro os escritores e as suas obras e, em seguida, muito sumariamente, os livros. A ideia de considerar o livro em si e de o registar devidamente após um exame rigoroso ainda não nos ocorreu, e este facto constitui mais uma prova de que a curiosidade, ou melhor ainda, a paixão científica, motivou os primeiros compiladores, que assim se revelaram historiadores do pensamento e da cultura[59].

[59] Do original: *En verdad, **los primeros repertorios se parecen más a diccionarios biográficos que a nuestras bibliografías actuales**, en las cuales se sacrifica a los autores por la descripción completa y técnica de los libros. En cambio, las bibliotheca, scriptores o catalogus scriptorum nos hacen conocer antes que nada a los escritores y sus obras, y después, muy sumariamente, los libros. La idea de considerar el libro por él mismo, y de registrarlo debidamente tras riguroso examen, no acude aún a la mente, y tal hecho constituye una prueba suplementaria de que la curiosidad, o mejor aún, la pasión científica, anima a los primeros compiladores, quienes se revelan así como historiadores del pensamiento y la cultura.*

Malclès (1960) trabalha a história da Bibliografia, na forma de ciência do livro, tendo início no período inicial da Modernidade no século XVI. Apesar de tratar de outros repertórios de períodos anteriores, como veremos a seguir. Para Malclès (1960) esses repertórios bibliográficos do início da Modernidade assemelham-se mais a dicionários biográficos do que às bibliografias que conhecemos na atualidade. A característica que define seu veredito é que esses repertórios fundacionais apresentam as autorias e suas obras, seus feitos, seus dados biográficos, e muito sumariamente os livros publicados. A preocupação inicial desses repertórios é fazer conhecer os nomes e as obras das autorias consideradas próprias a permanecerem na memória do pensamento e da cultura de uma época. Como sabemos, a lista desses nomes não é fixa, e poucos são os nomes que aparecem unanimemente em todas as listas produzidas desde então. Os critérios utilizados para fazer aparecer do cômputo geral as autorias ilustres e memoráveis se altera conforme o cenário histórico e sócio-político em que estão sendo produzidas as listas em questão.

Esses dicionários biográficos a que se refere Malclès (1960) são para nós exemplos de Biobibliografia, e podemos dizer que, de um ponto de vista histórico, acompanhando a historiografia malclesiana, a Biobibliografia moderna, no sentido do produto e da técnica, se fez presente antes dos repertórios especificamente bibliográficos. No entanto, ressaltamos, a Biobibliografia enquanto ciência, para nós, esteve sempre atrelada a uma ciência maior, a Bibliografia enquanto saber, enquanto ciência, que se realiza na prática e na técnica de produzir repertórios bibliográficos e biobibliográficos em suas mais variadas expressões. Os dicionários biográficos que repertoriavam as autorias de uma época, apresentando seus nomes, suas vidas e obras, bem como os títulos de alguns de seus textos, só pode ser chamado, no âmbito dos estudos em Organização do Conhecimento, de biobibliografias ou repertórios biobibliográficos.

> No século II, o médico grego Claudius Galen, ao escrever *De libris propiis líber*, ofereceu a primeira manifestação da noção bibliográfica equivalente a "lista de obras". Esta ideia reaparece nos Scriptores ecclesiasticorum vitae de São Jerónimo e no catálogo Illustrium virorum de Gennadius de Marselha; **ambas as obras, que são biobibliografias**, foram impressas juntas a partir de 1470 em Augsburgo, e inúmeras vezes nos séculos seguintes: em Basileia (1529) e em Frankfurt (1549), com os escólios de Erasmo (Malclès, 1960, p. 10, grifo nosso)[60].

Ainda no âmbito da Antiguidade com São Jerônimo temos a figura de repertórios biobibliográficos na forma de um discurso sobre a "vida de escritores". As biobibliografias, portanto, enquanto prática bibliográfica está presente em todos os grandes períodos da história da humanidade ocidental, cumprindo seu papel de fazer conhecer-se as autorias de determinada comunidade de escrita, como por exemplo, para nos manter com São Jerônimo, a comunidade dos *Scriptores ecclesiasticorum*. Repertórios biobibliográficos, em certo sentido, caminham próximos às fontes biográficas e às fontes bibliográficas.

Gabriel Peignot, em seus estudos escritos sobre a Bibliologia e a Bibliografia demonstra, ele próprio, um agir biobibliográfico na medida em que apresenta a figura dos "impressores célebres", dos "filósofos ilustres da história da filosofia", por exemplo em seu *Manuel Bibliographique* (Peignot, 1800). Podemos ver isso em uma espécie de resumo daquilo que se apresentará na sua obra contido no capítulo introdutório, indicará ele:

> 3° Um quadro cronológico de sete sábios, poetas, oradores, historiadores e sábios da Grécia, com uma indicação das melhores edições de suas obras. [...] Sur les progrès de la Philosophie vers la fin de la République; um quadro cronológico de oradores, historiadores, poetas e sábios que se distinguem entre os romanos, com um catálogo de suas obras. 6° Un Tableau chronologique des Hommes célèbres depuis la renaissance des Lettres. [...] Des premiers Imprimeurs remarquables, et des ouvrages qu'ils ont publiés. Des progrès de l'imprimerie. Os famosos impressores da Itália, França, Alemanha, Colônia, Pays-Bas, Hollande, etc., com um aviso das principais obras que foram impressas (Peignot, 1800, p.

[60] Do original: *En el siglo II, el médico griego Claudio Galeno, al escribir De libris propiis líber, ofrece la primera manifestación de la noción bibliográfica que equivale a "lista de obras". Tal idea reaparece en los Scriptores ecclesiasticorum vitae, de San Jerónimo y en el Illustrium virorum catalogus, de Genadio, de Marsella;* ***ambas obras, que son biobibliografías****, impresas conjuntamente desde 1470, en Augsburgo, y un sinnúmero de veces en los siglos siguientes: en Basilea (1529) y en Francfort (1549), con los escólios de Erasmo*

4-6, tradução nossa)[61].

O discurso biobibliográfico, apesar de não explicitado dessa forma, está amplamente presente nos estudos históricos acerca da Bibliologia em Gabriel Peignot (1800), tendo em vista a lista de nomes próprios de homens célebres, de impressores, poetas, oradores, historiadores e intelectuais apresentados a partir de uma notícia biográfica e de indicações de suas melhores obras. Não é diferente dos achados por Saldanha e Mata (2019) ao analisarem a presença do discurso biobibliográfico no *Dictionnaire Raisonné de Bibliologie* (1802, 1802a). A perspectiva biobibliográfica encontrada no pensamento de Peignot (1800, 1802, 1802a) possui um caráter enciclopedista na medida em que pretende uma descrição mais completa possível do estado do conhecimento bibliológico e/ou bibliográfico até sua época. As listas, no *Manuel,* se apresentam em forma cronológica, o que denota, talvez, uma preocupação com a sucessão histórica do aparecimento daquelas personagens biobibliografadas por Peignot (1800), já no *Dictionnaire* (Peignot, 1802, 1802a) a ordem é alfabética, aproximando-se mais à característica própria dos Dicionários.

Podemos verificar em Paul Otlet (2018), em sua categorização das bibliografias, em que aparecem tipos como bibliografia de bibliografias, bibliografia universal, bibliografia nacional, bibliografia especializada e bibliografias seletivas, por exemplo, o aparecimento das biografias como a décima categoria. Para ele a biografia se torna uma categoria bibliográfica na medida em que contem “informação sobre as obras dos autores” (Otlet, 2018, p. 630). Podemos perceber, portanto, que o gênero biográfico, na medida em que se dedica a uma ou mais autorias e apresenta as obras dessas pessoas, aproxima-se à noção de gesto bibliográfico. Talvez, não seja objetivo principal de certo trabalho biográfico de uma autoria

---

[61] Do original: *3° Un Tableau chronologique des sept Sages, des poètes, des orateurs, historiens et savans de la Grèce, avec une indication des meilleurs éditions de leur ouvrages. [...] Sur les progrès de la Philosophie vers la fin de la République; un Tableau chronologique des orateurs, historiens, poètes et savans qui se sont distinguès parmi les Romains, avec un catalogue de leurs ouvragens. [...] 6° Un Tableau chronologique des Hommes célèbres depuis la renaissance des Lettres. [...] Des premiers Imprimeurs remarquables, et des ouvrages qu’ils ont publiés. Des progrès de l’imprimerie. Des célèbres imprimeurs d’Italie, de France, d’Allemagne, de Cologne, des Pays-Bas, de Hollande, etc., avec une notice des principaux ouvragens qu’ils ont imprimés.*

apresentar suas obras, mas o acaba fazendo, visto que as obras fazem parte da trajetória de tornar-se uma autoria.

> Existe um grande número de coletâneas de biografias, umas retrospectivas, outras correntes, e informações bibliográficas sumárias dispersas em dicionários e anuários. – As histórias literárias, as **biobibliografias** e enciclopédias são fontes importantes de biografias de autores de todos os países e de todas as épocas (Otlet, 2018, p. 461).

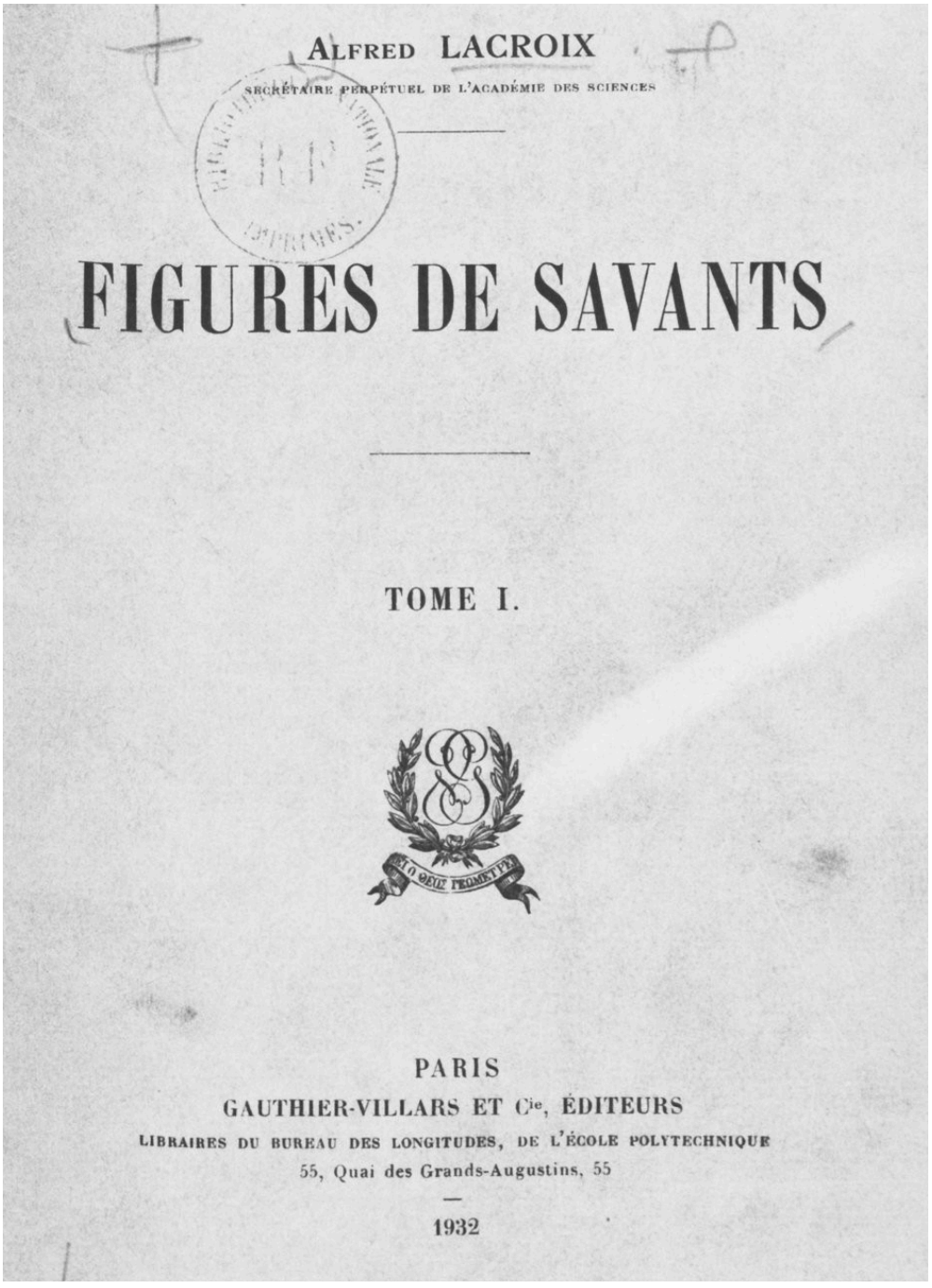
Como afirma Barthes (2004a), a figura autoral ainda reina nos manuais e nos dicionários biográficos, a noção de "império do autor" será desenvolvida na subseção seguinte. Seguimos com Otlet:

> O autor, muitas vezes, junta ao seu nome seus próprios títulos, qualificações, particularmente em relação à profissão ou seus títulos científicos que informam sua autoridade para escrever a obra. Às vezes, o nome do autor é seguido da indicação de sua obra principal (Otlet, 2018, p. 172).

Vemos desenhar-se, novamente, em Otlet (2018), a trama conceitual que nos ajuda a definir a Biobibliografia enquanto arte de apresentar os nomes, portanto a vida, e as obras de uma autoria. Otlet (2018) expressa uma característica da cultura bibliográfica ocidental desde a Antiguidade, onde por questões diversas (demarcar a autoria ou ganhar notabilidade, por exemplo) o nome da pessoa autora vem se juntar no solo dos discursos biográficos e bibliográficos com os títulos dos livros, com os textos atribuídos, sejam grandes ou pequenos.

Alfred Lacroix (1863-1948), professor no *Muséum National d'Histoire Naturelle*, membro do *Collège de France*, desenvolve na prática as indicações de Paul Otlet. Seu trabalho, o *Figures de Savants* (Lacroix, 1932), tratava da história dos cientistas, visto que ele, Lacroix, acreditava que a história da ciência seria inseparável da história de seus agentes. Em seu projeto, Lacroix (1932) admite privilegiar estudiosos da ciência da terra e alguns de seus mestres, demonstrando um caráter subjetivo nas suas escolhas, ou nas pesquisas biobibliográficas que sustentaram a produção de sua obra. Seu objetivo era posicionar as pessoas da ciência em um certo tempo e espaço do espírito científico, e deixar transparecer os contextos e dinâmicas que influenciaram a pessoa em sua trajetória científica.

Figura 13 - Frontispício de *Figures de Savants* de Alfred Lacroix



Fonte: Lacroix (1932).

Otlet (2018, p. 391), citando Alfred Lacroix em *Figures des Savants,* diz-nos:

> Os autores são, em muitos casos, cientistas. Portanto, a história da ciência é inseparável da história dos cientistas. Não é de somenos conhecer seus antecedentes, seu caráter, a evolução de sua carreira, quais foram as condições de sua existência, as condições favoráveis ou difíceis do meio no qual seus trabalhos foram realizados, saber

> também da origem deles, acompanhar o desenvolvimento de suas concepções e de suas realizações em função do ambiente científico e social de seu tempo. E tudo isso muitas vezes ajuda a avaliar melhor a importância daquilo que a eles devemos.

O documentalista belga coloca a questão da história das pessoas de ciência. Defende a importância de conhecermos a história dos cientistas. A obra da pessoa cientista, nesta visão de Otlet (2018), não está separada das concepções, das visões de mundo da pessoa autora científica. Ele conclama ao trabalho documentário um olhar a partir da biografia da pessoa que pesquisa. Sua proposta vai além dos dados de um *currirulum vitae*, vai até o nível histórico-social que contextualiza a trajetória pessoal (as realizações e as funções) desenvolvidas pela visão de mundo e pela obra de uma autoridade científica, ou seja, sua trajetória individual conectada ao contexto de seu tempo.

A triangulação, nome próprio da autoria, obra publicada e ciência, ganha no contemporâneo outras tonalidades. O avanço das análises métricas proporciona às instituições de fomento, administração e desenvolvimento das atividades de pesquisa científica indicadores de produtividade e de citação que os auxiliam na tomada de decisão, desde a contratação de novas pessoas pesquisadoras até a distribuição de verbas para novas pesquisas. A bibliografia tomada pela sua possibilidade estatística, na medida em que pode ser vista como um conjunto de dados quantificáveis se expressa na visão de Alan Pritchard (1969) deveria chamar-se Bibliometria. No entanto, Edson Nery da Fonseca (1973) lembra que Paul Otlet, em 1934, já usava o referido termo.

No entanto, é no trabalho de Subir K. Sen e Shyamal K. Gan (1990) que temos um dos encontros das disciplinas bibliográficas e bibliométricas relevantes para nossa pesquisa. Vejamos em que o trabalho conceitual de Sen e Gan (1990, p. 13-14) interessa às nossas discussões:

> Biobibliografia é um conceito bem conhecido nas ciências sociais, especialmente entre biógrafos, bibliógrafos e bibliotecários. Uma biobibliografia é uma lista abrangente, geralmente anotada, de todos os tipos de publicações de uma pessoa, juntamente com uma lista de biografias e outros materiais publicados sobre qualquer aspecto de sua vida e obra. Uma biobibliografia que busca uma visão completa de uma personalidade também inclui palestras, audiovisuais e materiais inéditos. Uma biobibliografia pode, portanto, fornecer uma visão espectral, de relance, da personalidade. Por mais completa que

> seja, uma biobibliografia é uma mera listagem de itens ou documentos bibliográficos. Como as biobibliografias são compiladas de forma independente e a listagem é o fim em si mesma, nenhum estudo comparativo de personalidades, especialmente de autores produtivos e criativos, é possível[62].

Sen e Gan (1990) definem assim a biobibliografia, sua definição leva em consideração os diversos textos que uma pessoa pode produzir, escritos ou orais. Também abrange textos sobre a autoria e não restringe apenas a textos por ela publicados. Sua perspectiva nos aproxima de uma espécie de “retrato” da pessoa biobibliografada. No entanto, discordamos de sua acepção final acerca de uma imposibilidade de comparação dos dados apresentados por biobibliografias. Isso foi feito pelo eugenista Frederick Woods (1911), o que chamou de *historiometry*. Tal experimento também fora relatado no Tratado de Otlet (2018).

A partir de uma análise quantitativa dos adjetivos atribuídos a uma e a outra autoria em dicionários histórico-biográficos de personalidades da memória literária, Woods (1911) elaborava suas hierarquias. Na figura a seguir, vemos uma tabela comparativa entre Sófocles e Eurípides. Os critérios de análise são os espaços e linhas dedicadas a cada autoria em determinado dicionário biográfico, bem como os adjetivos positivos e negativos direcionados a cada um deles. O objetivo de Woods (1911) em sua perspectiva eugênica consistia em estabelecer uma classificação hierarquizada da “superioridade” de um autor sobre o outro, para que servisse como guia daquelas autorias que deviam ter seus nomes e obras estimuladas e disseminadas com mais ênfase do que outras (Mata; Saldanha, 2020).

---

[62] Do original: *Biobibliography is a well-know concept in social sciences, especially among biographers, bibliographers and librarians. A biobibliography is a comprehensive listing usually annotated of all sorts of publications by a person, together with a listing of biographies and other materials published on any aspect of his life an work. A biobibliography that attempts a complete view of a personality also includes lectures, audio-visuals and unpublished materials. A biobibliography can this give a spectral view, at a glance, with respect to the personality. However complete, a biobibliography is a mere listing og bibliographic itens or documents. Since biobibliographies are compiled independently and the listing is the end in itself, no comparative study of personalities, especially of productive and creative authors, is possible*.

Figura 14 – Tabela apresentada em Woods (1911) comparando Sófocles e Eurípides

TABLE II

Authorities	Sophocles			Euripides		
	Space Lines or Pages	Adjectives		Space Lines or Pages	Adjectives	
		Pro	Con		Pro	Con
Bergk, "Griechischer literaturgeschichte," 1894	110 pp	128	28	137 pp	100	64
Bernhardy	74 pp	71	23	116 pp	105	97
Croiset	57 pp	115	13	71 pp	132	57
von Christ	34 pp	46	3	40 pp	35	20
Curtius	200 ls	25	0	773 ls	36	20
Müller and Donaldson	25 pp	31	3	30 pp	17	14
R. C. Jebb	11 pp	16	0	16 pp	24	11
Gilbert Murray	19 pp	31	4	28 pp	15	6
Jevons	11 pp	14	0	13 pp	19	9
Encyclopedias						
Meyer's "Konvasations Lexikon"	109 ls	9	0	126 ls	8	2
Brockhaus' "Lexikon"	112 ls	6	0	161 ls	2	1
"La Grande Encyclopédie"	298 ls	27	1	178 ls	5	1
"Encyclopaedia Britannica," 1890	550 ls	22	0	995 ls	10	4
"New International Encyclopedia"	207 ls	10	2	181 ls	7	3
Lippincott's "Biographical Dictionary," 1892	52 ls	8	0	45 ls	6	0

Fonte: Woods (1911, p. 572).

Sen e Gan (1990) continuam suas reflexões acerca da biobibliografia:

> Se várias biobibliografias de personalidades particularmente ativas em uma área ou campo específico forem reunidas, esse conjunto de biobibliografias pode ser usado para realizar estudos analíticos comparativos das personalidades e obter insights valiosos, possivelmente de forma quantitativa. Essas análises podem ser um aspecto importante do que gostamos de chamar de **biobibliometria** (Sen; Gan, 1990, p. 14, grifo nosso, tradução nossa)[63].

Ao trabalhar a noção de biobibliografia, Sen e Gan (1990) transportam o saber biobibliográfico em direção às métricas, assim como o caminho histórico epistemológico que vai da bibliografia para a bibliometria. Para eles, "" (Sen; Gan,

[63] Do original: *If a number of biobibliographies of personalities chiefly active in a specified area or field are taken together, such a set of biobibliographies may be used to make comparative analytical studies of the personalities and derive valuable insights, possibly in some quantitative manner. Such analyses could be one important aspect of what we like to call* ***biobibliometrics****.*

1990, p. 14, tradução nossa)[64]. Nesse sentido eles abordam a necessidade de padronização dos descritores comuns para todas as pessoas biobibliografadas a serem analisadas, com o objetivo de tornar os dados comparáveis entre si.

Ao classificar os dicionários biográficos como uma espécie de anuário e nos explicar este gênero textual, Otlet (2018, p. 252) cita os *Who's who* e o *curriculum vitae* como espécies de biografias documentárias com o objetivo de atualizar "as funções e títulos atuais e as obras produzidas" por determinada pessoa. Otlet (2018) fala-nos de um projeto universal de acompanhamento biográfico, para nós biobibliográfico, a partir dos anuários produzidos em diversos países:

> Uma comissão especial de especialistas reunidos no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual elaborou um plano de publicação de uma série de anuários especializados (anuário de cientistas, anuário de literatos, anuário de artistas). Eles previram a repartição do trabalho entre os diferentes países, e o instituto desempenharia o papel de um órgão de coleta dos dados e produção da obra. Acima desses anuários especializados haveria uma publicação mais geral e sucinta: um 'quem é quem internacional', **lista biobibliográfica das principais personalidades mundiais**, para cuja execução o instituto recebeu importante subvenção privada (Otlet, 2018, p. 253, grifo nosso).

Um pouco antes de Otlet (2018), que publicou seu *Traité* em 1934, Ernest-Daniel Grand, arquivista e paleógrafo parisiense, em obra dedicada ao gênero biográfico, diz-nos:

> L'invention de l'imprimerie favorisa la publication des ouvrages de biographie et surtout des dictionnaires biographiques. C'est à partir du milieu du xvi siècle que commencèrent à paraitre **les dictionnaires bio-bibliographiques de Gesner, La Croix du Maine, Du Verdier, Bale, etc.** Avant la publication de ces grands ouvrages, il y avait eu quelques essais de biographies spéciales, tels que le *Catalogus illustrium medicorum* d'Otto Braunfels (Grand, 1888, p. 7).

A invenção da imprensa, sem dúvida, altera em muito o cenário bibliográfico ocidental. O crescimento exponencial do ritmo de produção bibliográfica, bem como as revoluções históricas que vão libertando o escrito das ordens cristãs, favorecem o que se chamou de "explosão da informação" (Burke, 2002). Esse contexto desafiador transferiu às pessoas do saber e bibliotecárias o desenvolvimento e/ou

[64] Do original: *in brief, biobibliometrics is the application of bibliometric concepts and methods to analysing biobibliographic data*

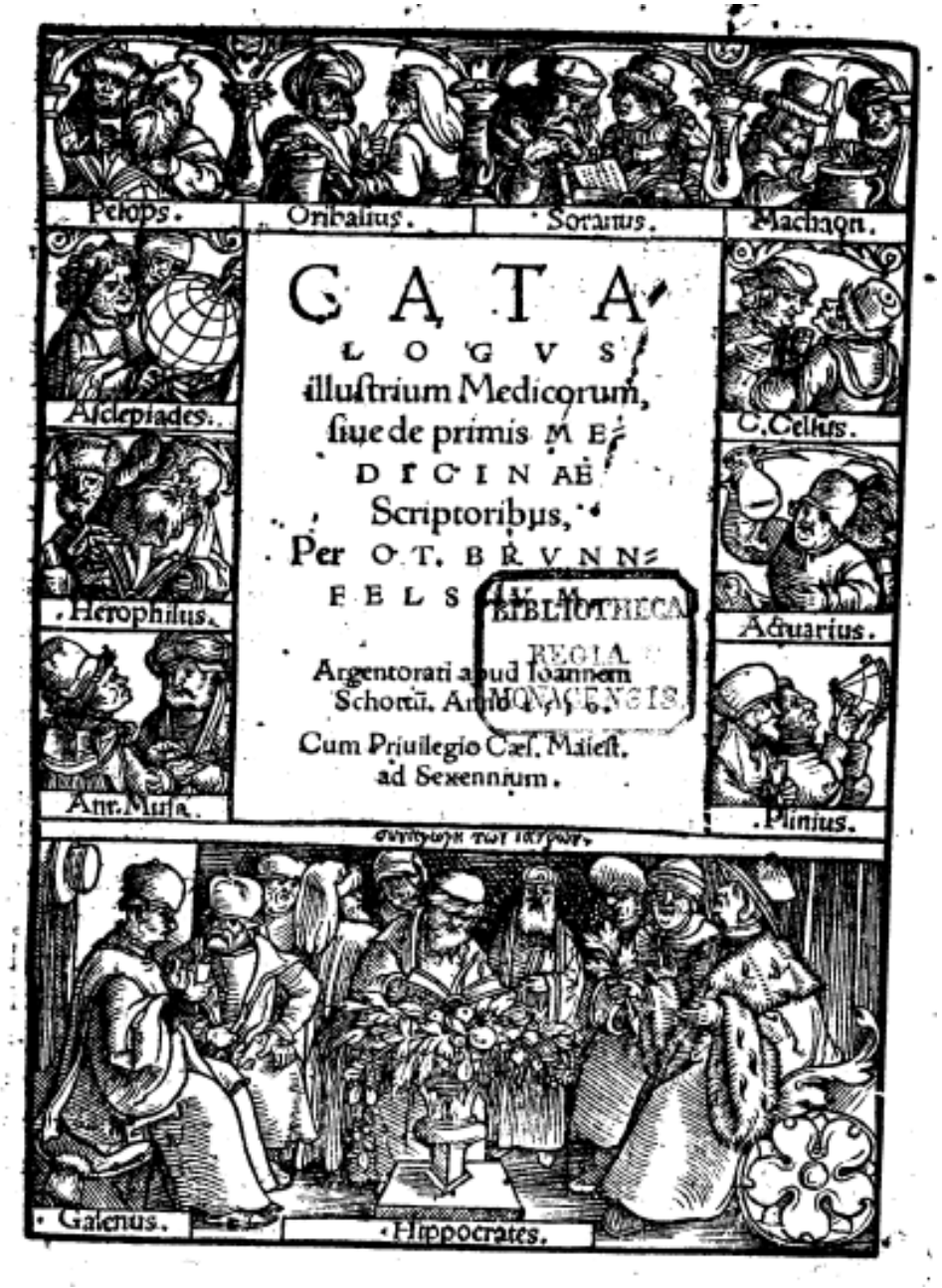
aprimoramento de instrumentos que fossem capazes de guiar as pessoas leitoras pela inundação de livros que fora produzida por Gutemberg. Um desses instrumentos foi o dicionário biográfico que vemos multiplicar-se a partir da prensa de tipos móveis de metal gutemberguiana:

> Às bibliografias logo se juntaram estantes de outros livros de referência. Tinham títulos tais como "castelo", "compêndio", "corpus", "catálogo", "floresta", "inventário", biblioteca", "espelho", "repertório", "teatro" ou "tesouro", e ofereciam informações sobre palavras (dicionários), pessoas (dicionários biográficos), lugares (dicionários geográficos e atlas), datas (cronologias) e coisas (enciclopédias). Havia também coleções de muitos volumes de textos sobre tópicos específicos - leis, tratados, crônicas, decisões de concílios da Igreja, descrições de lugares exóticos feitas por viajantes etc. Em 1758 apareceu até um dicionário de dicionários, publicado em Paris e ridicularizado pelo literato exilado Melchior Grimm mas que mesmo assim satisfazia a uma necessidade real. Era o livro Table alphabéthique des dictionnaires de Durey de Noinville (Burke, 2002, p. 178-179).

Consideramos, portanto, que a biobibliografia enquanto classe de fontes de informação abrange todo esse conjunto de obras de referência que organiza, une, individualiza, põe em relação uns com outros, classifica, descreve, nomes próprios de autorias, suas trajetórias biográficas e as obras atribuídas a elas, podendo aparecer de diversas formas e formatos, impresso ou digital, na forma de um anuário, de uma biobibliografia, diretório, memoriais, enciclopédias, orelhas de livros, catálogos de autorias, catálogos de livraria, dicionário biográfico, denominado *Who's who*, ou com outro nome que se queira dar. Podemos afirmar que esse gesto não está restrito a uma forma única ou unívoca, ele está dispersa (no sentido de estar espalhada, pulverizada) em diversos materiais bibliográficos.

O circuito histórico desse gesto perpassa por obras muito relevantes para a história da própria ciência bibliográfica como um todo. Como vimos em Grand (1888), e mesmo, em certa medida, com Malclès (1960), as obras bibliográficas de nomes como Gesner, La Croix du Maine, Bayle, Brunfels e Trithemius, mestres primeiros da bibliografia ocidental moderna, estão repletas de expressões, de traços, biobibliográficos, na medida em que contam apresentam as autorias a fim de lhes repertoriar as obras.

Figura 15 - Frontispício do *Catalogus* de Otto Brunfels



Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

Retomamos, também, de forma panorâmica, a historiografia de materiais biobibliográficos iniciada por Mata (2020) e complementada durante os estudos de doutoramento que produziram esta tese. O conceito de Biobibliografia, ou a noção que defendemos para o trabalho biobibliográfico do contemporâneo, não pode estar descolado de sua história, nem mesmo daquilo que o trabalho biobibliográfico desenvolveu em seu processo histórico. Por isso justificamos uma perspectiva

historiográfica, antes que histórica, acreditando ser esta última privilégio de historiadores com seus métodos específicos. O que temos aqui neste seção é uma apresentação de alguns movimentos, acontecimentos, biobibliográficos com base nas fontes de informação que pudemos ter acesso via catálogos e bibliotecas digitais, portanto, a historiografia que se apresenta é produto da coleção que tivemos acesso, não está ligada a uma história universal ou total da Biobibliografia. No entanto, as aproximações historiográficas aqui presentes formam para nós um solo heterogêneo de dispositivos biobibliográficos capazes de construir um cenário possível e útil da Biobibliografia para nossos estudos.

Apresentamos, a seguir, alguns documentos que atravessaram a história bibliográfica ocidental que contenham traços biobibliográficos em sua materialidade.

- *De viris illustribus*: um gênero que percorreu séculos de vidas

Não somente a Antiguidade, dos heróis gregos, se interessa pela vida das autorias e das pessoas ilustres. O período de passagem para uma Alta Idade Média guarda, também, alguns exemplos significativos de produção, reprodução e/ou continuação desse tipo de dispositivo. Suetônio (69 d. C. - 141 d. C.) e Plutarco (46 d. C. - 120 d. C.) são exemplos de biógrafos que construíram à sua maneira espécies de dicionários biográficos, queremos dizer, trataram da biografia de mais de uma pessoa em uma mesma obra e suas obras biográficas não estavam circunscritas a uma única pessoa.

> Jerônimo relata, em sua muito resumida **biobibliografia** que lhe dedica em sua coleção *De viris illustribus*, que Hilário teria particularmente utilizado, para seus próprios comentários, determinados escritos de Orígenes consultados por ele em Cesareia. (Barbier, 2019, p. 74, grifo nosso).

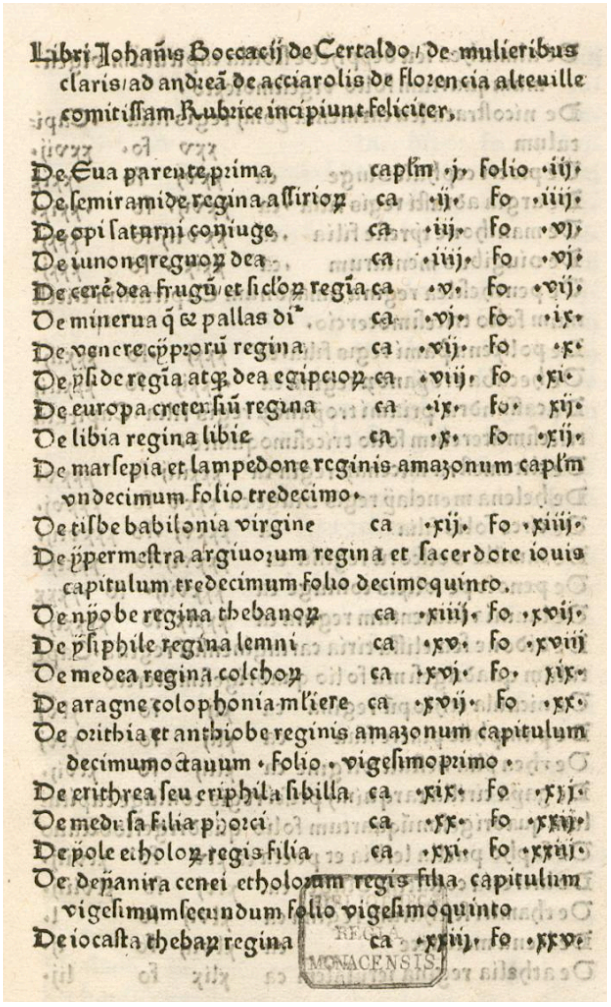
De viris illustribus pode ser considerado uma espécie de lugar, um tópico, presente na literatura da Antiguidade e de toda Era Cristã. São muitos os biógrafos que escreveram ou deram continuidade a esse tipo de fonte de informação biobibliográfica. Plutarco publicou sua própria obra desse estilo, “Vidas paralelas”, onde compara heróis gregos e romanos. Jerônimo de Estridão, produziu sua apologética na forma de 135 notas biográficas reunidas na sua versão do *De viris illustribus*, nela podemos encontrar pequenos relatos das vidas de cristãos ilustres

como os evangelistas, Paulo de Tarso e Barnabé. A última nota biográfica refere-se a ele mesmo. Jerônimo de Estridão com seu *Scriptores ecclesiasticorum vitae* e Genadio de Marsella com seu *Illustrium vivorum catalogus* são citados por Malclès (1960) como dicionários biográficos.

O italiano Francesco Petrarca (1304-1374) não conseguiu terminar sua obra, mas deixou escrito um conjunto de aproximadamente 48 notícias biográficas, entre heróis gregos e romanos e cristãos ilustres.

O humanista Giovanni Boccaccio (1313-1375) produziu o *De mulieribus claris*, obra dedicada às biografias de mulheres famosas, sendo considerada a primeira obra dedicada exclusivamente à biografia de mulheres ocidentais, que conta com 106 notas biográficas. Consta na obra de Boccaccio mulheres históricas ilustres (Cleópatra e Constança) como também personagens mitológicas (Juno e Eva, por exemplo). Além dessa obra, Boccaccio escreveu uma segunda dedicada ao gênero masculino, *De Casibus Virorum Illustrium*, com 56 biografias, segue o mesmo padrão da obra anterior, nomes de homens históricos (Diocleciano, Alexandre e Petrarca) e mitológicos (Adão e Saturno).

Figura 16 - Primeira página com capítulo e sumário da obra *De mulieribus claris* de Giovanni Boccaccio



Libri Johañis Boccacij de Certaldo / de mulieribus claris/ad andreã de acciarolis de florencia alteuille comitissam Rubrice incipiunt feliciter.

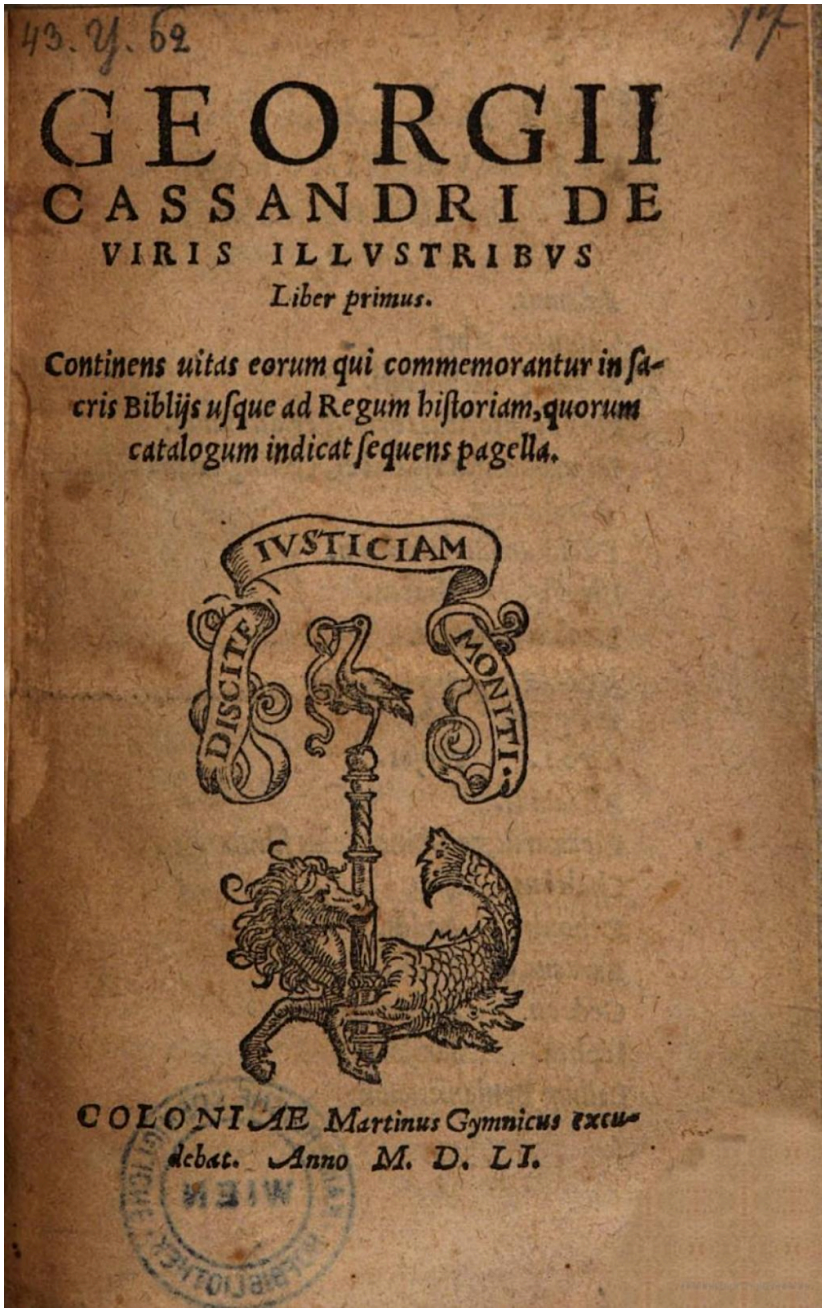
De Eua parente prima capl'm ·j· folio ·iij·
De semiramide regina assiriorꝝ ca ·ij· fo ·iiij·
De opi saturni coniuge ca ·iij· fo ·vj·
De iunone reguorꝝ dea ca ·iiij· fo ·vj·
De cerẽ dea frugũ et ciclorꝝ regia ca ·v· fo ·vij·
De minerua q̃ & pallas dict' ca ·vj· fo ·ix·
De venere cyprorũ regina ca ·vij· fo ·x·
De ysi de regia atq; dea egipciorꝝ ca ·viij· fo ·xi·
De europa cretensiũ regina ca ·ix· fo ·xij·
De libia regina libie ca ·x· fo ·xij·
De marsepia et lampedone reginis amazonum capl'm vndecimum folio tredecimo·
De tisbe babilonia virgine ca ·xij· fo ·xiiij·
De ypermestra argiuorum regina et sacerdote iouis capitulum tredecimum folio decimoquinto.
De nyobe regina thebanorꝝ ca ·xiiij· fo ·xvij·
De ysiphile regina lemni ca ·xv· fo ·xviij
De medea regina colchorꝝ ca ·xvj· fo· xix·
De aragne colophonia mlíere ca ·xvij· fo ·xx·
De orithia et anthiope reginis amazonum capitulum decimumoctauum · folio · vigesimoprimo ·
De erithrea seu eriphila sibilla ca ·xix· fo ·xxj·
De medusa filia phorci ca ·xx· fo ·xxij·
De pole et holorꝝ regis filia ca ·xxi· fo ·xxiij·
De deianira cenei etholorum regis filia capitulum vigesimumsecundum folio vigesimoquinto
De iocasta thebarꝝ regina ca ·xxiij· fo ·xxv·

RE MONACENSIS

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

O alemão Georg Cassander (Jorge Cassandro, 1513-1566), humanista e estudioso de teologia, também produz um *Viris Illustribus*. A multiplicidade de fontes de informação biobibliográficas encontradas na história bibliográfica reafirma a presença e importância da figura autoral na história dos textos ocidentais em diversos períodos. Com a exposição da materialidade dessas obras apontamos para um outro caminho histórico da conjuração bibliográfica, para além das classificações temáticas e dos textos, pensamos que as autorias também foram, em vários momentos, alvos de um desejo classificatório, biobibliográfico.

Figura 17 - Frontispício de *Viris Illustribus* de Georg Cassander



Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

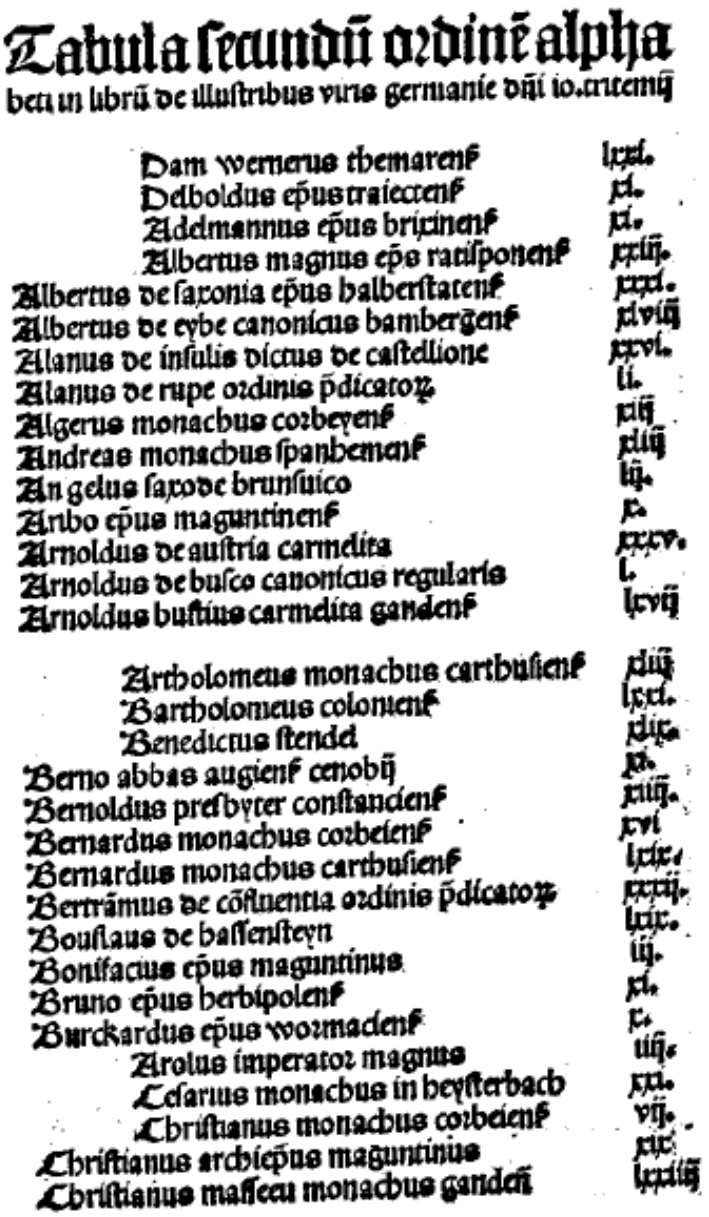
As obras que orbitam em torno da noção biobibliográfica desse gênero literário *De viris illustribus*, espécie de dicionário biográfico, possuem claramente a intencionalidade de conservar a memória de um certo grupo de intelectuais ou de nomes famosos na história, sejam eles referentes a pessoas históricas ou mitológicas. Porém, como sabemos, essa conservação possui, claramente, uma intenção político-moral: a instituição e propagação de um modelo de vida a ser

seguido para tornar-se um herói, ou pessoa respeitada e lembrada, como nas obras gregas e romanas, ou para ser um bom cristão como nas obras medievais, ou ainda, para ser uma pessoa instruída e esclarecida nos momentos humanistas e renascentistas. Desde a Antiguidade, essas obras biográficas, que reúnem, selecionam, descrevem e classificam esses estratos biográficos, noções elementares aos estudos da Organização do Conhecimento, possuem um objetivo estrategicamente político em sua produção e circulação. A biobibliografia é, também, um ato político.

Trithemius (1495) também publica seu *Cathalogus illustrium vivorum germaneae*. Trithemius fora um monge beneditino, ordenado aos vinte anos de idade. Criou a esteganografia, método de criptologia e espécie de escrita oculta, considerado um polímata da Renascença, foi também eleito abade do monastério de Sponheim, onde fez crescer de forma vertiginosa o tamanho da biblioteca. Seu *Cathalogus* de vidas ilustres conta com uma *tabula*, um índice onomástico dos nomes apresentados por sua obra, arranjados em ordem alfabética.

Percebemos que a publicação dessas obras, desde o início da Modernidade, com o intuito primeiro de fazer conhecer as autorias e suas obras, produz na materialidade histórica expressa em suas páginas, em seus frontispícios, uma classificação. Ou seja, ao selecionar algumas autorias como para suas obras biobibliográficas, produz-se uma classe de autorias para serem conhecidas, para serem lembradas, para serem lidas e para serem preservadas. O que se constrói é a imagem do grupo, da classe, de determinadas autorias. Em uma perspectiva histórico-hermenêutica, o registro de Trithemius nomeia as autorias germânicas, as “vidas germânicas ilustres”. O movimento de nomear essas autorias, desempenhado materialmente pela obra trithemiana, reduz, provavelmente, ao esquecimento outras vidas, outras autorias que por critérios ideológicos ou materiais não estão representados naquela obra. As próprias terminologias “ilustre” e “notáveis”, talvez as mais utilizadas no decurso das fontes de informação biobibliográficas, já denotam por si mesmas um caráter subjetivo oculto.

Figura 18 - Índice onomástico por ordem alfabética do *Cathalogus* de Trithêmius



Tabula ſecundū ordinē alpha
betū in librū de illuſtribus viris germanie dñi Io. trithemij

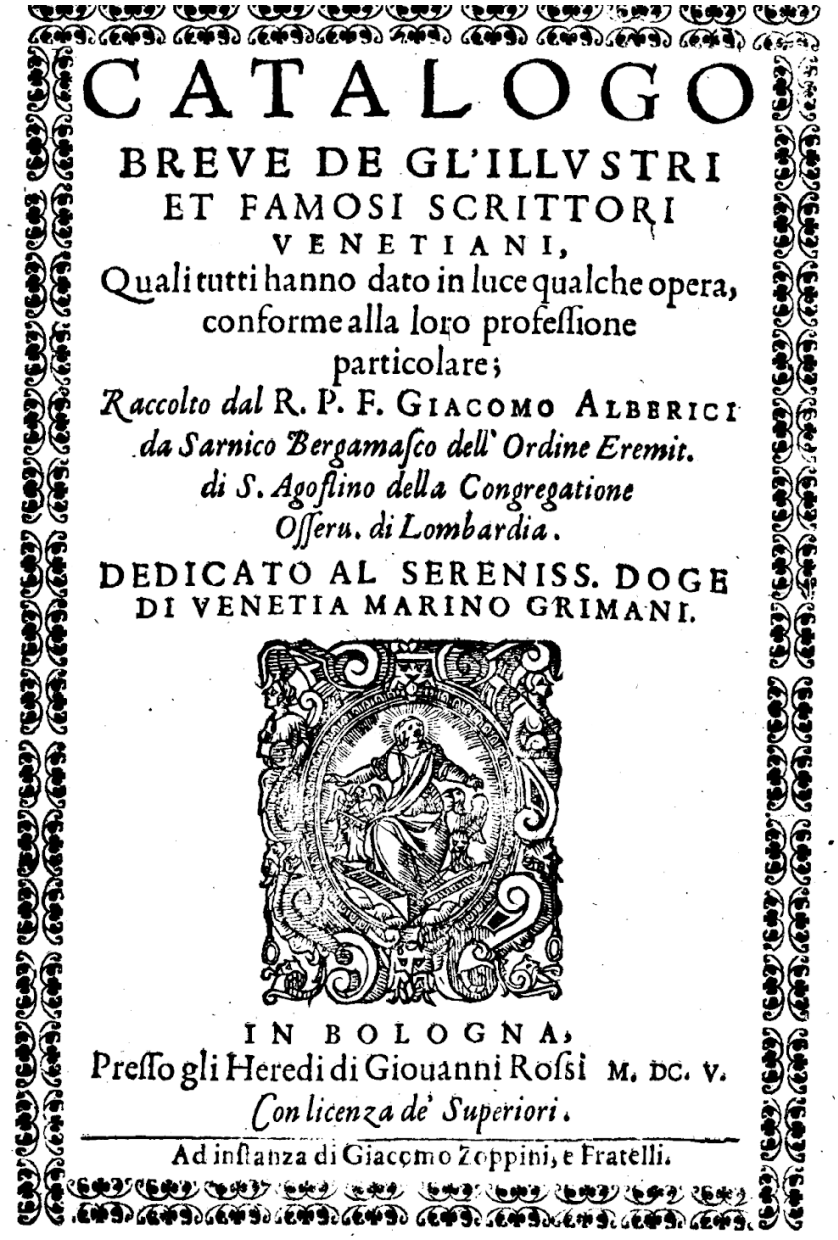
Dam wernerus themarenſ	lxxi.
Delboldus epūs traiectenſ	xl.
Addmannus epūs brixinenſ	xl.
Albertus magnus epūs ratiſponenſ	xxiij.
Albertus de ſaxonia epūs halberſtatenſ	xxxi.
Albertus de eybe canonicus bambergenſ	xlviij
Alanus de inſulis dictus de caſtellione	xxvi.
Alanus de rupe ordinis p̄dicatoꝝ	li.
Algerus monachus corbeyenſ	xlij
Andreas monachus ſpanheimenſ	xlij
An gelus ſaxo de brunſuico	lij.
Arno epūs maguntinenſ	x.
Arnoldus de auſtria carmelita	xxxv.
Arnoldus de buſco canonicus regularis	l.
Arnoldus buſtius carmelita gandenſ	lxvij
Artholomeus monachus carthuſienſ	xlij
Bartholomeus colonienſ	lxxi.
Benedictus ſtendel	xlix.
Berno abbas augienſ cenobij	xi.
Bernoldus preſbyter conſtancienſ	xiij.
Bernardus monachus corbeienſ	xvi
Bernardus monachus carthuſienſ	lxix.
Bertrāmus de cōſtuentia ordinis p̄dicatoꝝ	xxxij.
Bouſlaus de baſſenſteyn	lxx.
Bonifacius epūs maguntinus	iij.
Bruno epūs herbipolenſ	xi.
Burckardus epūs wormacenſ	x.
Arolus imperator magnus	iij.
Ceſarius monachus in heyſterbach	xxi.
Chriſtianus monachus corbeienſ	vij.
Chriſtianus archiepūs maguntinus	xx
Chriſtianus maſſeeu monachus gandeñ	lxxiij

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

Consideramos o trabalho como sendo de ordem biobibliográfica na medida apresenta a vida e a obra das autorias que trazem em suas fontes. Mas, também, o trabalho se torna biobibliográfico enquanto se projeta instrumentos de organização dos nomes próprios das autorias. Vemos acima o *index* trithemiano auxiliando na

navegação do texto impresso, a partir dos nomes próprios, que são espécies de cabeçalhos para as notícias biobibliográficas juntadas na obra. Como podemos perceber, os nomes são arranjados alfabeticamente na lista que serve de índice. No entanto, não há ordenação das notícias biobibliográficas no corpo do texto.

Figura 19 - Frontispício do Catalogo de Giacomo Alberici (1554-1610)


CATALOGO
BREVE DE GL'ILLVSTRI
ET FAMOSI SCRITTORI
VENETIANI,
Quali tutti hanno dato in luce qualche opera,
conforme alla loro professione
particolare;
Raccolto dal R. P. F. GIACOMO ALBERICI
da Sarnico Bergamasco dell' Ordine Eremit.
di S. Agostino della Congregatione
Osseru. di Lombardia.
DEDICATO AL SERENISS. DOGE
DI VENETIA MARINO GRIMANI.
IN BOLOGNA,
Presso gli Heredi di Giouanni Rossi M. DC. V.
Con licenza de' Superiori.
Ad instanza di Giacomo Zoppini, e Fratelli.

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

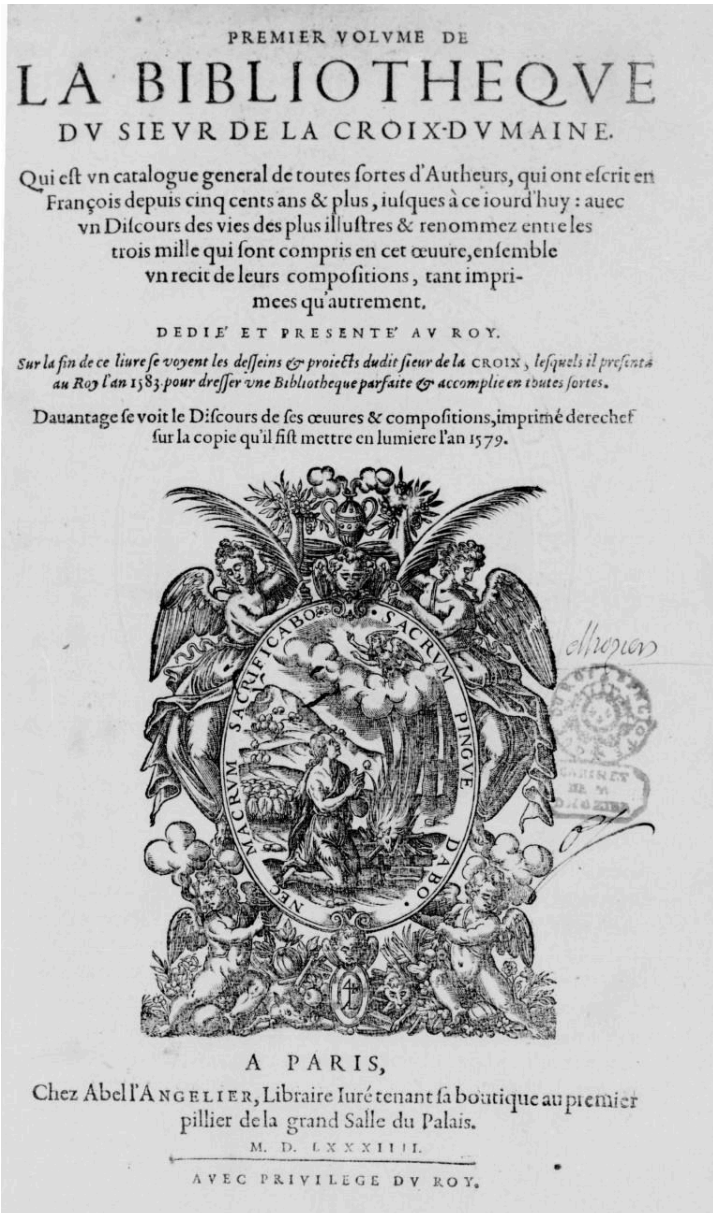
O *Catalogo* de Alberici (1605) demonstra como, pelo menos até o século XVII, o adjetivo “ilustre” continua presente nos títulos das obras. A noção das vidas dos escritores ilustres percorre, portanto, grande parte da história bibliográfica,

deixando-nos um lastro de materialidade documentária e histórica que parece sustentar uma tradição da seleção, preservação e disseminação de algumas autorias em detrimento de outras.

- Dicionários biobibliográficos históricos, nacionais e universais

Outro lugar-comum na história das fontes biobibliográficas de informação é a ideia dos dicionários biográficos, estes estão voltados para a construção de uma história universal das autorias.

Figura 20 - Frontispício da obra de Fraçois Grudé La Croix du Maine (1552-1592)



PREMIER VOLVME DE

LA BIBLIOTHEQVE

DV SIEVR DE LA CROIX-DVMAINE.

Qui eſt vn catalogue general de toutes ſortes d'Autheurs, qui ont eſcrit en François depuis cinq cents ans & plus, iuſques à ce iourd'huy : auec vn Diſcours des vies des plus illuſtres & renommez entre les trois mille qui ſont compris en cet œuure, enſemble vn recit de leurs compoſitions, tant imprimees qu'autrement.

DEDIE' ET PRESENTE' AV ROY.

Sur la fin de ce liure ſe voyent les deſſeins & proiects dudit ſieur de la CROIX, *leſquels il preſenta au Roy l'an 1583. pour dreſſer vne Bibliotheque parfaite & accomplie en toutes ſortes.*

Dauantage ſe voit le Diſcours de ſes œuures & compoſitions, imprimé derechef ſur la copie qu'il fiſt mettre en lumiere l'an 1579.

A PARIS,

Chez Abel l'ANGELIER, Libraire Iuré tenant ſa boutique au premier pillier de la grand Salle du Palais.

M. D. LXXXIIII.

AVEC PRIVILEGE DV ROY.

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

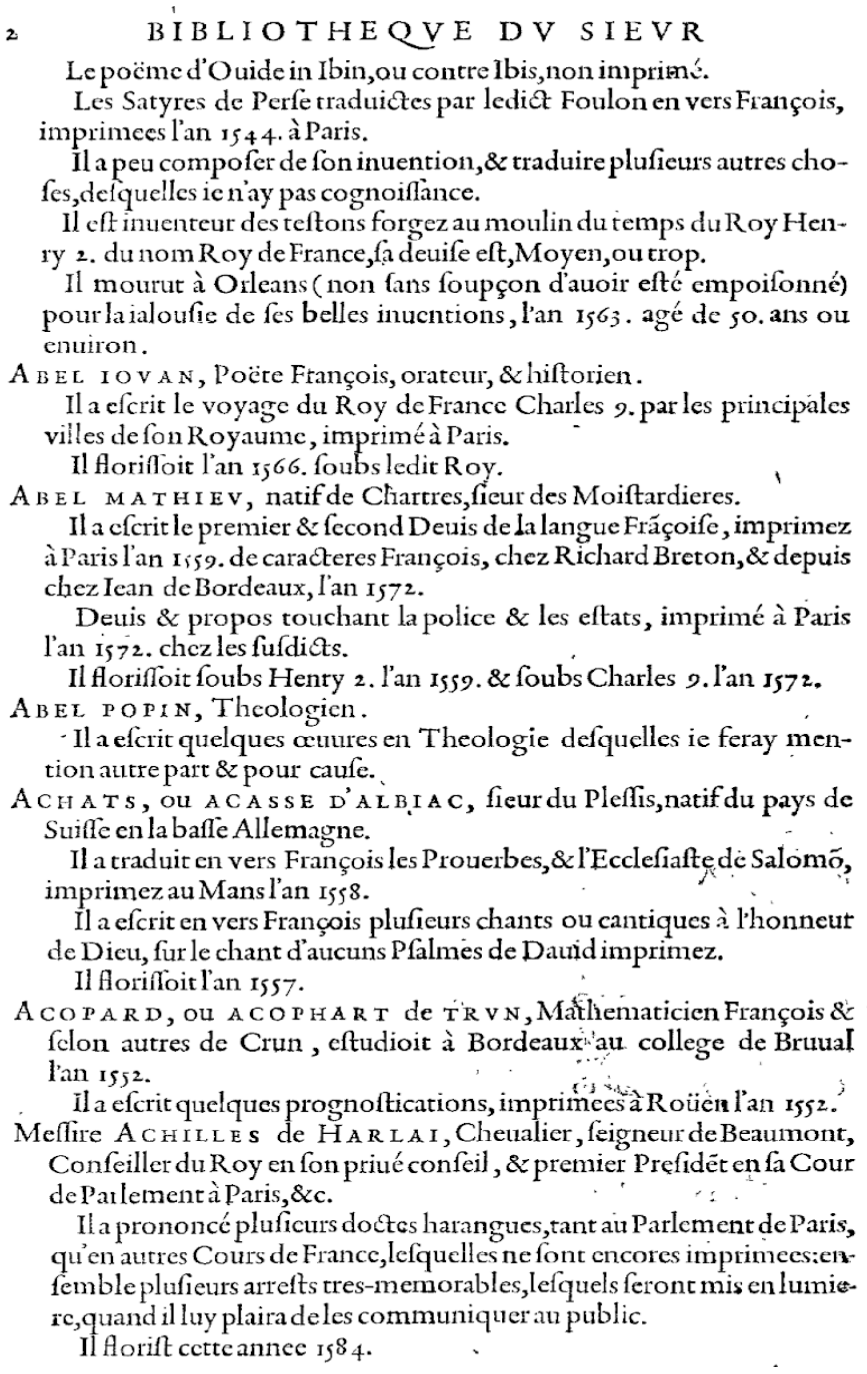
La Croix du Maine, ainda no século XVI, publica a sua *Bibliotheque*, “catálogo geral de toda sorte de autores que tenham escrito em francês”. O objetivo deste tipo de trabalho, como se percebe, é diferente daqueles anteriores que tentavam preservar os nomes de um conjunto seleto de autorias, os “ilustres”. Aqui se trata de uma iniciativa em direção a uma totalidade, ou universalidade. Por mais que se saiba, que as condições da época impunham diversas barreiras para a exaustividade, e, portanto, para a execução plena do projeto, vemos uma intenção diferente por parte de quem idealiza o trabalho.

Apesar de sua perspectiva, em direção à compilação de todas as autorias que tenham escrito em francês, representar uma diferença em relação às tendências verificadas anteriormente, vemos ainda em seu frontispício uma indicação de maior atenção a certas autorias consideradas superiores. Isso se verifica na passagem “*avec un Discours des vies des plus illustres & renommez entre les trois mille qui sont compris en œuvre, ensemble un récit de leurs compositions tant imprimees qu'autrement*” (La Croix du Maine, 1584). Aqui reproduz-se a constante de maior atenção àquelas autorias consideradas “ilustres e renomadas”. Os critérios de aferição da ilustração ou do renome deste ou daquela autoria não são mencionadas.

A *Bibliotheque* de La Croix du Maine (1584) conta com um índice alfabético dos nomes das autorias citadas em sua biobibliografia, da mesma forma como vimos em Trithemius. Estas não estão arranjadas da mesma forma ao longo do texto

No geral, a obra apresenta pequenas notícias biográficas, com poucas informações para identificação da autoria e sua história de vida, acompanhada de uma lista das suas obras, impressas ou não.

Figura 21 - Exemplo de notícias biobibliográficas impressas na *Bibliotheque* de La Croix du Maine



2 BIBLIOTHEQVE DV SIEVR

Le poëme d'Ouide in Ibin, ou contre Ibis, non imprimé.

Les Satyres de Perſe traduictes par ledict Foulon en vers François, imprimees l'an 1544. à Paris.

Il a peu compoſer de ſon inuention, & traduire pluſieurs autres choſes, deſquelles ie n'ay pas cognoiſſance.

Il eſt inuenteur des teſtons forgez au moulin du temps du Roy Henry 2. du nom Roy de France, ſa deuiſe eſt, Moyen, ou trop.

Il mourut à Orleans (non ſans ſoupçon d'auoir eſté empoiſonné) pour la ialouſie de ſes belles inuentions, l'an 1563. agé de 50. ans ou enuiron.

ABEL IOVAN, Poëte François, orateur, & hiſtorien.

Il a eſcrit le voyage du Roy de France Charles 9. par les principales villes de ſon Royaume, imprimé à Paris.

Il floriſſoit l'an 1566. ſoubs ledit Roy.

ABEL MATHIEV, natif de Chartres, ſieur des Moiſtardieres.

Il a eſcrit le premier & ſecond Deuis de la langue Frãçoiſe, imprimez à Paris l'an 1559. de caracteres François, chez Richard Breton, & depuis chez Iean de Bordeaux, l'an 1572.

Deuis & propos touchant la police & les eſtats, imprimé à Paris l'an 1572. chez les ſuſdicts.

Il floriſſoit ſoubs Henry 2. l'an 1559. & ſoubs Charles 9. l'an 1572.

ABEL POPIN, Theologien.

Il a eſcrit quelques œuures en Theologie deſquelles ie feray mention autre part & pour cauſe.

ACHATS, ou ACASSE D'ALBIAC, ſieur du Pleſſis, natif du pays de Suiſſe en la baſſe Allemagne.

Il a traduit en vers François les Prouerbes, & l'Eccleſiaſte de Salomõ, imprimez au Mans l'an 1558.

Il a eſcrit en vers François pluſieurs chants ou cantiques à l'honneur de Dieu, ſur le chant d'aucuns Pſalmes de Dauid imprimez.

Il floriſſoit l'an 1557.

ACOPARD, ou ACOPHART de TRVN, Mathematicien François & ſelon autres de Crun, eſtudioit à Bordeaux au college de Bruual l'an 1552.

Il a eſcrit quelques prognoſtications, imprimees à Roüen l'an 1552.

Meſſire ACHILLES de HARLAI, Cheualier, ſeigneur de Beaumont, Conſeiller du Roy en ſon priué conſeil, & premier Preſidẽt en ſa Cour de Parlement à Paris, &c.

Il a prononcé pluſieurs doctes harangues, tant au Parlement de Paris, qu'en autres Cours de France, leſquelles ne ſont encores imprimees: enſemble pluſieurs arreſts tres-memorables, leſquels ſeront mis en lumiere, quand il luy plaira de les communiquer au public.

Il floriſt cette annee 1584.

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

François Grudé é contemporâneo de outro bibliógrafo, Antoine du Verdier (1544-1600). Este último também publicou um catálogo biobibliográfico com o nome de *La Biblioteque d'Antoine du Verdier*, publicada em 1585.

Figura 22 - Frontispício de *La Bibliotheque d'Antoine du Verdier*



Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

A transcrição do texto constante no frontispício é:

> *La Bibliothèque d'Antoine Du Verdier, seigneur de Vauprivas, contenant le catalogue de tous ceux qui ont escrit, ou traduict en françois, & autres dialectes de ce royaume, ensemble leurs œuvres imprimees & non imprimees, l'argument de la matiere y traictee, quelque bon propos, sentence, doctrine, phrase, proverbe, comparaison, ou autre chose notable tiree d'aucunes d'icelles œuvres, le lieu, forme, nom, & datte, où, comment, & de qui elles ont esté mises en lumiere. Aussi y sont contenus les livres dont les autheurs sont incertains. Avec un discours sur les bonnes lettres servant de preface. Et à la fin un supplement de l'Epitome de la bibliotheque de Gesner* (Verdier, 1585).

Verdier, em sua *Bibliothèque,* apresenta melhor as obras de seus autores, incluindo informações mais detalhadas acerca dos trabalhos e das impressões a que foram submetidos. Também apresenta, em algumas ocasiões, partes consideradas interessantes, ou que representassem o argumento ou a temática da obra em questão. Apresenta, da mesma forma, livros cujas autorias são incertas.

Pierre Bayle (1647-1706) foi um escritor francês que tentou atualizar e complementar os dicionários históricos que vieram antes da publicação de seu próprio dicionário. Sua obra se apresenta na forma de um dicionário biográfico, histórico e crítico. Os dicionários históricos de seu tempo, inclusive o seu próprio, se confundem com o movimento enciclopedista do século XVIII. A estrutura básica dos verbetes de Bayle são uma narrativa histórica, um comentário no entorno da narrativa e uma lista bibliográfica ao final, conforme podemos observar na edição de 1734. A crítica consistia em espaço para que a pessoa que compilasse a obra biobibliográfica pudesse acrescentar à narrativa histórica sua própria visão sobre a pessoa autora e sobre a obra que ela desenvolveu.

Figura 23 - Notícia biográfica no *Dictionnaire historique et critique* de Pierre Bayle



DICTIONNAIRE
HISTORIQUE
ET
CRITIQUE
DE Mr BAYLE.

M.

MACCIUS (SEBASTIEN) savant Humaniste, a fleuri en Italie au commencement du XVII^e siécle. Je n'en parle qu'à l'égard des choses que Moréri a oubliées. Maccius étoit un homme fort laborieux, & qui composoit des Vers avec une facilité surprenante. Il en publia un grand nombre. Il s'appliqua si fort à écrire, qu'il se forma un gros creux aux deux doigts dont il se servoit pour tenir la plume (a). Il perdit un fils qui n'avoit que dix-huit ans, & qui étoit déjà Docteur (b). Il n'est pas vrai que ses deux filles aient été Religieuses (A). Sa définition de l'Histoire enferme une contradiction (B).

(A) *Il n'est pas vray que ses deux filles aient été Religieuses.*] afin qu'on voie si l'on peut ajouter foi à Mons. Moreri, je comparerai sa Traduction avec le Latin qu'il a traduit. Maccio, dit-il, *avoit deux deux filles Religieuses qui écrivoient des Lettres Latines*, Il se fonde sur ces paroles de Nicius Erythræus (1): *Ex duabus fœminis ejus quæ manu scribendi exactissimam est disciplinam, Epistolis aliquot Latii a legantur* (2). Peut-on se fier à un homme qui falsifie si étrangement les choses les plus faciles à bien rapporter ?

(B) *Sa définition de l'Histoire enferme une contradiction.*] Voiez Vossius (3), qui le nomme *Sebastianus Maccius Durentinus*. Il falloit dire *Durantinus*. Maccius étoit de Charoundurant. *Castro Durantio quod nunc urbanis* (4) *appellatur ortus* (5). Leandre Albert (6) veut que ce lieu ait été ainsi nommé, à cause que Guillaume Durant Auteur du *Speculum juris* le fit bâtir, pendant qu'il étoit Nonce & chercher de Martin IV dans la Romagne.

MACCOVIUS, Théologien Protestant, cherchez MAKOVVSKI.

MACEDO (FRANÇOIS (a)) l'une de plus fertiles plumes du XVII^e siecle, naquit à Coimbre l'an 1596, & se fit Jésuite l'an 1610. Il enseigna la Rhétorique plusieurs années, la Philosophie pendant un an, la Chronologie assez long-tems. Il fit Profession du quatrieme vœu l'an 1630 (b), & néanmoins il quitta l'Ordre des Jésuites, & entra chez les Cordeliers l'an ... Il ne cessa point pour cela de travailler à la gloire de St. Ignace (A). Il embrassa avec chaleur le parti du Duc de Bragance élevé à la Couronne de Portugal, & publia plusieurs Livres pour la justice de cette cause (B). Il accompagna en France

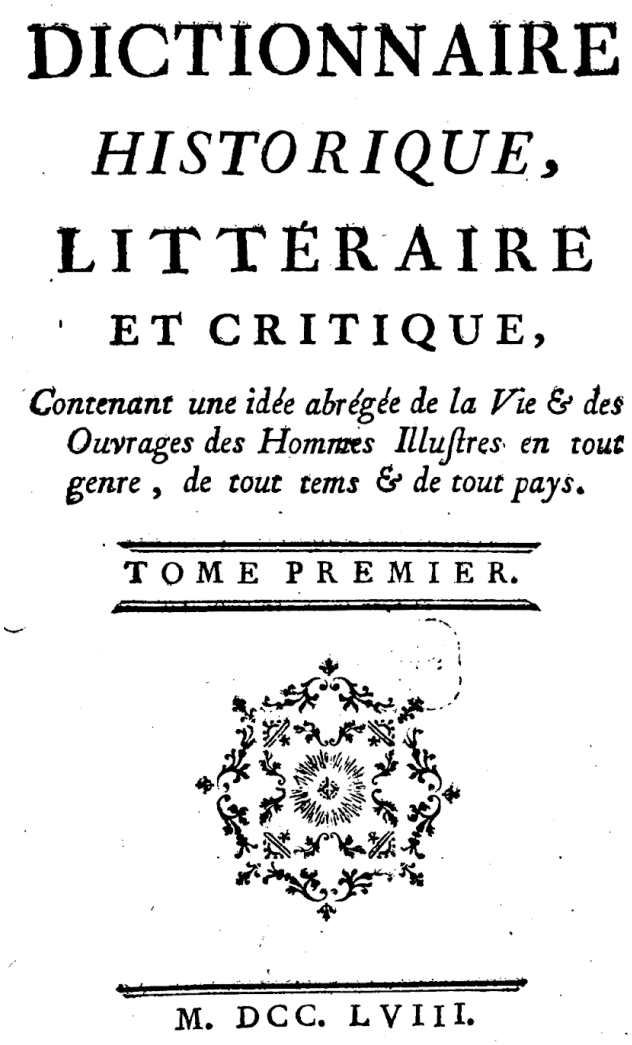
(A) *Il ne cessa point . . . de travailler à la gloire de St. Ignace.* Voiez le livre qu'il publia à Venise l'an 1668, intitulé, *Concentus Ecclesiasticus. Sanctæ Matris Ecclesiæ in Breviario, & S. Augustini in Libris, adjuncta Harmonia concionum S. Ignatii Soc. Jesu Fundatoris, & operum Sancti Augustini Ecclesiæ doctoris.* Après avoir montré amplement dans cet ouvrage que les Oraisons du Breviaire ont une merveilleuse conformité avec les Ecrits de S. Augustin, il fait voir une semblable conformité entre ces mêmes Ecrits & les exercices spirituels de St. Ignace, & non content de cela il compare ensemble les mœurs & la vie de ces deux Saints, pour y trouver une grande sympathie (1).

(B) *Il embrassa . . . le parti du Duc de Bragance & publia plusieurs Livres pour la justice de cette cause.*] Entre autres *De jure succedendi in regnum Lusitaniæ*, à Paris 1641 in 4, & *Propugnaculum Lusitano Gallicum contra calumnias Hispanas Belgicas, in quo ferme omnia utriusque regni jura bonis fortis præstare gesta continentur.* A Paris 1647 in folio. Je me souviens d'un Pasquin de l'Hexameron rustique que je n'en vais alléguer. « Les deux Freres de Ste. Marthe ayant raporté quelque chose dans la layette

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

Em Pierre Barral, temos a intenção biobibliográfica universal, apesar de podermos afirmar que essa totalidade se restringe às ideias eurocêntricas do espírito histórico em que viveu Barral e os outros bibliógrafos em questão. Essas fontes de informação apresentam, geralmente, o nome da pessoa autora, local de nascimento, local onde viveu, ocupação principal e outras atividades, ano de nascimento, de morte, filiação, comentários sobre a obra. Os nomes aparecem em ordem alfabética no texto.

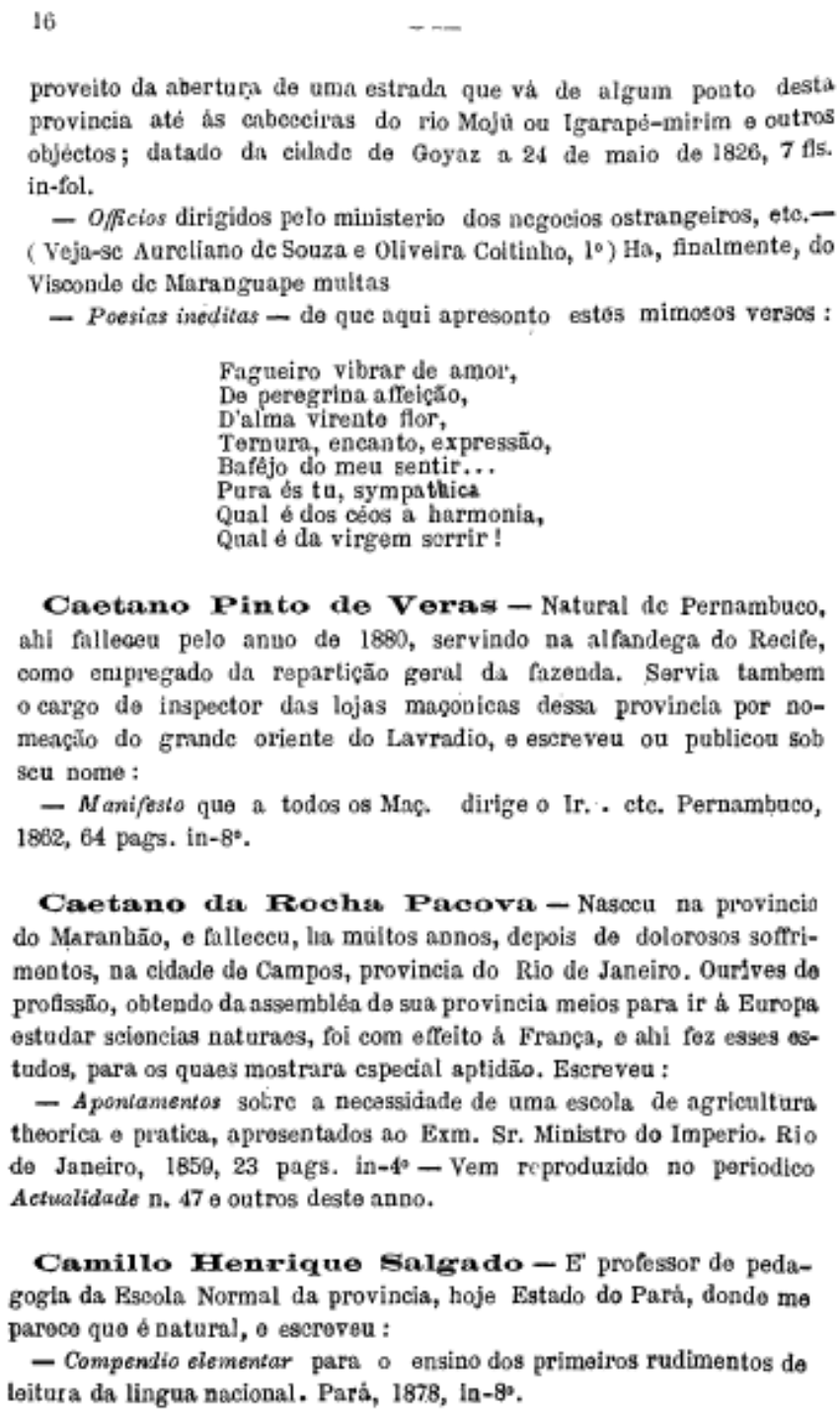
Figura 24 - Frontispício do *Dictionnaire historique, literaire et critique* de Pierre Barral


DICTIONNAIRE
HISTORIQUE,
LITTÉRAIRE
ET CRITIQUE,
Contenant une idée abrégée de la Vie & des Ouvrages des Hommes Illuſtres en tout genre, de tout tems & de tout pays.
TOME PREMIER.
M. DCC. LVIII.

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

Em âmbito nacional, temos que falar do *Diccionário Bibliographico Brazileiro* de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Cearense de Letras, publicado pela Imprensa Nacional em 1893, e republicado em 1970 pelo Conselho Federal de Cultura. Continha um índice onomástico por sobrenome das autorias, apresentava um breve relato biográfico de cada uma e lista de suas obras.

Figura 25 - Exemplo de notícias biobibliográficas do *Diccionário* de Sacramento Blake



16

proveito da abertura de uma estrada que vá de algum ponto desta provincia até ás cabeceiras do rio Mojú ou Igarapé-mirim e outros objéctos; datado da cidade de Goyaz a 24 de maio de 1826, 7 fls. in-fol.

— *Officios* dirigidos pelo ministerio dos negocios ostrangeiros, etc.— (Veja-se Aureliano de Souza e Oliveira Coitinho, 1°) Ha, finalmente, do Visconde de Maranguape multas

— *Poesias ineditas* — de que aqui apresento estes mimosos versos:

Fagueiro vibrar de amor,
De peregrina affeição,
D'alma virente flor,
Ternura, encanto, expressão,
Baféjo do meu sentir...
Pura és tu, sympathica
Qual é dos céos a harmonia,
Qual é da virgem sorrir!

Caetano Pinto de Veras — Natural de Pernambuco, ahi falleceu pelo anno de 1880, servindo na alfandega do Recife, como empregado da repartição geral da fazenda. Servia tambem o cargo de inspector das lojas maçonicas dessa provincia por nomeação do grande oriente do Lavradio, e escreveu ou publicou sob seu nome:

— *Manifesto* que a todos os Maç. dirige o Ir.·. etc. Pernambuco, 1862, 64 pags. in-8°.

Caetano da Rocha Pacova — Nasceu na provincia do Maranhão, e falleceu, ha muitos annos, depois de dolorosos soffrimentos, na cidade de Campos, provincia do Rio de Janeiro. Ourives de profissão, obtendo da assembléa de sua provincia meios para ir á Europa estudar sciencias naturaes, foi com effeito á França, e ahi fez esses estudos, para os quaes mostrara especial aptidão. Escreveu:

— *Apontamentos* sobre a necessidade de uma escola de agricultura theorica e pratica, apresentados ao Exm. Sr. Ministro do Imperio. Rio de Janeiro, 1859, 23 pags. in-4° — Vem reproduzido no periodico *Actualidade* n. 47 e outros deste anno.

Camillo Henrique Salgado — E' professor de pedagogia da Escola Normal da provincia, hoje Estado do Pará, donde me parece que é natural, e escreveu:

— *Compendio elementar* para o ensino dos primeiros rudimentos de leitura da lingua nacional. Pará, 1878, in-8°.

Fonte: Sacramento Blake (1970).

Vemos como o nome próprio das autorias aparecem em destaque (negrito), seguido de dados sobre a pessoa, nascimento, falecimento, formação, profissão, entre outros, seguidos de uma referência aos escritos da pessoa. Também podemos observar que extratos do texto da autoria também era uma possibilidade.

Fontes biobibliográficas também foram, e ainda são, comuns no contexto científico.

- A República das Letras e as Biobibliografias Científicas

Pierre Bayle, além de publicar o *Dictionnaire*, cuidava da edição do *Nouvelles de la République des Lettres*, comunidade do saber que começa a se articular na Modernidade, como conta Peter Burke (2011, 277):

> Teria sido um estado igualitário imaginado, visto que houve tentativas de abolir ou, pelo menos, suspender distinções sociais entre os estudiosos proibindo-se demonstrações de deferência nos seus encontros. A imagem de uma república não era pura ficção, pois havia costumes e instituições que facilitavam a colaboração ou, pelo menos, a cooperação a distância, por exemplo, escrever cartas em latim, rompendo a barreira das línguas vernáculas europeias; fazer doações de publicações e informações; visitar outros estudiosos quando se viajava. As bibliotecas europeias costumavam ser abertas a visitantes estrangeiros. Mesmo em tempos de conflitos religiosos, que amiúde se transformavam em guerra, alguns estudiosos católicos e protestantes conseguiram manter boas relações pessoais e epistolares.

Apesar da imagem republicana, Burke (2011) afirma que esta comunidade permaneceu excludente, restrita a homens das classes altas e médias. No entanto, Burke (2011) também nos diz que, entre os integrantes da comunidade, existia um caráter igualitário que prezava o intercâmbio de informações.

> A harmonia da comunidade do saber estava cada vez mais ameaçada, não só pelas guerras, mas também, de maneira mais insidiosa, pela transmutação do cosmopolitismo em nacionalismo. No contexto intelectual, poder-se-ia até falar da “nacionalização” do conhecimento no século XIX, quando surgiu a noção de que o estudioso era um representante de seu país e poderia ser convocado para o serviço do Estado-nação (Burke, 2011, p. 278).

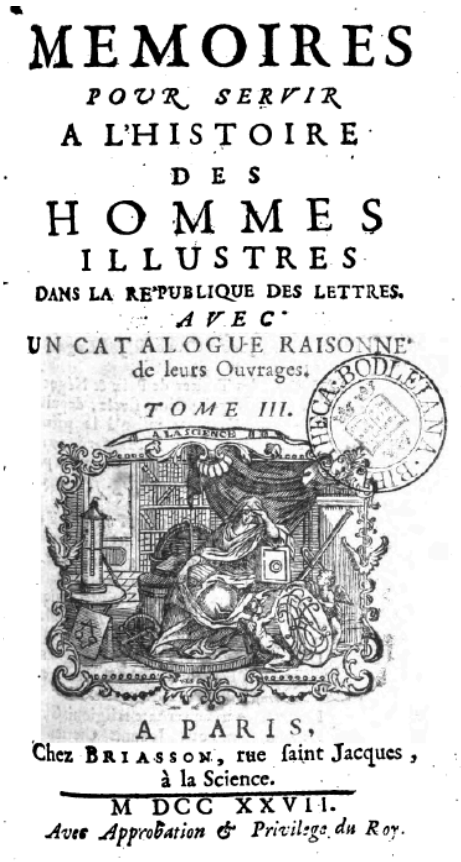
O nacionalismo crescente e as guerras ameaçaram de forma relevante as relações entre os intelectuais da comunidade, apesar de algumas tentativas de se manter um cosmopolitismo científico e os intercâmbios de informações apesar das guerras napoleônicas por exemplo, a comunidade das letras se altera ao longo do tempo (Burke, 2011). Para Burke (2011), cada vez mais os estados-nações disponibilizavam verbas direcionadas aos empreendimentos culturais de caráter nacional: “museus nacionais, bibliotecas nacionais, **dicionários de biografias nacionais**, estudos geográficos ou geológicos nacionais, ou histórias da nação, sua

língua e sua literatura (Burke, 2011, p. 278). Sobre os dicionários biográficos, que nos fala Burke (2011), temos os exemplos citados acima de La Croix du Maine e Verdier que restringiram seu repertório às personagens que tenham escrito em francês ou em algum dialeto do reino da França. Além de guerras e o nacionalismo dos Estados-Nação, Burke (2011) também cita a especialização das ciências, que corrobora um processo de fragmentação do saber e da comunidade.

A biobibliografia, a sua maneira, contribui para que a República das Letras possa se reconhecer enquanto tal, ela materializa na forma dos dicionários biobibliográficos restritos à comunidade intelectual da República uma unidade. Ela contribui para que os intelectuais possam se conhecer e se reconhecer. Muitas vezes as revistas científicas nascentes traziam também notícias biográficas em seu conteúdo, para que possam estabelecer contato entre si (no caso, obviamente, da biobibliografia tratar de pessoas ainda vivas, o que fora facilitado pelos avanços dos processos de impressão). Burke (2003, p. 33) considera que o aparecimento desses materiais biobibliográficos, inclusive o aparecimento de “coleções de biografias como o *Gelehrten-Lexicon* [Dicionário dos Homens de Saber]”, representam sinais de que esses indivíduos possuíam uma autoconsciência coletiva.

Jean-Pierre Niceron (1685-1738) dedicou sua vida a produção da obra sobre a vida dos sábios do Renascimento das Letras, em 43 volumes.

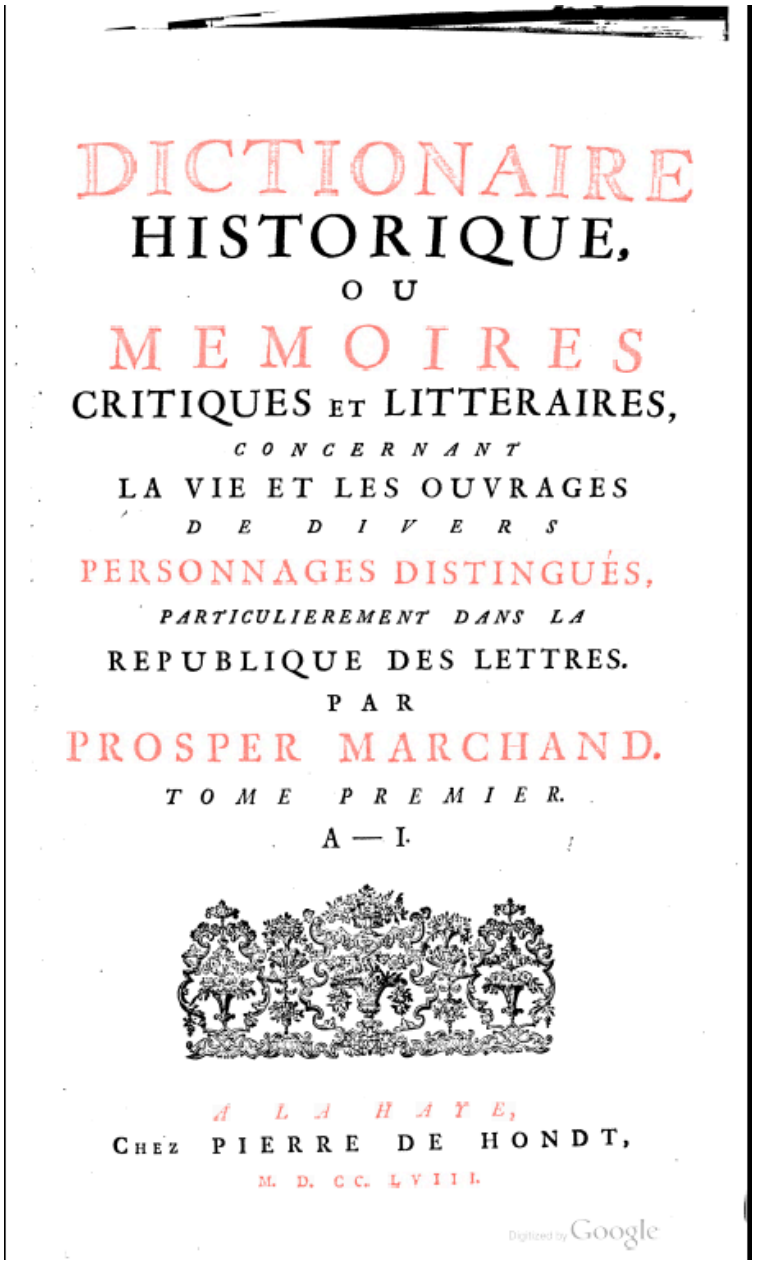
Figura 26 - Frontispício de *Memoires pour servir a l'histoire des hommes illustres dans la Republique des Lettres*, tomo 3, de Jean-Pierre Niceron



Fonte: Digitalizado por *Google Books.*

O livreiro Prosper Marchand (1678-1756) também se dedicou a um dicionário histórico voltado para vida e obra de personagens distintas, com destaque para os integrantes da República das Letras, como podemos ver no frontispício abaixo:

Figura 27 - Frontispício de *Dictionaire historique ou memoires critiques et litteraires, concernant la vie et les ouvrages de divers personnages distingués, particulierement dans la Republique des Lettres*, de Prosper Marchand, tomo primeiro



DICTIONAIRE
HISTORIQUE,
OU
MEMOIRES
CRITIQUES ET LITTERAIRES,
CONCERNANT
LA VIE ET LES OUVRAGES
DE DIVERS
PERSONNAGES DISTINGUÉS,
PARTICULIEREMENT DANS LA
REPUBLIQUE DES LETTRES.
PAR
PROSPER MARCHAND.
TOME PREMIER.
A — I.

A LA HAYE,
CHEZ PIERRE DE HONDT,
M. D. CC. LVIII.

Digitized by Google

Fonte: Digitalizado por *Google Books*.

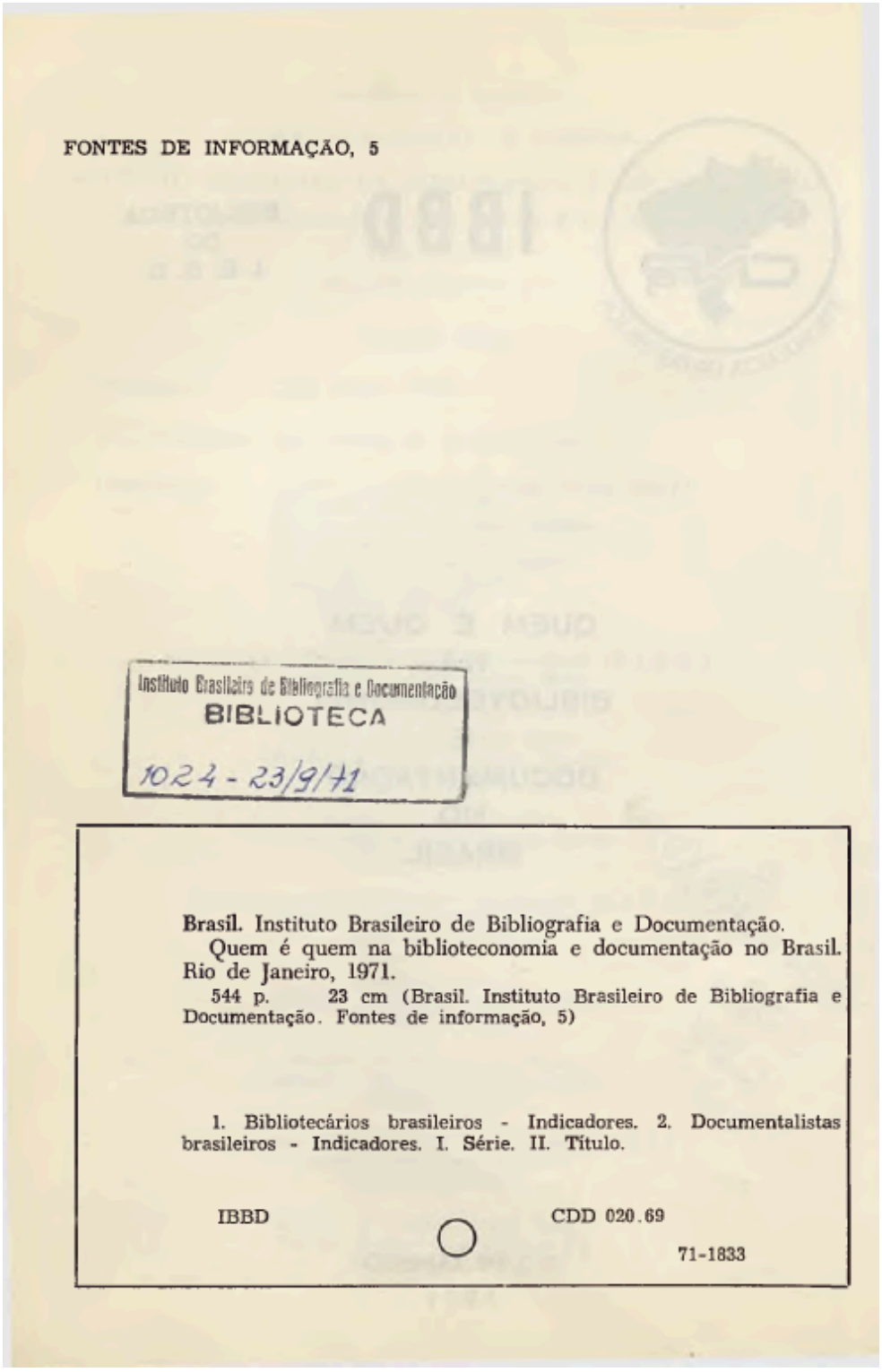
O trabalho de François Lacroix, mostrado anteriormente, também se encaixa nesta ordem de fontes biobibliográficas de trabalhadores da ciência.

As fontes biográficas para pessoas cientistas estão muito presentes no cotidiano científico, conforme a ciência vai se tornando política de Estado,

principalmente no pós-Segunda Grande Guerra, os investimentos em pesquisa científica passam a ser administrados, fiscalizados e avaliados pelo poder estatal. Da mesma forma, investimentos privados em pesquisa científica costumam empregar, também, métodos de avaliação e mensuração do trabalho científico desempenhado. A figura do pesquisador, através de seu nome próprio, ganha, portanto, outras nuances, de “pessoa ilustre” a “pessoa trabalhadora produzindo ciência”, por certo que o avanço de um capitalismo de ideologia neoliberal sobre o Estado de bem-estar social, influencia fortemente nessas mudanças.

A biobibliometria que vimos em Sen e Gan (1990) produz indicadores para tomada de decisões em diferentes momentos da administração da ciência, ou dos trabalhadores e trabalhadoras da ciência. No Quem é Quem, de 1971, do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em sua ficha catalográfica, as pistas “Bibliotecários brasileiros - Indicadores” e “Documentalistas brasileiros - Indicadores” já evidenciam a passagem para uma ideologia recenseadora, de mensuração, de métrica quantitativa, comparativa, de estímulo à competitividade entre os pares.

Figura 28 - Ficha catalográfica do Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação, publicado pelo IBBD em 1971



FONTES DE INFORMAÇÃO, 5

Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
BIBLIOTECA
1024 - 23/9/71

Brasil. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil. Rio de Janeiro, 1971.
544 p. 23 cm (Brasil. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Fontes de informação, 5)

1. Bibliotecários brasileiros - Indicadores. 2. Documentalistas brasileiros - Indicadores. I. Série. II. Título.

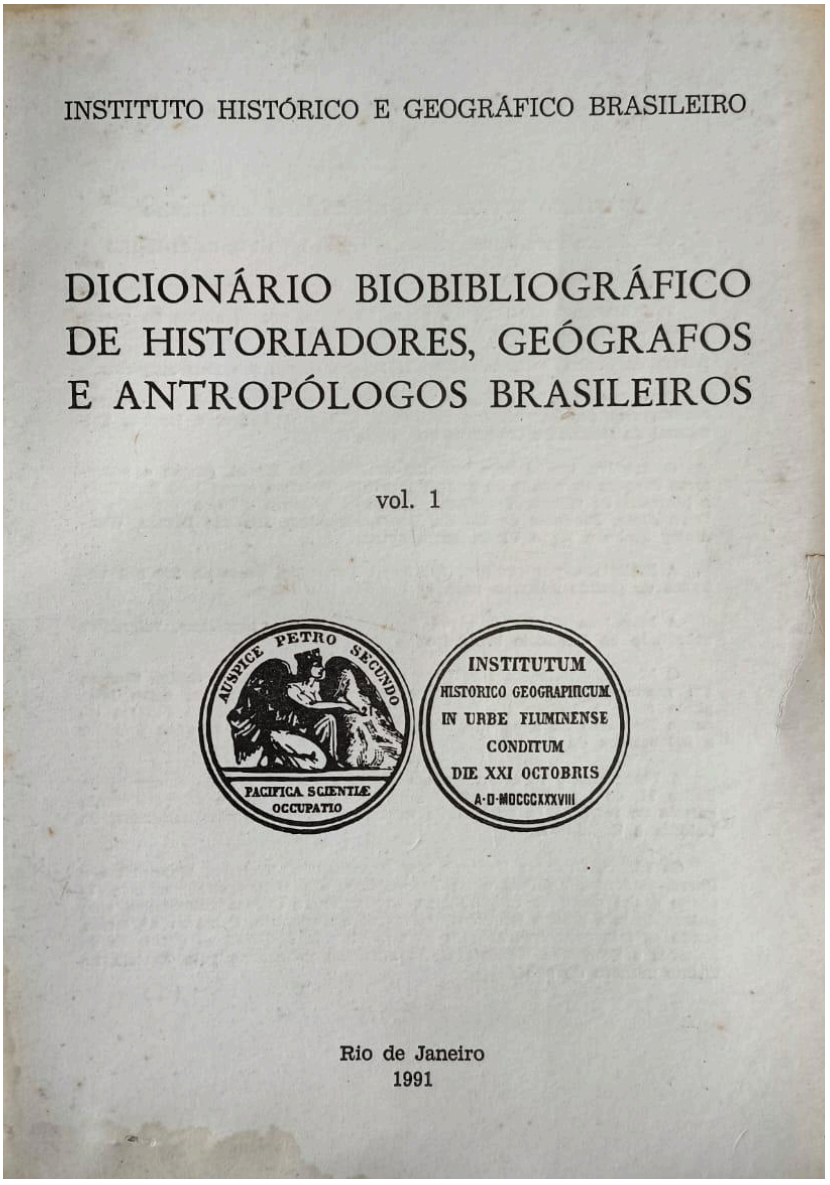
IBBD CDD 020.69

71-1833

Fonte: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (1971).

Não somente a comunidade de bibliotecários e bibliotecárias teve uma fonte de informação biobibliográfica voltada para si. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a partir de sua equipe de documentação, produz também seu Dicionário Biobibliográfico como vemos abaixo.

Figura 29 - Capa do Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos do IHGB



Fonte: Fotografia feita pelo autor.

A Plataforma Lattes é pioneira no quesito de gestão digital de currículos *vitae* de cientistas. Criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, antigo Conselho Nacional de Pesquisa, (CNPq) na década de 90, a

experiência foi replicada em outros países, como no caso da plataforma portuguesa Ciência Vitae.

Figura 30 - Versão pública do currículo de Diogo Xavier da Mata na Plataforma Lattes



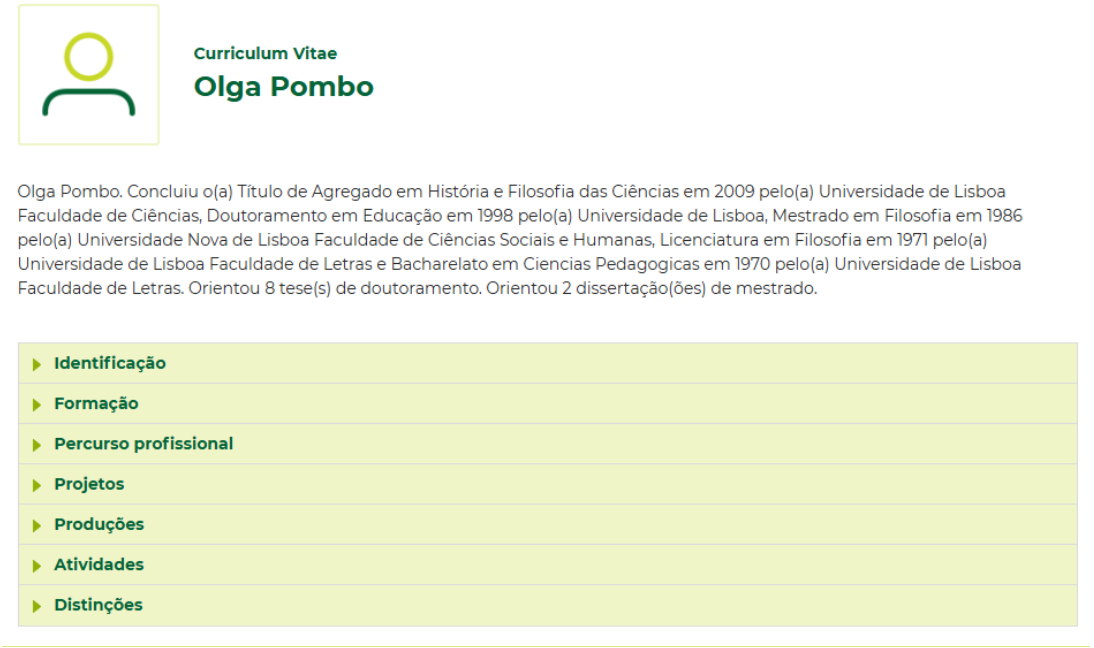
Fonte: Plataforma Lattes.

A plataforma dá continuidade, em meio digital, a uma tradição biobibliográfica voltada para o campo acadêmico. Vemos o nome próprio e a fotografia da pessoa biobibliografada, vemos um endereço de acesso baseado no ID Lattes que serve como um designador rígido livre de homônimos, temos a última data de atualização, um resumo que pode ser escrito pela própria pessoa ou escrito pela plataforma de maneira automática. A plataforma apresenta dados gerais de identificação, de atuação, de produção bibliográfica e outras, participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão, participação e organização de eventos, participação em bancas de graduação, mestrado e doutorado, formação e cargos desempenhados pela pessoa. O Currículo Lattes, na medida em que é escrito pela própria pessoa que descreve pode ser entendido como uma autobiobibliografia, no entanto, ressaltamos que é a Plataforma e, portanto, o próprio CNPq quem dita a estrutura pré-determinada dos metadados disponíveis. Sendo assim, a pessoa produz sua autodescrição a partir dos interesses manifestos na estrutura de metadados descritivos produzidos pelo CNPq. No entanto, o diálogo da comunidade científica com a instituição desenvolvedora da Plataforma, por vezes, possibilitou mudanças a

favor dos interesses da comunidade, como a possibilidade de cadastrar-se períodos de licença maternidade, por exemplo.

Inspirados na Plataforma Lattes, temos o *Ciência Vitae* da comunidade científica portuguesa.

Figura 31 - Currículo de Olga Pombo na plataforma *Ciência Vitae*



Fonte: Ciência Vitae.

As plataformas digitais de *curriculum vitae*, com suas descrições, nomes próprios, fotografias, identificadores rígidos, trajetória acadêmica, obras e distinções atribuídos a uma pessoa cientista constituem nova etapa dos repertórios biobibliográficos. Da República das Letras ao Ciência Vitae português, muitas transformações são observadas, de formato, de suporte, de metadados e de funções desempenhadas por cada tecnologia biobibliográfica analisada. Se na época das Repúblicas das Letras a intenção passava pela integração dos conhecimentos e dos conhecedores, compartilhamento de informações e formação de redes entre os intelectuais, vemos outros parâmetros quando analisamos a Plataforma Lattes, por exemplo. Voltada menos para a comunicação entre a comunidade de saber, o currículo, muitas das vezes, se transforma em um símbolo das individualidades acadêmicas.

Se no conjunto dos saberes bibliográficos, resumido, grosseiramente, na arte de listar e descrever os livros, a figura da personalidade autora vai perdendo sua centralidade em função do objeto livro, outros saberes como a história e a própria administração pública conservaram a ideia de listar vidas. Em Mata (2020) foi possível cartografar esses assentamentos da comitiva Biobibliográfica, a partir de um conjunto de fontes de informação dispersas e diversas, reunidas por nós sob o nome de Biobibliografias. Entre os dicionários biográficos da renascença, passando pelos Quem é Quem modernos e especializados até chegar ao Currículo Lattes, temos uma continuidade histórica de uma forma de descrever alguém, documentar a vida de um autor ou de personalidades reconhecidas em algum nível ou contexto histórico. O que reconhecemos nessa primeira forma, nessa primeira instância da Biobibliografia é, justamente, a construção da biobibliografia enquanto método e ferramenta oriunda da transdisciplina da Organização do Conhecimento e dos Saberes (OCS).

A pesquisa de José Manuel González Freire (2023) reflete sobre esta noção biobibliográfica que aqui chamamos de tradicional. Ele aponta, de início, a transdisciplinaridade do tema biográfico, sendo estudada na história e na filologia. Para definir a Biobibliografia, traçada em espanhol por *Bio-bibliografía*, ele cita o Dicionário da Real Academia Espanhola, que apresenta uma definição comum “Biografia de um autor com a enumeração de suas obras”. No entanto, ele comenta a definição desta forma:

> Pero en realidad es mucho más que esa definición. Es un estudio metodológico, sistemático y científico de antes de nacer, durante y después de fallecido el autor de estudio. Para muchos es el estudio de vida, biografía, su vida profesional, su vida académica, su vida familiar, sus viajes, la verdad es que es eso y mucho más en un momento sincrónico en la historia. (González Freire, 2023, p. 2)

Para ele, em suma, a Biobibliografia seria o resultado de uma fórmula em que Biografia se soma à Bibliografia. González Freire (2023) explora a ideia de um método para a biobibliografia tradicional, em que faz apontamentos exaustivos de fontes a serem consultadas e elementos a serem repertoriados em função da construção de uma biobibliografia a partir de um autor. Por fim, ele aponta para a escassez de estudos biobibliográficos.

Outra proposta metodológica ao estilo tradicional da Biobibliografia é apresentada por Luis Fernando Jaén Garcia (2012). Para ele:

> La importancia de este tipo de material bibliográfico radica en que permite conocer el quehacer personal, profesional, académico y la generación de conocimiento de un individuo a lo largo de su vida. Difunde diversas aristas del biografiado y, además, la identificación, localización y accesibilidad de su producción bibliográfica, que por lo general se encuentra dispersa en diversas fuentes primarias y en distintos centros de información (Jaén Garcia, 2012, p. 2).

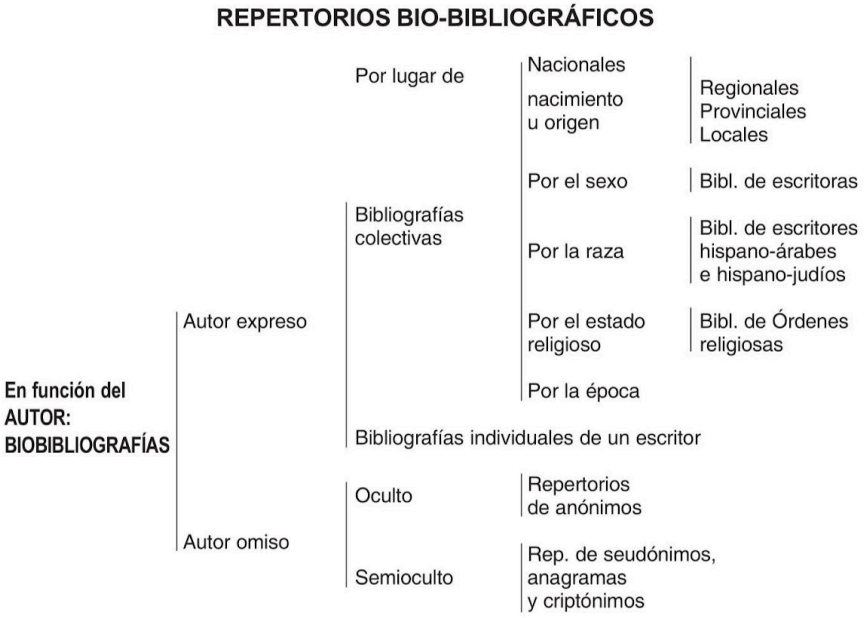
Jaén Garcia (2012) apresenta de forma mais sucinta um método em seis etapas para a construção de uma biobibliografia tradicional: a) eleição da personalidade (baseada basicamente em critérios de produtividade bibliográfica e notoriedade); b) coleta de informação; c) entrevista; d) biografia (que vai desde o estudo familiar, passando pelo desempenho profissional, até as honrarias e prêmios); e) bibliografia (constando a obra do autor e outros textos que fazem referência a ele ou a sua obra); f) forma de apresentação da biobibliografia. Assim como González Freire (2023), Jaén Garcia (2012) restringe a autores e suas obras o método biobibliográfico. Bem como parecem operar as biobibliografias em função dos notáveis. Esse tipo de biobibliografia serve e serviu para aquilo que Sen e Gan (1990) denominaram biobibliometria, estudos métricos baseados em dicionários biográficos. Essa tradição métrica, com raízes eugênicas, foi abordada em um estudo de Mata e Saldanha (2020).

Isabel Cristina Diéz Ménguez (2000) faz um estudo das biobibliografias espanholas. Ela parte da diferenciação entre biobibliografias individuais daquelas coletivas, que ela passa a chamar de repertórios biobibliográficos:

> La finalidad de los repertorios bio-bibliográficos es reunir las noticias de los escritos de uno o más autores unidos por una característica personal común de lugar de nacimiento o procedencia, sexo, raza, profesión, etc. Al estudio bibliográfico de y sobre el autor (bio-bibliografías individuales) o autores (bio-bibliografías colectivas), se une el biográfico, breve reseña de los aspectos más relevantes de la vida del autor. En el caso de las bio-bibliografías individuales en las que se ofrece un estudio biográfico más profundo y riguroso, la metodología y las fuentes de información a consultar varían (Diéz Ménguez, 2000, p. 68).

Em sua proposta de sistematização, ela avança para o seguinte sistema:

Figura 32 - Sistema de classificação dos repertórios biobibliográficos proposto por Diéz Ménguez.



Fonte: Diéz Ménguez (2000, p. 69).

A sistemática mostra a amplitude que mesmo a biobibliografia tradicional pode alcançar em seus repertórios. Também aponta para o potencial político e crítico que elas podem assumir quando pensamos nas formas de se construir os repertórios de biobibliografias coletivas.

6.3 A filosofia da autoria e o hiperfoco biobibliográfico

A biobibliografia, como temos visto, trata especificamente da vida e da obra de pessoas autoras, interessa ao trabalho biobibliográfico a descrição, a indexação e a classificação dos antropônimos de autoras e autores, suas vidas e suas obras. Por isso, consideramos o foco na autoria, por parte do trabalho biobibliográfico, como um hiperfoco. Ou seja, das muitas responsabilidades na produção de um livro, ou das muitas figuras pessoais que envolvem a cultura do livro, a Biobibliografia tem demonstrado ao longo da história um hiperfoco na figura da autoria. Não vemos, com frequência catálogos biobibliográficos para pessoas editoras, impressoras, diagramadoras, tradutoras, ou outras personagens com alguma responsabilidade na

produção daquela publicação que catalogamos em uma biblioteca. De modo geral, apenas a figura autoral possui o destaque dos dicionários biográficos, das orelhas dos livros e dos catálogos de autoridade.

O debate acerca da figura da autoria tem aparecido e reaparecido constantemente nas discussões acerca da Teoria Literária, da História do Conhecimento e da Organização do Conhecimento (OC). Tendo em vista que essa discussão é demasiadamente vasta e intensa, decidimos trabalhar principalmente com conceitos atribuídos a algumas autorias consagradas da discussão do tema.

A perspectiva foucaultiana acerca da noção de autoria será tratada a partir de seus estudos sobre a Arqueologia do Saber e O que é um autor? A pergunta central para Foucault (2009), antes mesmo da pergunta no título de sua palestra, é “Que importa quem fala?”, questão que ele toma emprestado de Beckett, ou seja, por que nos preocupamos em identificar uma pessoa responsável por aquele escrito, por aquele texto? Essa é a pergunta fundamental do pensador das relações de poder. Nos entremeios de suas reflexões o poder e o saber em investidas uns sobre os outros estão sempre dando o tom de seus questionamentos e conclusões. Admitir-se a função de uma autoria, nesse enredo proposto por Foucault (2009, 2019), é considerar que há um interesse das relações de poder em detectar e ter ao seu alcance o nome próprio, a pessoa, responsável pelo discurso contido em uma obra, seja ela gráfica ou não gráfica.

A autoria é, portanto, um ponto da ética do escrito no contemporâneo, nem sempre os textos necessitaram ter expostos ou documentadas, os textos eram como um bem comum, divino, inspirados pelo espírito que a tudo conhecer e a tudo permite conhecer, Deus (Melot, 2012). Uma pintura que bem representa essa ideia de autoria divina, não humana, é a pintura de Philippe de Champaigne, datada entre os anos de 1645 e 1650, que retrata Agostinho de Hipona.

Figura 33 - Óleo sobre tela de Philippe de Champaigne (1602-1674), Saint Augustine (1645-1650)



Fonte: Los Angeles County Museum of Art.

A verdade vinda do alto representada pela luz perpassa a cabeça (mente) de Agostinho aquecendo seu coração, na outra mão, a pena para escrever aquilo que se ilumina nele diante da luminosidade divina. Essa é a figura “autoral” do Medievo, dos séculos do pensamento filosófico-cristão na Europa, imagem da qual somos herdeiros e diferentes. O Renascimento institui a figura da autoria humana, e a partir disso toda a perspectiva de propriedade e responsabilidade pelos escritos modernos.

A discussão que Foucault (2009) engendra diz respeito, ainda, às suas pesquisas iniciais, principalmente em “As palavras e as coisas” (Foucault, 2016), onde analisa *epistemes* como um solo comum do pensamento onde alguns sistemas

de conhecimento, como a história natural ou a análise das riquezas, pode historicamente se estabelecer. Em suas pesquisas nessa empreitada, Foucault (2016) não levava em conta uma análise das “unidades do discurso” (Foucault, 2019), ou seja, ele abriu mão das continuidades da obra e da autoria. Quando estudou essas *epistemes* ele não se prendeu a uma autoria ou a uma obra específica, ele percorreu, na verdade, seus enunciados. Apesar dessa escolha metodológica, Foucault (2019) não deixa de citar em vários momentos os nomes de alguns autores, Buffon, Cuvier e Ricardo, por exemplo. Essa ambiguidade, que ele mesmo considera como “embaraçosa” (Foucault, 2009), não parece, aos olhos do pensador francês, convir com os objetivos de seus estudos, visto que não era de interesse de suas pesquisas em torno da História dos Sistemas de Pensamento descrever autoridades epistêmicas em sua intelectualidade, reproduzir, esclarecer ou atualizar o que haviam dito. Na verdade, a busca da arqueologia do saber que ele desenvolve em sua “primeira fase de pensamento” - divisão que, apesar de parecer didática, não nos parece intelectualmente correta, visto que podemos encontrar muitas continuidades em todo o pensamento foucaultiano - se traduz em estabelecer “as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas” (Foucault, 2009, p. 267). Ou seja, a arqueologia tratava das camadas profundas do discurso do saber, aquelas mesmo, podemos dizer, do espírito geral, que sustentavam discursos diversos. São as regras do discurso, aquelas que ordenavam mesmo autorias manifestamente opostas intelectualmente umas às outras como Buffon e Lineu, Cuvier e Darwin.

Fato é que, apesar de suspender a noção de continuidade discursiva, contida nas noções de obra e de autoria, Foucault (2019) cita em suas páginas diversos nomes de autorias, na tentativa de reunir sobre esse nome próprio um conjunto de enunciados, de textos, de pensamentos.

> Essa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia, e das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, acredito que não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental que é a do autor e da obra (Foucault, 2009, p. 267).

A noção de obra será tratada no próximo tópico desta seção secundária. A autoria imprime na história das manifestações do escrito (filosofia, literatura, ciências…) um caráter de individualização, tanto da pessoa que diz, que produz o texto e que é, portanto, responsável e proprietário daquilo que escreve, essa individualização sempre representada primordialmente pelo seu nome próprio, quanto da obra (grupo de textos atribuídos a uma mesma pessoa autora).

> Deixarei de lado, pelo menos na conferência desta noite, a análise histórico-sociológica do personagem do autor. Como o autor se individualizar em uma cultura como a nossa, que estatuto lhe foi dado, a partir de que momento, por exemplo, pôs-se a fazer pesquisas de autenticidade e de atribuição, em que sistema de valorização o autor foi acolhido, em que momento **começou-se a contar a vida não mais dos heróis, mas dos autores**, como se instaurou essa categoria fundamental da crítica “o homem e a obra”, tudo isso certamente mereceria ser analisado. Gostaria no momento de examinar unicamente a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente (Foucault, 2009, p. 267, grifo nosso).

Em seu texto sobre o que é um autor, o pensador francês deixa de lado em sua análise muitas temáticas interessantes para entendermos o surgimento de uma sistemática biobibliográfica na construção dos discursos intelectuais, vide o próprio Peignot (1800, 1802) que, ao trabalhar a história da Bibliologia, não deixa de citar os muitos nomes próprios de intelectuais caros a sua historiografia, daqueles que escreveram e suas obras. Sobre os nomes próprios de autorias, Foucault (2009) reconhece os problemas elencados por Searle (1958), apresentados em capítulo anterior, diz-nos Foucault (2009, p. 272):

> O nome do autor é um nome próprio: ele apresenta os mesmos problemas que ele (Refiro-me aqui, entre diferentes análises às de Searle). Não é possível fazer do nome próprio, evidentemente, uma referência pura e simples. O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas. Ele é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém: em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição. Quando se diz 'Aristóteles', emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou a uma série de descrições definidas, do gênero de: 'o autor das Analíticas, ou 'o fundador da ontologia' etc. Mas não se pode ficar nisso, um nome próprio não tem pura e simplesmente uma significação: quando se descobre que Rimbaud não escreveu La chasse spirituelle, não se pode pretender que esse nome próprio ou esse nome do autor tenha mudado de sentido. O nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois pólos da descrição e da designação: eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. Entretanto - e é aí que aparecem as dificuldades particulares do nome do autor -, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira.

Ao trazer o nome próprio das autorias para o campo mais geral dos nomes próprios de pessoas, ou antropônimos, conceito analisado anteriormente pela via da filosofia da linguagem, Foucault (2009) apresenta algumas questões relevantes à tarefa da biobibliografia. Na medida em que essa última descreve a vida e a obra das autorias a partir do seu nome próprio, os sentidos que possuem o nome próprio da pessoa autora em relação com seus escritos, com sua obra, podem alterar de maneira significativa as descrições biobibliográficas a ela atribuída. O sentido do nome próprio são as múltiplas descrições possíveis, o nome da pessoa autora não é diferente. No entanto, essas descrições vão privilegiar justamente aquelas características que fazem daquela pessoa uma autoria, ou seja, a sua relação com alguns textos escritos por ela. A tônica da relação do nome próprio da autoria em relação aos textos se dá na seguinte passagem:

> Se eu me percebo, por exemplo, de que Pierre Dupont não tem olhos azuis, ou não nasceu em Paris, ou não é médico etc., não é menos verdade que esse nome, Pierre Dupont, continuará sempre a se referir à mesma pessoa: a ligação de designação não será modificada da mesma maneira. Em compensação, os problemas colocados pelo nome do autor são bem mais complexos: se descubro que Shakespeare não nasceu na casa que hoje se visita, eis uma modificação que, evidentemente, não vai alterar o funcionamento do nome do autor. E se ficasse provado que Shakespeare não escreveu os Sonnets que são tidos como dele, eis

> uma mudança de outro tipo: ela não deixa de atingir o funcionamento do nome do autor. E se ficasse provado que Shakespeare escreveu o Organon de Bacon simplesmente porque o mesmo autor escreveu as obras de Bacon e as de Shakespeare, eis um terceiro tipo de mudança que modifica inteiramente o funcionamento do nome do autor. O nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros (Foucault, 2009, p. 272-273).

De certo que as descrições verdadeiras e possíveis para o nome de uma autoria se apresenta para a Organização do Conhecimento como uma importante via de orientação para a construção de Biobibliografias. Em suas funções de designar, ou seja, de referenciar, identificar e diferenciar as autorias presentes em uma determinada temática, de um determinado grupo, espaço e tempo, são fundamentais para o que o trabalho biobibliográfico, enquanto controle de autoridade, classificação das autorias e disseminação dessas figuras. O nome próprio do autor representa, igualmente, para a história e organização do conhecimento uma existência, o texto, por óbvio, foi escrito, produzido, por alguém, então dizer, por exemplo, que Shakespeare não escreveu o *Sonets*, significa dizer que temos uma lacuna e que se abre um espaço de pesquisa para se verificar o verdadeiro autor daquele texto, que é algo real e concreto, que aponta para um escritor. É diferente de dizer que uma pessoa, não-autora, ou, digamos, sem rastro documental, não tenha existido, visto que não há nada que lhe aponte a existência, do ponto de vista material, não há lacunas ou espaços vazios na realidade documental que nos cause estranheza.

E nesse ponto há que se reconhecer uma questão fulcral do nosso contemporâneo, a questão da autoria dos textos das ferramentas de produção de textos ou imagens ou vídeos a partir de vídeos ou imagens ou textos já disponíveis em plataforma aberta, ou, apenas, dos dispositivos generativos, chamados de “inteligência artificial". Esse debate, apesar de correlacionado com a autoria, tema relevante para esta pesquisa, não está no escopo da pesquisa biobibliográfica ou biodocumental que leva em consideração a relação pessoa-texto, portanto não nos debruçarmos sobre ela. Apesar disso, não nos furtamos de apontar a problemática questão dessas produções de texto que estão tomando de assalto e abalando profundamente parte daquilo que entendemos por autoria no contemporâneo.

Seguindo com a leitura de Foucault sobre a questão dos nomes próprios de autorias, temos:

> [...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.): ele exerce um certo papel em relação ao discurso: **assegura uma função classificatória**: tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. [...] Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer 'isso foi escrito por tal pessoa', ou 'tal pessoa é o autor disso', indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status (Foucault, 2009, p. 273-274, grifo nosso).

A função autoral é uma função de classificação do discurso, do texto, de uma autoria em específico. O nome próprio dessa pessoa autora funciona como índice que remete a textos específicos, mas também como um espaço comum, uma classe, onde textos que atendem a certas características autorais se encontram, se agrupam. É justamente essa realidade documentária, textual, que a Biobibliografia em suas várias formas de apresentação e de construção pretende descrever, o nome próprio enquanto sistema de classificação dos discursos produzidos. Por sua vez, essa forma de relacionar os documentos biobibliograficamente representa uma certa forma, um certo sistema cultural, e até mesmo econômico-políticos, de perceber e encarar os documentos. Não é natural que se tenha autorias para um texto. Isso é uma questão político-cultural histórica e contextual, nem mesmo que a essas autorias se conceda um capital simbólico, na forma de um status, nas suas relações pessoa-texto. Como, por exemplo, não é natural que se compare pesquisadores a partir da quantidade de textos publicados em determinado período, como veremos mais à frente quando falarmos da Biobibliometria. Tudo isso faz parte de um modelo ideológico específico de significar a relação pessoa-texto, construído por sistemas de poder a partir de ou atrelados ao nome próprio.

Segundo Foucault (2009), a função autoral começa por aparecer em textos no momento em que as relações de poder precisam responsabilizar penalmente alguém acerca daquilo que fora escrito em seu nome. Antes de ser propriedade, um bem de consumo, ele era antes um ato, uma ação sagrada ou profana, lícito ou ilícito, no entanto, diz-nos ele, escrever sempre foi um ato de risco nas sociedades.

A perseguição aos autores e suas obras faz parte da história de censura ocidental. Vemos hoje, na década de 2021, com a ascensão e alastramento da extrema-direita no mundo, uma onda de conservadorismo vulgar e inescrupuloso tomar conta do cenário cultural mundial. A penalização, censura e perseguição a textos e autorias guardam suas similitudes com as proibições inquisitoriais do *Index Librorum Prohibitorum*, que foi uma espécie de resposta à Reforma Protestante.

Figura 34 - Frontispício da edição de 1786 do Índice de Livros Proibidos



Fonte: The Manhattan Rare Books Company.

O primeiro Índice elaborado pela Inquisição de Roma, em 1558, anunciava uma quantidade de mil títulos censurados, como as obras de Erasmo, Maquiavel e Rabelais. O que pode ser encarado na visão de Martyn Lyons (2011) como uma verdadeira declaração de guerra à elite intelectual europeia da época. Em 1572, uma comissão especial só para atualizar a lista foi estabelecida.

> Edições subsequentes do Índice foram mais refinadas: elas **graduavam os autores segundo o suposto grau de toxicidade** e destacavam passagens específicas a serem expurgadas em vez de condenar livros inteiros. Erasmo, pelo menos, foi tratado com mais leniência (Lyons, 2011, p. 83, grifo nosso).

O refinamento da bibliografia do mal, livros a serem censurados pela Inquisição, previra em seu âmago uma lista biobibliográfica, autorias proibidas, que deviam ser evitadas ou partes de sua obra que deveriam ser censuradas. É exemplo de como o saber bibliográfico e biobibliográfico podem servir a intuitos nefastos. Historicamente, a Congregação do Índice sobreviveu até 1917 e o Índice somente foi abolido em 1966.

A função autor, como nos explica Castro (2016), é descrita a partir de quatro características distintas: 1) essa função está ligada ao sistema jurídico e institucional que a rodeia, estabelecendo uma relação de apropriação do discurso na forma de propriedade e na medida em que se possa ser responsabilizado prestigiosamente e penalmente pelo texto; 2) a função autor não é uniforme, ela se modifica historicamente e não exerce a mesma relação a todos os discursos, há muitos textos que não precisam de autorias para existirem; 3) não se dá na atribuição direta e espontânea a uma pessoa produtora do texto, mas por diversas operações sociais que constróem a figura e a persona autoral; 4) não remete de forma simples e pura a um sujeito real, uma mesma pessoa pode possuir e ter reconhecido diversos tipos “egos” autorais, um professor de física que escreva poemas, por exemplo. A relação autoral não se dará da mesma forma, e a figura autoral de ambos os textos são diferentes. São os heterônimos de Fernando Pessoa.

O texto de Foucault (2009) é um diálogo direto com a Morte do Autor anunciada por Roland Barthes (2004). A tese de Barthes é que o significado do texto deva ser construído não pelas autorias, mas pelos leitores. O significado de um livro não é o mesmo para todas as pessoas que o lêem, elas estão condicionadas pelas

ferramentas cognitivas construídas e desenvolvidas a partir do contexto em que vivem para significar a leitura desta ou daquela forma. Disso podemos extrair a noção de que significados diferentes serão atribuídos ao texto de acordo com o contexto em que a leitura acontece, de acordo com a identidade ideológica, de classe, de grupo social a que pertence a pessoa que lê.

O sentido que possui as autorias, por sua vez, também é diferente para este ou aquele grupo social. O trabalho biobibliográfico, ao estabelecer um roteiro de autores importantes para aquela comunidade de leitores, deve estar atendo aos sentidos possíveis de serem atribuídos pela sua comunidade leitora às autorias elencadas. Barthes (2004) parte da ideia de uma fuga de identidade no momento da escrita, de um apagamento da identidade da autoria no momento em que a voz do texto aparece. Ao comentar uma cena da novela *Sarrasine* de Balzac, ele diz:

> Quem fala assim? É o herói da novela, interessado em ignorar o castrado que se esconde sob a mulher? É o indivíduo Balzac, dotato, por sua experiência pessoal, de uma filosofia da mulher? É o autor Balzac, professando ideias 'literárias' sobre a feminilidade? É a sabedoria universal? A psicologia romântica? Jamais será possível saber, pela simples razão que a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem. A escritura é esse neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve (Barthes, 2004, p. 57).

Dessa forma, traduz o estruturalista Barthes, a relação autoria e texto, uma fuga e perda de identidade. Esse modelo é restrito, nas palavras do próprio autor, às narrativas, fatos contados "para fins intransitivos, e não para agir diretamente sobre o real" (Barthes, 2004, p. 58). Perguntamo-nos se há alguma ação escrita ou não que se produza sem se desejar agir diretamente sobre o real? Sejam efeitos mínimos ou máximos, grandes ou pequenos, toda vez que agimos, o fazemos com o intuito de transformar alguma realidade, micro ou macro. Dirá ele, nas "sociedades etnográficas", um xamã possui uma *performance*, mas ele não é o autor. Lembramos, por exemplo, do oráculo africano de *Ifá*, o *erindilnogun* (jogo de búzios), onde não há autoria para a mensagem, mediada pelo Babalaô, que não é o autor da mensagem. Para Barthes (2004), essas figuras não detêm o gênio da mensagem, somente o código. No entanto, Balzac não é um xamã ou um oluwô, como foi Agenor Miranda Rocha, esse último inclusive autor de alguns livros de poesia e

sobre a cultura africana. Balzac foi um escritor francês do século XIX. Seus textos possuem, ao contrário das mensagens transmitidas por Agenor na consulta de *Ifá*, a função autoral, ele era, assim como Agenor em outros contextos, um autor.

Constatando isso, temos que considerar que, sim, a pessoa autora não é uma mente individual quando escreve, sua genialidade está mediada pelas vozes que o precederam, pelo contexto histórico-cultural em que está inserido, pelas vozes contemporâneas, assim como pelo público virtual ou real que o lê. No entanto, imaginar que a pessoa autora nada tem a acrescentar ao texto que escreve, como que sua individualidade fosse totalmente expurgada pelo momento da escritura, não nos parece razoável. Continuamos a leitura de Barthes (2004):

> O autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da 'pessoa humana'. Então é lógico que, em matéria de literatura, seja o positivismo, resumo e ponto de chegada da ideologia capitalista, que tenha concedido a maior importância à 'pessoa' do autor. O autor ainda reina nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas dos periódicos e na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças aos seu diário íntimo, a pessoa e a obra; a imagem da literatura que se pode encontrar na cultura corrente está tiranicamente centralizada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões; a crítica consiste ainda, o mais das vezes, em dizer que a obra de Baudelaire é o fracasso do homem Baudelaire, a de Van Gogh é a loucura, a de Tchaikovsky é o seu vício: a explicação da obra é sempre buscada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o autor, a revelar a sua 'confidência' (Barthes, 2004, p. 58, grifo do autor).

Que a autoria é uma personagem moderna, já temos trabalhado isso anteriormente. A atribuição à ideologia capitalista da importância dada à pessoa da autoria é para nós condizente com a história de desenvolvimento da sociedade capitalista e sua ideologia de propriedade privada e de bens de consumo. O império do autor nos manuais e nos repertórios de escritores diz respeito igualmente àquelas preocupações deixadas de lado por Foucault (2009). A centralidade da autoria para decifrar o texto, a biografia da autoria como uma espécie de signo capaz de dar a "chave de leitura" para determinada literatura nos parece incompleta, quando para Barthes (2009) deva ser ignorada.

A biografia da pessoa autora por si só, por certo, não atribui à obra todos os sentidos e significados possíveis. No entanto, não podemos negar que entender a vida da pessoa autora em relação a suas ideias, seu tempo, seu contexto, suas influências, correntes, alegrias, decepções, ou seja, a sua individualidade e sua inevitável dialética com o mundo histórico e social, oferece-nos boas interpretações acerca de seus escritos. Não que essas interpretações sejam palavras finais, tendo em vista que a mesma dialética deve ser aplicada ao interpretante para que possamos analisar sua interpretação. Ou seja, a depender da realidade histórica-material-dialética da autoria em relação com a realidade histórica-material-dialética do leitor o texto desperta esse ou aquele sentido para esse último. Contudo, não há aqui um relativismo do tipo “vale-tudo”, como se qualquer sentido que eu queira atribuir ao texto ou a autoria fosse válida como “a minha opinião sobre o texto e sobre a pessoa autora”, isso não é possível, visto que a mediação dialética desses dois seres (autoria e leitores) se encontra na objetividade material daquilo que está escrito, registrado, documentado, o texto. Portanto, a subjetividade do leitor e da autoria deve estar amparada na objetividade do texto. E a História, Sociologia e Organização do Conhecimento, enquanto saberes e práticas de saber, que trabalham as biografias, as notícias biográficas, como em Peignot (1800), parece-nos dar razão.

Sendo assim, a figura da autoria, sua palavra, ou sua “confidência”, como nos diz Barthes (2004), não é a palavra final do sentido do texto. A própria pessoa autora ao emitir o sentido que ela atribui ao seu texto o faz na condição de leitora, caindo, portanto, na dialética daquilo que ela é e do que fora no momento da escritura. Se não se pode falar de uma só voz no momento em que escrevemos, também não somos a mesma pessoa que escreveu aquele texto que agora lemos e emitimos uma interpretação. Aqui queremos lembrar a crítica de Volóchinov (2017) ao psicologismo da linguagem que vai ao encontro da crítica barthesiana de império autoral.

> Sabemos agora que um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a ‘mensagem’ do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, **das quais nenhuma é original**: o texto é um tecido de citações, oriundas

dos mil focos da cultura (Barthes, 2004, p. 62).

Sim, o texto não é um sentido único, ou uma linha reta e pura de palavras. Sim, em grande medida é um espaço de múltiplas dimensões, onde se encontram para concordarem ou discordarem escrituras variadas. Mas, nunca há nada de novo no mundo dos textos? Temos entre nós o fim da história literária dos textos? Acreditamos, nós, que não. Nem mesmo um novo entrecruzamento de textos e discursos a produzir uma nova mensagem é admitida por Barthes (2004), “nenhuma é original”. Ora, isso não é decretar a morte da autoria, mas a própria morte da história literária ou da história dos textos, o que não nos parece correto. Há que se admitir, como argumentamos anteriormente, que pessoas em novos contextos sócio-históricos produziram novas mensagens, a partir, sim, das vozes anteriores, mas com algum nível de agenciamento, de presença. Da mesma forma, novos contextos, transformará o significado de cada texto para diferentes grupos sociais e de formas diversas. Por fim, o sentido último não está na autoria, como assevera Barthes (2004), mas não pode excluir essa figura do processo sempre dialético, histórico e contextual da comunicação das pessoas autoras-texto-leitoras.

Debatermos a noção de autoria é de máxima importância para os estudos da Organização do Conhecimento, visto ser uma figura ímpar para a representação dos documentos autorais. O nome próprio da pessoa autora aparece em diversos lugares do trabalho bibliológico, nas folhas de rosto, nas fichas catalográficas, nos catálogos, nas listas biobibliográficas. Ao nome da autoria é dispensado o cuidado do controle de autoridade para prevenir a confusão entre pessoas diferentes e para garantir que toda informação ou documento atribuído a uma pessoa possa ser recuperado por uma mesma entrada, uma mesma forma de escrever o nome, um mesmo índice. Por isso, a pessoa autora representada pelo seu nome próprio, e no campo bibliológico, pela constituição de um controle de autoridade para nomes próprios, constitui-se em alvo principal para o trabalho biobibliográfico. Sendo assim, julgamos necessário uma revisão desse conceito.

Para Lejeune (2008), a figura da autoria é central para que se possa explicar o texto autobiográfico, da mesma forma, mas, acreditamos, em um nível menor de intensidade, a figura da autoria em muitas concepções aparece como “fiel da balança” de sua obra. Diz-nos Lejeune (2008, p. 192):

> O autor é, por definição, alguém que está ausente. Assinou o texto que estou lendo - não está presente. Mas se o texto me lança perguntas, sinto-me tentado a transformar em curiosidade por ele e desejo conhecê-lo a inquietação, a incerteza ou o interesse engendrados pela leitura. É o que denominarei ilusão biográfica: o autor surge como 'resposta' à pergunta feita por seu texto. Ele detém a verdade: gostaríamos de lhe perguntar o que quis dizer… Ele é a verdade do texto: sua obra 'se explica' por sua vida. Ao produzir minha leitura, imagino-me indo em direção a uma fonte capaz de avalizá-la, quando, na verdade, o que faço é apenas mergulhar numa miragem mais ou menos tautológica, já que, na maioria das vezes, a 'vida' é reconstruída à luz da obra que deveria explicar. Miragem ainda mais insidiosa por não ser totalmente uma miragem: frequentemente é o próprio autor que nos incentiva a reagir dessa forma, quando tende mais ou menos diretamente a se representar em sua obra ou dar margem para se pensar isso.

Não é só nas autobiografias que a vida da autoria se confunde com sua obra, muitas das vezes em textos literários recorremos à opinião "sacralizada" da autoria para emitir um veredicto acerca de alguma passagem. Exemplo é a busca de uma solução para o enigma de Capitu e Bentinho (Machado de Assis, 2019) na própria obra ou falas do autor. A "ilusão biográfica" a que Lejeune (2008) se refere aqui, não deve ser confundida com a noção de "ilusão biográfica" de Bourdieu (1986). Esta diz respeito a impossibilidade de objetividade nas narrativas biográficas, a incontornável ficção de sua composição.

- A noção de obra de uma autoria

Para começar podemos argumentar junto a Foucault (2009, p. 270): "A palavra 'obra' e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor". São muitas as questões a serem debatidas, quando queremos descrever, analisar ou repertoriar a obra de um autor.

As primeiras questões são da própria metodologia de análise da obra, muito presentes nas críticas literárias, a obra do autor deve ser analisada em sua individualidade de conjunto ou individualidade de itens, ou seja, a obra deve ser analisada item por item, texto por texto, ou na medida em que se compõe uma obra (mais de um texto) esses devem ser analisados pelo seu conjunto? Tendo se decidido por um ou pelo outro, ou ainda pelas duas perspectivas, esse texto ou essa obra devem ser analisados por eles mesmos em suas contradições internas, o texto por ele mesmo, a obra por ela mesma? Ou a análise deve ser feita considerando

relações externas à obra e ao texto, sua relação com sua própria autoria, sua vida e sua formação intelectual? Estudá-los em relação a outras obras, outras autorias ou ao contexto em que se produz? Essas são perguntas possíveis que dizem respeito ao método de análise e que a depender das respostas traçaram uma trajetória específica.

Outras questões dizem respeito ao que se pode considerar a obra de uma autoria: tudo que a pessoa escreve faz parte de sua obra? Anotações, diários, relatórios, impressões, cadernos de estudo, os comentários nas margens dos livros que leu, tudo isso escrito pela mão de uma pessoa autora, faz parte da sua obra? Essas perguntas dizem respeito aos limites que devem ser decididos, delimitados, para que se possa elencar a obra de uma autoria para ser analisada. Consideramos apenas aquilo que a pessoa autora publicou em vida? O que dizer de textos organizados postumamente? Todas perguntas para as quais não podemos oferecer respostas definitivas, no entanto, ensaiamos - arriscamos - com base em nossas leituras, uma proposta a ser considerada.

A autoria, em sendo uma relação da pessoa com alguns dos seus escritos, possui em sua aferição níveis de maior ou menor grau. Textos publicados, dados à leitura do público, pela própria pessoa que escreve, seja na forma de um livro impresso ou como uma postagem em uma rede social (onde se tem nome próprio, perfil e acesso por senha que inibe a apropriação de sua conta por outras pessoas), possui uma gradação superior do nível autoral. Ou seja, sendo um livro ou uma postagem dada ao público, as pessoas têm com esses documentos uma relação de autoria, de responsabilidade ética e política envolvida. Em se tratando de uma publicação ou de uma publicização indireta, por exemplo, a maior parte da obra de Wittgenstein é fruto da organização dada a seus escritos por seus alunos mais próximos. Apesar de termos que reconhecer um caráter autoral desse tipo de obra, não podemos pôr-la no mesmo nível do caso anterior. Trata-se de uma autoria mista, de co-responsabilidade a ser identificada a partir do maior ou menor grau de interferência daqueles que organizaram o produto textual que circula. Já textos escritos para si, uma lista de compras, um comentário ao pé da página, um caderno de estudo, em não sendo publicados não podem fazer parte da obra de uma pessoa autora, mesmo que essa já seja considerada uma autoria com obra reconhecida. E

na medida em que esses escritos sejam publicados pela organização de outrem, cabe aplicação do exemplo anterior, o nível de autoridade e de responsabilidade desta ou daquela pessoa, de quem escreveu ou de quem organizou, dependerá das interferências e da organização dada aos originais. Assim, sendo a obra de uma autoria, para nós, depende primeiro de pôr o texto em circulação, de publicá-lo em algum suporte ou plataforma, depois o nível da autoria deve ser medido pelo grau de responsabilidade e de autoridade aferida nessa publicação por parte da pessoa autora. No entanto, concordamos que, exceto em casos fraudulentos ou de extrema modificação da publicação frente ao original, para fins de representação descritiva do documento a responsabilidade principal, deve sempre coincidir com a da pessoa autora principal, a quem se deve a elaboração intelectual principal da obra.

6.4 Noções de representação descritiva para a biobibliografia

No plano da Catalogação, ou da Representação Descritiva de documentos, há, sempre, uma preocupação com formas padronizadas de entrada de nomes de títulos, pessoas e assuntos, que são os tradicionais pontos de entrada para uma publicação. O controle de autoridades, como é chamado, é lugar de interesse e atenção a todo trabalho de representação ou descrição de um item bibliográfico, ele garante a consistência dos pontos de acesso, sua padronização.

Para Anamaria Cruz (1994, p. 152) o catálogo biobibliográfico é um tipo de catálogo auxiliar “de identidade ou de autoridade é o que registra os dados biográficos e bibliográficos de autores dos quais a biblioteca possua obra”. Para Cruz (1994) o catálogo biobibliográfico possui as seguintes funções: padronizar as formas de nomes da autoria, apresenta remissivas para outras formas nos nomes, títulos de obras catalogadas e notação do nome da autoria. Portanto, podemos afirmar, com Cruz (1994), que, pelo menos, o catálogo biobibliográfico se transforma nos vocabulários técnicos-especializados da Organização do Conhecimento em catálogos de autoridade, visto que suas definições são praticamente idênticas. Sendo assim, os dicionários biobibliográficos de outrora, acompanhando a história da bibliografia e da catalogação, se transformam, historicamente, em catálogos de autoridade. As informações biográficas contidas no discurso biobibliográfico não desaparecem por completo dos catálogos de autoridade, como podemos verificar no

registro de autoridade precedente, tanto pelos dados alí registrados, suas relações, mas também na indicação para fontes de consultas biográficas, como é o caso do verbete biográfico da wikipédia citado no quadro anterior.

O controle de autoridade permite a padronização e a recuperação do vocabulário utilizado para representar os recursos informacionais disponíveis em um acervo. Ele visa, portanto, padronizar os pontos de acesso de um registro bibliográfico. A pesquisa, por sua temática, se concentra no controle de autoridade de nomes próprios de pessoas, que podem descrever um documento em suas relações de responsabilidade (autoria, edição, tradução, ilustração, entre outros), mas também pode funcionar como representação temática da obra, como no caso de biografias (Mey; Silveira, 2009).

Alan Danskin (1996) chamou atenção para a volatilidade que o registro de autoridade possui em maior grau se comparado ao registro bibliográfico que, comumente, se altera pouco de um catálogo para outro, o que facilita o intercâmbio e a economia de recursos e custos na confecção do registro. No entanto, o registro de autoridade parece ser diferente, os dados utilizados para a construção do registro podem sofrer mutações significativas. Uma pessoa pode, por diversas questões e situações, alterar seu nome, por exemplo.

O Controle de Autoridade é um estado que se pretende atingir através do “trabalho de autoridade”, conforme sugere Assumpção (2012). O controle de autoridade se dá a partir da consistência do catálogo de autoridades. O trabalho de autoridade se difere da noção de controle de autoridade por se referir às tarefas, processos e ações desenvolvidas pelo(a) profissional bibliotecário(a) catalogador(a) para gerar, manter e avaliar os registros e catálogos de autoridade, bem como do seu uso para estabelecer vínculos com os registros bibliográficos ou vínculos entre si.

A problemática do controle de autoridade para nomes de pessoas pode ser pensada se imaginamos, por exemplo, que uma pessoa possa adotar diversos nomes ao longo da vida, nome de batismo, nome de casamento (esse costume parece estar ficando cada vez menos comum), nome artístico, nome social, apelidos, pseudônimos, epítetos, entre outros. O trabalho de autoridade visa estabelecer o

controle para que se possa reunir todos os documentos relacionados a essa pessoa, que hipoteticamente tenha adotado vários nomes, sob uma mesma forma padronizada. Ou seja, a partir de uma forma autorizada do nome se faz remissivas para outras formas de nomes atribuídas à mesma pessoa, sendo assim, qualquer que seja a forma buscada o catálogo irá recuperar todos os documentos ligados a essa pessoa. Ou ainda, qualquer que seja a forma que apareça no documento, o catalogador conseguirá estabelecer a relação entre o nome que vê e o nome autorizado, possibilitando que os documentos estejam reunidos. Conforme podemos verificar:

> O controle de autoridade pode ser definido como a consistência dos pontos de acesso (nomes) utilizados para identificar as entidades em um catálogo, tal controle tem como finalidade fazer com que o usuário do catálogo encontre os recursos informacionais associados à entidade por ele desejada independentemente do nome ou forma do nome da entidade que ele utiliza ao realizar sua busca (Assumpção, 2012, p. 17).

Não podemos, simplesmente, construir um ponto de acesso com base nos nomes das entidades conforme estão impressas no recurso a ser descrito, tendo em vista que é necessário tanto a escolha de qual daqueles nomes, ou daquelas entidades farão parte do registro, bem como estabelecer para cada um dos nomes selecionados uma forma padronizada de entrada. O controle de autoridade age maximizando a recuperação de recursos ligados aos nomes padronizados das entidades relacionadas, mas também minimizar os custos do processamento da informação (Assumpção; Santos, 2013).

Ponto de acesso controlado são nomes, termos, códigos, entre outros, pelos quais podemos recuperar um registro bibliográfico ou de autoridade. Inclui pontos de acesso principal e pontos de acesso variantes. Inclui pontos de acesso de nomes pessoais e familiares. Pontos de acesso controlado buscam padronizar a forma como os nomes representam uma entidade e aparecem em um registro bibliográfico, podendo ser atribuído como ponto de acesso principal ou secundário. O ponto de acesso principal sendo aquele que encabeça o registro bibliográfico, geralmente o nome da autoria que, na cultura ocidental consolidada, é visto como a principal forma como uma obra é buscada no catálogo. Os pontos de acesso secundários são as demais formas pelas quais podemos recuperar um registro, como coautores,

outros responsáveis (coordenadores, organizadores, editores, ilustradores, tradutores…), título, título da série.

> A criação e a utilização de registros de autoridade pelo catalogador favorece a consistência do catálogo, garantindo que uma entidade seja representada por um único ponto de acesso autorizado e que um ponto de acesso autorizado represente uma única entidade. À consistência dos pontos de acesso utilizados em um catálogo dá-se o nome de controle de autoridade (Assumpção; Santos, 2013, p. 210)

Silveira e Mey (2009, p. 150), citando o código de catalogação *Resource Description and Access* (RDA), listam as funções dos pontos de acesso no catálogo:

> a) encontrar obras e expressões correspondentes a seus critérios de busca; b) identificar a obra ou expressão; c) compreender a relação entre o título preferido e outros títulos variantes da mesma obra ou expressão; d) compreender o porquê da escolha de um título como ponto de acesso preferido ou variante; e) selecionar uma obra ou expressão.

Os atributos são: tipo de ponto de acesso controlado, situação do ponto de acesso controlado, uso indicado para o ponto de acesso controlado, ponto de acesso indiferenciado, idioma do ponto de acesso básico, idioma da catalogação, alfabeto do ponto de acesso básico, alfabeto de catalogação, tabela de transliteração do ponto de acesso básico, tabela de transliteração da catalogação, fonte do ponto de acesso controlado, ponto de acesso básico e adições.

Com o desenvolvimento recente do novo código de catalogação, a *Resource Description and Access* (RDA), em substituição ao *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2), inspirado nos modelos conceituais da "família FR", *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), podemos verificar as relações atribuídas às entidades, interessa-nos, principalmente, os que se relacionam com os nomes próprios de pessoas.

Dentro da estrutura do RDA, portanto, podemos afirmar que nossos interesses recaem de forma mais incisiva no Grupo 2 que dizem respeito aos responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artística das entidades do Grupo 1. Por sua vez, o primeiro grupo da RDA contém quatro entidades distintas, são elas: a) obra - criação intelectual ou artística distinta, ex.: a concepção intelectual da obra

“Ainda estou aqui” concebida por Marcelo Rubens Paiva; b) expressão - é a forma como a obra se realiza, ex.: forma textual e cinematográfica da obra; c) manifestação - materialização da expressão, ex.:a edição publicada em livro da obra ou o filme multipremiado; d) item - cada exemplar da manifestação, ex.: “fui a livraria e comprei dois exemplares de uma mesma edição, de uma mesma manifestação, da obra de Marcelo Rubens Paiva.

Nosso Grupo 2, possui apenas duas entidades: a) pessoas - indivíduos, ex.: pessoa autora, pessoa editora, pessoa prefaciadora, pessoa ilustradora, pessoa tradutora da obra impressa; b) entidade coletiva - são organizações ou grupo de indivíduos.

Já o Grupo 3, revela-se como as entidades que servem como assunto às obras: conceito, objeto, evento ou lugar. Assim como o terceiro grupo, o Grupo 2 também podem se relacionar na forma de assuntos com o primeiro grupo. Percebamos que, por exemplo, uma instituição ou um grupo de pessoas (uma banda musical) pode servir como assunto para uma coleção em vários volumes que conte a história do rock nacional. Da mesma forma, a pessoa, pode servir como elemento temático de um documentário ou de uma obra biográfica.

O estudo das relações da entidade “Pessoa” no âmbito dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD constituem fonte de pesquisa que apoia o entendimento e a técnica biobibliográfica em diversos pontos de nossa reflexão. Primeiro, a relação da pessoa com um antropônimo, e a função central deste último no âmbito da construção de representações descritivas da pessoa em si. Depois, como os modelos determinam que essas pessoas sejam descritas nos catálogos é, para nós, elemento de demasiado interesse para pensarmos não somente uma descrição bibliográfica para pessoas bibliológicas (autorias, pessoas editoras, pessoas, ilustradoras, diretoras de cinema, intérpretes…), mas uma estrutura descritiva comum para descrevermos qualquer grupo de pessoas que desejarmos.

O FRBR é, de certa forma, expandido pelo modelo FRAD para dados a serem registrados em registros de autoridade (Assumpção; Santos, 2013).

Conforme o FRAD (2013), a questão do ponto de acesso controlado inclui a forma autorizada e as variantes de um nome usado para identificar uma entidade.

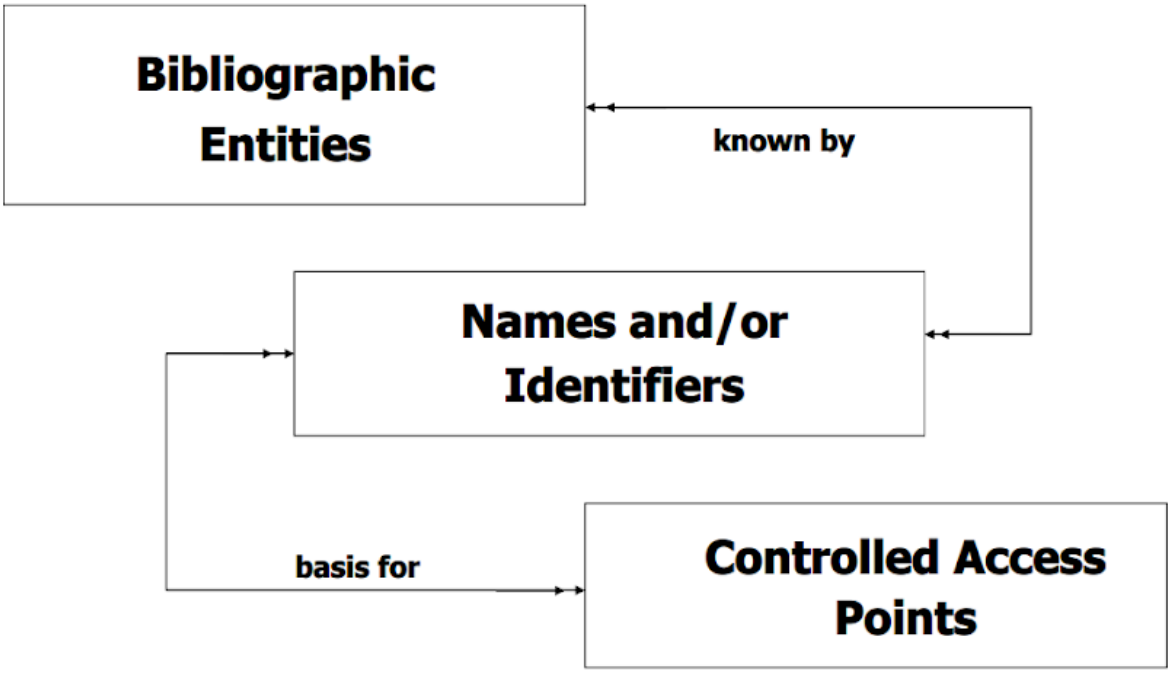
Essa identificação por meio da descrição da entidade, na forma de um registro de autoridade, serve para que catalogadores possam distinguir uma entidade de outra, atribuindo, assim, de forma correta, as responsabilidades. Dados de Autoridade são assim definidos: “agregado de informações sobre uma pessoa, família, pessoa jurídica ou obras cujo nome é usado como base por um ponto de acesso controlado para citação bibliográfica ou para registro no catálogo da biblioteca ou base de dados bibliográficas”[65] (FRAD, 2013, p. 1).

> Diversos são os tipos de pontos de acesso que constam de um registro bibliográfico: pontos de acesso representando as pessoas, famílias e entidades coletivas que possuem alguma responsabilidade artística ou intelectual sobre o recurso informacional representado pelo registro; pontos de acesso representando o título do recurso, o título das partes que o compõem ou o título do recurso do qual ele faz parte; pontos de acesso representando o conteúdo temático do recurso; e pontos de acesso que não são dados pelas até então utilizadas regras de catalogação como pontos de acesso, mas que atuam como tais na utilização do catálogo, como é o caso do International Standard Book Number (ISBN), do International Standard Serial Number (ISSN) e de outros identificadores e atributos (Assumpção; Santos, 2013, p. 211).

O registro de autoridade nos catálogos das bibliotecas é, geralmente, construído com base na agência nacional de catalogação, no caso brasileiro, o catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional. O registro é construído a partir das informações encontradas para a entidade, como forma autorizada e variante do nome, dados para distinção (como nacionalidade e datas de nascimento e falecimento, quando for o caso), informações sobre as regras utilizadas para construção do ponto de acesso controlado, as fontes consultadas, a agência catalogadora responsável pelo estabelecimento, bem como outras informações biobibliográficas que auxiliem a formar uma identidade para a entidade.

[65] Tradução de: “authority data is defined as the aggregate of information about a person, family, corporate body, or work whose name is used as the basis for a controlled access point for bibliographic citations or for records in a library catalogue or bibliographic database.”

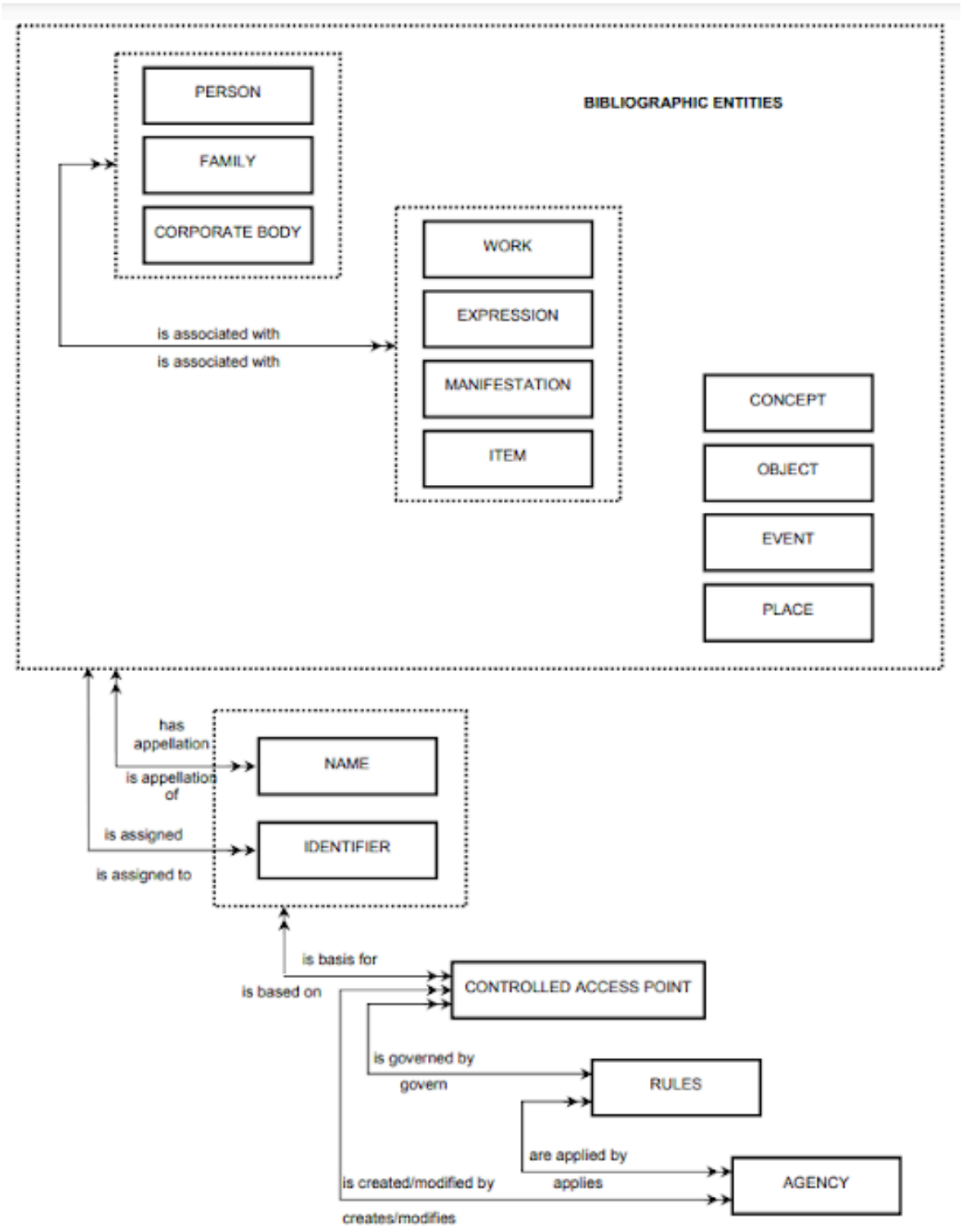
Figura 35 - Relações entre entidades que fundamentam o modelo conceitual FRAD



Fonte: Functional Requirements for Authority Data (2013, p. 4).

Os retângulos representam o que são considerados entidades para o modelo (entidades bibliográficas, nomes e/ou identificadores e pontos de acesso controlado), as linhas de setas duplas indicam que qualquer instância de uma entidade pode estar associada a uma ou mais instâncias da outra entidade. Entidades são os objetos de interesse do usuário de um registro de autoridade, usuário pode ser o usuário do catálogo ou a própria pessoa catalogadora. As entidades bibliográficas são aquelas 10 apresentadas pelo FRBR (obra, expressão, manifestação, item, pessoa, pessoa jurídica, conceito, objeto, evento e lugar) mais a entidade família que é acrescida no FRAD. Essas entidades são conhecidas por nomes e/ou identificadores atribuídos às entidades, que servem de base para a construção de pontos de acesso controlado. A partir das relações fundamentais apresentadas modelo conceitual para dados de autoridade institui o esquema representado pela figura a seguir.

Figura 36 - Esquema do modelo conceitual para controle de autoridade



Fonte: Functional Requirements for Authority Data (2013, p. 7).

O esquema aponta pessoas e pessoas jurídicas como entidades bibliográficas, assim como o FRBR, mas inova ao incluir a entidade família, como já mencionado. Estas entidades como um grupo específico estão associados com o

Grupo 1 do FRBR. Em outro nível de análise, o esquema institui que as entidades bibliográficas são nomeadas por um nome e a elas são atribuídos identificadores. O grupo formado por nomes e identificadores constituem a base para os pontos de acesso controlado, regidos por regras aplicadas pelas agências na criação e modificação desses mesmos pontos de acesso. Tendo em vista o objeto da pesquisa, vamos nos ater a algumas entidades (pessoa, família, nome, identificador e ponto de acesso controlado), e seus atributos, bem como a algumas relações: a de associações ao Grupo 1 do FRBR, pela noção de responsabilidade nos processos que envolvem; a de denominação que se impõe a partir do nome; a de atribuição/fixação de identificadores às entidades selecionadas para o estudo.

Começamos, portanto, pelas definições das entidades pelo próprio FRAD, para que possamos posteriormente discorrer sobre essas relações pela perspectiva da Organização do Conhecimento e dos Saberes, no quadrante da Representação Descritiva dos Documentos. Pessoa pode ser, segundo o FRAD (2013), um indivíduo, uma persona ou uma identidade adotada por um único indivíduo ou por um grupo; inclui indivíduos reais, mas também personagens lendárias, literárias e divindades; pode ser um agrupamento, desde que não se possa diferenciar cada indivíduo componente do grupo; também personas ou identidades estabelecidas ou adotadas por um indivíduo através do uso de outro nome (pseudônimos, por exemplo). O modelo conceitual em questão observa, ainda, que regras de catalogação variam no tratamento de personas (tratada como sinônimo de “identidade bibliográfica”) podendo instituir pontos de acesso autorizado para cada persona, ou considerar apenas uma persona como forma autorizada e as outras formas como variantes.

A partir do FRAD, os atributos de uma pessoa são: Datas associadas, título da pessoa, gênero, lugar de nascimento, lugar de falecimento, país, lugar de residência, filiação institucional, endereço, idioma da pessoa, campo de atividade, profissão/ocupação, biografia/história (informação relevante da vida ou para a história da pessoa) e outra designação associada à pessoa (Mey; Silveira, 2009).

A segunda entidade considerada importante para a pesquisa é a entidade Família. Essa é definida pelo FRAD (2013) como sendo duas ou mais pessoas relacionadas entre si por nascimento, casamento, adoção, união civil ou similares,

ou pessoas que por qualquer outra forma se apresentem como uma família; inclui famílias reais, dinastias, “casas da nobreza” e os sucessivos titulares do título de nobreza, entre outras formas; inclui patriarcados e matriarcados; pessoas que compartilham uma linhagem ancestral comum.

Os atributos da entidade família são: Tipo de família (clã, dinastia, matriarcal, patriarcal, entre outros), datas associadas à família, lugares associados à família, história da família e campo de atividade da família (âmbito do trabalho, atividades em que a família se dedicou).

Agora temos a definição de Nome: caractere, palavra ou grupo de palavras e/ou caracteres pelo qual uma entidade é conhecida; inclui nomes de pessoas e famílias; inclui nomes reais, pseudônimos, nomes religiosos, iniciais e letras, numerais ou símbolos que identificam o nome; inclui nomes próprios, nomes de famílias, nomes de dinastias, matronímicos e patronímicos. Além dessas definições, o FRAD (2013) oferece muitas outras que se referem a outras entidades, que não são foco desta pesquisa, por isso optou-se por não trazê-las aqui. Apesar de fugir à delimitação do escopo da pesquisa, cabe dizer que por relacionar-se com outras entidades, a entidade nome também contempla nomes de títulos de obras, de expressões, de congressos, entre outros.

São atributos da entidade nome: tipo de nome, sequência de caracteres do nome, escopo de uso, datas de uso, idioma do nome, alfabeto[66] do nome e tabela de transliteração.

Identificador é qualquer signo, número, palavra, frases, logotipos ou conjunto destes, que se associe a uma entidade e que possa diferenciar e uma entidade de outras dentro de um mesmo domínio. Pode se apresentar, também, na forma de sufixos ou prefixos. São também considerados os identificadores instituídos por autoridades governamentais. Inclui marcas registradas. O FRAD permite que alguns desses identificadores sejam incluídos nos registros de autoridade desde que se respeite a confidencialidade daquilo que seja parte da privacidade.

[66] Mey e Silveira (2009, p. 44) traduzem o termo como alfabeto, e explicam: “o termo escrita tem vários sentidos e se torna muito amplo”.

Os atributos da entidade identificador são: tipo de identificador, sufixo e sequência identificadora.

Em relação aos relacionamentos entre as entidades estabelecidas conceitualmente pelo modelo FRAD, temos aquelas relações especificadas na figura anterior. Em resumo, entidades bibliográficas são conhecidas por nomes e identificadores que servem como base para pontos de acesso controlados. Temos ainda que, as entidades bibliográficas, aquelas dos Grupos do FRBR (acrescidas da entidade Família), são chamadas por nomes e distinguidas por um identificador, base para os pontos de acesso controlados, que são construídos de forma governada por regras aplicadas pelas agências que criam ou modificam os pontos de acesso controlado.

Entretanto o FRAD institui, ainda, outro tipo de relacionamento, os das entidades entre si. A relação da entidade pessoa consigo mesma produz relações de tipo pseudonímia (como Fernando Pessoa e Carlos Otto), relações seculares (Papa João XXIII e Angelo Giuseppe Roncalli), relações religiosas (Maria Escolástica da Conceição Nazaré e Mãe Menininha do Gantois), relações oficiais (Luiz Inácio Lula da Silva e Presidente Luiz Inácio Lula da Silva), relações de atribuição (Brutus e Marcus Junius Brutus), relações de colaboração (colaboração de duas pessoas na construção de uma obra), relação de irmandade (pessoas que possuem um parente em comum ou participam de um mesmo grupo) e de parentesco (filiação, por exemplo).

Há ainda, relação pessoa-família, relação pessoa-entidade coletiva, família-família (e suas relações genealógicas), família-entidade coletiva (fundação e propriedade) e entidade coletiva-entidade coletiva (relações hierárquicas, por exemplo). Existem outras relações instituídas pelo FRAD, no entanto, essas são aquelas que julgamos pertinentes aos nossos estudos.

Segundo Assumpção e Santos (2013, p. 215), na RDA:

> O Capítulo 9, Identificação de pessoas, provê instruções para o registro dos atributos que identificam uma pessoa e para o estabelecimento dos pontos de acesso para tal entidade. Os atributos definidos nesse capítulo são: nome preferido para a pessoa*6, nome variante para a pessoa, data de nascimento*, data de morte*, período de atividade da pessoa*, título da pessoa*, forma

> completa do nome*, outra designação associada à pessoa*, gênero, local de nascimento, local de morte, país associado à pessoa, local de residência, endereço da pessoa, afiliação, idioma da pessoa, campo de atividade da pessoa*, profissão ou ocupação*, informação biográfica, identificador para a pessoa*, ponto de acesso autorizado representando a pessoa e ponto de acesso variante representando a pessoa.

Percebe-se como um conjunto de metadados formalizados pela RDA e pelo FRAD para o registro de dados e identificação de pessoas podem ser facilmente reconhecidos e observados de forma dispersa em fontes de informação biográficas. Esses metadados constituem uma estrutura comum, praticamente universal no mundo ocidental, para que possamos identificar, descrever e/ou representar alguma pessoa. São dados tidos como essenciais na tarefa de identificação. Estão no sistema de pensamento ocidental como elementos básicos para reconhecer alguém. Desde as fontes de informação biográficas da Antiguidade aos modernos dicionários biográficos universais vemos repetir-se o registro do nome, do local de nascimento e morte, dados da filiação, epítetos, entre outros. São uma espécie de ordem discursiva que se repete em toda e qualquer iniciativa de dizer quem é alguém, ou o que é alguém.

O capítulo 10, da RDA, aborda a identificação de famílias e os atributos que as identificam. Os relacionamentos com pessoas (capítulo 30), com famílias (capítulo 31) e com entidades coletivas (capítulo 32) também são abordados pelo Código (Assumpção; Santos, 2013).

Reproduzimos, a seguir, dois quadros produzidos por Assumpção e Santos (2013) com base no RDA:

Quadro 37 - Relacionamentos entre entidades Pessoa, Família e Entidade Coletiva

Entidade	Designador de relacionamento	Entidade relacionada
Pessoa	Identidade real Identidade alternativa	Pessoa
Pessoa	Descendentes	Família
Pessoa	Empregador Entidade coletiva fundada Membro do grupo	Entidade coletiva
Família	Família descendente	Família
Família	Membro da família Progenitor	Pessoa
Família	Organização fundada Organização patrocinada	Entidade coletiva
Entidade coletiva	Entidade coletiva fundada Entidade coletiva fundadora Subordinado hierárquico Superior hierárquico Incorporado Antecessor Resultado de uma fusão Resultado de uma divisão Sucessor	Entidade coletiva
Entidade coletiva	Empregado Fundador Membro do grupo Incumbente Patrocinador	Pessoa
Entidade coletiva	Família fundadora Família patrocinadora	Família

Quadro 1. **Designadores de relacionamento do Apêndice K do RDA .**
Fonte: Elaborado pelo autor com base no Apêndice K do RDA (RESOURCE..., 2012).

Fonte: Assumpção e Santos (2013, p. 218).

No quadro acima, vemos os relacionamentos possíveis entre as entidades, bem como os designadores de relacionamento que mediam a relação entre essas entidades. Esses modelos de relação servem-nos para construir as redes interpessoais, familiares e com outras entidades que cercam a pessoa que desejamos representar. Damos destaque, com vista nos objetivos de nossa pesquisa, às relações que envolvam a entidade pessoa.

Quadro 38 - Exemplo de representação de uma pessoa com atributos e relacionamentos

Ref.	*Atributo*	*Valor*
9.2.2	Nome preferido para a pessoa	Curie, Marie
9.2.3	Nome variante para a pessoa	Skłodowska, Maria
9.3.2	Data de nascimento	1867
9.3.3	Data de morte	1934
9.8	Local de nascimento	Varsóvia, Polônia
9.9	Local de morte	Sancellemoz, França
9.15	Campo de atividade da pessoa	Física
9.15	Campo de atividade da pessoa	Química
9.18	Identificador para a pessoa	VIAF ID: 76353174
9.19.1	Ponto de acesso autorizado representando a pessoa	Curie, Marie, 1867-1934
9.19.2	Ponto de acesso variante representando a pessoa	Skłodowska, Maria, 1867-1934
8.12	Fonte consultada	Wikipédia, acesso em 03 abr. 2013 (Marie Curie, nome assumido após o casamento por Maria Skłodowska, (Varsóvia, 7 de Novembro de 1867 - Passy, Sallanches, 4 de Julho de 1934))

Quadro 2. **Exemplos de atributos e de relacionamentos de uma pessoa.**
Fonte: Elaborado pelo autor.

Fonte: Assumpção e Santos (2013, p. 2019).

Nesse segundo quadro, temos a representação de uma pessoa com base nos atributos e relacionamentos possíveis segundo o RDA e o FRAD. O exemplo nos apresenta, o registro da pessoa cujo nome é Marie Curie, com nome variante de Maria Sklodowska, que nasceu em Varsóvia (Polônia) no ano de 1867 e morreu na cidade de Sancellemoz (França) em 1934. Apresenta-se os campos da Física e Química como ramos de sua atividade, temos um identificador eletrônico, que é seu registro no *Virtual International Authority File* (VIAF). Temos ainda, o ponto de acesso autorizado e o variante, bem como a fonte consultada e outras informações biográficas da autora.

Sobre identificadores, vemos aqui como a filosofia do designador rígido de Kripke pode se aproximar dos trabalhos em organização do conhecimento. Assim como publicações como o ISBN (*International Standard Bibliographic Number*) e o ISSN (*International Standard Serial Number*) operam como designadores rígidos, ou podemos dizer nomes (identificadores) digitais (numéricos) internacionais, para uma publicação ou periódico, outros números substituem os nomes das autorias. São os IDs, identidades ou identificadores digitais, para autorias, sejam elas literárias ou científicas. Juliana Chagas Moreira e Naira Christofoletti Silveira (2022) o ISNI

(*International Standard Name Identifier*) e o *ResearchID* (integrado a *Web of Science*) como exemplos.

A Biobibliografia, enquanto “estudo da vida e da obra de uma autoria” se realiza, também, na forma de um controle de autoridade do nome pessoal. Na medida em que tem que garantir que haja um único registro e uma única forma autorizada de entrada do nome próprio que representa a autoria, por exemplo, tanto quanto na garantia que aquele registro representa uma, e apenas uma, pessoa, e seguindo, parece-nos, toda uma filosofia descritivista do nome próprio, elencamos dados biográficos que sejam capazes de individualizar, diferenciar o indivíduo.

Essa diferenciação, para nós, acaba por produzir dois efeitos distintos: primeiro é a produção de um registro biográfico da pessoa, na medida em que a descrevemos; em segundo lugar, na medida em que a relacionamos com outras pessoas, outros objetos, entidades coletivas, famílias, locais, períodos, eventos e conceitos, estamos caminhando em direção ao todo. Acreditamos que o saber da Biobibliografia é atualizado na forma de controle de autoridade como preconiza Anamaria Cruz (1994).

Por sua vez, a representação descritiva dos nomes próprios das autorias na forma de um controle de autoridade não é algo trivial, ou “puramente técnico”, como possa parecer de primeira vista. Naira Christofoletti Silveira (2018) defende que a representação descritiva, e, portanto, a escolha da forma preferida ou autorizada para um nome próprio, o trabalho do controle de autoridade, tem que ser visto, também, como uma ação social. Diremos nós, como uma ação política e social. O registro de autoridade, diz-nos Silveira (2018), deve partir de pesquisa a fontes de informações confiáveis por parte da pessoa profissional documentalista, bibliotecária, que está construindo o registro, caso contrário, é provável que esse registro conterá muitas lacunas.

> Ao elaborar o ponto de acesso controlado, tem que se ter em mente que ele será utilizado para todos os documentos provenientes dessa entidade. Ou seja, todo documento emanado de um mesmo autor (incluindo-se aqui todos os tipos de autoria e responsabilidades). Nesse sentido, o registro de autoridade demanda uma grande aptidão do profissional, às vezes não plenamente exercida (Silveira, 2018, p. 32).

A escolha dos nomes próprios que comporão os registros de autoridade de um catálogo, a forma como esses nomes aparecem, quais os nomes (as pessoas, as vidas) que são selecionadas para fazer parte de um acervo bibliográfico, como visto na formação das classes de “autorias eclesiásticas”, “autorias ilustres”, “autorias nacionais”, “autorias que escreveram em francês”, ou ainda, “autorias científicas produtivas”, são atos políticos. Estão apoiadas em decisões políticas, às vezes explícitas e, por muitas das vezes, implícitas, ou pior, encobertas pelo falso discurso da imparcialidade.

Nomes vistos por nós ocidentais como sensíveis, ou etnográficos, como se os nossos também não fossem nomes culturalmente produzidos, merecem especial atenção por parte de profissionais bibliotecários e bibliotecários no momento da construção do ponto de acesso autorizado e de suas remissivas, como chamam atenção Naira Christofoletti Silveira e Aline da Silva Franca (2014), ao abordarem o tema da construção de autoridades para autorias indígenas.

Como vimos na seção primária 4, sobre o espaço biográfico, as biografias não são simples registro da vida de alguém. Há muito não estão restritas à conservação da memória de uma elite política, religiosa e militar como se fossem os bastiões da nossa sociedade. As biografias têm, principalmente a partir dos anos 60, se aproximado de outras figuras históricas, dos dominados, dos trabalhadores, dos vencidos, dos excluídos, marginalizados, dos “diferentes”, daqueles e daquelas que não constituiam o tradicional *hall* dos ilustres ou dos memoráveis. A Biografia tornou-se instrumento de luta contra a dominação simbólica-cultural ao mostrar outras formas de vida, outras visões de mundo a partir de outras individualidades. O caráter biográfico vem tomando a cena na forma dos biodocumentários, por exemplo, temos “Ainda estou aqui”, “Vitória”, “Bituca”, “Homem com H”, “Marighella”, para ficar entre os nacionais recentes.

Acreditamos que esse saber acumulado na Organização do Conhecimento para construção padronizada de catálogos de autoridade, para descrição e identificação de pessoas, possa ser sistematizado e aplicado para a construção de outros sistemas de informação de representação de pessoas. Não mais, apenas pessoas autoras ou com funções bibliológicas, mas uma organização documental, uma Documentação, da massa de documentos que possam ser atribuídos a uma

pessoa para representá-la, identificá-la e/ou narrar a sua biografia. É a isso que chamaremos na próxima seção primária de Biodocumentação, ou seja, o saber e a técnica, a práxis, de organização de documentos a partir de um antropônimo.

7 DA PRÁXIS BIODOCUMENTÁRIA

Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que rí quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Milton Nascimento. *Maria Maria*.

Nesta seção-chave de nosso trabalho-texto de doutoramento faz-se oportuno breve revisão das ideias tratadas até aqui para que possamos através deste constructo teórico-discursivo e empírico-exploratório propormos a ideia de uma "práxis biodocumentária". Portanto, esta seção pretende apoiar-se nos saberes que sustentam a biobibliografia, e no próprio saber biobibliográfico, para que se possa desviar o olhar das autorias bibliográficas em direção a uma organização da documentação de pessoas, e não autorias, ilustres a partir de um conjunto crítico de critérios de seleção.

Primeiramente, decompondo o conceito, temos o conceito de práxis, que ainda nas seções introdutórias desta tese fora definida por Abbagnano (2007), a saber, "ação transformadora". Essa noção como mostra a própria definição de Abbagnano (2007) se refere à noção marxiana de práxis, em que se retira a proposição de transformação do mundo não pela crítica intelectual, mas pela modificação das relações prático-materiais existentes no mundo. Ou seja, para a tradição filosófica marxiana as transformações das ações materiais no mundo são o motor para revolucionar o próprio mundo em questão. Essa ação é a práxis transformadora do mundo, processo dialético entre teoria e prática, reflexão e ação, que seja capaz de agenciar o mundo. A concepção marxista entende que a própria sociedade produz a humanidade dos sujeitos sociais, na medida em que essa última através da objetivação das suas ações também produzem o mundo a sua volta, em uma relação dialética entre humanidade e mundo, sujeito e objeto. O agir dos sujeitos sociais podem ser, entendemos nós, através de indivíduos ou através das classes, grupos, subjetividades classificadas, que nos ajudam a recortar o real. É

importante notar que aqui a ação do indivíduo nunca está apartada de sua relação dialética com grupos sociais que o condiciona ao mesmo tempo que é por ele agenciado, transformado.

Dito isto, entenderemos que a “práxis biodocumentária” será a prática - o agir, o trabalho - em biodocumentação que esteja refletida politicamente, eticamente, culturalmente, historicamente e socialmente com vistas à transformação de um estado documentário dado - irrefletido, nestas condições, pautado pela lógica classificacionista da imparcialidade e/ou neutralidade, que faz reproduzir o estado desigual e marginalizadora das classificações irrefletidas. Aqui advogamos por uma ação biodocumentária transformadora, por uma classificação outra, por uma descrição de outra gente, outras personalidades, que a condição de ilustre seja redirecionada, para que possamos produzir outras pessoas heroínas.

Temos visto que o nome próprio é mais do que mero apontador. Ou seja, ele não é o solo estável e manso da linguagem que vai da boca de quem o profere ou das mãos que o escrevem até o corpo de uma pessoa ou a lembrança que temos dela. O nome próprio de pessoas se produz no socialmente a partir de um conjunto de descrições e seus significados aceitos por um indivíduo social ou por um conjunto desses. Dessa forma, nomes próprios de pessoas podem adquirir em uma mesma época e espaço diferentes significados a depender do contexto social do grupo e/ou do indivíduo que o significa. Lembramos que não há significado individual, o sujeito quando constrói ou recupera em sua mente o significado de um antropônimo só o faz na medida em que está agindo socialmente, ou seja, a partir de suas relações sociais. Portanto, o nome próprio não é um espaço pacífico, ele está atrelado às disputas sociais, às ideologias, às formas de pensamento que utilizamos para conhecer o mundo. Dizer que conhecemos um nome próprio, de certa forma, é ser capaz de o pôr em relação com descrições sócio-históricas verdadeiras a partir das descrições factualmente verdadeiras acerca do indivíduo em questão. O nome próprio, assim, encontra-se no processo dialético entre o denotativo e o conotativo.

Na medida em que o antropônimo age na denotação, ao indicar uma pessoa, ele automaticamente trabalha descrições para que possamos reconhecê-la, e aprender o jogo deste nome próprio. Essas descrições e as interpretações que socialmente atribuímos a elas produzem em nós uma série de conotações, ou seja,

de sentidos e significados que passam a agir no próprio nome. Denotação, referência direta à pessoa, sua biografia e suas descrições, e conotação, produção de sentidos e significados a partir das descrições interpretadas ligadas socialmente a um nome próprio, agem dialeticamente para dizer o que o nome próprio é.

Nomes próprios como Mariele Franco, Karl Marx, Lula, Papa Francisco, Paulo Freire, Conceição Evaristo, Simone de Beauvoir, Tia Ciata, Carolina Maria de Jesus, não são apenas referência a uma pessoa, eles trazem consigo um significado socialmente construído e contextualizado para cada um desses nomes. O não conhecimento desses nomes, ou de algum deles, também é sintoma do conjunto, das classes, de nomes próprios que temos acesso, que nos são próprios, aqueles que são símbolo, que nos são dados a conhecer e a decorar no processo de reprodução cultural operado por instituições simbólicas como a escola, a biblioteca, os museus, os arquivos e os monumentos, por exemplo. Pessoas de contextos sócio-políticos, sócio-culturais e sócio-históricos diferentes produziram significados diferentes para o nome próprio “Karl Marx”, farão referência com maior ênfase para esta ou aquela passagem de sua biografia (ou saberão realmente algo sobre sua história de vida). Acreditamos que, e temos tentado demonstrar isso nas seções anteriores, os nomes próprios que compõem os cenários simbólicos a nossa volta não são escolhidos de forma aleatória, nem mesmo são escolhidos de forma “meritocraticamente” imparcial. Eles são sintoma e produto de uma concepção ideológica do mundo e das personagens ilustres que o construíram ou contribuíram para sua construção/aprimoramento. Não é de forma neutra que se escolhe homenagear uma pessoa dando seu nome próprio a um hospital, ou a uma sala dessa instituição, a um salão, a uma praça ou a uma rua, essa escolha está eivada em sua completude de um projeto político-ideológico. E aqui não estamos, ainda, julgando o mérito ou o valor de uma ideologia sobre a outra. Ao contrário, estamos apenas constatando que, de um lado ao outro, os nomes próprios e seus jogos estão repletos de carga simbólica e isso faz dele um elemento social, político e cultural.

Do nome próprio às vidas, seguimos a trajetória das narrativas biográficas. Se o nome serve-se de descrições, essas somente são possíveis a partir de uma tomada biográfica dos sujeitos. Queremos dizer, há um discurso, uma narrativa

biográfica sobre as pessoas que circulam em níveis variados a depender do valor social adquirido por cada nome próprio em relação a uma biografia de vida. Com isso entendemos que, quanto mais uma pessoa torna-se conhecida por um grupo de pessoas, mais a sua vida e seu nome próprio tornam-se socialmente valorizados por determinado grupo. É nas relações sociais, no entrelaçamento entre realidade social, contexto social, determinações e agenciamentos possibilitados pelas interconexões socialmente construídas e pessoa, que as vidas vão tomando maior ou menor importância frente às leituras e interpretações de um grupo ou de indivíduos frente à realidade social. Um exemplo: é na medida em que Luiz Inácio Lula da Silva vai agindo no mundo, levando em consideração as determinações e possibilidades que o contexto sócio-político de sua existência lhe confere, como na sua atuação na frente sindical, seu nome em conjunto com sua biografia vai ganhando uma individualidade socialmente valorizada frente aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. Portanto, não é a individualidade de Lula que lhe confere uma notoriedade simbólica entre os metalúrgicos do ABC, mas a sua biografia, suas ações, escolhas e lutas, em relação às determinações e possibilidades de um contexto histórico-político-social-econômico-cultural dado. Da relação dialética entre o indivíduo Lula e as relações sociais da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, que suas lutas e suas ações ganham notoriedade para determinado grupo proletário. Isso não significa que a mesma biografia, ou o mesmo significado será atribuído a esta trajetória. Outros grupos socialmente estruturados, como, por exemplo, o empresariado ou o regime ditatorial militar, não significaram sua trajetória e suas ações da mesma forma. Com isso temos que as biografias tomam para diferentes grupos sociais significados diferentes, portanto, de certa forma, cabe à biodocumentação a seleção e classificação das histórias de vida que são significadas e de que maneira são significadas pela comunidade que deseja atender, construção orgânica das representações biodocumentais das verdadeiras necessidades e anseios de sua comunidade.

As biografias, ou melhor, o espaço biográfico sustentado por uma documentação biográfica classificada e indexada deve representar e apresentar a uma comunidade simbólica os significados que essa mesma comunidade atribui a essas vidas ou deveria organicamente, criticamente, atribuir. De maneira didática, se queremos transformar o mundo desigual e de exploração em que vivemos, não se

pode conceber, no âmbito da biodocumentalidade, que as representações simbólico-biográficas classificadas como notórias ou ilustres entre o proletariado seja a figura do grande empresario que lhe explora. O marco biográfico-moral a ser seguido neste caso do exemplo deve ser outro, deve ser a de biografias libertadoras e inclusivas, que os faça refletir sobre um outro tipo de vivência, de experiência, de luta e de lutar por uma transformação das relações de trabalho que lhe aflige. Por certo que, apenas uma transformação da práxis biodocumentária neste sentido não será suficiente para revolucionar por completo as relações materiais existentes. No entanto acreditamos que, dentro de nossa contribuição possível, ela é válida. O que propomos é uma desclassificação biodocumental das multidões de pessoas que decoram o espaço social e simbólico em que vivemos, desde às ruas e às praças aos memoriais digitais, aos *influencers* digitais. Que a biodocumentalidade possa redirecionar os “seguidores”, as pessoas leitoras de textos e de mundos para outras experiências biográficas. Que essas seleções de pessoas ilustres possam ter uma ação material outra, que se busque as pessoas intelectuais orgânicas (aquelas que estão alinhados aos interesses das comunidades que mais precisam de representatividade, as pessoas marginalizadas, excluídas e exploradas). Isso perpassa um trabalho bibliográfico no sentido de mapear e guiar as pessoas por uma “explosão de perfis”, “explosão de nomes e biografias”, que tentam a todo momento tornarem-se autoridades cognitivas. O que se propõe ao final é uma reflexão acerca de uma política de seleção das coleções de nomes próprios sob uma perspectiva biodocumental.

Entendemos, aqui, a Bibliografia, a Biblioteconomia e a Documentação como uma unidade percorrida pela transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento. Essa unidade é defendida por Jesse Shera e Margaret Egan (1961, p. 16):

> A unidade da Biblioteconomia e da Documentação constitui a principal tese deste ensaio introdutório. Sabemos que nas últimas décadas tem havido uma tendência a se separarem em consequência de causas várias. Os bibliotecários, de seu lado, ao invés de permanecerem fiéis aos seus objetivos profissionais, mostram-se inclinados a se desviarem numa ampla variedade de atividades periféricas atraentes, mas inadequadas à natureza inerene de suas responsabilidades. Os documentalistas não perceberam que suas funções se baseiam na prática do bibliotecário, e não se mostraram desejosos de aproveitar-se da experiência que os erros e

> realizações de seus colegas do setor dos livros punha ao seu alcance. Superficialmente, o desenvolvimento histórico das duas disciplinas obscureceu os laços que as unem [...].

Também, em: “Assim, a bibliografia especializada, a mais antiga manifestação da Documentação, é quase tão velha quanto a Biblioteconomia, e em seus primórdios ambas eram indistinguíveis uma da outra” (Shera; Egan, 1961, p. 18). Portanto, consideramos que a unidade entre as disciplinas possa ser costurada pelo fio da organização dos registros gráficos, cada uma com seus enfoques e métodos de trabalho, que também necessitam ser encaradas a partir de uma perspectiva de unidade dialética. Dessa forma, a passagem de uma Bibliografia, ou Biobibliografia, para a disciplina da Documentação, ou de uma Biodocumentação, não representa uma separação a nível histórico-epistemológico, visto que ainda é da organização dos registros gráficos de que se fala. A unidade pode ser dialeticamente decomposta em outras unidades, desde que não se perca a noção de unidade que as faz compor um todo que vai além de suas partes.

A seção está organizada da seguinte forma: a primeira subseção apresenta algumas noções definidoras de conceitos-chave da organização do conhecimento com base na disciplina denominada Documentação; trata-se dos conceitos de documentação, documento e documentalidade; na segunda subseção, tais conceitos são convertidos em biodocumentação, biodocumento e biodocumentalidade; a proposta aqui não é de apartamento destes daqueles conceitos anteriormente citados, trata-se antes de uma evidenciação, de um enfoque nesse tipo de documento; na terceira subseção, temos algumas discussões sobre os conceitos de autoridade acadêmica e autoridade cognitiva sendo aprofundados via abordagem crítica pela noção de autoridade orgânica, a partir da noção de intelectuais orgânicos de Antonio Gramsci; por fim, na subseção quatro, discutimos, com base nas três subseções anteriores, uma espécie de política de seleção para as pessoas que queremos biodocumentar, discute-se como o trabalho biodocumentalista deve ter em mente critérios definidos de seleção das biografias, dos nomes que comporão as fontes de informação biodocumentárias, as coleções, a serem construídas pelo trabalho biodocumentário.

7.1 Noções de Documento, Documentação e Documentalidade

Em relação à noção de documento, damos início a esta breve recuperação de conceitos com a relação que Otlet (2018) tece entre este e a noção de livro. O "Tratado de Documentação" de Paul Otlet (2018) oferece no seu trabalho de definição do que ele entende por documento e por documentação diversas pontes entre estes e a noção de livro, Bibliografia, Bibliologia e Biblioteconomia. Na leitura de Cristina Dotta Ortega e Gustavo Saldanha (2017, p. 5): "todo e qualquer objeto pode ser abordado como documento". A noção é entendida por Ortega e Saldanha (2017) como uma revolução, digamos nas transdisciplinaridades da organização do conhecimento, tendo em vista que ampliaria os estudos de Bibliologia, as técnicas bibliográficas e a Biblioteconomia que à época estavam pautados quase que integralmente na noção de livro. Sobre isso, diz Paul Otlet (2018, p. 5) na abertura de seu tratado:

> Para tornar acessível a quantidade de informações e artigos publicados todo dia na imprensa diária e nas revistas, para conservar os folhetos, anais, prospectos e documentos oficiais, para recuperar as matérias dispersas nos livros e para formar um todo homogêneo com essas massas incoerentes, são necessários processos novos, muito diferentes daqueles da antiga Biblioteconomia, do modo como têm sido aplicados.

A crítica de Paul Otlet ao que ele chama de processos da "antiga Biblioteconomia" o leva a formular novos métodos de organização da informação contida em livros e em outros tipos daquilo que ele chama documento. É importante notar que, na época de Paul Otlet, na virada do século XIX para o século XX, muitos tipos documentais estavam em pleno aparecimento, estes eram produtos de novas tecnologias do registro da voz, da imagem e do texto. Estes novos suportes documentários são, em grande medida, impulso para que o documentalista belga teça suas críticas e desenvolva suas noções de Documentação e documento. Na visão de Alexandre Gugliotta (2017), a Documentação é herdeira direta do campo bibliográfico. Para ele, os objetivos da Documentação consistem em:

> Os objetivos da documentação organizada consistem em poder oferecer sobre qualquer espécie de fato e de conhecimento informações documentadas: 1º universais quanto ao seu objeto; 2º corretas e verdadeiras; 3º completas; 4º rápidas; 5º atualizadas; 6º fáceis de obter; 7º reunidas antecipadamente e preparadas para

> serem comunicadas; 8º colocadas à disposição do maior número possível.

As partes da Documentação, segundo Otlet (2018), consistem em documentos propriamente ditos, bibliotecas, bibliografia, arquivos documentários, administrativos e histórico, outros documentos (aqueles que não são bibliográficos ou gráficos, visto que estes já estão incluídos na classe de “documentos propriamente ditos” como veremos, aqui classificam-se músicas, vídeos, discos, gravações, entre outros), coleções museográficas e enciclopédias. Os documentos propriamente ditos são definidos por Otlet (2018, p. 5) da seguinte forma: “conjunto de fatos ou ideias apresentados em formato de texto ou imagem e ordenados segundo uma classificação ou um plano determinado pelo objeto ou o propósito a que se propõe seus redatores”. Ao perceber que documento na concepção otletiana está diretamente ligada à noção de livro, e vice-versa, e que documento é todo objeto que registre e represente o intelecto humano, Carlos Juvêncio (2021, p. 11) observa que: “o documento, então, seria o objeto de estudo e trabalho da Documentação, disciplina por ele [Paul Otlet] criada e desenvolvida”. Essa relação entre livro e documento está expressa em:

> Livro (*bíblion*, documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. A Documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresente (Otlet, 2018, p. 11).

Em sua leitura sobre os processos da Documentação e neodocumentação enquanto discursos (re)fundantes da transdisciplina da organização do conhecimento, Saldanha (2012, p. 102-103) afirma sobre a noção de documento e Documentação em Otlet:

> Para definir o significado de “documentação”, Paul Otlet recorreria à noção de documento, e, para definir este, teve que, antes, (re)definir a acepção da ciência bibliográfica, ou apenas, ciência que trata dae todas as classes de documentos. Esta “classe genérica” de documentos indicava o conjunto de registros dos saberes que eram correlatos ou derivados do livro - ou apenas similares, em natureza aos livros. Deste modo, a teorização de Otlet circulava entre as noções de “documento” e “livro”, “documentação” e “bibliografia”.

Fica evidente a relação teórica e prática dos serviços e técnicas de documentação que defende Otlet e os processos bibliográficos que o precederam. Após o *Traité* de Otlet, publicado na primeira metade do século passado, temos o trabalho de Suzanne Briet, “O que é a Documentação?”. Em reação a ideia ciosa de que um documento seja a prova de um fato, Briet (2016, p. 1) questiona-se acerca da noção de documento e de Documentação.

> Uma estrela é um documento? Um seixo rolado pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento? Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico.

O caráter documentário é visto por Briet (2016) como uma espécie de roupagem atribuída a alguns objetos. Briet (2016) enfatiza e esclarece ainda mais as ideias otletianas de alargamento do escopo documental para além dos livros.

> A bibliotecária trouxe maior precisão à ideia de que todo objeto pode ser um documento ao condicionar a este objeto a atribuição de um indício, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual (Ortega; Saldanha, 2017, p. 5).

Briet (2016) explora noções que se tornaram muito relevantes para o campo, a exemplo dos termos “documentação primária” e “documentação secundária”. Define o papel da pessoa documentalista, como aquela que trabalha com documentação, e deve ter “o domínio das técnicas, dos métodos e das ferramentas” (Briet, 2016, p. 4). Briet (2016) aponta que o desenvolvimento da Documentação estava à época bastante atrelado ao desenvolvimento do conhecimento científico, ou seja, a Documentação voltava-se com maior ênfase para a ciência e os documentos científicos, ponto este importante para entendermos sua perspectiva de uma

documentação mais especializada, mais próxima às necessidades de pessoas usuárias específicas ou especializadas em um determinado ramo do conhecimento.

As noções de Briet (2016) são menos universalistas que as de Otlet (2018), na medida em que esta não defende uma documentação em busca da paz mundial ou de organização dos documentos em uma rede universal de catálogos, mas uma perspectiva mais regional e local capaz de fazer o documento tornar-se recuperável e de permitir impacto no desenvolvimento científico e tecnológico. Ao passo que essa perspectiva é confirmada em Carlos Juvêncio e Georgete Medleg Rodrigues (2018), que observam um contraponto entre ambas as perspectivas. Para eles a proposta de Otlet estava ligada a “um conjunto de ações que visam organizar e disseminar a informação ao redor do Globo” (Juvêncio; Rodrigues, 2018, p. 65), enquanto que a proposta de Briet “sai da esfera do macro, para a micro, permanecendo a variedade de formatos e tipos de documentos, mas especializando-se em relação ao conteúdo” (Juvêncio; Rodrigues, 2018, p. 68).

A concepção de documento e Documentação em Briet (2016) está ligada ao processo de simbolização dos objetos (Gugliotta, 2017). Os documentos são entendidos por Briet (2018) como um artefato indicial, seja qual for o seu suporte, e que esteja disponível ao que ela denomina documentografia, ou seja, o processo de descrição e numeração dos documentos, em um processo de documentação.

> Por exemplo: um antílope de uma nova espécie foi encontrado por um explorador na África, que conseguiu capturar um exemplar e enviá-lo para a Europa, para nosso Jardin des Plantes. Um comunicado para a imprensa faz com que esse fato seja divulgado em notícias de jornais, rádios e atualidades cinematográficas. A descoberta é objeto de uma comunicação perante a Académie des Sciences. Um professor do Muséum [National d’Histoire Naturelle] considera-o para suas aulas. O animal vivo é enjaulado e colocado no zoológico. Morto, será empalhado e conservado (no museu). Emprestado para uma exposição. Mostrado em filme sonoro. Seu berro é gravado em disco. A primeira monografia sobre esse animal fará parte de um tratado ilustrado com pranchas, depois, de uma enciclopédia especializada de zoologia geral e, posteriormente, de uma enciclopédia geral. As obras são catalogadas numa biblioteca, após terem sido anunciadas em catálogos de livrarias e de editoras, e na Bibliographie de la France. Os documentos são reproduzidos (desenhos, aquarelas, pinturas, estátuas, fotos, filmes e microfilmes), depois selecionados, resumidos, descritos, traduzidos (produtos documentários). Os documentos relativos a esse fato são objeto de uma ordenação científica (fauna) e ideológica (classificação). Enfim, sua conservação e utilização são determinadas por técnicas gerais e

> métodos válidos para o conjunto dos documentos, métodos esses estudados em associações nacionais e congressos internacionais (Briet, 2016, p. 2).

Podemos dizer que aqui o que vemos desenhar-se é a produção de documentos primários e secundários a partir de processos distintos que contribuem para a concretização de um estado de documentação organizada. O documento, novamente, em seu caráter de indexicalidade, como atestado por González de Gómez (2011), o "antílope" é identificado pelo pesquisador como um espécime de interesse para uma determinada instituição, o *Jardin des Plantes*. Desde o início de sua jornada institucionalizante com rastros documentalizantes, há uma intencionalidade que faz da nova espécie ser reconhecida como "objeto" de importância para uma rede de outros objetos, para uma coleção. Aqui temos as noções que Bruno Latour (2008) confere aos centros de cálculo a serviço das redes da razão. Na medida em que o antílope torna-se documento primário de uma instituição ele dá-se à descrição, ele será capturado por uma segunda vez a partir das amarras de descrição e reprodução documental. Maria Nélida González de Gómez (2011, p. 24-25), ao abordar essa rede de produção documentográfica, diz:

> Entre os conceitos axiais de seu pensamento, destacamos sua análise da dupla articulação da produção documentária, conforme a qual os documentos primários - científicos, técnicos, administrativos - passam a ser, de modo recorrente, objetos de análise, descrição e categorização catalográfica e classificatória, num novo plano de construção discursivo documentário, que Briet chama de documentação secundária e que incluiria catálogos, bibliografias, resumos, revisões e seus instrumentos de controle e organização, como os esquemas de classificação, os vocabulários controlados e os tesauros. Mas não só isso: tratar-se-ia, sobretudo, de gerar uma pluralidade de produtos, recursos e serviços que dariam concretude à capacidade produtiva do novo labor intelectual e que caracterizaria propriamente o que na Europa se denominou Documentação.

O serviço de documentação dá lugar aos centros de documentação (Juvêncio; Rodrigues, 2018). Aparece também na estrutura do trabalho de documentação uma técnica do trabalho intelectual, executada por um trabalhador especializado para responder à necessidade do nosso tempo (Briet, 2018), a figura do *hommo documentator*, que nasce "das novas condições da pesquisa e da técnica" (Briet, 2018, p. 13). Em resumo, à pessoa documentalista "cabe a técnica de construção de fontes especializadas alinhavadas ao perfil de cada um dos seus usuários, à sua

cultura” (Juvêncio; Rodrigues, 2018, p. 68). Essa noção ativa do profissional é importante para nós. A pessoa documentalista no âmbito de suas atividades de documentação desenvolve para seus usuários fontes especializadas, ou seja, a ele é responsável a aplicação de técnicas documentalistas aos documentos primários para que se possa produzir documentos secundários, documentos sobre documentos. A ele cabe guiar as pessoas usuárias com necessidades informacionais específicas pelo conjunto de documentos capazes de solucionar ou contribuir para a solução de seu problema. Aqui vemos conjugado o trabalho do documentalista que prepara fontes de informação com o trabalho de serviço de referência de uma pessoa bibliotecária (Grogan, 2001), por exemplo. Sobre essa questão, assevera Juvêncio e Rodrigues (2018, p. 70): “De fato, ela posiciona o Documentalista como aquele que irá se antecipar às demandas, ler a cultura a sua volta, e oferecer fontes de informação das mais variadas de modo a sanar os desejos de seus usuários”.

Paul Otlet e Suzanne Briet podem ser entendidos, a partir de uma perspectiva histórico-espistemológica, como uma primeira geração de teóricos e estudiosos do campo da Documentação. A eles seguiram-se o que podemos denominar de neodocumentalistas ou neodocumentação, uma corrente discursiva na transdisciplina da organização do conhecimento (Saldanha, 2012).

Na historiografia neodocumentalista via leitura de Saldanha (2012) temos as ideias neodocumentalistas de Lund que “percebe a construção de uma ênfase na materialidade do documento, junto da elaboração de um papel social para este conceito, principalmente seu papel dentro de uma comunidade discursiva” (Saldanha, 2012, p. 106). Lund propõe para o campo da documentalista três perspectivas diferentes para tratar o documento, ângulos físicos, sociais e mentais, que, conforme analisa Saldanha (2012) trata-se dos modelos fisicalistas, cognitivistas e pragmáticos da Ciência da Informação em colaboração.

Para Samuel Bradford (1961, p. 69):

> Podemos observar, desde logo, que a Documentação é mais do que um aspecto da arte maior da Biblioteconomia. Trata-se, porém, de um aspecto especial, que requer um estudo especial, pois enquanto a Biblioteconomia ocupa-se de todos os aspectos do tratamento dos livros, a tarefa do documentalista consiste em tornar disponível a

> informação original registrada em artigos de periódicos, folhetos, relatórios, especificações de patentes e outros registros semelhantes.

Bradford (1961) argumenta em direção à variedade de suportes da informação como um aspecto de especialização, ou diferenciação, das demais disciplinas que respondem à organização dos registros gráficos. No entanto, essa justificativa não nos parece corresponder à realidade da bibliografia e da própria Biblioteconomia. Essas duas últimas não se referiam apenas ao livro, mesmo nas bibliografias iniciais outros textos além dos livros, como os epitáfios, os discursos fúnebres, os retratos, por exemplo, eram repertoriados para falar sobre uma autoria. As bibliotecas não se compunham apenas de livros. Portanto, a Documentação parece-nos muito mais uma especialização voltada ao campo científico, do que uma diversificação dos suportes de informação.

Michael Buckland (1991) trata da questão da informação a partir de três enfoques, como processo, como conhecimento e como coisa. A informação como processo trata do processo de informar alguém, é a ação de informar de ofertar uma novidade a alguém. Informação como conhecimento refere-se àquilo que se constrói a partir do contato com a informação, processo de redução de incertezas. Já a informação como coisa, centro das discussões de Buckland (1991), defende que a articulação de diferentes objetos entre si possui o caráter de tornar esses objetos algo informativo. Aqui temos o caráter da documentação como algo dotado de informação, o contato com o documento, com o objeto documentado pode comunicar conhecimento e informação para as pessoas que com ele têm contato. O trabalho de documentação, nesse ínterim, está justamente na descrição e no relacionamento da informatividade desta coisa, desse objeto e/ou desse documento com vistas à comunicação em direção a uma pessoa usuária ou a um grupo. Saldanha (2012) ressalta que a perspectiva de Buckland (1991) afirma a especialidade das transdisciplinaridades da Organização do Conhecimento em direção à informação coisificada, ou seja, a própria Organização do Conhecimento está centrada, fundamentalmente, no tratamento dos objetos, documentos, informacionais.

Acerca do conceito de documentografia, também tratado por Briet (2016), diz Buckland (2018, p. 6):

> Traditional concerns in bibliography include provenance, authenticity, completeness, authorship, trustworthiness, accessibility, legal status, topicality, meaning, preservation and curation. But these are, or should be, our concerns of all media. And if we prefer not to expand the meaning of 'bibliography', then we need some other term, such as 'documentography' to denote the theory and practice of reference works as a class.

Para Buckland (2018), a Bibliografia estaria ligada apenas aos textos impressos, tratando como irrelevantes outros tipos de mídias-documentos, como o antílope de Briet, por exemplo. A solução proposta pelo documentalista, que na verdade remonta a Otlet, seria a prática bibliográfica expandida para outros tipos documentais, "obras de referência" como ele diz. No entanto, essa passagem paradigmática seria acompanhada de um novo conceito: *documentography*, ou documentografia. A perspectiva expansiva de Buckland (2018, p. 6), pode ser notada em: "Bibliographies may be considered separately from other types of reference work but they are reference works". Bibliografias, em sua visão, fazem parte de uma classe maior de "obras de referência", que são definidas da seguinte forma: "Reference works as a class describe any signifying thing" (Buckland, 2018, p. 6). Ou seja, as fontes de informação, tratadas aqui como sinônimos de obras de referência, são uma classe de documentos que descrevem qualquer coisa que possua um significado.

A separação de tipos diferentes de fonte de informação não deve ser considerada como uma separação estanque. As fontes de informação muitas das vezes encarnam em si diferentes tipos informacionais, como por exemplo:

> The Oxford Illustrated Literary Guide to great Britain and Ireland (Eagle, 1981) provides a possible model that could be adapted to document specific cultural objects in the landscape. It lists locations associated with authors, publications, and events described in literary works. It is bibliographical because it describes publications. But is also biographical, geographical, historical, and literary, wich is a good reminder that bibliographies are not fully separable from other reference genres (Buckland, 2018, p. 5).

A perspectiva das fontes de informação, para Buckland (2018) promovem mais possibilidades que a noção e a prática de descrição de impressos comumente atribuída às bibliografias.

> We have noted six affordances of bibliographies. What, we may ask, are the affordances of other genres of reference works? For persons one would consult a biographical dictionary or who's who in wich each entry **reveals and describes an individual's life**. Each individual is carefully **disambiguated from any other individual with the same name**. One routinely consults a biographical dictionary for information as a **more convenient alternative** to asking the person, who many be deceased or otherwise inaccessible. Such a reference work could be used to **discover individuals with particular attributes of interest if it is indexed or searchable**. The detailed descriptions could be used to identify sets of related individuals with family ties or shared characteristics such as year of birth or profession. The **descriptive data can support statistical analyses** of groups of individuals (prosopography) (Buckland, 2018, p. 5-6, grifo nosso).

Abordando o tema das obras de referência, Michael Buckland (2018) acaba por oferecer-nos uma perspectiva documentalista acerca de informações biográficas de indivíduos. O exemplo tratado por Buckland (2018) traduz bem aquilo que queremos de forma mais específica denominar "Biodocumentação". Ela revela e descreve pessoas que estão classificadas por uma instituição, discurso ou pessoa classificadora como participante de um grupo na sociedade, a partir de suas características pessoais ou biográficas comuns. Essas pessoas selecionadas são descritas, são diferenciadas entre si, recebem um designador (geralmente seus nomes próprios, mas pode ser outro tipo de identificado), são indexadas para que possam ser encontradas de acordo com o interesse e a necessidade de informação do público alvo desse dispositivo de informação. Além disso, essas informações possibilitam uma tomada estatística do grupo em questão. São possibilidades e características centrais de uma práxis, para nós, de biodocumentação.

Buckland (2018) cita Patrick Wilson (1968) em seu livro, *Two kinds of power: an essay on bibliographical control*, onde o segundo afirma ter a Bibliografia dois poderes: descrever e explorar. Mas para Buckland (2018), a Bibliografia pode exercer seis tipos diferentes de poder: a) descrição, para informar ou aprender algo; b) desambiguar, na medida em que acrescenta maiores descrições diferencia itens, fatos e indivíduos que aparentam ser os mesmos, mas não o são; c) representação, podemos tomar o registro bibliográfico como uma espécie de representante do documento original se este não estiver disponível; d) descoberta, registros são usados para descobrir e selecionar; e) relações, os registros bibliográficos podem ser relacionados entre si, formando conjuntos ou redes; f) análise, qualquer aspecto do registro pode ser analisado.

A leitura de Ronald Day (2023) acerca dos neodocumentalistas, Buckland e Frohmann, é levada em consideração para nossas discussões. A noção inicial de Buckland de informação enquanto documento, ou enquanto coisa informacional, é interessante para os sistemas de informação, ou sistemas documentais, visto que sempre estamos a representar coisas com significados para um determinado contexto, são livros, documentos, quadros, objetos, lugares, antílopes, pessoas, fotografias, sons, vídeos, notícias, entre outros.

A análise de Day (2024) lança luz sobre uma perspectiva ambígua das comparações feitas por Buckland em seu artigo sobre Informação como Coisa. A dúvida é levantada acerca do termo comparativo “como”. As duas acepções, de certa forma, contrárias seria fazer crer que a informação é uma coisa, por um lado, e, por outro, que as coisas podem ser informativas. Sua perspectiva percebe no caráter social do documento instâncias de forças simbólicas, institucionais, políticas e culturais que operam desde a produção, uso e funcionamento do documento nos ambientes sócio-históricos analisados.

Bernd Frohmann é figura que pode ser considerada como integrante de uma corrente discursiva dos “neodocumentalistas” suas pesquisas em torno do documento evidenciam um enfoque documentalista que vai além da materialidade do documento. Para Frohmann (2008), outras camadas devem ser analisadas no tratamento do documento. Este não pode ser pensado como mero transportador de informação se um polo a outro da cadeia comunicativa. Em sua crítica aos modelos

mentalistas da informação, Frohmann (2008) estabelece outros níveis de análise do documento, principalmente uma análise simbólica, contextual, sócio-política e sócio-cultural dos documentos.

Nos estudos de Frohmann (2008), ao trabalhar a materialidade da informação, afirma que a Documentação é capaz de criar categorias, tipos, de pessoas. Ele apresenta, em uma parte do texto citado, que intitula como ‘inventando pessoas’, o aparecimento da categoria “homossexual” e “suicida” através de um conjunto documentário capaz de materializar informação sobre esses grupos de pessoas:

> Mas o que importa não é que antes de uma data específica relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não existissem ou que ninguém tirasse a própria vida. O que não havia era um corpo de enunciados que tivesse uma vida documentária e institucional numa rede de instituições interligadas, tal que as categorias ‘o homossexual’ ou ‘o suicida’ pudessem ganhar massa e peso de identidades específicas, ou meios específicos de existirem como uma pessoa. **Não poderia haver ‘informação’ sobre tais tipos de pessoas**. (Frohmann, 2008, p. 29, grifo nosso).

Frohmann, apoiado nas teorias de análise do discurso desenvolvidas pela arqueologia foucaultiana, analisa o caráter social e público da informação, massa e peso, como ele diz, a materialidade da informação em instituições para que determinados tipos, classes, possam existir a partir de uma rede documentária. Ora, a possibilidade de categorização da vida implica que pessoas possam inserir-se em determinada classificação ‘autorizada’, legitimada por um conjunto de instituições. Dizer ‘quem é’ ou ‘o que é’ uma pessoa a partir de um conjunto estruturado e institucionalizado de classificações é elemento de disputas muito acirradas em diversas dimensões da vida cotidiana. Ainda com Frohmann (2008, p. 29):

> Quando foi removida a categoria Transtorno de Múltiplas Personalidades, pacientes diagnosticados com essa desordem se organizaram para resistir ao desaparecimento de uma categoria que definia sua identidade. O enunciado que diz que uma pessoa sofre de múltipla personalidade é desmaterializado pela remoção dessa categoria da classificação dos transtornos mentais institucionalmente autorizada. O desaparecimento documentário do enunciado remove-o não só de um largo escopo de práticas institucionais, mas - e isso é o que preocupa os pacientes - ameaça sua existência também num largo escopo de práticas individuais, sociais e culturais. A resistência tenta rematerializar o enunciado, mas, como os pacientes têm pouco poder institucional, suas chances de sucesso são pequenas. Ainda assim, sua repetição coletiva do enunciado,

> principalmente por criar novas estruturas institucionais com novas práticas documentárias - talvez não do tipo médico e psiquiátrico, mas estruturas sociais e culturais -, assegura alguma esperança de rematerialização do enunciado que temem desapareça.

Da mesma forma que o aparecimento de uma categoria pode ‘inventar pessoas’ no processo de classificação de pessoas às classes reconhecidas em algum nível institucional ou cultural da realidade, o contrário também é possível com o corte e recorte das classificações vigentes. O mundo, cada vez mais fragmentado, institui dia-a-dia novas classificações, novas classes. A estrutura vigente não é estática, mas dinâmica, é campo de disputas constantes por diversos atores que tentam legitimar suas visões de mundo. Um ‘paciente’ com Transtorno de Múltiplas Personalidade, para usar o exemplo de Frohmann (2008), luta pela sua identidade enquanto pessoa que se reconhece dentro desse sistema classificatório, mas também, no plano concreto, contra os prováveis desaparecimentos de políticas públicas, de ações institucionais (atendimento psicoterápicos, por exemplo), entre outras que o desaparecimento acarretará.

Outro aspecto relevante é a repetição do enunciado em outras estruturas como a social e/ou cultura como estratégia de resistência da categoria em questão. O que nos mostra como não é só no campo institucional, das classificações formais, que acontecem as lutas pelo reconhecimento, visibilidade e respeito às alteridades. Também no plano da cultura, dos espaços públicos cotidianos (praças, ruas, bibliotecas, museus, arquivos, redes sociais digitais, jornais, por exemplo) ou dos espaços vividos coletivamente (como terreiros e igrejas) é importante que estejamos atentos às classificações que nos circundam. Mais diretamente relacionado ao nosso objeto de pesquisa, a materialidade e a circularidade que certos nomes próprios assumem nos contextos contemporâneos que nos cercam. Os nomes próprios impulsionados, não somente pelos algoritmos dos motores de busca, mas por todas as forças simbólicas impressas nos mais variados suportes do cotidiano, das placas de endereço nas esquinas da cidade às fachadas dos pequenos e grandes prédios, dos muros pichados às paredes do Real Gabinete Português de Leitura, repleto de nomes de autorias, das listas memoriais de pessoas mortas em decorrência da gestão necropolítica do governo brasileiro na pandemia de Covid-19, como o Inumeráveis e o Vagalumes, até as páginas institucionais ‘Quem é quem’ presentes em diversos portais. Esses cenários, se aproximam daquilo que Frohmann (2008)

chama de materialização do enunciado, noção tratada em seção específica desta tese.

Da mesma forma que existe uma operação de classificação ‘de cima para baixo’, como são os casos explícitos nas citações frohmannianas acima, podemos inferir que exista uma mesma reação no sentido oposto, e talvez essa seja a energia principal de ação que estrutura essas cadeias de categorias. Quero dizer que o movimento histórico das relações humanas com ela mesma e com a natureza criamos classificações para nós e para os outros. Reconhecer-se e afirmar-se parte de uma classificação de pessoas, operário, trabalhador, de esquerda, produtivo, pessoa preta, pessoa lgbtquiapn+, pessoa com deficiência, ou qualquer outra classificação possível, é parte de uma ação política, ou seja, parte de um agir dentro da *pólis*. Os classificados em suas afirmações, lutas e ações constroem não somente a si mesmos e o mundo a sua volta, mas também atualizam, reconstroem, a própria categoria, interferem no esquema de classificação, a todo momento. A estrutura classificatória, neste caso, é tão viva quanto os movimentos vivos das pessoas que a animam, ou de como interpretamos essa cinesia. O processo biodocumentário de descrição e circulação documentária dessas vidas, desses documentos biográficos, ou dessas pessoas-texto como nas bibliotecas humanas, age diretamente nessas reconstruções, nas transformações simbólicas e concretas das próprias pessoas e das interpretações e significações que recaem sobre a classe e, consequentemente, sobre as pessoas que delas participam. A Biobibliografia, para nós, tem a potência de transformação da vida de pessoas, a partir do contato com o outro, da visibilidade de classes marginalizadas para que possamos ouvir suas vozes, transformar o social a partir de algumas individualidades, enquanto representantes de grupos.

Muito próximo a essa primeira problemática, temos uma segunda preocupação, inscrever o nome de pessoas é estabelecer entre a pessoa, sua vida, sua memória, sua biografia, uma relação de poder. Queremos dizer que ao inscrever o nome de uma pessoa, rememoramos a história reconhecida sobre sua vida, uma espécie de biografia aceita em um coletivo. Portanto, a questão da seleção, dos nomes que escolhemos, enquanto sociedade, para homenagear, para serem os ‘heróis nacionais’, é de suma importância. De outro lado, a forma como esses

nomes, essas individualidades, serão descritas é outra preocupação. Por exemplo, o ideal é que se retire os nomes dos militares torturadores dos endereços de ruas e avenidas ou que se faça uma descrição realista de suas ações criminosas?

A partir do trabalho documentário com o nome da pessoa acabamos por produzir artefatos documentais que se ligam biobibliograficamente, ou biodocumentariamente às figuras que trabalhamos, estamos a interferir, portanto, na vida das pessoas ou naquilo que entendemos significar (memória) o que foi a trajetória de vida de alguém. Como ilustração o Currículo Lattes e os Dicionários Biográficos, já citados. Esse 'estoque' de memória documental e documentária também em constante disputa pode ser utilizado para diversos fins. Mas, também é construído para diversos objetivos. O discurso biodocumentário de nomes próprios conhecidos de determinada personalidade é sempre trabalho delicado, visto que estamos interferindo diretamente naquilo que entendemos ter sido a vida e a obra dessa pessoa. Nós estamos aqui no campo político da exomemória, manifestação material da memória em suportes documentários. A construção desse tipo de fonte de informação é também ação cultural, na medida em que lida com a memória que temos sobre determinadas figuras interpretadas e aceitas como personalidades relevantes a partir de algum aspecto de suas vidas. Aqui lidamos, pelo menos indiretamente, com a biografia, a escrita da vida e, mais diretamente, com as ações documentais e bibliográficas que praticamos em um espaço biográfico. As ações de documentação no campo biográfico não são, ao nosso ver, de construir e/ou redigir biografias propriamente ditas, o trabalho biodocumental trata da seleção, descrição, classificação, indexação e recuperação de informações biográficas, organização e recuperação desse tipo de informação. Ao construirmos esses dispositivos estamos interferindo diretamente no regime de visibilidade, na circulação das informações biográficas, nos tipos, nas categorias, nas interseccionalidades presentes na infosfera dominante, de circulação dos vencidos ou dos vencedores na infosfera simbólica em que estamos submersos. Estamos em pleno trabalho de resistência, existência e transformação de comunidades.

Esse é o panorama geral da problemática desta pesquisa. Uma dimensão político-institucional e/ou sócio-cultural pelo qual entendemos importante reconhecer, pesquisar e instruir uma *praxis* biodocumentária crítica. Que se perceba parte de

uma ação essencialmente política na definição de categorias que ‘inventam’ ou fazem ‘desaparecer’ pessoas, do ponto de vista documentário e/ou informacional, discursivo e simbólico. A produção de diversos dispositivos informacionais do nosso cotidiano que contribuem para uma construção dispersa desses cenários classificados. São questões relacionadas à classificação, descrição e circulação de nomes próprios, por consequência de documentos biográficos e de pessoas a partir da documentalidade de seus nomes próprios, o encontro dos atores, sujeitos, indivíduos, com esses esquemas de classificações mais ou menos formais, que materializam enunciados e geram efeitos concretos na realidade. São os efeitos políticos e sócio-culturais desses dispositivos de visibilidade, de afirmação, de luta simbólica e de circulação e rememoração de saberes e personalidades, suas potencialidades e complexidades constatadas nos gestos considerados biobibliográficos por esta pesquisa.

A documentalidade é conceito trabalhado por alguns pesquisadores do campo da Documentação. Para Frohmann (2011), documentalidade trata da capacidade dos documentos de relacionarem-se entre si, de formar redes documentais, de se ligarem uns aos outros. Ao analisar o conceito de Documentalidade em Frohmann (2009), Buckland (2014, p. 4) declara:

> Following Frohmann’s admonition to tell stories allows us to make clearer the difference between a declarative approach based on established usage that this is a “document” and that is not, and an exploratory approach that seeks to examine the characteristics and roles of instances of documents and how these characteristics and roles are shared with or interact with other objects not (or not yet) regarded as “documents.” We find that a shared characteristic of documents in both conventional and extended senses is that they exhibit some kind of code.

Temos aqui a noção de contar histórias a partir da relação entre documentos que ainda não são considerados documentos, mas que possuem algum tipo de código em comum capazes de os agrupar e de os ordenar. É nesta perspectiva de um conjunto compartilhado de características documentais capazes de fazer os documentos se relacionarem entre si a ponto de produzir um caráter de documentalidade, de informatividade, e, portanto, de poder simbólico-discursivo que influencia em instâncias institucionais, sociais, culturais e políticas, que utilizaremos o conceito de documentalidade nesta tese.

Uma outra teoria da documentalidade é desenhada por Maurizio Ferraris, analisada por Kátia Coelho e Maurício Almeida (2017) e por González de Gómez (2021) dão conta de um “novo realismo”, onde os documentos estão na base de uma ontologia da realidade social. Ferraris desenvolve suas pesquisas a partir da filosofia da inscrição de Derrida, dos atos sociais de Reinach e dos atos de fala de Austin.

7.2 Noções de Biodocumento, Biodocumentação e Biodocumentalidade

Sendo a Documentação a unidade de processos que operam a construção de documentos e metadocumentos, que contribui para a seleção, coleta, organização, identificação, descrição, armazenamento, recuperação e disseminação de documentos, queremos propor a noção de biodocumentação. Para nós, biodocumentação será o conjunto dos processos de documentação, de construção de artefatos documentais e metadocumentais acerca de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, bem como as técnicas de coleção, organização, representação, recuperação e disseminação desses documentos, ou desses biodocumentos.

A práxis de biodocumentação pode construir biodocumentações individuais, quando se trata de apenas uma pessoa, podemos pensar aqui, por exemplo, em uma homenagem a uma pessoa, uma exposição cujo tema seja uma personalidade, arquivos pessoais, uma biobibliografia de uma autoria, entre outros. Podemos pensar que um portal em homenagem a uma personalidade histórica, por exemplo, apresentará um conjunto de documentos que ao relacionarem-se entre si, compõem uma narrativa biográfica que enfatize o legado histórico-cultural de tal personalidade para certa comunidade. Esses biodocumentos necessitam de uma organização que leve em conta, além do contexto individual de produção daquele documento, o seu tornar-se biodocumento a partir do momento em que é posto em contato com o nome próprio, a biografia e a vida da personagem a ser homenageada. Sendo assim, entendemos que documentos não necessariamente nascem como biodocumentos, ou seja, nascem ligados a uma pessoa ou a um nome próprio, mas na medida em que são interpretados a partir das lentes do nome próprio ou da biografia de alguém passa a ser considerado um biodocumento no âmbito de determinada coleção biodocumentária.

A biodocumentalidade está intimamente ligada ao saber biobibliográfico, é no saber biobibliográfico que buscamos os princípios, os fundamentos teóricos e práticos para propor a ideia de “Biodocumentação”. Se para a Biobibliografia a autoria e a obra são elementos principais de descrição, na Biodocumentação que propomos a pessoa, independentemente do exercício da função autoral, e sua história de vida são os principais objetos de descrição. A Biodocumentação preserva as noções de controle dos nomes das autorias e os modelos e metadados atribuídos à pessoa autora na sua ação de representá-la. No entanto, a Biodocumentação encara não a obra autoral da pessoa, mas a própria massa documental e informacional que possa ser atribuída a ela na perspectiva de um espaço biográfico. Aqui temos a perspectiva de uma exomemória biográfica, são fotografias, são relatos biográficos, são ações, lutas e vivências como a própria obra deixada pela pessoa.

Há que se reconhecer a impossibilidade de preservamos documentalmente todas as histórias de vida. Há nisso uma impossibilidade material mesma, no sentido de não haver recursos que suportem a preservação de toda memória biográfica, o que seria um sonho utópico ou distópico com semelhanças ao sonho da Biblioteca de Alexandria. Além dessa impossibilidade, temos ainda um problema de finalidade: qual seria o objetivo de uma fonte biográfica geral e universal? Teríamos que realizar diversos recortes e filtros para que pudéssemos utilizá-la para algum fim. Como assevera Ortega Y Gasset (2006), a missão bibliográfica do nosso tempo é o filtro, a seleção, daquilo que interessa. Portanto, o que defendemos, na verdade, é a produção de múltiplos dispositivos biobibliográficos, uns mais específicos a certa comunidade, outros mais gerais, mas que esteja sempre organicamente produzido junto à comunidade que terá sua exomemória biográfica preservada e/ou a partir da ação conjunta com intelectuais e autoridades orgânicas dessas comunidades. E com a devida padronização, poderemos pensar um dia em uma forma de recuperação de dados biobibliográficos de todos esses repositórios biográficos.

A história de vida contada na forma de um relato de vida qualquer, o aparecimento de perfis (com fotografias, postagens, relacionamentos e reações) que representam as pessoas e documentam suas ações em um espaço digital, um conjunto de informações - fatos, acontecimentos, falas, ações, reações, participações, inovações, performances… - que podemos atribuir a alguém com

base em narrativas gravadas, publicadas, compartilhadas, seja na web, no jornal, no livro ou na oralidade, já compõem, para nós, uma exomemória biográfica carente de uma organização biodocumental. Os relatos, os *posts* na internet, os acontecimentos atribuídos, as ações documentadas, as impressões registradas sobre alguém já são documentos a construírem formas biodocumentárias a partir do trabalho documental, aqui chamado biodocumental.

O legado de uma pessoa, aquilo que lhe garante uma posição de notoriedade para uma classe, uma comunidade ou um grupo social nem sempre é publicado de forma autoral, ou seja, há muitas personalidades populares ilustres que nada escreveram, mas que deixaram impressas na materialidade histórica de alguns sua obra de exemplo, de luta e de resistência. A essas vivências, a esses legados, a essas biografias volta-se a Biodocumentação para lhes preservar na documentalidade um lugar na História.

Ressaltamos que não há confusão de nossa parte do trabalho de um historiador, de um etnógrafo, de um sociólogo, de um documentarista e as ações de biodocumentação. Não se defende que o trabalho de Biodocumentação, ligada à Organização do Conhecimento, seja equivocadamente encarado como um trabalho de produzir documentos biográficos. A ação que se propõe é: primeiro, o de construção de categorias, politicamente, culturalmente e criticamente embasadas, capazes de operacionalizar um recorte biográfico no mundo e classificar as personalidades históricas de certas comunidades a partir das categorias elencadas, como, por exemplo, “novas lideranças progressistas brasileiras no cenário político nacional”, ou “intelectuais orgânicos que atuam junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e suas lideranças regionais”; segundo, que se estabeleça a partir de modelos padronizados uma representação das pessoas selecionadas para compor a coleção biobibliográfica que se quer construir, incluindo as indicações biográficas que contribuíram para a escolha dessa ou daquela pessoa; terceiro, que se faça um repertório documental, em sua expressão ampla, para que se possa a partir desses documentos conhecer a história de vida e/ou o legado dessa pessoa, seu valor sócio-histórico para determinada comunidade; quarto, que esse repertório seja organizado, classificado e indexado, para que se possa recuperar as informações relevantes disponíveis sobre as pessoas biobibliografadas; e por fim,

quinto, que essas fontes de informações biobibliográficas sejam utilizadas, estabeleçam um caráter de promoção documental sobre essas comunidades preservando sua memória, promovendo uma espécie de “justiça documentária” para com essas comunidades subalternizadas, na medida em que ganham expressão na materialidade discursiva cultural participando da disputa pela hegemonia cultural, em suma, sirvam aos diferentes propósitos culturais, políticos e administrativos em que a biodocumentação pode atuar. Como se vê, não se trata de produzir documentários ou documentos primários, é, na verdade, uma documentação secundária com princípios de organização próprios aos documentos biográficos de primeira ordem.

Sistemas biodocumentários que documentam e organizam informações sobre pessoas, fichas de indivíduos, como o Cadastro Único (CadÚnico), por exemplo, possuem a virtude de fazer as políticas públicas de Estado de proporções continentais, como o Brasil, chegar às pessoas. A organização biodocumentária, em teoria e talvez em uma perspectiva ideal metafísica, permitiria uma razão administrativa estatal capaz de determinar quem são os indivíduos, a que famílias pertencem, onde trabalham, renda *per capita* do lar, entre outras informações relevantes para aplicação de políticas públicas. Todos esses dados estão documentalmente registrados e virtualmente disponíveis a um centro de informações de capacidade biobibliográfica.

Como forma de experimentarmos a noção que aqui propomos, ou ainda, como forma de demonstrar como a prática se antecipou a nossa teoria, vamos percorrer alguns exemplos de documentações reais e ficcionais que acreditamos contribuir para o entendimento do tema.

Como forma de visualização pelas lentes do cinema, temos em “A Lista de Schindler”, dirigido por Steven Spielberg, e roteirizado por Steven Zaillian e Thomas Keneally, um exemplo do poder das biodocumentações na forma de uma simples, porém de muita complexidade, lista de nomes próprios.

Figura 39 – Cena do acabamento da lista pelo secretário de Oskar.



Fonte: Filme A Lista de Schindler, 1993.

Na cena reproduzida acima temos o secretário judeu de Schindler, Itzhak Stern, uma espécie de contador, que termina de redigir a lista de nomes de pessoas que o empresário irá salvar da morte. Transcrevo sua fala: “Esta lista é um bem absoluto, esta lista é a vida. Em volta das suas margens fica o precipício”[67]. As margens da folha de papel que suporta a lista de nomes produzida pelo secretário, é a barreira que impede que aquelas pessoas identificadas por aqueles nomes morram. Os judeus que estão fora da margem, cujos nomes não constam na listagem de Schindler, não contam com a proteção do empresário perante o mal que é a política de extermínio nazista.

De certa forma, existe uma relação direta entre a lista e uma realização da realidade, entre os nomes e a lista, entre os nomes e as pessoas, entre a lista e o agenciamento entre pessoas e instituições corre o poder de produzir uma realidade. Aqui estamos diante de uma questão, digamos, “administrativa” dos nomes próprios, eles permitem uma gestão de pessoas. Conforme estabelece uma relação de referência entre o nome próprio e o corpo por um lado, e desempenhando um papel positivo de afirmação e produção de uma realidade por outro, vê-se tornar-se real a metáfora das margens de proteção em salvamento dos corpos nomeados. Ou seja, conforme a Lista de Schindler se forma a partir dos nomes próprios ligados às

[67] Do original: “This list is an absolute good. The list is life. All arround its margins lies the gulf.” Frase dita por Itzhak Sten (2:24:20). Gulf, segundo o Google, pode ser traduzido por precipício.

pessoas e de acordo com as relações documentárias que ela vai traçando em seu fluxo entre pessoas e instituições ela passa a construir realidade para as pessoas selecionadas e, igualmente, para as não selecionadas. Em resumo, a lista de nomes, como um documento, permite agir sobre uma possibilidade para que essa se transforme em realidade.

O segundo filme, “O Cântico dos Nomes”, dirigido por François Girard, roteirizado por Jeffrey Caine, trata da busca do personagem principal Martin Simmonds por seu irmão adotivo Dovidl Rappaport, trazido da Polônia a Londres quando tinha apenas nove anos. Os pais de Rappaport morrem em Treblinka, em um campo de concentração para extermínio do povo judeu. A forma como o personagem descobre a morte de seus parentes é interessante para nós. Na ficção, os judeus em Treblinka criaram um cântico, posteriormente transcrito, para memorizar os nomes dos judeus mortos naquele lugar, uma forma mnemônica para informar quem foram os mortos, ao passo que permitiria a execução das rezas fúnebres, visto que os nomes estavam preservados.

O Cântico está no extremo oposto da Lista de Schindler, enquanto esta age para salvar uma quantidade expressiva de judeus, o Cântico registra o nome daqueles e daquelas massacradas no campo. Não há interseção possível entre elas, uma age para criar um futuro, a outra para registrar e comunicar o passado. Essa última, diferentemente daquela lista homérica, não é feita para exaltar, apesar de possibilitar que uma reverência à memória dessas pessoas se constitua em uma espécie de tributo, de reparação histórica. O cântico dos nomes busca registrar quem foram aquelas pessoas mortas naquele local e naquele tempo.

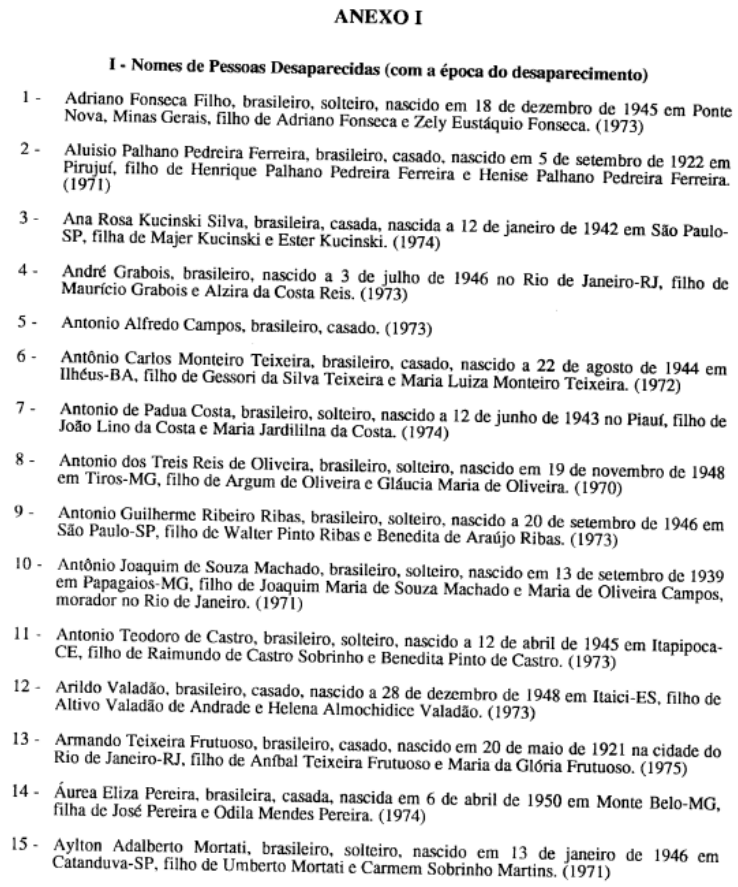
Esses exemplos de listas, sejam ficcionais ou não, mostram possibilidades, potências, que possuem a prática de justapor um nome próprio de pessoa após outro. Ou seja, a prática de ligar um antroponímico a outro, de os pôr em contato, seja na unidade de uma lista, seja nas relações de uma rede, seja qual for a organização que se queira estabelecer, age na realidade, gera efeitos, produz o real ao passo que é produzida por ele.

Na nossa história recente temos, também, outros centros de informação que recolhiam informações pessoais estratégicas para o desempenho de um outro tipo de política. O estado de exceção vivido na época da Ditadura Militar (1964-1985)

representou o Estado com alta demanda por vigilância e controle daqueles e daquelas pessoas classificadas como “subversivas”. Centros nacionais de informação utilizavam-se de informações sobre pessoas (nome próprio, filiação, atuação política, filiação partidária, endereço, onde trabalha, onde estuda, relações interpessoais, entre outras) para alimentar um sistema de informação que sustentava sistemas de repressão. O Serviço Nacional de Informações, importante repositório de informações para repressão, desempenhava em todo território nacional ações de informação e contrainformação, espécie de serviço de inteligência do Regime. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014, p. 118, grifo nosso): “Dentro da chamada comunidade de informações, o SNI revelou-se o único organismo a ter as funções definidas, que eram coletar, armazenar, analisar, proteger e difundir **informações sobre os opositores do regime**”.

As bio-documentações dos órgãos de repressão e tortura da Ditadura, como o catálogo de fotos e nomes apresentados à personagem Eunice Paiva na dramaturgia de “Ainda estou aqui”, dirigido por Walter Salles, e roteirizado por Marcelo Rubens Paiva e Murilo Hauser, são utilizadas no planejamento bárbaro e violento para identificação e procura de indivíduos. O processamento biobibliográfico de informações gera efeitos, portanto, de ordem prática no sentido mais concreto e sensível da vida daqueles que são impressos em suas margens. No outro pólo, as bio-bibliografias dos mortos e desaparecidos do período. As listas de nomes daqueles que até hoje não sabemos o fim ou o paradeiro de seus restos mortais. A Lei nº 9.140/1995 que reconhece como mortas pessoas desaparecidas no período do Regime por atividades políticas, possui em seu Anexo I uma lista de nomes de pessoas. Nessa lista, chamamos a atenção para uma práxis biodocumentária implícita, há uma razão que seleciona, que impõe uma ordem de apresentação aos nomes próprios que compõem a lista, há metadados claros para identificação dos indivíduos a partir de uma descrição biográfica, que inclui datas, filiações e fatos históricos. A biodocumentalidade se deixa transparecer na construção da lista.

Figura 40 - Anexo I da Lei 9.140/1995 com nomes de pessoas desaparecidas e informações sobre si e a data de seu desaparecimento



ANEXO I

I - Nomes de Pessoas Desaparecidas (com a época do desaparecimento)

1 - Adriano Fonseca Filho, brasileiro, solteiro, nascido em 18 de dezembro de 1945 em Ponte Nova, Minas Gerais, filho de Adriano Fonseca e Zely Eustáquio Fonseca. (1973)

2 - Aluisio Palhano Pedreira Ferreira, brasileiro, casado, nascido em 5 de setembro de 1922 em Pirujuí, filho de Henrique Palhano Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. (1971)

3 - Ana Rosa Kucinski Silva, brasileira, casada, nascida a 12 de janeiro de 1942 em São Paulo-SP, filha de Majer Kucinski e Ester Kucinski. (1974)

4 - André Grabois, brasileiro, nascido a 3 de julho de 1946 no Rio de Janeiro-RJ, filho de Maurício Grabois e Alzira da Costa Reis. (1973)

5 - Antonio Alfredo Campos, brasileiro, casado. (1973)

6 - Antônio Carlos Monteiro Teixeira, brasileiro, casado, nascido a 22 de agosto de 1944 em Ilhéus-BA, filho de Gessori da Silva Teixeira e Maria Luiza Monteiro Teixeira. (1972)

7 - Antonio de Padua Costa, brasileiro, solteiro, nascido a 12 de junho de 1943 no Piauí, filho de João Lino da Costa e Maria Jardililna da Costa. (1974)

8 - Antonio dos Treis Reis de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido em 19 de novembro de 1948 em Tiros-MG, filho de Argum de Oliveira e Gláucia Maria de Oliveira. (1970)

9 - Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, brasileiro, solteiro, nascido a 20 de setembro de 1946 em São Paulo-SP, filho de Walter Pinto Ribas e Benedita de Araújo Ribas. (1973)

10 - Antônio Joaquim de Souza Machado, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de setembro de 1939 em Papagaios-MG, filho de Joaquim Maria de Souza Machado e Maria de Oliveira Campos, morador no Rio de Janeiro. (1971)

11 - Antonio Teodoro de Castro, brasileiro, solteiro, nascido a 12 de abril de 1945 em Itapipoca-CE, filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro. (1973)

12 - Arildo Valadão, brasileiro, casado, nascido a 28 de dezembro de 1948 em Itaici-ES, filho de Altivo Valadão de Andrade e Helena Almochidice Valadão. (1973)

13 - Armando Teixeira Frutuoso, brasileiro, casado, nascido em 20 de maio de 1921 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, filho de Aníbal Teixeira Frutuoso e Maria da Glória Frutuoso. (1975)

14 - Áurea Eliza Pereira, brasileira, casada, nascida em 6 de abril de 1950 em Monte Belo-MG, filha de José Pereira e Odila Mendes Pereira. (1974)

15 - Aylton Adalberto Mortati, brasileiro, solteiro, nascido em 13 de janeiro de 1946 em Catanduva-SP, filho de Umberto Mortati e Carmem Sobrinho Martins. (1971)

Fonte: Brasil (1995).

O anexo apresenta uma lista de nomes próprios numerados de 1 a 136, flagrantemente incompleta e incondizente com o real quantitativo de mortos e desaparecidos políticos do período ditatorial brasileiro. Os nomes são apresentados em ordem alfabética do primeiro nome, informações como nacionalidade, idade, estado civil, data e local de nascimento, filiação e ano do desaparecimento são encontradas. Essa lista com força legislativa implica atividades administrativas do Estado Brasileiro, como concessão de indenização e pensões.

Outras listas funcionam como memoriais, como forma de resguardar nossa história, compreendê-la e prevenir que caiamos nos mesmos erros históricos. O portal Memórias da Ditadura, por exemplo, produzido pelo Instituto Vladmir Herzog, funciona como um memorial da época, e possui entre seus materiais um arquivo sobre personagens do Regime. Contando com aproximadamente 520 pessoas, descritas a partir de seus nomes próprios acompanhados, em alguns casos, por uma

imagem (foto da pessoa ou outra imagem representativa). São técnicas de descrição de pessoas, de biodocumentação, que estamos reconhecendo ao explorar esses documentos.

Para cada personagem, uma ficha, que chamamos descrição biográfica dos sujeitos, ou seja, contém informações relevantes do indivíduo para sua identificação, bem como que contribuam para informar a relevância daquela pessoa para o acervo bio-bibliográfico em questão.

Figura 41 - Perfil de Rubens Paiva na coleção Personagens do portal Memórias da Ditadura

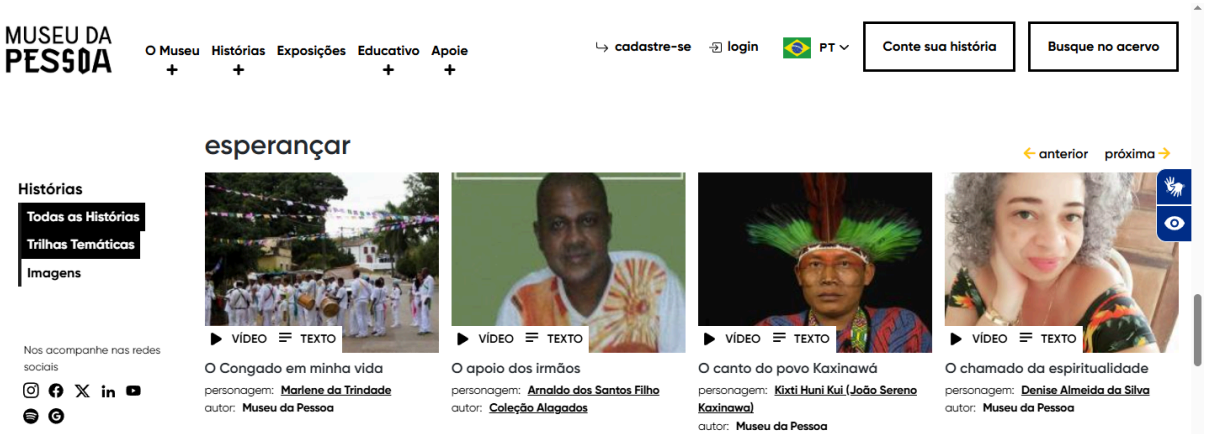


Fonte: Memórias da Ditadura.

Na figura acima, podemos observar como as técnicas de descrição biográfica são amplamente utilizadas na construção desse documento. Ao lado esquerdo com fundo cinza um esquema de metadados que descreve e identifica o ex-Deputado Federal que teve que se exilar na Iugoslávia. Vemos a foto do rosto de Rubem. Além do texto biográfico, temos ainda as circunstâncias de seu desaparecimento e a conclusão da Comissão Nacional da Verdade, citada anteriormente, sobre o seu caso.

Interessante para os estudos de indexação de pessoas que componham um acervo biobibliográfico, vemos as *hashtags* atribuídas para o documento biográfico “Biografias da resistência” e “Memorial de mortos e desaparecidos”. Os indexadores desse tipo de documento revelam a relação biográfica do perfil do biografado em relação aos objetivos e critérios de seleção para a coleção formada. No Museu da Pessoa, outro interessante exemplo de portal em que a biodocumentalidade, tal como a definimos aqui está em plena ação, atribui palavras-chave às narrativas biográficas cadastradas.

Figura 42 - Histórias de vida classificadas pelo tema “Esperançar” no Museu da Pessoa

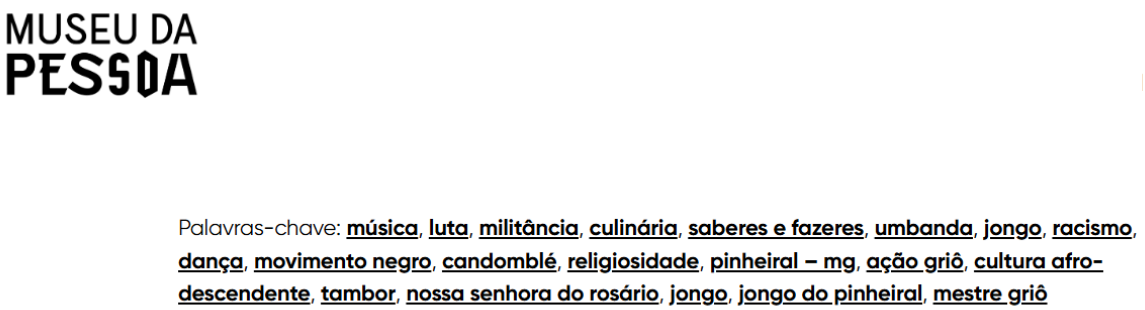


Fonte: Portal Digital do Museu da Pessoa.

O Museu da Pessoa é um portal que pretende “inspirar, provocar e transformar a sociedade por meio das histórias de vida” (Museu da Pessoa, 2025). Através da escuta e da possibilidade de contar e registrar histórias de vidas das pessoas, o Museu promove a preservação e a organização documentária dessas histórias para que possa transformar a forma como seu público de pessoas leitoras enxergam o mundo. Estão presentes os nomes próprios, fotografias, narrativas biográficas, dados biográficos da personagem e vídeos. O Museu, a partir das histórias de vida cadastradas, narrativas autobiográficas, na medida em que as próprias pessoas cadastram suas histórias de vida, ou relatos biográficos, constrói a partir dessa biodocumentalidade exposições, que são classificações, formas diferentes de relacionar uma história de vida com outra. O exemplo da figura acima demonstra como diferentes biodocumentos, ou seja, como diferentes documentos que registram ou que ajudam a contar histórias de vidas são agrupadas pelo

conceito de “Esperançar”. Cada história de vida conta ainda com uma lista de palavras-chave que servem como indexadores para cada biodocumento, com base na história de vida da personalidade.

Figura 43 - Palavras-chave atribuídas à personagem Maria de Fátima da Silveira Santos pelo Museu da Pessoa



Fonte: Museu da Pessoa.

As palavras-chave demonstram a prática de indexação, que podemos chamar de uma indexação biodocumentária. Enquanto o nome, a biografia e a documentalidade formam uma unidade a representar a personalidade descrita, a atribuição de palavras-chave a essa unidade biodocumentária representa uma própria indexação da pessoa e da vida a partir da interpretação e do significado atribuído a ela pelo Museu da Pessoa. Também percebe-se a necessidade de aplicação dos conhecimentos biblioteconômicos e bibliotecários na atribuição das palavras-chave que não parecem seguir nenhum tipo de vocabulário controlado e também temos termos repetidos na mesma indexação, veja-se o termo “jongo”, por exemplo.

No portal eletrônico do Senado Federal fica disponível uma lista dos heróis e heroínas da pátria, que segue as personalidades que são incluídas por lei no Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria, demonstrando o caráter simbólico, político e cultural da formação da categoria das pessoas heróicas de uma nação, a quem se rende homenagens.

Figura 44 - Mosaico de personalidades que constam no portal eletrônico de heróis e heroínas nacional do Senado Federal



Fonte: Portal Eletrônico do Senado Federal.

Na medida em que descortinamos processos biodocumentários existentes, percebemos a necessidade de especialização biblioteconômica e/ou documentária para a qualidade dos dispositivos biodocumentários analisados.

As biodocumentalidades seguem a dialética do nome próprio entre sentido e referência, entre significação e indicação. Através de um processo de biodocumentação, podemos conectar pessoas. Ou seja, há uma faceta do trabalho biodocumentário que além de apresentar, descrever e classificar as pessoas, através de uma rede de documentos que estão indexados por um nome próprio em comum, dá acesso a elas. Ou seja, é possível conhecer a pessoa e, em alguns casos, específicos comunicar-se com a pessoa, elemento de contato, de estabelecimento de comunicação. Podemos pensar nessa possibilidade quando através da descrição da pessoa atribuímos a seu nome próprio dados como e-mail ou perfil nas redes sociais, canais de comunicação disponíveis ao usuário do serviço biodocumentário. Isso pode ser útil em diversos contextos. Por exemplo, uma grande empresa pode empreender esforços para criar um banco de dados de seus trabalhadores, para cada empregado pode constar o nome, o ramal de telefone (ou outra forma de contato), unidade de lotação e especialidade dessa pessoa. No cenário de uma grande empresa, entendemos que nem sempre conhecemos todas as pessoas que nela trabalham, a fonte de informação biodocumental acerca de cada trabalhador facilita a comunicação inter-pessoal entre os empregados. Isso pode ajudar a solucionar perguntas do tipo: como posso falar com a pessoa empregada X ou Y?

Ou, ainda, com quem devo falar para tirar uma dúvida rápida acerca de contratos internacionais? Uma biodocumentação na forma de fonte de informação bem construída apresentará os nomes, os contatos, os locais de lotação e as especialidades (forma de indexação) de cada pessoa que trabalha ali. Sendo assim, os outros empregados serão capazes em consultas ao sistema de responder às perguntas acima.

A comunicação científica entre pesquisadores se favorece da mesma dinâmica, assim como a República das Letras buscava publicar seus dicionários biográficos para que pudessem se (re)conhecer. Técnicas e tecnologias contemporâneas como o Lattes e o Orcid estabelecem um conjunto de perfis de pesquisadores que poderia beneficiar de forma mais concreta a comunicação entre os pesquisadores. No Brasil, a Plataforma Lattes, por exemplo, possui um grande potencial para que possamos encontrar pessoas pesquisadoras a partir da sua especialidade, dos temas em que investem suas pesquisas. Para isso devemos elevar o nível da técnica biodocumental disponível no currículo, a padronização da entrada dos dados, por exemplo, os metadados disponíveis, glossários e o uso de vocabulários controlados para indexar a produção e a atuação científica das pessoas biodocumentadas. Para isso, acreditamos existir a necessidade de mudanças estruturais e procedimentais da Plataforma. A pessoa bibliotecária em suas dinâmicas históricas de organização da informação detém os conhecimentos e habilidades necessárias para tal. Pensamos em níveis diferentes de entrada de dados, instituições e, por conseguinte, profissionais documentalistas das instituições de pesquisa poderiam ter acesso de dar entrada em dados e atribuí-los ao perfil de pessoas pesquisadoras para que essas aprovassem as informações cadastradas. A inserção de dados feita por uma pessoa profissional documentalista elevaria a qualidade da informação, tendo em vista os princípios da catalogação de informações historicamente discutidos e trabalhados por essas pessoas em suas práxis de organização da informação.

Outra forma verificada de experimentação de uma biodocumentalidade é a própria experiência das bibliotecas humanas. O conceito central de *human library* é montar um catálogo não de livros, mas de pessoas que dedicam parte de seu tempo para servir como livros para pessoas leitoras. O contato com outras pessoas, com a

diversidade da vida do outro, é a aposta desse movimento para promover a inclusão e a justiça social, despolarizar. O projeto nasceu em Copenhague, na Dinamarca, e já conta com diversas experiências pelo mundo, inclusive no Brasil. A ideia é que pessoas voluntárias que estejam interessadas em compartilhar através de sua narrativa e diálogo com as pessoas leitoras da biblioteca sua história de vida ou alguma parte dela em especial.

Figura 45 - Imagem que ilustra a ideia dinamarquesa de Bibliotecas Humanas



Fonte: Human Library (2022).

A biodocumentação se mostra, por exemplo, na materialidade símbolo dos nomes dos operários mineiros mortos gravados em painéis de vidro na cidade de Broken Hill na Austrália. O memorial conta com o nome próprio de 800 mineiros que perderam suas vidas na *Line of Lode*, um dos maiores campos de minério do mundo. A vista solene deve ser re-interpretada, não se trata, ao nosso ver, de um memorial de luto, mas de um memorial de resistência de exposição da luta do trabalhador que perde sua vida em função da sua condição de trabalhador.

Figura 46 - Vista das placas de vidro com os nomes dos mineiros no Memorial dos Mineiros na Linha de Lode.



Fonte: Visitnsw.com (2025).

O nome próprio e sua biodocumentalidade, ou seja, o uso do nome próprio para nomear também se torna problemático quando perpetua ou homenageia figuras que marcaram negativamente a nossa história - como, por exemplo, o uso dos nomes próprios de Adolf Hitler ou Benito Mussolini para nomear espécies do reino animal (Rochinglia hitleri, um besouro, ou Hypopta mussolinii, uma maripousa). O debate no âmbito da ciência dá conta de um caos documentário na medida em que a alteração de tais nomes científicos para as espécies de plantas e animais são dados pela pessoa cientista que descobre e documenta a nova espécie. O debate sobre mudar ou não mudar tais nomes têm levado a grandes discussões no meio científico e fez com que se criasse um comitê de ética, entre os botânicos, para que se possa revisar a nomeação das espécies nomeadas a partir de 2026. No âmbito urbano, como temos visto desde a Introdução desta tese, a questão não é menos acirrada. A alteração de nomes de ruas, por exemplo, como instrumento de reordenação, ou uma redecoração, ressimbolização, do espaço urbano também tem causado grandes adversidades. Cito, como exemplo, a troca do nome da antiga Rua Coronel Moreira César, assassino do jornalista Apulcro de Castro, atual Rua Ator Paulo Gustavo, morto em decorrência da pandemia de Covid-19. Episódio recente em São Paulo, o incêndio da estátua de Borba Gato, personagem que contribuiu para a escravização e exploração de indígenas, demonstra as questões sociais e

políticas populares em torno da homenagem em espaços públicos às figuras controversas de nossa história.

O portal Inumeráveis e o portal Memoráveis, ambos em ambiente Web, demonstram o poder da biodocumentação em não apenas salvaguardar a memória de alguns nomes próprios, pessoas e biografias, mas uma espécie de luta/resistência simbólica em meio à opressão e ao massacre da Pandemia de Covid-19 potencializada pela ineficiência da gestão por parte do governo federal à época.

Figura 47 - Página inicial do site do portal Memoráveis



Fonte: Portal Memoráveis.

A lista de nomes próprios dos indígenas da Região do Rio Negro, Noroeste do Amazonas, representa simbolicamente os efeitos da pandemia de Covid-19 somada ao contexto destes indígenas frente às ingerências e políticas formais anti-ciência do governo federal, dos governos estaduais e municipais, em sua maioria. Os nomes ali reunidos vão além das individualidades de suas vivências, juntos eles formam um todo que denuncia uma triste realidade agravada por decisões administrativo-políticas equivocadas e criminosas contra o isolamento e os freios da contaminação, contra a vacinação em massa e na disseminação de falsas informações e subnotificações de casos. Outro portal, para nós muito significativo, é o Inumeráveis.

Figura 48 - Página inicial do portal Inumeráveis



Fonte: Portal Inumeráveis (2025).

O portal surge, segundo Edson Pavoni, seu idealizador, do incômodo com os sempre crescentes e sucessivos números de mortos noticiados diariamente durante a pandemia. Conforme a frase na epígrafe desta tese, para Edson Pavoni (2020), “gente merece existir em prosa”.

São muitas as listas de nomes próprios que dão significado às classes sociais possíveis de serem recortadas nas multidões que compõem o nosso mundo. Queremos dizer, se de uma forma transcendente o todo é maior que a soma de suas partes, quando destacamos certos grupos de pessoas da massa populacional estamos recortando-a, nomeando-a e dando sentido para aquele conjunto de pessoas. Os projetos Inumeráveis e o Memoráveis são exemplos notórios dessa ideia. Não são apenas nomes listados, não são apenas indicadores ou referências a uma certa vida, ou corpo ou pessoa, mas ao relacionarem-se entre si constroem um sentido que vai além.

Uma outra lista, dessa vez de pessoas vivas, contrasta com essas que temos visto até então. A lista de bilionários publicada pela revista de negócios americana, a Forbes, apresenta os nomes próprios das pessoas que mais concentram renda no mundo, mesmo mundo onde pessoas passam fome por não ter o que comer e morrem nas filas dos hospitais por não conseguirem arcar com tratamentos médicos, frente às ineficiências estatais implantadas pela lógica capitalista de Estado.

Figura 49 - Ilustração da lista de bilionários da Forbes em 2025

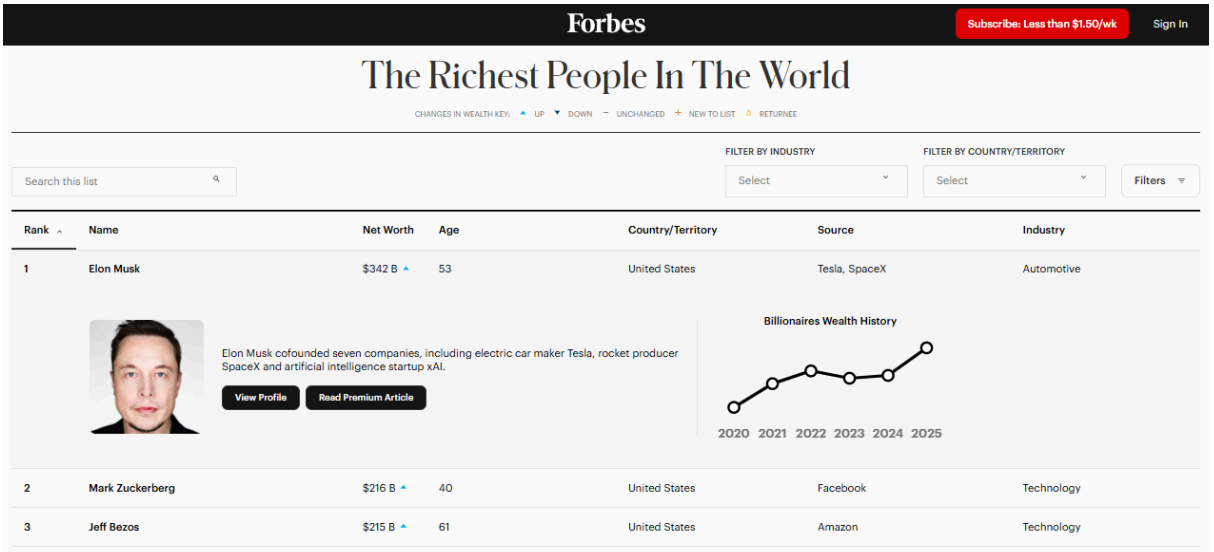


Fonte: Revista Forbes (2025).

A vontade de classificar grupos de pessoas no capitalismo neoliberal contemporâneo subverte a lógica dos ilustres, dos notáveis, dos intelectuais da república das letras, das autoridades políticas, religiosas e militares, em virtude da figura e do conhecimento dos nomes, das imagens e das fortunas dos capitalistas. A lista de 2025 apresenta um número recorde de 3.028 pessoas, o arranjo é por tamanho da riqueza, a hierarquia é do mais rico para o menos rico. Dentro da lista são possíveis outros tipos de recorte, por exemplo o “Clube dos US$ 100 bilhões”, formado pelo grupo de quinze pessoas que possuem essa quantia em fortuna, e o “Clube dos US$ 200 bilhões” formado por três pessoas. De forma alarmante, os três mais ricos do mundo, Elon Musk, Mark Zuckerberg e Jeff Bezos, não têm demonstrado preocupações ético-políticas de compromisso com o futuro do planeta

frente às inúmeras crises ambientais, políticas, econômicas e culturais que se aproximam. Outro ponto importante de análise da lista é: mulheres são apenas 13% do grupo.

Figura 50 - Topo da lista de bilionários da Forbes



Fonte: Revista Forbes (2025).

A cultura biodocumental, neste sentido, de representação de uma realidade no mundo demonstra uma onipresença e uma versatilidade da biodocumentação em diversos setores e temáticas. O sistema biodocumental segue a regra “nome próprio-breve descrição biográfica-documentalidade”. No perfil de Musk temos: nome próprio, posição no rank, capital acumulado, idade, país, fonte de renda, ramo, sua trajetória até alcançar o topo da lista na forma de um gráfico, fotografia, breve descrição biográfica, hiperlink para seu perfil completo produzido pela revista e a possibilidade de acessar, mediante assinatura, um artigo *premium* sobre Musk.

A lista da forbes, uma lista, mostra como a cultura da lista de nomes próprios toma ares de fenômeno universal, queremos dizer, presente em diversos contextos da documentalidade da pessoa humana. Claro que, deve-se levar em conta que cada lista, cada contexto em que é produzida e cada intencionalidade a que serve faz com que possamos analisá-las e valorá-las de forma ético-política a partir de uma perspectiva crítica.

Muito diferente, do ponto de vista cultural, são as listas inexistentes, ou as listas invisíveis. Não cultivamos a memória dos vencidos, por exemplo, dos

trabalhadores que perderam suas vidas na construção da ponte Presidente Costa e Silva, a ponte Rio-Niterói, onde estão gravadas e eternizadas publicamente para que possamos ter a real dimensão do caos social em que vivemos, os nomes das inumeráveis crianças que morrem vítimas de “balas perdidas” nas favelas do Rio de Janeiro? Elas continuam sendo apenas números que indicam o tamanho da violência abrupta do Estado, são números sem rostos, sem nomes e sem história.

A noção de biodocumentação, apresenta-se, pois, como uma espécie de especialização do trabalho de Organização do Conhecimento com vistas a colecionar, gerir, descrever, classificar e indexar biodocumentalidades, produzindo fontes de informação biográficas biodocumentais que sejam capazes de construir esses tipos de catálogos e dicionários de pessoas em diversos formatos e contextos.

7.3 Filosofia das autoridades, em busca de quem queremos biodocumentar

Das multidões de pessoas que podemos biodocumentar, ou seja, que podemos descrever, representar, classificar, indexar e recuperar através de uma lógica de documentação, uma pergunta sobressai do ponto de vista técnico-profissional-prático e do ponto de vista teleológico ético-político-histórico, ou apenas praxiológico, qual seja: A quem devemos biodocumentar?

A resposta proposta para essa pergunta não se apresenta, aqui, de forma definitiva. Porém, nas transdisciplinas da Organização do Conhecimento e nas apropriações interdisciplinares que tem tecido ao longo de sua história, vemos despontar algumas discussões que podem nos orientar em nossas buscas. Os conceitos de autoridade são utilizados para pensarmos a quem devemos dirigir nossos trabalhos de biodocumentação. Portanto, trabalhamos com a noção de Autoridade Cognitiva instituída por Patrick Wilson e trabalhada por Maria Nélida González de Gómez, com a noção de Autoridade Cognitiva Genuína de Froelich e, por fim, a noção de Intelectuais Orgânicos de Antonio Gramsci.

Maria Nélida González de Gómez (2007), ao discutir questões de validade e credibilidade da informação, recupera a noção de *cognitive authority* proposta por

Patrick Wilson (1983 *apud* González de Gómez, 2007) em sua obra situada naquilo que podemos chamar de epistemologia do testemunho.

> Podemos, assim, conhecer o bondinho do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, porque o visitamos, ou porque lemos a descrição dele num livro, encontramos um vídeo no Youtube ou num site na Web, porque um narrador quase-anônimo num "blog" relatou um passeio num verão qualquer, ou conversava-se sobre o Rio num "chat" de presumíveis adolescentes. Em todos os casos, com exceção do primeiro, nossas informações e conhecimento sobre o Pão de Açúcar dependem do testemunho de um ou mais autores (González de Gómez, 2007, p. 2).

A epistemologia do testemunho, neste sentido, assim com a expressão "conhecimento de segunda mão" que nos fala Wilson (1983 *apud* González de Gómez, 2007), aborda o caso do conhecer através de depoimentos de outras pessoas. Como na citação acima, é possível "conhecer" o bondinho do Pão de Açucar a partir de diferentes formas, indo ao bondinho e conhecendo-o pessoalmente, vendo o verbete Bondinho do Pão de Açúcar no Rio de Janeiro em uma possível enciclopédia ou, ainda, ouvindo alguém falar seja nas redes sociais ou presencialmente sobre o Pão de Açúcar. Na verdade, dentro da perspectiva da epistemologia do testemunho, os dois últimos exemplos não se diferem, estamos conhecendo através das lentes de um fotógrafo, e sabemos que as fotografias não são representação pura da realidade. Essa está mediada por um conjunto de ações e intenções do fotógrafo, ou através de uma bibliografia ou de um relato. Portanto, grande parte, podemos dizer, do que conhecemos depende do que as outras pessoas contam, escrevem, registram e tornam público. Essa testemunha, segundo a leitura que faz González de Gómez (2007) de Wilson (1983), possui uma autoridade da experiência, ela vivenciou o Pão de Açúcar e compartilha com as outras pessoas sua vivência. Ela está autorizada a falar o que viu, o que sentiu o que vivenciou sobre o Pão de Açúcar, porque ela o conheceu em primeira mão.

No processo dos fluxos de informação que nos fazem conhecer as coisas do mundo "em segunda mão", ou seja, através das informações recebidas de outra pessoa, atribuímos a ela uma autoridade cognitiva. Ou seja, autoridade cognitiva diz respeito à relação informacional entre duas ou mais pessoas onde se reconhece ou se atribui uma autoridade cognitiva a pelo menos uma dessas pessoas o que lhes

confere uma distinção na medida em que essa pessoa deve ser escutada não apenas em seus conhecimentos, mas também em suas opiniões.

Márcia Figueiredo e González de Gómez (2011, p. 91) apresentam alguns apontamentos sobre o conceito de Wilson.

> a. Autoridade cognitiva requer um relacionamento que envolve pelo menos duas pessoas; a autoridade de alguém é reconhecida por aquele individuo, o constitui num especialista, embora outra pessoa possa não reconhecê-lo como tal; é logo uma atribuição social de competência; b. Autoridade cognitiva é uma questão de formação (*degree*), podendo-se ter muita ou pouca sobre o assunto; c. Autoridade cognitiva é relativa à esfera de interesse e experiência de um indivíduo, em algumas questões pode-se falar como autoridade, enquanto que em outras situações pode não ter autoridade nenhuma; d. Autoridade cognitiva implica o exercício de um tipo de influência, que não está relacionada a autoridade administrativa; e. Autoridades cognitivas são aquelas consideradas fontes credíveis de informação.

A autoridade cognitiva não se confunde com autoridades administrativas ou autoridades científicas, apesar de que essas outras autoridades também possam agir enquanto autoridades cognitivas. Esse tipo de autoridade, a cognitiva, está amplamente ligada à um interesse ou experiência do indivíduo em relação a uma temática, o que favorece uma espécie de especialização e visibilidade dentro de um determinado contexto ou de uma determinada comunidade. Essas autoridades, ou seja, essas pessoas reconhecidas como autoridades cognitivas para determinado assunto exercem um poder de *influencer*, quer dizer de influenciar, a partir de suas opiniões, as visões de mundo daqueles que se deixam influenciar ou que estão dominados em seu baixo poder de letramento e competências informacionais de análise e avaliação da informação recebida.

As discussões de González de Gómez (2007) levam-na a propor a noção de “autoridade epistêmica distribuída” para quem as análises da qualidade e da credibilidade da informação deveria levar em conta um novo cenário de produção do conhecimento. Esse novo cenário está pautado na produção de informação em rede, a partir de autorias e atores diversos (Figueiredo; González de Gómez, 2007).

> Como resultado das anteriores reflexões e leituras, acunhamos o termo “autoridade epistêmica distribuída”, para referir-nos as condições e possibilidades de articulação, social e epistêmica, das diferentes culturas de evidência que participam da produção de conhecimento em redes sociais e digitais (González de Gómez, 2007, p. 9).

Em suas conclusões preocupadas com as questões éticas que demandam de uma nova configuração distribuída da formação da informação, que foge às disciplinaridades e normatividades de uma autoridade de campo ou de uma autoridade científica, González de Gómez (2007, p. 11), diz-nos:

> De fato, se nossa reflexão sobre o que denominamos “autoridade epistêmica distribuída” resulta do questionamento da figura de um intérprete preferencial e inapelável que defina **quem** é que conhece o que, a Ética, como reflexão sobre a moralidade, deverá ser considerada a partir da impossibilidade de um “observador ético” onisciente e neutro.

A necessidade de conhecer quem é a autoridade cognitiva que compõe as redes das autoridades cognitivas distribuídas, conforme conclui González de Gómez (2007), para que se possa atestar, verificar ou avaliar a credibilidade e validade da informação deve ser um compromisso ético dos mediadores da informação, ou seja pessoas bibliotecárias, documentalistas, jornalistas, entre outras. Dessa forma, no campo da ética da informação, assim como o fizemos no campo das desclassificações das exomemórias histórico-culturais, justificamos a necessidade de investirmos trabalho de documentação no campo da biodocumentação. Esse trabalho diz quem são as autoridades cognitivas, indicam e guiam as pessoas em direção de autoridades cognitivas genuínas e denunciando documentalmente as falsas autoridades cognitivas.

Sobre esses dois conceitos, temos o trabalho de Thomas Froehlich (2019). O autor descreve um cenário de guerra informacional com problemas de falsas equivalências e de uma instrumentalização política da desinformação para destruir balizas democráticas e fazer proliferar teorias conspiratórias, racismo, sexismo, fascismo, irresponsabilidade climática, entre outros. Em seu texto, Froehlich (2019) diferencia dois tipos de autoridade cognitiva, a saber: a autoridade cognitiva genuína e a pseudo (ou falsa) autoridade cognitiva. Para ele a diferenciação se baseia na credibilidade das pessoas fontes de informação.

> Genuine cognitive authority involves some intellectual assessment about credibility and trustworthiness of the authority. When one thinks of a cognitive authority, one tends to think of a rational process, gathering evidence about whether someone or institution is a real cognitive authority (Froehlich, 2019, p. 129).

Para Froehlich (2019), existem níveis de consciência para que as pessoas possam reconhecer ou não uma autoridade cognitiva, desde a individualidade até as interpretações comunitárias e coletivas. Patrick Wilson (1983, p. 179), citado por Froehlich (2019, p. 130), diz que bibliotecários e profissionais da informação devem ser *authorities about authorities*. Isso quer dizer que essa categoria de profissionais deve conhecer as autoridades pessoais, materiais e institucionais para responder às necessidades informacionais da comunidade a que atende. Seguindo a ideia de enfrentamento de Froehlich (2019), as pessoas bibliotecárias e documentalistas, e, para nós, principalmente, em seus projetos de biobibliografias e biodocumentação, precisam avaliar a credibilidade e a veracidade em que se encontram as informações transmitidas pelas autoridades. O processo de avaliação diz respeito a classificar certa autoridade como uma pseudo autoridade ou como uma autoridade genuína, e a partir disso elaborar estratégias de biodocumentação condizentes com sua classificação.

Se reconhecemos a ideologia como uma categoria de análise relevante da construção das formas de entendermos e significamos o mundo, assim como o papel da linguagem na reprodução, transmissão e transformação dos ideais ideológicos, trataremos agora de trabalhar o conceito de “intelectuais” em Gramsci (1968). Os intelectuais como organizadores da cultura são aquelas pessoas formuladoras das ideias, trabalhadoras do pensamento, porta-vozes dos interesses e das ideologias de sua classe, e, portanto, possuem um papel ético-político crucial no desenvolvimento da consciência de sua categoria para que possam almejar a hegemonia, a grosso modo. Essa noção de intelectuais auxilia-nos a pensar a questão das personalidades, dos sujeitos, das pessoas a quem o agir biobibliográfico deve voltar-se. Ou seja, a categoria das pessoas intelectuais de Gramsci ajuda-nos a refletir acerca dos critérios de reconhecimento, de seleção, das personalidades que devemos biobibliografar nas múltiplas dimensões, manifestações e formações culturais.

A primeira constatação de Gramsci a que devemos fazer alusão é sua universalidade em relação a intelectualidade dos sujeitos, diz-nos ele: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”[68] (Gramsci, 1968, p. 7). Isso quer dizer que todas as pessoas são intelectuais, todas elas pensam e produzem um pensamento intelectualizado sobre as coisas. No entanto, nem todas as pessoas exercem na sociedade a função de intelectuais, nem todas elas estão na função de trabalhar na elaboração intelectual das coisas, em contraposição ao trabalho, digamos, fabril ou braçal. De toda forma, não se pode separar, diz-nos Gramsci (1968), o *homo faber* do *homo sapiens*, visto que toda atividade humana possui um grau de atividade intelectual.

> Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso (Gramsci, 1968, p. 7).

Em sua concepção há a necessidade de elaboração de novos intelectuais diferentes àqueles tradicionais, fundados na eloquência, na persuasão, nos afetos e paixões, experimentados na forma dos jornalistas e literatos de sua época. Os intelectuais modernos devem estar organicamente ligados às classes sociais a que pertencem, devem estar amplamente ligados à vida prática, sem estarem alienados, apartados ou dissonantes dos interesses de sua classe ou das ideologias pertencentes a ela. O intelectual nesses termos atua como uma espécie de dirigente, uma espécie de especialista com funções políticas em relação a sua classe (Gramsci, 1968). Essa personagem social é, portanto, uma organizadora da cultura, da consciência de classe de sua gente.

> Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 1968, p. 9).

[68] A categoria “homem” a que Gramsci faz referência deve ser lida como “humanidade”.

A luta pela hegemonia cultural perpassa pela questão da hegemonia ideológica, ou pela hegemonia do pensamento. Toda classe que deseja assumir uma certa condição hegemônica na sociedade deve tratar de assimilar e conquistar de forma ideológica os intelectuais tradicionais. Essa luta se torna mais rápida e menos custosa na medida em que a classe social em questão produza os seus próprios intelectuais orgânicos. Ou seja, na disputa cultural pela hegemonia, ou ainda pela não-dominação de uma ideologia sobre a outra temos a questão da produção da intelectualidade orgânica, aqueles especialistas na elaboração intelectual que estejam diretamente ligados às classes subalternizadas. Esses intelectuais atuam tanto na organização da consciência de classe dos grupos que representam quanto como porta-vozes e autoridades na luta anti-dominação.

> A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários" (Gramsci, 1968, p. 10).

A filosofia da práxis de Gramsci (1978) assevera nossa condição de sermos sempre coletivos, é a questão da herança cultural que faz-nos sermos quem somos e pensarmos como pensamos. A questão está em qual natureza histórica, quais os processos sócio-históricos, ou sócio-culturais, que contribuíram para a formação do nosso coletivo.

> O começo da elaboração crítica é a consciência do que realmente somos, isto é, um 'conhecer-te a ti mesmo' como produto do processo histórico desenvolvido anteriormente e que deixou em nós uma infinidade de vazios sem estarem inventariados. Mas devemos começar por fazer esse inventário (Gramsci, 1978, p. 11).

Conhecer o contexto sócio-histórico a que estamos submetidos é fundamental para que possamos iniciar a crítica que pretendemos, o "conhece-te a ti mesmo" aforismo délfico-socrático é, nesse campo filosófico, o conhecimento das condições e transformações históricas de que somos pessoas herdeiras. É, também, a ferramenta crítica de organização cultural das comunidades em direção a sua emancipação frente aos processos histórico-materiais de sua dilaceração. Às pessoas intelectuais também interessa dar unidade e socializar o conhecimento para o converter em ações.

> Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’, mas significa também - e especialmente - difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer e, portanto, convertê-las em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. Levar uma massa de homens a pensar coerentemente e de forma unitária o presente real e efetivo é um fato ‘filosófico’ muito mais importante e ‘original’ que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, da nova verdade que se converte em patrimônio exclusivo de pequenos grupos de intelectuais (Gramsci, 1978, p. 13).

As noções de autoridades cognitivas ou epistêmicas, autoridades cognitivas genuínas e intelectuais orgânicos, em diálogo, formam, para nós, um todo capaz de orientar a ação de biodocumentalistas. Há a necessidade de direcionamento dos grupos em direção às pessoas intelectuais orgânicas que em conjunto com sua comunidade projetam suas vozes para dar unidade a um grupo, espécie de identidade, e que expressa e promove preocupações e necessidades genuínas de sua comunidade. De certa maneira, ao biodocumentar essas lideranças, verdadeiras autoridades cognitivas orgânicas, estamos no trabalho ético-político crítico de reprodução e ressignificação das comunidades que compõem o todo social. Queremos dizer que dada a impossibilidade de a todos e todas biodocumentar em um catálogo virtual ou impresso, devemos escolher quais são as pessoas cujos nomes, históricos, bibliografia, legado e experiência constarão em nosso catálogo biodocumentário das lideranças civis vivas do nosso país. Ao tratarmos da comunidade indígena, por exemplo, não seria necessário representar e descrever toda pessoa indígena. O trabalho de guiar, herdado do trabalho bibliográfico, nos remete a seleção das pessoas, das lideranças que incorporam e aglutinam em si, organicamente, interesses, necessidades, vozes e nomes de sua comunidade. Portanto, apesar do sonho alexandrino vivo de representar e descrever todos e todas as pessoas indígenas, vontade genuína e possível de ser impetrado, porém interminável, é mais viável que se represente, descreva, classifique, reproduza e dissemine as lideranças do movimento, como Ailton Krenak e Sonia Guajajara. Esses nomes são como a unidade condensada da comunidade representada, são organicamente representantes de um grupo de pessoas.

7.4 Desenvolvimento de coleções biodocumentárias

O desenvolvimento de uma biodocumentação é a formação de uma coleção de nomes próprios e a partir destes construir uma biodocumentalidade entre estes nomes e informações e documentos. Essa biodocumentalidade está pautada, por certo, à pessoa cujo nome próprio pertence. Na dialética entre nome próprio e pessoa constrói-se a possibilidade de uma coleção de biodocumentos, de reunião de documentos e informações que são atribuídos àquela personalidade. O objetivo é descrever e identificar aquela pessoa, destacar-lhe do restante da população. O conjunto de documentos reunidos dará a sua vida, ou parte da sua vida que se queira enfatizar, um sentido, conteúdo, contexto, construindo para essa personalidade uma espécie de relato biográfico a partir do procedimento de biodocumentação. Esse sentido, esse significado, essa informação que se atribui às pessoas nessa biodocumentalidade é passível de indexação e classificação para que se possa construir classes, categorias em que as pessoas possam ser simbolicamente semantizadas. Todos esses procedimentos devem estar consistentemente amparados por discussões ético-políticas que sustentem as classificações impetradas, tendo em vista que estamos a descrever e classificar documentos e perfis ligados às pessoas, seres humanos. No entanto, o imperativo de contar a história a contrapelo, como nos pede Walter Benjamin (1996), a partir de uma desclassificação da exomemória como sugere García Gutiérrez (2014b), nos convoca à desclassificação a contrapelo das personagens ditas “ilustres” de nossa história social, política, econômica e cultural. Também na medida em que serve pragmaticamente à comunicação efetiva, ao conhecer-se e reconhecer-se a partir dos instrumentos biodocumentários.

Portanto, a biodocumentação também é uma coleção, em que o foco encontra-se na seleção dos nomes próprios que comporão as listas, os dicionários, os catálogos, os memoriais, os portais, os sistemas de informação pessoais que queiramos construir. A seleção dos nomes próprios implica, por sua vez, em uma política de seleção em que os critérios de seleção estejam explicitados para guiar o processo biodocumentário.

> Assim, ao menos potencialmente, o bibliotecário interfere na vida de inúmeras pessoas. Quando um simples ato profissional define o universo de informações a que um grupo de usuários terá acesso, pode-se dizer que o bibliotecário detém o poder (Vergueiro, 2010, p. 5).

O poder de selecionar, assim como o poder de classificar, nomear, é exercido pela pessoa profissional da documentação na medida em que por decisões políticas escolhe aquele ou aquela pessoa que constará nos instrumentos biodocumentários que irá construir, atraindo visibilidade positiva ou negativa para determinadas personalidades. Assim como Waldomiro Vergueiro (2010), ao falar dos processos de seleção de materiais de informação, estabelece que essas políticas devem ser construída não apenas pelas pessoas profissionais de bibliotecas, mas em conjunto com a comunidade a ser atendida, vislumbramos aqui a possibilidade de uma política de seleção biodocumentária sendo construída organicamente com a comunidade a ser representada. Aqui, também, de forma crítica, acreditamos na necessidade, porém, dessas pessoas profissionais conhecerem essa comunidade e as pessoas usuárias potenciais desse tipo de informação.

Conforme estabelece Vergueiro (2010, p. 9), concordamos com a perspectiva de que “a atividade de seleção não é realizada no vazio, mas efetuada dentro de um determinado contexto sociocultural, com tensões, ambivalências, disputas e negociações”. No entanto, não há como escapar da seleção, a pessoa profissional em documentação não pode se eximir da responsabilidade ética, política, histórica, cultural e social de realizar seleções e classificações de acordo com as políticas biodocumentárias que venha estabelecer em conjunto com sua comunidade alvo, bem como da necessidade de representação e classificação, para nós, com uma perspectiva crítica da realidade. A biodocumentalidade, ou seja, o conjunto de informações e documentos que relacionamos entre si para construir um relato biográfico, ou ainda biodocumentário, das personalidades, influenciam diretamente na seleção desta pessoa para o conjunto de biodocumentário que estamos a construir. Alguns critérios como qualidade, credibilidade, completude e precisão dos biodocumentos reunidos impactam diretamente na biodocumentação que se constrói. Os sentidos, as passagens, as experiências, as atuações, as obras e os legados que constróem a imagem que temos desta ou daquela pessoa influenciam na escolha ou não escolha de seu nome próprio e, portanto, da sua figura para

construção de determinada classe ou categoria de pessoas. Esses critérios devem ser construídos e discutidos junto à comunidade a ser representada e devem atender aos objetivos informacionais, comunicacionais, éticos, políticos, históricos e culturais a que se pretende a fonte de informação biodocumentária a ser realizada.

Vergueiro (2010) expõe em seu trabalho as disputas que são travadas na composição de um acervo bibliográfico. A política de seleção é elemento de suma importância para garantir “a manutenção dos critérios além da permanência física dos profissionais responsáveis pelas decisões” (Vergueiro, 2010, p. 69). Também a política garante transparência entre as decisões da pessoa que seleciona e a comunidade. Para ele:

> Em suma, um documento formal de política de seleção justifica-se por seu caráter:
> *administrativo*, com a finalidade de garantir a continuidade dos critérios além da presença física de seus elaboradores;
> *de relações públicas*, ao tornar a biblioteca simpática aos olhos da comunidade; e
> *político*, ao proporcionar um instrumento para resistência ou gerenciamento dos conflitos e pressões em torno da coleção (Vergueiro, 2010, p. 71).

A partir de uma revisão daquilo que foi exposto nesta tese, do ponto de vista político, cultural, social, histórico e ético dos nomes próprios e das biografias classificadas e descritas em processos biobibliográficos e biodocumentais, resta-nos trabalhar por uma tomada de posição por parte das pessoas profissionais da organização do conhecimento, da informação, ou do documento, clara em relação aos critérios, aos compromissos e aos objetivos adotados em seu trabalho. Ou seja, há de se esperar que o trabalho em Biobibliografia e biodocumentação esteja apoiado em uma política de seleção que expresse claramente os critérios de notoriedade de dado conjunto de pessoas. Espera-se, fundamentalmente, que esses critérios estejam em concordância com as perspectivas críticas e orgânicas de transformação do mundo desigual, ainda que em relação às desigualdades documentárias, em que vivemos em prol de uma biodocumentalidade revolucionária.

Noções como “avalanche de informação” ou “explosão bibliográfica” já foram amplamente utilizadas em Biblioteconomia e Ciência da Informação como metáforas para o crescimento exponencial da informação disponível. A revolução do impresso

de Gutemberg pode assemelhar-se ao cenário informacional atual, não em proporção quantitativa mas de impacto sócio-político. No entanto, o cenário atual, como descreveu Froehlich (2019), inspira maiores preocupação tendo em vista o caráter político, estratégico e planejado da desinformação para abalar sistemas democráticos e fazer avançar ideias neoliberais de exploração e dominação do trabalhador, bem como de ideias reacionárias e conservadoras em direção a preconceitos e marginalizações arraigadas historicamente e culturalmente. No entanto, aqui propomos, como meio de reflexão e de dar uma direção às práxis biodocumentárias, um retorno à missão da pessoa bibliotecária, e podemos dizer documentalista ou pertencente às transdisciplinaridades da Organização do Conhecimento, proposta por Ortega y Gasset (2006).

A missão da pessoa bibliotecária é posta em três níveis por Ortega y Gasset (2006). A primeira de suas tarefas diz respeito à demasiada quantidade de livros produzidas, em que ele propõe a bibliografia seletiva como uma espécie de solução a ser desenvolvida pela pessoa bibliotecária. Trazendo a questão para o mundo contemporâneo das avalanches de informação que circulam em um fluxo digital frenético, podemos dizer que a bibliografia seletiva proposta por Ortega y Gasset (2006) continua necessária. Ordenar e organizar a informação nas redes da web torna-se imperioso com o cenário de *infowar* que fala Froehlich (2019). Mesmo trabalhando em um recorte especializado de informações a serem lidas, “acompanhadas” nas redes, já seria um trabalho quase impossível sem ferramentas bibliográficas que nos auxiliem a reunir e recuperar o conjunto adequado de informações que desejamos.

A partir de uma perspectiva biobibliográfica ou biodocumentária também os perfis se proliferam em demasia nas redes sociais, são muitos os *influencers*, com seus nomes, suas fotos, suas narrativas autobiográficas e suas publicações, compartilhamentos, impulsionamentos, reações e outras formas de opinar ou marcar posição acerca de alguma temática na rede social, por exemplo. Também proliferam os controles digitais dos indivíduos, grandes bancos de dados de pessoas, como, por exemplo, o Gov.br no âmbito do governo federal brasileiro, o Orcid e o Lattes para a comunidade científica internacional e nacional, respectivamente. São muitas as listas, cada vez mais abrangentes e detalhadas, que concorrem à

biodocumentalidade dos sujeitos. Para nós, atualizando os passos de Ortega y Gasset (2006), a primeira preocupação biodocumentária está justamente em produzir biobibliografias ou biodocumentações seletivas. Ou seja, promover na lógica desses sistemas de organização da informação pessoal avanços técnicos dos processos de descrição e classificação para que se possa recuperar seletivamente, ou seja, que se possa selecionar de forma precisa o conjunto de pessoas desejadas.

A segunda indicação da missão que nos lega Ortega y Gasset (2006) diz respeito à qualidade da informação produzida, diz ele: “muitos deles são inúteis ou estúpidos, e sua existência e conservação constituem um lastro a mais para a humanidade” (Ortega y Gasset, 2006, p. 43). Não basta que a seleção seja com base apenas em critérios de descrição física do livro, em critérios bibliológicos, digamos assim, é necessário que se classifique os materiais informacionais, os documentos, de acordo com seu caráter qualitativo. Para Ortega y Gasset (2006, p. 43), “o excesso e a escassez de livros têm a mesma origem: a produção se faz sem governo, abandonada quase totalmente à espontaneidade do acaso”.

A crítica de Ortega y Gasset (2006) no universo literário bibliográfico diz respeito a uma certa perda de espaço da figura pública da pessoa editora e de suas responsabilidades éticas, políticas e culturais, sendo substituída pelo editor empresário capitalista com compromisso primeiro com o lucro. Queremos dizer, a responsabilidade da pessoa editora em garantir, avaliar e criticar a qualidade do texto publicado perde seu status público na medida em que outros instrumentos de publicação sem regulamentação aparecem em nome de uma falsa noção de liberdade. Podemos citar aqui a título de exemplo, as plataformas de autopublicação que em seus discursos ideológicos prometem à autoria uma publicação mais barata, autônoma e livre das burocracias de uma casa editora ou de um profissional editor. Outro fator preponderante para a construção do cenário que temos hoje de produção em massa de informações falsas, fora de contexto ou inúteis é a falta de regulamentação das *big techs* de informação, como Google, Facebook, Instagram, Tiktok, X (antigo Twitter) entre outros. A falta de regulamentação deixa as cadeias de produção e circulação de informação digital sem os necessários filtros que coibiriam o fenômeno.

> E que não se venha com a bobagem de que tal organização seria atentatória à liberdade. A liberdade não surgiu no planeta para garrotar o senso comum. Porque alguns quiseram empregá-la com essa finalidade, porque pretenderam dela fazer o grande instrumento da insensatez, é que a liberdade está atravessando no mundo um mau momento. A organização coletiva da produção de livros nada tem a ver com o tema da liberdade, como nada tem a ver ele com a necessidade que se impôs de regulamentar o trânsito nas grandes cidades. Além de tudo, essa organização - dificultar a edição de livros inúteis ou tolos e promover a de determinadas obras cuja ausência é prejudicial - não precisaria ter caráter autoritário, como não o tem a organização interna dos trabalhos em uma boa academia de ciências (Ortega y Gasset, 2006, p. 44-45).

Fazendo a transposição do objeto livro para o objeto pessoa biodocumentada, podemos continuar utilizando o exemplo dos perfis nas redes sociais. Nas regulamentações das redes há de se estipular punições para as próprias empresas que não agem contra a produção e circulação de informações falsas bem como para perfis que produzem esse tipo de informação. Os chamados *influencers* que se utilizam de sua visibilidade para disseminar desinformação devem também serem punidos, na medida em que ao se tornarem figuras públicas assumem a responsabilidade ética com os efeitos públicos da informação que disseminam. A pessoa biodocumentalista deve estar atenta à devida classificação desses perfis, não tentando escondê-los ou apagá-los mas desclassificá-los, ou ainda classificá-los de acordo com aquilo que eles são verdadeiramente, falsas autoridades cognitivas.

> Boa parte dos terríveis problemas públicos hoje existentes procede do fato de a cabeça do homem comum estar abarrotada de ideias recebidas por inércia, compreendidas pela metade, desvirtualizadas - abarrotada, portanto, de pseudo-ideias. Nesta dimensão de seu ofício imagino o **futuro bibliotecário como um filtro** que se interpõe entre a torrente de livros e o homem (Ortega y Gasset, 2006, p. 46, grifo nosso).

Em meio ao grave cenário de desinformação, de produção em massa de informação, o bombardeamento informacional a que somos submetidos cotidianamente, há uma parcela considerável de perfis, de nomes próprios, de relatos de vida e biodocumentos que nos são apresentados. *Outdoors*, bustos, fotografias, retratos, logradouros, perfis das redes sociais, notícias, reportagens, escândalos, constantemente apresentam para nós uma pessoa ou mais, são biodocumentados com um ou mais nome próprio. Isso produz para a população um

conjunto virtual ou material de nomes próprios a serem constantemente reproduzidos, pessoas políticas eleitas, candidatas, autoridades religiosas, familiares, lideranças comunitárias, autorias em evidência, influenciadores digitais, cientistas, empresárias de sucesso, enfim, diversas categorias de pessoas. Uma das formas de exercermos a biodocumentalidade é justamente filtrar, como expressa Ortega y Gasset (2006) sobre os livros. Com base em uma perspectiva crítica da realidade e do mundo, nossos trabalhos biodocumentários devem diferenciar autoridades cognitivas genuínas de falsas autoridades cognitivas, deve filtrar as falsas autoridades ao mesmo tempo que as classifica como falas e não legítimas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das facetas desta tese altamente passível de crítica é sua limitação referencial em torno de pesquisas e pesquisadores, em sua maioria europeus ou de vertentes dessa região. O que pode ser um ponto de partida para pesquisas futuras, a análise da Biobibliografia, dos saberes, das práticas e dos produtos desta, a partir de contextos e teorias não hegemônicas.

A presente pesquisa buscou formular um pensamento biobibliográfico / biodocumentário no contemporâneo, a partir das noções de nome próprio e biografia em diálogo com os saberes e reflexões da Organização do Conhecimento e sua epistemologia histórica. Ou seja, o objetivo principal foi construir para o campo da Organização do Conhecimento a noção de “saberes e práticas para organização (seleção, descrição, classificação, indexação, recuperação e circulação) de documentos e informações acerca da vida das pessoas através de seus nomes, de suas biografias, de suas existências, de seus legados e de suas obras na forma de uma fonte de informação biográfica”, que chamamos “Biodocumentação”. Seus produtos se apresentam de diversas formas e formatos, podem ser gerais ou especializados, individuais ou coletivos, restritos geograficamente ou não. Essa noção está intimamente enraizada no conceito de “Biobibliografia”, esta já consolidada no campo, filiada à Bibliografia e restrita à figura das autorias.

O referencial teórico foi construído de forma estratégica para discutir a relação das fontes de informação biográficas, e suas organizações informacionais, ou seja, para nós, produtos de uma biodocumentação, e a sua ação de representar e propagar uma imagem no e para o mundo das personalidades que deveríamos conhecer. Para tanto, discutimos, de forma pontual, noções como “ideologia”, “linguagem”, “desclassificação” e “exomemória”. Como nossa questão de fundo, a biodocumentação, se relaciona diretamente com uma noção de “pessoas notáveis”, pessoas a serem documentadas, buscamos no conceito de “intelectuais orgânicos”, “autoridade cognitiva” e “autoridade cognitiva genuína” uma espécie de figura modelo, tanto pela via política quanto pelos caminhos já trilhados pela Organização do Conhecimento, em que a Biodocumentação pudesse mirar. Ou seja, uma espécie de perfil desejado para compor o quadro biodocumentário para onde a biodocumentação deve guiar suas pessoas leitoras.

Outros conceitos trabalhados como referenciais teóricos são documentação, documento, documentalidade e neodocumentação. Com eles, buscamos apresentar um plano sólido para discutir os dispositivos biodocumentários que se apresentaram na seção primária “Da práxis biodocumentária” -, esses conceitos foram as lentes teóricas, escolhidas de forma propositada para o debate e a argumentação pretendida. Eles deram origem ao que chamamos de biodocumentação, biodocumento e biodocumentalidade.

Dessa forma, outros conceitos possíveis e, sem dúvida, relevantes para a discussão pretendida restaram de fora desta nossa seleção, como os de “regime de informação”, “dispositivo de informação”, “biopolítica” e “biopoder”, por exemplo. Justificamos a ausência desses e de outros não citados, pela necessidade de delimitar este estudo, dadas as condições em que este se desenvolveu. Também sentimos falta de maiores aprofundamentos de alguns conceitos tratados na pesquisa, não que tenham sido tratados de forma superficial, mas tendo em vista a diversidade de pensamentos e teorias que compõem o quadro nocional de cada conceito trabalhado, esta pesquisa se tornaria demasiado extensa e com discussões em sua grande maioria já consolidadas no campo. É assim que se dá em conceitos que muito contribuem para o nosso quadro de pensamento e que foram encarados como noções pacificadas, como Competências Crítica em Informação, Fontes de Informação, Dispositivos de Informação, Cultura informacional, entre outros. Uma das propostas a partir desta tese elencada a seguir tenta minimizar esse déficit, ao propor pesquisas mais especializadas em cada uma dessas perspectivas no futuro.

Em resumo, esta tese constatou em sua trajetória de pesquisa a existência de uma cultura documentária da pessoa através de seu nome próprio, de dados e informações constantes em relatos biográficos. Essa cultura incorporou ao longo da sua história elementos como a fotografia, o *hiperlink*, os perfis de redes sociais, a escrita compartilhada em rede, como podemos verificar nas explorações impetradas. A essa cultura de organização de documentos e informações sobre as pessoas com múltiplas finalidades e contextos chamamos de biodocumentação, dispersa em diferentes fontes de informação, desde a orelha do livro até os grandes portais biobibliográficos, deste as Vidas Ilustres até os portais Inumeráveis ou Memoráveis.

Nas múltiplas instâncias analisadas o que se repete, o que inicia sempre essa materialidade documental acerca das pessoas autoras ou não autoras é o nome próprio, o antropônimo. Sobre ele, concluímos que ele não é algo neutro, simples dedo indicador a apontar para uma pessoa, ele não é um elemento passivo puramente referencialista. Como estamos vendo desde a seção introdutória, o nome próprio produz em nós sentimentos bons ou ruins, ele provoca, portanto, é certo dizer que o antropônimo quando conhecido por nós está carregado de sentidos. Nossas considerações dizem respeito a níveis de conhecimento e sentido diferentes. Partindo do princípio dialético que a individualidade sempre está apoiada no coletivo, no social, nas interrelações contextuais que nos cercam, há sempre uma disputa, histórica, política e cultural acerca do nome próprio que alcança níveis superiores de publicização. Uma pessoa pouco conhecida terá seu nome pouco conhecido por consequência, o que não impede que ao longo de sua vivência no e com o mundo, as pessoas a sua volta (família, amigos, colegas de trabalho…) a partir de um certo conjunto de princípios ético-morais e culturais mais ou menos locais ou regionais atribuam a ela um certo sentido, um certo valor, e aí poderíamos falar de uma economia simbólica dos nomes próprios.

Se por outro lado o nome alcança um nível público maior, ou seja, uma liderança política nacional, por exemplo, esse nome é conhecido por mais pessoas e a disputa pelo significado, pelo sentido, daquele nome próprio se intensifica. Os significados se multiplicam na medida em que a população não possua unidade de pensamento. A interpretação dos relatos biográficos construídos para essa pessoa passa a ter valores diferentes a depender dos contextos e dos grupos que o interpretem. O nome próprio em sua dialética faz interligar-se referência, visto que ele evoca/substitui a figura, a imagem, o corpo mais a trajetória de vida, e sentido, visto que ele carrega consigo o conjunto de sentidos que atribuímos à pessoa.

O nome próprio é a transposição da vida e do corpo, da pessoa, para o mundo da linguagem, do simbólico. É através dele que podemos atribuir descrições, podemos atribuir informações e documentos a alguém. O processo de biodocumentação, portanto, fará justamente a organização do conhecimento, da informação e dos documentos a fim de dar referência e significado a este ou aquele nome próprio que se deseje biodocumentar. Os biodocumentos, por sua vez, são

todo e qualquer artefato documental que se possa atribuir a alguém para compor sua história de vida, uma fotografia, uma canção, uma filmagem, um depoimento de terceiro, uma notícia de jornal sobre a pessoa, uma notícia de jornal que não cita a pessoa, mas que noticia um acontecimento importante para sua vida, um endereço onde a pessoa trabalhou, ou morou, ou nasceu, ou morreu, um texto publicado, um poema escrito e publicado postumamente, certificados, diplomas, títulos honoríficos, prêmios, atos de posse e/ou de nomeação, biografias, autobiografias, ou seja, qualquer tipo de registro que ajude o biodocumentalista a compor o quadro da vida de uma pessoa.

Falamos do nível de conhecimento do nome próprio, pessoas mais ou menos conhecidas, mas outros níveis observados na pesquisa são importantes de serem tratados a títulos de conclusão. Primeiro, a dialética entre o sentido que o indivíduo, novamente, sempre intermediado pelo coletivo e pelo contexto, atribui ao nome próprio em questão. Em um nível mais mentalista, mas mesmo assim mediado pelo social, o indivíduo pode ter tido algum tipo de desavença com a pessoa em questão e por isso, para ele, aquele nome próprio terá sentidos outros, que pode não corresponder ao consenso mais ou menos generalizado por uma comunidade interpretante. No entanto, este é um nível menor, em que a biodocumentação pode também trabalhar, na medida em que trabalha os sentidos atribuídos por uma pessoa a outras pessoas. Porém, na medida em que o nome próprio passa a ser popularizado, queremos dizer, começa a ganhar materialidade na linguagem viva, ele começa a ser dito e repetido nas comunicações públicas, ele passa a ser conhecido por uma comunidade de comunicação, ele começa a deixar registros, começa-se a produzir uma massa documental sobre aquela pessoa, entrevistas, biografias, notícias, acontecimentos, bibliografia, entre outros. A esses rastros documentários do nome próprio é que, preferencialmente, a biodocumentação deve se debruçar para dar unidade aos biodocumentos que podem ser organizados com a finalidade de ordenar com a comunidade de sentido a sua volta os sentidos atribuídos aos nomes próprios que possuem caráter público, transformador e socialmente válido. A pessoa biodocumentalista se torna portanto uma espécie de profissional intelectual orgânico na medida em que a partir de sua técnica de biodocumentar, essa profissional organiza ao tempo que guia em conjunto com a comunidade as disputas de sentido atribuídos a essa ou aquela personalidade.

A biodocumentalidade está na construção de uma rede de nomes próprios. Na medida em que nomes próprios já possuem em si mesmos um conjunto de descrições que dialeticamente produzem sentido e referência, podemos classificar os nomes próprios a partir de suas descrições. Essa organização gera para nós uma lista virtual ou impressa de nomes próprios a serem classificados, classificar, como vimos, é um processo de nomeação, portanto, ao classificar, ao evidenciar uma ligação entre um conjunto de nomes próprios estamos nomeando um grupo, nomear significa dar sentido. Vimos durante as discussões desta tese que a história biobibliográfica e biodocumental dispersa em diferentes tipos de fontes de informação, desde os dicionários biográficos até as biobibliografias, ideologicamente produziu a partir dos seus processos de representação e classificação a classe das “pessoas ilustres”, geralmente líderes políticos, militares ou religiosos. É ideológico porque ocupar um cargo não confere automaticamente um caráter de notoriedade às pessoas. Vejamos quantos reis e rainhas hoje restam esquecidos por nós, quantos políticos passam décadas nas câmaras legislativas sem alcançar nenhum tipo de notoriedade. Notoriedade para nós tem a ver com feitos notórios, feitos a serem seguido, feitos de coragem, a partir de uma ética e de uma moral específica. O simples fato de se ocupar uma cadeira não confere ilustração a alguém. Pode ser que aquela pessoa seja relevante para contarmos a história de uma país, o que não quer dizer que ela seja uma pessoa iluminada ou ilustre, isso dependerá da comunidade de interpretação. Vejamos, por exemplo, um caso de nossa história política recente, não se pode contá-la sem falarmos daquele que atacou as instituições, daquele que falou contra as vacinas, daquele que está envolvido em escândalos de corrupção, daquele que tentou instrumentalizar a Polícia Federal, o que não faz dessa pessoa uma pessoa ilustre para nossa interpretação crítica da realidade.

No entanto, à biodocumentalidade, produzida nos processos de biodocumentação, compete nomear de forma crítica os grupos de pessoas que ela produz. Os critérios de seleção das pessoas que compõem o acervo biodocumental de certa fonte de informação ou catálogo biodocumentário já indica a classe e, portanto a classificação, o recorte, que se deseja fazer.

A pesquisa, portanto, avançou em questões conceituais e históricas acerca da Biobibliografia, reunindo e apresentando teorias dispersas e sem unidade. A partir disso propôs-se o conceito de biodocumentação com vista a ampliar o foco na pessoa autora para outras categorias carentes de uma perspectiva biodocumentária. Debateu-se de forma crítica a necessidade de uma discussão ético-política dos critérios de filtragem e seleção das personagens biodocumentadas.

- A quem devemos biodocumentar?

A respeito dos processos de seleção das personalidades, ou seja, a quem os processos biodocumentários deveriam mirar, constatou-se que as memórias biográficas, ou ainda, que os nomes próprios que circulam entre nós e integram o cenário simbólico cotidiano, são ideologicamente escolhidos para que se possa reafirmar um certo “modelo e padrão de vida a ser vivida e buscada” para a população dominada, parte simbólica da disputa pela hegemonia cultural.

A pesquisa constatou que há uma corrente filosófica acerca dos nomes próprios que garante que esses elementos lexicais não são meramente referenciais, mas que eles carregam consigo certo significado. O significado dos nomes próprios é composto a partir das descrições possíveis à pessoa cujo nome próprio se refere. Esse significado, porém, não é único para todas as pessoas ou grupos sociais que se deparam com determinado nome próprio na fachada de um prédio, por exemplo. Pelo contrário, o estudo impetrado sobre os nomes próprios demonstrou que o significado de um nome próprio, e mesmo as descrições a ele atribuídas, interpretação da biografia de alguém, varia de acordo com cada grupo cultural, sócio-econômico ou de espectros ideológico-políticos diferentes. Isso quer dizer que a própria condição de notoriedade de uma pessoa pode ser confirmada ou negada, em maior ou menor grau, a depender do estrato social que o avalie. Se considerarmos, portanto, a luta simbólica ideológica e homogeneizante em que vivemos, não será difícil concluir que aquilo que esses repertórios, esses logradouros, monumentos, livros, entre outras instâncias sócio-culturais chamam de “ilustres” é na verdade um grupo de pessoas que a elite dominante culturalmente, economicamente e politicamente em um determinado contexto elege como ilustre. Não há nessa escolha, de um lado ou de outro, um caráter de unanimidade ou de

objetividade pura indiscutível, são recortes operacionalizados pela ideologia que os donos do poder de nomear impõem.

Sendo assim, analisamos categorias gerais de pessoas a partir de uma perspectiva política, epistemológica e cultural, que julgamos dialeticamente interessantes para o objetivo político que admitimos para nossos estudos e atuações biobibliográficas, foram elas as categorias dos “Intelectuais Orgânicos”, “Autoridades Cognitivas” e “Autoridades Epistêmicas”. Na medida em que trabalhamos essas categorias passamos a defender uma maior apropriação delas na concepção seletiva dos processos de biodocumentação, principalmente em contextos macro, como o da ciência e sua divulgação, dos movimentos sociais e outros contextos em que se possa estabelecer um grau de liderança, de reconhecimento pelos pares ou outros critérios que estabeleça um nível hierárquico entre os indivíduos da comunidade. Mas, também, por outro lado, na perspectiva das “pedrinhas miudinhas” nos contextos micro, da história familiar, ou de pequenos grupos e comunidades, onde pessoas ditas “comuns” desempenham um papel de notoriedade, mesmo não cumprindo os requisitos de um intelectual orgânico ou de uma autoridade cognitiva, mas de uma figura de relevância para aquela comunidade, cuja memória é compartilhada e revivida, oral ou documentalmente.

A depender do contexto e do objetivo da biobibliografia ou do repertório biodocumental que desejamos construir, devemos sempre refletir criticamente sobre os efeitos que aquele repertório irá causar nos processos de nomeação das pessoas e da realidade que nos cerca, ou seja, dos efeitos simbólicos de representação e construção do mundo que estamos operacionalizando. Se nossos critérios de seleção politicamente e culturalmente relevantes, se são inclusivos, se estão produzindo uma relação de exomemória biográfica com histórias de vida que remetam aos valores necessários ao progresso histórico almejado. Em suma, o cuidado com os nomes próprios que vamos listar e qual a classificação (representação) ou nome pelo qual vamos indexar esse conjunto de pessoas influencia diretamente na concepção de mundo que estamos exteriorizando e que os leitores e usuários desses repertórios vão acessar e a seu modo vão processar através da leitura.

No processo dialético da biodocumentalidade entre o filtrar as personalidades a serem biodocumentadas e a ação de biodocumentar personalidades selecionadas, temos a decisão política da pessoa biodocumentalista. Para que direção, para que pessoa, grupos de pessoas e multidões quero direcionar o público de pessoas leitoras de uma determinada fonte de informação biobibliográfica ou biodocumental a ser desenvolvida? Essa questão traz em si o conceito dialético entre filtrar e selecionar, dada a impossibilidade de um direcionamento universal a todos os perfis de uma rede social, por exemplo, visto que isso não seria um serviço documentário válido. A biodocumentação se faz eficiente na medida em que produz uma documentação que selecione certos perfis desejados a partir de uma política de seleção. Na medida em que escolhemos aqueles que serão circulados, ou seja, as personalidades que serão evidenciadas, visibilizadas e reforçadas pelos processos biodocumentários, estamos, dialeticamente, escondendo outras. No entanto, a questão simbólica da desclassificação das exomemórias biodocumentárias deve ser repensada não na direção da exclusão, mas da ressignificação, da reclassificação, da reapresentação desses nomes, de suas descrições, de suas interpretações, classificações e indexações.

A seguir apresentamos na forma de tópicos sínteses conclusivas de nossas discussões.

- Resumo conclusivo desta pesquisa-tese

a. A Biobibliografia é em sua perspectiva histórica um saber, uma arte, uma técnica, uma formação discursiva, assentada na transdisciplina da Organização do Conhecimento. Ela está intimamente ligada às epistemologias e historicidades do campo disciplinar da Bibliografia, em que, consagradamente, a biografia e a bibliografia de pessoas autoras são reunidas em uma mesma fonte de informação. Ou seja, conclui-se que a Biobibliografia reúne gestos bibibliográficos em que a autoria, sua trajetória de vida, sua obra e seus textos biográficos, é o principal critério de seleção e objeto a ser descrito, classificado e recuperado através de seu nome próprio;

b. Nossa perspectiva histórico-epistemológica aponta a Bibliografia enquanto solo epistemológico de onde a Biobibliografia surge. Como demonstrado na pesquisa, por vezes, historicamente, gestos biobibliográficos e bibliográficos se confundem, são gestados em uma mesma fonte de informação, em um mesmo projeto de Organização do Conhecimento. Essa sobreposição não deve ser entendida como sobreposição hierárquica de importâncias ou valor de uma ou de outra perspectiva. Mas, a pesquisa considera que, a nível de conhecimento histórico-científico deve-se evidenciar a diversidade que o gesto bibliográfico apresenta no decorrer de seu desenvolvimento em suas múltiplas possibilidades para o contemporâneo informacional;

c. Constatamos a produção ideológico-simbólica-documentária de categorias de pessoas, onde a classificação de perfis são postos de forma valorativamente hierárquica. É o caso, por exemplo, da classe dos notáveis construída discursivamente através da documentalidade das fontes de informação biográficas. Evidenciamos ainda que esses recortes estão ligados às características ideologicamente valorizadas em um contexto histórico-social dado. Ou seja, são os critérios adotados pelas classes dominantes, as elites econômicas, políticas, religiosas, culturais e intelectuais. Da mesma forma, a pesquisa apresenta uma alternativa de ação crítica ao propor uma desclassificação dessas categorias, apontando outras formas de descrição, de gestos biobibliográficos que adotam critérios de seleção críticos;

d. Propomos o conceito de Biodocumentação como espécie de alargamento da perspectiva biobibliográfica, focada na noção de autoria, presente na transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento. Não há aqui vinculação ao discurso histórico-epistemológico defendido por alguns teóricos e historiadores do campo, no sentido de um avanço técnico em relação à Biobibliografia. A escolha do termo, conforme explicitado anteriormente, refere-se a uma expansão, que não é teórica, mas de domínios de aplicação. A Biodocumentação não se restringe à categoria das autorias, ela pode ser aplicada a qualquer categoria de pessoas que se deseje (pessoas operárias, lideranças políticas, pessoas que utilizam o serviço de uma determinada

biblioteca, pessoas do Cadastro Único, *babalorixás* e *yalorixás* do Candomblé Ketu carioca, entre outras);

e. A Biodocumentação é saber e prática no âmbito da Organização do Conhecimento que busca selecionar, colecionar, descrever, classificar, indexar e disseminar documentos para construção de uma representação biográfica de uma pessoa ou de um agrupamento de pessoas, que podem estar juntas ou dispersas no tempo e no espaço;

f. A pesquisa entende o nome próprio como elemento essencial para a construção dessas biodocumentalidades, em seu poder de identificação, representação e descrição das pessoas em sua dialética de informar sentidos diferentes a uma mesma pessoa a depender da comunidade ou do sujeito interpretante. Ou seja, a pesquisa aponta o nome próprio como ponto de interseção entre variados documentos e informações que juntos constroem uma representatividade para cada pessoa. Por isso, a construção do nome próprio, a partir dos processos biodocumentários em Organização do Conhecimento, resumem o gesto da Biodocumentação. A pesquisa conclui, ainda, que essa “costura”, seleção e ordenamento dos documentos e informações utilizados para descrever um nome e, dialeticamente, uma pessoa postula mais que descrições, ela apresenta sentidos, significados, à pessoa, seu nome e sua trajetória;

g. Concluímos que é possível e necessária uma investida ético-política crítica no direcionamento das práticas biodocumentárias e biobibliográficas, já existentes de forma embrionária, como demonstrado, por parte das pessoas profissionais da Organização do Conhecimento - pessoas bibliotecárias, arquivistas, documentalistas, museógrafas, entre outras. A pesquisa demonstra que já existe na transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento métodos, sistemas, códigos e modelos que contemplam a perspectiva de descrição de pessoas. Nossa conclusão é que esses instrumentos de organização do conhecimento devem ser ressignificados eticamente e politicamente com vistas em uma perspectiva crítica. Não se

pode sustentar, em uma ação consciente, de desvelamento, por parte da Organização do Conhecimento a falácia de um trabalho neutro e imparcial. Este discurso é ideológico no sentido que lhe atribui Marilena Chauí, esconde que, na verdade, o que se faz é uma reprodução das ideias e da visão de mundo dos dominantes. Concluímos, dessa forma, em uma transformação radical dos gestos, dos critérios de seleção, das representações e classificações construídas.

- Contribuições desta tese para o campo transdisciplinar da Organização do Conhecimento e para as ciências em geral:

a. A pesquisa contribui para o aprimoramento do conceito e da história da Biobibliografia dentro e fora da transdisciplina da Organização do Conhecimento;

b. Contribui para evidenciar uma especialização da Bibliografia, na medida em que diferencia o saber e a técnica biobibliográfica, destacando-a como objeto de estudo da Organização do Conhecimento;

c. Colaboramos, também, ao propor um novo conceito à transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento. A noção de Biodocumentação, ao diferenciar-se da perspectiva autoral da biobibbliografia, estabelece novo campo de estudo e atuação para a comunidade da Organização do Conhecimento;

d. A perspectiva crítica, acerca do papel da Organização do Conhecimento frente aos cenários contemporâneos de informação nesta pesquisa, favorece as discussões ético-políticas em diferentes questões debatidas por essa comunidade do conhecimento científico;

e. A trajetória histórica percorrida pelo estudo, da biobibliografia à biodocumentação, de Trithemius ao Portal Inumeráveis, auxilia na atualização

e (re)inserção, ou (re)posicionamento, dos estudos em Organização do Conhecimento no cenário informacional, documental e bibliográfico contemporâneo;

f. Ao trabalhar conceitos pouco debatidos e propor outros novos para gestos de Organização do Conhecimento, bibliográficos e/ou documentais, a pesquisa auxilia essa transdisciplinaridade e sua comunidade no aprimoramento e padronização de seu vocabulário técnico-científico.

■ Propostas de estudos e pesquisas futuras a partir desta tese:

a. Propomos que sejam aprofundados os estudos das diferentes formas que a Biobibliografia se apresenta para nós no mundo escrito, seja a partir de publicações bibliográficas, dos nomes próprios que nos cercam nos diferentes cenários cotidianos ou nos dispositivos digitais que cada vez mais dominam o nosso agir no mundo;

b. Produção de modelos, códigos e linguagens para padronização da representação biodocumentária de pessoas;

c. Aprimoramento de uma metodologia biodocumentária, ou seja, de procedimentos práticos, de preferência na forma de um manual, para que se possa construir dispositivos biodocumentários com certa facilidade;

d. Além das formas de apresentação, propomos, igualmente, que sejam aprofundados a partir de variadas concepções e ferramentas de análise conceitual os efeitos simbólicos e as relações de poder, positivos e negativos, da biodocumentalidade em contextos distintos;

e. Da mesma forma, acreditamos ser necessário o ensino prático de Biodocumentação (como organizar dicionários, portais digitais e memoriais biodocumentários, quais metadados utilizar entre outras questões) para

> profissionais direta ou indiretamente interessados, como historiadores, sociólogos, etnólogos, administradores, entre outros, pode contribuir para uma maior e melhor performance desses dispositivos informacionais.

Dos muitos poderes do nomear preocupamo-nos antes, nesta pesquisa, com o poder do próprio nome próprio. Os nomes próprios que identificam as pessoas são os mesmos utilizados para transpor dialeticamente a pessoa para o universo discursivo. No cenário das disputas simbólicas os nomes próprios são uma espécie de marca, de capital, de pacote onde informações, documentos, enunciados, descrições, adjetivos, imagens e sentidos se unem para representar e construir a representação de pessoas. A documentalidade do nome próprio de alguns abre o espaço vazio do questionamento daquelas e daqueles cujos nomes próprios desaparecerão, mais cedo ou mais tarde. A disputa pela construção da categoria das pessoas heroínas, pessoas notáveis, pessoas que devemos conhecer, pessoas que devemos seguir, pessoas que devemos ouvir, pessoas que devemos exaltar, pessoas que devemos eleger, pessoas que devemos repudiar, pessoas que devemos fazer calar, pessoas que devemos ressignificar, perpassa por uma biodocumentalidade presente e/ou ausente. A transdisciplinaridade da Organização do Conhecimento, em suas perspectivas bibliográficas e/ou documentais, biobibliográficas e/ou biodocumentais, pode e deve construir as fontes de informações necessárias para guiar a pessoa leitora em direção aos seus verdadeiros e orgânicos interesses.

Por fim, se o horizonte dos estudos biográficos nos pergunta, “afinal, o que resta a partir de um nome próprio lançado no espaço-tempo”; desde a Biobibliografia, a Biodocumentalidade nos indaga: que resta senão a luta contínua da dialética da metadescrição de nomes próprios que nos deixaram e daqueles nomes próprios que nos deixarão. A biodocumentalidade é um convite crítico ao universo escondido no ponto ténue dos nomes próprios de uma vasta intelectualidade orgânica a ser desvelada na concretude de um mundo desigual, através da práxis biodocumentária da Organização do Conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Site da Academia Brasileira de Letras**. ABL: [2025]. Disponível em: https://www.academia.org.br/. Acesso em: 22 abr. 2025.

ALCOFORADO, Paulo. Introdução. *In*: FREGE, Gotlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de; MEYER, Patrick Stacy; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. Bibliografias: instrumentos de organização e de representação da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2022. **Anais [...]** XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2022.

ALMEIDA, Patrícia Ofélia Pereira de; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas; MEYER, Patrick Stacy. Convergência entre organização e representação da informação e memória: o lugar das bibliografias. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 16, p. 1-21, 2023.

ANNUAL REVIEW OF INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY. [*S. l.*]: Asist, [1966-].

ARAGÃO, Felipe. **Curso de Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Plataforma Youtube. 2022.

ARAUJO, André Vieira de Freitas; CRIPPA, Giulia. A dimensão histórico-epistemológica da organização do conhecimento: contributos da taxonomia gesneriana, séc. XVI. *In*: ISKO BRASIL, 2015. **Anais** [...] III ISKO Brasil, 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos teóricos da classificação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 22, p. 117-140, 2006.

ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. **Sobre a eminência e o eco da bibliografia**: nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo. 2018. 168 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade São Paulo, São Paulo, 2018.

ARFUCH, Leonor. **A vida narrada**: memória, subjetividade e política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Villa Maria: Editorial Universitária de Villa Maria, 2023.

ARISTÓTELES. **Metafísica**: livro IV (*Gamma*) e livro VI (*Epsilon*). Campinas: Unicamp, 2007.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva. **Controle de autoridade**: definições, processos e componentes. Londrina: Abecin, 2012.

ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina V. A. da C. A utilização do *Resource Description and Access* (RDA) na criação de registros de autoridade

para pessoas, famílias e entidades coletivas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-262, maio/ago. 2013.

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: Edusp, 2023.

BARROSO, Cícero A. C. Qual a função básica dos nomes próprios? **Princípios:** Revista de Filosofia, Natal, v. 21, n. 35, p. 429–454, 2014.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. p. 57-64.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

BATALHA, Claudio. **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920: militantes e organizações. 2. vol. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BENOÎT, Gerald. Bioinformatics. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 39, n. 1, p. 179-218, 2006.

BORTOLOTTI, Ricardo Gião. Reflexo e refração sígnica no espaço público de Arendt: interferências bakhtinianas. Acta Scientiarum, Maringá, v. 39, n. 3, p. 301-310, jul./set. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Edusp, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 62-63, p. 69-72, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2001.

BRADFORD, Samuel C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 1. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em

atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

BRIET, Suzanne. **O que é a Documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, Michael. Documentality beyond documents. **The Monist,** v. 97, n. 2, p. 179-186, 2014.

BUCKLAND, Michael. From Bibliography to Documentography. **Proceedings from the Document Academy**, Akron, v. 5, n. 2, p. 1-9, 2018.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutemberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, 2002.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BURKE, Peter. A República das Letras Europeia, 1500-2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 277-288, 2011.

CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. Nomes e ética: uma introdução ao debate. In: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. **Nomes**: gênero, etnicidade e família. Coimbra: Almedina, 2007. p. 13–36.

CALDEIRA, Paulo da Terra. A situação do Brasil em relação ao controle bibliográfico universal. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 260-283, set. 1984.

CAPRONI, Attilio Mauro. Sapere aude (dizia Kant): a Bibliografia, uma ordem do discurso do século XXI? **Informação e Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 04-13, maio/ago. 2018.

CASSIN, Barbara. **Ensaios sofísticos**. São Paulo: Siciliano, 1990.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

COELHO, Kátia Cardoso; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica. **Brazilian Journal of Information Studies**, v. 11, n. 3, p. 66-78, 2017.

COSTA, Claudio. Teorias descritivas dos nomes próprios. **Dissertatio**, Pelotas, v. 30, p. 185-195, verão de 2009.

COSTA, Claudio Ferreira. Como os nomes próprios realmente referem. **Investigação Filosófica**, v. 4, n. 1, p.1-27, 2013.

COSTA, Luciano Bedin da. **Biografema como estratégia biográfica**: escrever uma vida com Nietzsche, Deleuze, Barthes e Henry Miller. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CRIPPA, Giulia. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 7, número especial, p. 23-40, ago. 2016

CRUZ, Anamaria da Costa. **Representação descritiva de documentos**: estudos de iniciação. Rio de Janeiro: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, 1994.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Manual de fontes de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAHLBERG, Ingetraut. What is classification? **International Classification**, v. 1, n. 2, p. 59-59, 1974.

DANSKIN, Alan. International standards in authority data control: costs and benefits. *In*: IFLA GENERAL CONFERENCE, 62., 1996, Pequim. **Proceedings** [...]. Pequim: IFLA, 1996. Disponível em: https://archive.ifla.org/IV/ifla62/62-dana.htm. Acesso em: 09 dez. 2023.

DAY, Ronald. Documentation to documentality in the works of Michael Buckland. **Journal of Documentation**, v. 80, n. 3, p. 606-617, 2024.

DELGADO, Vitor Rabelo; ABREU, Vinicius Augusto de Carvalho. Inteligência artificial generativa e escrita acadêmica: reflexões éticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, 2024. **Anais [...]** XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024.

DÍEZ MENGUÉZ, Isabel Cristina. Las Bio-Bibliografías: estado actual y metodología. **Cuadernos de Documentación Multimídia**, n. 10, p. 67-77, 2000.

ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; LIMA, Juliana Soares; SANTOS, Francisco Edvander Pires. Bibliotecário e editoração: mercado e competências necessárias. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 63-81, maio/ago. 2018.

FIGUEIREDO, Laura Maia de; CUNHA, Lélia Galvão Caldas da Cunha. **Curso de bibliografia geral**: para uso dos alunos das escolas de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Editora Record, 1967.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Relações ou "semelhanças de família" em critérios utilizados para julgamento de informações na web. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011. **Anais...** XII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2003.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão; SALDANHA, Gustavo Silva. A verdade desinformada: autoridades epistêmicas e comunidades evangélicas em julgamento na ciência da informação do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024. **Anais...** XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de; ZATTAR, Marianna. Autoridades cognitivas versus autoridades eclesiásticas espirituais: as comunidades evangélicas brasileiras e a desinformação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 1-15, nov. 2023.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia Estatística e Bibliometria: uma reivindicação de prioridades. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-7, 1973.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estética, literatura e pintura, música e cinema. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FRAI, Patrícia. Nome e cultura: o estudo sócio-onomástico na escolha do segundo nome na antroponímia rondonense. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 146–168, 2020.

FRANCA, Aline; SILVEIRA, Naira Christofoletti. A representação descritiva e a produção literária indígena brasileira. **TransInformação**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 67-76, jan./abr. 2014.

FREGE, Gotlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FROEHLICH, Thomas. The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of fake news. Open Information Science, v. 3, n. 1, p. 115-136, 2019.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Eds.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Fundepe, 2008. p. 13–36.

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. J**ournal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101, jun. 1990.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Proyectar la memoria: del *ordo* nacional a la reapropiación crítica. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 7-30, jan./abr. 2003.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1-2, p. 1-19, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 8, n. 1-2, p. 22-56, 2014a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassifying knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 41, n. 5, p. 393-409, 2014b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Tudo em pedaços: reflexões sobre desclassificação e complexidade. *In*: ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

GLOCK, Hans-Johan. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

GONZÁLEZ FREIRE, José Manuel. Aproximación metodológica para un estudio científico bio-bibliográfico. **Revista Internacional de Tecnología Ciencia y Sociedad**, v. 14, p. 1-8, 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novas configurações do conhecimento e validade da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA

DA INFORMAÇÃO, 8, 28-31 out. 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA/PPGCI; Ancib, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Os vínculos e os conhecimentos: pensando o sujeito da pesquisa trans-disciplinar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 05., 2003. **Anais [...]** V Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A documentação e o neodocumentalismo. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A documedialidade: o novo realismo de Maurizio Ferraris. *In*: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; SALDANHA, Gustavo (org.). **Filosofia e história da ciência da informação**: travessias especulativas e praxiológicas. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 21-52.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Introdução à filosofia da práxis**. Lisboa: Antídoto, 1978.

GRAND, Ernest-Daniel. **Biographie**. Paris: Lamirault, 1888.

GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2001.

GROPPO, Bruno. Os dicionários biográficos do movimento operário: análise comparada de um gênero científico. **Ciências Humanas e Sociedade em Revista**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 9-27, jul./dez. 2012.

GUILD, Reuben. A bibliografia como ciência. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, número especial, p. 199-202, jul. 2017. Tradução de Laffayete Alvares Júnior e Gustavo Saldanha.

HEBECHE, Luiz. Wittgenstein e os nomes próprios. **Veritas**, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 93–123, dez. 2004.

HJORLAND, Birger. Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJORLAND, Birger. Bibliography (field of study). **Knowledge Organization**, v. 51, n. 8, p. 700-711, 2024.

HJORLAND, Birger. Bibliographical foundations of information science: a review essay. **Journal of Documentation**, v. 81, n. 1, p. 128-146, 2025.

HJORLAND, Birger. Arguments for ‘the bibliographical paradigm’. Some thoughts inspired by the new english edition of the UDC. **Information Research**, v. 12, n. 4, out. 2007. Disponível em: https://informationr.net/ir/12-4/colis/colis06.html. Acesso em: 12 mar. 2025.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

HORNE, Thomas Hartwell. **An introduction to the study of bibliography**: to wich in prefixed a memoir on the public libraries of the antients. Londres: Woodfall, 1814. v. 1.

IFLA WORKING GROUP ON FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS. **Functional Requirements for Authority Data**: a conceptual model. [S.l.], dec. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil**. Rio de Janeiro: IBBD, 1971.

INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION. ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization (IEKO). 2022. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/. Acesso em: 26 fev. 2025.

INUMERÁVEIS. 2020. Memorial dedicado às vítimas da pandemia de coronavírus no Brasil. Disponível em: https://inumeraveis.com.br/. Acesso em: 29 jun. 2025.

JAÉN GARCIA, Luis Fernando. Metodología para realizar biobibliografías. **Revista e-Ciencias de la Información**, v. 2, n. 2, p. 1-10, jul./dez. 2012.

JAPIASSU, Hilton. O sonho transdisciplinar. **Revista Desafios**, [*s. l.*], v. 3, n. 1, p. 3-9, 2016. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2555/pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

JAYARAMAN, Ramkumar *et al*. Secure Biomedical Document Protection Framework to Ensure Privacy Through Blockchain. **Big Data**, n. 6, p. 437-451, 2023.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. Arquitetura das ideias: Paul Otlet, o objeto, o livro e o documento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 26, p. 01-17, 2021.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. Homo documentator: Suzanne Briet e a construção do documentalista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. esp., p. 60-74, jul. 2018.

KRIPKE, Saul A. **O nomear e a necessidade**. Lisboa: Gradiva, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANGRIDGE, Derek. **Classificação**: abordagem para estudantes de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2006.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Conceito de Bibliografia, ou conceitos de bibliografia? **Informação e Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 127-151, maio/ago. 2018.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Cristian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEJEUNE, Phillipe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LITTON, Gaston. **Arte e ciência da Biblioteconomia**. São Paulo? McGraw-Hill do Brasil, 1975.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. *In*: RAVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-249.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. São Paulo: Editora Senac, 2011.

MALCLÈS, Louise Noelle. **La bibliografia**. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires, 1960.

MALTA, Voney. Hospital terá nome Ernesto Che Guevara. **Brasil 247**, 18 out. 2015. Disponível em: https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/hospital-tera-nome-ernesto-che-guevara. Acesso em: 13 abr. 2025.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2010.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; FERREIRA, Marcio; MAGRO, José. Aplicación de la Teoría Crítica de Raza en la organización y representación del conocimiento. **Scire**, v. 21, n. 2, p. 27-33, jul./dez. 2015.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011.

MATA, Diogo Xavier da; SALDANHA, Gustavo Silva. O autor e a medida: alguns enunciados da classificação métrica de autores. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-19, 2020.

MATA, Diogo Xavier da; SALDANHA, Gustavo Silva. A vida íntima das sombras: a ordem do discurso biobibliográfico. **INCID**: Revista de Documentação e Ciência da Informação, v. 10, p. 71-91, 2020a.

MATA, Diogo Xavier da. **Uma arqueologia do discurso biobibliográfico**: um percurso dos dicionários biográficos da renascença às plataformas biobibliográficas contemporâneas. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020b.

MATA, Diogo Xavier da; SALDANHA, Gustavo Silva. O discurso biobibliográfico em Gabriel Peignot: notas sobre o sujeito e o autor na Modernidade bibliológica. **Em Questão**, v. 25, p. 159-175, 2019.

MATA, Diogo Xavier da; SALDANHA, Gustavo Silva; SILVEIRA, Naira C. Dialética das fontes biobibliográficas: Wikipédia, Currículo Lattes e a (des)invenção dos sujeitos no campo científico. **Informação e Sociedade**, v. 30, p. 1-16, 2020.

MATA, Diogo Xavier da; SALDANHA, Gustavo Silva; SILVEIRA, Naira C. Codinome realidade: dialéticas da fábrica de mundos do nome próprio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2022. p. 1-16.

MELOT, Michel. **Livro,**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

MEMÓRIAS da Ditadura. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/. Acesso em: 30 nov. 2024.

MENEZES, Vinícios. O gesto bibliográfico e a modernidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 168-183, maio/ago. 2015.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

MILL, John Stuart. **A system of logic, ratiocinative and inductive**: being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation. 8. ed. New York: Barper & Brothers, 1882. Acesso via Amazon Kindle.

MONTEIRO, Silvana Drummond; GIRALDES, Maria Júlia Carneiro. O que é um índice [contemporâneo]?. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v .29, n. 4, p. 5-22, out./dez. 2019.

MOREIRA, Juliana Chagas; SILVEIRA, Naira Christofoletti. A autoria: uma análise a partir das normas documentárias brasileiras. **TransInformação**, Campinas, v. 34, p. 1-9, 2022.

MOSTAFA, Solange Puntel. Ainda sobre metodologia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 171-201, set. 1986.

MOSTAFA, Solange Puntel. A produção de conhecimento em Biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 11, n. 2, p. 221-229, jul./dez. 1983.

NIKLAS, Jan. Em ano eleitoral, Wikipédia vira ‘campo de guerra’ para edições de biografias de políticos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mar. 2022.

NORTE, Mariângela Braga. **Glossário de termos técnicos em ciência da informação**: Inglês/Português. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

NOVELLINO, Maria Sarlet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

NOVELLINO, Maria Sarlet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries.Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília, SP. **Anais** [...]. Marília, SP: Unesp, 2017. p. 1-20.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2018.

OTLET, Paul. The Science of Bibliography and Documentation. *In*: RAYWARD, Boyd. **International Organisation and Dissemination of Knowledge**: selected essays of Paul Otlet. Amsterdam: Elsevier, 1990.

PALMA, R. D.; TRUZZI, O. Renomear para recomeçar: lógicas onomásticas no pós-abolição. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 311–340, abr. 2018.

PARIS, Robert. Biografias e “perfil” do movimento operário - algumas reflexões em torno de um dicionário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 09-31, 1997.

PEIGNOT, Gabriel. **Manuel bibliographique, ou Essai sur les bibliothèques anciennes et modernes et sur la connaissance des livres...** Paris: Villier, 1800.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**: tomo I. Paris: Chez Villier, 1802.

PEIGNOT, Gabriel. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**: tomo II. Paris: Chez Villier, 1802a.

PIEDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PLATÃO. **Teeteto e Crátilo**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

POMBO, Olga. Da Classificação dos Seres à Classificação dos Saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, n. 2, p. 19-33, 1998.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-15, mar. 2005. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/94305. Acesso em: 16 abr. 2025.

PRADO, Lúcio Lourenço. J. S. Mill: lógica, linguagem e empirismo. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 2, n. 2, p. 4-19, 2006.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics. **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, dez. 1969.

RADER, Jesse Lee. Profissão de fé do bibliotecário. *In*: LITTON, Gaston. **Arte e ciência da Biblioteconomia**. São Paulo? McGraw-Hill do Brasil, 1975.

RAGO, Margareth. Autobiografia, gênero e escrita de si. *In*: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Bento Bisso. **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

REITZ, Joan M. **ODLIS**: Online Dictionary of Library and Information Science. Connecticut: Western Connecticut State University Homepage, 2002.

ROUBAKINE, Nicolas. **Introduction à la psychologie bibliologique**. Paris: Association Internationale en Bibliologie, 1998. v. 1.

RUSSEL, Bertrand. **Os problemas da filosofia**. Oxford: Oxford University Press, 1959.

SABBA, Fiammetta. Natureza e origem da Bibliografia: uma perspectiva disciplinar para contemporaneidade. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [S. l.], v. 7, n. esp, p. 65-98, 2016.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Uma filosofia da Ciência da Informação**: Organização dos Saberes, Linguagem e *Transgramáticas*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SALDANHA, Gustavo Silva. Sobre a Bibliologia entre Peignot, Otlet e Estivals: vertentes de um longo discurso “metaepistemológico” da organização dos saberes. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 2, p. 75-88, maio/ago. 2015.

SALDANHA, Gustavo Silva. Sem e cem teorias críticas em ciência da informação: o autorretrato da teoria social e o método da crítica nos estudos informacionais, uma bibliografia benjaminiana aberta. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo M.; SALDANHA, Gustavo Silva. **iKrítica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond: 2019.

SALDANHA, Gustavo Silva. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, p. 21-41, 2020.

SALDANHA, Gustavo Silva. Currículo Lattes de Gustavo Silva Saldanha. Plataforma Lattes. 2024. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/6143079905555041. Acesso em: 04 out. 2024.

SALDANHA, Gustavo Silva. **Ciência da Informação**: crítica epistemológica e historiográfica. Rio de Janeiro: Ibict, 2020.

SALES, Rodrigo de. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari. *In*: AMORIM, Igor Soares;

SALES, Rodrigo de (org.). **Ensaios em organização do conhecimento**. Florianópolis, SC: Udesc, 2021.

SALGADO, Daniel. Um ano após o assassinato de Marielle, placas se tornam símbolo em protestos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/um-ano-apos-assassinato-de-marielle-placas-se-tornam-simbolo-em-protestos-23523249. Acesso em: 13 abr. 2025.

SCHNEIDER, Georg. **Theory and history of bibliography**. New York: The Scarecrow Press, 1934.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência Crítica em Informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho. **Ikrítica**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

SCHNEIDER, Marco. **A dialética do gosto**: informação, música e poder. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2015.

SEARLE, J. R. Proper names. **Mind**, Oxford, v. 67, n. 266, p. 166–173, abr. 1958.

SEN, Subir K.; GAN, S. K. Biobibliometrics: concept and application in the study of productivity of scientists. **International Forum on Information and Documentation**, v. 15, n. 3, p. 13-21, 1990.

SHERA, Jesse; EGAN, Margareth. Exame do estado atual da Biblioteconomia e da Documentação. *In*: BRADFORD, Samuel C. **Documentação**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. p. 15-60.

SILVEIRA, Naira Christofoletti. A representação da autoria e o seu contexto social. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 318-328, nov. 2018.

SILVEIRA, Naira C.; MATA, Diogo X.; SALDANHA, Gustavo S. Dialética das fontes biobibliográficas: Wikipédia, Currículo Lattes e a (des)invenção dos sujeitos no campo científico. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-16, jul./set. 2020.

SILVEIRA, Naira Christofoletti; SALDANHA, Gustavo Silva. O “nome próprio” no contexto da Epistemologia da Organização do Conhecimento: um debate filosófico-teórico. *In*: XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, **Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos**. Murcia: Universidad de Murcia, 2015.

SORDET, Yann. **Da argila à nuvem**: uma história dos catálogos de livros (II Milênio - Século XXI). Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2019.

SOUZA, Eline Isobel da Cunha. Editoração: o papel do bibliotecário na construção de um livro. **Revista Vox Metropolitana**, s.l., n. 2, p. 58-67, fev./2020.

TAYLOR, Archer. **Uma história de bibliografias de bibliografias**. New Brunswick: The Scarecrow Press, 1955.

TENNIS, Joseph T. Foundational, first-order, and second-order classification theory. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 4, p. 244-249, 2015.

VERGUEIRO, Valdomiro. **Seleção de materiais de informação**. 3. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

VIGNAUX, George. **O demônio da classificação**: pensar/organizar. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

WIKIPEDIA. Human Library. Acesso em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Human_Library. Acesso em: 02 set. 2024.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1961.

WITTY, F. J. The Pínakes of Callimachus. **The Library Quarterly**, v. 28, n. 2, p. 132–136, 1958.

WERNO, Andreas. Schiffweiler: Zentrum für Biodokumentation des Saarlandes. **Zoological Collections of Germany**, p. 591-598, 2018.

WILSON, Patrick. **Second-hand knowledge**: an inquiry into cognitive authority. Westport: Greenwood Press, 1983.

WOODS, Frederick Adams. Historiometry as an exact science. **Science**, New Series, v. 33, n. 850, p. 568-574, abr. 1911.

APÊNDICE 1 - METADADOS PARA DESCRIÇÃO DE PESSOAS

Dados relativos à pessoa

Nome próprio civil

Nome próprio social

Nome próprio em rituais religiosos

Apelidos

Data de nascimento

Lugar de nascimento

Datas de passagem [rituais]

Outras datas importantes [efemérides]

Data de falecimento

Lugar de falecimento

Nacionalidade

Endereços

Língua materna

Outras línguas

Formação Acadêmica

Profissão exercida

Afiliações

Religiosidade

Etnia

Raça

Gênero

Títulos

Perfis eletrônicos

Identificadores permanentes

Contato

Dados relativos às relações com outras pessoas

Mãe [biológica ou adotiva]

Pai [biológico ou adotivo]

Cônjuges

Outros familiares

Filhas e filhos

Outras descendências

Amizade

Influência de

Outras ascendências

Influenciou

Outras formas de relacionamento

Dados biodocumentários

Relato Biográfico

Relato Autobiográfico

Relatos biográficos colaborativos

Biodocumentos

Indexadores

Identificadores permanentes dos biodocumentos

Legado

Atuações

Ações notórias

Classificação

Dados biobibliográficos

Responsabilidades desempenhadas

Obras autorais

Outras obras

Movimento literário ou científico

Corrente teórica

Bibliografia sobre a pessoa

Bibliografia sobre a obra da pessoa

Bibliografia a partir da obra da pessoa